DM
GALV.1

DIFERENÇAS NO JUÍZO MORAL E EFEITOS DA INTERACÇÃO SÓCIO-COGNITIVA EM ADOLESCENTES DELINQUENTES E NÃO DELINQUENTES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

De: Lucílio Neves Galvão

Direcção: Professor Frederico Pereira

Área: Psicologia Clínica

— ISPA 1995 —

Reg. 9265
Instituto Superior de Psicologia Aplicada
BIBLIOTECA

ÍNDICE

I. **INTRODUÇÃO** 1

II. **CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA MORALIDADE** 7

2.1. Aspectos Genéricos 9

2.2. Abordagem Filosófica 11

2.3. Ponto da Situação 16

III. **CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O ESTUDO DA MORALIDADE** 19

3.1. Pressupostos Psicológicos **Explicativos** da Moralidade 21

a. Perspectiva Psicanalítica 21

b. Teoria da Aprendizagem Social 22

c. Abordagem Cognitivo-Desenvolvimentista . . 23

3.2. Pressupostos Psicológicos do **Desenvolvimento** Moral 25

a. Perspectiva Psicanalítica 26

b. Teoria da Aprendizagem Social 27

c. Abordagem Cognitivo-Desenvolvimental . . . 27

3.3. Pressupostos Psicológicos da **Avaliação** do Comportamento Moral 36

a. Perspectivas Psicanalítica e da Aprendizagem Social 36

b. Abordagem Cognitivo-Desenvolvimental . . . 36

3.4. Pressupostos Psicológicos de **Promoção** da Moralidade 39

a. Perspectivas Teóricas da Abordagem Psicanalítica e do Modelo da Aprendizagem Social 39

3.5. Perspectiva da Psicologia Social Experimental de Genève: **O Conflito Sócio-cognitivo** 40

a. Requisitos – "O Raciocínio e a Perspectiva" 41

b. Condições – "A Interacção Social" 42

c. Situação – "O Conflito Sócio-Cognitivo" . . 45

d. A Função – da "Marcação Social" 49

e. Novas Abordagens – "sobre a Marcação Social" 52

3.6. Síntese 53

IV. A ABORDAGEM DO JUÍZO MORAL EM ADOLESCENTES DELINQUENTES E NÃO DELINQUENTES 55

4.1. Adolescência 56

4.2. Delinquência 59

4.3. Síntese 61

V. OBJECTIVOS DESTE TRABALHO E HIPÓTESES 63

5.1. Objectivos Gerais 65

5.2. Hipóteses 66

VI. A AMOSTRA E A METODOLOGIA 67

6.1. A amostra 69

A. A Idade 69

B. A Escolaridade 70

C. Meio Familiar 71

D. A Instituição 71

E. Conclusão 73

6.2. A Metodologia 74
A. Plano de Trabalho 74
B. A Temática dos Dilemas 77
C. A Identificação dos Indivíduos 83
D. Os nossos Dilemas e a nossa Avaliação . . . 85

VII. OS RESULTADOS 87
7.1. Avaliação Qualitativa 92
7.1.1. Os Delinquentes na Situação Experimental . 92
7.1.1.1. Pretestes e Postestes 92
7.1.1.2. A Interacção 163
7.1.2. Os Delinquentes na Situação de Control . . 188
7.1.2.1. Pretestes e Postestes 188
7.1.2.2. O Contacto Individual 262
7.1.3. Os Não Delinquentes na Situação Experimental 300
7.1.3.1. Pretestes e Postestes 300
7.1.3.2. A Interacção 370
7.1.4. Os Não Delinquentes na Situação de Control 402
7.1.4.1. Pretestes e Postestes 402
7.1.4.2. O Contacto Individual 461
7.2. "Avaliação Quantitativa" 491
7.2.1. Delinquentes 491
7.2.1.1. Grupo Experimental dos Delinquentes . . . 491
7.2.1.2. Grupo de Control dos Delinquentes 494
7.2.1.3. Grupo Experimental e de Control dos Delinquentes 497
7.2.2. Não Delinquentes 500
7.2.2.1. Grupo Experimental dos Não Delinquentes . 500

7.2.2.2. Grupo de Control dos Não Delinquentes . . 503
7.2.2.3. Grupo Experimental e de Control dos Não Delinquentes 506
7.2.3. Delinquentes e Não Delinquentes Comparados 509
7.2.3.1. Nos Pretestes 509
7.2.3.2. Nos Postestes 511
7.2.3.3. Níveis de variabilidade dos Estádios . . . 514

VIII. **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS** 517
8.1. Discussão dos Resultados da 1ª e 2ª Hipóteses 519
8.1.1. Primeira Hipótese 519
8.1.1.1. Diferenças a nível do Juízo Moral referente à classificação por estádios, entre Delinquentes e Não Delinquentes 521
• PRETESTES 521
A. Comparação dos Pretestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes nos Grupos Experimental e de Control 521
B. Discussão – Paradigma: Desenvolvimento Cognitivo" 523
• POSTESTES 529
A. Comparação dos Postestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes nos Grupos Experimentais 529
B. Comparação dos Postestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes nos Grupos de Control . 530
C. Discussão-Paradigma: "Descentração Social" . 531
8.1.1.2. Diferenças a nível do Juízo Moral referentes à mudança ou não de estádio entre Delinquentes e Não Delinquentes 540

8.1.1.3. Conclusões 542
8.1.2. **Segunda Hipótese** 546
8.1.2.1. Efeitos da Interacção Sócio-Cognitiva no juízo moral dos Delinquentes 547
A. Diferenças entre os Postestes do Grupo Experimental e do Grupo de Control 547
B. Dicussão-Paradigma: "O Conflito Sócio-Cognitivo" 550
8.1.2.2. Efeitos da Interacção sócio-cognitiva no juízo moral dos Não-Delinquentes . . . 562
A. Diferenças entre os Postestes do Grupo Experimental e do Grupo de Control 562
B. Discussão-Paradigma: "O Conflito sócio-cognitivo" 565
8.1.2.3. Conclusão 577
8.2. Casos particulares 578

IX. CONCLUSÕES 587

X. BIBLIOGRAFIA 593

XI. ANEXOS

A. Delinquentes na Situação Experimental

1. Pretestes e Postestes
2. Interacção sócio-cognitiva

B. Delinquentes na Situação de Control

1. Preteste e Posteste
2. Contacto Individual

C. Não Delinquentes na Situação Experimental

1. Pretestes e Postestes
2. Interacção

D. Não Delinquentes na Situação de Control

1. Pretestes e Postestes
2. Contacto Individual

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 – Níveis e Estádios de Raciocínio Moral de Kohlberg – (Adaptação de Colby e Kohlberg)

Quadro nº 2 – Partes e Passos na Avaliação Moral pela metodologia de Kohlberg (Adaptação Kohlberg e Colby)

Quadro nº 3 – Distribuição das Idades pelos dois grupos de Delinquentes e Não Delinquentes

Quadro nº 4 – Distribuição das idades no grupo de Não Delinquentes e nos grupos de Controlo e Experimental

Quadro nº 5 – Distribuição das Idades no grupo de Delinquentes e nos grupos de Controlo e Experimental

Quadro nº 6 – Níveis de frequência na escolaridade dos dois grupos de Delinquentes e Não Delinquentes

Quadro nº 7 – Plano Geral do Trabalho

Quadro nº 8 – Grandes Áreas Temáticas da Moralidade (e seus Dilemas)

Quadro 25 – Distribuição numérica dos Não Deliquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Quadro 26 – Distribuição gráfica dos Não Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Quadro 27 – Comparação discriminada dos Pretestes e dos Postestes nos Grupos Experimental e de Control dos Não Delinquentes

Quadro 28 – Distribuição gráfica, por estádios, dos Não Delinquentes do Grupo Experimental e de Control

Quadro 29 – Comparação dos Delinquentes com os Não Delinquentes, a nível dos Pretestes, no Grupo Experimental e de Control

Quadro 30 – Comparação dos Delinquentes com os Não Delinquentes, a nível dos Postestes, no Grupo Experimental e de Control

Quadro 31 – Comparação dos Delinquentes com os Não Delinquentes dos Grupos de Control e Experimental, a nível de variabilidade de estádios

Quadro 17 — Distribuição numérica dos Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Quadro 18 — Distribuição gráfica dos Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Quadro 19 — Comparação discriminada dos Pretestes e dos Postestes nos Grupos de Control e Experimental dos Delinquentes

Quadro 20 — Distribuição gráfica por estádios dos Delinquentes do Grupo Experimental e de Control

Quadro 21 — Distribuição por estádios dos Não Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Quadro 22 — Distribuição numérica dos Não Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Quadro 23 — Distribuição gráfica dos Não Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Quadro 24 — Distribuição por estádios dos Não Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Quadro nº 9 – Distribuição por Estádios dos indivíduos Delinquentes do grupo Experimental na situação de Preteste e de Posteste

Quadro nº 10 – Distribuição por Estádios dos Delinquentes do grupo de Controlo na situação de Preteste e de Posteste

Quadro nº 11 – Distribuição por Estádios dos Não Delinquentes do grupo Experimental na situação Preteste e Posteste

Quadro nº 12 – Distribuição por Estádios dos Não Delinquentes do grupo de Controlo, situação de Preteste e Posteste

Quadro nº 13 – Distribuição por estádios dos Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Quadro nº 14 – Distribuição numérica dos Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Quadro nº 15 – Distribuição gráfica dos Delinquentes do Grupo Experimental

Quadro nº 16 – Distribuição por estádios dos Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

I. INTRODUÇÃO

- A Moralidade faz parte da experiência primordial de que a Humanidade teve consciência em todos os tempos e latitudes sob a forma de bem ou de mal.
  Toma o nome de valor, desejo, justiça, imperativo, etc., não suprime nem diminui a liberdade, antes supõe-na, incita-a, e impõe-lhe algumas restrições. Manifesta-se como dever absoluto da razão (Kant), como realização da felicidade (Epicuristas) ou sob a forma de renúncia de si mesmo (Estoicismo). Apresenta-se como meta "histórico-social" da Humanidade (Marx) e atinge a sua expressão máxima na inserção colectiva do grupo ou da sociedade (Durkheim). Por muito oportunas e fundamentadas que sejam as teorias sobre a moralidade na História do pensamento, a sua explicação é sempre influenciada pela compreensão que se tem do mundo e do homem. Num tempo de transformações rápidas e irreversíveis como o nosso, com uma nova consciência da historicidade do homem é importante interrogar-se e avaliar-reavaliar por si mesmo sobre o papel e o significado dos valores, o que só será possível ou facilitado graças a um desenvolvimento cognitivo – formal – autónomo (Piaget – 1932) e à formação dum juízo moral integral e crítico (Kohlberg – 1984).
  É neste "background" sócio-cultural remoto que se situa, em primeiro lugar, a razão de ser deste trabalho que pretende ser uma contribuição para a compreensão do juízo moral de Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes.

- Neste sentido, também é verdade que a moralidade é susceptível dum enfoque psicológico, tal como entre outros, o levado a cabo pela Psicologia cognitivo-desenvolvimentista de Piaget (1932) e de Kohlberg (1984), a partir do qual tentaremos avaliar as variações de nível no

juízo moral em Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes.

O nosso trabalho terá 2 objectivos gerais:

* Observar se há diferenças a nível do juízo moral entre Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes.

* Averiguar se a Discussão 2 a 2 (Interacção verbal sócio-cognitiva) tem efeitos positivos no funcionamento do juízo moral em Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes.

Trata-se dum trabalho experimental a dois níveis de avaliação:

Avaliação Qualitativa das respostas dadas aos dilemas morais pelos Adolescentes dos Grupos Experimental e de Control para classificação dos seus níveis de raciocínio moral segundo o modelo de Kohlberg (1984).

Avaliação Quantitativa ou Experimental das hipóteses por nós emitidas (ver capt. 5.2.).

O objectivo deste trabalho não é avaliar todos os aspectos da moralidade dos Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes da nossa amostra (ainda que os mesmos nas suas versões pulsional, relacional, comportamental etc. estejam implícitos na dinâmica da personalidade) mas apenas os aspectos judicativos da moralidade, isto é, a maneira como cada indivíduo raciocina e argumenta eticamente a partir de situações problemáticas hipoteticamente elaboradas (Dilemas). Neste sentido teremos em consideração que:

* É mais significativo um juízo moral emitido com razões explicativas do que a resposta em si.

* As variações de nível de cada juízo moral serão suscitadas pelo conflito interior "equilíbrio-desequilíbrio" (Piaget) a partir de dilemas morais postos à consideração dos indivíduos.

* Cada juízo moral pressupõe determinados níveis cognitivos de tal modo que o desenvolvimento cognitivo torna-se uma condição necessária mas não suficiente do desenvolvimento moral. Há pessoas que se encontram num estádio cognitivo mais elevado do que o seu estádio moral, mas o contrário não é possível.

* Cada juízo moral é influenciado por factores da personalidade (pulsões, relações, comportamentos, reciprocidade etc.) que não abordaremos neste trabalho mas que podem interferir na sua constituição, expressão e nível de funcionamento.

* Existe uma relação significativa entre o pensamento e o comportamento morais que os autores interpretam de maneiras diferentes (D. Wright – 1983). Enquanto que Piaget (1932) parte do comportamento para a reflexão moral, Kohlberg (1980) parte do raciocínio moral como motivação para o comportamento. Entendemos por **moralidade prática** um comportamento moral dirigido pelo raciocínio ou um juízo moral carregado por obrigações. Entendemos por **moralidade teórica** um raciocínio moral desprovido de qualquer obrigação moral. No nosso trabalho pressupomos que ambos os aspectos da moralidade se implicam mutuamente de tal modo que as respostas dadas aos dilemas (juízos morais) pelos Adolescentes não estão isentos de alguma obrigatoriedade em relação ao comportamento.

II. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA MORALIDADE

2.1. Aspectos Genéricos

O juízo moral na perspectiva da Psicologia cognitivo-desenvolvimental (Piaget – 1932 e Kohlberg – 1984) faz parte duma estrutura psicológica mais complexa chamada **consciência moral** que além dos aspectos cognitivos inclui os sentimentos e os comportamentos éticos. Uma aproximação linguística prévia leva-nos a esclarecer, sumariamente, os dois termos em causa: **Consciência** e **Moralidade.**

Consciência

A palavra consciência designava-se entre os Gregos por "Syneidesis" e encontra-se, pela primeira vez, nos escritos de Demócrito e Crisigo (Hortelano – 1979), vulgarizando-se graças aos moralistas estóicos. Cícero (Vidal – 1978) traduziu a palavra "Syneidesis" para o latim por "consciência" (cumsciencia) que inicialmente significou "saber com", "ser testemunha", "ser confidente com o outro" e passou a significar, posteriormente, a vivência especial daquele que reflexiona consigo mesmo". Nas línguas derivadas do latim, a palavra "consciência" significa duas realidades diferentes:

- ser responsável
- ser consciente

Nas línguas germânicas o termos "Bewußtsein" usa-se para significar o facto de se ser consciente e o termo "gewissen" para exprimir a dimensão valorativa da consciência (M. Vidal – 1978).

Efectivamente a consciência humana é constituída pela sua dupla função unitária de ser **consciente** (consciência psicológica) e de ser **responsável** (consciência moral) (H. Ey – 1968).

—▸ A **Consciência Psicológica** não é uma função do ser, mas a sua própria estrutura organizadora que implica ser simultaneamente objecto e sujeito da própria existência. Temos consciência ao possuirmos conteúdos de consciência, cujo dinamismo exprime a totalidade unitária da pessoa com uma intenção "revelante" e "reveladora". "Só existe consciência quando as minhas próprias vivências se relacionam com o EU" (H. Ey – 1968).

—▸ A **Consciência Moral** torna-se a dimensão valorativa da consciência psicológica. Dimensão psíquica e compromisso responsável são como que dois aspectos da mesma consciência.

Enquanto que a **moralidade** consciente acentua o carácter valorativo em ordem à acção num determinado projecto de vida, o dinamismo psíquico funciona como testemunha consciente das funções psicológicas.

No nosso trabalho a consciência moral na sua dimensão cognitiva (juízo moral) apresenta-se como o factor criterioso do Eu consciente ou, numa expressão de H. Ey como "o ponto mais alto da consciência psicológica" (H. Ey – 1968).

Moralidade

A palavra "moralidade" deriva do latim de "mos-moris" e significa "as maneiras de ser" numa época e numa sociedade determinadas. Emprega-se o termo para designar o código de

comportamentos socialmente aceites numa cultura ou ainda para significar um estádio de vida a atingir e que pode ou não coincidir com o código socialmente aceite (W. Bull – 1976).

No nosso trabalho o termo "moralidade" aplicado à actividade cognitiva exprime a capacidade maior ou menor do Indivíduo se relacionar eticamente com os outros através das respostas explicativas dadas aos dilemas morais. Neste sentido, a aprendizagem social distingue-se da aprendizagem moral enquanto esta implica uma reflexão permanente sobre o próprio projecto de vida interferindo com o projecto de vida dos outros. A moralidade não consiste apenas numa adaptação ao mundo, mas exige juízos de valor a partir das situações concretas.

2.2. Abordagem Filosófica

(a). A moralidade foi uma das áreas constantes de reflexão na história da Filosofia até ao momento em que a Psicologia, já tardiamente, a adoptou como seu objecto de estudo. Vemos assim a Filosofia e a Psicologia debruçarem-se sobre a dimensão ética do sujeito humano não antagónica mas complementarmente com metodologias específicas (Frederico Pereira – 1983a, págs. 191 a 204). Enquanto que a Filosofia se interessa pelos "mobiles" da moralidade, isto é, pela motivação imperativa que toma o nome de dever, a Psicologia tentará estabelecer os mecanismos subjacentes do comportamento moral, os processos de resposta e as reacções psicológicas peculiares do sujeito ético. Se a Filosofia se preocupa em

definir os fundamentos e a natureza da moralidade, assinalando os referenciais éticos de cada época, a Psicologia, sem descuidar o comportamento e a raiz pulsional da moralidade" (Frederico Pereira – b 1983, pág. 588) "preocupar-se-á com o tipo de juízos realizados por sujeitos psicológicos concretos em diversas situações morais...e com os componentes desenvolvimentais desse tipo de juízos" (Frederico Pereira – 1983a, pág. 192). Se a Filosofia procede através da evidência e da intuição dentro do mundo das ideias e dos princípios gerais afirmando a universalidade ética e o determinismo moral do comportamento humano, a Psicologia contrapõe-lhe, complementarmente, uma intervenção hipotético-dedutiva baseada na experimentação dos factos e na análise crítica.

Apesar da Filosofia não ter conseguido dar uma resposta satisfatória ao problema ético do homem, o seu contributo, contudo, à Psicologia a nível de referenciais ético-filosóficos que vêm interferir nos processos psíquicos dos juízos morais, foi significativa. Sem ser nossa intenção abordar esta questão que sai fora dos nossos objectivos, lembraremos apenas os **grandes referenciais filosóficos** que, pela sua influência positiva ou negativa estiveram na origem remota dos primeiros **modelos psicológicos** explicativos da moralidade, particularmente com os trabalhos pioneiros de Piaget (1932) e de Kohlberg (1963).

(b) A principal questão da Filosofia moral no decurso da sua história foi saber em que consistia o Bem Moral. Encontramos três grupos de respostas segundo as interpretações dadas de Bem Moral:

1º Grupo

— O **Bem Moral** como vinculado à acção exterior ou à Sociedade.

2º Grupo

— O **Bem Moral** como inerente ou estruturante do sujeito ético.

3º Grupo

— **O Bem Moral** como valor autónomo, em si.

- O primeiro grupo **interpreta o Bem Moral** como vinculado à acção, à sociedade ou a qualquer objectivo prático. Inclui--se neste grupo o **hedonismo dos Epicuristas**, para quem a moralidade é o útil, o que serve os interesses práticos da vida e dá prazer. **Stuart Mill** (Vidal – 1985) propõe uma concepção pragmática da ética que se fundamenta na ideia hedonista da vida ("É bom tudo o que dá prazer"). Segundo o biologismo de **Nietzsche** (1932) o bem moral é o biologicamente útil e valioso, o que contribui para o aumento da vida e para o desenvolvimento superior da humanidade. Também a posição de **Durkheim** (1974) se pode incluir neste grupo ao defender que não existe consciência individual sem consciência colectiva porque toda a vida moral se estrutura em torno das regras exteriores que a sociedade propõe. Para este autor a moral individual é devida à pressão social que pesa sobre cada um dos membros da sociedade. A

partir das teorias mais recentes da evolução e da genética experimental **J.J. Monod** (1971) defende que a ética do conhecimento consiste "em aceitar a objectividade científica" na interpretação do fenómeno humano. O conhecimento humano é considerado como valor absoluto de moralidade.

É comum a estas teorias filosóficas relacionarem a moralidade a objectivos empírico-pragmáticos convertendo o valor moral num meio para um fim e, por conseguinte, relativizando-o. A realidade humana é muito mais complexa e sujeita, por vezes, a exigências éticas amiúde contra o prazer imediato, o pragmatismo e o biologicamente mais vantajoso. Trata-se de modelos éticos mais prescritivos do que estruturantes que situam a moralidade como não autónoma e exterior ao homem.

- **Neste <u>segundo grupo</u> de teorias filosóficas** sobre o Bem Moral como vinculado ao sujeito moral, encontra-se a filosofia de **Schoppenhauer** (citado por Fraile – IV – 1975), segundo a qual a finalidade última da ética reside na vontade de viver: "O esforço moral é a única maneira de elevar a vontade e estimular o gosto de viver como supremo estado de superação de si mesmo". A vontade torna-se, assim, o princípio emanente e absoluto da natureza. Schoppenhauer faz uma interpretação existencialista, pessimista e unitarista do homem que se vai repercutir em diferentes sistemas de pensamento como o pessimismo romântico de Tolstoi, de Wagner, de Nietzsche, no vitalis-

mo de Bergson e nas correntes existencialistas de Heidde-ger e Sartre. Citamos igualmente, a formação do Super-Ego de **Freud** (1972) como instância de "obrigatoriedade" perante as exigências interiores (Freud: "Essais de Psychanalyse" – Colec. Idées – Gallimard – 1971).

Surge uma nova corrente de pensamento, em reacção à concepção racionalista, idealista e positivista da vida que considera o homem na sua experiência concreta e pessoal como sujeito de moralidade. Toma o nome de **Fenomenologia, Existencialismo** e o seu centro de interesse é a pessoa no tempo e na História. Enquanto que para **Kierkegaard** (citado por Fraile – 1975 – IV) o homem só toma consciência de si mesmo no êxito e na fragilidade, para **Jaspers** (1932) impõe-se uma análise existencial e ética a partir do fracasso como ocasião a de autorealização existencial. Por outro lado é na finalidade contingente de **Heiddeger** (citado por Fraile – 1975 – IV) ou na vivência existencial da esperança de **Gabriel Marcel** (1947) que o homem se encontra a si mesmo. Nesta perspectiva, o homem no seu mundo vital torna-se o centro de interesse da Antropologia Moral. – Segundo esta concepção de Bem Moral, a ética relativiza-se fazendo-a depender das vicissitudes do comportamento e do desejo do homem. Para além das situações históricas e socialmente diferentes há uma relação universalizante do homem com os valores.

- **Finalmente na perspectiva** do **terceiro grupo** de Filósofos o Bem moral é autónomo, independentemente da vontade do sujeito, da finalidade da acção e para além do mundo experimental e das coisas materiais. É a posição de **Kant**

(citado por Fraile – 1975 – IV) que face à variabilidade de exigências morais e contra toda a descrição fenomenológica da ética, estabelece os fundamentos últimos da moralidade a um nível máximo de abstracção e de universalidade. Não é na inclinação para a acção, nem na sua finalidade concreta, nem no sujeito nem nos objectivos práticos que se deve buscar o fundamento moral do agir humano, mas no dever dado pela razão pura. Ao estabelecer os critérios da razão pura dados "a priori" como princípio último de moralidade, Kant realiza uma viragem antropológica e proclama a autonomia da Moralidade. Trata-se duma Ética excessivamente formalizada e auto-legisladora que se atribui a si mesma, categórica e aprioristicamente, as leis. Face à homogeneização universalizante da consciência moral de Kant, a Psicologia chama a atenção para a especificidade subjectiva dos indivíduos éticos. Perante a moral estoicista Kantiana que nega a dimensão motivacional e hedonista do comportamento moral a Psicologia propõe o universo dos interesses e das motivações humanas.

2.3. Síntese

(a) O principal mérito da Filosofia Moral no decurso da História, nas suas vertentes pragmática, existencialista e idealista, foi ter revelado a pluralidade de valores morais em causa e ter reformulado de maneiras diferentes a problemática ética do homem. Competiu à Psicologia, complementarmente, estudar os mecanismos psicológicos subjacentes do

comportamento moral. Duas abordagens complementares da mesma realidade ética onde a complexidade psicológica do homem não deve ser camuflada pela uniformização filosófica dos indivíduos.

Enquanto que a Filosofia aborda o homem ético na sua totalidade teórica e hipotética, a Psicologia analisa-o na sua totalidade histórica como ser corporal, psicológico e emotivo. A Filosofia não descreve o desenvolvimento do juízo moral face às vicissitudes que regulam o comportamento, o que compete à Psicologia, mas interroga-se sobre o seu significado e proporciona-lhe critérios e possíveis referenciais. A Filosofia mantém-se no mundo das ideias, a nível de princípios e procede através da intuição, da evidência e da reflexão teórica enquanto que a Psicologia como ciência do comportamento coloca os problemas em termos de verificação possível e de experimentação. Foi a abordagem excessivamente formalizante e repetitiva, a nível de princípios, da Filosofia que levou os Psicólogos a retomarem as hipóteses dos filósofos sobre a moralidade para as sujeitarem à prova da realidade científica. É neste contexto que se situam os trabalhos pioneiros de Piaget (1932) e de Kohlberg (1984) com a chamada Psicologia cognitivo-desenvolvimental da moralidade, perspectiva que irá fundamentar este trabalho.

(b) Se a **Metafísica Kantiana** teve o mérito de estabelecer a autonomia da moralidade, fê-lo apenas a nível de princípios universais e apriorísticos. Coube à Psicologia a função de percorrer o processo desenvolvimental que culminaria na razão de ser desses princípios universais. A Psicologia moral cognitivo-desenvolvimentista (Piaget – 1932), (Kohlberg –

1984) adoptou como critério de desenvolvimento moral a cognição, o raciocínio ou o juízo moral cujo substrato dinâmico será o sentido da justiça para Kohlberg e o respeito pelas normas sociais para Piaget. Isto é, a moralidade exprime-se por fases, através do juízo moral baseado na igualdade, na equidade e na reciprocidade entre pessoas (Kohlberg) ou na possibilidade de cumprir/violar as normas sociais (Piaget).

Face à argumentação socializante de **Durkheim** (1974) na formação moral dos indivíduos a Psicologia cognitivo-desenvolvimental propõe que o desenvolvimento moral não depende da iniciativa nem da pressão social mas da capacidade construtiva do indivíduo através do juízo moral que lhe está subjacente (O. Lourenço – 1992), (Piaget – 1932). Face ao **hedonismo filosófico** dos Epicuristas, de Stuart Mill etc., e ao **relativismo existencialista e fenomenológico** a Psicologia cognitivo-desenvolvimental afirma que o desenvolvimento moral dos indivíduos passa por uma série de estádios cuja sequência de aquisição é invariante, que há elementos morais comuns a todas as culturas e que mais importante do que o raciocínio moral é a justificação e a razão de ser do mesmo (O. Lourenço – 1992) e (Kohlberg – 1984). Enfim o positivismo científico-filosófico de **J.J. Monod** (1971) e outros, que colocam o fim da moralidade no fenómeno concreto e na obediência exacta às leis, é corrigido e ultrapassado pela Psicologia do desenvolvimento Moral onde o dever ser, o desejável, se torna mais importante do que o ser, a orientação para os princípios éticos universais mais decisiva do que a orientação para as regras vigentes e onde o significado de cada acção se torna mais valiosa do que a própria acção exterior.

III. A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA AO ESTUDO DA MORALIDADE

Face às dificuldades da Filosofia em explicar todos os aspectos da moralidade (cap. II), a Psicologia nas suas diferentes perspectivas teóricas (a perspectiva **Psicanalítica**, a teoria da **Aprendizagem**, a abordagem **Cognitivo-desenvolvimental**) foi levada a interessar-se pelo comportamento moral e a abordá-lo segundo 4 grandes questões (O. Lourenço - 1992):

— Quais os Pressupostos psicológicos **Explicativos** da moralidade? (3.1.)
— Quais os Pressupostos psicológicos do **"Desenvolvimento"** moral? (3.2.)
— Quais os Pressupostos psicológicos da **"Análise"** do comportamento moral? (3.3.)
— Quais os Pressupostos psicológicos de **"Promoção"** da Moralidade? (3.4.)

Este trabalho e a comprovação das suas Hipóteses basear-se-á particularmente no Modelo psicológico **Cognitivo-Desenvolvimental** (Piaget e Kohlberg) por considerá-lo o mais adequado ao desenvolvimento psicológico do indivíduo e o que melhor se aplica à compreensão e transformação da Sociedade Moral.

3.1. Pressupostos Psicológicos Explicativos da Moralidade

a. A Perspectiva Psicanalítica

Tende a realçar a vertente emocional da moralidade.

Efectivamente, segundo este modelo teórico, o desenvolvimento ético é considerado a partir da maior ou menor identificação da criança aos valores e padrões morais da sociedade em geral e dos pais em particular. Mergulhando as suas raízes na vida pulsional, o projecto moral de Freud apresenta dois momentos importantes na sua elaboração:

- **Os Efeitos da Moralidade na Génese das neuroses:** a raiz pulsional da moralidade manifesta-se em certas formas de severidade do Super Eu como na neurose obsessiva (Freud – Cinq Psychanalyses – P.U.F., 1973).

- **Os Efeitos da Moralidade na estruturação da vida psíquica:** cria-se assim uma instância psíquica que, após ter dominado as configurações edipianas, está apta a acolher todos os ensinamentos sociais (Freud – Essais de Psychanalyse – Colec.Idées – Gallimard, 1971).

Para Freud não é no pensamento que se deve procurar a origem da moralidade, mas na pulsão, porque o mundo exterior e racional não podem fornecer imperativos categóricos. Para a Psicanálise, a Moralidade parece resultar, assim, dum movimento complexo de processos psíquicos na raíz do qual está a vida pulsional (Frederico Pereira – 1983).

b. A Teoria da Aprendizagem Social

Tende a acentuar a componente comportamental da moralidade (O. Lourenço – 1992), (Bandura e McDonald – 1963),

(Sears R., Maccoby e Levin – 1957) através da maior ou menor interiorização de normas e regras morais aprovadas socialmente. Noutras palavras, os teóricos da aprendizagem social preconizam a moralização progressiva dos indivíduos através da modelagem, da interiorização de normas e da identificação contínua. Os valores aprendem-se, como qualquer outro comportamento, com a experiência, na observação e pelas consequências dos próprios actos.

Do ponto de vista da Psicologia cognitivo-desenvolvimental, a componente comportamental implica o raciocínio moral como ponto de partida para alguns (Kohlberg) e como ponto de chegada para outros (Piaget). Assim, uma acção não pode ser qualificada de moral "sem se atender às razões pelas quais é praticada" (O. Lourenço – 1992).

Enquanto que para os teóricos da aprendizagem social a moralidade está na acção exterior e na obediência às normas sociais vigentes, para a abordagem cognitivo-desenvolvimental a moralidade reside no conjunto do comportamento exterior com o respectivo juízo moral.

A teoria da Aprendizagem é um modelo moral cuja perspectiva teórica não descrimina entre o que é convencional e estritamente moral, além de não distinguir entre comportamento, consciência e juízo morais. O que interessa é interiorizar o melhor possível as regras vigentes.

c. A Abordagem Cognitivo-Desenvolvimental

Surgiu em torno da obra pioneira de Piaget (1932) sobre o raciocínio moral da criança e estruturou-se a partir

de muitos trabalhos de carácter pedagógico (Bull – 1976), (Wilson – 1973), (W. Kay 1976) e de carácter crítico e experimental sobre a moralidade (D. Wright – 1983), (Rest – 1986), (E. Turiel – 1986) e sobretudo (L. Kohlberg 1984 e sgts.).

A abordagem cognitivo-desenvolvimental da moralidade, cujo expoente máximo é L. Kohlberg (1984), não é meramente descritiva das condutas morais, mas valorativa sobre os próprios valores. Isto é, o desenvolvimento moral **estrutura-se** segundo diferentes níveis, num processo **construtivista** do indivíduo em interacção com o meio e **onde a cognição** desempenha um papel relevante de explicitação e de significação dos comportamentos. Portanto os princípios morais, segundo esta perspectiva, são sobretudo construções racionais do sujeito em interacção social. Enquanto que para Piaget (1932) "toda a moral consiste num sistema de regras, sendo a essência da moralidade estudar o respeito que o indivíduo vai adquirindo por essas regras", para Kohlberg (1984), a essência da moralidade e a base do juízo moral reside no sentido da justiça. Por conseguinte, a moralidade tem mais a ver com aspectos de equidade, igualdade, reciprocidade nas relações humanas (Kohlberg), do que com o cumprimento ou violação das regras sócio-morais (Piaget).

- Em resumo, anotamos como pressupostos explicativos da moralidade segundo a perspectiva cognitivo-desenvolvimental que:
  - → o desenvolvimento moral é produto da actividade construtivista dos indivíduos na sua interacção com o meio.

- → através de raciocínios morais e não como expressão de conflitos irracionais.
- → raciocínios baseados na orientação para a justiça, tornando-se a justiça o princípio moral básico e o aspecto mais estrutural do juízo moral.
- → desenvolvimento moral orientado por e para princípios e não segundo regras de conduta, de carácter prescritivo (domínio do dever) em vez de carácter descritivo (domínio do ser) que passa por uma série de estádios cuja sequência de aquisição é invariante (O. Lourenço — 1992 e 1990).

3.2. Pressupostos Psicológicos do Desenvolvimento Moral

A questão mais importante em Psicologia do desenvolvimento moral é a evolução moral dos indivíduos segundo a sua idade. Por que estádios ou fases passa um indivíduo até atingir a sua maturidade ética?

O desenvolvimento moral dos indivíduos por fases, estádios ou níveis em função da sua maior ou menor maturidade, tem sido abordado segundo perspectivas teóricas diferentes:

a. Perspectiva Psicanalítica

Para Freud a noção de **Super Eu**, apareceu relativamente tarde (1923) como herdeiro do complexo de Édipo. O **Super Eu** estrutura-se, progressivamente, através de processos de identificação com os modelos parentais. Por exemplo, o rapaz para sair do conflito edipiano, deve renunciar à mãe como objecto de amor, o que pode acontecer segundo duas modalidades: ou identificar-se com a mãe ou, graças a um reforço e interiorização do interdito parental, identificar-se com o pai. O **Super Eu**, apresenta-se como instância diferente do Eu, ainda que participe da sua alta organização psicológica, e em relação íntima com o Id. (Freud – "Metapsychologie – Trad. Laplanche – Paris – Colecc. Idées – Gallimard, 1972). A identificação far-se-á, através do Super Eu parental na sua atitude educativa. O Super Eu assume três funções: de **autoobservação**, de **censor moral** a quem compete o sentimento de culpa e a **função de ideal**, a que se aplica o nome de ideal do Eu, e a quem compete o sentimento de inferioridade/superioridade.

Para a saúde mental do indivíduo, é importante que o Super Eu, como depositário da consciência moral se desenvolva normalmente.

- O Adolescente deve estruturar o seu universo interior dentro das coordenadas pulsionais, edipianas e relacionais. Trata-se da última oportunidade de reviver os acontecimentos interiores da infância antes da consolidação da personalidade. Nesta recapitulação afectiva de si mesmo, no

imaginário e no agir, o Adolescente pode consolidar, sublimar, inibir ou renegar os próprios movimentos interiores donde resulta o toque "decisivo da sua personalidade ética. Trabalho interior não isento de angústia pelas tensões acumuladas e de culpabilidade, pela necessidade de se afirmar e opor aos modelos parentais" (M Lemay – 1983).

b. Teoria da Aprendizagem Social

Segundo os teóricos da aprendizagem (Mischel y Mischel – 1976), (Bandura e McDonald – 1963), o desenvolvimento moral pela aprendizagem do comportamento socialmente aceite não se processa através duma evolução regular e homogénea. As condições de aprendizagem social e moral ao serem demasiado variadas não supõem a existência de estádios morais uniformes. Verifica-se uma sequência relativamente universal de índices de moralidade, segundo as idades, através do desenvolvimento do indivíduo.

Em relação ao modelo cognitivo-desenvolvimental de Kohlberg (1984), os teóricos da aprendizagem sustentam que há uma inconsistência entre o raciocínio e a acção moral devido à interferência de variáveis cognitivas e outras como a interpretação, as decisões, etc. (Bandura y McDonald – 1976).

c. Abordagem Cognitivo-Desenvolvimental

O desenvolvimento moral na perspectiva cognitivo-desenvolvimental apresenta-se como a que melhor se adequa ao

desenvolvimento psicológico dos indivíduos e com critérios mais racionais. E foi neste sentido que a adoptamos (Kohlberg – 1984) como modelo teórico-prático deste trabalho. Inspirados em O. Lourenço (1992), destacamos os seguintes vectores explicativos da evolução moral:

Para a Infância: distinção entre **moralidade** e **convenção** moral (Turiel – 1983) e entre orientação moral **heterónoma** versus **autónoma** (Piaget – 1932 e 1969).

Para **Jovens e Adultos** distinguimos os **níveis** e os **estádios** de raciocínio moral (Kohlberg – 1958 e 1984).

- **Turiel** (1983 e 1978), com uma metodologia mais próxima da utilizada por Piaget (1932) do que da de Kohlberg e por outro lado insatisfeito com a abordagem globalizante de Kohlberg que atribuiu às crianças menores de 10 anos o mesmo rótulo de moralidade (Pré-Convencional), averiguou se as crianças de 3 ou 4 anos eram capazes de distinguir entre **moralidade** (normas morais como obrigatórias, generalizáveis e inalteráveis arbitrariamente) e **convenção** (normas dependentes da organização social e da autoridade e portanto alteráveis). Se em crianças de 3 ou 4 anos aparecem já tais distinções, as mesmas tornam-se mais consistentes em crianças mais velhas (Turiel – 1983).

  Em conclusão, as investigações de Turiel demonstram que a competência moral da criança é maior do que se julgava (Piaget – 1932 e Kohlberg – 1984).

- **Piaget** (1932 e 1969)

  Na sua obra pioneira sobre o raciocínio moral das

crianças, Piaget (1932) estabeleceu que toda a moralidade consistia num sistema de regras. Adoptou então como critérios de desenvolvimento moral a **prática** das regras do jogo ("le jeu des billes") e a **consciencialização** da obrigação das mesmas regras do jogo pela criança entre colegas e com adultos. Surgiram assim as noções morais de heteronomia e autonomia para designar o tipo de moralidade dominante antes dos 10 anos (moral heterónoma) e depois dos 10 anos (moral autónoma).

Piaget não se referia propriamente a estádios, mas a fases de moralidade, uma vez que pode haver elementos de autonomia moral numa criança particularmente heterónoma e vice-versa (O. Lourenço – 1992).

Como tivemos ocasião de ver, enquanto que para Kohlberg a moralidade está baseada no conceito de justiça, para Piaget a moralidade tem mais a ver com o respeito das regras e das normas. Donde resulta que a moral heterónoma é sobretudo uma moral egocêntrica, de constrangimento, de respeito unilateral e de obediência, enquanto que a moral autónoma, implica a interiorização das normas e é sobretudo uma moral de perspectivismo, de cooperação e de respeito mútuo.

Os trabalhos de Kohlberg (1958 e sgts.) sobre o raciocínio moral para a justiça vieram na continuação da obra de Piaget (1932) e pretenderam ser uma extensão e complexificação da mesma, ao verificar-se que a partir dos 10/11 anos (fase de autonomia moral de Piaget) ainda se dão grandes transformações no

desenvolvimento moral dos indivíduos para níveis convencionais e pós-convencionais de moralidade. A contribuição psicológica de Piaget para a moralidade, teve o mérito de preconizar uma certa autonomia da consciência moral face ao peso das instituições e aos condicionamentos sociais (contra a posição dominante de Durkheim – 1974). Manifesta-se como uma possibilidade de invenção e de criatividade na intersubjectividade (F. Digneffe – 1989). Face ao abstraccionismo e dicotomismo rígido heteronomia/autonomia de Piaget sem levar suficientemente em consideração o contexto situacional das relações humanas, Kohlberg estruturou o seu modelo de orientação moral mais empírico e com dilemas standardizados a partir de situações humanas concretas.

- **L. Kohlberg** (1958 e sgts.) apresenta-se como o expoente máximo da perspectiva cognitivo-desenvolvimentista pela sua obra monumental baseada nos trabalhos pioneiros de Piaget (1932) e que se extende desde 1958 com a publicação da sua tese doutoral ("The development of modes of moral thinking and choice in the years ten to sixteen") até 1987 ("Democratic moral education") altura do seu falecimento. A vasta realização científica de Kohlberg sobre o raciocínio moral vai passando progressivamente da intervenção no desenvolvimento individual para a intervenção do indivíduo através do grupo (Formosinho – 1987).
  A partir dum conjunto de 9 Dilemas (histórias que

exprimem uma situação de conflito de valores, seguidas de algumas perguntas) postos a 72 rapazes de 10, 13 e 16 anos, Kohlberg identificou **3 níveis** de desenvolvimento do raciocínio moral, comportando cada nível **2 estádios** distintos (O. Lourenço – 1992):

Nível Pré-Convencional –	Estádio 1
	Estádio 2
Nível Convencional –	Estádio 3
	Estádio 4
Nível Pós-Convencional –	Estádio 5
	Estádio 6

(Quadro nº 1)

⟶ Níveis de Moralidade

Segundo o próprio Kohlberg (Colby e Kohlberg – 1987) "**o nível pré-convencional** é o nível da maioria das crianças antes dos 9 anos, de alguns adolescentes e adultos... O nível **convencional** é o nível alcançado pela maioria dos adolescentes e adultos na sociedade Americana. O nível **pós-convencional** é alcançado apenas por uma minoria de adultos, geralmente após a idade dos 20-25 anos". Efectivamente a maioria dos indivíduos, em culturas diferentes, tende a evoluir dum nível **pré-convencional** que corresponde à moralidade heterónoma de Piaget e onde as expectativas e as normas sociais permanecem exteriores ao sujeito para o nível **convencional** que corresponde aos indivíduos que já interiorizaram as normas e as expectativas sociais e procuram

viver de acordo com o que é socialmente aceite e partilhado. Subordinam-se os interesses individuais aos do grupo e da sociedade.

Segue-se o nível **pós-convencional** dos sujeitos com mais de 20-25 anos em geral "para quem o valor moral das acções depende menos da conformidade às normas morais e sociais vigentes e mais da conformidade a princípios éticos universais, tais como o direito à vida, à liberdade ou à justiça" (O. Lourenço – 1992). Trata-se da perspectiva moral do indivíduo que, estando antes da sociedade, tende a compreender as normas na sua relatividade. A sua raridade existencial em qualquer cultura levou Kohlberg a desistir da sua aplicação (ver Quadro nº 1).

—▸ Estádios de Desenvolvimento Moral

Dentro de cada um dos 3 níveis de moralidade, Kohlberg encontrou "evoluções morais" mais subtis a que chamou **estádios**, sendo o segundo estádio de cada nível, um estádio cognitiva e moralmente mais complexo do que o anterior (Ver Quadro nº 1). Cada um dos estádios implica **modos de pensar** (de resolver o mesmo dilema) **estruturados**, em **idades diferentes** e segundo uma **sequência invariante** (O. Lourenço – 1992).

Os estádios reflectem, cada qual a seu nível, uma **determinada orientação moral, um certo modo de coordenar as diversas perspectivas** e **determinadas operações de justiça** (Colby e Kohlberg – 1987). Segundo Kohlberg (1984), a caracterização de cada estádio será a seguinte:

Estádio 1 – dos indivíduos **orientados** para a obediência e para a punição, sem capacidade de distinguir **perspectivas** diferentes e quando tentam fazer **operações de justiça** fazem-no segundo critérios externos, materiais e físicos.

Estádio 2 – dos indivíduos que tendem a manifestar uma **orientação moral** individualista, pragmática e calculista. os valores morais já não se encontram nas acções, mas nas suas consequências. A **coordenação de perspectivas** faz-se segundo o ponto de vista duma segunda pessoa e apenas conforme os interesses individuais e concretos, enquanto que **as operações de justiça** formulam-se segundo os mesmos critérios e necessidades pessoais.

Estádio 3 – dos indivíduos (particularmente adolescentes), que revelam uma **orientação moral** relacional e interpessoal tendendo a superar a moralidade concreta e individualista do estádio anterior. A **coordenação de perspectivas** faz-se segundo o ponto de vista duma pessoa altruísta (pessoa relacional e afectiva), enquanto que **as operações de justiça** são sobretudo em termos ideais, não concretos (apelando a conceitos mediadores como "mérito", "demérito", "boa intenção", etc.).

Estádio 4 – dos indivíduos que apresentam uma **orientação** moral para a consistência, a imparcialidade face ao sistema social e para a manutenção da ordem. Trata-se duma moralidade convencional, interpessoal **com**

pontos de vista mais gerais, racionais e menos relacionais. As **operações de justiça** fazem-se coordenando as várias perspectivas em causa (sociais, morais, legais, etc.)

Estádio 5 – dos indivíduos que se **orientam moralmente** segundo a relatividade das normas e a universalidade dos princípios, **com perspectivas** do maior bem para o maior número e com **critérios de justiça** coordenando a igualdade, a equidade e a reciprocidade segundo princípios universais.

Estádio 6 – dos indivíduos que se **orientam moralmente** por princípios éticos, universais, prescritivos e reversíveis, **hierarquizando as perspectivas** diferentes em função dum ser – racional – moral, espécie de imperativo metaético, categórico e formulando **operações** de justiça em relação à pessoa como fim e não como meio.

A passagem aos estádios 5 e 6 é rara e exprime uma orientação moral segundo princípios éticos universais (Kohlberg, 1984; Colby e Kohlberg, 1987).

Nível	Estádio	ORIENTAÇÃO MORAL	PERSPECTIVA SÓCIO-MORAL
Pré- Convencional (I)	1	Orientação para a punição e para a obediência.	Não distingue nem coordena perspectivas. Só há uma correcta, a da autoridade.
	2	Orientação calculista e instrumental; pura troca, hedonismo e pragmatismo.	Distingue perspectivas, coordena-as e hierarquiza-as do ponto de vista dos interesses individuais (do "self" e dos outros).
Convencional (II)	3	Orientação para o "bom menino" e para uma moralidade de aprovação social e interpessoal.	Distingue perspectivas, coordena-as e hierarquiza-as do ponto de vista de uma terceira pessoa afectiva e relacional.
	4	Orientação para a manutenção da lei, da ordem e do progresso social.	Distingue perspectivas, coordena-as e hierarquiza-as do ponto de vista de uma terceira pessoa imparcial, institucional e legal.
Pós-Convencional (III)	5	Orientação para o contrato social, para o relativismo da lei e para o maior bem para o maior número.	Distingue perspectivas, coordena-as e começa a hierarquizá-las do ponto de vista de uma terceira pessoal moral, racional e universal.
	6	Orientação para os princípios éticos universais, prescritivos, auto-escolhidos e generalizáveis.	Distingue perspectivas, coordena-as de um ponto de vista ideal e hierarquiza-as segundo uma perspectiva moral, racional e universal.

Quadro nº 1 – Níveis e Estádios de Raciocínio Moral de Kohlberg – Adaptado de Colby e Kohlberg (1987)

Apesar das suas pretensões pedagógicas com desejo de aplicação a situações concretas, a perspectiva de Kohlberg, baseada fundamentalmente no princípio de justiça, permanece demasiado racional e abstracta (F. Digneffe – 1989).

3.3. Pressupostos Psicológicos da Análise do Comportamento Moral

Uma vez que os indivíduos se desenvolvem moralmente, a questão que nos pomos é de saber **como** se **avalia** o desenvolvimento moral. A resposta a esta questão, que está na base deste trabalho, variará, segundo a perspectiva teórica, adoptada e levar-nos-á a destacar, mais uma vez, o modelo cognitivo-desenvolvimental do comportamento moral (O. Lourenço, 1992) e (Kohlberg, 1984).

a. Perspectivas Psicanalítica e da Aprendizagem Social

Enquanto que os **Teóricos da aprendizagem** avaliam o desenvolvimento moral pelo número e pela frequência de comportamentos registados (Mischel y Mischel – 1976), os **Psicanalistas** tendem a avaliar o desenvolvimento moral através de variáveis relacionais tais como os sentimentos de culpa, a necessidade de reparação, a interiorização de padrões morais, etc. (Hoffman – 1970) a partir do mundo intrapsíquico.

b. Abordagem Cognitivo-Desenvolvimental

Para os Psicólogos da abordagem cognitivo-desenvolvimental a avaliação do desenvolvimento moral faz-se a partir do nível de raciocínio moral atingido pelos indivíduos. Isto

é, é o tipo de juízo moral e o seu funcionamento que permitem classificar eticamente, um indivíduo. Dentro da abordagem cognitivo-desenvolvimental além da **metodologia de Rest** (1986) chamada "Teste de Definição de Valores Morais", há também a **Metodologia de Kohlberg** de que nos ocuparemos em seguida dada a nossa opção pela mesma nas avaliações morais deste trabalho.

Na metodologia de Kohlberg para a avaliação da evolução moral distinguimos, fundamentalmente, dois momentos (Colby e Kohlberg – 1987) e (O. Lourenço – 1992):

—▸ **A Entrevista de Juízo Moral** que se destina à obtenção de material verbal e onde os sujeitos **são confrontados**, oralmente, com um conjunto de nove dilemas. **São convidados** a responder a algumas questões sobre cada um dos dilemas e, finalmente, **são solicitados** a justificar as suas opções. Pretende-se assim, ter acesso à filosofia moral do sujeito, à sua orientação moral, à sua perspectiva sócio-moral e ao seu estádio de raciocínio moral puro (1, 2, 3, 4 ou 5) ou intermédio (1/2, 2/3, 3/4, 4/5(" (O. Lourenço – 1992).

—▸ **A Atribuição de Estádio Moral**

Ao material obtido verbalmente é atribuído um estádio moral global, puro (1, 2, 3, 4, 5...) ou intermédio (1/2, 2/3, 3/4, 4/5,...) exigindo-se para o efeito uma "interpretação" e uma "hermenêutica" adequadas. Da **interpretação** pretende-se situar um indivíduo num estádio dominante (puro ou intermédio) de significado mais **estrutural** (orientação moral, perspectiva sócio-moral, operações de justiça) do que de

conteúdos (normas, valores, elementos morais escolhidos e justificados) (O. Lourenço – 1990) e (Colby e Kohlberg – 1987), (ver Quadro nº 2).

A complexidade da metodologia de Kohlberg torna difícil a sua fidelidade em caso de reteste (F. Digneffe – 1989), não se pretendendo avaliar nunca a moralidade da pessoa, mas sim o seu pensamento ou a sua maneira de resolver questões de deveres e de direitos susceptíveis de se modificarem através das idades (O. Lourenço – 1990).

O QUE SE PRETENDE AVALIAR	
Passo	**1ª Parte**
1.	Qual a orientação do sujeito em relação aos dois valores em confronto no dilema?
2.	Qual dos dois valores é, finalmente, escolhido pelo sujeito no dilema em causa?
3.	Qual dos dois valores em confronto é escolhido em cada uma das perguntas formuladas a propósito do dilema?
4.	Estimativa do estádio moral das várias respostas do sujeito em relação a cada um dos valores em confronto.
5.	Identificação dos vários juízos-de-entrevista nas respostas do sujeito em relação a cada um dos dois valores.
6.	Controlo das características desses juízos com vista a serem ou não matéria codificável em termos de estádio moral (i.e., se apresentam uma razão que seja válida e prescritiva para o sujeito).
	2ª Parte
7.	Procurar correspondência entre um juízo-critério no Manual e um juízo-de-entrevista em relação ao valor escolhido no dilema.
8.	Controlo literal e superficial da correspondência proposta.
9.	Controlo estrutural e profundo da correspondência proposta.
10.	Aceitação ou rejeição da correspondência proposta.
11.	Registo, numa folha estandardizada, da correspondência proposta e aceite.
12.	Procura, controlo, aceitação/rejeição e registo de todas as correspondências propostas para o valor escolhido.
13.	Procura de correspondências aproximadas entre os juízos-critério e os juízos-de-entrevista para lá das já identificadas, controladas, aceites e registadas.
14.	Procura, controlo, aceitação e registo de correspondências em relação ao valor não escolhido no dilema em causa e, depois, em relação a cada um dos dois valores de cada um dos outros dois dilemas dos três que constam da entrevista.
	3ª Parte
15.	Cálculo do estádio moral de cada um dos seis valores em causa na entrevista (dois valores em cada um dos três dilemas).
16.	Cálculo do estádio moral global (puro ou de transição) de toda a entrevista.
17.	Cálculo do score médio ponderado, que varia entre 100-500 e que é uma medida de maturidade moral.

Quadro nº 2 – Partes e Passos na avaliação moral pela metodologia de Kohlberg. Adaptado de Colby e Kohlberg(1987)

3.4. Pressupostos Psicológicos da Promoção da Moralidade

a. Perspectivas Teóricas da Abordagem Psicanalítica e do Modelo da Aprendizagem Social

Uma das questões mais importantes no estudo da moralidade é a de saber quais os mecanismos subjacentes e os processos em causa na promoção da moralidade. Como diz Lourenço (1992) "se o nível de desenvolvimento moral do sujeito não é um traço estável e consistente então isso significa que pode ser estimulado e promovido".

Mais uma vez (como vimos em 3.1., 3.2 e 3.3.) também a promoção da moralidade deve ser entendida segundo perspectivas teóricas diferentes.

Do ponto de vista **Psicanalítico** quanto mais forte for a identificação com os valores morais parentais e a sua interiorização com a consequente consolidação do Eu para poder conduzir-se segundo o princípio da realidade e resistir ao princípio do prazer melhor será o nível de desenvolvimento moral. Trata-se dum processo fundamentalmente inconsciente e que se desenrola nos primeiros anos de vida. Enquanto que segundo a perspectiva da **Aprendizagem Social** a aquisição e promoção do comportamento e pensamento moral estão dependentes da "contingência do reforço" e reflectem bem os padrões morais valorizados por cada sociedade, através de modelos adequados (Mischel et Mischel – 1976) e (Bandura e McDonald – 1963). Trata-se dum modelo de moralidade mais interessado

em que as pessoas "se portem bem" (Kohlberg – 1987) do que em estimular o desenvolvimento do seu raciocínio moral no sentido do outro, da diferença e dos princípios universais (Lourenço – 1992).

3.5. Perspectiva da Psicologia Social Experimental de Genève: O Conflito Sócio-Cognitivo

Não basta afirmar que as oportunidades de descentração sócio-cognitiva e a confrontação de pontos de vista diferentes promovem o desenvolvimento da moralidade. É necessário indagar porquê, em que condições sociais e quais os mecanismos e processos subjacentes da promoção do juízo moral. Foi sobretudo a contribuição de Jean Piaget (1932) com as noções de equilíbrio e desequilíbrio sobre a origem social da descentração que se tornou o fundamento das primeiras investigações da Escola de Psicologia Social do desenvolvimento de Genève (Doise e Mugny – 1981).

Será o paradigma do conflito sócio-cognitivo na discussão de dilemas morais (2 a 2 indivíduos) segundo a perspectiva da Escola de Genève que adoptaremos como modelo teórico de investigação neste trabalho, pelo que a sua análise merecerá uma atenção especial da nossa parte a nível de:

a) Requisitos

b) Condições

c) Situação

d) Função

e) Novas Abordagens

a. Requisitos: O "Raciocínio e a Perspectiva"

A tónica da promoção do juízo moral, a partir da interacção sócio-cognitiva (2ª Hipótese) recai **no raciocínio** (e não nos conteúdos morais ou no valor moral da pessoa) e na maneira de **perspectivar** os diferentes pontos de vista em causa. Quando se afirma a importância do **desenvolvimento cognitivo** como condição necessária mas não suficiente do desenvolvimento moral entende-se não a quantidade de coisas que se sabem, mas a maneira como se sabem, isto é, do ponto de vista estrutural (Kohlberg – 1980) e (O. Lourenço – 1992). A génese e o desenvolvimento da cognição como base do raciocínio moral explica em parte o facto de alguns adolescentes e adultos permanecerem a nível pré-convencional de moralidade e a maioria das pessoas nunca atingirem o nível pós-convencional (Kohlberg – 1984). É compreensível que as operações morais de justiça por igualdade e por reciprocidade andem a par das operações lógico-matemáticas de reversibilidade e de identidade (Berndt – 1981). Do mesmo modo Piaget dizia que "a cooperação no domínio moral e social é solidária da operação no domínio lógico-matemático. Uma e outra parecem envolver descentração e coordenação de pontos de vista diferentes" (citado por O. Lourenço – 1992). Além da estrutura cognitiva, outra condição necessária do desenvolvimento moral, é a **capacidade de pensar e agir** numa situação de conflito de valores, de modo que cada um desses valores seja ponderado e a solução adoptada seja equilibrada e reversível. Trata-se da capacidade de se colocar no ponto de vista do outro descentralizando-se em relação a determinado ponto de

vista (Piaget – 1965) e de assumir determinada perspectiva social (Selman – 1980).

Como dizia Kolhberg (1976) "em primeiro lugar atinge-se um determinado estádio lógico, o estádio das operações formais, por exemplo, que permite ver um conjunto de variáveis relacionadas num sistema. A seguir, a pessoas atinge determinado nível de tomada de perspectiva social que lhe permite ver as outras pessoas compreendendo-se umas às outras e finalmente atinge-se o estádio do juízo moral".

b. Condições: "A Interacção Social"

A grande oportunidade de desenvolvimento do raciocínio moral a partir da perspectivação de pontos de vista diferentes é a **interacção social.** O conceito de "equilíbrio-desequilíbrio" de Piaget (1975) foi transferido para o domínio do desenvolvimento moral, tendo-se estabelecido programas de discussão de dilemas sob a forma de interacção social (Blatt e Kohlberg – 1975). Face à concepção de interacção demasiado restrita (individual e interiorizado) de Piaget (1975) a Escola de psicologia Social de Genève, dentro do paradigma cognitivo (W. Doise e Mugny – 1981), e (Perret-Clermont – 1978) introduziu, através de vários protocolos experimentais, diferentes modalidades de interacção, onde a realidade social é inerente e não paralela aos processos cognitivos.

Numa primeira investigação (Doise, W. G. Mugny – 1981) tentou-se demonstrar experimentalmente que as crianças obtinham melhores resultados nas tarefas cognitivas realiza-

das em grupo (de 2 ou 3 pessoas) do que individualmente. Em segundo lugar comprovou-se que as crianças que tinham participado em algumas interacções sociais eram capazes de efectuar depois, sozinhas, estas mesmas coordenações, o que significa que os instrumentos cognitivos socialmente construídos e desenvolvidos eram posteriormente apropriados pelos sujeitos individualmente (Perret-Clermont – 1978). Tais progressos evidenciavam-se quer comparando os argumentos dados pelos sujeitos antes e depois da Interacção social onde se argumentava de maneira mais explícita (Desenvolvimento da Argumentação), quer constatando que os progressos numa determinada tarefa se generalizavam a outra tarefa semelhante com o mesmo tipo de raciocínio (Generalização dos Progressos) quer, enfim, pela permanência dos mesmos progressos adquiridos segundo Postestes diferidos várias semanas depois (Estabilidade dos Progressos), (Doise e Mugny – 1981) e (Perret-Clermont – 1978).

Como já sublinhamos, para que a interacção social possibilite uma nova construção cognitiva, será necessário que os indivíduos estejam habilitados cognitivamente de maneira adequada e possam confrontar o seu ponto de vista com o dos outros.

Várias experiências foram realizadas sucessivamente pela Escola Geneviana, apelando para diferentes noções piagetianas de conservação das quantidades de líquidos, de conservação do cumprimento, do número e do "espaço gráfico" e dirigidas a crianças com idades compreendidas entre os 4 e 7 anos numa situação de interacção social, tendo-se observado os efeitos positivos a nível da estruturação cognitiva

consequentes à interacção social (Perret-Clermont – 1978). Do mesmo modo, com objectivos e metodologias diferentes, Blatt e Kohlberg (1975), tentaram a promoção do desenvolvimento moral através dum tipo de interacção específica pela discussão na sala de aula de dilemas hipotéticos ou reais. Terminado o programa vários alunos do grupo experimental reavaliados no seu estádio de raciocínio moral tinham avançado em relação aos do grupo de control.

Põe-se o problema do grau de disparidade óptima a nível cognitivo ou de estádio moral entre os indivíduos da interacção. Do ponto de vista cognitivo Doise e Mugny (1981) acham que um indivíduo pode aproveitar-se de respostas relevantes doutro indivíduo com um nível semelhante ou até inferior ao seu com tal que, as perspectivas daí resultantes sejam diferentes. Do ponto de vista do desenvolvimento moral, Blatt (1975) pensa que a disparidade ideal entre indivíduos numa interacção seja de um estádio, enquanto que Walter (1986) acha que deveriam ser dois estádios e outros como Berkowitz, Gibbs e Broughton (citações de Berkowitz e outros – 1980) propõem apenas um terço de estádio como disparidade ideal. Embora não exista acordo quanto à disparidade ideal entre os níveis cognitivos ou morais dos indivíduos numa interacção, contudo pensa-se que uma disparidade excessiva não é eficaz por não ser minimamente compreendida entre os indivíduos. Ao não provocar desequilíbrios também não leva a equilíbrios superiores. Por outro lado uma disparidade mínima entre os indivíduos da situação interactiva (por homogeneidade cognitiva ou por falta de centrações diferentes ou contraditórias entre os indivíduos) ao ser pouco discrepante

e aparecer como algo já visto não se tornará geradora de conflito construtivista (O. Lourenço – 1992).

c. Situação: "O Conflito Sócio-cognitivo"

A interacção social, como acabamos de ver (3.4.2. b) não se torna fonte de progressos senão na medida em que suscitar conflitos sócio-cognitivos pela confrontação de pontos de vista diferentes. Neste sentido, com a abordagem do conflito sócio-cognitivo pela Escola de Psicologia Social de Genève (Perret-Clermont – 1978) e (Doise e Mugny – 1981) dá-se uma ultrapassagem doutras interpretações sociais clássicas do conflito como a de Festinger com a dissonância cognitiva e a de Piaget com a dialéctica "equilíbrio-desequilíbrio" da actividade cognitiva.

Na perspectiva da Escola de Genève existe conflito sócio-cognitivo quando na mesma situação e a respeito do mesmo problema se dá confrontação de pontos de vista segundo perspectivas diferentes e de cuja coordenação resulta uma nova solução mais completa e adaptada do que cada uma das perspectivas prévias individuais. Encontramo-nos perante um fenómeno de descentração que leva os indivíduos a tomarem consciência das próprias contradições interiores. Neste sentido, o conflito sócio-cognitivo fundamenta-se num conflito interior ao qual o sujeito não é sensível por si mesmo fora da situação interrelacional. É graças ao conflito sócio-cognitivo que os indivíduos são levados a coordenarem construtivamente os seus princípios de acção e de pensamento.

Quanto mais dinâmica e reversível for a confrontação de pontos de vista entre pares maior a necessidade de descentração pela emergência do conflito (Doise e Mugny – 1981) e (Perret-Clermont – 1978).

A interacção social tanto pode ser conflitiva como não conflitiva conforme o tipo de regulações sociais adoptado pelos intervenientes da interacção. Quanto mais relacional for a estratégia adoptada pelos indivíduos menos conflitiva será e menos capaz de ocasionar mudanças estruturais a nível cognitivo e moral.Ao contrário da estratégia sócio-cognitiva cuja virtualidade conflitiva é geradora de transformações a nível individual e social:

A estratégia relacional de regulação do conflito exprime uma situação de dependência com manipulação adaptativa das respostas dos dois ou de um dos intervenientes e sem uma verdadeira elaboração cognitiva. Trata-se duma situação de compromisso de evitamento do conflito por justaposição de respostas que, por serem potencialmente conflitivas não originam uma confrontação real. Os sujeitos em desacordo optam por uma divisão do trabalho sem se prestarem mutuamente atenção. A diferenciação hierárquica é outro factor susceptível de induzir uma regulação de tipo relacional mesmo entre iguais. Trata-se duma situação relacional assimétrica, quando um dos sujeito assume uma atitude dominante nas decisões a tomar quer pela excessiva disparidade cognitiva quer pelo estatuto de superioridade em relação ao outro indivíduo. Nesta situação, por falta de reciprocidade, os indivíduos não têm todos a mesma possibilidade de participar activamente na

elaboração da resposta colectiva. Finalmente, quanto mais complacente se mostra um indivíduo na interacção menos probabilidades de autonomia cognitiva evidenciará. Efectivamente, a complacência constitui outra das modalidades de regulação relacional do conflito pelo excesso de submissão às regras sociais da situação interactiva. À imitação complacente onde não se dá verdadeira reestruturação cognitiva opõe-se a atitude sócio-cognitiva despertada pelo conflito interactivo (Doise e Mugny – 1981), (Mugny – 1985) e (Perret-Clermont – 1978).

A **estratégia sócio-cognitiva** ao contrário da relacional caracteriza-se pela elaboração interactiva de novas representações cognitivas para além dos pontos de vista particulares dos indivíduos. A regulação do conflito não se efectua simplesmente a nível de respostas mas pelas transformações profundas derivadas duma reorganização cognitiva consistente e expressa pela coordenação de diferentes pontos de vista.

A propósito da conservação da igualdade de cumprimentos, crianças entre os 5 e 6 anos pensam que duas barras idênticas colocadas paralelamente têm o mesmo comprimento. Contudo, deslocando ligeiramente uma das barras de modo a que sobressaia a sua extremidade em relação à outra, as mesmas crianças não-conservadoras dirão que a barra deslocada é mais comprida (por se centrarem unicamente no fenómeno aparente). Colocar-se-ão em situação de conflito as ditas crianças se o experimentador se opuser dizendo que na sua opinião a barra mais comprida é a outra porque sobressai do outro lado (Inhelder, Sinclair, Bovet – 1974) e (Doise y Mugny – 1981).

Constata-se que a obrigação social de, na mesma situação, ter em conta outro ponto de vista incompatível com o próprio torna-se ocasião de progresso. Noutra série de experiências (Doise y Mugny – 1981) retoma-se um paradigma experimental que utiliza as transformações espaciais. A tarefa consiste em reconstruir num suporte uma aldeia cuja orientação apresenta dificuldades em relação à aldeia modelo construída pelo experimentador. As crianças de 5 a 6 anos reproduzem uma cópia egocêntrica da aldeia sem levar em consideração as transformações necessárias direita-esquerda e frente-trás para que se conservem as relações intrafigurativas. Constatou-se que pares de crianças obtinham melhores execuções do que crianças isoladas, o que prova que a obrigação social de ter em conta o ponto de vista do outro, diferente do próprio, é uma oportunidade importante de progresso. Várias experiências demonstram, por conseguinte, que o desenvolvimento cognitivo e social é facilitado pela acentuação do contraste entre as respostas induzidas socialmente e as respostas incorrectas do sujeito. Neste sentido, numa situação interactiva conflitiva há mais probabilidades de progresso quando a solução proposta se põe em dúvida quer pela intervenção doutro sujeito quer pelas centrações opostas do próprio indivíduo. Trata-se dum conflito entre modelos cognitivos insuficientes próprios e modelos induzidos socialmente (Perret-Clermont – 1978).

Torna-se, pois, necessário conhecer as condições da génese e da evolução do conflito assim como as razões e as vicissitudes que o tornam fecundo no desenvolvimento psicológico e moral dos indivíduos (Mugny – 1985):

- "Heterogeneidade nos níveis cognitivos dos indivíduos"

– que leva os indivíduos a divergir quanto à posição a tomar face aos dilemas ou às tarefas a realizar.

- "Homogeneidade nos níveis cognitivos dos indivíduos mas com centrações diferentes opostas ou contraditórias" – onde os indivíduos apresentando um mesmo tipo de raciocínio fundamentam-se em centrações diferentes.
- "Homogeneidade cognitiva com pontos de vista diferentes ou opostos" – onde o conflito gerado se deve a pontos de vista diferentes dos indivíduos, apesar da sua homogeneidade cognitiva com centrações idênticas.

De maneira geral as situações conflitivas tornam-se construtivas graças à "divergência" de níveis cognitivos ou aos diferentes pontos de vista com centrações mentais não idênticas (Mugny – 1985).

d. A Função da "Marcação Social"

A noção de Marcação Social representa uma contribuição importante para o estudo dos conflitos entre pontos de vista diferentes na medida em que as representações e significados sociais ao influenciarem as operações cognitivas dos indivíduos vêm dar uma nova dimensão aos mesmos conflitos sócio-cognitivos.

Efectivamente, o conceito de **Marcação social** refere-se às representações sociais e aos significados das tarefas que associados aos processos cognitivos desempenham um papel estruturante e facilitador na regulação do conflito sócio-cognitivo. A marcação social é portanto um mecanismo psicos-

sociológico que ocupa um lugar de interface entre o social e o cognitivo" (Mugny – 1985).

Para a compreensão duma situação conflitiva interactiva não basta contar apenas com as operações cognitivas em causa, mas também com as representações sociais que lhe são inerentes. Dada a importância das representações sociais e dos significados das tarefas para a dinamização das operações cognitivas, quanto mais inteligível socialmente for uma tarefa, maiores serão as probabilidades de êxito (Mugny y Doise – 1983). A Escola de Psicologia Social de Genève, através de vários paradigmas experimentais, demonstrou a importância da implicação conflitiva das representações sociais nos processos para o desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos (Mugny – 1985).

Seleccionaram-se algumas crianças não conservadoras de 6 anos para realizarem uma tarefa de conservação de cumprimentos desiguais (Inhelder, Bovet et Sinclair – 1973). Usaram-se duas pulseiras de tamanhos desiguais dispostas longitudinalmente a fim de serem destinadas respectivamente, ao Experimentador e à própria criança na situação de marcação social e a serem colocadas em dois cilindros diferentes na situação de não marcação social. As crianças eram convidadas a realizar as duas tarefas e a justificar a sua escolha ao qual o Experimentador contrasugestionava quer se acertasse ou não na execução. O Experimentador pretendia assim, centrar sistematicamente a actividade cognitiva das crianças sobre as suas próprias contradições ou erros sem lhes sugerir qualquer solução. Os resultados verificados através de Postestes individuais provaram que os progressos (passagem do nível não

conservador para o nível intermédio ou conservador) foram superiores na situação marcada socialmente (interacção entre o Experimentador e as crianças com pulseiras de tamanho diferente) (Doise, Dionet y Mugny – 1978). Trata-se dum exemplo onde se associam conflitivamente as operações cognitivas a realizar (juízo emitido pelas crianças para justificarem a sua opção) com a norma social reguladora da interacção criança-adulto (relação social onde o adulto necessita de um objecto maior do que o da criança).

Em conclusão, a **marcação social** numa determinada situação interactiva pode apresentar-se **espontânea** ou **simbolicamente**. No primeiro caso, a marcação social poderá consistir na necessidade de ressaltar a atribuição a um adulto dum objecto maior do que o atribuído a uma criança (tarefa da conservação da desigualdade) ou face à exigência social de igualdade (tarefa de conservação da igualdade) em oferecer a mesma recompensa a indivíduos em situações iguais (De Paolis – 1985). Quanto à marcação social simbólica que deverá ser em função do contexto social e da natureza do material experimental, não será o mesmo, por exemplo, realizar transformações num aldeia de escassa significação social e numa sala de aula de alta significação social onde a distribuição do espaço está marcada pelas relações hierárquicas professor-alunos (De Paolis – 1985) e (Doise y Mugny – 1981).

Dada a interferência dos significados e das representações sociais nas operações cognitivas (marcação social), os progressos serão mais propícios nas situações interactivas socialmente marcadas, isto é, nas situações onde se dá

oposição ou conflito entre as respostas de registo cognitivo (operações cognitivas a realizar) e as respostas de registo social (normas que regulam directa ou indirectamente a interacção) (Mugny – 1985).

e. Novas Abordagens sobre a "Marcação Social"

Perret-Clermont (1988) a partir dos problemas levantados em torno da transmissão e da apropriação de conhecimentos em contextos Institucionais, particularmente na Escola, fez a análise das relações interpessoais e a sua vinculação com o saber e o conteúdo dos discursos. Até que ponto nos processos interactivos entre os que aprendem (Sujeitos ou Alunos) e os que ensinam (Experimentador ou Professor) com os seus respectivos universos de referência, se atribuem significados às situações e aos comportamentos?

Efectivamente constatou-se experimentalmente (Perret-Clermont et Nicolet – 1988) que os sujeitos não só se aplicam à tarefa cognitiva a desempenhar, mas também tentam interpretar o significado da situação onde se encontram. O comportamento cognitivo do sujeito permanece, portanto, inerente ao contexto interpretativo onde se situa. Verifica-se então que a tentativa por encontrar uma solução a um problema não é apenas uma questão lógica, mas também uma questão de valores, e de significados dependentes das experiências próprias dos respectivos intervenientes. Estas investigações (Perret-Clermont – 1988) vêm abrir novas perspectivas para a compreensão da interacção didáctica como processo relacional

(onde o cognitivo e o social se inserem mutuamente) em ordem à aprendizagem e à modificação dos respectivos pontos de vista. Tanto o professor como o psicólogo em situação didáctica ou de teste modificam progressivamente as suas posições para induzirem na criança uma compreensão diferente da realidade e atingirem-se assim os objectivos culturais e cognitivos desejados. O professor e o aluno darão um sentido novo às tarefas realizadas, pois além das produções cognitivas há toda uma actividade "meta-sócio-cognitiva" estruturante. Estes paradigmas experimentais (Perret-Clermont – 1988) aplicados noutros contextos culturais permitir-nos-iam verificar como se desenvolvem as confrontações sócio-cognitivas e as aprendizagens em universos simbólicos e relacionais diferentes (Perret-Clermont – 1978 e 1988).

3.6. Síntese

A contribuição significativa da Psicologia para a compreensão do **desenvolvimento, avaliação** e **promoção** do comportamento moral a nível de cada uma das 3 principais perspectivas teóricas (Psicanálise, Aprendizagem Social e Abordagem Cognitivo-Desenvolvimental) pareceu-nos evidente. Destacamos contudo a perspectiva cognitivo-desenvolvimental de Kohlberg (1984) por nos parecer a mais adequada pelos seus critérios cognitivos e desenvolvimentais para a avaliação das diferenças a nível de juízo moral (capítulos 3.2. e 3.3.)

entre Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes, (**primeira Hipótese**). Em segundo lugar, para a comprovação da nossa segunda Hipótese sobre os efeitos da Interacção sócio-cognitiva com confrontação conflitiva ou não de pontos de vista diferentes em Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes servimo-nos do modelo teórico da Escola de Psicologia Social e Experimental de Genève (Doise e Mugny – 1981; Perret Clermont, A.N. – 1978 e 1988) por nos parecer o que melhor integra construtiva e conflitivamente o social e o cognitivo. Vimos também que na situação de Interacção sócio-cognitiva (Discussão de Dilemas morais por díades) a Marcação Social das tarefas, dos comportamentos e do contexto social e as representações sociais interferem significativamente na resolução dos problemas morais.

IV. A ABORDAGEM DO JUÍZO MORAL EM ADOLESCENTES DELINQUENTES E NÃO DELINQUENTES

A faixa etária dos sujeitos compreendidos pelo nosso estudo vai dos 18 ao 21 anos – (ver cap. VI) nas suas duas vertentes de **Delinquência** e **Não Delinquência** o que justifica as seguintes observações:

4.1. Adolescência

Optamos por esta faixa etária, como fase da vida cujo espaço vital é ponto de convergência privilegiado de todas as dimensões da personalidade em formação (afectiva, cognitiva, moral biológica e social).

É também o tempo por excelência dos conflitos éticos consigo mesmo e com a sociedade, crise de valores como se verá pela dificuldade em os Adolescentes estruturarem os seus próprios juízos de valor. A imprevisibilidade, a competitividade e a transitoriedade da sociedade vão interferir, certamente, nos valores do Adolescentes e na sua capacidade de julgar eticamente. Se há alguma palavra capaz de caracterizar pertinentemente a Adolescência essa palavra é "Complexidade" (J. Wilkins – 1985) e (M. Fleming – 1992).

Do ponto de vista cognitivo o pensamento operatório formal do Adolescente implica a apreensão da realidade que se exprime pela capacidade de acesso ao hipotético-dedutivo para raciocinar a partir de proposições e não já necessariamente em termos concretos de experimentação.

O Adolescente pode atribuir valores aos conteúdos

formais das suas decisões ingressando, assim, no domínio dos possíveis.

Consequentemente na área da moralidade podemos pressupor no Adolescente uma compreensão empática das regras que regem as relações multilaterais, um alargamento da obrigatoriedade moral e uma melhor regulação das relações com os outros (D. Wright – 1983). Por conseguinte, as estruturas operatórias cognitivas aplicadas às operações morais tomam o nome de "cooperação recíproca" talvez menos fluidas e menos exactas do que as estruturas lógico-formais do pensamento mas igualmente certas e verdadeiras (Piaget – 1932 e 1975).

Do ponto de vista afectivo (ver capítulo 3.2.a)), distinguimos duas grandes etapas universais na Adolescência: a identidade e a intimidade (Erikson, E. – 1950). Inspirando-nos em Wilkins (1985), para construir a **Identidade** torna-se necessário desfazer-se da antiga identidade e adquirir a autonomia. Trata-se dum processo complexo que cristaliza no início da idade adulta e que se exprime através dum conjunto de operações de carácter moral cognitivo-formal e com um sentimento de confiança na própria continuidade e homogeneidade interiores. Não se pode ser ajudado directamente na formação da identidade e enquanto que alguns se consolidam interiormente com alguma facilidade outros dissocializam-se e tornam-se marginais. A formação da identidade não consiste tanto na integração social mas na capacidade de reformular o universo dos próprios valores (Wilkins – 1985). Por sua vez a **Intimidade**, sobretudo na segunda fase da Adolescência, refere-se à capacidade de estabelecer relações e de viver com outra pessoa. Os mecanismos da interacção e da atracção mútua

estruturam-se cada vez melhor e é evidente que a capacidade de intimidade (e de estar só – Winnicott) se desenvolve gradualmente e como consequência da formação da identidade. Uma vez a identidade e a capacidade de intimidade adquirias o Adolescente poderá aprender a viver moralmente com os outros (Blos – 1962).

4.2. Delinquência

A noção de Delinquência ainda que bem definida juridicamente torna-se contudo pouco clara clinicamente no conjunto da personalidade dos indivíduos. A maior parte das investigações (M. Lemay – 1973) identificam a Delinquência com os fenómenos exteriores de tipo institucional-jurídico sem levarem suficientemente em consideração as motivações subjacentes do comportamento dos indivíduos.

O conceito de Delinquência implica um conjunto de tal modo complexo, de comportamentos e de atitudes (Delinquência ocasional, defensiva, caracterial, nevrótica, de grupo, etc. – M. Lemay – 1973) que nem todos os Delinquentes apresentam dificuldades ou atraso no desenvolvimento moral.

Do ponto de vista cognitivo descrevem-se perturbações que, dificultando o acesso do Delinquente ao pensamento operatório abstracto interferem no seu raciocínio moral (Marcelli y Braconnier – 1984). Temos, por exemplo, a incapacidade de pensar e de investir na realidade segundo as

coordenadas temporais. As coisas existem enquanto estão presentes e a sua ausência corresponde à sua não existência (Discronia). São frequentes as dificuldades em prever, antecipar ou imaginar as consequências duma acção. Espécie de descontinuidade entre a representação e o agir (Dispraxia). Há, enfim, a perturbação das funções semióticas ou representativas que dificultam a articulação entre o significado e o significante (Disgnosia) ou a dificuldade de empatia, de descentralização e de perspectivar o ponto de vista dos outros (Hipertrofia Egocêntrica). De maneira geral fala-se da dificuldade dos Adolescentes acederem a estruturas combinatórias e à coordenação de operações mentais como um todo coerente (Lemay – 1973).

Do ponto de vista afectivo (A. Dias – 1984) e (Winnicott – 1969) o Delinquente apresenta uma estruturação deficitária do Super Eu cujo funcionamento com passagens frequentes ao acto adquire um significado peculiar. O Super Eu como instância moral apresenta características que não reenviam particularmente para o conflito edipiano, mas para um modo de ser de tipo narcísico. O Delinquente encontra-se numa situação paradoxal onde a realidade exterior se lhe torna insuportável, o Super Eu patologicamente exagerado e o Eu desvalorizado restando-lhe a passagem ao acto como meio de salvaguardar o narcisismo. A transgressão torna-se uma maneira de ser susceptível de tomar múltiplos significados (F. Digneffe – 1989). A fragilidade do Ideal do Eu manifesta-se por uma desvalorização de si mesmo e por uma insatisfação profunda (M. Lemay – 1973).

4.3. Síntese

Uma teoria sistematizada sobre a consciência moral dos Adolescentes ainda está por fazer apesar de dispormos duma matriz teórica sobre os diferentes factores do comportamento moral bastante rica quer do ponto de vista cognitivo sobre o juízo moral (e que servirá como perspectiva teórica do nosso trabalho), quer do ponto de vista afectivo sobre os aspectos pulsionais e relacionais da moralidade (Frederico Pereira – 1983[b]), quer do ponto de vista social sobre o papel do conflito sócio-cognitivo na promoção do desenvolvimento moral (O. Lourenço – 1992).

Julgamos ser na discrepância entre Delinquência e Não Delinquência que ressaltam melhor os contornos da personalidade moral particularmente na Adolescência. Efectivamente Delinquência e Não Delinquência exprimem duas posições diferentes face ao comportamento moral na nossa sociedade como teremos ocasião de verificar através dos juízos morais emitidos pelos nossos Adolescentes.

Finalmente, dada a dimensão ética do comportamento humano (Ethos – comportar-se com) é no contexto interactivo de carácter conflitivo que melhor se evidencia a natureza e a promoção dos juízos morais dos indivíduos.

V. OBJECTIVOS DESTE TRABALHO E HIPÓTESES

5.1. Objectivos Gerais

O presente trabalho pretende avaliar, em primeiro lugar, os níveis de raciocínio moral de Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes segundo o modelo de Avaliação Moral de Kohlberg (baseado no conceito de justiça) e que compreende uma **entrevista** de juízo moral com vários dilemas éticos e a **atribuição** dum estádio moral de 1 a 6 (através da análise qualitativa das respostas dadas). Em segundo lugar comparar-se-ão os resultados obtidos (nível de classificação, tipo de respostas) pelos Adolescentes Delinquentes e Não delinquentes. Finalmente, sujeitar-se-ão os indivíduos Delinquentes e Não Delinquentes do grupo Experimental a uma situação de discussão 2 a 2 (interacção social) e os indivíduos Delinquentes e Não Delinquentes do grupo de Control a um simples contacto verbal com o Experimentador para verificar se a interacção sócio-cognitiva tem efeitos positivos no funcionamento do juízo moral.

Não se trata, por conseguinte, de avaliar os traços morais da personalidade mas "a maneira como o sujeito resolve questões de direitos e de deveres postos à sua consideração.

5.2. Hipóteses

Formulamos, por conseguinte, as seguintes hipóteses:

- **Diferenças a nível do Juízo Moral**

  (H.G.1.) – Existem diferenças a nível do juízo Moral entre Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes, quanto à elaboração do raciocínio ético, à perspectiva sócio-moral, orientação moral.

- **Interacção sócio-cognitiva e modificação do juízo moral**

  (H.G.2.) – A interacção sócio-cognitiva tem efeitos positivos no funcionamento do juízo moral em Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes, relativos à elaboração de novos pontos de vista estruturantes, reorganização cognitiva e moral.

VI. AMOSTRA E METODOLOGIA

6.1. A Amostra

Trabalhamos com uma população de 48 indivíduos do sexo masculino, dos quais 24 são Delinquentes e 24 são Não Delinquentes, com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos. Todos os indivíduos foram escolhidos aleatoriamente, tendo em conta os resultados obtidos informalmente com adolescentes de várias procedências, durante um "tempo de treino".

A) A IDADE

Com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos, a média de idades dos indivíduos da amostra era de 19,5 anos com uma idade mínima de 18 anos e máxima de 21 anos.

Grupos/Idades	18	19	20	21		TOTAL
Delinquentes	5	6	8	5		24
Não Delinquentes	12	6	4	2		24
TOTAL	17	12	12	7		

Quadro nº 3 – Distribuição de idades pelos dois grupos de Delinquentes e Não-Delinquentes.

Subgrupos/Idades	18	19	20	21	TOTAL
Control	5	5	2	0	12
Experimental	7	1	2	2	12
TOTAL	12	6	4	2	24

Quadro nº 4 – Distribuição de Idades no grupo de Não Delinquentes, nos Grupos de Control e Experimental.

Subgrupos/Idades	18	19	20	21	TOTAL
Control	2	4	5	1	12
Experimental	3	2	3	4	12
TOTAL	5	6	8	5	24

Quadro nº 5 – Distribuição de idades no Grupo de Delinquentes, nos Grupos de Control e Experimental.

B) A ESCOLARIDADE

Há uma disparidade evidente entre o nível de Escolaridade dos Delinquentes e dos Não Delinquentes. Enquanto que os Não Delinquentes se distribuem entre o 11º e 12º anos de Escolaridade, os Delinquentes situam-se, frequencialmente,

entre o 4º e o 9º anos de Escolaridade. Tivemos em conta esta situação diferencial entre os 2 grupos e observamos que a desvantagem escolar além de poder ser avaliada como inerente ao processo delinquencial, a sua influência é pouco significativa em termos de avaliação ética e dada a natureza dos testes de Kohlberg onde interessam mais as estruturas e a sensibilidade de fundo do que os conteúdos mentais (Quadro nº 6).

C) MEIO FAMILIAR

Agregados familiares sensivelmente homogéneos e aleatoriamente distribuídos nos dois grupos de Delinquentes e de Não Delinquentes: Famílias de classe média inferior, de classe média e de classe inferior com algumas particularidades desviantes em quatro casos do grupo de Delinquentes: mãe e dois filhos reclusos, dois pais alcoólicos com perturbações secundárias do comportamento e uma mãe solteira. Nos dois grupos há casos de separação e divórcio, num total de 12 (8 no grupo de Delinquentes e 4 no grupo de Não Delinquentes).

D) A INSTITUIÇÃO

Dois tipos de Instituição diferentes, correspondentes aos dois grupos de Adolescentes em causa:

→ **Não Delinquentes** – Estabelecimento de Ensino Secundário na cidade do Porto (Escola Secundária Soares dos Re

orientação profissional para Belas Artes, Arquitectura, Pintura, etc...., mas sem qualquer referência pedagógica específica em relação aos outros estabelecimentos de Ensino Secundário. Os indivíduos são todos não trabalhadores e frequentam 93% o 12º ano e 7% o 11º ano.

Todos residentes no Grande Porto e naturais do Grande Porto (17) e do interior-Norte (7). Os 24 indivíduos foram repartidos, aleatoriamente, em 2 grupos equivalentes: Grupo Experimental e Grupo de Control.

—▸ **Delinquentes** – provenientes de dois Estabelecimentos Prisionais (Porto e Leiria), com modelos de intervenção pedagógica, penal e existencial (horários, hábitos, regras, etc....) muito similares. A situação jurídico-penal dos 24 Adolescentes nos dois Estabelecimentos Prisionais é de dois tipos: De **Pré-Julgamento** (prazo de espera de 2 a 4 meses) e de **Pós-Julgamento** (com penas de 8 meses a 6 anos). Os delitos que motivaram a reclusão circunscrevem-se em:

Grupos	Nível de Escolaridade em Anos									
	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	TOTAL
Não Delin-quentes	0	0	0	0	0	0	0	3	21	24
Delinquentes	5	4	11	3	0	1	0	0	0	24
TOTAL	54	4	11	3	0	1	0	3	21	48

Quadro nº 6 – Níveis de frequência na escolaridade dos dois grupos de Delinquentes e Não Delinquentes.

torno do **furto** segundo duas modalidades: o furto repetitivo com violência (não se considerou o furto simples ou ocasional) e o furto com violência associado ao universo da droga (não se considerou o furto secundário à toxicodependência). Há 1 delito de homicídio.

9 dos Delinquentes eram naturais do Grande Porto, 5 eram naturais da Grande Lisboa, 3 da região de Guimarães e 5 do interior centro do país. os 24 indivíduos foram repartidos aleatoriamente em dois grupos equivalente: grupo Experimental e grupo de Control.

E) CONCLUSÃO

Os **24 Não delinquentes** foram escolhidos aleatoriamente em 3 turmas do 11º e 12º anos duma Escola Secundária do Porto, usando como critérios a idade cronológica, o nível de escolaridade e a definição de Adolescência como foi referida no capítulo 4.1.

Os **24 Delinquentes** foram igualmente escolhidos aleatoriamente em 2 Estabelecimentos Prisionais (Leiria e Custóias), tendo em conta a idade cronológica, a natureza do delito e a problemática em torno do conceito de Delinquência como foi referida no capítulo 4.2.

6.2. Metodologia

O convite inicial para colaborar neste trabalho foi feito pelos psicólogos das respectivas Instituições Prisional e Escolar. No grupo dos Delinquentes foi excluído 1 indivíduo por suposta insanidade mental e no grupo dos Não Delinquentes desistiram 2 indivíduos no início dos trabalhos, tendo sido substituídos imediatamente. A duração total da investigação foi de 32 dias, tendo mediado cerca de 11 a 13 dias de intervalo entre as provas com os grupos de Delinquentes e de Não Delinquentes e cerca de 2 a 4 dias entre as provas dos grupos Experimental e de Control tanto dos Delinquentes como dos Não Delinquentes.

A. PLANO DE TRABALHO (Quadro nº 7)

1ª Hipótese

Variáveis Independentes: A Delinquência, operacionalizada no grupo dos Delinquentes e dos Não Delinquentes.
Variáveis Dependentes: As diferenças verificadas, respectivamente, no juízo moral.

2ª Hipótese

Variáveis Independentes: No **Grupo Experimental** dos Delinquentes e dos Não Delinquentes, a situação de Discussão 2 a 2 (Interacção Sócio-cognitiva).
No **Grupo de Control** dos Delinquentes e dos Não Delinquentes o contacto espontâneo e pessoal com o Experimentador.
Variáveis Dependentes: variações no nível do juízo moral nos Delinquentes e Não Delinquentes do Grupo Experimental.

- **Fase 1 –**

Preteste

Avaliação do nível de juízo moral de cada um dos 48 indivíduos (24 Delinquentes e 24 Não Delinquentes) segundo a escala de 1 a 6 de Kohlberg (adaptada por nós – ver 6.2.B)), a partir da "Entrevista de Juízo Moral" composta por um conjunto de Dilemas morais. A consigne que empregamos foi a seguinte: "Ponho à tua consideração o seguinte Dilema...Que te parece?"

• Fase 2 –

Discussão 2 a 2 ou Interacção sócio-cognitiva

(Delinquentes e Não Delinquentes do Grupo Experimental). A consigne que empregamos foi a seguinte: "Afinal pode-se roubar...ou não?" "Como não estão totalmente de acordo querem tentar chegar a um consenso?". Tentamos emparelhar os indivíduos 2 a 2 segundo as condições adequadas de disparidade cognitiva e o nível de juízo moral para o surgimento do conflito sócio-cognitivo (Mugny et Doise – 1983) o que nem sempre foi fácil dada a redução da amostra (12 indivíduos Delinquentes e 12 Não Delinquentes do grupo Experimental).

Contacto individual com o Experimentador

(Delinquentes e Não Delinquentes do Grupo de Control). A consigne que empregamos foi a seguinte: "Afinal pode-se roubar...ou não?" "Que te parece?". Trata-se dum contacto espontâneo sem condições de conflitualização por falta de interacção sócio-cognitiva (Mugny et Doise – 1983).

• Fase 3 –

Posteste

Procedeu-se como no Preteste (Fase 1) e com os mesmos indivíduos para averiguar se houve ou não houve alterações a

nível do juízo moral depois da Discussão 2 a 2 (Interacção sócio-cognitiva).

Delinquentes (24 indiv.)		Não Delinquentes (24 Indiv.)	
Grupo de Control (12 Indiv.)	Preteste (média 25 min., cada indiv.)	Grupo de Control (12 indiv.)	Preteste (média 25 min. cada indiv.)
	Contacto Indiv. (Média 25 mn. cada indiv.)		Contacto Individual (média 25 min. cada indiv.)
	Posteste (média 25 mn. cada indiv.)		Posteste (média 25 min. cada indiv.)
Grupo Experimental (12 indiv.)	Preteste (média 25 mn. cada indiv.)	Grupo Experimental (12 indiv.)	Preteste (média 25 min. cada indiv.)
	Discussão 2 a 2 (média 25 min. cada díade)		Discussão 2 a 2 (média 25 min. cada díade)
	Posteste (média 25 mn. cada indiv.)		Posteste (média 25 mn. cada indiv.)

Quadro nº 7 – Plano Geral do Trabalho

B. A TEMÁTICA DOS DILEMAS

Construímos os nossos Dilemas inspirados nos 9 Dilemas clássicos de Kohlberg (C. e A. Sprinthal – 1973) em torno de 3 grandes **Áreas** de Moralidade:

- **Filosófica**
- **Ética**
- **Jurídica**

e segundo os seguintes TEMAS:

- **A Vida Humana**
- **O Respeito pelo Outro**
- **A Propriedade Alheia**
- **A Consciência Moral e a Lei**

Procedemos do seguinte modo:

No PRETESTE

a) A Vida Humana (Área Filosófica)

O Jorge tem uma doença grave e está com dores terríveis. Pede-te um calmante senão mata-se. Ao não seres atendido pelo farmacêutico por falta de autorização médica e assustado com as ameaças do amigo pensas em assaltar a farmácia.

- Que te parece?
- Porque é que a vida vale muito?
- É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?
- É mais urgente salvar a vida duma crianpa ou duma pessoa famosa?

b) O Respeito pelo Outro (Área Ética)

Um colega teu está em apuros porque não se pôde preparar para um exame. Nas vésperas do mesmo conseguiu entrar no

gabinete do professor e apoderou-se dos testes. Contou-te tudo e pediu-te segredo. O professor perguntou-te se por acaso sabias de alguma coisa.

- Que responderias?
- Porque é que se deve manter a palavra dada?
- Porque é que não se deve mentir?

c) A Propriedade Alheia (Área Ética)

O João veio para a cidade e não consegue arranjar emprego. Começa a passar mal e desesperado assalta a Caixa do Centro Comercial.

- Que te parece?
- Porque é que não se deve roubar?
- Há situações em que se pode roubar?

d) A Consciência Moral e as Leis? (Área Jurídica)

- O que é a Consciência Moral?
- Para que servem as Leis?
- É mais importante seguir a consciência ou cumprir as Leis?

NO POSTESTE

a) A Vida Humana (Área Filosófica)

O Miguel teve um acidente de mota. Depois duma interven-

ção cirúrgica o médico proibiu-lhe de fumar durante 5 dias. Mas, no dia seguinte, desesperado, pede-te tabaco, senão mata-se.

- Como procederias?
- Porque é que a vida humana vale muito?
- É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?
- É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa estranha?

b) O Respeito pelo Outro (Área Ética)

Um amigo teu há 5 semanas que não vai a Matemática. Contou-te tudo e pediu-te segredo. Contudo o pai do teu amigo, desconfiado, perguntou-te se sabias alguma coisa.

- Que responderias?
- Porque é que se deve manter a palvra dada?
- Porque é que não se deve mentir?

c) A Propriedade Alheia (Área Ética)

O João vive num quarto alugado e tem ordem de despejo se não pagar o aluguer no prazo dum mês. Desesperado pela falta de dinheiro roubou a Caixa do Centro Comercial.

- Que te parece?
- Porque é que não se deve roubar?
- Há situações em que se pode roubar?

d) A Consciência Moral e as Leis (Área Jurídica)

- O que é a Consciência Moral?
- Para que servem as Leis?
- É mais importante seguir a consciência ou cumprir as Leis?

Na INTERACÇÃO VERBAL 2 A 2

e

No CONTACTO INDIVIDUAL COM O EXPERIMENTADOR

a) A Vida Humana (Área Filosófica)

- Quanto ao caso do amigo desesperado que te pede um calmante... Dadas as dificuldades assaltavas a Farmácia?
- Quanto ao caso insólito da mulher cancerosa cujo marido assalta a casa do boticário avarento...
  - Porque é que a vida é importante?
  - É mais importante a vida duma criança, dum estranho, dum amigo, etc....

b) A Propriedade Alheia (Área Ética)

- Afinal, pode-se roubar ou não?

c) O Respeito pelo Outro (Área Ética)

- Durante um teste crucial recebes um telefonema urgente que se diz ser duma pessoa amiga desesperada...
- Um amigo teu desesperado mandou-te uma mensagem de que só tu (recluso) o poderias salvar... o Director da prisão não acedeu... e tens possibilidades de fazer uma fuga. (**Delinquentes**)
- A altas horas da noite recebes um telefonema dum amigo desesperado. Contudo dadas as circunstâncias da vida familiar não te é fácil sair sem contrariares e transgredires o que está estabelecido... Como procederias? (**Não Delinquentes**)
- E quanto ao caso do amigo que se apoderou dos testes nas vésperas do exame... Como procederias ao ser abordado pelo professor?

  - Porque é que não se deve mentir?
  - Porque é que se deve manter a palavra dada?

RESPOSTAS ver ANEXOS

	Área Filosófica	Área Ética	Área Jurídica
Preteste	Importância da Vida Humana	Respeito pelo Outro e pela Propriedade Alheia	A Consciência Moral e a Lei
Discussão 2 a 2 Contacto Indiv.	A Vida Humana A Propriedade Alheia Respeito pelo Outro A Consciência Moral e a Lei	A Vida Humana A Propriedade Alheia Respeito pelo Outro Consciência Moral e a Lei	A Vida Humana A Propriedade Alheia Respeito pelo Outro Consciência Moral e a Lei
Posteste	Importância da Vida Humana	Respeito pelo Outro e pela Propriedade Alheia	A Consciência Moral e a Lei

Quadro nº 8 – Grandes Áreas Temáticas da Moralidade (e seus Dilemas respectivos)

C. IDENTIFICAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

Operacionalizamos e identificamos os 48 indivíduos Delinquentes e Não Delinquentes do Grupo Experimental e do Grupo de Control com as seguintes signas:

A) Grupo Delinquentes (D)

* Grupo Experimental (E)
* Grupo Control (C)
  * Preteste (Pret.)
  * Posteste (Post.)
  * Interacção (Int.)
  * Contacto Individual (Cont.)

Exemplo:

D/E 1, 2, 3,.....24 (Pret.) ou (POst.) ou (Int.) quer dizer: Indivíduo do grupo de **Delinquentes** do Grupo **Experimental**, nº 1, 2, 3,.....24, na situação de **Preteste** ou **Posteste** ou de **Interacção.**

D/C 1, 2, 3,.....24 (Pret.) ou (Post.) ou (Cont.) quer dizer: Indivíduo do grupo de **Delinquentes** do grupo de **Control** nº 1, 2, 3, ...24, na situação de **Preteste** ou de **Posteste** ou de **Contacto Individual.**

B) Grupo não Delinquentes (ND)

* Grupo Expermiental (E)
* Grupo Control (C)
  * Preteste (Pret.)
  * Posteste (Post.)
  * Interacção (Int.)
  * Contacto Individual (Cont.)

Exemplo:

ND/E 1, 2, 3,....24 (Pret.) ou (Post.) ou (Int.), quer dizer: Indivíduo do grupo Não Delinquentes, do grupo Experimental, nº 1, 2, 3,....24, na situação de **Preteste, Posteste** ou **Interacção.**

ND/E 1, 2, 3,....24 (Pret.) ou (Post.) ou (Cont.), quer dizer: Indivíduo do grupo Não Delinquentes, do Grupo de Control, nº 1, 2, 3,.....24, na situação de **Preteste, Posteste** ou de **Contacto Individual.**

D) OS NOSSOS DILEMAS E A NOSSA AVALIAÇÃO

Apoiamo-nos na Escala de Juízo Moral de Kohlberg (Capíts. 3.2.c. e 3.3.b.):

- → Para classificar os indivíduos Delinquentes e Não Delinquentes por estádios (Capts. VII e VIII)
- → Para verificar o nível de variabilidade (mudança de estádios) do Preteste para o Posteste (Capts. VII e VIII)

Contudo:

- Modificamos os conteúdos e não o significado dos Dilemas (capt. 6.2.B.) em função dos nossos Adolescentes.
- Valorizamos os aspectos qualitativos das respostas segundo o tipo de argumentação, as razões dadas, a motivação subjacente, a capacidade sócio-empática dos indivíduos, o juízo dominante e os juízos complementares – (Kohlberg – 1984) e (Lourenço – 1992) (capts. 3.2.c.; 3.3.b. e 7.1.).
- Para a atribuição dum estádio moral seguimos a ordem e os níveis da Escala de Kohlberg (3.2.c)) e (3.3. b)).
  Para obviar a excessiva standardização do modelo de Kohlberg e por corresponder melhor às nossas exigências de classificação optamos por atribuir **estádios puros:**

  1, 2, 3, 4, 5, 6

e **estádios intermédios:**

1 → 2, 2 → 3, 3 → 4, 4 → 5, 5 → 6

que significam estádios intermediários ou estádios com tendência para o estádio seguinte (Ex. 1 → 2 = 1 tende para o estádio 2).

- Adoptamos como estádios intermediários de classificação os estádios 3 e 3 → 4 e não apenas o estádio 3 (estádio médio da Adolescência em geral) dada a faixa etária alta dos nossos Adolescentes (18 a 22 anos) com tendência a subir no nível das suas respostas.

VII. OS RESULTADOS

A apresentação dos resultados está organizada segundo 2 tipos de avaliação das respostas dadas aos Dilemas: **Avaliação Qualitativa** (7.1.) para determinar o nível de juízo moral de cada indivíduo e **Avaliação Quantitativa** (7.2.) para comparar os indivíduos Delinquentes e Não Delinquentes entre si.

7.1. Avaliação Qualitativa

7.1.1. OS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL
7.1.1.1. Pretestes e Postestes
7.1.1.2. A Interacção

7.1.2. OS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL
7.1.2.1. Pretestes e Postestes
7.1.2.2. Contacto Individual

7.1.3. OS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL
7.1.3.1. Pretestes e Postestes
7.1.3.2. A Interacção

7.1.4. OS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL
7.1.4.1. Pretestes e Postestes
7.1.4.2. O Contacto Individual

- Neste Capítulo (7.1) dedicado à **Avaliação Qualitativa**

apresentamos apenas a análise qualitativa das respostas aos Dilemas remetendo os **Dilemas** com as respectivas perguntas para o capítulo 6.2.B, e as **Respostas** dadas por cada indivíduo para os ANEXOS (Cap. XI).

- No final da avaliação qualitativa de cada Preteste e de cada Posteste atribuímos um valor numérico que corresponde ao nível de raciocínio moral atingido por cada indivíduo na Escala de Kohlberg, apresentada por nós no capítulo 6.2.D.

Exemplos:

Estádio 3 do Juízo Moral (3º Estádio numa escala de 1 a 6 segundo Kohlberg – Quadro 1)

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral (Estádio intermediário entre o estádio 2 e o estádio 3. Noutras palavras, tendência do estádio 2 para o estádio 3).

- Cada indivíduo identificar-se-á no princípio do Preteste, do Posteste, da Interacção, do Contacto Individual com o código de identificação que adoptamos no Capítulo 6.2.C.

Exemplo:

D/E, 1 (Pret.) – Delinquente nº 1 do Grupo Experimental na situação de Preteste.

- Os Dilemas (com as respectivas perguntas) nos Pretestes, na Interacção 2 a 2 e no Contacto Individual tratarão dos seguintes TEMAS E ÁREAS de Moralidade:

→ **A Vida Humana** (Área Filosófica da Moralidade)

→ **O Outro** como pessoa (Área Ética da Moralidade)

→ **A Propriedade Alheia** (Átrea Ética da Moralidade)

→ **A Consciência Moral e a Lei** (Área Jurídica da Moralidade) (Cap. 6.2.B)

7.2. Avaliação Quantitativa

7.2.1. **DELINQUENTES**

7.2.1.1. Grupo Experimental dos Delinquentes

7.2.1.2. Grupo de Control dos Delinquentes

7.2.1.3. Grupo Experimental e de Control dos Delinquentes

7.2.2. **NÃO DELINQUENTES**

7.2.2.1. Grupo Experimental dos Não Delinquentes

7.2.2.2. Grupo de Control dos Não Delinquentes

7.2.2.3. Grupo Experimental e de Control dos Não Delinquentes

7.2.3. **DELINQUENTES E NÃO DELINQUENTES COMPARADOS**

7.2.3.1. Nos Pretestes

7.2.3.2. Nos Postestes

7.2.3.3. Níveis de variabilidade dos estádios

7.1. AVALIAÇÃO QUALITATIVA (Dilemas e Perguntas – Cap. 6.2.B – Respostas em ANEXOS)

7.1.1 OS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL (Quadro 9)

Nesta secção apresentamos os Pretestes e Postestes (7.1.1.) e a Interacção 2 a 2 (7.1.1.2.) dos Delinquentes/Experimental.

7.1.1.1 Pretestes e Postestes (Delinquentes/Experimental)

—► D/E, 1 (Delinquente nº 1, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 1 - Pret.)

A VIDA → Interpretação pragmática da situação crítica do amigo ("Procurava manter-me ao seu lado e arranjar-lhe o comprimido"). Avaliação feita a partir das consequências em vez de considerar empaticamente o estado do sujeito. Falta de empatia. ("Procedia assim para que ele não se matasse"). A vida não é avaliada como um valor em si, mas fenomenologica-

mente "pelas emoções sentidas, pelos pais, pela família". Orientação moral determinada extrinsecamente fora do contexto social. ("Levava o amigo comigo e ao meu lado enquanto não arranjasse o calmante").

A vida da criança em relação à vida da pessoa famosa é preferida mas em função da variável tempo ("Porque a criança está a começar a vida e porque é o futuro da humanidade"). O conflito ético, resolve-se empiricamente, a nível operatório concreto ("Tentava arranjar o comprimido e dava-lho"). Concepção ontológica da vida, despida de afectos ("Uma pessoa sem vida acho que...").

O OUTRO → Perante a situação crítica do amigo, manifesta uma atitude ética defensiva ("Não o acusaria, pois fui sempre contra isso") e ambivalente ("Tentaria ajudar os dois sem acusar o aluno nem prejudicar o professor"). Interpretação pragmática da justiça em função duma eventual retribuição ("Há amigos e amigos! Agora com os verdadeiros amigos..."). Não se deve mentir pelas consequências imprevisíveis da mentira, o que revela alguma expectativa em relação aos outros ("Já não levam a sério as minhas palavras se se mente"). Racionalização ética ("Quem mente pouco acerta").

A PROPRIEDADE → As responsabilidades do acto cometido são relativizadas sem transfundo cognitivo-operatório, talvez a fim de se evitar o conflito ético do roubo ("Cada pessoa tem uma maneira diferente de ser e os seus problemas..."). Referência à autoridade como via de solução do conflito e como expressão heterónoma de moralidade ("Devia tentar com

alguém mais velho..."). O critério ético da pessoa não é a própria pessoa como tal, mas a pessoa instrumental ("Rouba-se, segundo a pessoa, por prazer ou pelo álcool..."). Além disso, deve-se levar em consideração a imagem sócio-convencional dos comportamentos ("Pode-se ser o bom rapaz, mas se se rouba...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Insight racionalizante ("O que é a consciência moral? É uma pessoa ter a certeza do bem e do mal"). Interpretação da lei como fim absoluto da humanidade ("As leis são para a humanidade") enquanto instrumento regulador dos indivíduos no sentido da punição e do castigo. ("Servem para tentar assustar e castigar as pessoas"). A consciência moral é avaliada a nível da dimensão culpabilizante.

Ética utilitarista com pressupostos morais básicos unidimensionais (a partir de si mesmo) e hedonistas. A orientação do pensamento parece ser conduzida por hábitos e imagens mentais bloqueadoras dum raciocínio moral adequado.

<u>Estádio 2 → 3 do Juízo Moral</u>

B. POSTESTE (D/E, 1 Post.)

A VIDA → Face à situação problemática do amigo, tenta encontrar uma solução mais objectiva ("Ia consultar o médico..."). Concepção realista da vida, predominando contudo,

o carácter instrumental e hedonista da mesma ("Viver é ter emoções, e gozar com os outros..."). O valor da vida ressalta na confrontação da mesma com a morte ("Se soubesse que ía morrer..."). Ligeira descentralização interior ao descrever a vida "como um bem comum, igual para todos", com uma distinção particular para a criança "Porque está no princípio da vida".

Construção do pensamento em torno do problema da Vida, repetitiva e operatória devido à dificuldade em deslocar-se da materialidade das situações hipotéticas. O elan com que verbaliza os "conteúdos" leva-o a encavalitar as frases, sucessivamente, sem conseguir formalizar o pensamento.

O OUTRO → Através dum discurso irruptivo e incoerente ("Bem...Eu acho que...Sei lá...") expressão de insegurança interior, vislumbram-se alguns "ingredientes" mentais e éticos específicos dum nível moral superior ("Há segredos que também são mentiras"). Capacidade de conjugar mentalmente aspectos contraditórios...

Representação sócio-convencional da moralidade, pois "deve-se manter a palavra dada a um amigo" pela confiança, isto é, não apenas formalmente mas por fidelidade. A relação individualista-binária a dois, alarga-se para uma relação hipotética a três ("Ao dizer ao pai o que se passava...não estava a ser mau para o meu amigo"). Movimento projectivo (a partir de si mesmo) para ilustrar melhor o próprio pensamento ("Tomara eu que quando era novo alguém... Hoje podia ser outro!"). Relativização do acto de mentir ("Às vezes é preciso mentir") e avaliação da mentira segundo as consequên-

cias e a sua ineficácia ("Às vezes, mentir só agrava as coisas").

A PROPRIEDADE → Considera outras alternativas ao roubo, pois roubar só em último caso ("Buscar trabalho, falar ao patrão, pedir..."). Antecipa as consequências do roubo e justifica hedonisticamente a imoralidade do mesmo com ingredientes tão díspares como alguns próprios do estádio 1 ("...vêm castigos, podemos ser presos...) e outros próprios do estádio 3 ("Depois do roubo uma pessoa, mesmo que seja honesta, já não acredita em nós").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Dá uma explicação operatória concreta da consciência moral ("A consciência moral, é por exemplo, uma pessoa que faz bem e faz mal"). Refere o funcionamento obsessivo da consciência moral ("...até chamam a isso, remorso!") e valoriza a dimensão culpabilizante da mesma ("Uma pessoa que rouba, depois está sempre a matutar..."). Indiscriminação teórica entre a Lei e a Consciência Moral com tendência para polarizar o funcionamento dos indivíduos em torno da Lei ("Para mim a Lei é a Lei...se não houvesse Leis não se poderia viver...").

Orientação moral dominada pelo hedonismo da vida, pelo retribucionismo entre pares e pelo jurisdicismo social. A dimensão sócio-convencional tende a evidenciar-se. Daí que, cotamos:

<u>Estádio 3 do Juízo Moral</u>

—▸ D/E, 2 (Delinquente, nº 2, Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 2 – Pret.)

A VIDA → Representação empirista da situação do amigo face à possibilidade de transgredir (assaltar a farmácia) com tal que se salve uma vida em perigo ("Podia ser criminoso ao assaltar, mas estava a ajudar um amigo"). Estratégia idealista, compreensível do ponto de vista teórico, que contrasta logo a seguir com a ambivalência manifestada ("Estava a fazer mal e bem...") e com uma representação hedonista da vida humana ("A vida é bonita de viver. É bom viver no mundo"). Segue-se uma avaliação unidimensional e condicionada da pessoa, de tipo paranoide ("A vida? Depende. O amigo engana muito. É preciso conhecer bem as pessoas".). Na eventualidade de ter que optar entre o amigo e um estranho optaria pelo estranho, por razões bizarramente funcionais ("valeria a pena conhecer o desconhecido já que ele é o amigo...").

Do mesmo modo, ao justificar a prioridade da criança em relação à pessoa famosa, baseia-se em critérios pragmáticos e relativos... ("Porque a criança vai conhecer o mundo enquanto que a pessoa famosa já conhece o mundo..."). O pensamento estrutura-se mais ao nível do agir, do que do ser: ("A vida é importante para conhecer, para aprender, para ensinar e a consciência é para encaminhar"...)

O OUTRO → Capacidade de relativizar os acontecimentos e de prever as consequências mas dentro da perspectiva bastante restrita do utilitário e do imediato ("Era capaz de dizer...para o meu amigo não se prejudicar...pois não aprendia. Estamos na escola para aprender. Contudo, tanto podia abrir-me como não. Depende da situação"). A justificação da necessidade de manter a palavra dada ao amigo ("Temos que ser para ele como ele é para nós...Temos que ajudar-nos uns aos outros") insere-se na dinâmica da reciprocidade e da mutualidade entre pessoas a um nível ainda pré-convencional, isto é, mais por interesse mútuo, que por lealdade ou gratidão.

Enquanto à maneira de avaliar a mentira parece descentralizar-se do próprio ponto de vista para relativizar e generalizar mais ("Não há ninguém que não minta...Às vezes é preciso mentir para salvar alguma coisa. A mentira usa-se muito, a mentira é a verdade").

A PROPRIEDADE → O roubo que o amigo fez é considerado um acto condenável e ponderam-se as alternativas razoáveis ao roubo ("Informar-se, pedir ajuda, arranjar trabalho..."). Considera que o furto não é um acto simples, mas complicado, que implica falta de reflexão ("Se tivesse pensado um pouco...") e que se pode realizar de maneira subtil ("Há muita gente honesta que rouba"). Contudo reconhece a relatividade das situações humanas ao ponto de às vezes se poder roubar "por necessidade ou para conseguir algo para si próprio". Termina por referir-se a si mesmo como incapaz de roubar ("Estou aqui na cadeia, mas não é por roubar. Eu nunca roubei. Não é a minha situação.").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Dificuldade estrutural de definir a consciência moral ("Não sei explicar isso..."). Tentativa de reformulação sem êxito ("Serve para encaminhar...") como é próprio de estruturas cognitivas de nível operatório concreto. Confusão a nível teórico, entre a consciência e as leis ("Acho que se devem seguir as leis e a consciência ao mesmo tempo...").

Orientação moral de nível pré-convencional porque valoriza mais os acontecimentos e as consequências que as pessoas e as intenções. O pensamento estrutura-se com dificuldades de reversibilidade, o que o torna operatoriamente concreto. Daí cotamos:

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E, 2 – Post.)

A VIDA → Capacidade de desdramatizar ("Não era um cigarro que lhe iria fazer mal") e facilidade de se imaginar a si mesmo na situação ("Se estivesse na situação dele também não gostava que me negassem um cigarro"). Por outro lado evidencia-se alguma compreensão empática para com o amigo ("Se tinha o vício, acho que não era um cigarro que..."). Mantem-se a representação hedonista da vida que ronda o romântico ("É bonito o mundo e a vida é linda de viver"). O pensamento preponderantemente operatório e concreto da fase de Preteste assuma agora algumas versões mais formalizadas ("Não é fácil

de decidir, uma pessoa está no meio e não sabe como..."). Nota-se também perplexidade entre dar uma solução concreta e imediata ("Às tantas dava-lhe o cigarro...") e uma solução adiada mas mais profunda e propensa ao conflito ("A gente tem que fazer alguma coisa, mas não é fácil..."). A vida é delimitada (consciência da finitude) segundo as coordenadas do tempo ("Uma pessoa não dura sempre...") e é o tempo que lhe dá a consistência necessária para aprender, ensinar... ("A vida dura o suficiente para se saber, aprender e ensinar..."). Funcionamento mental de tipo fenomenológico incapaz de reformular formalmente as vivências e os problemas.

O OUTRO → Capacidade de enquadrar o dilema num contexto mais amplo de relações de confiança e de respeito entre os indivíduos mas ainda não suficientemente elaboradas. Isto é, tudo se estrutura apenas a nível da conformidade interpessoal como é próprio do estádio 3 ("O meu amigo devia compreender que era para seu bem... A gente precisa de amigos como eu posso precisar deles..."). Deve-se manter a palavra dada por razões de mútuo interesse e não ainda pelo bem comum na sociedade. Neste sentido há ocasiões em que a transgressão material contra o amigo não vem senão reforçar a amizade ("Há ocasiões em que uma pessoa é obrigada a não manter a palavra..."). Capacidade crítica face ao que é imposto...("Não se deve mentir? Isso vem da Igreja") e alargamento da perspectiva em função do que toda a gente faz ("O facto é que toda a gente mente").

A PROPRIEDADE → O roubo do João é avaliado em relação ao que é aceite moralmente pela maioria ("Para cumprir a lei e andar direito acho que fez mal...") apesar de se reconhecer o direito às diferenças ("Nem todos têm o mesmo pensamento..."). A transgressão da lei pelo roubo é sancionada não pela consciência própria ou pela ansiedade como tal, mas pelo castigo simbolizado na cadeia ("Por isso é que há cadeias e muitos presos...").

A orientação moral é determinada mais pela força da lei expressa nas boas maneiras de ser do que pelas exigências interiores do bem comum e da consciência moral.

O raciocínio enriquece-se progressivamente em torno da temática do roubo: ("Face às muitas ocasiões de roubo e dada a necessidade dos indivíduos, tudo pode acontecer e sem futuro nem nada, limitam-se a roubar. Só a lei pode remediar esta situação"). Mas não a lei entendida como regulador social dos indivíduos no estádio 4, mas a lei ainda como meio repressivo do estádio 3.

A CONSCIÊNCIA MORAL → Dá-se uma definição fenomenológica da consciência moral ("A consciência moral é uma pessoa ter de estar sobre si, atingir certos limites e não ultrapassar certos limites..."). Concepção culpabilizante versus não culpabilizante da consciência moral ("Deve-se ter a consciência limpa para não andar a pensar em coisas desagradáveis..."). Idealização das leis ("Se não houvesse leis o mundo estava perdido...") mas a um nível regressivo ("Tem que haver leis para uma pessoa ganhar um bocado de receio..."). Nível do pensamento apenas parcialmente operatório formal,

pela dificuldade em se desprender das experiências concretas pessoais.

Orientação moral baseada nas expectativas interpessoais e determinada pela força da lei como garante heterónomo da ordem social.

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

⟶ D/E, 3 (Delinquente nº 3, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 3 – Pret.)

A VIDA → Valorização instrumental da vida humana como meio de satisfação própria ("A vida vale porque há muitas coisas que são favoráveis para nós...").

Quanto ao conflito suscitado pelo dilema é abordado de maneira pragmática ("Dava-lhe o calmante...") sem se tentar compreender o significado da situação, o que revela falta de ressonância empática. Toma o cuidado de verbalizar explicitamente a essência do conflito ("Tudo menos roubar e assaltar, porque são coisas que eu não sei fazer...") como estratégia cognitiva de auto-defesa, diante dos outros. Trata-se dum recluso por violência e roubo. Daí a clivagem espectacular entre a teoria (raciocínio) e a prática (estatuto de recluso por roubo). A vida é avaliada em função das capacidades de performance das pessoas ("Vale mais a vida duma criança porque ainda não sabe desenrascar-se do que a vida duma pessoa famosa que já tem os meios de se desenrascar...").

O OUTRO → O colega que roubou os testes fez mal porque não agiu em conformidade com a imagem de pessoa bem comportada ("Devia ter estudado e não ter feito o que fez"). E não o denuncia ao professor para não faltar à palavra dada ("Dizia que não sabia de nada, porque o amigo confia em nós").

Apreende-se a incongruência entre o ideal moral e o comportamento ético. Reconhece-se que uma coisa é o que se deve fazer e outra é a maneira de proceder. Faz-se um apelo no sentido de se assumirem as responsabilidades pessoais ("Se tinha o teste devia-se ter preparado pois ninguém ía chamar um vizinho, um amigo ou o professor para fazer o teste") como é próprio duma pessoa bem comportada. Deve-se manter a palavra dada "porque um amigo confia em nós" no sentido duma reciprocidade que aproveita aos dois, independentemente do grupo a que se pertence como é próprio do estádio 3 ("Ele vê que têm um amigo com quem desabafar e que não diz nada a ninguém").

Do mesmo modo, "mentir dá problemas porque pode-se vir a saber a verdade", isto é, o que é que os outros vão pensar de mim? Capacidade subtil de se colocar, cognitivamente, numa situação grupal, prever e antecipar as reacções possíveis dos outros.

A PROPRIEDADE → Como profissional do roubo (recluso por roubo) procura contornar o conflito desencadeado pelo dilema quer condenando o roubo na previsão das suas consequências ("Isso de roubar não dá nada a ninguém, vem-se a parar aqui à cadeia"), quer ponderando as circunstâncias ("Procedeu mal porque sempre se arranja emprego duma maneira ou de outra..."), quer avaliando as alternativas ao roubo nas coordenadas do tempo ("Mais cedo ou mais tarde há sempre possibilidades..."). E tudo isto a nível de pensamento convencional que se estrutura segundo as exigências do meio socialmente estereotipado ("São actos feios e depois uma pessoa fica mal vista").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Abordagem existencialista da consciência moral por dificuldade em operar formalmente os conteúdos do pensamento ("A consciência moral são os nossos actos..."). São os actos e não o pensamento que nos dizem o que está bem e o que está mal ("Os actos que cometemos são da nossa consciência...").

Finalmente, associada com a consciência moral e com as leis, reaparece a temática do roubo dando uma tonalidade culpabilizante à consciência moral e uma função desculpabilizante ao cumprimento das leis ("Se a consciência moral nos diz o que está mal e está bem, as leis servem para proteger humanidade e para evitar certos acontecimentos como os roubos").

Tendência para se desprender da materialidade das situações em ordem a uma representação moral mais globalizante, mas ainda num contexto ético convencional. ("As vidas são iguais...Não há situações em que não se pode mentir... Não há nenhum vício que seja superior a nós...")

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E, 3 – Post.)

A VIDA → Persiste em tentar uma solução pragmática para o problema do colega ("Dava-lhe o cigarro...") mesmo na eventualidade de agir contra a autoridade ("Às escondidas do médico dava-lhe o cigarro"), renunciando ao esforço de

ponderar outras alternativas mais viáveis ("Evitar não podia evitar, senão ele matava-se...").

Descrição do conceito de vida segundo vários registos, aleatoriamente distribuídos no curso do pensamento: projectando ("A vida para mim é um caos"), racionalizando ("A vida é o mundo onde vivemos...") ou simplesmente demitindo-se ("Não sei explicar, não posso dizer..."). Persiste numa avaliação instrumental e utilitária da vida humana ainda que ponderada por fases temporais ("A vida vale porque há várias coisas que uma pessoa tem que observar... E passar por elas, as várias etapas...").

Em termos comparativos a vida da criança vale mais do que a vida duma pessoa famosa ("porque a criança é Adolescente...ou melhor Inconsciente"). Lapso de origem fonética que revela um modo de funcionamento cognitivo materialmente operatório e onde uma vez mais a avaliação da pessoa é determinada pelas potencialidades individuais. Segue-se uma perspectivação da vida humana num contexto social mais alargado, empático e dinâmico, onde os indivíduos interactuam entre si ("A vida é igual para todos. Não se deseja a morte para ninguém. Da maneira como nós vivemos, também os outros podem viver").

O OUTRO → Em primeiro lugar, tenta manter-se fiel ao amigo, mesmo recorrendo a um "truque moral" para evitar o conflito ("Dizia que não sabia ... que durante estes dias não tinha ido às aulas e não estava informado").

Num segundo tempo, reconsidera a sua posição ("Já meti água") e para não prejudicar o amigo refaz o seu raciocínio

e afirma o contrário ("Dizia ao pai só para ajudar o amigo a não faltar às aulas...Não havia outra possibilidade"). Espectacular viragem de pensamento, só explicável num contexto de moralidade teórica e com um indivíduo especial. O pensamento segue um percurso reversível ponderando a situação particular... ("Deve-se manter o segredo, mas neste caso eu dizia ao pai para bem dele"). Avalia-se a amizade a um nível convencional ("É importante a amizade para as pessoas não andarem envolvidas em conflitos umas com as outras...") e não se deve mentir "porque é feio", isto é, porque não está em conformidade com o comportamento da maioria. Contudo, quando está em causa o prestígio pessoal "tem que se mentir", como no meu caso, quando estava diante do juíz a ser julgado ("Se eu fosse traficante e o juíz me perguntasse se era, eu dizia que não. Dizia que era só consumidor"). Estratégia instrumental e individualista de auto-defesa.

A PROPRIEDADE → Reprova o roubo do amigo, a partir da própria experiência ("Roubar? Só dá problemas"). Faz uma abordagem do roubo mais organizada e menos ansiogénea do que no Preteste e cita, inteligentemente, algumas alternativas ao roubo ("Com certeza que tinha família...Havia sempre alguma porta que se abrisse...").

Em seguida descreve humoristicamente, numa atitude autocrítica, o desenlace mais provável do roubo ("Visita-se o hotel de 5 estrelas, depois cumpre-se aqui uns anitos...") que pode levar a uma deterioração da própria imagem ("Depois vai-se lá para fora e não se é nada..."). Argumentação bem

conduzida, literária e estruturalmente, que conduz para uma orientação moral baseada na dinâmica da reciprocidade entre os indivíduos.

A CONSCIÊNCIA MORAL → "A consciência moral é a forma como agimos". Entende-se "agir" no sentido ético-responsável do termo. Somos responsáveis daquilo que fazemos, mas a um nível muito concreto ou apenas parcialmente formal. As leis servem para se cumprirem, isto é, como um fim em si, para não haver furtos nem desordens.

Encontramo-nos a um nível de moralidade convencional, isto é, mais determinada pelas consequências do comportamento, pela força da autoridade do que pelo bem comum dos indivíduos que fazem parte duma sociedade.

Contudo o facto de "ninguém andar sozinho no mundo" e de "nós sermos mais fortes do que a consciência", são reformulações teóricas que prognosticam uma capacidade de juízo moral autónomo.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► D/E, 4 (Delinquente, nº 4, Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 4 – Pret.)

A VIDA → Em reacção ao dilema apresentado, o pensamento estrutura-se na previsão das consequências indesejáveis que o assalto à farmácia pode acarretar ("Acho que tentaria por outros lados, porque assaltar a farmácia ía trazer consequências graves, como por exemplo ir parar à cadeia"). Trata-se duma orientação moral hedonista, de nível operatório concreto, que visa prioritariamente o indivíduo e só secundariamente os outros.

A justificação dada sobre o valor da vida humana é pobre cognitivamente ("A vida vale porque só temos uma..."), e apresenta-se por exclusão ("Quando morremos já não tem valor nenhum...").

Quanto às razões alegadas para preferir um amigo a um estranho, elas baseiam-se nos afectos, na amizade que a convivência com um amigo pode proporcionar porque é conhecido, enquanto que um estranho "não se sabe quem é".

A criança vale mais do que uma pessoa famosa em função do seu tempo disponível ("Porque a criança ainda tem muito para viver"). A reciprocidade, a justiça entre os indivíduos estão presentes, mas de maneira instrumental.

O OUTRO → Ao responder "Não diria ao professor, não era nada comigo, porque não gosto de incriminar ninguém, mesmo que saiba", pode significar dificuldade em expor-se, de lidar com situações difíceis e de correr o risco de perder a amizade de alguém...Esta parece ser a interpretação mais razoável dado o contexto hedono-individualista em que se situa preponderantemente o indivíduo.

Deve-se manter a palavra dada a um amigo, pela necessidade de lhe demonstrar, sensivelmente, "a amizade que tenho por ele". Orientação moral pragmática... E não se deve mentir a não ser que o exiga o bem do outro, "porque às vezes mentir faz bem". Uma certa flexibilidade cognitivo-empática que situa o sujeito no contexto grupal ainda que condicionado pela perspectiva individualista.

A PROPRIEDADE → Responde a partir da própria experiência passando a segundo plano a situação hipotética do dilema ("Roubar é um fracasso... Isso já aconteceu comigo..."). O raciocínio estrutura-se na dupla vertente do hipotético e do real (pela própria experiência) com a inevitável projecção de si mesmo ("Acho que devia tentar a 100% arranjar emprego para evitar o roubo"). Em conclusão ("não se deve roubar porque é feio") em relação à imagem desvalorizada que se dá de si mesmo ("Embora eu esteja aqui por causa do roubo...") e ("porque não é uma coisa nossa"), atentando-se contra a justiça.

A CONSCIÊNCIA MORAL → Dificuldade em operacionalizar uma resposta à questão apresentada sobre o que é a consciência

moral. Reage com hesitação e com alguns esboços de resposta como é próprio do pensamento operatório concreto. – Revela confusão a respeito do papel da lei e responde em ecolália ou por sugestão ("As leis servem para se cumprirem...São um dever".

À pergunta sobre se é mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis, responde sem qualquer consistência, com um raciocínio formado quase aleatoriamente por palavras...("Se a consciência achar que a atitude é seguir o bom caminho então é melhor...").

Orientação moral instrumental e relativista embora não isenta de referências à situação grupal.

<u>Estádio 3 do Juízo Moral</u>

B. POSTESTE (D/E, 4 – Post.)

A VIDA → Ao contrário do que aconteceu no Preteste, agora leva o sujeito da experimentação é levado a aceitar o desafio das situações humanas: Ao amigo em dificuldades ("convence-o a aceitar a situação e explica-lhe porque é que lhe tinha negado o cigarro"), com o médico, ("se lhe proibiu de fumar, alguma razão devia ter...") consigo mesmo, esforçar-se-ia ("por lhe tirar a ideia do suicídio"). Argumentação elementar bem estruturada em função das várias hipóteses sobre a problemática do amigo. O que é a vida? A vida não é abordável cognitivamente ("O que é não sei...não sei explicar...") mas sente-se sensorial e afectivamente ("É boa e é bela...") e

sobretudo "vive-se" ("Porque só temos uma vida e quando morrermos ela acabou"). A dificuldade situa-se a nível da reformulação mental e da operacionalização conceptual das vivências e das experiências. Vale mais a vida dum amigo do que a dum estranho porque o "amigo é-nos útil e podemos desabafar com ele as nossas penas". Concepção instrumentalista da vida que é tanto mais valiosa quanto é a vida dum amigo que nos pode ajudar e com quem podemos contar. Enquanto que um estranho coloca-nos perante o imprevisível e desperta em nós atitudes de incerteza. Só com o amigo é que se podem estabelecer laços de amizade que consistem no afecto entre as pessoas e no convívio mútuo. Espécie de sistema social onde os indivíduos vivem em função uns dos outros. Tendência para desviar-se do pragmatismo convencional. De novo se responde que vale mais a vida da criança não só em função do tempo, mas também porque a criança pode vir a ser famosa, avaliação mais qualitativa da vida.

O OUTRO → É importante manter a palavra e guardar o segredo na previsão da retribuição. Isto é, na medida em que o amigo é verdadeiro amigo e se pode confiar nele. Orientação moral baseada na justiça retribuitiva. Dou-te na medida em que me dás, ou porque me deste. Guardar a palavra dada a um amigo é a melhor garantia de que os outros guardem também a nossa palavra. Encontramo-nos num contexto interpessoal ético orientado mais pelos interesses dos indivíduos do que pela dinâmica das relações humanas. Quanto à questão de se poder ou não mentir reconhece-se a relatividade ética de tal asserção ("Há ocasiões em que convém e outras em que não

convém mentir...") mas por razões hedonistas ("Como por exemplo no julgamento diante do juíz...").

A PROPRIEDADE → Em reacção ao dilema, o roubo é condenável porque "não é nosso" o que se rouba. Orientação moral regulada pela justiça mas a um nível de conformidade hedonista. Além disso, "roubar é feio" porque "se perde o respeito pelos outros". Capacidade de identificação própria e não pelo bem do grupo, como tal. A situação hipotética do dilema desperta de tal modo os sentimentos do sujeito como recluso, que o levou a reformular assim a sua própria vida: ("Ainda hoje me sinto envergonhado do que fiz. Mas está feito!"). O curso do pensamento desenrola-se a um nível parcialmente formal como se vê pela "estrutura concreta" dos raciocínios emitidos.

A CONSCIÊNCIA MORAL → Dada a relativa capacidade de raciocinar formalmente, torna-se difícil conceptualizar a consciência moral. É mais fácil expressar-se empiricamente, a partir das sensações e das emoções pessoais ("A consciência moral? Sei lá? A consciência moral é o que eu sinto..."). Além disso, associa-se a consciência moral à experiência de culpa versus desculpa ("A consciência moral é ter a consciência tranquila, andar com a cabeça aliviada e sentir-se livre de problemas..."). Excelente abordagem existencialista da moralidade, mas a um nível operacionalmente concreto. Segue-se uma resposta sobre as leis, em forma literária pobre, num raciocínio pouco elaborado, mas com um transfundo filosófico interessante: ("As leis? São um dever nosso. Mas também se a lei não estiver certa, vai-se seguir conforme a cabeça").

Finalmente o sujeito, convidado a relacionar a consciência moral com as leis, faz uma referência de natureza heterónoma...ao fazer depender a sua opinião moral da opinião doutra pessoa mais velha e experiente do que ele. ("Ponho o problema a uma pessoa mais velha e experiente e faço segundo o que ela e eu mesmo pensarmos...").

Dá-se uma abertura progressiva na estrutura das relações humanas de tipo mercantil para uma concepção mais sistémica e interactiva das pessoas entre si.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► D/E, 5 (Delinquente nº 5, Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 5 – Pret.)

A VIDA → A primeira reacção ao dilema apresentado é de recusa e de bloqueio por motivos de insuficiência cognitiva e emocional. Cognitivamente, trata-se dum sujeito inoperante, a nível operatório concreto e incapaz de formalizar mentalmente os problemas levantados ("Sei lá! Não sei explicar...Não sei o que hei-de dizer"). O breve raciocínio emitido parece ser de tipo "não importa quê..." ("Devia tratar-se por isso...") sem qualquer elaboração mental original. Emocionalmente, revela medo de se expor e resistências maciças.

Quanto à questão de se vale mais a vida dum amigo ou dum estranho, a resposta é hedonista e unidimensional, a partir de si mesmo, sem capacidade de avaliação do conjunto da situação ("Vale mais um amigo porque se tem companhia..."). Também a vida duma criança vale muito ("porque ainda não sabe o que é a vida"). Resposta adaptativa que revela dificuldade em elaborar mentalmente...Finalmente temos uma concepção pragmático-imediatista da vida em geral ("A vida vale muito porque se aprendem coisas e podem-se realizar novas vidas...").

O OUTRO → Raciocínio primário, estruturado, em resposta ao dilema. O modelo de compreensão alegado é a "transgressão-castigo". Antecipa os sentimentos do colega, como quem se identifica, desculpabilizando-o diante da autoridade ("Dizia ao professor que não fez isso com má intenção. E se o fez não o pensou..."). Deve-se manter a palavra dada para não se ser castigado ("Porque se se revela o segredo vai-se ser castigado"). Orientação moral determinada pela previsão das consequências físicas do comportamento. Do mesmo modo não se deve mentir por falta de consistência da mentira ("Pode-se mentir numa ocasião, mas depois vem-se à verdade"). Consciência da relatividade da verdade. Mantem-se a resistência, cognitiva ("Não sei explicar, Sei lá! Não sei explicar porque é que não se deve mentir!").

A PROPRIEDADE → Quanto ao dilema do roubo, as respostas são mais sugeridas que elaboradas devido ao nível de funcionamento operatório concreto do pensamento e às resistências que o acompanham ("A gente tem as suas coisas e fez muito para as ter...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Confusão entre consciência psicológica e consciência moral, apesar de ser consciente da dimensão culpabilizante da mesma ("consciência moral é a gente ter a consciência daquilo que faz...de estar em qualquer sítio e não fazer mal a ninguém"). Ao tentar discernir a função da consciência moral e da Lei... o raciocínio não emerge ordenadamente ("As leis? Não compreendo. São para legalizar novas vidas. Sei lá! Muita coisa."). Jogo de palavras mais de carácter defensivo do que explicativo ("Porque uma pessoa se tiver consciência daquilo que faz...pronto, tem consciência, agora a lei...").

Estádio 2 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E, 5 – Post.)

A VIDA → É dada uma resposta pragmática ao dilema, sem perspectivas de fundo, apesar de se ter em consideração a situação humana do amigo ("Bem, para que não se matasse, era capaz de lhe dar um cigarro, mas dava-lhe também um conselho"). O que é a vida? Resposta sem actividade cognitiva, mais sugerida que elaborada mentalmente ("A vida, sei lá! Tem muitos significados!"). A avaliação mantem-se hedonista e operatória ("A vida vale porque a gente aprende muito e sabe ser um ser humano"). Comparativamente vale mais a vida dum amigo do que a dum estranho pelo seu carácter instrumental e oportunista ("Um amigo se uma pessoa estiver atrapalhada... ele bota a mão. E o estranho já não. Não nos conhece, nem eu a ele."). Em relação à criança e à pessoa famosa, tem prioridade a criança por razões físicas de tipo quantitativo-temporal (É mais importante a criança porque é mais nova e sempre tem mais..."). Em resposta à pergunta sobre o que é a vida, a dificuldade de funcionar mentalmente é evidente ("Não sei. Não sou capaz. A vida tem muito que se lhe diga."), apesar de se notar intuitivamente o reconhecimento da transcendência da vida.

O OUTRO → Nota-se alguma abertura sócio-cognitiva à problemática do amigo ("É importante manter o segredo, portanto se me pediu segredo não diria"). Contudo a orientação moral dominante é a heteronomia, em previsão das consequências físicas do comportamento ("Não diria nada para o amigo não

ser castigado. Deve manter-se o segredo para o rapaz não ser castigado"). Finalmente, não se deve mentir por razões heterónomas de obediência à autoridade divina ("Não se deve mentir porque Deus também não mandou mentir. Mandou-nos sempre falar a verdade").

Não deixa de se evidenciar alguma sensibilidade à situação humana ("Pois em certos aspectos uma pessoa é mesmo obrigada a mentir. Noutros não...").

A PROPRIEDADE → A problemática do roubo é abordada de maneira mais realista ("Não devia roubar porque se ele rouba o outro fica sem ele...") e tendo em consideração algumas alternativas ("...Era melhor pedir que roubar ou trabalhar"). Contudo, as justificações alegadas são extrínsecas à própria consciência ("...Acho que roubar é uma asneira").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Mantem-se a confusão entre a consciência moral e a consciência psicológica ("A consciência moral é uma pessoa ter consciência daquilo que faz..") apesar de se vislumbrarem alguns vestígios de culpabilidade, específicos da consciência moral ("Uma pessoa tem consciência de estar em casa dum amigo e de não estragar nada"). Ao tentar diferenciar a lei da consciência moral em função do papel de cada uma delas, dá-se um encavalitamento do raciocínio, que se torna num jogo de palavras ("Não sei...mas a lei é uma lei. A consciência é que regula a pessoa. Se uma pessoa tiver consciência daquilo que faz...").

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

⟶ D/E, 6 (Delinquente nº 6, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E 6 – Pret.)

A VIDA → Revela capacidade de estruturação do pensamento ponderando a natureza, a gravidade e as exigências lógicas do dilema ("...Primeiro porque o indivíduo não é obrigado a dar-me o calmante de graça. Em segundo lugar tento desenrascar-me, pedir dinheiro,..."). A situação é relativizada ("...É uma parvoíce assaltar uma farmácia para roubar um calmante..."). Capacidade de julgar em previsão das consequências, do acto. A vida vale muito pelo valor da própria pessoa ("que pode viver, ter liberdade e essas coisas todas"), mas empregando como ponto de referência explicativo a sua situação de recluso ("O que é a vida? Para aqui numa cadeia, que não tem lógica para homem nenhum!"). Auto-critica-se ("Só por um simples acaso de estupidez, duma asneira que uma pessoa faça é que vem preso...").

Mas a vida também é importante por razões de ordem afectiva e altruísta, ainda que num contexto social de tipo instrumental ("A vida vale muito para quem tem filhos, pode criá-los, trabalhar e fazer deles uns homens..."). Necessidade de moralizar para projectar o seu próprio conflito de recluso.

Em reacção à pergunta de se vale mais a vida dum amigo ou duma pessoa estranha, em primeiro lugar recusa-se (a sentir ou a pensar?) e em segundo lugar expõe-se ("sinceramente..."

empregando uma argumentação perversa própria de delinquente ("Sou capaz de dizer que é mais importante a vida dum estranho que a dum amigo, porque o amigo ao mesmo tempo, torna-se inimigo e o estranho que não conheço já não se pode tornar inimigo porque não tem razões para isso..."). E justifica-se exemplificando com o seu próprio caso...

Também a vida da criança em relação à pessoa famosa é posta em destaque, empregando o critério da idade ("...Porque o adulto já tem 30, 40 anos e a criança está a vir ao mundo...") e não os atributos humanos, como seria lógico numa avaliação moral.

O OUTRO → A resposta ao dilema situa-se num contexto geral de empatia para com o amigo em situação...onde qualquer eventual transgressão teria como correlato a traição ("Porque se eu dissesse que sim...estava a agir mal, estava a atraiçoar um amigo...").

Além disso, "atraiçoar um amigo é uma coisa feia", porque é sair da norma comum em relação à maioria. O raciocínio enriquece-se, aumentando o seu transfundo em torno da temática da confiança ("Desde o momento em que o indivíduo confiou em mim, a confiança fica em mim e não digo nada...").

Mais uma vez o carácter instrumental das relações humanas se impõe ("Há amigos e amigos...mas aqui dentro, na cadeia, é tudo colegas. Não há amigos.. Amigo é o meu pai, a minha mãe e isso tudo...").

De vez em quando há algumas tentativas de abstrair para formalizar o pensamento, mas sem grande sucesso pela dificuldade do sujeito em descentralizar-se da sua condição de

recluso... ("Deve-se manter a fidelidade porque faz parte da humanidade, da pessoa, do ser humano...").

Em resposta à pergunta de porque é que não se deve mentir o setting cognitivo alarga-se e a problemática da mentira é reposta num registo interpessoal mais universal ("Para lhe ser franco não há ninguém que diga uma coisa que seja verdade...Não há ninguém que diga a verdade..."). Com um raciocínio pobre, segue-se um discurso confabulado sobre quando se deve mentir ("Uma pessoa tanto deve mentir como não deve...").

A PROPRIEDADE → Relativização da situação de roubo mas sem um fundo argumentativo suficiente e com um discurso confabulado. ("Roubar...nem faz mal nem bem, mas simplesmente foi, porque se sentia mal...Mas mal de quê? Fome? Droga?..."). Repetem-se as referências à sua própria situação de recluso por roubo, mas de maneira mais projectiva que argumentativa. Consciência moral de que o roubo leva a uma certa exclusão da sociedade ("Depois de roubar a primeira vez já não há trabalho para ele e passa a vida aqui na cadeia..."), a partir da sua própria experiência ("Se se é um jovem passa-se a mocidade aqui na cadeia e acho que isso..."). Contudo, desculpabiliza-se reconhecendo a universalidade do roubo ("Não há ninguém que não roube") com alguma ambivalência ("...Mas não se deve roubar, não sei dizer, não sei dar a minha opinião, não consigo...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Descrição operatória muito concreta, de consciência moral ("A consciência moral é uma pessoa bem

comportada que não se mete em roubos e leva o seu trabalho direitinho ..."). Reconhece-se a dimensão ética dos comportamentos ("leva-se a vida muito honesta...") e o seu valor social ("é útil à comunidade..."), mas não tanto enquanto sistema social organizado, mas enquanto conjunto de indivíduos dependentes uns dos outros.

Segue-se um discurso confuso, de tonalidade persecutória para justificar a importância das leis ("Se não houver leis para prender e para castigar ninguém trabalha e tudo vai roubar, matam-se uns aos outros"), que termina com uma referência desculpabilizante ao papel da consciência...como condição de se "sentir limpo" e em paz ("Assim é que posso dizer que tenho uma consciência limpa e ninguém me pode acusar disto ou daquilo..."). Incapacidade de operacionalizar formalmente um raciocínio sobre a consciência e a sua relação com as leis...O curso do pensamento na fase final é quase delirante.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E 6 – Post.)

A VIDA → Parece assumir a responsabilidade da situação do amigo, relativizando, desdramatizando e tentando encontrar uma resposta fácil ("Afinal, dava-lhe um macito de tabaco uma vez por outra...Não era isso que o iria matar..."). Coloca como ponto de referência, na argumentação, a sua própria

experiência de fumador ("Já fumo desde os 11 anos e fumar um cigarrito cai sempre bem").

A definição de vida é dada descritivamente ("...A vida é a vida duma família, duma pessoa que seja só e há aquelas vidas que são maldades, vidas por maldade!..."), e isto depois de algumas hesitações e de ter manifestado consciência da complexidade do conceito de vida ("Sei lá! A vida tem muitas maneiras de ser. Há vidas e vidas").

Com um discurso mais elaborado do que no Preteste, mantém a mesma tendência perversa na maneira de argumentar, preferindo a vida dum estranho ("que não tem grande confiança connosco e por isso é mais difícil de nos atraiçoar"), à vida dum amigo porque ("sendo nosso amigo tem mais alternativas para nos atraiçoar").

Como delinquente projecta uma experiência de amizade bastante penalizante e traumática. E acrescenta, matizando: ("Aqui dentro a minha vida não vale nada, mas lá fora, para mim, vale muito. Para fazer ver aos meus pais aquilo que eu mudei"). A avaliação da vida humana é feita em função da imagem que se dá às pessoas do grupo a que se pertence.

O OUTRO → O respeito pelo outro, em resposta ao dilema, passa pela necessidade de não se intrometer na vida dos outros, como intruso ("Eu não tenho nada a ver com a vida do filho, por isso digo ao pai que não sei de nada..."). Argumentação pobre e cheia de ambivalência, que exprime mais o interesse próprio do que o bem do amigo como membro da comunidade.

Deve-se manter o segredo do amigo, como base para haver confiança ("...Sim, porque faz parte da confiança"). Mas

trata-se duma confiança instrumental, circunstancial, condicionada pelos motivos, pelas pessoas e pelo que se diz... isto é, com tal que o principal beneficiário seja o próprio.

Se se derem todos os requisitos de confiança, então é possível guardar o segredo e ("torno-me incapaz de incriminar um amigo"). Orientação moral determinada por um intercâmbio hedonista, ainda que num contexto interindividual alargado.

A PROPRIEDADE → Perante um dilema de roubo, a resposta é directa e incondicional ("Isto foi um acto de desespero..."). Não é tanto a afirmação em si que está em causa, mas a maneira categórica como se afirma ("Foi um acto de desespero. Ele via que estava a passar mal..."). Impulsividade delinquente ainda que contida nos moldes do raciocínio ("Tentava desenrascar-se da melhor maneira..."). Em consequência, a avaliação final que se segue é ambivalente. ("Eu acho que nem fez bem, nem fez mal"). Finalmente uma pre-elaboração extemporânea em torno da temática da droga, única situação, em que não só se pode, mas deve-se roubar ("Há ocasiões em que não só se pode, mas deve-se roubar, como a droga, principalmente...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → A consciência moral é identificada com a ausência de conflito com o exterior ("Consciência quer dizer uma pessoa tranquila"). É personalizada no protótipo daquele que "não tem problemas", "que não é trafulha"...

Mais uma vez se define apenas parcial e fenomenologicamente a consciência. A parte assume o significado do todo.

Quanto às leis servem para serem cumpridas em ordem a evitar o pior. Orientação moral convencional com ingredientes de tipo heterónomo (em torno da temática do roubo, da consciência...) e outros de tipo mais autónomo (como a temática da vida, da solidariedade, do respeito pelo outro...).

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—▸ D/E, 7 (Delinquente nº 7, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 7 – Pret.)

A VIDA → Avaliação moral objectiva e imediata onde se justifica a imoralidade do roubo pelas consequências físicas (Não roubaria porque estava sujeito às várias consequências..."). A orientação moral é determinada por razões heterónomas, como o castigo...Contudo, diz que era capaz de correr o risco de assaltar a farmácia, caso o amigo desesperado tentasse matar-se. Situação meramente hipotética, insuficiente, para se avaliar éticamente.

Quanto à vida humana, a sua importância é meramente instrumental, baseada na necessidade de afecto entre as pessoas do agregado familiar ("A vida vale porque uma pessoa pode ser que faça falta a muita gente, por exemplo, os pais, os filhos..."). O raciocínio moral prossegue no mesmo registo hedonista ao afirmar-se que ("vale mais a vida dum amigo, do que dum estranho se for um amigo que nos ajude muito"). Finalmente a criança, comparativamente a uma pessoa famosa, tem prioridade "em função do tempo que lhe falta para viver". Critério mais quantitativo e fenomenológico do que qualitativo-axiológico ("A criança ainda tem muito tempo para viver...enquanto que a pessoa famosa já viveu..."). O raciocínio vai-se estruturando operatoriamente, mais determinado por variáveis imediatas e sensoriais do que pela força dos valores interiorizados.

O OUTRO → Coloca-se facilmente na situação desagradável do amigo ("Estava desesperado e queria passar no exame"), o que é compreensível dada a natureza crítica da situação. A argumentação desenvolvida prova que é mais fácil "sentir com" ou "identificar-se com" nas situações limite (Ele mesmo é um recluso que passa por uma experiência difícil) do que na situações ordinárias da vida ("Dizia que não sabia de nada para ajudar esse amigo").

Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo? A dificuldade em exprimir-se, às vezes, é explicitada ("Não sei explicar muito bem") e, outras vezes,torna-se evidente ("Uma pessoa dizer uma coisa a outra pessoa e esta contar a outra... Eu acho isso mal..."). Raciocínio pobre ainda que coerente. Mantem-se o registo ético pragmático e interesseiro ("Deve-se guardar o segredo, porque o segredo é a alma do negócio"). Não se deve mentir "porque é feio", isto é, não se age em conformidade com as normas vigentes. Contudo, reconhece-se a necessidade de se mentir ("nos casos em que uma pessoa tenta salvar-se, como por exemplo, vir preso, saber que fez aquilo e ter de dizer que não").

Trata-se duma mentira primária, evidentemente, de carácter instrumental, que só pode ser descodificada e compreendida no contexto da transgressão geral do delinquente.

A PROPRIEDADE → A ética de respeito pela propriedade alheia é arbitrária e pouco consistente. É o que transparece através do raciocínio sobre o roubo: ("Não se deve roubar, mas quando é preciso, uma pessoa tem de roubar"). As excepções para se poder roubar são exemplificadas com a aproximação de duas

situações limite: a droga e a fome. Duas situações onde se projecta o drama da sua própria existência de recluso. O raciocínio moral emitido a propósito da droga é bastante reactivo, dado o seu carácter identificatório ("Estes gajos não têm valor nenhum"). Introdução dum motivo religioso para reforçar a sua auto-defesa ("É um pecado...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → O setting ideológico e temático escolhido para responder à questão "o que é a consciência moral?" é o roubo. Fenomenologicamente, dada a incapacidade de operar formalmente por conceitos abstractos, "a consciência moral é uma pessoa estar suspeita de fazer uma coisa". ("Um gajo vai roubar e pensam que sou eu, e eu, no meu ver, penso que tenho a consciência limpa"). Acentua-se a dimensão culpabilizante versus desculpabilizante da consciência moral ("A consciência moral é uma pessoa não ter nada a ver com aquilo...").

Quanto às leis, a sua função é meramente instrumental e regressiva ("porque se não houvesse leis era um desastre, morriam, matavam-se, roubavam a torto e a direito...").

Estádio 2 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E, 7 – Post.)

A VIDA → Abordagem mais humanista da problemática do amigo do que a evidenciada no Preteste ("Tentava aguentar e não sair da beira dele, uma, duas, ou três horas"). A compreensão objectiva e imediata anterior dá lugar a uma compreensão do sofrimento do outro mais interiorizada, ainda que permanecendo num âmbito individualista. Ponderam-se as razões que teriam levado o médico a tomar a decisão de o proibir de fumar, o que é possível graças a um raciocínio melhor estruturado ("Era para bem dele Se o médico lhe tinha proibido, era porque alguma coisa se passava, para ele não fumar").

Porque é que a vida vale muito?

A resposta é perfeita do ponto de vista ético. Mas mais sugerida ou intuitiva do que elaborada mentalmente ("A vida humana vale muito, porque uma vida é uma pessoa"). Segue-se um raciocínio rico do ponto de vista afectivo, mas pobre cognitivamente ("A vida humana é uma pessoa como nós, não é?"). Capacidade de sentir o outro a partir de si mesmo, mas num contexto interpretativo, hedonista e imediato ("A vida vale muito porque ajudam-se uns aos outros"). Mais uma vez a vida do amigo é preferida à vida dum estranho, pelos benefícios que a vida do amigo proporciona. Isto é, a vida vale na medida em que o outro pode entrar em órbita dentro do nosso próprio universo de valores ("A vida dum amigo vale porque é um amigo nosso, uma pessoa com quem se convive há muitos anos"). Contudo, os afectos parecem libertar-se com uma

consequente valorização do raciocínio ("Podia gostar muito dele como amigo e como irmão"). Finalmente é a variável tempo, valor perceptível e comensurável, que se torna decisiva para preferir a criança à pessoa famosa ("É conforme a idade que uma pessoa tiver. As crianças valem mais porque têm poucos anitos").

O OUTRO → Fidelidade formal ao amigo "porque os segredos são para guardar". O raciocínio é pouco estruturado e resultando mais dum estado emocional do que duma reflexão espontânea, a partir da situação hipotética.

Apesar do formalismo evidenciado na justificação da necessidade de se guardar o segredo, transparece a confiança e a amizade como fundamento último de toda a relação ("Se faltasse ao segredo, podíamos ser grandes amigos, mas a nossa amizade ía acabar"). Segue-se uma definição de amizade interesseira e pragmática que dá o toque decisivo à orientação moral do indivíduo ("A amizade são duas pessoas que se dão muito bem e que se ajudam uma à outra. Pode tornar-se numa grande amizade, em grandes amigos"). Relação ética interpessoal baseada no proveito mútuo e na reciprocidade entre os indivíduos. A fidelidade à verdade (não se deve mentir) é relativa, mas não em conformidade com princípios éticos gerais, mas em função das situações do indivíduo ("Não se deve mentir, mas depende como no meu caso, de estar aqui. Às vezes as mentiras valem mais do que as verdades...").

A PROPRIEDADE → Quanto ao roubo, o raciocínio é movido mais pela materialidade da situação do que pelo seu significado

("Roubar? É conforme a situação. Se ele não tivesse mesmo nada, se não tivesse ninguém na vida, eu fazia o mesmo"). Avaliando o dilema a partir de si mesmo, transparece um certo fatalismo. É como se o roubo fosse um destino inevitável ("Por isso uma pessoa faz aquilo que não devia, mas é o destino.."). Raciocínio operatório e repetitivo, muito projectivo da própria situação que o impede de abstrair para ponderar todas as variáveis ("Eu no lugar dele fazia o mesmo se não tivesse ninguém na vida que me apoiasse...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → A dificuldade em pensar, formalizando as ideias, leva-o a resistir o mais possível ("o que é a consciência? Sei lá! Já noutra vez expliquei..."). ("A consciência é um gajo que está sujeito de roubar uma coisa que não roubou..."). Segue-se uma descrição quase material da função da consciência, onde transparece a dimensão culpabilizante ("...e apesar de tudo tem a consciência limpa..."). O setting do pensamento é sempre a problemática do roubo, de maneira quase obsessiva. As leis desempenham um papel instrumental em todas as situações, pessoais e sociais ("As leis servem para um gajo as cumprir e sem as leis um país não era nada..."). Nota-se uma certa contradição no pensamento quando se diz que ("É mais importante a consciência do que as leis") e logo a seguir ("O que importa é cumprir as leis por um lado, e a consciência por outro"). Talvez consequência do raciocínio ser mais sugerido e confabulado do que reflexivo.

Estádio 3 do Juízo Moral

—▸ D/E, 8 (Delinquente nº 8, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 8 – Pret.)

A VIDA → A reacção imediata ao dilema é uma chamada à realidade ("Não é caso para fazer uma coisa destas"). Em seguida ponderam-se as consequências dum eventual assalto à farmácia e ("Não é caso para assaltar uma farmácia por causa dum comprimido"). Raciocínio espontâneo e bem estruturado.

Porque é que a vida vale muito? A resposta é satisfatória do ponto de vista cognitivo, mas insuficiente do ponto de vista ético ("A vida vale porque só é vivida uma vez..."). Isto é, do ponto de vista ético, não basta viver (ainda que seja uma só vez), mas é necessário ponderar as razões de viver. Duma maneira geral o raciocínio do sujeito estrutura-se mais por razões extrínsecas do que pelos princípios gerais inerentes à moralidade ("Não se deve assaltar a farmácia pelos grandes estragos...A vida vale muito porque só é vivida uma vez...", etc.).

Vale mais a vida dum amigo ou dum estranho? A resposta é totalizante ("Para mim todas as vidas são iguais..."), mas não no sentido do valor universal da vida, mas enquanto as pessoas se podem valer umas às outras, com particular atenção para um amigo por razões afectivas ("...Todas as vidas são iguais, ainda que uma pessoa tenha mais afeição a um amigo").

Comparativamente, também a vida duma criança ("É mais preciosa do que a vida duma pessoa famosa"), não só em função

do tempo que passa ("...Uma pessoa famosa já viveu um tempo...") mas sobretudo pelos benefícios que o tempo pode proporcionar à vida ("...Se a criança tiver 3 ou 4 anos ainda não viveu o suficiente do que se passa aqui").

O OUTRO → Espécie de profissão de confiança no amigo ("Era incapaz de trair um amigo..."), mas não incondicional ("...Embora lhe dissesse que não achava bem o que fez").

O raciocínio é o seguinte: receber um segredo é a maior prova de confiança e guardar o segredo é a expressão máxima de amizade ("Penso que a amizade quando uma pessoa conta um segredo é porque tem grande confiança nele...").

No contexto sócio-cognitivo em que se exprime o sujeito, o segredo parece assumir a categoria de tabu, ("Se ele contou um segredo, que ninguém pode saber, a uma pessoa é porque só fica entre nós..."). Deduz-se que a orientação moral dominante do sujeito seja a "convencionalidade", onde o intercâmbio interpessoal é dominado pelas expectativas mútuas dos indivíduos.

O que é confirmado pela resposta dada à pergunta "porque é que não se deve mentir?" ("Porque além de ser feio, não corresponde à verdade..."). A verdade consiste em viver de acordo com aquilo que as pessoas esperam umas das outras ("...Portanto deve-se dizer sempre a verdade para haver um contacto melhor entre as pessoas...").

A PROPRIEDADE → Quanto ao dilema do roubo as respostas dadas fazem pressupõem a existência duma representação mental dinâmica da sociedade, como um sistema social regido por leis

e com autoridade ("Não se deve roubar porque para ele, a sociedade começa a rejeitá-lo. Além disso, porque pode mudar totalmente a vida duma pessoa. No fundo não é uma pessoa honesta e penso que isso não leva a lado nenhum..."). O raciocínio constrói-se à base de "ingredientes" fundamentais do ponto de vista ético: a consciência ("...não é uma pessoa honesta"), o tempo ("...mesmo para o futuro dele penso que não o leva a lado nenhum..."), a responsabilidade ("...porque isso pode mudar totalmente a vida duma pessoa...").

Finalmente trata-se duma argumentação de carácter projectivo, onde se evidencia a diferentes níveis, a situação de recluso do sujeito, numa dimensão predominantemente culpabilizante ("Não se deve roubar porque é contra a lei...Porque isso pode mudar totalmente a vida duma pessoa... etc.").

A CONSCIÊNCIA MORAL → A definição de consciência moral faz-se a partir duma expressão operatório-material ("A consciência moral é uma coisa...") que se caracteriza pela sua função repressivo-acusatória ("...quando alguém faz algo errado") e de natureza reparadora ("...para que possamos remediar..."). A lei ergue-se como ponto de referência ético ("Uma lei deve ser respeitada... Serve para se ajuizar e para se cumprir..."). Isto significa, materialmente, que cumprir a lei é viver éticamente ("e o contrário duma lei é algo de mau que não se pode fazer"). No raciocínio confuso que se segue justifica-se a superioridade da lei pelo seu carácter instrumental, mensurável e perceptível através dos comportamentos, enquanto que a consciência, do foro interno, escapa à percepção, é imprevisível e apenas se sente acusatoriamente

("Penso que é mais importante seguir uma lei porque nós vamos ficar com a consciência tranquila...e depois se reflectirmos bem até vemos que estávamos errados...").

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E, 8 – Post.)

A VIDA → Tentativa de encontrar uma solução realista ao dilema do amigo, levando em consideração a situação clínica, a opinião do médico e as eventuais consequências em caso de transgressão. Justifica a sua posição por uma grande amizade ("Para além de ter uma grande amizade por ele, o médico disse-lhe que não podia fumar...") e desdramatiza a situação ("Não era por causa dum cigarro que o deixaria fumar. Fazia-lhe ver as coisas..."). O raciocínio é conduzido a partir duma série de deduções fundamentadas ora na experiência própria de recluso, privado de liberdade, ora na sensibilidade empática "para com"... ("A vida é uma coisa preciosa, porque chega-se a uma determinada altura e saber que só se tem uns anos para fazer o que se quer..."). Ao mesmo tempo é evidente o carácter hedonista da vida ("A vida é...é poder gozar da melhor maneira...") e as vantagens afectivas da mesma ("...poder fazer o que se quer e ter uma... "). Em termos comparativos todas as vidas "são iguais e importantes", mas a afectividade pode levar-nos a sentir-nos mais próximos de alguém ("A vida dum amigo tem mais significado

para nós do que a vida dum estranho") e as diferenças na sua duração podem levar-nos a preferir uma criança a uma pessoa famosa. As distinções entre pobres e ricos, são convencionais ("As pessoas conseguem diferenciá-las, mas as vidas seja dum pobre ou dum rico, são todas iguais"). O raciocínio coerente e bem estruturado manifesta a capacidade do indivíduo em abstrair e entender reciprocidade entre pessoas e subordinar o imediato pessoal às necessidades do grupo. Encontramo-nos com uma orientação moral, onde a representação social, como sistema dinâmico, entre indíviduos é suficientemente explícita e consciente.

O OUTRO → Face ao dilema de guardar a palavra dada ao amigo ou revelar o segredo ao pai, a solução ideal é perspectivar a complexidade da situação do ponto de vista do amigo e do ponto de vista do pai. Do ponto de vista do amigo, manter-se fiel mas "fazer-lhe ver as coisas". Do ponto de vista do pai, poupá-lo o mais possível às vicissitudes do conflito, "dizendo-lhe que não sabia de nada". Na estratégia adoptada cognitivamente para resolver o problema nota-se a tentativa do sujeito em não se limitar ao presente mas agir sempre em função do futuro ("Não devia ser assim, porque para o futuro dele não era nada bom"). O tema dominante que subjaz o curso do pensamento é a amizade "que está acima de tudo". Trata-se duma noção de amizade fenomenológica, isto é baseada nos gestos de confiança entre pessoas, ("que se um dia falhar, faltando ao segredo, já não vem mais ter comigo, porque não fui uma pessoa segura"). Não se deve mentir por uma questão de princípio ("Porque não é bom...") e por uma questão de

consequências ("Porque as pessoas de quem se gostava já não confiam em nós, é perder a fé...e uma amizade depois, já não vai ser a mesma").

É de notar que as pessoas mais próximas afectivamente, como os amigos e os familiares, ocupam sempre o primeiro plano no raciocínio moral o que prova a falta de isenção ética do sujeito ("Acho que há ocasiões em que se pode mentir, mas não com um amigo, com um familiar ou com as pessoas de quem gostamos").

A PROPRIEDADE → "Roubar não é uma coisa boa", por isso, como alternativa ao roubo, impõe-se um jogo de possibilidades não desviantes ("como pedir, falar a alguém ou contar os problemas etc."). Mas numa situação de desespero e de necessidade, "aí eu era capaz de fazer isso."

Raciocínio movido pela empatia e pela capacidade de relativizar a transgressão em atenção ao estado crítico da pessoa. Discurso onde temas tão díspares como a transgressão e a compreensão se conjugam adequadamente. Orientação moral determinada pelo respeito dos outros como membros do grupo. O outro já não é um instrumento de reciprocidade ou um ponto de referência na interacção mas um complemento necessário dentro da sociedade, isto é, ("alguém de confiança a quem se pode contar os problemas").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Referência à dimensão interior da consciência moral ("A consciência é quando alguma pessoa faz alguma coisa e fica assim pensativo"). Ainda que de maneira descritiva a consciência é percebida como uma realidade do

foro interno de cada qual. A sua função é interpretada como auto-valorativa ("Chama-nos à atenção para corrigir aquilo que não está bem"), ainda que de maneira correctora.

O raciocínio moral descola-se, progressivamente das referências imediatas e concretas até um nível mais impessoal e generalizável de julgar.

A consciência desempenha a sua função não já no acto de ser ou de acontecer, mas na arte de pensar ("Quando alguma pessoa faz alguma coisa errada e se quer corrigir, fica assim a pensar e a consciência chama-o à razão"). Reconhece-se a diferença entre as leis e a consciência com maior relevo para a consciência ("As leis são importantes, mas a consciência é importantíssima...") mas uma diferença não suficientemente descriminada, como seria próprio dum juízo operatório mais formal e abstracto. Enquanto que a ordem jurídica, que vem das leis, é concreta e segura porque perceptível, a voz da consciência é imprecisa e subjectiva, mais facilmente indutora do erro...("Eu seguia as leis porque a consciência podia, de momentos, não estar de acordo, mas depois começava a pensar e optava pelo certo.... "No fundo a consciência estava a mandar-me por um caminho que era fora das leis...").

Raciocínio confuso enquanto ao "manejo" dos conteúdos, mas interessante pelo esforço de estruturação cognitiva que revela.

Estádio 4 do Juízo Moral

—► D/E, 9 (Delinquente nº 9, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 9 – Pret.)

A VIDA → O raciocínio estrutura-se materialmente em torno da problemática do roubo. Falta de perspectivação da complexidade da situação ("Eu não assaltava a farmácia mas se tivesse dinheiro no bolso era capaz de comprar uns medicamentos"). A vida é importante ("porque nascemos para viver e ser alguém"). Estereotipo verbal por dificuldade em operacionalizar os conceitos abstractos. Segue-se uma afirmação sugerida sem transfundo cognitivo nem consequência com o que se disse anteriormente ("mas qualquer um tem o seu erro..."). Convidado a pronunciar-se sobre se é mais importante a vida dum amigo ou dum estranho, hesita e verbaliza a sua dificuldade em pensar ("Isso é muito complicado..."). Seguidamente, com um raciocínio pobre e egocêntrico, afirma que: ("Às vezes a pessoa estranha é que é o amigo para mim...Porque eu tive certos amigos que me prejudicaram a vida, mas acho que o estranho é que é mesmo amigo"). Orientação moral egocêntrica, marcada pelo sentido hedonista da vida. Comparativamente à pessoa famosa a ("criança é um miúdo que vai crescer") e, portanto, mais importante. Além disso na previsão do futuro ("pode ser um grande arquitecto, engenheiro..."). O sujeito mantem a sua avaliação determinada pelo pragmático e pelo imediato das situações.

O OUTRO → Opta por faltar ao segredo numa atitude avaliativa da situação no seu conjunto e para além do tempo presente ("Se lhe prometi em segredo tinha de o cumprir. Mas, nesta situação, uma pessoa desfaz-se do segredo... Quando um dia mais tarde ele era capaz de pensar e vir ter comigo e pedir desculpa porque fiz bem..."). O discurso é desordenado e mais movido pela situação projectiva o sujeito do que efeito duma elaboração inteligente. Continua a colocar-se a si mesmo como ponto de referência ética ("A minha amizade entre ele nunca mais ia a confiar em mim, mas ao mesmo tempo estava a ajudá-lo"). Não se deve mentir porque "(é feio... porque vêm um dia a saber e nunca mais têm confiança em nós..."). Orientação moral conformista e pouco congruente com o que se disse anteriormente "Acho que toda a gente mente". Raciocínio moral vacilante, ao ritmo das sensações e pouco estruturado desde dentro, reflexivamente. Critério heterónomo para avaliar a imoralidade da mentira ("Porque mentir, dizem que é feio...e nunca mais têm confiança em nós...").

A PROPRIEDADE → ("O caso do João que assaltou a caixa do Centro Comercial é o meu caso"). Identificação ao protagonista do dilema sendo o acto de pensar substituído pelo acto de representar. Passagem da situação hipotética para uma situação real ("Podia ter recorrido a pessoas amigas antes de roubar, mas às vezes as pessoas amigas não nos emprestam nada e então recorre-se ao roubo"). Então o roubo torna-se natural ("Acho que se pode roubar, sim, acho que sim") e ao mesmo tempo imoral ("porque é o mesmo que eu trabalhar muitos anos para ganhar...e depois estar a mexer numa coisa que não me

pertence..."). A contradição percorre todo o discurso a nível verbal e estrutural, a propósito do roubo, e culmina numa atitude paradoxal: ("Acho que toda a gente rouba e que se pode roubar. Vou comprar um pacote de bolachas, por exemplo, e meto um chocolate no bolso porque ninguém viu. Pode-se roubar").

A CONSCIÊNCIA MORAL → O que é a consciência moral? Medo de se expor ("Não estou bem dentro do assunto"). Hesitação e perplexidade face à própria identidade ("De outra pessoa?"). Segue-se um discurso bizarro e desarticulado ("Às vezes olho para o espelho e digo, não sei se é isto, ou aquilo que a gente pensa"). De novo confronta-se consigo mesmo ("Consciência moral? Eu não tenho moral! A minha consciência se me mandar fazer aquilo eu tenho de fazer..."). Discurso "delirante" como expressão de confusão entre o pensar e o existir, entre o sentir e o viver. Depois de se ter exposto, reconsidera e racionaliza: ("Consciência moral? Não estou dentro do assunto").

<u>Estádio 2 do Juízo Moral</u>

B. POSTESTE (D/E, 9 – Post.)

A VIDA → Toma consciência da complexidade da situação do amigo ("Isto é complicado. Não sei!..."). Evita tomar uma decisão imediata, pondera e só depois se decide condicio-

nalmente ("Era capaz de lhe dar um cigarro...isto é complicado!"). O raciocínio torna-se sensivelmente mais flexível. Há uma atitude que transparece no discurso que se segue: A perplexidade ("Se ele disse que se matava, era capaz de se matar mesmo...Ou então não sei...O médico proibiu-lhe de fumar. Agora isso de se matar também podia ser tanga dele..."). Perplexidade que pode ser expressão de insegurança interior, como se evidencia na dificuldade de pensar (pensamento concreto com várias interrupções) e no receio de se expor. Orientação moral hedonista e dependente das necessidades imediatas.

Porque é que a vida é importante? Não há uma resposta satisfatória do ponto de vista cognitivo, nem do ponto de vista moral ("A vida é importante para a gente vivê-la"). Contudo, matiza-se bem a opinião própria da opinião dos outros ("Na minha opinião a vida é importante mesmo se temos que fazer por isso. Mas há muita gente que diz que a vida é importante num sentido e noutro").

Alusão ao aspecto estoicista da vida ("...Mesmo se temos que fazer por isso..") e consciência da relatividade dos valores ("Pois há muita gente que diz que a vida é importante num sentido e noutro"). E é mais importante a vida dum amigo ou dum estranho? Segue-se, como resposta, um elogio à pessoa do estranho, porque ele é o verdadeiro amigo. E argumenta-se, a partir da experiência própria tão amarga com os amigos que resultaram traidores e tão satisfatória com os estranhos que se tornaram os amigos ideais. Mais do que de aspectos contraditórios do pensamento, podemos falar de falta de precisão no raciocínio que apresenta, uma consequência, uma

expressão bizarra ("Eu acho que o estranho é que é o amigo"). E termina manifestando um esforço por expressar em ideias o que sente interiormente a respeito da vida ("Para mim a vida é vivê-la. Muita gente tem muitos significados e vai-se vivendo a vida"). Apesar da sublimidade do desejo sobre a vida não consegue elevá-lo e dar-lhe uma representação mental correspondente. Mantém-se a nível operatório concreto.

O OUTRO → Em relação ao dilema da fidelidade ao amigo numa situação de crise, manifesta tendência para a autoridade, representada na figura do pai, sob pretexto de ajudar o amigo que transgrediu...("Diria ao pai que o filho não vai à escola, porque estava a agir mal..."). Em consequência o pai ("até era capaz de o compreender melhor e ajudá-lo"). Suplemento racional para se desculpabilizar da infidelidade ao amigo, depois de ter revelado o segredo. Orientação moral heterónoma, pela avaliação ética feita em relação à autoridade exterior. O discurso persiste numa tonalidade racionalizante sublimatória pela necessidade de se autojustificar, desculpabilizar. ("Estava a ajudá-lo e era aí que eu estava a ser amigo dele, apesar de ele me ter pedido segredo").

Porque é que não se deve mentir? ("Porque é feio...Segundo as conveniências e expectativas da maioria bem comportada"). Mas aprofunda-se mais o raciocínio e chega a constituir-se um breve tratado sobre a mentira: ("Mas eu acho que se deve mentir um bocado. Eu também minto e quase toda a gente mente. Eu opino que a mentira é que é a verdade e a verdade é que é a mentira..."). E exemplifica com a sua própria actuação no julgamento, disse a verdade e não acreditaram.

A PROPRIEDADE → Mantem-se a forte identificação com o amigo, depois do roubo, o que o leva a sentir-se perplexo diante do dilema. Fez bem ou mal? ("Eu diria que fez bem, mas ao mesmo tempo que fez mal porque podia pedir emprestado...").

Em princípio não se deve roubar ("porque é apropriar-se duma coisa que não é nossa"). Perspectiva jurídica sujeita a excepções, como é o caso limite da fome ("Roubar para comer não é pecado"). Contudo a tendência dominante na avaliação ética do roubo é orientar-se pela opinião da maioria para não se ser reprovado. ("Roubar é feio. É uma palavra feia. Não é nosso não nos pertence...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Dificuldade em operacionalizar mentalmente o que é a consciência. Mantem-se a nível operatório, descritivo ("A consciência moral é uma pessoa que não tem respeito...e não tem futuro. Porque uma pessoa sem futuro não tem respeito pela outra"). Sobressai a dimensão relacional da consciência ("...não tem respeito à outra pessoa"). E termina por desistir ("Não sei bem, porque não tenho estudos...").

Quanto às leis, a sua função é reprimir para evitar a desordem ("As leis servem para este mundo andar direito...Se não houvesse leis andava tudo aos tombos..."). Raciocínio heterónomo dominado pela autoridade, pelas leis, e pela ordem. A contradição aparente no discurso ("Sem as leis matavam-se uns aos outros"), por um lado, e por outro lado ("A consciência moral é ser livres...") deve-se ao facto dos conceitos empregados não serem suficientemente descriminados do ponto de vista cognitivo. É quase indiferente empregar a noção de lei e de consciência moral.

Estádio 3 do Juízo Moral

—► D/E, 10 (Delinquente nº 10, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 10 – Pret.)

A VIDA → Como resposta ao dilema do amigo na situação crítica o raciocínio estrutura-se demasiado contextualizado, ligado às contingências da situação ("Roubava a farmácia para socorrer um amigo meu. Tentava explicar ao farmacêutico..."). Orientação moral determinada pelas consequências imediatas dos acontecimentos. Nota-se uma clivagem entre o entusiasmo irresponsável do adolescente ("corria o risco, mas estava em causa socorrer o amigo...") e a dificuldade em fazer uma avaliação objectiva da situação.

Porque é que a vida é importante?

("A vida é importante para a sociedade"). Referência explícita ao social, mas sem capacidade de se inserir socialmente, nem de compreender a dinâmica das regras entre os indivíduos. Trata-se duma resposta estereotipada de carácter sugerido. Na tentativa de justificar a resposta dada, dá-se um recuo egocêntrico ("Gosto da minha vida. A nossa vida é importante para fazer de tudo um pouco..."). Carácter hedonista da vida humana. Todas as vidas são importantes, a do amigo, a do estranho, a da criança e a da pessoa famosa porque ("uma pessoa precisa de todos, uns dos outros"). Avaliação instrumental da vida, baseada na necessidade de afectos entre as pessoas.

Um destaque especial para a vida da criança em relação a outras vidas porque ("ainda não viveu e vai ver o que é o mundo"). Avaliação moral imediata e hedonista.

O OUTRO → Posição mentalmente rígida, incapaz de se autojustificar e portanto de carácter repetitivo ("Dizia ao professor que não sabia... Não sabia de nada. Não dizia, não era nada comigo..."). Deve-se manter a palavra, em primeiro lugar, "porque conta muito para mim". Isto é, fmplo ("de como uma pessoa para não perder a consciência não se deve meter em várias coisas que existem infelizmente"). Podemos deduzir implicitamente a culpabilidade ética, ainda que não formalizada conceptualmente, nem verbalizada explicitamente.

Segue-se uma visão pessimista dum mundo onde não houvesse leis ("Se não houvesse regras, isto seria um autêntico Texas. Seria pior do que está agora"). Trata-se dum sujeito cuja orientação moral é mais determinada pelas consequências imediatas dos acontecimentos do que por princípios e por representações mentais de valores.

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E, 10 – Post.)

A VIDA → A resposta ao dilema é contraditória enquanto aceita a proibição do médico de fumar e ao mesmo tempo decide dar-lhe o tabaco. Incongruência mais teórica do que prática, dada a fragilidade do raciocínio onde se apoia.

("Se o médico o proibiu de fumar tabaco durante 5 dias... O caso dele era gravíssimo... Eu no caso dele dava-lhe tabaco").

O que é a vida?

Segue-se uma descrição operatória e detalhada da vida ("A vida é uma coisa que o ser humano tem que levar...e começar a fazer").

Referências deterministas e hedonistas sobre a vida, terminando com uma referência ao prazer da mesma ("O descanso também faz parte da vida"). Comparativamente, o amigo, o estranho, a criança, etc., o valor da vida depende da idade ("uma criança ainda vai ver o que é o mundo..."), do estado anormal ou normal da pessoa ("conforme o estranho e o amigo se forem normais ou anormais...") e em função da sua utilidade ("ver a quem se há-de dar a vida para poder ser útil à sociedade"). A vida não é um valor em si mas condicionado.

O OUTRO → A resposta ao dilema é uma estratégia de equilíbrio entre a fidelidade ao amigo e a satisfação dada ao pai. ("Não diria... Não sabia de nada ... Assim não prejudicava ninguém e não havia barulho nem dum lado nem do outro"). Segue-se um discurso de encenação histérica onde entram o filho, o pai e a mãe respectivamente ("Se o filho chegasse a casa e o pai dissesse, olha eu falei com o Paulo... Pronto! Havia logo barulho em casa. Era a mãe a defender, ou o irmão, etc...."). O discurso é pobre, mal estruturado e de nível operatório concreto. Finalmente a argumentação termina com uma frase pomposa, mais sugerida que reflectida ("Deve-se manter a palavra dada porque a palavra dum homem conta muito"). Pode-

se mentir e deve-se para evitar as consequências físicas que podem advir da verdade dita "como o barulho e não se prejudicar a si próprio".

O quadro do pensamento moral continua a ser a experiência pessoal e imediata do sujeito, como recluso protagonista do roubo e da mentira.

A PROPRIEDADE → Em relação ao dilema do roubo, o assunto obsessivamente em foco é a droga, a cuja luz é interpretado e descodificado. ("Não se deve roubar, mas há pessoas que roubam para o vício. Quando se tem o vício de ser toxicodependente... uma pessoa tem mesmo de roubar"). O sujeito parece assumir-se como integrante dum grupo social, mas a nível muito convencional e imediato.

A CONSCIÊNCIA MORAL → A propósito da consciência moral, o discurso é fluido, mas descoordenado e confuso ("Não estou a entender! A consciência moral é uma pessoa saber aquilo que faz, ter a certeza do que está a fazer e não se meter em atalhos porque tem a consciência limpa"). Incapacidade de operar conceptualmente e de discernir verbalmente a dimensão ética da dimensão psicológica da consciência. Contudo, há indícios verbais do carácter culpabilizante da mesma ("porque tem a consciência limpa"). A confusão de ideias atinge o seu apogeu ao ser solicitado a comparar a consciência moral com as leis. ("É mais importante seguir a consciência moral, porque sim. Seguindo as leis nunca dá certo. Se a consciência moral for legal, vale mais segui-la do que as leis").

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

—▸ D/E, 11 (Delinquente nº 11, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 11 – Pret.)

A VIDA → Perplexidade pela incapacidade de estruturar conceptualmente uma resposta ("Não sei o que me parece... Não sei o que responder... Talvez fizesse ou não... Não estou na situação...").

Receio de se expor à problemática do amigo pelo conflito desencadeado? O discurso elementar que se segue assume uma forma defensiva e hipotética ("Talvez eu como considerasse esse amigo... porque se ele fosse meu amigo... eu ía ver se arriscava... Talvez, mas como não estou na situação...") o que revela, mais uma vez, insegurança e ambivalência ("Como não estou na situação não posso dizer nem que sim nem que não..."). O contexto existencial onde se desenrola o discurso é a prisão que serve como ponto de referência da argumentação do sujeito. ("Se estivesse lá fora, como já sei o que é isto, talvez não o fizesse...").

Através da argumentação aparecem palavras-chave como amizade, transgressão, etc. que não chegam a estruturar-se em forma de raciocínio por dificuldades do sujeito em operar mentalmente. Orientação moral dinamizada entre o medo e a força do desejo ("Para mim a vida é importante porque gosto de viver... Qualquer coisa cá dentro que uma pessoa gosta de viver, gosta de liberdade..."). A ter de optar entre o amigo e o estranho... opta-se pelo amigo ("porque a amizade é uma

coisa que uma pessoa tem cá dentro ... uma pessoa sente que esse amigo é qualquer coisa para nós que as outras pessoas não são..."). Expressão do desejo que o leva a desejar o outro, não necessariamente dentro dum contexto social estruturado pelas leis.

A propósito da questão sobre o valor da vida (da criança e da pessoa famosa), destaca-se o carácter projectivo e emotivo da resposta expressa de maneira insuficiente ("Uma criança, não há dúvida, é o futuro, é o futuro... As crianças são a coisa mais importante no mundo... é o futuro, o futuro das pessoas").

O OUTRO → Consciencialização da sociabilidade entre os indivíduos com regras implícitas que é preciso cumprir, como "não meter-se na vida dos outros" e "não faltar ao segredo e muito menos incriminar um amigo". A transgressão destas regras leva à desaprovação pelo grupo. Deve-se manter a palavra dada, porque essa palavra nos foi confiada por alguém ("Não se deve dizer umas coisas que nos pedem para a gente não dizer..."). Trata-se da reciprocidade e da retribuição equitativa, fundamento da justiça. A justificação da fidelidade à palavra deriva do facto "de se assumir como homem...Uma pessoa tem de ser homem tem de ter a palavra e uma só palavra."

Raciocínio verbalmente bem constituído, mas éticamente pouco diferenciado dado o contexto argumentativo pobre onde se insere. Além disso, as razões morais alegadas são de natureza circunstancial e inspirada na situação de penúria do sujeito em relação aos outros no grupo.

Quanto à mentira, dizer que "não se deve mentir" é uma simplificação exagerada da realidade porque ("uma pessoa mentir mente sempre, só que deve mentir com um pouco de verdade. Uma mentira bem feita tem que ter a verdade sempre naquilo tudo, senão não se consegue mentir"). Temos dificuldade em compreender este texto que tanto pode ser interpretado como uma estratégia delirantemente inteligente própria do delinquente, como uma dissertação filosófica sobre a verdade da mentira. A tonalidade culpabilizante versus desculpabilizante dos raciocínios que se seguem faz-nos pensar na primeira modalidade ("Mas eu acho que não se deve mentir em certas circunstâncias, enquanto que noutras... Há ocasiões em que talvez a mentira seja um grande erro...").

A PROPRIEDADE → Roubar está mal porque há outras alternativas ao roubo, nos tempos de penúria e mesmo de desespero, como arranjar emprego ou "nem que seja pedir". E não se deve roubar: ("porque se habitua por maus caminhos"). Alusão projectiva à própria situação de recluso onde se corre o risco de se ser rejeitado pelo grupo ou porque ("faz mal a outras pessoas que trabalharam para..."). Orientação moral determinada pelo conceito de justiça e de reciprocidade que deve existir dentro do sistema social.

Há ocasiões em que se pode roubar?

("Conforme os factos porque existem muitas maneiras e muitas pessoas..."). Ainda que de maneira deficiente do ponto de vista cognitivo, faz-se alusão à dimensão subjectiva do comportamento humano e, portanto, do roubo ("Há maneiras em que roubar, não está muito mal...").

A CONSCIÊNCIA MORAL → Como reacção à pergunta o que é a consciência moral? Instaura-se uma confusão de palavras que subentendem um estado confusional cognitivo perante a incapacidade de operacionalizar conceptualmente a noção de consciência moral. ("A consciência moral...Não estou a par disso. Não sei! Consciência, não sei! Deve ser não estar em ou no momento em que fez...consciência do que está a fazer, saber o que está a fazer..."). Tentando juntar as peças do puzzle obtemos uma imagem moral da consciência pouco nítida, mas suficientemente esclarecedora da sua função avaliativa em termos de bem e de mal ("Às vezes uma pessoa sabe o que está a fazer mas não sabe quais as consequências e o que é que vai fazer para outras pessoas, por exemplo, o mal e o bem que podemos fazer...").

Enfim, a confusão e a contradição continuam a evidenciar-se no discurso que se segue sobre as leis ("As leis estão muito mal, mas sem leis andávamos todos aos pontapés... As leis servem para fazer da sociedade uma sociedade digna, uma sociedade com justiça...").

A avaliação do conjunto do protocolo, apesar das deficiências apontadas a nível mais funcional que estrutural, aponta para um

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/E, 11 – Post.)

A VIDA → A resposta ao dilema é uma decisão imediata e pragmática sem possibilidades de especular sobre a complexidade da situação ("Não lhe dava o tabaco... Ele podia-me dizer isso, mas eu não lhe dava o tabaco..."). E justifica a sua decisão ("porque não acreditava que ele se matasse").

Trata-se duma interpretação em termos de encenação histérica das ameaças de suicídio do amigo. Capacidade de interpretar simbolicamente o comportamento real.

Porque é que a vida é importante?

A resposta é interessante ("Para mim é, agora porquê não sei"). Isto é, a vida é importante porque a sinto embora não a saiba explicar. Segue-se uma afirmação hedonista ("A vida é bonita...") que se entrelaça com um breve discurso existencialista sobre a vida ("A vida não tem explicação... Tudo o que nos rodeia é a vida"). Panvitalismo existencialista! A avaliação da vida nos outros,no amigo, na pessoa estranha... toma como ponto de referência a amizade, mais a amizade que se recebe do que a amizade que se dá ou a amizade que torna o interessado em centro de interesse do outro ("É mais importante a vida dum amigo, porque quando é amigo a gente sente uma grande amizade... e ao sentirmos algo por ele é como se já fizesse parte de nós"). Em relação à criança que é comparada a uma pessoa famosa, a sua vida é superiormente avaliada à volta de dois conceitos importantes: o futuro e a inocência ("Acho que é mais importante uma criança porque é um inocente que não se sabe defender e porque as crianças são

sempre o futuro..."). O futuro porque a vida acontece e é valorizada no tempo, no tempo que passa...e a inocência, porque exprime a dimensão qualitativa da vida, enquanto transparência e congruência em si.

O OUTRO → A clave explicativa do dilema são: os outros ("uma pessoa não se deve meter na vida dos outros. Dizia que não sabia de nada, pois não tenho nada a meter-me na vida dele"). Consciencialização de inserção na sociedade dinamizada pelas regras que regulam os indivíduos. ("Não se deve meter na vida dos outros") na previsão das consequências dentro do grupo. ("Depende das consequências, mas a gente não se deve meter na vida dos outros..."). O contexto discursivo sobre a vida, sobre a amizade, sobre o outro é o grupo explícito, isto é, o grupo animado pelas relações mútuas entre os indivíduos.

Porque é que se deve manter a palavra dada?

A resposta parece subentender que se tenta manter a palavra mais por necessidade de se afirmar ("Vou mostrar que sou homem e dou sempre a minha palavra"), do que por fidelidade.

Porque é que não se deve mentir?

Porque tudo é relativo na vida ("Deve-se e não se deve. É como tudo..."). O raciocínio vai mais longe ("Mentir às vezes cria-nos problemas, mas também tira-nos de problemas..."). A sabedoria consiste em saber situar-se ("Se a gente for dizer a verdade e nos trouxer problemas o que é que nos acontece?") Orientação moral determinada pela consciência dentro da sociedade.

A PROPRIEDADE → Fez bem ou mal?

("Nem fez bem nem mal"). Posição mental adequada, Capacidade de relativizar. O pensamento estrutura-se ponderando as circunstâncias ("Por esse problema eu acho que ...Se fosse um outro caso, talvez dissesse que não tinha feito mal, mas assim...").

O raciocínio ético formaliza-se cada vez melhor jogando com os possíveis da realidade, o antes e o depois, os actos e as suas consequências ("Quando uma pessoa não pode cumprir não se deve meter nas coisas").

Porque é que não se deve roubar?

A avaliação é feita a partir da noção de justiça. Ponderam-se os prós e os contras, a partir de si mesmo e em terceiros. Prejudica-nos a nós próprios ("porque nos habituamos a maus caminhos"), isto é, transgredimos a normas do grupo e damos uma imagem desviante de nós próprios. Em relação às outras pessoas prejudicam-se ("porque se calhar têm as suas coisas com sacrifício da vida"), o que implica algum esforço empático para sentir através de si mesmo os efeitos do roubo nos outros. A flexibilidade discursiva vai ao ponto de ponderar "situações limite" ou de urgência onde então ("uma pessoa pode fazer coisas que nem estavam na sua consciência"). Talvez, roubar!

A CONSCIÊNCIA MORAL → O que é a consciência moral?

Repete-se a mesma situação de insegurança, imprecisão ("Não sei, não sei explicar..."), que revela dificuldade interior em discernir e conceptualizar.

Apesar de se reconhecer a necessidade da lei, contudo o

seu valor é relativo, porque está sujeita a erros... Ambivalência face à lei ("As leis não interessam... as leis servem para defender a sociedade,. Mas eu não vejo isto. Eu vejo as leis a afundar mais a sociedade"). O discurso que se segue continua contaminado pela confusão entre lei e consciência...

Apesar dos reparos feitos a propósito da consciência moral, o sujeito situa-se no:

Estádio 4 do Juízo Moral

—► D/E, 12 (Delinquente nº 12, do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/E, 12 – Pret.)

A VIDA → Era capaz de arriscar-se para salvar uma vida com tal que essa vida fosse ("dum amigo bastante amigo, dalguma pessoa chegada ou dalgum familiar"). O critério para avaliar a vida é determinado pela simpatia e pelos afectos entre pessoas.

O que é a vida?

Faz uma descrição elementar da vida "(como uma coisa diferente das outras, desde os nossos pais donde a gente surge até à morte"). Prevalece uma representação biológica da vida que só valerá a pena viver "se tiver algum significado". O significado da vida é-lhe dado pelo facto de ser uma "passagem por este planeta". Concepção existencialista da vida, pelo ser e no acontecer...("A gente chega a este planeta onde a gente vive e surge...").

Em resumo, a vida é importante "porque temos de a viver", e ter de viver a vida significa ("ter objectivos à nossa frente que às vezes não conseguimos concretizar..."). Alusão ao carácter estóico da vida...Graças ao esforço, como uma luta permanente. Projecção da própria situação de recluso. A orientação moral do sujeito parece ser mais determinada pelo dever e pelo acontecer concretos do que por princípios colectivos e universais. O princípio universal de que ("Todas as vidas são importantes desde o maior inimigo a uma pessoa

de família") é em seguida desvirtualizado pelo tipo de razões pragmáticas alegadas ("Todas as vidas são importantes porque todas têm objectivos a realizar").

O OUTRO → Se o professor te perguntasse que responderias? Perplexidade, ("Não sei se diria...") em virtude do compromisso assumido com o amigo em guardar segredo. Finalmente o medo da transgressão leva-o a colocar-se do lado do amigo, apesar da influência que a autoridade exerce sobre ele ("Era preferível dizer ao amigo que tinha agido mal e estava a enganar-se do que dizer ao professor..."). O discurso revela a perplexidade entre o respeito pela autoridade e a angústia da transgressão que culmina num raciocínio defensivo de nível superior sobre as "boas maneiras de se comportar" ("Enfim deve-se manter a palavra ao amigo por uma questão de honra, de amizade e de confiança porque se não houver confiança não haverá amizade").

Porque é que não se deve mentir?

A resposta exprime a capacidade de abstrair da conjunctura concreta para operar mentalmente a nível formal segundo os pressupostos da reciprocidade, da equivalência, das consequências e dos previsíveis... ("Não se deve mentir porque ao mentir não se está a mentir para alguém mas estamos a mentir a nós próprios..."). Do ponto de vista ético a argumentação vai mais longe ao dizer: ("Porque além de estarmos a esconder a verdade a quem estamos a mentir, estamos a esconder a verdade a nós"). Sócio-moralmente encontramo-nos num sistema de relações humanas conscientemente assumidas e dinamizadas pelos indivíduos.

A PROPRIEDADE → ("Não devia ter roubado porque cometeu um crime contra a sociedade..."). Trata-se duma avaliação moral determinada pela força da autoridade enquanto garante da ordem e com poder de sancionar ("...Pode ter várias consequências más para ele"). Por outro lado pondera-se "projectivamente" (é o seu caso) a situação desesperada do amigo com grande facilidade de identificação e de compreensão ("...Num acto de desespero, como eu, a gente não pensa em nada...").

Porque é que não se deve roubar?

Coloca-se a si mesmo como ponto de referência ("Eu estou aqui por roubar") e argumenta em seu nome próprio ("Estamos a tirar uma coisa que... ..."). A argumentação baseia-se no conceito de justiça e é determinada pelas relações entre os indivíduos ("Estamos a tirar uma coisa que custou a alguém, a um ser como eu, a conseguir..."). Continua a evidenciar-se a sensibilidade empática que percorre todo o discurso com algumas referências explícitas: ("Um ser como eu... É o meu caso...").

No conjunto o raciocínio é coerente, ainda que obsessivo, quase desculpabilizante, perante a própria situação de recluso, onde se inspira.

A CONSCIÊNCIA MORAL → Há uma referência explícita à consciência moral como instância interior, avaliadora do comportamento desviante ("A consciência moral é a nossa consciência a dizer-nos... depois do que eu fiz, depois do que errei..."). A situação projectiva do sujeito torna o seu discurso significativamente pessoal, em primeira pessoa e dá-lhe uma tonalidade desculpabilizante ("Muitas vezes aqui, é nisso que

estou a aprender, nunca mais quero voltar a cair..."). A consciência moral assume uma dimensão individual como avaliadora de tudo o que se fez "e não devia ter feito" e daquilo que será possível fazer de melhor no futuro. O registo dominante de funcionamento moral do sujeito é a transgressão-culpabilidade versus desculpabilidade ("A consciência moral pesa um bocado na nossa própria consciência").

Finalmente, as leis têm uma função reguladora da sociedade, "dum Estado, duma República" mas reconhece-se o seu carácter relativo ("Algumas são certas outras erradas..."). Em seguida, evidencia-se alguma confusão entre o papel das leis e a função da consciência e termina por optar pelas leis como meio seguro de control contra a possível transgressão e como garantia de "não se tornar a cair".

<u>Estádio 3 → 4 do Juízo Moral</u>

B. POSTESTE (D/E, 12 – Post.)

A VIDA → Decisão firme de não dar o tabaco ao amigo, para não transgredir a ordem estabelecida simbolizada na proibição do médico ("O médico tinha-lhe proibido, por alguma razão lhe tinha proibido...").

A justificação de tal decisão assume um carácter defensivo e sublimatório ("...Era mau para a sua saúde...Estava a ser seu amigo"). A importância da vida é determinada mais pelo

que se pode fazer do que pelo que se é ("Acho que a vida vale porque se tem um objectivo qualquer... Temos alguma coisa para fazer..."). Concepção utilitarista da vida ainda que num contexto universalizante onde todos têm o mesmo valor ("São os dois importantes. O que é importante é a vida, tanto se se é uma pessoa conhecida como desconhecida").

O OUTRO → Por cima de tudo, não iria incriminar o amigo. Não só por razões óbvias de amizade mas "porque não o conseguia incriminar". No fundo o que está em causa é o bem dele... Argumentação induzida pela empatia com o amigo. O sujeito e o amigo fazem parte dum sistema social que se regula pela fidelidade e pelo respeito mútuo. Neste sentido, não se deve mentir ("porque mentir a alguém é, às vezes, enganar-nos a nós mesmos") já que partilhamos a mesma sorte no mesmo grupo. Orientação moral determinada pela consciência grupal.

A PROPRIEDADE → Pode ter errado ao roubar...mas o critério último de avaliação moral não é o acto em si mas o estado subjectivo do amigo ("Fez mal, porque não se deve roubar, mas como estava desesperado ou não tinha para onde ir..."). Em princípio não se deve roubar por razões de justiça. Basta situar-se, imaginariamente, na situação do outro a quem roubaram tudo, depois de ter trabalhado. ("Pode-lhe ter custado a ganhar até a vida toda"). O raciocínio é ilustrado ("Em dois ou três minutos roubamos o que levou, às vezes, uma vida inteira a conseguir").

Trata-se duma argumentação rica do ponto de vista cognitivo porque se estrutura a nível operatório formal, pela

reversibilidade de pontos de vista, pelo jogo das reciprocidades entre o sujeito e o amigo, e desde o ponto de vista ético pela riqueza de sentimentos e pela flexibilidade empática.

A CONSCIÊNCIA MORAL → A consciência moral ("para mim é falarmos com nós próprios e vermos o que está bem ou o que não está...").

A consciência moral parece ocupar o lugar adequado na estrutura psíquica do indivíduo, como instância avaliadora do comportamento. Destaca-se a sua natureza interiorizada e subjectiva e a sua função de auto-avaliação ainda que exageradamente culpabilizante. Incongruentemente, diz-se a seguir, que ("Sem leis não se conseguia viver. Andávamos todos..."). Não se vê bem como se situa a consciência em relação às leis. Evidencia-se uma certa confusão interior quando se trata de correlacionar a consciência com as leis ("Não sei...Tem que se seguir as leis mas muitas vezes nem olhamos para as leis, o que seguimos é a nossa consciência... Não sei qual delas é mais..."). Raciocínio movido, projectivamente, pela situação de recluso do indivíduo, transgressor das leis e insatisfeito com a própria consciência.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

7.1.1.2 A Interacção Sócio-cognitiva (2 a 2, Delinquentes/Experimental)

—► <u>1ª DÍADE EM INTERACÇÃO</u> (D/E, 8 e D/E, 7)

Os sujeitos apresentam níveis cognitivos homogéneos, com centrações diferentes no tempo (A) tendo-se criado uma situação sócio-conflitiva a dois.

O tempo (B) decorre sem conflito aparente com justaposição de perspectivas.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O tema em causa é o roubo.

D/E, 8 toma uma posição categórica ("Há situações em que é necessário roubar..."), à qual D/E, 7 replica em termos provocatórios ("Quais?"). D/E, 8 mantém-se categórico, aceitando o desafio ("Uma pessoa com fome é obrigada a roubar...") e D/E, 7 contorna o problema apelando para as alternativas do roubo ("Há várias situações e coisas a fazer sem roubar..."). D/E, 8 cede, descentraliza-se e dá-se uma aproximação consensual entre os dois intervenientes. O conflito amortiza-se:

D/E, 8 ("Há situações em que é chato roubar...")

D/E, 7 ("Um... Claro! pediu, não deu, roubou..."

D/E, 8 ("Lá está! Bem compreendido foi obrigado a roubar...!").

A discussão prossegue em torno da temática das leis:

D/E, 8 e D/E, 7 coordenam os seus pontos de vista sobre a necessidade das leis ("As leis são necessárias..." "Exacto..."), mas logo em seguida divergem com pontos de vista diferentes:

D/E, 8 ("Há leis que estão erradas...")

D/E, 7 ("Mas as leis têm que ser cumpridas...")

A divergência mantém-se até ao momento em que D/E, 8 introduz a prisão (situação partilhada por ambos) como o lugar dos transgressores da lei ("Eu acho que deviam levar mais em consideração a nossa situação") ao qual D/E, 7 adere ("Exacto").

B. RESPEITO PELO OUTRO

Num primeiro momento, onde o tema dominante é a fidelidade ou não ao amigo, D/E, 8 toma a iniciativa da conversa, assessoriado sempre por D/E, 7:

D/E, 8 "Eu tentava ajudar o indivíduo..."

D/E, 7 "Eu também faria o mesmo..."

D/E, 8 "Além de saber que estava a correr o risco...Fazia isso!

D/E, 7 Eu a mesma coisa", etc.

Trata-se dum diálogo alternante, não linear nem necessariamente isento de conflitividade latente, dadas as maneiras

diferentes de se exprimir e as distintas razões alegadas pelos dois intervenientes.

Num segundo momento, onde a temática dominante é a mentira e o roubo, invertem-se as situações dos dois sujeitos.

D/E, 7 toma a iniciativa do discurso...assessoriado por D/E, 8.

D/E, 7 "Em vários casos pode-se mentir..."

D/E, 8 "Às vezes..."

D/E, 7 "Outras vezes não. É preciso dizer a verdade...mas em vários casos!"

"Um gajo que rouba. Se souber que disse a verdade, vai preso..."

D/E, 8 "Tem que mentir"

D/E, 7 "Tem que mentir. É o nosso caso."

D/E, 8 Estou de acordo.

Trata-se dum assunto com forte marcação social, dada a sua situação de reclusos, o que facilita uma identificação mútua e a camuflagem do conflito. Contudo, a identificação mútua sempre consegue diluir suficientemente a conflitividade entre os dois intervenientes e o conflito aflora como se vê na seguinte passagem discordante:

D/E, 8 "Uma pessoa passa na rua está lá um objecto, não está ninguém ali, pode-se levar o objecto!"

D/E, 7 "Conforme...Se não precisares nada..."

D/E, 8 "Exacto...se necessitares..."

D/E, 7 "Se necessitares está certo! Não corras riscos...Está bem podes roubar."

A consensualidade adaptativa acaba por impor-se.

—► 2ª DÍADE EM INTERACÇÃO (D/E, 10 e D/E, 12)

Os sujeitos apresentam níveis cognitivos heterogéneos:

- com pontos de vista diferentes no tempo (A), dando lugar a uma situação conflitiva leve.
- pelo contrário, o tempo (B) é de natureza mais complementar que conflitiva, dado o carácter marcadamente social da situação-temática, "o roubo e a transgressão".

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

D/E, 12 inicia o diálogo com um demorado comentário ao que assaltou a farmácia, por motivo da doença grave da mulher, ao qual replica D/E, 10 não tanto para discordar, mas para ressaltar que o mais importante aconteceu ("Salvou-se a vida da mulher..."). O intercâmbio de pontos de vista inicia-se e o conflito só começa a emergir a partir do momento em que o tema do roubo é reformulado explicitamente pelo Experimentador. Afinal pode-se roubar ou não?

D/E, 10 "Pode-se roubar para certas e determinadas coisas..."

D/E, 12 "Eu acho que nunca se deve roubar..."

Segue-se uma confrontação de pontos de vista, cuja temática o roubo, vai derivando inexoravelmente para o campo da droga e para as suas inevitáveis consequências, a prisão. Trata-se duma situação-temática com intensa marcação social para os dois reclusos, o que dá ao conflito uma sensação dialogal desconfortável. Não, propriamente, uma regulação recíproca da conflitividade, mas uma cedência mútua de parte a parte para uma solução de compromisso.

Não quer dizer que se tenha renunciado às perspectivas iniciais, face ao roubo, mas graças a alguns fenómenos de descentralização, podemos falar dum movimento de aproximação mútua mais adaptativa que elaborada: "Bem, só se fosse um caso mesmo de necessidade extrema e que não houvesse outra alternativa é que faria isso." (D/E, 12)
"Bem eu também tentava fazer o melhor sem entrar em consequências com a justiça..." (D/E, 10)

B. RESPEITO PELO OUTRO

As intervenções dos dois intervenientes no diálogo (B) são longas, centradas em si mesmos e mais complementares que confrontadas. Movimento de justaposição adaptativo, atribuído em parte ao contexto simbólico da temática roubo/prisão que leva os dois a sentirem-se mais identificados que diferenciados.

D/E, 12 leva a vantagem no discurso sobre "um amigo em dificuldades", pelo qual está disposto a arriscar a sua vida.

D/E, 10 intervém complementarmente mais para reforçar o ponto de vista de D/E, 12 do que para refutá-lo ou enriquecê-lo.

Contudo, D/E, 12, ponta de lança, argumenta com razões superiores às de D/E, 10 de tipo social, universal e interiorizadas a nível da **consciência** "Se deixasse o meu amigo, nunca mais conseguia conciliar-me com a minha consciência".

A **Amizade** "Talvez fosse um grande amigo... não olhava para trás...!

A **Vida** "Se não fosse e no dia a seguir se soubesse que se tinha matado, ficava pior..."

Enquanto que D/E, 10...é menos criativo e menos comprometido, mais imitativo e modelado que reflexivo. As suas intervenções em resposta às intervenções de D/E, 12 tornam o diálogo menos conflitivo.

Trata-se dum diálogo "monologal" que apesar das ressonâncias sócio-cognitivas, provoca um maior impacto em D/E, 12.

A mudança de tema sugerida pelo Experimentador é motivo de alguma "melhoria" na interacção:

Afinal porque é que não se deve mentir?

A resposta imediata de D/E, 10 torna-se um desafio à confrontação de ideias: "Há mentiras em que se deve mentir para não haver barulhos e há outras em que não se deve mentir..."

D/E, 12 dado o seu estatuto dominante, sente a provocação cognitiva e responde com precisão: "Não se deve mentir, mas pode-se mentir conforme as circunstâncias..."

A animosidade parece emergir para tornar a relação mais conflitiva, o que não chega a acontecer, dada a maneira complacente de D/E, 10 funcionar.

Efectivamente, no decorrer de toda a interacção D/E, 10 parece sentir-se mais seguro na dependência, na negociação adaptada ou na fuga à situação.

"Se tu não dizias ao professor, estavas de acordo comigo. Eu também não dizia..." (D/E, 10).

⟶ 3ª DÍADE EM INTERACÇÃO (D/E, 9 e D/E, 11)

Os sujeitos apresentam níveis cognitivos homogéneos mas que os levam a divergir em termos de pontos de vista e, às vezes, com centrações diferentes dos problemas, tanto durante o tempo (A) como durante o tempo (B).

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

A discussão vai girar à volta do caso da mulher gravemente doente, cujo marido assaltou a casa do boticário avarento.

O desequilíbrio sócio-cognitivo, gerador do conflito, vai dar-se à volta da indecisão cognitivo-moral de D/E, 9.

D/E, 9 "Eu acho que...Sei lá!"

D/E, 11 "Eu acho que está bem, porque ele precisava...fez bem..."

D/E, 9 "Exacto, mas roubar, assaltar a casa...Por um lado acho que fez mal".

D/E, 11 "Ele precisava...a doença era grave..".

A confrontação de pontos de vista diferentes vem dar

contornos especiais ao conflito através da relação sócio-cognitiva criada.

Mas o roubo também é perspectivado desde centrações cognitivas diferentes:

- Centração cognitiva, operatório-determinista do roubo (D/E, 9). (Tentar encontrar uma solução imediata a todo o custo como alternativa ao roubo) → conjunto de respostas.
- Centração cognitiva mais formal e imprevisível (D/E, 11): (Tentar encontrar uma solução objectiva, dentro das possibilidades...) → conjunto de respostas.

Da aproximação conseguida entre os dois intervenientes em conflito dialogal resulta alguma **elaboração relativa**, apesar da cadência de D/E, 9, em relação a D/E, 11. A parte final assume mesmo uma expressão de complacência explícita de D/E, 9 "Pronto, concordo com o colega".

Neste momento, o Experimentador intervém da seguinte maneira: "Afinal pode-se roubar ou não?"

De novo, se manifesta a indecisão e a perplexidade de D/E, 9 "Se se pode roubar", que contrasta com a determinação quase irreflectida de D/E, 11: "Não se deve mas pode-se".

Pela confrontação de respostas e contra-respostas o conflito reaparece e o desacordo criado obriga a descentralizações progressivas nos dois intervenientes:

D/E, 9 – "Eu acho que toda a gente rouba, mas não sei. Há certas alturas em que uma pessoa pode roubar e não pode roubar..."

D/E, 11 – "Há certos casos em que se rouba também por insignificâncias... Claro que não tem sentido roubar coisas sem sentido..."

Através duma regulação recíproca da discussão, as duas posições vão convergindo para um transfundo ético comum que tem a ver mais com o dever do que com o ser:

D/E, 11 – "Não se deve roubar, mas às vezes, não é o dever...mas é-se obrigado a roubar"

D/E, 9 – "Eu não digo bem, obrigado... Uma pessoa nunca é obrigada a roubar..."

D/E, 11 – "Sim, alguma coisa cá dentro... Dá-nos umas ideias..."

D/E, 9 – "Isso é mais uma tentação...mas a gente não somos obrigados a roubar..."

Mantendo embora uma orientação moral específica, os dois intervenientes atingem um nível consensual mais afectivo do que cognitivo.

B. RESPEITO PELO OUTRO

O tema em discussão é a fidelidade ao amigo numa situação de emergência..., e o pano de fundo é a interacção entre a indeterminação (D/E, 9) e a determinação (D/E, 11).

Apesar do desequilíbrio aparente, o diálogo e a coordenação de pontos de vista tornam-se possíveis:

D/E, 9 – "Eu na minha opinião era capaz de não fugir, de não fazer nada..."

D/E, 11 – "Eu acho que talvez fugisse, fosse ao encontro desse amigo..."

D/E, 9 – "Eu já não fazia isso...Era um perigo que também estava a correr...
Claro que era um amigo, mas a gente também tem que olhar pela nossa vida..."

D/E, 11 – "Mas é esse o mal das pessoas. Só pensam nelas próprias..."

Como se vê por esta passagem, o conflito percorre a medula mesma da interacção: do ponto de vista estrutural (centrações diferentes) e do ponto de vista da perspectiva (enfoques diferentes). Do ponto de vista estrutural, porque D/E, 11 formaliza melhor as suas intervenções do que D/E, 9, que responde mais a partir da experiência imediata. Do ponto de vista da perspectiva, porque D/E, 11 tem enfoques mais hipotéticos do que D/E, 9 e que é mais concretoe pragmático nas suas decisões:

D/E, 11 – "Olha que não te posso dizer porque não estou na situação..."

A aproximação começa a delimitar-se progressivamente:

D/E, 11 – "Nisso, dou-te a razão, mas mesmo assim, eu ia ter com o meu amigo..."

D/E, 9 – "Exacto. Eu sei aquilo que queres dizer, mas neste caso a minha opinião é esta..."

O Experimentador introduz uma nova questão: "Afinal porque é que não se deve mentir...?"

Dá-se uma regulação imediata e recíproca do problema:

D/E, 11 – "É muito complicado... Acho que não se deve mentir. Às vezes sim, não sei."

D/E, 9 – "Claro, eu concordo contigo que, às vezes, uma pessoa pode mentir!"

D/E, 11 – "...A mentira, às vezes, parece que..."

D/E, 9 – "Mas no fundo eu acho que a pessoa pode mentir..."

À medida que a interacção progride, dá-se uma dilatação progressiva de pontos de vista, sobre o tema "mentira/verdade" convergindo mais em profundidade do que em extensão:

D/E, 11 – "Acho que nenhuma verdade deixa de ter um pouco de mentira mesmo... Todas as verdades são um bocadinho de mentira..."

D/E, 9 – "Claro!"

D/E, 11 – "Mentir tem que estar sempre junto à verdade..."

D/E, 9 – "Se se pode mentir ou não, as pessoas é que sabem por elas..."

Enfoques diferentes do mesmo problema através da descentração, dá origem a uma conclusão comum:

D/E, 11 e D/E, 9 – "Se formos a ver todas as verdades têm sempre que ter um bocadinho de mentira".

Descoberta progressiva na qual participaram os dois intervenientes através do conflito citado.

A emoção desempenha um papel importante na regulação mútua do conflito:

D/E, 11 – "A verdade, às vezes, traz-nos problemas..."

D/E, 9 – "Sim, mas às vezes, a mentira traz-nos problemas também"

Com a capacidade de sentir a contradição dentro e fora de si:

D/E, 11 – "É tudo um problema..."

D/E, 9 – "Eu acho que toda a gente mente!"

D/E, 11 – "Toda a gente mente..."

Expressão de consenso pela coordenação harmoniosa de pontos de vista diferentes.

Finalmente o Experimentador introduz o tema da fidelidade ao maigo numa situação de apuro e a confrontação é evidente:

D/E, 11 – "Eu não dizia nada..."

D/E, 9 – "O quê?"

D/E, 11 – "O caso do colega que..."

D/E, 9 – "Não dizias nada?"

O conflito dialogal passa através da amizade, tema dominante:

"O que é a amizade?" (D/E, 11)

"Quem é o verdadeiro amigo?" (D/E, 9)

Os dois discursos interactivos terminam por encontrar-se numa nova representação da amizade: "Afinal há outras maneiras de ajudar".

—► 4ª DÍADE EM INTERACÇÃO (D/E, 2 e D/E, 3)

Os sujeitos apresentam níveis cognitivos homogéneos, ainda que diferentes:

- No tempo (A) dá-se uma negociação de respostas quase "tipo complementar", não totalmente isenta de conflito.

- No tempo (B) há um esboço evidente de conflito que permanece posteriormente latente apesar da aparente negociação de respostas.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Em torno da problemática do roubo, enquanto que D/E, 3 é categórico: "Roubar é contra a Lei...", D/E, 2 mostra-se de acordo, mas não incondicionalmente: "Acho que sim, ... mas também depende das circunstâncias...". O que revela já de algum modo alguma conflitividade subjacente na relação.

Quanto ao dilema do homem que assaltou a casa do boticário... repete-se a mesma cena ético-cognitiva: D/E, 3 responde formalmente "Está mal", enquanto que D/E, 2 de acordo quanto à não eticidade do acto, mostra-se em desacordo no respeitante ao tratamento ou destino do mesmo: "Acho que sim mas procurava outros meios...".

Se o desequilíbrio entre pontos de vista diferentes não é muito evidente, contudo também não se dá uma complementaridade linear nas respostas. Talvez a necessidade de se identificarem os leve a visar a mesma linguagem apesar de se sentirem diferentes no fundo:

D/E, 3 – "Eu por mim fazia um empréstimo ao Banco..."

D/E, 2 – "Quanto mim havia sempre uma casa que havia de abrir as portas..."

D/E, 3 – "Exacto!"

D/E, 2 – "Havia de haver alguma pessoa ou alguma casa..."

D/E, 3 – "Não sei!"

B. RESPEITO PELO OUTRO

A propósito da fideliade ao amigo, numa situação de crise, a confrontação inicial de pontos de vista diferentes é evidente:

D/E, 3 – "Se não houvesse outra hipótese, tentaria..."

D/E, 2 – "Quanto a mim, não arriscaria..."

Contudo, a oposição é de pouca duração porque o realismo de D/E, 2 leva D/E, 3 a ponderar a sua posição inicial até se encontrarem. Trata-se duma aproximação mais adaptativa que reflexiva.

O Experimentador reintroduz o dilema do amigo que engana o professor nas vésperas do exame...

O setting ético-cognitivo dos dois intervenientes na discussão não é muito diferente dos anteriores e mais uma vez a determinação na resposta de D/E, 3 contrasta com o realismo de D/E, 2: "Não sei! Acho que à partida também não sabia de nada". O conflito, na impossibilidade de se regular cogniti-

vamente, transparece veladamente através da dificuldade dos dois intervenientes se oporem. A desestabilização tentada, várias vezes, por D/E, 2 é contornada adaptativamente por D/E, 3:

D/E, 2 – "Sim, estamos de acordo só que eu falei que podia-me abrir mas..."

D/E, 3 – "Claro!"

A temática da mentira introduzida pelo Experimentador é levada para a situação actual da cadeia, onde os dois intervenientes se sentem protagonistas.

A marcação social é forte. Não transparece uma teoria moral clara sobre a mentira nos dois reclusos. Através de respostas e contra-respostas ambos participam na mesma confusão. Enquanto que o conflito emocional parece ser camuflado, o conflito cognitivo não se estrutura suficientemente. Cada um dos dois sujeitos com a sua filosofia: ("O mundo vive de mentiras e de verdades" – D/E, 3), ("Não estou a ver nenhum sentido para mentir, mas às vezes há necessidade de mentir" – D/E, 2). Caminha-se lado a lado, sobre o equilíbrio frágil dos próprios pontos de vista.

⟶ 5ª DÍADE EM INTERACÇÃO (D/E, 5 e D/E, 6)

Os sujeitos apresentam níveis cognitivos homogéneos, mas com pontos de vista diferentes:

- No momento (A) a conflitividade não é muito significativa mas o suficiente para dinamizar a interacção dialogal.

- No momento (B) cria-se uma situação sócio-conflitiva mais evidente porque melhor estruturada do ponto de vista da dialéctica equilíbrio/desequilíbrio/equilíbrio.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O diálogo inicia-se com a apresentação de pontos de vista diferentes sobre a moralidade do roubo, mas aonde não chega a haver "desestabilização sócio-cognitiva" significativa:

D/E, 5 – "Em princípio, roubar é um acto chato, mas há certas necessidades em que é mesmo necessário uma pessoa roubar..."

D/E, 6 – "Eu acho que roubar é uma coisa que faz mal..."

A argumentação interactiva é cuidadosamente controlada por ambas as partes para evitar o desentendimento declarado, símbolo da conflitividade. Usam-se expressões tais como, "em princípio estou de acordo, mas...". As expressões são ambivalentes e de valor adaptativo:

D/E, 5 – "Trata-se dum acto de necessidade..."

D/E, 6 – "Trata-se dum acto de necessidade..."

D/E, 5 – "Trata-se e não se trata... Depende da pessoa..."

D/E, 6 – "Exacto...!"

Posteriormente enquanto que D/E, 6 procura uma saída para o impasse adaptativo criado através da apresentação de alternativas ao roubo: "Há muito trabalho a fazer! Trabalhar

e evitar de roubar, tirar coisas..." D/E, 5 evoca as situações limites dos toxicodependentes onde "as pessoas não conseguem trabalhar porque sentem a falta da droga e são obrigadas a roubar para consumir...". Segue-se, consequentemente, um "flache" relacional onde o conflito assume proposições mais sensíveis:

D/E, 5 — "...Desde o momento em que não tenham dinheiro para a droga, trabalhar para quê...?"

D/E, 6 — "Mas não há vício que possa com um homem..."

D/E, 5 — "Não, não há. Um homem que quer, consegue dominar pelo menos eu consegui.

Trata-se duma situação temática socialmente marcante para D/E, 6 (recluso toxicodependente) que obriga a um "descentralização" de pontos de vista. Dá-se algum progresso consensual com alguma elaboração mútua de pontos de vista.

O Experimentador introduz o dilema da mulher cancerosa, cujo marido assaltou a casa do boticário...

Num jogo argumentativo de compromisso mútuo por empati com o marido desesperado e por antipatia com o boticário avarento, D/E, 5 e D/E, 6 coordenam bem os seus pontos de vist que vão culminar na expressão final de D/E, 6, símbolo máximo de ambivalência ética: "Eu acho que isso nem está bem, nem está mal...".

B. RESPEITO PELO OUTRO

Tema em discussão: A fidelidade ao amigo, numa situação de crise.

A história é meramente hipotética e irrealista. Contudo, não deixa de exaltar os ânimos dos dois intervenientes:

(A propósito do amigo que fora da cadeia
pede urgentemente a tua ajuda)

D/E, 5 – "Eu, para mim, não o fazia..."

D/E, 6 – "Ora, isso não se fazia, mas em acto de necessidade tinha de se fazer."

D/E, 5 – "Não eu não fazia..."

D/E, 6 – "Tu estás na tua e eu estou na minha."

Depois do impasse criativo, tenta-se de novo a aproximação, sendo D/E, 5 a tomar a iniciativa: "As minhas razões são que uma pessoa...". D/E, 6 corresponde num tom apaziguativo e conciliador: "Sim... é verdade tu saindo da cadeia arriscavas-te e ele lá fora não corria nenhum risco...".

E finalmente o reencontro:

D/E, 5 – "É evidente. Estou certo, estou de acordo contigo porque um recluso é uma vida diferente!"

E a seguinte conclusão brilhante:

D/E, 6 – "É certo!"

D/E, 5 – É uma vida muito arriscada para um recluso!"

O Experimentador reintroduz a temática da fidelidade ao amigo, a propósito do aluno que iludiu o professor ns vésperas do exame: o conflito interpassa subtilmente através das malhas da interacção verbal. Enquanto que D/E, 5 é mais restritivo e directo, D/E, 6, embora mantendo a mesma opinião, torna-se mais inconformista:

D/E, 5 – "Bem, eu na minha maneira de ver não denunciava..."

D/E, 6 – "Eu também faria o mesmo. Mas se não castigassem o moço até era capaz de dizer para estarem naquela ideia..."

A parte final da interacção é mais dicordante, mas nem por isso mais conflitiva, dada a natureza da relação interactiva estabelecida e o ritmo sócio-conflitivo adoptado:

D/E, 6 – "Mas se ele chegasse a um acordo que não castigava ninguém, pois eu diria..."

D/e, 5 – "Pois aí é que está! Fazes mal porque trata-se de fazer um acordo...".

O consenso final, mais ou menos logrado, evidencia-se através de expressões tais como: "Exacto, exacto..." / "É nesse sentido que me estou a referir" / "Certo...", com que termina a relação interactiva.

—► <u>6ª DÍADE EM INTERACÇÃO</u> (D/E, 4 e D/E, 1)

Os indivíduos apresentam níveis cognitivos homogéneos, mas com pontos de vista diferentes:

- No momento (A) o conflito esboçado desde o início da interacção conduz a uma situação sócio-conflitiva evidente.

  No momento (B) a conflitividade interactiva segue o seu percurso mais ou menos evidente até culminar numa situação final de tipo consensual.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O tema em discussão é o roubo.

D/E, 4 toma posição face ao roubo, mas inseguro na sua argumentação lança um apelo a D/E, 1:

D/E, 4 — "Não sei se concordas comigo..."
D/E, 1 — "Uhm..."

D/E, 4 retoma o discurso sobre o roubo cujo pano de fundo é a toxicodependência. "Um toxicodependente, por exemplo, às vezes chega a um ponto em que tem de roubar para adquirir as drogas...".

D/E, 1 sintonizando com D/E, 4 quanto à gravidade da situação do toxicodependente acha contudo que "há outros meios sem ser preciso roubar para se conseguir o que se quer...".

A conflitividade, pela confrontação de pontos de vista diferentes, evidencia-se até culminar num "Não estou de acordo" de D/E, 1 que tem um significado mais de desafio do que de oposição a D/E, 4.

Efectivamente, à consigne introduzida pelo Experimentador ("Afinal o homem que assaltou a casa do boticário..."), D/E, 1 responde mais em termos de quem faz o ponto da situação para dialogar do que quem dá uma opinião apenas:

D/E, 1 – "Por um lado, se ele tentou por outros meios e não conseguiu, roubou e fez mal, mas teve de ser...".

Por sua vez, D/E, 4 prossegue ponderando pormenorizadamente as circunstâncias do roubo e o procedimento do boticário... o silêncio impõe-se.

D/E, 1 volta à carga e insiste "Há muitos meios...", mas desta vez com um maior ângulo de visão, graças à descentralização ocorrida:

D/E, 1 – "... Em parte o farmacêutico foi desumano em saber que a pessoa do senhor estava com cancro, precisava do remédio e não fiou.
Agora podia ter tentado por outros lados...".

A parte final da discussão parece não ser muito clara por causa da intervenção inesperada e contraditória de D/E, 1: "Podia ter assaltado logo a primeira pessoa que se lhe dirigisse... e emprestado o dinheiro devido à situação..." ao qual D/E, 4 responde: "Mas talvez essa pessoa não pudesse ter... Sabes que um caso assim de repente..." D/E, 1 adere com um longo silêncio, sinal duma nova imagem da problemática do roubo. O conflito é bem conduzido e a sua regulação recíproca é evidente através das respostas e contra respostas dos intervenientes.

O Experimentador intervém de novo: "Pelo que se vê pode haver injustiças dentro da prisão...".

Situação socialmente marcante que leva os dois sujeitos a pronunciarem-se sobre a problemática da justiça versus injustiça a partir da própria experiência de reclusos:

D/E, 4 — "Há muitas injustiças... Um caso em que em certo ponto..."

D/E, 1 — "Eu só por tentativa estou aqui..."

O conflito, mais do que uma ocasião de confronto é partilhado contra a Instituição. Dá-se uma aproximação identificatória, onde cada qual toma posição de maneira convergente:

D/E, 4 — "Acho que a justiça está mal...
A justiça está um bocado em baixo..."

D/E, 1 — "As leis nem sempre são justas...".

O forte envolvimento criado na interacção pelos dois intervenientes é quebrado pela intervenção neutralizante do Experimentador:

"Afinal pode-se roubar ou não?"

As respostas são inofensivas, mais conciliatórias do que provocatórias:

D/E, 4 — "Pode-se. Há ocasiões em que se pode e é preciso".

D/E, 1 — "Às vezes é preciso, mas se puder não fazê-lo, não se faça".

B. RESPEITO PELO OUTRO

As respostas dadas ao dilema pelos dois intervenientes convergem, mas desde pontos de vista diferentes.

"Que farias se um colega te telefonasse com urgência...? A situação é grave e tu tinhas possibilidades de sair clandestinamente..." (Experimentador):

D/E, 4 — "Tentava junto do Director...".

D/E, 1 — "Se tivesse uma chamada assim, fazia logo outra para um familiar meu...".

O ritmo da interacção é intercalado de discordâncias e aproximações sucessivas entre os dois intervenientes, o que torna o diálogo mutuamente enriquecedor. Enquanto que D/E, 4 avança com a sua posição até às últimas consequências, contornando a argumentação de D/E, 1, D/E, 1 progride, abrindo pistas laterais de alternativas para evitar o risco da transgressão:

D/E, 1 — "Há ocasiões em que uma pessoa deve mentir... e esta é uma delas. Mentir por telefone a dizer que era eu que ía lá...".

D/E, 4 — "Não. Mas eu acho que isso não adiantava...".

A discussão polariza-se em torno da credibilidade ou não na ameaça de suicídio do amigo e a temática é desenvolvida a partir das próprias experiências e das situações concretas de reclusos, o que torna a argumentação profundamente marcada socialmente. O conteúdo discursivo esgota-se com a intervenção final de D/E, 1 — "Estou de acordo com que disse", cujo significado parece ser consensual.

O Experimentador intervém de novo com a proposta do tema da fidelidade ao amigo, numa situação de transgressão: "Dirias ao professor...?"

Enquanto que D/E, 1 é categórico: "Eu não dizia. Não era nada comigo, D/E, 4 é discordante: "Eu já não acho...".

A argumentação de D/E, 4 é a favor de outras alternativas onde se levasse em conta a situação do colega e do professor e se evitasse o impasse. As posições dos dois sujeitos agora parecem inverter-se: D/E, 1 torna-se mais pragmático e directo nas afirmações, enquanto que D/E, 4 se abre a outras possibilidades e descentraliza-se para outras alternativas. O longo discurso de D/E, 4 adquire uma tonalidade moralizante que D/E, 1 se limita a acolher em tom conciliatório e com intervenções breves. Não se trata propriamente dum movimento interactivo de tipo dominador/dominado, mas duma estratégia específica de regulação recíproca do conflito. Finalmente, em resposta à questão do Experimentador: "Porque é que não se deve mentir?" A reacção dos intervenientes é discordante, mas o poder discursivo assumido por D/E, 4 não permite uma confrontação explícita de opiniões:

D/E, 4 – "Há certas vezes em que..."

D/E, 1 – "Há ocasiões em que se pode e se deve e outras em que não..."

D/E, 4 – "Não concordo muito... porque... ...".

Indivíduos	Pretestes (Estádios)	Interacção 2 a 2	Postestes (Estádios)	Indivíduos
D/E, 1	2 → 3		3	D/E, 1
D/E, 2	2 → 3	D/E,8 e D/E,7	2 → 3	D/E, 2
D/E, 3	3		3 → 4	D/E, 3
D/E, 4	3	D/E,10 e D/E,12	3 → 4	D/E, 4
D/E, 5	2		2 → 3	D/E, 5
D/E, 6	3	D/E,9 e D/E,11	3 → 4	D/E, 6
D/E, 7	2		3	D/E, 7
D/E, 8	3	D/E,5 e D/E,6	4	D/E, 8
D/E, 9	2		3	D/E, 9
D/E, 10	2→ 3	D/E,4 e D/E,1	2 → 3	D/E, 10
D/E, 11	3		4	D/E, 11
D/E, 12	3 → 4		3 → 4	D/E, 12

Quadro 9 — Distribuição por Estádios dos Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste (antes e depois da Interacção)

7.1.2 OS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL (Quadro 10)

Nesta secção (7.1.2.) apresentamos os Pretestes e os Postestes (7.1.2.1.) e o Contacto Individual (7.1.2.2.) dos Delinquentes de Control.

7.1.2.1 Pretestes e Postestes (Delinquentes/Control)

—► D/C, 1 (Delinquente nº 1, do grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 1 – Pret.)

A VIDA – Perplexidade do indivíduo diante do dilema que se repercute na maneira progressiva de raciocinar: parte do imediato e do pragmático ("Era capaz de roubar a farmácia para lhe levar o comprimido..."), passa pelo afectivo e relacional ("caso contrário, podia também contactar com a família ou ver se conseguia pedir algum dinheiro emprestado...") e chega a uma avaliação mais geral ("Era um bocado complicado para mim..."). A resposta-solução que prevalece ("...pelo meu amigo, se não conseguisse arranjar dinheiro,... tentava roubar a farmácia...") parece ser mais determinada pelo coração do que pelo pensamento e situa-se no contexto da necessidade afectiva de relação (com o amigo).

Incapaz de definir conceptualmente a vida faz uma avaliação da mesma em função do prazer que se sente vivendo, trabalhando: ("Uma vida humana vale muito se uma pessoa gostar dela, se trabalhar..."). Na argumentação que se segue insiste no carácter hedonista da vida que lhe dá todo o sentido: ("Há pessoas que gostam de viver...e outras que podem não gostar de viver... Eu gosto de andar por aí, passear com os amigos..."). O paradoxo da vida é o suicídio que acontece quando se perde o gosto de viver ("Há outros que podem não gostar de viver e até tentam suicidar-se...!"). A vida é mais um acontecer hedonista do que um valor em si da pessoa como tal...

Na mesma ordem de ideias é mais importante a vida dum amigo ("Se for um amigo bom...") porque se conhece. Sempre a mesma chave pragmático-hedonista da vida.

Finalmente, a avaliação da vida duma criança é feita mais em função do poder ("Porque uma criança ainda é pequena...não se sabe virar...") do que do ser.

O OUTRO – O raciocínio emitido exprime a necessidade em manter-se fiel ao amigo, mais num contexto relacional-afectivo de dependência do que sócio-institucional ("Dizia que não sabia de nada...Não ía estar a dizer que foi o meu amigo...").

Porquê a fidelidade? Não se apresentam razões de fundo, mas apenas se evocam as eventuais consequências para o amigo, se é denunciado ("...O director era capaz de o expulsar e era pior para ele... podia levá-lo à polícia para pôr um processo...").

Encontramo-nos num contexto convencional onde tudo se explica eticamente a partir das conveniências, das necessidades pessoais e de razões hedonistas...Não se deve mentir "porque é feio" e porque ("se a outra pessoa descobre fica chateada..."). Orientação moral determinada pela manutenção da confiança interpessoal e da aprovação social.

Finalmente, deve-se manter a palavra ("porque essa pessoa, depois, pode estar sempre a contar com aquela pessoa..."). Raciocínio pobre e movido pelas eventuais consequências da infidelidade...

A PROPRIEDADE – Afinal, fez bem ou mal em ter assaltado a Caixa, dada a gravidade da situação? A resposta não é categórica mas progressiva e mais sugerida que reflectida: ("Por um lado fez bem e por outro fez mal..."). Porque é que não se deve roubar? ("Porque é feio e está-se a prejudicar outras pessoas..."). O raciocínio obedece a razões mais afectivas do que racionais e mais imediatas do que gerais. O critério ético da imoralidade do roubo é o intercâmbio afectivo entre os indivíduos e a aprovação social. O roubo é visto como uma fatalidade perante a indigência própria e a falta de generosidade dos outros: ("Quando uma pessoa sente que não tem dinheiro para comer ou para dormir... pronto, vai roubar!... vê que ninguém lhe dá dinheiro para comer, está em apuros, pensa e vai roubar"). Argumentação centrada numa concepção hedonista e pragmática da vida.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral? ("Consciência...acho que,...não sei explicar..."). Dificuldade em

conceptualizar. Contudo há indícios expressos operatoriamente, de que a consciência desempenha uma função autocrítica em relação ao comportamento ("Há pessoas que não têm aquela consciência e se enervam muito, põem-se logo à porrada... ...Há outras que andam à vontade, não fazem mal nenhum...").

As leis têm um papel repressivo na sociedade ("Porque se não houvesse leis aqui em Portugal ou em qualquer país, as pessoas não andavam na linha...").

A sociedade é vista como um jogo de forças e de interesses regulados por normas. O cumprimento da lei é a melhor garantia contra a transgressão ("É mais importante seguir as leis do que a consciência, mas uma pessoa pode ter azar e cair nas mãos da lei...") (da justiça, quer dizer). Tema socialmente marcante, dada a situação de transgressor da lei do sujeito que vem enviezar o raciocínio.

Orientação moral determinada pela aprovação social e por critérios éticos convencionais a nível afectivo, pragmático, relacional, que situa o sujeito no

<u>Estádio 3 do Juízo Moral</u>

B. POSTESTE (D/C, 1 – Post.)

A VIDA – O discurso sobre o amigo convalescente é conduzido mais por efeito da identificação mútua do que por mecanismos operatórios do pensamento reflexivo. Além disso, a decisão moral tomada perante o dilema é unidireccional, isto é, não

se ponderam alternativas ("Dava-lhe água, se ele me pedisse, mesmo que o médico proibisse..."). A justificação alegada é irrealista e não suficientemente formalizada a nível cognitivo: ("Pois da maneira como ele estava a falar, a dizer que se matava, dava-lhe água..."). Porque é que a vida é importante? A resposta exprime uma concepção hedonisto-afectiva da vida ("A vida é importante para quem gosta de viver...uma pessoa anda por aí, trabalha, tem mulher e filhos..."). É mais importante o ter e o sentir do que o ser o criar... No mesmo sentido é mais importante a vida dum amigo do que a dum estranho ("Porque um amigo conhece a pessoa, enquanto que um estranho não se sabe com quem se está a conviver..."). Avaliação mais dependente das vantagens e das conveniências da amizade do que do valor universal da vida independentemente de quem a vive. Do mesmo modo as razões dadas para avaliar a vida duma criança em relação a um adulto famoso, são razões imediatas, de performance e de eficácia ("A criança ainda é inocente, não se sabe virar... por isso é mais importante salvar a vida duma criança").

O OUTRO – Em relação ao dilema da fidelidade ao amigo que iludiu o pai, a resposta é hipoteticamente categórica: ("Era capaz de dizer ao pai que não sabia de nada"). Além disso ("Também gostaria que se fosse ao contrário, se acontecesse o mesmo comigo, também gostaria que ele não dissesse nada e guardasse segredo...").

Capacidade de se colocar na pele do outro e de imaginar como gostaria que o tratassem a si mesmo. Orientação moral determinada pela "regra de ouro" que manda tratar os outros

como gostaria que o tratassem a si próprio. Mas não se trata ainda do outro universal, mas do outro condicionado afectivamente. Uma moralidade interpessoal que já não é concreta e individualista mas que ainda não é generalizável, conduzida por princípios universais.

Deve-se manter a palavra dada a um amigo, mesmo correndo o risco de o prejudicar...("Claro que estava a prejudicá-lo, não aprendia, mas guardava a palavra. Ele pediu-me segredo..."). Nota-se algum esforço por se deslocar do imediato da situação em previsão de valores mais amplos como a amizade. Claro que ainda não se refere à amizade universal, mas a uma amizade interpessoal movida pelo jogo dos afectos mútuos: ("Porque o amigo assim, pode confiar sempre nele... Se guardar a palavra o amigo pode contar sempre com ele..."). Em resposta à questão de "porque é que não se deve mentir?" o raciocínio sofre alguma regressão, como se pode ver a nível das razões que constituem a melodia do pensamento: ("Em certas ocasiões pode-se mentir, mas depende. Se vier, por exemplo, um polícia ter connosco e disser que a gente fez aquilo... ..."). A moralidade ou imoralidade da mentira não se faz depender das razões entre pessoas, mas das circunstâncias concretas de cada indivíduo. Consequências dum tema socialmente muito marcante.

A PROPRIEDADE – A resposta ao dilema consiste num conjunto de raciocínios orientados no sentido de justificar o roubo, ainda que não de maneira absoluta ("Claro que ele não ía dormir na rua...Fez bem! Claro que podia vir preso e era uma vida chata, mas..."). As alternativas ao roubo como "pedir ajuda", "ir ter com os amigos"", resultam muito secundárias na estruturação do raciocínio. A força e o significado do roubo na vida do sujeito, como recluso, interferem na sua

maneira de pensar. Contudo o que mais ressalta na temática do roubo, do ponto de vista ético, é a expressão contraditória que assume através da argumentação: ("Não se deve roubar porque está a prejudicar os outros... As outras pessoas que andam a trabalhar..."). Mas há ocasiões em que se pode roubar? ("Quando uma pessoa está a precisar...e não tiver ninguém que ajude..."). A contradição verbalmente expressa resulta da dificuldade em se desprender das situações de roubo, de transgressão,...emocionalmente muito significativas, para operar a um nível mais formal do ponto de vista cognitivo.

A CONSCIÊNCIA MORAL – "O que é a consciência moral?" A resposta é descritiva: (A consciência moral é uma pessoa que não se mete com problemas..."). Dificuldade em operar com conceitos. Nível operatório de pensamento imediato e experimental. Contudo, a dimensão culpabilizante parece emergir ainda que a um nível primário ("Não se meter com ninguém", "não se meter em problemas", "não roubar..."). Não é o mesmo uma pessoa ter ou não ter consciência. Há uma diferença significativa a nível de comportamentos ("Uma pessoa com consciência anda direita, não se mete em problemas, mas quando uma pessoa não tem consciência, anda por aí a torto e a direito, a roubar..."). A lei tem uma função reguladora dos comportamentos entre os indivíduos...mas num sentido mais de contensão do que de coordenação. ("As leis servem para uma pessoa se meter na linha..."). A sua aplicação depende mais das situações dos indivíduos ("Claro uma pessoa que vê que vai presa... que tem que cumprir aquela lei que o guarda está a dizer...") do que do bem comum na sociedade.

Estádio 3 do Juízo Moral

D/C, 2 — (Delinquente nº 2, do grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 2 — Pret.)

A VIDA — A resposta ao dilema é mais sugerida e emotiva que pensada e elaborada. Que farias? ("Se fosse para um amigo, visto que ele está mesmo aflito...fazia,... para não vê-lo aflito e para evitar que se matasse..."). E porque é que a vida é importante? A primeira reacção é de recusa, pela dificuldade em operar mentalmente com conceitos. ("Não sei responder..."). Num segundo momento a resposta é deduzida, como num jogo de palavras, ("Acho que todos nós gostamos de viver e ninguém gosta de morrer..."). Segue-se uma dissertação figura-fundo, vida-morte, onde a vida ressalta hedonisticamente em relação ao fundo escuro da morte. A vida é viver, sentir e acontecer que se perde com a morte. ("A gente na vida sabe o que se passa, sente, sente tudo, vê-se..."). E é mais importante a vida dum amigo ou dum estranho? A resposta evidencia um nível interpessoal de moralidade mas ainda bastante contaminado pelos aspectos próprios e pela influência da situação pessoal...("A vida é igual para todos...Não gosto de ver ninguém sofrer... Farto de sofrer já estou eu e de ver muitos a sofrer também...").

O OUTRO — A palavra de ordem é a fidelidade ao amigo sobre todas as coisas. As razões alegadas são de natureza tabuística ("Se ele me pediu para guardar segredo é porque quer que ninguém saiba...").

O âmbito moral onde o sujeito se movimenta é o da inter-personalidade afectiva. Segue-se um esclarecimento ("...Há quem não cumpra com a palavra, mas há outros que gostam de cumprir a palavra...") que exprime bem a orientação moral dominante do sujeito, isto é, a manutenção da confiança interpessoal e a aprovação sócio-afectiva. A dificuldade em articular mentalmente os conceitos é evidente e por vezes explicitada: ("Como hei-de dizer?... Sei lá...!").

Finalmente, não se deve mentir ("porque ouço dizer que é feio mentir...mas nunca me disseram porque é que é feio mentir"). Este breve raciocínio, pelo seu carácter crítico, tem um interesse particular sobre a imoralidade da mentira. É evidente que não se trata dum resultado que interessa mais do ponto de vista moral do que do ponto de vista lógico. O sujeito situa-se, moralmente, num contexto relacional onde os valores decisivos são a aprovação, a mutualidade afectiva e os interesses do grupo.

A PROPRIEDADE – A resposta ao dilema do roubo é marcadamente projectiva ao ponto de não sabermos bem se se refere ao outro como tal ou ao outro como projecção de si mesmo. Noutras palavras, ao condenar formalmente o roubo ("Está mal feito porque não devia ir por esse caminho...") não sabemos se se condena a si mesmo como recluso, por motivos de roubo, ou se emite um juízo ético estruturado independentemente da situação-cadeia socialmente marcante. Contudo, o sujeito dá provas de conhecer bem teórico-praticamente a fenomenologia do furto, desde as estratégias iniciais do que rouba às consequências nefastas para aquele que é roubado ("Uma pessoa

ao roubar está a roubar o que é de outra pessoa e essa pessoa deve ter trabalhado para...").

A conclusão sobre o roubo é dogmático-categórica: ("Não, nunca se deve roubar...vale mais pedir...") o que revela o peso que a própria experiência de recluso tem sobre o próprio sujeito.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral? A resposta é abstracto-formal mas sem conteúdo reflexivo ("A consciência moral é a responsabilidade"). Resposta irresponsável do ponto de vista cognitivo e moral, que tanto pode referir-se à consciência moral como à consciência psicológica ("Uma pessoa sem consciência é uma pessoa que faz coisas que não devia fazer...Não tem consciência"). O déficit cognitivo-ético evidenciado em toda esta maneira de argumentar é corroborado pelas respostas que se seguem a propósito da lei...

Para que servem as leis? ("Servem para se cumprirem..."). Concepção repressiva da vida e da sociedade ao serviço das quais estão as leis: ("No mundo em que nós estamos é mais importante cumprir as leis...") ainda que, com uma ligeira abertura: ("Uma pessoa está numa situação difícil...Para proteger um tem que errar com outro...Era capaz de esquecer a lei e tentava ajudar o amigo").

Orientação moral mais convencionada pelas circunstâncias do que determinada por princípios gerais. Nota-se contudo uma certa tendência para evoluir das regras interpessoais para regras de âmbito sócio-institucional.

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 2 – Post.)

A VIDA – Resposta obsessiva ao dilema do roubo...que o leva a agir compulsivamente, como expressão da falta de flexibilidade interior, mesmo contra o estabelecido pela autoridade ("Dava-lhe a água...Se estava a pedir água era porque necessitava... Mesmo que o médico proibisse dava-lhe água...").

A razão alegada de tal decisão era salvar a vida do amigo ("Ele diz que se matava...Dava-lhe a água"). Concepção determinista e fatalista da vida. O que é a vida?...Dificuldade em operar com conceitos ("Sei lá o que é a vida..."). Tentativa de responder e de se justificar, mas apenas de maneira sensorial e imediata: ("A vida é bonita de se ver...Porque gosto de viver...Sempre é melhor viver do que estar morto...A gente pode fazer muitas coisas e quando estiver morto não faz nada..."). O contraste entre a vida e a morte ajuda-o a situar-se mais do lado da vida e a expressar-se melhor sobre a mesma. Em relação à questão comparativa entre vidas, a vida dum amigo e a vida dum estranho, a vida duma criança e a vida dum adulto famoso, a resposta é correcta do ponto de vista material ("São todas importantes..."), mas falaciosa e primária do ponto de vista cognitivo-ético: ("Porque todos gostamos de viver..."). Orientação moral individualista e hedonista apesar de se relacionar com os outros.

O OUTRO – A resposta dada ao dilema do amigo que transgride e pede segredo é de natureza heterónoma, isto é, determinada pelo respeito unilateral à autoridade do pai e do amigo. ("Dizia ao pai a verdade. Que o filho não ía à escola..."). E justifica-se pelas eventuais consequências: ("Aí, ao dizer tudo ao pai dele, estava a ajudá-lo..."). Raciocínio ético determinado pelo jogo interpessoal do duplo autoridade--obediência. A obrigação é um valor prioritário em moralidade. Trata-se dum realismo moral onde contam mais as consequências do que as intenções dos indivíduos em causa.

Não se deve mentir por razões que têm a ver com o outro, mas não o outro generalizável, mas o outro mais próximo, numa relação mútua de interesses afectivos ("Não se deve mentir porque ao mentir a gente está a enganar outra pessoa ou a pôr a vida doutra pessoa em risco..."). A egofocagem pode chegar ao ponto de ser necessário mentir "para safar a própria pele". ("A gente estraga uma coisa que outra pessoa gosta muito e mente sempre, pronto!").

A PROPRIEDADE – As respostas ao dilema do roubo são breves e de carácter estereotipado sem sinais de elaboração interior, apesar do seu aparente formalismo: ("Não devia ter roubado...Estava a fugir à lei. Que recorresse a um amigo a pedir ajuda..."). A orientação moral parece ser determinada mais por situações onde predominam a lei, a transgressão, a penalização, etc. do que por princípios e normas morais sócio-cognitivamente elaborados.

A perspectiva moral do sujeito está muito condicionada pela influência imediata da situação própria. Para que serve

a lei? ("Para proteger o ser humano"). Resposta sem ressonância afectiva evidenciada.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral? Há uma certa distância entre o tipo de pergunta e a capacidade de resposta do sujeito ("A consciência moral? Já ouvi falar disso..."). A clivagem entre a teoria e a estrutura mental do sujeito deve-se à dificuldade em ordenar conceitos e compreender os conteúdos. Funcionamento cognitivo a nível operatório concreto. Destacam-se alguns fragmentos operatório-morais de pensamento a propósito da consciência moral, que não chegam a constituir um raciocínio estruturado éticamente. ("A consciência moral é importante porque quem não tiver consciência está a fugir ao respeito às outras pessoas...Eu acho que a consciência é para não ofender os outros...").

Finalmente as leis desempenham uma função quase material... ("As leis servem para proteger as pessoas umas das outras...Se não houvesse leis isto era um "Far West"..."). Confusão final entre consciência e leis que não chegam a ser correlacionadas mentalmente, mas apenas verbalizadas como num jogo de palavras ("É mais importante cumprir as leis mas nem sempre se consegue, porque às vezes a gente segue a consciência").

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

—▸ D/C, 3 (Delinquente nº 3, do grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 3 – Pret.)

A VIDA – Dificuldade geral de compreensão do dilema e de expressão verbal donde resulta um discurso desordenado. Destaca-se a ideia de que a vida vale muito e que portanto vale a pena arriscar-se por ela...As principais peças do puzzle verbal são as seguintes: ("Ajuda ele para ver se ele não morre..." / "Corria o risco mais ou menos..." / "O mais importante era ajudar o amigo...").

A grande dificuldade em "manejar" conceitos leva-o a exclamar: ("Não sou capaz de dizer..."). Pensamento operatório com conteúdos concretos e a nível experimental. Perspectiva e coordenação mental levando em conta o ponto de vista dum 3º, mas a um nível relacional-afectivo muito imediato e hedonista.

Neste sentido é mais importante a vida dum amigo do que a dum estranho, porque o amigo desperta a confiança interpessoal e leva a criar laços de segurança mútua. Quanto à criança em relação ao adulto famoso, a criança tem melhor cotação porque vive mais dependente e é indefesa, o que a torna alvo das atenções de muita gente e por isso mais importante do que o adulto, mesmo famoso ("É mais importante uma criança, porque uma criança precisa de ajuda de muita gente...").

O OUTRO – Do mesmo modo, a resposta ao dilema sobre a fidelidade ao amigo é sugerida "socialmente" e não elaborada. Inibição em pensar, e portanto o raciocínio é mais uma reacção verbal imediata do que um trabalho interior ("Eu dizia ao professor que não sabia de nada... ...porque ele era meu amigo..."). Porque é que se deve manter a palavra dada? A resposta é contextual e mas sem um alcance sócio-cognitivo de nível superior ("Porque o mais importante que uma pessoa tem é o amigo"). Perspectiva moral desde si mesmo, egocêntrica ou calculista.

As operações mentais sobre os conteúdos morais da justiça, da transgressão etc. giram à volta de si mesmo. Assim, por exemplo, a propósito da mentira ("Pode-se mentir, sim senhor, quando uma pessoa se sinta na esquadra da polícia. Os polícias perguntam, foste tu que roubaste aquilo?) Uma pessoa diz que não"). Trata-se dum fenómeno de transmutação material duma proposição teórica...Incapaz de elaborar conceitos a resposta materializa-se a partir da própria situação de recluso. A resposta termina de maneira satisfatória ao referir a sensação interior de quem se encontra nesta situação de conflito, como ele mesmo. ("Uma pessoa diz que não, mas por dentro diz que foi ele que roubou..."). Conflito de oposição entre o que se sente interiormente e o que se é obrigado a representar exteriormente. E tudo isto para se evitarem as consequências nefastas ("Diz assim para ver se o metem de lá para fora..."). Mais uma vez se confirma que em moral, para o sujeito, são mais importante as consequências do que as intenções ("Não se deve roubar para que não seja apanhado. Vai para a esquadra e leva porrada..."). Orientação

moral heterónoma. Segue-se uma dissertação, passo a passo, sobre a imoralidade do roubo do ponto de vista das consequências do mesmo. A dificuldade em operar mentalmente leva-o a colar-se o mais possível aos fenómenos...

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência? As tentativas de resposta passam ao lado da questão... até desistir ("Aquele tipo que não tem consciência..."). A questão posta, carece duma matriz cognitiva suficientemente elaborada para o sujeito poder dar uma resposta.

Finalmente, para que servem as leis? ("Para manter o respeito..."). Apesar da incompatibilidade "respeito-leis" o sujeito não só correlaciona as duas realidades, mas conjuga-as harmonicamente fazendo delas um sistema de vida social ("Porque o respeito vale muito para todas as pessoas e porque sem respeito não se é respeitado também"). Mas o princípio moral do respeito está nas leis... As leis no contexto da resposta dada desempenham uma função mais contentora do que elucidatória.

Estádio 2 do Juízo Moral.

B. POSTESTE (D/C, 3 – Post.)

A VIDA – Dá-se uma confusão a nível de conteúdos nas respostas dadas: o tabaco é substituído pela água ("Eu faria. Dava água. Dava--lhe água..."). As respostas, breves, são mais

reactivas do que elaboradas. De carácter defensivo, mostram a dificuldade do sujeito em se expor verbalmente dadas as limitações sócio-cognitivas evidenciadas.

Éticamente, o sujeito é calculista e imediato, o que o leva a decidir em função dos eventuais problemas e consequências..."Dava-lhe a água sem o médico saber, senão morria...").

A avaliação da vida humana é determinada por critérios pragmáticos e hedonistas num contexto interpessoal específico.

Quanto à questão comparativa entre criança-adulto e entre amigo-estranho, o contexto explicativo é idêntico. Parte-se das vantagens e das conveniências e estrutura-se uma ética hedonista onde o outro, como 3ª pessoa, vale mais pelos afectos que desperta do que por aquilo que ele é em si mesmo. ("É mais importante a vida dum amigo porque uma pessoa já está habituada..."). O amigo mesmo silencioso ("Se bem que é calado está sempre acompanhado...") é já um motivo de confiança. "Moral do coração" onde os afectos interpessoais desempenham um papel estruturante na organização social. Do mesmo modo, a vida da criança é avaliada éticamente num contexto de ternura ("É mais urgente salvar a vida duma criança porque precisa de crescer, de carinho...").

O OUTRO – Em resposta ao dilema da fidelidade, a reacção é defensiva para evitar o conflito! ("Dizia que não o vi...não vi o filho dele, para eu não me meter em sarilhos..."). O evitamento do conflito na fidelidade à palavra dada aparece em primeiro plano num movimento empático de emoções onde o

sujeito ora se vê a si mesmo na reacção do amigo ora descobre o amigo nos próprios sentimentos. Mais uma vez tudo "se monta" em função das consequências ("Para o pai não ficar chateado comigo nem ele, o amigo, ficar chateado comigo...").

Porque é que não se deve mentir?

A primeira resposta é de tipo "não importa quê". Trata-se apenas dum jogo de palavras em "feed-back" com a questão levantada (Às vezes sim, às vezes não..."). Convidado a explicar-se, o discurso emitido é fenomenológico e a resposta dada é sensório-experimental, de carácter projectivo: ("Se uma pessoa roubar dinheiro à família e a família disser que estava aí o dinheiro em cima da mesa, dentro da carteira... ... Depois a mãe vai dizer, "filho anda cá". Onde estava o dinheiro que estava dentro da carteira? E ele com a carteira dentro do bolso, já estava a mentir. Estava a dizer que não tinha o dinheiro...").

Finalmente e a título de conclusão, para evitar o conflito que põe em causa a segurança pessoal ("...a melhor coisa que há é não mentir e levar as coisas certas para não arranjar problemas..."). Esta resposta revela a necessidade de se reencontrar o equilíbrio, em sintonia afectiva com os sentimentos do outro a quem se pode lesar aesar de tudo pela mentira.

A PROPRIEDADE — As respostas dadas ao dilema do roubo apresentam-se sob o signo da contradição: Fez bem ou mal? ("Fez bem em roubar para pagar o quarto, viver lá dentro, não dormir na rua e para tratar a vida dele..."). Necessidade de se colar "à materialidade" do pensamento para comunicar-se.

Contudo, ("não se pode roubar. Uma pessoa se roubar é apanhada. Vai para a cadeia. Aguenta uns meses na cadeia, leva porrada...").

A contradição é evidente e revela a incapacidade de se coordenarem as variáveis cognitivas indispensáveis para responder à questão levantada. O peso da instituição penal ou a marcação social interferem certamente no esforço de "reversibilidade" do raciocínio para se ponderarem todos os pontos de vista. Há uma certa dosagem de determinismo, realismo moral, na maneira de reflectir os problemas.

Afinal em que ficamos? Pode-se roubar ou não?

Mantem-se a resposta bipolar, onde o roubar e o não roubar possuem o mesmo estatuto ético. Tudo depende das circunstâncias e ("...também não é chegar aí e roubar logo duma vez. Tem que se pensar...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – As respostas a esta questão: "O que é a consciência moral?" são apenas tentativas de dizer qualquer coisa, impossível de dizer por dificuldades operatório-cognitivas em explicar qualquer coisa que não tenha um sentido imediato para o sujeito, ("A consciência moral? A consciência moral é duma pessoa que vem a aprender a tirar assim um curso...Não! a consciência é como assim, estar aqui a falar..."). A resposta é mais pertinente do ponto de vista da consciência psicológica do que da consciência moral. A confusão de fundo é evidente. Contudo, o discurso "delirante" é controlado através da autocrítica: ("Não sei falar...").

Finalmente a resposta à questão sobre as leis também só é compreensível dentro do mesmo contexto confusional: ("As leis? Precisam-se para respeitar...Sem leis todos andavamos como queremos e assim todos andam na linha...").

Estádio 2 do Juízo Moral

—▸ D/C, 4 (Delinquente nº 4, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 4 – Pret.)

A VIDA – A sobriedade nas respostas revela um fundo cognitivo pouco diferenciado. ("Parece-me bem. Primeiramente está a vida do meu amigo..."). A argumentação aventureirista tem um carácter defensivo ("Corro o risco, mas primeiro está a vida") e parece não corresponder ao comportamento real do sujeito.

Porque é que a vida vale muito?

A resposta é um lugar comum, sem qualquer elaboração mental ("Eu acho que a vida é igual para todos").

Do mesmo modo é mais importante a vida do amigo por razões de conveniência afectiva. O amigo versus estranho é a terceira pessoa relacional e afectiva não já num contexto concreto e individualista, mas também ainda não perspectivado institucionalmente, dentro da sociedade ("É mais importante a vida dum amigo... A gente já se dá com aquele amigo e já tem mais convivência com ele..."). A vida da criança é avaliada em termos relacionais e segundo a maior ou menor capacidade de independência ("A vida duma criança acabou de nascer e precisa mais da nossa ajuda que um adulto..."). Resposta projectiva de carácter hedonístico.

O OUTRO – Resposta de impacto emocional, pela capacidade de imaginar-se na situação difícil do amigo ("Eu tentaria ajudar

o meu colega...Eu penso que ele não tinha capacidade para fazer o exame. Acho que estava mal feito, mas tinha de se orientar..."). A interacção imaginária do sujeito com o amigo é consequência da identificação daquele com este. Procura salvar as boas intenções do amigo transgressor.

Logicamente ("Eu tentava dizer que não sabia de nada ao professor..."), não por princípio éticamente deduzido, mas por conveniência afectiva e porque não gostaria que o tratassem a ele como ele não trataria o amigo. ("Não diria nada para ajudar o meu colega e para manter a palavra se uma pessoa pede segredo..."). Por isso, ainda que não saiba explicar porque é que se deve manter o segredo ("Não sei... ..."), contudo, sente que guardar a palavra faz parte daquilo que está estabelecido ("Pedem-nos segredo e a gente não conta nada...") e para manutenção da confiança interpessoal ("Não se vai faltar à palavra àquele amigo..."). Não se deve mentir em honra da verdade ("Acho que a verdade está em primeiro de tudo..."). Contudo ("em vez de mentiras pode haver, às vezes, más interpretações..."). Necessidade de sublimar, dada a dificuldade em admitir o estatuto social da mentira. Enfim, a mentira é apenas tolerada ("Quando a gente faz coisas que não deve fazer, não se pode contar..."). Chega-se à conclusão de que ("Poder-se mentir não se pode, mas tem que se mentir").

Abordagem progressiva da moralidade sobre a mentira, onde predomina e perplexidade e a conflitividade, dada a marcação socialmente forte do tema.

A PROPRIEDADE – Ponderam-se os prós e os contras num movimento nitidamente identificatório com o amigo transgressor ("Primeiro olhou à vida dele...mal feito, mas tentou orientar-se, estava com fome, tinha que arranjar dinheiro para comer"). Até certo ponto, os fins justificam os meios segundo a argumentação moral do sujeito. Contudo, não deixa de se ponderar a imoralidade do roubo ("Acho que a melhor solução era pedir...").

Avaliação ética generalizada mas condicionada convencionalmente pelo envolvimento afectivo entre pessoas, isto é, tudo é possível contanto que se mantenha a confiança interpessoal e não se corra o risco de se vir a ser preso ("Não se deve roubar porque não é nosso e porque uma pessoa está sujeita a vir presa").

A CONSCIÊNCIA MORAL – Confusão evidente entre consciência moral e consciência psicológica ("A consciência moral é a gente estar consciente daquilo que está a fazer..."). Apesar da consigne dada pelo Experimentador a situação de confusão mantem-se: – ("Bem ou mal a gente tem de estar consciente daquilo que está a fazer"). Do mesmo modo, a função das leis é de contensão, num contexto heterónomo de moralidade ("As leis servem para não haver guerras e outras coisas assim...Deve haver uma orientação de quem manda..."). A confusão é não só a nível de valores, mas também a nível instrumental, o que leva o sujeito a misturar planos e a perder o control da situação dialogante refugiando-se no silêncio.

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 4 – Post.)

A VIDA – Como resposta ao dilema, o sujeito toma uma posição moral suficientemente compreensiva e empática: ("A vida em primeiro lugar...").

Não se sabe, dada a situação do sujeito, até que ponto é que as estratégias verbais correspondem às estratégias vividas. Segue-se uma recusa categórica em operar com conceitos como "a vida" e as suas implicações...("A vida? Não sei explicar..."). Mais por compromisso do que por convicção, o sujeito tenta dizer qualquer coisa de tipo fatalista ("Não sei, mas acho que a gente quando nasceu já trazia um destino"). E é por isso que a vida é importante. Finalmente, acha que a vida do amigo é mais importante do que a dum estranho porque ("a gente tem confiança com ele...Já está habituado a conviver com ele..."). Razões de proximidade afectiva que situam éticamente o sujeito a nível convencional. Mantem-se a mesma justificação a propósito da vida da criança ("A criança acabou de nascer, é nova, por isso precisa mais da nossa ajuda"). Resposta projectiva de nível interpessoal regulada pelos afectos e interesses mútuos.

O OUTRO – Dificuldade em manter o equilíbrio entre a autoridade do pai do colega e a exigência de guardar a palavra prometida ao colega ("Não sei, acho que o pai devia saber a verdade, mas deve-se também guardar o segredo...").

Uma noção de justiça, reguladora das relações mútuas. A insistência na necessidade ("de dizer ao pai se ele vai às

aulas ou não") é compreensível num contexto heterónomo de moralidade. Predomina contudo a perplexidade do sujeito pela qual é incapaz de decidir moral e cognitivamente. Em relação à mentira, dá-se uma certa abertura às várias possibilidades de ser ("Há maneiras ou situações em que se deve poder mentir...") sem, contudo, se decidir por nenhuma, dada a insegurança interior do sujeito.

A PROPRIEDADE – O sujeito reconhece que há outras alternativas mais válidas, ao próprio roubo, só que o roubo, na perspectiva ética do sujeito, se impõe dadas as circunstâncias de ("ter de pagar o quarto ou se a gente está numa situação em que não pode resolver...porque está a precisar...então pode roubar"). Poder roubar torna-se um imperativo que se enquadra no contexto do permissível onde a culpabilidade deixa de actuar ("A lei diz que não, mas eu acho que se pode...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – Há uma compreensão parcial da função da consciência moral que se adentra, representativamente, no domínio da consciência psicológica. ("A consciência moral eu acho que é a gente estar assim com uma coisa do que está a fazer...Estar consciente do que está a fazer...Estar consciente do que está a fazer...").

Mais uma vez ("As leis servem para evitar guerras"). Concepção exteriorizante, heterónoma das leis. O seu papel é de contenção na sociedade ("Senão houvesse leis o país estava estragado). A confusão aumenta ao correlacionar-se consciência moral com as leis ("As duas coisas são importantes...mas

o mais importante é cumprir as leis. Mas se a consciência nos pedisse alguma coisa também não podemos fazer aquilo que nos apetece...").

O sujeito tenta jogar com os dois conceitos (leis e consciência moral), cujos significados não estão claros, donde resulta um raciocínio mais ou menos bem montado mas sem qualquer significado moral.

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

—▸ D/C, 5 (Delinquente nº 5, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 5 – Pret.)

A VIDA – Faz-se uma abordagem pragmática da situação, a partir do "estímulo-dilema" ("O mais que posso fazer é ir a alguém e pedir dinheiro emprestado para ir comprar o calmante..."). Evitamento do conflito ou dificuldade em pensar?

Não chega a constituir-se um raciocínio moral, mas dá-se uma passagem imediata ao "acto verbal".

Porque é que a vida é importante?

Confirma-se o dito anteriormente, isto é, nota-se a dificuldade em operar com conceitos donde resulta uma afirmação sugerida e elementarmente elaborada ("Sei lá! Acho que é um ser humano como outro qualquer e tem a mesma coisa para saber viver como a gente..."). Quanto à vida do amigo em relação à dum estranho, a resposta é dada a partir de si mesmo ("Para mim é a dum amigo") e tem um valor mais afectivo do que cognitivo ("...porque simpatizo com ele..."). O sujeito mantem-se reservado nas respostas e com dificuldade em expor e em expor-se ("O estranho também vale porque é um ser humano como a gente").

Finalmente a resposta sobre a vida da criança comparada com a dum adulto famoso é confusa, mas com tendência a privilegiar a criança porque é inferior, dependente...Avaliação extrínseca da vida humana em função da idade, das capacidades dos indivíduos...

Orientação moral de tipo instrumental onde as pessoas se relacionam mais por conveniências do que pelas leis que regulam a sociedade.

O OUTRO – Acusar o amigo que pediu segredo é condenável porque seria "pôr um colega em apuros", é mau "porque é feio estar a dizer coisas do outro" e representa uma infidelidade "porque não se é fiel com as pessoas". A argumentação é arrastada e as razões alegadas giram à volta da necessidade de manter a confiança interpessoal e a aprovação social. O ponto de referência dos raciocínios é quase sempre o próprio sujeito ("Deve-se manter a palavra para ver que eu sou sincero com ele e ele tem que ser sincero comigo"). Os elementos de reciprocidade, justiça e de retribuição estão presentes mas são quase sempre interpretados hedonista e afectivamente.

Não se deve mentir "para ser fiel com as pessoas". A resposta é vaga e mais sugerida do que reflectida. Trata-se da repetição dum lugar comum que não corresponde à capacidade real de estruturação cognitiva do indivíduo, como se vê pela contradição expressa no que se segue: ("Há ocasiões em que até se deve mentir...Sei lá! Eu estou preso, o polícia sabe que eu fiz uma coisa, sabe e não sabe. Não vou dizer que fui eu para vir para dentro da cadeia"). Há uma contradição entre o que se afirma teoricamente sobre a moralidade dos comportamentos e o que se refere a respeito de si mesmo, dos próprios actos: ("Não se deve mentir para se ser fiel... Mas deve-se mentir, se estou preso...").

A PROPRIEDADE – A resposta ao dilema do roubo é projectiva. ("Se estava a passar mal, a passar fome e isso...primeiro acho que tinha...para vir à procura de emprego e se não houvesse outra maneira de arranjar dinheiro..."). Ponderam-se as alternativas ao roubo ("...arranjar emprego..." pedir esmola..."), não tanto pela imoralidade do roubo em si, mas para evitar as consequências desagradáveis do mesmo: ("Não se deve roubar porque somos presos e, às vezes, somos maltratados dentro da cadeia..."). A problemática do roubo é trazida para a situação pessoal do sujeito que teve de recorrer ao roubo numa situação limite: droga e falta de dinheiro. O sujeito argumenta, a partir de si mesmo, da sua experiência. A forte marcação social do tema, leva-o a substituir a abordagem moral teórica inicial por uma abordagem prática do mesmo. As razões e contra-razões da argumentação são incoerentes do princípio ao fim, mantendo-se como substancial, apenas o núcleo da própria experiência à qual o sujeito recorre nas suas longas dissertações. Há uma incongruência-clivagem entre o que se diz sobre a moralidade dos comportamentos, da vida e o que ele faz ou vive na realidade.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral? A resposta revela alguma permeabilidade sem limites bem definidos ("A consciência moral é a gente pensar, reflectir um pouco... É uma pessoa, pronto! Ter, que pensar e não fazer disparates..."). A confusão é evidente tanto a nível da compreensão, como da expressão donde resulta um raciocínio desestruturado do ponto de vista ético. Resposta descritiva e fenomenológica com consciência das próprias limitações ("Não sei dizer isso...").

Para que servem as leis? ("Para se cumprir porque há alguém que deu essa lei e disse que as leis devem ser cumpridas..."). Concepção heterónoma da moralidade.

Orientação moral unilateral dominada pelo respeito num contexto relacional de realismo moral. A correlação "leis – consciência moral" é confusa, mas vem a dar prioridade às leis pelo seu carácter de contensão e de repressão. A lei materializa-se na instituição cadeia.

Se a consciência moral é inacessível ao sujeito, as leis pelo seu carácter instrumental de ordem tornam-se o modelo adequado de compreensão moral ao seu alcance ("Se a gente não fizesse mal não eram necessárias as leis... para que eram precisas as cadeias? Apenas se houvesse pessoas mal comportadas, a lei tem que actuar...").

Estádio 2 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 5 – Post.)

A VIDA – À facilidade de "deslocação empática" não corresponde a facilidade de pensamento e de expressão. Por isso a argumentação é pobre ("Eu por um lado era capaz...mas por outro lado se o médico o proibiu..."). Operação mental a nível concreto, imediato e pragmático que lhe impede de ponderar o jogo de outras possibilidades de acção..

O que é a vida?

Não chega a haver uma elaboração mental sobre a vida

porque, segundo o sujeito ("a vida é a vida duma pessoa. A gente anda aqui em cima da terra, descansada da nossa vida, sem problemas"). A única explicação para a vida é o hedonismo que lhe é inerente. A argumentação sobre a vida prossegue no mesmo tom optimista orientada pelas consequências agradáveis da existência ("Há coisas bonitas, temos filhos, temos as nossas mães, os nossos pais...Temos coisas bonitas para a gente ver e para fazer a nossa vida").

Representação mágico-idealista da vida. Por um lado o acontecer e por outro lado o sentir. Difícil acesso ao pensamento ou à representação mental da vida.

Quanto à questão comparativa entre a vida dum amigo e dum estranho, ("Para mim é quase a mesma coisa, mas a dum amigo sempre é mais importante..."). Perplexidade ética, confusão de valores e perplexidade existencial, entre o que deve ser e o que agrada mais... ("A vida dum amigo meu! Lido mais vezes com ele, mas não quer dizer que vá desprezar... ...Se tiver hipóteses de ajudar os dois, ajudo ..."). Do mesmo modo, a vida é condicionada e ponderada segundo o tempo e as capacidades de performance. Por isso deve dar-se prioridade à criança ("A criança é mais importante porque não tem tantas possibilidades de se mover... ...e além disso a criança tem uma vida à frente...").

O OUTRO – A propósito do dilema sobre a fidelidade ao amigo, a amizade justifica tudo: ("Não diria nada, porque ele é um amigo e pediu-me para guardar segredo"). Instigado a explicar-se melhor surge o tema da sinceridade ("Deve-se guardar a palavra para ser sincero com as pessoas..."). Contudo, a

noção de sinceridade revela-se inacessível à compreensão do sujeito. Limita-se a referi-la a partir das consequências, quando falta ("Se não houvesse sinceridade andava aí tudo...Era um pandemónio..."). O indivíduo parece regular-se pelas normas e convenções sociais do ponto de vista da aprovação social e das suas consequências, mas não ainda isento das suas tendências hedonistas e interesseiras.

Porque é que não se deve mentir?

A resposta é trazida para a própria situação de recluso e contaminada pela própria experiência ("Não se deve mentir, mas há ocasiões em que a gente já foi obrigada a mentir... Eu vim preso, acusaram-me duma coisa e eu tive que dizer que não para não ficar preso..."). A imoralidade da mentira é relativa e condicionada pelas circunstâncias.

Moral heterónoma ou subordinada ao desenrolar dos acontecimentos.

A PROPRIEDADE – Do ponto de vista teórico condena-se o acto de roubar ("Está mal. está errado, está a cometer um crime...") e ponderam-se as alternativas ao roubo ("...podia arranjar emprego,...se não conseguisse o emprego ir ter com algum amigo dele ou familiar e pedir o dinheiro emprestado...").

Mas, do ponto de vista prático desde a própria situação de drogado e de recluso, do sujeito o roubo adquire um significado moral diferente" se não havia mesmo outra solução". Dois tipos de raciocínio moral, um raciocínio teórico que se rege pelas leis ("Não se deve roubar porque a lei não permite...") e outro prático que se rege pela força

das circunstâncias ("Se eu trabalhasse não dava para um ordenado, não dava para andar a sustentar a droga...Não havia outra solução, senão roubar").

A CONSCIÊNCIA MORAL – Verifica-se uma incompreensão entre o que é próprio da consciência moral e o que é próprio da consciência psicológica ("A consciência moral é a gente ter consciência daquilo que faz... A gente não devemos estar a dizer mal dos outros. às vezes fazemos coisas mal feitas que não devemos fazer...").

Dificuldade de compreensão e de elaboração mental que se repercute no modo de se exprimir éticamente. Estão presentes os ingredientes morais da justiça, da reciprocidade, da retribuição, mas condicionados a um nível instrumentalista de interpretação. Dá-se uma certa contradição entre a afirmação geral de que ("as leis servem para se cumprir e se não houvesse leis andava tudo em guerra") e onde se diz que ("é mais importante a consciência, porque a gente pensa que tem de fazer o bem o não vai para o mal..."). Mais uma vez e, de maneira explícita, se evidencia a dificuldade de coordenar o plano teórico regulado pela consciência moral esclarecida e o plano prático real próprio das leis que suprem a falta de consciência ("Se toda a gente pensasse assim, não era preciso andar polícias na rua, não era preciso haver cadeias...").

Estádio 2 do Juízo Moral

—► D/C, 6 (Delinquente nº 6, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 6 – Pret.)

A VIDA – Posição defensiva face a um dilema provocatório ("Não era capaz de fazer isso...") e aparentemente bem justificado ("Porque não tinha motivos para isso..."). Descriminam-se equitativamente os direitos próprios e os direitos do amigo ("Eu olhava por mim e não pelo amigo. O amigo seguia o seu destino e eu seguia o meu.").

Então o que é a vida? Resposta projectiva de tipo culpabilizante ("Acho que ela até hoje para mim tem sido óptima só que tive uma infelicidade. mas daqui para a frente quero ver se sigo a minha carreira..."). Dificuldade em teorizar sobre a vida devido à forte marcação social da mesma. O discurso que o sujeito faz sobre a vida é percorrido pela dialéctica transgressão/recuperação ("A vida é importante, porque acima de tudo conta uma pessoa ser honesta e ser trabalhadora...amanhã se sair daqui quero programar o meu futuro, a minha arte..."). A propósito da vida, evidencia-se uma tendência a falar mais de si mesmo do que a teorizar sobre a mesma. Só secundariamente teoriza. ("Depende...Se quer que lhe diga, porque eu gostava sempre de andar só e não tenho assim grandes coisas de amigos...Mas na minha maneira de ver é mais importante a vida dum amigo").

E continua a projectar-se: ("Se for um amigo que compreenda uma pessoa está tudo bem, agora se for daqueles amigos que levam para maus caminhos, isso não").

Orientação moral determinada pelas normas e convenções sociais que regem os indivíduos e onde a dimensão afectiva e emocional em termos de transgressão/recuperação ocupa um lugar relevante. Aproveitam-se as oportunidades do dilema para se penitenciar e recuperar imaginariamente ("Vale mais a vida da criança porque a criança vem ao mundo para sofrer e não sabe o que vai passar de hoje para amanhã...").

O OUTRO – Em resposta ao dilema da fidelidade ao amigo, dada a sua situação de recluso, surge o medo de transgredir de novo diante da autoridade, qualquer que seja.

Entre as exigências do amigo que pediu segredo e as da autoridade parental que se impõe é preferível submeter-se à autoridade, correndo mesmo o risco da infidelidade ("Dizia que sim para não meter-me em problemas e defender o meu destino, para não me meter em problemas...").

Segue-se um discurso racionalizante e justificativo que se enquadra na necessidade de dar "uma boa imagem", de preparar o futuro, de prevenir as consequências nefastas e de se autorecuperar a si mesmo ("Não guardava segredo porque quando é assim, coisas naquela altura não há amigos...Eu considero um amigo, mas é amigo e inimigo. Na hora da verdade tem que ser sincero..."). Constata-se, como subjacente a toda a argumentação desenvolvida, uma tendência paranóide que o impede de aliar-se solidamente com os amigos: Deve-se manter a palavra ou não? ("Eu acho que não, porque, às vezes, o segredo mete complicações com uma pessoa. Às vezes é o próprio amigo a atraiçoar uma pessoa").

Enfim a capacidade do indivíduo se relacionar interpes-

soalmente com os outros num registo afectivo e altruísta está comprometida por uma atitude de desconfiança do sujeito. A moralidade do roubo constitui-se, teoricamente, a dois níveis de compreensão: a nível geral ("Não se deve roubar, porque o ser humano tem de ser realista...") a nível interpessoal ("Uma pessoa que mente já não é aquela pessoa que era...Uma pessoa ser honesta conta muito. Mentir não é justo. Uma pessoa tem que ser sincera..."). Orientação moral determinada pela necessidade de manter a confiança interpessoal e a aprovação social.

A PROPRIEDADE – Avaliação do comportamento desviante do amigo em termos hipotéticos: ("...Se ele quis roubar foi por livre vontade dele, porque hoje em dia só rouba quem não necessita...Há muitos empregos"). Juízo moral bastante completo do ponto de vista sócio-cognitivo e empático. Dão-se as condições de alguém com um nível moral generalizado, num esforço não bem logrado de imparcialidade moral ao menos no que se refere ao tema do furto. A transgressão pelo furto, segundo o sujeito, resulta mais da "má consciência" ("...porque a pessoa não tem consciência daquilo que está a fazer...") do que das condições de vida ("...se quiser trabalhar não falta trabalho.....").

Em conclusão, em termos projectivos, não se deve roubar ("porque é feio...Eu fiz um pecado e estou arrependido porque nunca estive preso na minha vida..."); Mas a razão de fundo da imoralidade do roubo é a necessidade de darmos uma boa imagem de nós mesmos para não perdermos a consideração diante dos outros ("É feio porque é mal visto por aquelas pessoas

que tinham consideração..."). A previsão das consequências é um factor que conta muito na avaliação moral ("...Quando uma pessoa sair daqui já não é aquele homem que era...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta exprime a perplexidade interna do indivíduo: ("Se quer que lhe diga não estou a ver...Não estou a ver..."). Em seguida arrisca-se numa definição existencialista ("É um tipo fora do normal e não tem consciência daquilo que está a fazer"), de carácter projectivo e ao mesmo tempo auto-censuradora ("...Não mexa naquilo que está quieto e ponha-se no seu lugar...").

As leis são idealizadas em si mesmas pelo seu carácter funcional ("Servem para se cumprir e se não se cumprirem uma pessoa está sujeita às consequências...").

Orientação moral determinada pelo valor social da lei, como reguladora externa da justiça interpessoal, mas ainda bastante contaminada pela situação concreta do sujeito.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 6 – Post.)

A VIDA – Em resposta ao dilema, o sujeito emite um raciocínio com princípio, meio e fim do ponto de vista da forma e do conteúdo: ("Na minha maneira de ver dizia-lhe a ele que não havia questão para se matar (princípio), porque estava a

curar-se (meio), pois a saúde é acima de tudo (fim)"). Do ponto de vista ético, a argumentação insere-se num contexto relacional interpessoal não isento de hedonismo e de pragmatismo, como se vê pelo que se segue: ("Vale muito uma pessoa, pois uma pessoa tem de usar esta vida enquanto ela se mantem senão, de hoje à amanhã, não somos ninguém! Somos mais infelizes e temos que levar a vida da melhor maneira..."). Evidencia-se algum fatalismo na representação da vida e um certo estoicismo na interpretação da mesma. Do mesmo modo, a amizade não é incondicional, dada a tendência paranoide do sujeito ("Na minha maneira de ver vale mais a vida dum amigo, mas há amigos e inimigos..."). Finalmente quanto à relação criança-adulto a resposta verbal é globalizante numa perspectiva pragmática e num contexto relacional afectivamente determinado: ("É mais urgente salvar uma criança porque a criança ainda vem a saber o que é o mundo e o adulto já sabe o que é o mundo").

O OUTRO – A resposta de carácter projectivo leva o sujeito a situar-se heteronimamente do lado do pai ("...dizia tudo o que era ligado ao pai...") tem um significado reparador ("para fazer do filho um homem...") e uma função identificatória. Pelo que se segue, ainda que dito confusamente, parece confirmar-se a tendência paranoide subjacente à argumentação: ("Deve-se manter a palavra já que um amigo pode desobedecer, não quer dar o braço a torcer àquele amigo..."). A parte final é de natureza convencional já que o sujeito raciocina movido pela necessidade de manutenção da confiança social e da aprovação especial ("É muito feio não manter a palavra...").

Porque é que não se deve mentir?

O sujeito faz uma chamada à evidência ("Porque é uma realidade...") e responde sobre a imoralidade da mentira em função das consequências do acto de mentir ou da opção pela verdade ("Se mentir está sujeito às consequências. Se é verdadeiro para as pessoas tem tudo o que quer..."). Resposta pragmática onde o outro desempenha um papel fundamental pela sua proximidade afectiva num contexto sócio-convencional.

A PROPRIEDADE – Quanto ao dilema do roubo, a resposta é bem estruturada do ponto de vista teórico mas clivada da realidade do indivíduo: ("Na minha maneira de ver se tivesse uma ordem de despejo não tinha capacidade de assaltar...porque eu arranjava o dinheiro com pessoas com quem tenho conhecimento..."). Boa capacidade de imaginar-se na situação e de analisar alternativas ao roubo. O raciocínio é coerente do ponto de vista cognitivo, mas saturado éticamente com ingredientes sócio-convencionais de tipo afectivo e interesseiro ("...tentava que me ajudassem na vida porque eu nunca faltei ao respeito a essas pessoas..."). Mais uma vez, não se deve roubar "porque é feio e fica mal ao ser humano": critério moral determinado pela regra de "bem comportar-se".

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

Verbaliza a dificuldade em responder: ("Se quer que lhe diga já não sei..."). A resposta reflecte dificuldades a nível dos conteúdos, a nível estrutural dado o carácter formal da questão e a nível cognitivo pela dificuldade em operar mentalmente.

Quanto às leis ("servem para se cumprir"). Resposta defensiva e desmesuradamente absolutizada: ("Se não se cumprirem é o fim do ser humano"). A última observação, a propósito da relação leis-consciência é projectiva e de carácter reparador.

Estádio 3 do Juízo Moral

—► D/C, 7 (Delinquente nº7, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 7 – Pret.)

A VIDA – Em resposta ao dilema o raciocínio emitido é descritivo, e sintónico com a maneira de reagir. O seu carácter pormenorizado dá-lhe uma tonalidade obsessiva de natureza infantil: ("Nesta situação acho que tentava o auxílio de alguém...até de pessoas a passar na estrada ou assim...telefonava para a ambulância..."). Porque é que a vida é importante? A resposta é teónoma ou heterónoma de carácter religioso: ("Deus criou o mundo, criou as pessoas, as coisas todas com muito trabalho..."). Evidencia-se igualmente a dimensão estoicista da vida como critério valorativo da mesma: ("Deus criou todas as coisas com muito trabalho...").

Em resposta à questão comparativa entre a vida dum amigo e dum estranho, a resposta é genérica e reflecte a dificuldade em descriminar mentalmente ou em pensar: ("Para mim é igual. Tanto um como outro têm o direito de viver na mesma"). Do mesmo modo comparando a vida duma criança com a duma pessoa famosa, a resposta é hedonista em relação à vida da criança. Isto é, é mais urgente salvar a vida da criança ("porque a criança está a aparecer para o mundo, não conhece nada e tem o direito de conhecer como as outras pessoas..."). A vida é interpretada num contexto relacional, onde o outro é avaliado pragmática e calculisticamente.

O OUTRO – A resposta é de assentimento à palavra do amigo que pediu segredo, mas condicionada pelo tipo de amizade ("Talvez dissesse que não sabia de nada, mas depende do amigo que fosse...").

O que está em causa não é o princípio da fidelidade mas o tipo de amigo ou a amizade que lhe subjaz ("Quando uma pessoa me pede segredo eu guardo segredo seja daquilo que for..."). As razões alegadas para se guardar a palavra é a reciprocidade ou a necessidade de se proceder com os outros como gostaríamos que procedessem connosco ("Acho que se deve guardar segredo no meu ponto de ver...Se eu estivesse no lugar do meu amigo queria que fizessem o mesmo comigo...").

Porque é que não se deve mentir?

A resposta é bonita do ponto de vista cognitivo, mas mais sugerida do que elaborada: ("Não se deve mentir porque a mentira, para mim, dura enquanto a verdade não chega..."). O complemento da argumentação é convencional e de nível estereotipado ("Não se deve mentir porque acho que é coisa feia..."). Mais uma vez a necessidade de se afirmar socialmente e de manter a confiança interpessoal.

A PROPRIEDADE – No dilema sobre o roubo o sujeito revê-se a si mesmo e auto-avalia a sua própria situação de recluso ("Foi uma coisa mal feita porque roubar não leva a lado nenhum...Tanto não leva que hoje estou aqui..."). O raciocínio é restrito do ponto de vista cognitivo por falta de argumentação e pobre do ponto de vista ético dado o seu carácter heterónomo : ("Primeiro, roubar é coisa feia. Segundo, se se roubar, depois de se ser descoberto é feio..."). Discurso

repetitivo ("Roubar para comer dizem que não é pecado..."), e por vezes contraditório dada a dificuldade em manter uma ideia moral coerente.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

As respostas são ora uma confissão de impotência ("Não sei explicar...Não sei explicar...") ora contornadoras da verdadeira questão com incidência em vulgaridades verbais: ("É a própria consciência da pessoa que indica o que há-de fazer, o seu modo de ser...a consciência é importante porque o mal da pessoa conta muito na vida..."). A dificuldade em responder atinge a sua expressão máxima a nível das leis a da sua relação com a consciência moral: ("As leis servem para por as pessoas na linha...Se não houvesse leis não sei o que seria de nós..."). São as leis, na sua função reguladora e contentora, que constituem o expoente máximo da moralidade: ("É importante cumprir as leis para futuramente não ter certas fatalidades na vida...").

Orientação moral determinada por problemas concretos e interesses pessoais ainda que correlacionados interpessoalmente.

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 7 – Post.)

A VIDA– A resposta é pragmática e mais reactiva à relação

afectiva com o amigo do que pensada e elaborada éticamente: ("Não lhe dava o tabaco porque está em jogo a saúde dele...").

O que é a vida?

Do mesmo modo a resposta é emocional ("A vida é uma coisa maravilhosa...") e de carácter genérico, expressando um lugar comum: ("A vida é importante porque todos temos direito de viver"). O raciocínio é restrito e a coordenação de perspectivas faz-se dum ponto de vista próximo e hedonista. Em relação à pergunta comparativa entre a vida do amigo e a vida do estranho, mantem-se o pensamento genérico sem descriminação sócio-empática suficiente, ("São as duas importantes, porque tanto uma como a outra, seja má, boa ou o que for, tem direito de viver...").

Do mesmo modo, o aspecto pragmático e calculista ressalta na avaliação da vida duma criança ("Uma criança está a aparecer para o mundo... Acho que tem o direito de conhecer...").

"Direito de conhecer" significa direito de gozar, daí o sentido eminentemente hedonista que percorre a argumentação moral.

O OUTRO – Em relação ao dilema onde o sujeito se encontra entre o compromisso de fidelidade ao amigo e as exigências de respeito à autoridade, a resposta é auto-avaliativa, definindo previamente a sua maneira de ser como amigo da verdade, a fim de se desculpar facilmente em caso de transgressão: ("Ora bem, eu tenho um modo de ser, não sei se certo ou errado, mas quando uma pessoa me pede segredo seja daquilo que for, eu

guardo o segredo..."). Perplexidade entre o desejo de verdade e a obrigação de mentir, preocupação em dar uma boa imagem de si mesmo. Porque é que se deve manter a palavra? A resposta tenta idealizar a amizade entre amigos: ("Acho que é uma das coisas em que se vê o "melhorio" de dois amigos"). Do ponto de vista ético, o sujeito refere que ("mentir é uma coisa vergonhosa. Acho que não há palavras para descrever..."). Evidencia-se aqui o carácter defensivo que percorre todo o discurso sobre a imoralidade da mentira, o que pode ser revelador dum conflito subjacente.

A PROPRIEDADE – Pondera-se a imoralidade do roubo, a partir da situação apresentada no dilema, e consideram-se algumas alternativas para evitar as desvantagens que o roubo pode trazer: ("Acho que foi má ideia. Tinha outras hipóteses, empréstimos a alguém, a uma pessoa familiar...").

Não se deve roubar por uma razão de tipo convencional ("Porque é uma coisa vergonhosa") que merece a desaprovação dos outros e por uma razão de tipo projectivo onde o sujeito raciocina a partir da própria situação de recluso: ("Porque um dia mais tarde não há nada que não se descubra... ... Se o roubo for grande está sujeito a vir parar aqui à cadeia..."). Capacidade de coordenar perspectivas morais a partir da experiência pessoal e a partir do raciocínio induzido hipoteticamente. As variáveis tempo, relação afectiva, interesses imediatos, etc., jogam um papel importante na argumentação do sujeito.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A dificuldade em operar mentalmente conjuga-se com alguma intuição manifestada sobre a natureza da consciência moral...("Não sei...Acho que é a própria consciência da pessoa que indica aquilo que a pessoa deve fazer...").

Em relação às leis, a resposta é curta por falta de elaboração suficiente a nível teórico e por deficiências morais concretas a nível prático: ("As leis servem para as cumprir. Se não houvesse leis era o fim...").

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

—▸ D/C, 8 Delinquente nº 8, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 8 – Pret.)

A VIDA – O modo de se exprimir é elementar, de carácter repetitivo. A elaboração cognitiva é meramente operatória sem transfundo coordenador de pontos de vista. A motivação moral é realista e mágico-hedonista: ("Tentava ajudar o meu amigo...Tentava fazer aquilo para arranjar um calmante para o meu amigo...Tentava salvar o meu amigo..."). Dificuldade em discernir éticamente os limites entre o possível e o impossível: ("Pedia-lhe um calmante. Se ele ão mo dava, deixava passar um tempo que aquilo fechasse, pegava e assaltava aquilo. Estava lá dentro e tirava o calmante").

Porque é que a vida é importante?

Resposta projectiva, a partir da própria situação, e de carácter avaliativo segundo os parâmetros da justiça ("É interessante sempre vir ao mundo e viver a vida honesta. Só que a vida honesta não correu para mim bem. Correu mal!"). Isto é, a vida é importante na medida em que se cumprem as regras do jogo dentro do contexto social ("Ser honesto").

Finalmente é mais importante a vida dum amigo pelos benefícios mútuos que daí advêm: ("Eu acompanho-o sempre e ele acompanha-me a mim...Se precisar de ajuda ele ajuda-me e eu ajudo-o a ele...").

Resposta de carácter afectivo onde a preocupação pelo outro toma um significado de dependência.

O OUTRO – A resposta, de carácter defensivo e expressão de angústia, parece ser mais um apelo do que uma afirmação: ("Sr. Doutor se não está a desconfiar de mim eu não tenho nada a ver com isso, nem sei quem foi..."). Haverá uma deslocação imaginária duma situação hipotética para uma situação real? O carácter fóbico evidenciado desde o início percorre toda a argumentação: ("Eu sabia mas não ía dizer que foi o meu amigo...É importante não contar aos outros").

Porque é que não se deve mentir? ("Pode-se, mas não se deve...Não se pode, não se deve..."). Autêntico jogo de palavras sem significado moral, expressão de perplexidade interior. A razão última da imoralidade da mentira é de tipo teónomo. Isto é ("Não se pode mentir porque Deus não gosta"). Moral heterónoma de dependência da ordem sagradamente estabelecida.

A PROPRIEDADE – Dificuldade ponderar mentalmente os prós e os contras duma eventual transgressão pelo roubo. Por isso, a resposta é linear de tipo operatório-pragmático: ("Se estivesse no lugar dele também fazia, porque ele estava a precisar...Assim quando precisou tentou fazer aquilo"). Deduz-se da argumentação que vale a pena arriscar a vida por uma coisa imediata, concreta e pragmática, o que está em contradição com o dito anteriormente sobre o valor da honestidade: ("Podia ser apanhado mas arriscou a vida por uma coisa que lhe fazia falta...").

Pode-se roubar?

Resposta reactiva desencadeada pela força dos impulsos: ("Se um gajo estiver a precisar...tenta-se sempre"). Segue-se

uma justificação de carácter fatalista: ("Complica a vida, mas tem de ser. O mundo foi feito assim..."). Resposta projectiva onde se evidencia a forte marcação social do tema "Roubo". O discurso culmina numa espécie de dissertação mística não só para se justificar mas também para se desculpabilizar, dada a sua função identificatória: ("Quer dizer, Deus também já roubou para dar aos pobres. E há pessoas assim. Por exemplo eu roubo, mas se vejo um pobre dou. Vejo que ele também precisa...").

A CONSCIÊNCIA MORAL — O que é a consciência moral?

Depois dum longo silêncio, a resposta é correcta, mas sem nenhum alcance ético-cognitivo como se deduz pelo que se diz logo a seguir: ("A consciência é viver uma vida honesta. Acho que se pode viver uma vida honesta sem fazer nada...").

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 8 — Post.)

A VIDA — A resposta é uma decisão proteccionista tomada com o amigo numa situação limite: ("Acho que não lhe dava o tabaco, não o deixava fazer nada de mau, mas não lhe dava o tabaco..."). As razões dadas são elementares, de carácter mágico e determinista: ("Podia ficar mais grave do que estava..."). A vida é avaliada em função do prazer de se conhecerem coisas...Critério hedonista que delimita éticamen-

te o juízo moral: ("É importante a vida porque uma pessoa vem a conhecer coisas que nunca conheceu..."). Todas as vidas são importantes pelo facto de serem vidas, sem razões de fundo nem critérios morais: ("As duas vidas são importantes, a do amigo e a do estranho").

A variável tempo em termos de futuro vem beneficiar a criança em relação ao adulto famoso pelas vantagens hedonistas que o tempo pode proporcionar à vida.

Orientação moral calculista, onde o factor afectivo nas relações interpessoais é decisivo.

O OUTRO – A previsão das eventuais consequências desagradáveis, isto é, de vir a ser descoberto como infiel ao amigo, leva-o a manter a palavra dada ("Acho que não dizia nada, porque ele prometeu-me... ...para eu não dizer nada e eu tentava esconder do pai. Se ele um dia com o pai descobrisse eu deixava de ter um amigo").

A variável afectiva, pelo medo de perder o amigo, é decisiva na avaliação ética do sujeito. Deve-se manter a palavra dada pelo valor que a palavra tem em si como expressão da amizade com o amigo de quem se depende.

O conflito, a nível de angústia de separação, parece transparecer através da argumentação. Não se deve mentir por razões religiosamente estabelecidas. Situação heterónoma em relação à autoridade divina: ("Deus não quer...não é?").

Contudo autocensura-se porque, apesar de tudo, a transgressão é uma realidade: ("Nunca devemos mentir, mas às vezes palavras e conselhos que nos dão, nós não queremos acreditar, mas devemos mentir..."). Moralidade contida pela necessidade de atenção e aprovação social.

A PROPRIEDADE – Para o indivíduo a ética consiste em roubar quando se necessita, apesar de ser complicado: ("Se ele não tinha dinheiro tentou arranjá-lo...Acho complicado, mas pagar a vida dele, era pagar...").

A contradição transparece ao longo do discurso como expressão do conflito subjacente entre o impulso e a proibição ("É pecado roubar, mas certas coisas...Há certas coisas que roubar para comer não é pecado. Deus nunca quer que nós roubemos").

Evidencia-se a influência da motivação religiosa nas decisões morais do indivíduo, que vem dar uma certa tonalidade heterónoma e culpabilizante à sua orientação moral dominante.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é incongruente com a situação real do indivíduo e pode exprimir apenas um desejo ou uma tendência: ("A consciência moral para mim é viver uma vida honesta sem roubar, nem nada, sem fazer mal e ajudar os outros..."). Afirmação projectiva e idealizante porque descreve apenas implicitamente o que poderia ser a consciência moral ideal se a pessoa fosse honesta.

Estádio 2 → 3 do Juízo Moral

—▸ D/C, 9 (Delinquente nº 9, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 9 – Pret.)

A VIDA – Manifesta-se disposto a tentar todas as possibilidades, inclusivé a transgressão em último caso, para salvar o amigo: ("Se não fosse por outros meios que conseguisse arranjar o calmante talvez a pedir... ... Se visse que fosse o único meio para arranjar o medicamento era o que faria, roubar..."). O raciocínio tem um carácter teórico e um significado relacional afectivo, isto é, o sujeito justifica a sua actuação moral não tanto movido por princípios éticos gerais, mas pelos laços afectivos que o unem ao amigo.

Porque é que a vida é importante?

O sujeito verbaliza a sua dificuldade em exprimir-se e em estruturar-se conceptualmente sobre o tema abstracto da vida: ("Uma vida é importante, porque... ...não sei explicar...Não tenho palavras para explicar...Não consigo explicar...").

Qual é mais importante, a vida dum amigo ou dum estranho?

Teoricamente ambas são importantes, mas o amigo, pela sua proximidade afectiva é garantia de segurança e de confiança interpessoal.("Tanto uma como outra têm a mesma importância apesar de que o amigo já a gente conhece, porque é nosso amigo..."). Finalmente, em relação à questão comparativa entre a vida da criança e a vida do adulto, o sujeito começa por fazer uma afirmação ética genérica: ("Se pudesse salvar as duas...") e em seguida distingue o adulto da criança

usando a variável tempo como clave avaliativa:("Se tivesse de escolher entre os dois escolheria salvar a criança porque uma criança está pouco tempo no mundo, ainda tem muito para viver e saber da vida... ao passo que um adulto praticamente já está a um passo da cova, como se costuma dizer"). Na argumentação final destaca-se o contraste "vida-morte" para ressaltar o valor da vida da criança e termina com uma referência hedonista sobre a vida:("É interessante viver...Eu pelo menos gosto disso...").

O OUTRO – A resposta de fidelidade ao amigo face às solicitações da autoridade parental ("Dizia que não. Não ia denunciar o meu amigo") exprime uma orientação moral relacional por razões de reciprocidade mútua, segundo a justiça, e porque é necessário manter a confiança e a aprovação interpessoal: ("Porque acho que um amigo quando pede para a gente guardar a palavra, para guardar segredo...está a ter confiança em nós..."). Finalmente, não se deve mentir porque ("a mim me disseram que mentir é feio"). Justificação heterónoma que se impõe éticamente pela influência exterior da autoridade. Contudo o sujeito assume o seu ponto de vista pessoal e distingue criticamente as ocasiões em que se pode mentir: ("Às vezes é preciso mentir, como no caso em que se mente ao professor para não prejudicar o amigo..."). O raciocínio nem sempre é coerente do princípio ao fim pelas dificuldades em operar cognitiva e éticamente. As contradições que interferem na melódica do pensamento são expressão do conflito subjacente.

A PROPRIEDADE – A resposta ao dilema exprime a ideia de que entre o desejo e a passagem ao acto desviante há uma grande variedade de alternativas para remediar a situação difícil. O roubo só em último caso ("Ora, devia tentar encontrar algum amigo ou...Acho que a última coisa que devia fazer era assaltar a Caixa do Centro Comercial"). Raciocínio melódico onde se integram harmoniosamente num todo explicativo as várias possibilidades, inclusivé o roubo. Porque é que não se deve roubar? Porque mais cedo ou mais tarde sofrem-se as consequências no tempo. A palavra "consequências" é um critério forte para avaliar a moralidade dum acto, do roubo: ("Sofrem-se as consequências...Uma pessoa que rouba, mais cedo ou mais tarde...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é mais intuitiva do que explicativa, dada a dificuldade em operacionalizar os conceitos necessários para uma definição formal: ("Pelo que sei dizer, vai da consciência duma pessoa estar limpa, suja, se tem alguns remorsos ou assim... Nada de ressentimentos..."). Perplexidade e sensibilidade ao bem e ao mal com alguns ingredientes de culpabilidade são os conceitos que exprimem as atitudes fundamentais próprias da consciência moral, segundo o indivíduo. Quanto às leis, a sua função é operacionalmente contentora dos costumes das pessoas em ordem à harmonia social ("As leis servem para julgar as pessoas e as culpar dos crimes que cometem...Sem leis ninguém trabalhava, todos roubavam e matavam...").

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 9 – Post.)

A VIDA – Resposta obsessiva onde se ponderam pormenorizadamente os vários "momentos" da acção. A decisão vai depender mais da natureza física dos factos do que das intenções ou do seu significado moral: ("o médico proibiu-lhe de fumar depois da operação e ele pede-me tabaco senão mata-se...Ora bem nesse caso não sei se lhe daria...etc."). Raciocínio em forma de diálogo consigo mesmo que apesar do seu carácter repetitivo permite ao sujeito coordenar os vários pontos de vista do problema. A vida é importante por razões de tipo hedonista: ("Toda a gente gosta de viver, a vida é bonita..."). Raciocínio banal e mais sugerido do que reflectido.

Comparando a vida dum amigo com a vida dum estranho estabelece o princípio geral de que ("...as duas têm a mesma importância porque são dois seres humanos...") mas admite uma atenção especial com o amigo dada a sua proximidade afectiva ("...embora a pessoa amiga seja já nossa conhecida..."). Do mesmo modo a vida da criança, em caso de urgência, é preferida à do adulto em função do tempo que ainda tem para viver. Avaliação moral não suficientemente generalizada mas condicionada por variáveis afectivas, pragmáticas e circunstanciais, ainda que num contexto interpessoal suficientemente amplo.

O OUTRO – Mantem-se o mesmo tipo de resposta obsessiva em forma de auto-diálogo que lhe permite coordenar os vários aspectos da situação problemática: ("Depois de ter falado comigo o pai perguntava-me...etc.").

Deve-se manter a palavra dada porque ("uma pessoa quando pede para manter o segredo está a depositar a confiança...etc.").

Discurso analítico, cujo tema central é a confiança entre amigos. A orientação moral do sujeito parece ser determinada pela necessidade de manter a confiança e a aprovação das pessoas mais próximas. Finalmente a imoralidade da mentira é apenas relativa, pois depende da coordenação de vários aspectos da realidade onde está em causa o bem do outro: ("Não se deve mentir em certos aspectos, mas quando necessitamos tem mesmo que se mentir...etc.").

A PROPRIEDADE – Em relação ao dilema do roubo a resposta é formal e o raciocínio bem estruturado éticamente: ("Ter roubado...foi uma ideia precipitada, é o que se pode dizer mesmo, porque acho que antes de assaltar a caixa podia recorrer a outros meios..."). A justificação dada é menos formal e mais pragmática: ("Ora bem não se deve roubar porque vêm-se a sofrer as consequências, processos criminais e, por vezes, vêm mesmo parar à cadeia..").

Resposta de tipo projectivo dada segundo um contexto interpessoal bastante aberto, mas não suficientemente generalizado.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A reacção é intuitiva e não reflectida. Não chega a esboçar-se uma resposta à pergunta feita por dificuldade de operar com conceitos formais: ("A consciência moral não sei explicar. A consciência limpa, esses aspectos..."). Evidencia-se a capacidade de descriminar entre

consciência moral e leis mais a nível de funções do que a nível de significados: ("Se toda a gente tivesse uma consciência moral bem formada...mas mesmo assim acho que era impossível viver sem leis...").

Segundo o sujeito a lei torna-se o ponto de referência obrigatório na estruturação duma sociedade e na formação duma consciência moral, apesar da sua função contentoro-repressiva.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—▸ D/C, 10 (Delinquente nº 10, do grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 10 – Pret.)

A VIDA – Que te parece?

A resposta descreve uma estratégia delinquentóide para salvar o amigo numa situação problemática: ("Se ele estivesse em caso de morte pedia o comprimido fazia de conta que tinha dinheiro e depois fugia com o comprimido").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é indecisa e sugerida. Faz-se uma referência ao poder divino para compensar o conflito sentido pelas próprias incapacidades: ("Sei lá! Só Deus sabe...Não sei responder porque é que a vida é importante. Para construir o futuro, talvez para dar continuação à vida humana"). Mantem-se a perplexidade e a dificuldade em operar com conceitos em relação à questão sobre a vida do amigo e a vida do estranho: ("Não sei, acho que é a vida dum amigo, porque se conhece essa pessoa...tem-se mais amor à pessoa que é conhecida...").

O OUTRO – Em resposta ao dilema, o sujeito toma uma posição afirmativa de fidelidade ao amigo. Expressão paradoxal de dependência afectiva e de auto-afirmação face à situação problemática do amigo ("Não diria nada porque não ía atraiçoar um amigo. Se eu desse a palavra a um amigo de que não dizia nada, não dizia..."). Porque é que se deve manter a

palavra dada? ("É uma questão de honra e de honestidade..."). Isto é, é uma questão exigida pela necessidade de dar uma boa imagem de si mesmo, de manter a amizade e a confiança interpessoal. "Não se deve mentir" não é uma proposição categórica, mas relativa, em função das circunstâncias. A explicação dada não é clara mas exprime, pelo menos, a sensibilidade a outros pontos de vista diferentes do seu. É próprio do homem ser falível: ("Às vezes é preciso mentir, por exemplo, quando é necessário, mesmo que custe...").

A PROPRIEDADE – Face a uma situação de roubo, a sensibilidade ética expressa é adequada, mas o discurso é descoordenado.

As razões apresentadas são legalistas ("Porque é contra a lei"), heterónomas ("Porque dá cadeia") e normativas em função da justiça ("É errado...porque se tem muito, teve de trabalhar para o ter..."). O raciocínio ético move-se num âmbito relacional muito próximo, de tipo afectivo, pragmático e convencional. As afirmações que se seguem sobre a moralidade do roubo são projectivas, têm um valor desculpabilizante, evocam situações limite de droga: ("Ao saber o que sei hoje, acho que não se deve roubar, mas se fosse a um tempo atrás já não diria o mesmo...").

Num discurso intercalado de contradições entre o que se disse e o que se afirma evidencia-se a facilidade em coordenar pontos de vista e evocar momentos diferentes donde resulta uma avaliação moral enriquecida.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

Resposta pontual de carácter intuitivo, que termina com

o reconhecimento da própria incapacidade em pensar: ("Acho que é o interior de cada pessoa... o seu ser...Não sei responder a essa pergunta"). As leis, em relação à consciência moral, desempenham a função "exterior" de organizar a sociedade porque ("sem leis era tipo revolução..."). Comparar os dois conceitos: consciência moral e leis é motivo de indecisão que se exprime na banalidade da resposta: ("Acho que são as duas coisas importantes").

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 10 – Post.)

A VIDA – Em resposta ao dilema, o sujeito apresenta um raciocínio enviezado porque se encerra num contexto existencial semi-real e estreito: ("Pedia-me tabaco senão matava-se? Sei lá! Também se lhe desse morria à mesma..."). Porque é que a vida é importante? ("Sei lá! Não sei explicar. É importante, mas não sei explicar!"). Trata-se de recusa ou de dificuldade em comunicar? A justificação dada para a questão que se segue sobre a vida do amigo comparada com a dum estranho é de carácter simétrico: ("A vida dum amigo é importante mas a vida dum estranho também pode ser importante..."). Atitude defensiva que exprime a dificuldade em operar mentalmente e insuficiência ética em coordenar os diferentes pontos de vista por falta de empatia. Do mesmo modo, em relação à criança comparada com o adulto, mantem-se

o simetrismo cognitivo e verbal: ("É urgente salvar uma criança porque é criança...").

O OUTRO – Em relação ao dilema da fidelidade a resposta é discreta, linear e sem fundo justificativo: ("Não diria nada porque ele pediu-me segredo e eu guardava segredo..."). Deve-se manter a palavra ("por uma questão de honra"). Resposta genérica sem valor cognitivo nem significado moral dado o seu carácter espontâneo e sugerido.

Finalmente, é mentira que "não se deve mentir", porque ("às vezes tem que se mentir. Também é preciso mentir..."). Jogo de palavras que exprime a reversibilidade parcial do pensamento do sujeito em questões morais relacionadas com a verdade versus mentira. A prova está na própria experiência-situação de recluso do sujeito para quem a mentira é um meio de defesa, de sobrevivência.

A PROPRIEDADE – Reconhecendo, por princípio, a imoralidade do roubo, o sujeito tenta ser compreensivo, ponderando os prós e os contras da situação dilémica: ("Está errado assaltar a caixa, mas por outro lado é por necessidade própria..."). O raciocínio é binário e por conseguinte sem grande alcance moral. As razões alegadas são extemporâneas: ("Quem é que hoje quer ficar na rua?? Acho que ninguém quer isso").

A argumentação mantem-se coerente, mas não convincente éticamente, por falta de coordenação de perspectivas e pelo seu carácter hedonista e calculista: ("Não se deve, mas, às vezes...Acho que sim, acho que se pode quando é preciso..."). No fundo, roubar está errado "porque é contra a lei". Apesar

do carácter social da lei, a intenção do indivíduo é mais personalista do que interpessoal.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A resposta é indecisa e confusa entre a dimensão psicológica e a dimensão moral da consciência: ("A consciência moral...não sei! Parece-me que é o que uma pessoa pensa e o que uma pessoa acha das outras pessoas"). Intuição, apenas, do carácter valorativo da consciência moral. O que se segue é confuso do ponto de vista ético e compreensivo: ("Hoje em dia, sei lá! Se existe a consciência moral ou se não existe!"). Finalmente, a propósito das leis, as respostas não são expressivas dado o seu carácter ambivalente: (As leis servem para ser respeitadas...Sem leis era uma desordem...").

Estádio 3 do Juízo Moral

—► D/C, 11 (Delinquente nº 11, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 11 – Pret.)

A VIDA – O raciocínio emitido pelo sujeito é hipotético, mas restrito e condicionado pelo pragmatismo que o informa: ("Pode ser que sim...para salvar a vida a um amigo, ou não! Tentaria arranjar o medicamento da melhor maneira...").

O que está em causa?

("É a vida dum amigo..."). Destaca-se o carácter afectivo da resposta. Quanto à questão da importância da vida, a resposta é interessante e adequada do ponto de vista existencial: ("É importante porque só temos uma. Se ficarmos sem ela nunca mais a temos"), mas insuficiente do ponto de vista ético porque não se avalia a vida como valor em si, na sua essência.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho? A resposta é globalizante com um toque moral superior, ainda que enquadrada num contexto sócio-convencional de pessoas bem comportadas e ligadas afectivamente: ("Porque as vidas são todas iguais. Se tivesse que ajudar tanto ajudava um amigo como uma pessoa estranha. Para mim é igual!").

Finalmente em relação à vida da criança a sua avaliação é extrínseca, segundo as coordenadas de tempo e de desenvolvimento, numa perspectiva hedonista: ("porque a criança ainda está a desenvolver-se...é pequena...e salvava-se a vida da criança para que goze a vida...").

O OUTRO – A resposta ao dilema da fidelidade ao amigo, assume um carácter de prudência através duma estratégia autojustificativa: ("Dizia que não sabia nada. À uma se aquilo não me interessava, não me andava a meter na vida dos outros. Ficava só na minha vida..."). O raciocínio é razoável, mas sem justificação moral suficiente. É importante manter a palavra dada ao amigo por razões de manutenção da confiança interpessoal: ("Se a pessoa vai contar a outro a história que lhe contei já é um bocado chato. Porque aí uma pessoa já vê que não pode ter confiança nos amigos..."). Finalmente, não se deve mentir "porque dizer a verdade é bom". Moral hedonista, onde a bondade da verdade torna-se um fim em si mesma. A argumentação prossegue a propósito da situação de recluso, onde a mentira ou a verdade são colocadas ao serviço não do bem comum, mas do indivíduo: ("Há ocasiões em que se deve mentir, noutras não, como por exemplo em caso de tribunal. Para não ser condenado deve mentir, como também pode dizer toda a verdade e ser absolvido").

A PROPRIEDADE – A resposta é expressiva do ponto de vista literário e cognitivo pela capacidade de situar-se na pele do outro: ("A cabeça dele pensou assim, acho que pensou mal, mas acho que ele devia pedir já que não arranjou emprego..."). Do ponto de vista ético, quanto ao furto, o sujeito deseja tratar o outro como gostaria que o tratassem a ele: ("Não se deve roubar, assim como uma pessoa não gosta de ser roubada, as outras também não gostam de ser roubadas..."). Orientação moral determinada pela necessidade de manter a aprovação e a confiança interpessoal.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

Opta-se por uma descrição figurativa e plástica da consciência...em vez de se definir formalmente: ("Consciência moral é aquilo que uma pessoa tem cá dentro...").

Confusão subjacente entre moralidade e consciência de...("Uma pessoa sem consciência de nada perde-se no mundo").

A expressão "perde-se no mundo" tanto pode ter um significado moral como psicológico. As leis têm a função de regular os comportamentos para salvar o mundo: ("As leis servem para os indivíduos que andam a estragar o mundo"). Raciocínio de carácter moralizante ou moral? O sujeito coloca-se éticamente, numa perspectiva globalizante apesar da dificuldade em operar formalmente com os conteúdos em causa.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 11 – Post.)

A VIDA – Raciocínio baseado numa relação afectiva de proximidade com o amigo onde o sujeito pondera as alternativas possíveis para uma solução ideal ao problema levantado: ("Eu aconselhava-o a não fumar, insistia para que não fumasse, mas se ele insistisse na mesma tecla era capaz de lhe dar o tabaco..."). A resposta assume um carácter "crescendum" em relação ao amigo ("Aconselhava"... "insistia...") para culminar numa atitude de tolerância: (" Mas, se ele insistisse na mesma tecla era capaz de lhe dar o tabaco...").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é de tonalidade emotiva onde se evocam, indiscriminadamente, razões relacionais:("...As nossas mães sofrem muito para nos deitarem à luz..."), razões de tipo estoicista, determinista e existencialista: ("Sei lá! Para mim a vida vale muito porque só temos uma...Sei lá! A vida vale porque uma pessoa para viver...e depois porque se uma pessoa dá cabo de nós, acho que isso é muito triste...").

Coordenam-se perspectivas e fazem-se juízos mas sempre dentro das normas e segundo as convenções sociais altruístas. Em relação à vida do amigo comparada com a dum estranho a avaliação moral é globalizante ("São iguais..."), mas a justificação é restrita e sem transfundo sócio-empático expresso ("porque é sempre uma vida em jogo..."). Do mesmo modo a vida da criança é preferida pela variável tempo que joga a seu favor, avaliação extrínseca: ("Porque uma criança ainda está para gozar o que tem pela frente da vida").

O OUTRO – O sujeito face a uma situação de conflito tenta coordenar perspectivas diferentes entre si (as exigências do amigo e as exigências do pai deste) em função do mal menor e do bem maior dum terceiro, o amigo. Trata-se duma coordenação de pontos de vista em nome duma moral relacional determinada pelo altruísmo, pela aprovação social, etc. ("Sei lá...Custava-me imenso dizer ao pai que ele ía, se ele não fosse, porque uma pessoa anda na escola é para aprender e a faltar prejudicava-se a ele e até era capaz de lhe dar conselhos para não faltar...").

Deve-se manter a palavra: ("por amizade. Promete-se uma

coisa, acho que deve cumpri-la..."). Formula-se uma operação de justiça em termos ideais, ainda que aplicada à situação concreta. Porque é que não se deve mentir? A resposta é processual e vai desde o acto de mentir, o sentimento de ter mentido e a previsão das consequências da mentira para o sujeito: ("É feio e não sei explicar bem...Eu em certa parte não gosto de mentir, mas noutras é necessário mentir...Uma pessoa mentir só prejudica a ele próprio e não fica bem a uma pessoa").

A causa principal da imoralidade da mentira é "não ficar bem e ser feio", isto é, o receio de vir a perder a aprovação social.

A PROPRIEDADE – A resposta exprime tolerância face ao furto praticado, isto é, faz-se uma avaliação a partir, dum só ponto de vista do acto desviante: ("Se ele precisava roubar, acho que devia fazer isso para a vida dele, senão ía viver para debaixo da ponte e debaixo da ponte era pior...").

Contudo, diz o sujeito, ("não se deve roubar porque uma pessoa é punida e castigada...como eu tive de roubar e agora estou aqui..."). Evidencia-se através do discurso do sujeito alguma contradição ou falta de precisão a propósito do significado e das circunstâncias do roubo: ("Há ocasiões em que se pode roubar, mas há uma certa maneira de roubar que não tem importância nenhuma..."). Orientação moral interpessoal onde se coordenam os diferentes pontos de vista mas determinada ainda por motivos próximos de tipo altruísta e por vezes pragmáticos.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O sujeito exprime a sua dificuldade em operar conceptualmente: ("Não sei explicar bem, sei lá!...") e tenta uma definição de consciência moral que resulta imprecisa. Confusão subjacente a nível estrutural ético e cognitivo: ("A consciência moral é uma pessoa que pensa uma coisa e tem de ter consciência daquilo que está a fazer e várias coisas..."). Finalmente para que servem as leis?

A resposta é funcional e exprime o papel repressor-contentor das leis: ("Se não houvesse leis andavam todos a matarem-se uns aos outros...").

A resposta também é projectiva dada a situação do sujeito face às leis. Nota-se a capacidade de descriminar as leis da consciência moral e de situá-las em relação mútua na economia ética dos indivíduos dentro da sociedade: ("Acho que as duas são importantes. Tanto uma como outra: As leis servem para evitar muitos problemas e a consciência para a gente pensar no que vai fazer...").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► D/C, 12 (Delinquente nº 12, grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (D/C, 12 – Pret.)

A VIDA – Que te parece?

A resposta é realista e solidamente estruturada desde dentro, com capacidade de se auto-avaliar a si mesmo: ("Acho que não...Levava-o ao hospital...Seria o mais adequado...").

Porque é que a vida é importante?

Através dum raciocínio formal o sujeito exprime o valor da vida pelo seu sentido e significado: ("A vida é importante porque temos algo a construir. Enquanto isso não for feito devemos preservar a vida").

O que é a vida então?

Como resposta, o sujeito toma uma posição face à complexidade da questão e explicita: ("É muito relativo. É uma coisa difícil de definir"). Em relação à questão comparativa "vida do amigo e vida dum estranho", o sujeito assume uma posição generalizada, isto é, adopta um ponto de vista mais geral e racional e menos relacional e afectivo: ("É igual...somos todos humanos!")

E dada a sua capacidade empática a afirmação não está isenta de algum humorismo: ("Andamos todos ao mesmo, a lutar pela vida").

Finalmente o sujeito admite que toda a gente "tem prioridade" não por ser isto ou aquilo, mas pelo facto de ser gente. Embora a criança mereça uma atenção especial dada a

sua situação especial em relação ao tempo: ("Acho que a criança tem prioridade porque tem muito tempo à frente...). A noção de justiça atinge um nível superior generalizado e imparcial desde o ponto da avaliação ética.

O OUTRO – Faz-se um apelo à consciência pessoal para se agir em consonância...tendo em conta as circunstâncias concretas e o facto do amigo ter pedido para guardar segredo.

O raciocínio formalizado tende para uma avaliação imparcial, justa e suficientemente generalizada: ("Não, não diria nada porque está na consciência de cada um fazer ou não fazer. Além disso, se o amigo pediu para guardar.

A PROPRIEDADE – Que te parece?

("Havia mais recursos onde ganhar dinheiro. Foi uma atitude mal feita..."). Resposta avaliativa sintónica com uma situação que abarca na sua globalidade as diferentes facetas do problema coordenando-as formalmente num conjunto ético-cognitivo harmonioso. E porque é que não se deve roubar? O raciocínio emitido, pela sua qualidade avaliativa, coloca-se não no ponto de vista individual ou da maioria afectivamente considerada, mas no ponto de vista do sistema vigente: ("Porque é punível acima de tudo...E é contra os valores morais...Contra a nossa sociedade...Disse que cada um deve lutar para vencer os seus obstáculos, mas há certas linhas de conduta...").

O sujeito justifica-se em nome duma axiologia que constitue o princípio ético regulador duma sociedade. A sua referência à dimensão punitiva ("Porque é punível acima de

tudo") vem a dar uma tonalidade jurídica à argumentação moral.

Finalmente, a capacidade de imparcialidade avaliativa e de reversibilidade empática leva-o a apresentar uma solução mais realista e generalizada ao problema do roubo: ("Não, não acredito que uma pessoa a morrer de fome só tenha como alternativa o roubo. Pode-se dizer isso como fuga de consciência...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é adequada do ponto de vista estrutural ("consciência moral será o que o último nos diz e sentimos cá no fundo..."). A estrutura funcional é correcta, mas falta a referência aos conteúdos, aos valores éticos da consciência moral.

O raciocínio revela um conhecimento intuitivo e reflexivo do papel da consciência, ainda que não suficientemente formalizado: ("A consciência moral será o mais importante que temos, será o mais puro...não é?").

Por sua vez, o nível moral do sujeito leva-o a dar prioridade à consciência moral em relação às leis na vida social: (É mais importante seguir a própria consciência. Tem mais valor sermos nós próprios do que haver uma lei...").

A orientação moral do sujeito tende para uma capacidade de relativizar as normas e para uma certa reversibilidade dos princípios, mas ainda não suficientemente lograda, porque condicionada pelo mito da vida social.

Estádio 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (D/C, 12 – Post.)

A VIDA – O juízo emitido pelo sujeito exprime algumas ideias de valor baseadas na relatividade. Trata-se de avaliar o maior bem possível a partir duma situação concreta: ("Era capaz de dar um cigarro...Possivelmente daria um cigarro embora estivesse proibido pelo médico. Penso que não seria um cigarro que lhe iria fazer mal. Um cigarro psicologicamente para ele já podia ajudá-lo"). Coordenam-se bem as diferentes perspectivas do ponto de vista moral e psicológico. Em relação à vida, o sujeito exprime a sua impressão de complexidade e fá-lo de maneira formal, tendo presente mentalmente, os vários factores da existência. O juízo tem um significado ético como se vê pela seguinte passagem: ("A vida é importante porque temos que construir alguma coisa..."). Para o sujeito ("todo o ser humano tem direito à vida, seja conhecido ou desconhecido..."). Avaliação a nível de princípios, segundo a qual as operações de justiça devem ser coordenadas para toda a gente em termos de igualdade, reciprocidade e equidade. Do mesmo modo, embora a vida da criança e do adulto gozem da mesma cotação ética, contudo em igualdade de circunstâncias a criança adquire, "ipso facto" um estatuto moral prioritário: ("Têm os dois direito à vida...embora se fossem os dois casos ao mesmo tempo daria prioridade à criança...").

O OUTRO – Faz-se uma avaliação da complexidade da situação onde é difícil coordenar as três posições diferentes (a do

pai, a do filho e a do amigo) sem transgredir os compromissos com algum dos intervenientes: ("É uma situação embaraçosa porque, uma pessoa faz um pacto com o amigo, depois vem o pai pedir para o meter ao corrente do que se passa..."). Contudo, ponderados os prós e os contras, em termos de maior bem e mal menor ou segundo a lógica da relatividade das coisas e da sua universalidade, o sujeito opta por ("quebrar o pacto com o amigo. Seria ajudá-lo. Estava a ser benéfico para ele..."). Trata-se duma transgressão relativa, a nível moral, e segundo os critérios duma maior justiça entre os indivíduos em causa. Do mesmo modo, deve-se manter a palavra dada a um amigo, por motivos de confiança: ("porque se um amigo tem confiança em nós, nós devemos preservar essa confiança!..."). Só que aqui, o conceito de confiança tem um significado pós-convencional porque não resulta duma relação afectiva, mas duma avaliação ético-cognitiva, não se apresenta como absoluta e definitiva, mas como relativa, etc. Efectivamente, o sujeito raciocina não a partir da experiência concreta e imediata, mas joga com o rol das possibilidades, segundo a situação: ("Não vamos desiludir as outras pessoas. Agora, claro, se uma pessoa vai quebrar essa palavra para ser benéfico para outra pessoa, acho que será de quebrar..."). Éticamente não se deve mentir por razões óbvias de vida em sociedade...mas a mentira, por vezes, pode contribuir para o bem comum: ("Mentir é feio e muito baixo e pode levar a situações desagradáveis... ...mas há ocasiões em que se mente sempre. Há situações em que está em causa o bem...").

Evidencia-se, mais uma vez, a sensibilidade moral do sujeito a nível de normas e de regras que regulam a vida

social, a sua capacidade de universalizar e de relativizar éticamente, segundo a coordenação das diferentes perspectivas de cada situação humana.

A PROPRIEDADE – Faz-se uma avaliação moral do acto cometido, segundo os parâmetros da justiça e em termos de funcionamento sócio-empático evidente: ("Bem, cometeu um crime para não ir para a rua...para poder pagar uma renda...Mas eu penso que se pedisse a um amigo havia sempre alguém que o ajudasse..."). Porque é que não se deve roubar? A resposta revela uma orientação para a manutenção da ordem dentro do sistema social: ("Porque é ilegal... ...contra os princípios da humanidade") e segundo os princípios imparciais que regulam a vida social. A afirmação explicativa e complementar é realista e determinada pela ética da justiça na igualdade e na reciprocidade dos indivíduos entre si: ("...Nem acredito que se roube por necessidade. Se uma pessoa pedir ajuda é difícil, mas há sempre alguém que procura estender a mão...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é correcta do ponto de vista ético, mas não é perfeita do ponto de vista cognitivo-formal: ("consciência moral é aquilo que a nós mesmos dizemos que está bem ou não..."). A reformulação conceptual não está bem lograda. Em relação às leis, a consciência moral correcta e bem formada é vista como o critério máximo de moralidade, ocupando as leis um lugar necessário mas subsidiário: ("Acho que o mais importante é a consciência moral se estiver correcta...forma

de pensamento mais importante que as leis, embora as leis nos façam falta..."). Contudo, a correlação consciência moral--leis não é fácil de estabelecer dentro da economia moral da sociedade: ("Isso é muito difícil...No meio de tanta gente a lei é sempre necessária.").

Estádio 4 → 5 do Juízo Moral

7.1.2.2. <u>CONTACTO INDIVIDUAL</u> (Com o Experimentador – Delinquentes de Control)

⟶ <u>D/C, 1</u>

(Delinquente do Grupo de Control, nº 1,
na Situação de Contacto Individual)

Estabelece-se uma situação relacional dialogante, mais complacente do que conflitiva, entre o indivíduo (D/C, 1) e o Experimentador (Exp.) a nível (A) e a nível (B):

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. e D/C, 1 ⟶ Seguem percursos discursivos independentes alternando com pontos de convergência e com lugares de encontro:

Exp. – "Que te parece?"

D/C, 1 – "Tentava dar-lhe um conselho, mas se tentasse suicidar-se... ... Dava-lhe o cigarro... ... etc."

Exp. – "O que estava em causa?"

D/C, 1 – "É a vida dele..."

Exp. – "E o que é a vida?"

D/C, 1 – "Não sei explicar... É um bocado chato aqui preso... A vida é boa para quem gosta de viver..."

Exp. e D/C, 1 ⟶ Parece evidente o carácter simétrico do discurso dos 2 intervenientes e a tendência para negociar o conflito que nunca chega a emergir...

Exp. – "Então porque é que a vida é importante?"

D/C, 1 – "A vida vale muito, mas não sei, não estou assim a recordar..."

Exp. e D/C, 1 ⟶ O Exp. parece tomar uma atitude dominante, directiva... à qual D/C, 1 corresponde com uma ausência nítida de pensamento crítico...

Exp. e D/C, 1 ⟶ A propósito do furto e do respeito à propriedade alheia mantém-se a falta de reciprocidade de ideias no intercâmbio verbal: intervenções paralelas.

Exp. — "Que te parece?"

D/C, 1 — Por um lado fez bem e por outro fez mal. Fez bem porque ele precisava de dinheiro... Roubou para pagar o aluguer, que era para não dormir na rua. Agora, por outro fez mal, porque não se deve roubar. Está a prejudicar as pessoas..."

Exp. — "Porque é que não se deve roubar...?"

D/C, 1 — "Porque é feio e também roubar está a prejudicar as outras pessoas..."

Exp. e D/C, 1 ⟶ Falta de motivação subjacente para o diálogo e, de ambas as partes, respostas prematuras e justapostas em vez de interactivas.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Exp. e D/C, 1 ⟶ Talvez se possa falar dum certo desnivelamento cognitivo, o que provoca alguma desmotivação para diálogo. O Exp. ocupa uma posição exterior, mas controladora do discurso em relação a D/C, 1.

D/C, 1 — "Bem, eu diria que não. Não sabia de nada, que ele a mim não me tinha contado nada..."

Exp. — "Então porque é que se deve manter a palavra dada...?"

D/C, 1 — "Assim, aquele amigo pode confiar sempre na pessoa. Sabe que é de confiança."

Exp. e D/C, 1 →

Mais do que interacção, trata-se de confrontação dialogal sem compromissos de parte a parte. As respectivas posições defensivas entre o Exp. e o D/C, 1 não permitiram uma aproximação interessante em termos de interacção conflitiva. De facto a maneira como se apresentou a temática no contacto individual, pelas razões antes apontadas não facilitaram o trabalho.

⟶ D/C, 2

(Delinquentes do Grupo de Control, nº 2, na situação de Contacto individual)

Estabelece-se uma situação relacional dialogante entre o Experimentador (Exp.) e o indivíduo (D/C, 1) de carácter justaposto e isenta de conflitividade, a nível temático (A) e (B):

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. e D/C, 2 ⟶ Falta de coordenação discursiva entre os dois intervenientes. Como já foi dito, a própria orientação do contacto individual e a apresentação temática não facilitaram a interacção.

Exp. — "Que farias?"

D/C, 2 — "Não lhe dava o cigarro."

Exp. — "Porquê?"

D/C, 2 — "Senão ele estava a fugir às ordens do médico..."

Exp. — "Mas estava desesperado..."

D/C,2 — "Tinha que aguentar..."

Exp. — "O que está em causa?"

D/C, 2 — "A vida dele e as ordens do médico".

Exp. — "Porque é que a vida é importante?"

D/C, 2 — "Isso é mais complicado. Todos gostamos de viver..."

Exp. e D/C, 2 ⟶ Estabelece-se uma situação dual regulada pelo conflito pessoal de cada um dos intervenientes sem aproximação consensual possível...

Exp. — "É importante a vida..."

D/C, 2 — "Ninguém gosta de morrer..."

Exp. — "Então o que é a vida?"

D/C, 2 — "Sei lá! É a pessoa andar por aí, aguentar-se vivo! Uma pessoa se estiver morta não sabe nada!"

Exp. e D/C, 2 ⟶ Fica-se com a impressão, pela maneira como decorre o diálogo, de que há uma abordagem exterior (Exp.) e outra, interior (D/C, 2) que nunca chegam a encontrar-se, dado o seu percurso paralelo.

Exp. — "A propósito do assalto à Caixa do Centro Comercial por uma pessoa desesperada... Que te parece?"

D/C, 2 – "Parece mal, porque isso é o último recurso. Podia tentar outras hipóteses..."

Exp. – "Se não conseguisse...!"

D/C, 2 – "Se não conseguisse, que remédio tinha ele para sobreviver!"

Exp. – "Afinal, sempre se pode roubar!"

D/C, 2 – "Não é o poder, mas há ocasiões em que uma pessoa é obrigada..."

Exp. – "Explica-te melhor..."

D/C, 2 – "Se uma pessoa trabalha um vida inteira e..."

Exp. e D/C, 2 ⟶ Há momentos do discurso em que parece emergir uma aproximação consensual, talvez mascarada pelo formalismo verbal.

B. RESPEITO PELO OUTRO

Exp. e D/C, 2 ⟶ O discurso prossegue em torno do tema "respeito pelo outro" e sobre a conveniência em manter a palavra dada. Apresentado o dilema, o Exp. em tom quase provocatório, inicia a confrontação...

Exp. — "Que dirias?"

D/C, 2 — "Nesse caso dizia a verdade, que o filho não ía às aulas... que era para obrigá-lo a ir..."

Exp. — "Explica-te..."

D/C, 2 — "É importante uma pessoa ir às aulas para aprender, para um dia mais tarde ter futuro..."

Exp. — "Mas ele tinha-te pedido segredo..."

D/C, 2 — "Neste caso não dava para guardar segredo, porque ao guardar segredo..."

Exp. — "Quando se deve então guardar segredo?"

D/C, 2 — "Em certas ocasiões deve-se, noutras não. Conforme o caso..."

Exp. e D/C, 2 ⟶

Neste momento parece esboçar-se uma conflitividade subjacente desde o início. Mas rigorosamente não se pode falar dum situação conflitiva criada, do ponto de vista sócio-cognitivo. Por outro lado, o Exp. mantém permanentemente a atitude controladora face a D/C, 2 que responde defensivamente com um discurso formal ainda que expressivo.

⟶ D/C, 3

(Delinquente do Grupo de Control, nº 3, na situação de Contacto Individual)

Contacto individual restrito do ponto de vista interactivo e temático dadas as limitações gerais evidenciadas pelo indivíduo D/C, 3. O contacto individual entre o Experimentador (Exp.) e o indivíduo (D/C, 3) processa-se igualmente em torno das áreas temáticas (A) e (B).

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. e D/C, 3 ⟶ As dificuldades verbais de D/C, 3 são sentidas, à partida, pelo Experimentador como um desnivelamento significativo, do ponto de vista motivacional.

Exp. — "Então que te parece?"

D/C, 3 — "Eu faria ele deixar de fumar..."

Exp. — "Mas se ele estava aflito...!"

D/C, 3 — "Para mim eu acho que não, porque o cigarro só faz mal... faz mal aos pulmões..."

Exp. e D/C, 3 ⟶ D/C, 3 e o Experimentador tomam posições "justapostas" ou paralelas dificilmente convergentes. A clivagem de todos os pontos de vista é evidente, por dificuldades de expressão.

Exp. – "Então o que é a vida?"

D/C, 3 – "O que é a vida! A vida é... a vida é..."

Exp. – "E vale muito porque..."

D/C, 3 – "... vale muito se uma pessoa leva bem a nossa saúde..."

Exp. e D/C, 3 ⟶ O contacto individual entre os dois intervenientes acaba por esmorecer por falta de élan em torno do tema "A vida" mas prossegue por iniciativa do Exp. a propósito do furto e da propriedade alheia.

Exp. – "Afinal fez bem ou mal ao ter assaltado a Caixa numa situação de desespero?"

D/C, 3 – "Fez bem, porque queria alimentar-se e estava cheio de fome..."

Exp. – "Então pode-se roubar ou não?"

D/C, 3 – "Nalguns casos não se pode roubar. Noutros casos, mais ou menos..."

Exp. e D/C, 3 ⟶ O contacto individual entre os dois intervenientes acaba por esmorecer por falta de élan em torno do tema "A vida" mas prossegue por iniciativa do Exp. a propósito do furto e da propriedade alheia.

Exp. – "Afinal fez bem ou mal ao ter assaltado a Caixa numa situação de desespero?"

D/C, 3 – "Fez bem, porque queria alimentar-se e estava cheio de fome..."

Exp. – "Então pode-se roubar ou não?"

D/C, 3 – "Nalguns casos não se pode roubar. Noutros casos, mais ou menos..."

Exp. e D/C, 3 ⟶ O diálogo paralelo entre os dois intervenientes prossegue sem qualquer evolução significativa. Efeitos da Instituição em D/C, 3 e falta de motivação para o diálogo. Ausência de pensamento crítico.

Exp. – "Então em que ficamos?

D/C, 3 – "É feio roubar, dá mau aspecto e é uma vergonha para a família..."

Exp. – "Há situações em que se pode roubar?"

D/C, 3 – "Nalguns casos... Para se roubar tem que se pensar muito e ver a vida..."

Exp.
e
D/C, 3 ⟶ Em conclusão, D/C, 3 mostra-se complacente nas suas intervenções, pouco criativo e submisso face à atitude de dominação do Experimentador.

——————→ D/C, 4

(Delinquente do Grupo de Control, nº 4, na situação de Contacto Individual)

Contacto individual em torno da temática (A) e da temática (B) sem grande ressonância interactiva. A atitude defensiva de D/C, 4 provoca uma certa distância do Exp.. Vejamos:

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Então que farias?"

D/C, 4 — Dava-lhe o cigarro. Se ele tem desejo dum cigarro não é um cigarro que o vai matar..."

Exp. — "O que está em causa é a vida..."

D/C, 4 — "É a vida dele... Se ele se mata, um cigarro não o nvai matar. Vale mais fumar..."

Exp. — "O que é a vida?"

D/C, 4 — "A vida é a partir que a gente nasce, uma certa convivência com as pessoas,... etc."

Exp. e D/C, 4 ——→ A atitude defensiva de D/C, 4 conjuga-se com a expressão interrogatória das intervenções do Exp.. Evoluem paralelamente em termos de dominação/submissão.

O contacto prossegue em torno da temática da vida em situação:

D/C, 4 – "A gente quando nasce é para viver... Sinto que a vida é importante só que não sei explicar..."

Exp. – "Se nos referirmos, de novo, à vida dum amigo, dum estranho, duma criança ou duma pessoa famosa... Que te parece?"

D/C, 4 – "Para mim a mais importante é a vida dum amigo... temos mais convivência com ele... Quanto à criança precisa mais apoio do que a pessoa famosa..."

Exp. – "Queres explicar melhor em que sentido?"

Exp. e D/C, 4 ⟶ O sujeito movido por razões afectivas está particularmente centrado no próprio ponto de vista. Mantém-se a falta de reciprocidade no diálogo.

Do mesmo modo em relação à propriedade privada, o indivíduo (D/C, 4) parece tomar decisões prematuras, sem grande envolvimento na interacção:

Exp. – "Que te parece?"

D/C, 4 – "Não sei. Eu acho que está mal. Se não tinha dinheiro devia procurar apoio..."

Exp. – "Apesar das dificuldades..."

D/C, 4 – "Não tinha outra hipótese ou fazer isso ou roubar..."

Exp. e D/C, 4	⟶	Há um esboço de conflito que não chega a emergir por falta de dinamismo interactivo. Além disso o diálogo adquire um carácter pragmático, pouco estimulante cognitivamente.

O contacto individual "D/C, 4 – Exp." decorreu sem grande empatia, com os dois intervenientes particularmente centrados nos respectivos pontos de vista. Donde resultou mais informação do que formação e criatividade.

——————► D/C, 5

Delinquente do Grupo de Control, nº 5,
na situação de Contacto Individual)

Relação viva e participativa em torno das temáticas (A) e (B), mas sem grande envolvimento cognitivo-ético:

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. e D/C, 5 ——► Assiste-se a uma situação de estratégias colaborantes com intercâmbios de pontos de vista mas sem comunicação sócio-cognitiva conflitualizada:

Exp. — "Que te parece?"

D/C, 5 — "Eu acho que se o médico lhe proibiu de fumar, era para ele não fumar. Mas na questão de se matar...!"

Exp. — "Por um lado o desespero, por outro lado a proibição..."

D/C, 5 — "Estava entre os dois lados. Mas acho que o melhor era não dar, porque...

Exp. — "O que está em causa é a vida... E o que é a vida?

D/C, 5 — "A vida é a gente viver, mais ou menos como a gente passa, trabalhar, andar bem..."

Exp. — "É importante tudo..."

D/C, 5 — "A vida tem coisas boas na natureza. Coisas boas, como a liberdade..."

Exp. e D/C, 5 ⟶ Dá-se uma adaptação recíproca, mas sem uma verdadeira elaboração cognitiva.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Exp. — "Que te parece?"

D/C, 5 — "Primeiro, ele não tinha nada que assaltar a casa! O mais que podia fazer era ir procurar um emprego..."

Exp. — "Como?"

D/C, 5 — "Se não conseguisse arranjar emprego ir ao pé dum amigo ou familiar e pedir dinheiro emprestado!"

Exp. e D/C, 5 ⟶ Trata-se de uma interacção assimétrica, unilateral, por vezes recíproca mas de expressão justaposta, ignorando-se mutuamente... Talvez se possa dizer que a complacência se torna a constante neste tipo de diálogo desconflitualizado. Mais do que reestruturação cognitiva fala-se de adaptação negociada.

Troca de ideias, mas sem mutualidade conflitiva e sem diferenciação suficiente de pontos de vista.

——————► D/C, 6

(Delinquente do grupo de Control, nº 6,
Na situação de Contacto Individual)

Intercâmbio de pontos de vista em torno das temáticas (A) e (B): mais uma vez sem mutualidade conflitiva significativa.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Que te parece?"

D/C, 6 — "Parece-me que não havia motivos para isso, mas compreendeu mal o senhor da farmácia..."

Exp. — "Porque não se pode roubar..."

D/C, 6 — "É melhor pedir. Só que teve a atitude de não emprestar ao amigo. O amigo perdeu a cabeça e por infelicidade..."

Exp. e D/C, 6 ——► No decorrer do diálogo, as intervenções dos dois intervenientes aparecem demasiado explícitas ou materializadas, sem margem para a criatividade ou para a problematização.

Exp. — "Face a este pedido de ajuda do teu amigo... Como procederias?"

D/C, 6 – "Pedir ajuda... Aguentava, e o meu amigo se quisesse esperar, esperava e ao fim dos 6 meses eu tinha uma conversa com ele..."

Exp. – "Só tu o podias ajudar..."

D/C, 6 – "Ele tem a vida dele e eu tenho a minha... Não ia perder a vida por causa dum amigo..."

Exp. e D/C, 6 ⟶ Mais adiante, dá-se uma confrontação de estratégias, com discussão e pontos de vista diferentes ao longo do discurso, mas com progressos não significativos. Evidencia-se alguma descentralização mas sem coordenação mútua dos pontos de vista.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Exp. – "Há situações em que se pode mentir?"

D/C, 6 – "Há mentiras verdadeiras e falsas... Mas o ser humano para ser sincero nunca deve mentir..."

Exp. – Mas há situações em que se pode..."

D/C, 6 – Lá está! Se uma pessoa mentir... É melhor ser sincero."

Exp.
e
D/C, 6 ⟶

D/C, 6 defende-se discursivamente, sem dar grandes possibilidades ao Exp. de se confrontar. Trata-se mais duma pressão mútua do que dum pensamento partilhado mutuamente.
Contacto individual onde o Exp. e o indivíduo participam extrinsecamente a relação dialogal.

——————→ D/C, 7

(Delinquente do Grupo de Control, nº 7, na situação de Contacto Individual)

Entre os dois intervenientes estabelece-se uma comunicação sócio-cognitiva não conflitualizante, mas mutuamente enriquecedora pela confrontação de pontos de vista:

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "E quanto à situação criada..."

D/C, 7 — "Eu acho que não devia ter feito isto. Perante a lei, podia ter feito um peditório, pedir dinheiro..."

Exp. — "Porque nunca se pode roubar..."

D/C, 7 — "Talvez sim. No meu modo de ver não deve haver situação em que se pode roubar."

Exp. — "E quanto ao caso do teu amigo que precisa urgentemente falar contigo..."

D/C, 7 — "Não sei. Mas fugir não fugia. Tentava de novo, pedia ao director."

Exp. e D/C, 7 ⟶ Não se dá uma real actividade cognitiva de coordenação de pontos de vista entre os dois intervenientes, mas há um diálogo colaborante com intercâmbio de opiniões...

B. RESPEITO PELO OUTRO

Exp. – "Em relação ao teu amigo... que responderias ao pai?..."

D/C, 7 – "Talvez contasse a verdade."

Exp. – "Porquê?"

D/C, 7 – "Se mentisse e fosse descoberto, ficava vergonhoso para mim e para o meu colega. Mas se o meu colega me tivesse pedido segredo, já não dizia nada."

Exp. – "Em caso de segredo..."

D/C, 7 – "O segredo é sinal de amizade com as pessoas... ..."

Exp. e D/C, 7 ⟶ Estratégias mutuamente colaborantes que não vão muito longe pela tendência a hierarquizar o diálogo, mas que resultam interessante pelo contaco estabelecido como se disse anteriormente.

Intercâmbio desconflitualizado que apesar de tudo permitiu alguma descentralização mútua.

Delinquente do Grupo de Control, nº 8,
na situação de Contacto Individual)

Do mesmo modo estabelecem-se estratégias independentes que, pelo seu carácter linear não chegam a constituir interacção.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

D/C, 8 — "Acho que fez bem assaltar a farmácia. O homem estava a precisar daquele medicamento..."

Exp. — "Pode-se roubar?"

D/C, 8 — "Algumas vezes pode-se e outras não... Quando uma pessoa precisa tem de ser mesmo assim..."

Exp. e D/C, 8 ——► O diálogo torna-se um desafio mútuo sem confrontação possível de pontos de vista. O verdadeiro conflito do contacto individual nunca chega a emergir por falta de condições interactivas.

Exp. — "E o que é a vida?"

D/C, 8 — "Uma pessoa vem ao mundo, sofre... É sempre importante vir ao mundo para conhecer coisas..."

Exp. — "E quanto ao teu colega desesperado que só queria falar contigo..."

D/C, 8 — "Tentava ir lá... Se ele tinha uma coisa importante para me dizer..."

Exp. e D/C, 8 ⟶ O diálogo prossegue defensivamente, com algumas tentativas de descentralização não logradas. Trata-se apenas dum contacto individual tu a tu mais informativo do que estruturante. Há progressão material, não interiorizada, de conceitos e ideias...

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Exp. — "Ainda a propósito da mentira..."

D/C, 8 — "Pode-se... em certas coisas... Mas Deus não quer. Acho que não se deve mentir".

Exp. — "Há situações em que..."

D/C, 8 — "Quando vamos à polícia eu e o meu colega e eu digo que não fui eu. Fui eu, não é...?"

Exp. e D/C, 8 ⟶

A marcação social do tema em discussão interfere significativamente na relação dos intervenientes. O sujeito D/C, 8 é recluso. A representação que o sujeito tem do problema em causa dificulta uma aproximação maior do Exp. em termos de confrontação de pontos de vista. O conflito impossível torna-se uma realidade subjacente. Marcação social mais simbólica, através do imaginário, do que real ou cognitiva.

Exp. – "E quanto àquele caso do colega que entrou no gabinete do professor..."

D/C, 8 – "Eu não dizia nada... Ele pedia-me segredo... Guardava aquilo para o resto da minha vida..."

Exp. e D/C, 8 ⟶

Em resumo: Com estratégias ora independentes ora colaborantes os intervenientes não chegam a comunicar em termos de elaboração partilhada, apesar de se ter conseguido alguma aproximação de pontos de vista.

——————→ D/C, 9

(Delinquente do Grupo de Control, nº 9, na situação de Contacto Individual)

O protocolo é rico do ponto de vista das respostas dadas pelo indivíduo D/C, 9. Mas o setting "contacto individual" com o Experimentador, não colaborou no sentido de se criarem estratégias de confrontação de modos de pensar diferentes com a correspondente discussão interactiva, tanto a nível (A) como (B).

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Mulher gravemente doente cujo homem assaltou a casa do boticário..."

D/C, 9 — "Acho que a reacção dele foi normal, porque num acto de desespero, qualquer pessoa tomaria a mesma decisão..."

Exp. — "Trata-se duma vida..."

D/C, 9 — "Exacto. A vida é importante, porque além de ser pessoa amada é uma vida que está em jogo também".

Exp. e D/C, 9 ⟶ Apesar da amostra precedente não o evidenciar, o intercâmbio desencadeado atinge um certo nível sócio-cognitivo ainda que sem contexto dialogal conflituante. Há progressos conceptuais e tentativas de consenso em determinadas passagens do protocolo.

Exp. — "E quanto ao roubo e ao respeito pela propriedade alheia?"

D/C, 9 — "Neste caso acho que se pode roubar..."

Exp. — "E noutros?"

D/C, 9 — "Depende também... mas roubar sem necessidade só no acto de maldade..."

Exp. e D/C, 9 ⟶ Tentativa de aproximação, mas sem um trabalho de elaboração cognitiva conseguido.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Exp. — "O amigo desesperado que precisa urgentemente falar contigo, senão que se mata..."

D/C, 9 — "Nesse caso não faria nada, porque além de estar a vida dele também em jogo... há sempre a possibilidade de se aguentar..."

Exp. — "O mesmo que mentir..."

D/C, 9 — "Em certos momentos... ... mas não é conveniente mentir..."

Exp. — "Como no caso do colega que entrou no gabinete do professor..."

D/C, 9 — "Aí, já, claro! Eu iria mentir para não faltar com a palavra..."

Exp. e D/C, 9 ⟶ Há uma colaboração mútua de parte a parte pela apresentação dos diferentes pontos de vista mas não suficientemente estruturada em conjunto por falta de garra conflitiva. Estratégia aconflitual. Jogo de pontos de vista sem mutualidade conflitiva. Em resumo, estratégias colaborantes mas não propriamente confrontadas.

——————→ D/C, 10

(Delinquente do Grupo de Control, nº 10, na situação de Contacto Individual)

Situação relacional, regulada adaptativamente, não estruturante ou conflitiva, mas benéfica a nível (A) e (B) do ponto de vista relacional e conceptual.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "E quanto ao tal caso da mulher cancerosa, cujo homem assaltou a casa do boticário..."

D/C,10 — "Bem e mal! Mal porque não se deve roubar e bem porque era para ajudar a própria mulher..."

Exp. — "Roubar..."

D/C,10 — "Não se deve, mas quando é preciso, é uma coisa diferente!"

Exp. — "Porquê?"

D/C,10 — "Porque é contra a lei..."

Exp. e D/C, 10 ⟶ O diálogo decorre a um nível pragmático sem grande ressonância cognitiva. Os dois intervenientes fazem percursos independentes com alguns pontos de vista de contacto, por vezes perspectivas partilhadas, mas carentes de discussão criativa.

Exp. – "E neste caso, que te parece?"

D/C,10 – "É difícil porque vai ajudar a mulher. Está em causa a vida da mulher..."

Exp. – "O que é a vida?"

D/C,10 – "É um bem... Viver a vida para..."

Exp. – "Se o teu amigo desesperado te telefonasse..."

D/C,10 – "Não fugia porque ia piorar a minha situação..."

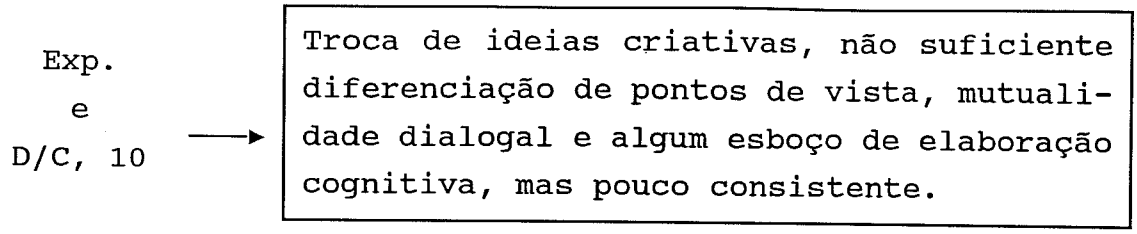
Exp. e D/C, 10 ⟶ Evidencia-se a tal aproximação benéfica do ponto de vista conceptual e com alguns esboços de descentralização. O conflito não chega a estruturar-se.

Exp. – "Pode-se mentir?"

D/C,10 – "Às vezes é preciso mentir."

Exp. – "Como no caso do amigo que roubou os exames..."

D/C,10 – "Nesse caso pode-se mentir para não prejudicar o amigo... Manter a paalvra dada..."


Exp.
e
D/C, 10
Troca de ideias criativas, não suficiente diferenciação de pontos de vista, mutualidade dialogal e algum esboço de elaboração cognitiva, mas pouco consistente.

——————→ D/C, 11

(Delinquente do Grupo de Control, nº 11, na situação de Contacto Individual)

Situação relacional, ora com momentos colaborantes ora com momentos de percurso independentes nos dois intervenientes.

Não chega a elaborar-se uma estratégia definida a nível de conflito sócio-cognitivo:

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "A tal mulher cancerosa, cujo homem assaltou a farmácia..."

D/C,11 — "Em certa parte fez bem, porque foi para curar a mulher..."

Exp. — "Roubar... pode-se então ou não?"

D/C,11 — "Não se pode, é contra a lei, mas muitos não têm mais nada."

Exp. — "Há situações em que se..."

Exp. e D/C, 11 ⟶ Há um contributo evidente da parte dos dois dialogantes para a busca da verdade, mas não conseguem encontrar-se a nível duma plataforma sócio-cognitiva. Só o conflito partilhado pode gerar a verdade, o que não acontece dadas as estratégias independentes ainda que aproximadas dos dois intervenientes.

B. RESPEITO PELO OUTRO

D/C,11 – "Se esse meu amigo... se soubesse que se ia matar... Saía por essa porta..."

Exp. – "A vida é importante...!"

D/C,11 – "É sim, senhor... Uma pessoa só tem uma..."

Exp. e D/C, 11 ⟶ Nem complacência, nem justaposição de respostas entre os dois... mas confrontação de pontos de vista sem discussão, nem criatividade.

Exp. – "Pode-se mentir..."

D/C,11 – "Não se pode, mas, às vezes, é-se beneficiado. Há situações em que..."

Exp. – "É o caso do amigo que entrou no gabinete..."

D/C,11 – "Exacto. Isso aí, ele perguntou mas eu não tinha nada a responder..."

Exp.
e
D/C, 11 ⟶

Apesar dos progressos verificados, as convicções são pouco partilhadas em termos de discussão. A aproximação da verdade é gratificante mas não conflitiva. Só do conflito partilhado é que surge a verdade comum.

——————→ D/C, 12

(Delinquente do Grupo de Control, nº 12, na situação de Contacto Individual)

A contribuição teórica de D/C, 12 é valiosa, dada a sua dotação cognitiva e capacidade crítica. Contudo o setting não é Experimental mas de Controlo. Daí não haver propriamente uma interacção, mas um contacto individual a nível temático (A) e (B).

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Que te parece? Estava desesperado com a doença grave da mulher e revoltado com a avareza do boticário..."

D/C,12 — "Fez mal porque cometeu um crime, embora numa hora de desespero uma pessoa é capaz de fazer tudo..."

Exp. — "E roubou..."

D/C,12 — "Não se pode porque vai contra as regras da sociedade..."

Exp. e D/C, 12 ⟶

Estratégias mais confrontadas do que colaborantes. Isto é, confrontação de pontos de vista ainda que não suficientemente elaborados por falta de conflitividade. Os dois intervenientes situam-se a nível sócio-cognitivo sem justaposição de ideias, mas pouco criativos do ponto de vista estrutural, por falta de envolvimento discursivo.

D/C,12 — "Acho que a sociedade também puxa um bocado por isso, porque se o homem não tem possibilidades... a sociedade devia ajudá-lo...

Exp. — "E o caso do teu amigo que desesperado..."

D/C,12 — "Acho que não iria. É uma das tais situações que é difícil responder..."

Exp. — "A vida vale muito..."

D/C,12 — "É muito complicado explicar a vida... Tem muito que se lhe diga..."

Exp. e D/C, 12 ⟶

Há momentos no protocolo em que a regulação relacional tende a diluir-se a favor duma regulação sócio-cognitiva, mas o setting de contacto apenas, ou a atitude do Exp. não o possibilitam. É preferível responder prematuramente do que envolver-se reflexivamente para evitar o conflito.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

D/C,12 – "Há mentiras que vêm por bem..."

Exp. – "Como no caso do colega que entrou no gabinete do professor..."

D/C,12 – "Há situações de defesa própria. Não se pode mentir porque é feio e mesquinho, mas também vai dos princípios de cada um... Mentir é contra os meus princípios..."

Exp. e D/C, 12 ⟶

Em resumo: Evidencia-se uma diferenciação progressiva de pontos de vista que se encaminham, sem sucesso, para uma elaboração cognitiva partilhada. Mais uma vez, a conflitividade interactiva a nível de ideias não existiu, ou se existiu, não se manifestou ou não foi a causa de progressos, pelo menos a nível estrutural. Houve progressos a nível conceptual e do discurso com alguma descentralização mas não propriamente mudanças de perspectiva ética, substancial.

Indivíduos	Preteste (Estádios)	Contacto Individual c/ o Experimentador	Postestes (Estádios)	Indivíduos
D/C, 1	3	Contacto Individual com o Experimentador	3	D/C, 1
D/C, 2	2 → 3		2 → 3	D/C, 2
D/C, 3	2		2	D/C, 3
D/C, 4	2 → 3		2 → 3	D/C, 4
D/C, 5	2		2	D/C, 5
D/C, 6	3		3	D/C, 6
D/C, 7	2 → 3		2 → 3	D/C 7
D/C, 8	2 → 3		2 → 3	D/C, 8
D/C, 9	3		3 → 4	D/C, 9
D/C, 10	3		3	D/C, 10
D/C, 11	3 → 4		3 → 4	D/C, 11
D/C, 12	4		4 → 5	D/C, 12

Quadro 10 – Distribuição por estádios dos Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste (antes e depois do Contacto Individual)

7.1.3. OS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL(Quadro 11)

Nesta secção (7.1.3.) apresentamos os Pretestes e os Postestes (7.1.3.1.) e a Interacção 2 a 2 (7.1.3.2.) dos Não Delinquentes/Experimental).

7.1.3.1. Pretestes e Postestes (Não Delinquentes/Experimental)

—► ND/E, 1 (Não Delinquente nº 1 do Grupo Experimental na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 1)

A VIDA – Ponderam-se as várias hipóteses viáveis de solução do problema levantado pelo dilema e a hipótese do roubo só em último caso: ("Se não houvesse mais ninguém a quem recorrer...Só em último caso é que assaltaria a farmácia..."). Mas na situação limite de ter de "assaltar a farmácia" pelo amigo, assumiria conscientemente as responsabilidades e as consequências. O raciocínio moral está bem constituído teoricamente em termos de avaliação, reflexão e decisão, mas desconhecem-se as suas implicações reais em termos de moral prática.

Porque é que a vida humana vale muito?

A resposta dada ("uma pergunta difícil...") tem muito significado, na medida em que exprime a consciência que o

sujeito tem da complexidade da questão, mesmo que não consiga exprimir-se ("Vale muito, vale muito,...uma pergunta difícil..."). Tudo o que se segue, em termos explicativos da questão sobre a vida exprime bem a capacidade de insight do sujeito como protagonista da própria vida e como tal: ("para mim a vida vale muito porque se estou cá é para viver,...para me realizar... ... para fazer o que me apetece sem sair da regra..."). A última parte da argumentação ("sem sair da regra") sugere toda a capacidade de interiorização das normas e das expectativas sociais onde se desenrola a vida. Finalmente, segundo o sujeito, todas as vidas são importantes, amigo ou desconhecido, criança ou adulto famoso, porque todos vivem do mesmo modo, independentemente da sua situação ou do seu destino...A essência da moralidade sobre a vida está em primeiro lugar no viver e em segundo lugar na maneira de viver. Este tipo de argumentação do sujeito exprime a capacidade de interiorização de valores genéricos e universais, ainda que dimensionados pelo contexto sócio-cultural da sociedade.

O OUTRO – A resposta dada ao dilema entre o desejo de fidelidade e a vontade de agradar à autoridade insere-se numa clave interpretativa de convencionalidade, isto é, como de alguém que vive em sociedade e subordina as necessidades individuais ao ponto de vista e às necessidades do grupo ("Neste caso acho que não diria nada... ...Nós merecemos a confiança. Acho que ele tem confiança em nós e nós traindo-o, ele vai tirar-nos essa confiança e...vamos perder um amigo...").

Orientação moral interpessoal, espécie de estereotipo social...Em qualquer sentido em que se exprima o sujeito, ele manifesta-se, sempre como um membro da sociedade. Por exemplo: ("Não se deve mentir que é para não fugir à regra que diz que não se deve mentir...Umas podem prejudicar mais e outras podem prejudicar pouco...não é?"). Espécie de imparcialidade que deve regular a ordem entre os indivíduos.

A PROPRIEDADE – A reacção ao dilema do roubo é adequada e típica de alguém que interiorizou os valores e as expectativas sociais: ("Acho que fez mal. Não fazia isso, não poderia fazer isso já que podia arranjar emprego... Há muitas maneiras de salvar uma situação...").

A orientação moral é determinada pela necessidade da manutenção da confiança interpessoal e da aprovação social. A justificação da imoralidade do roubo vem a confirmar tudo o que se disse anteriormente em termos do emprego de modelos sócio-interpessoais pelo sujeito para a avaliação ética do comportamento humano: ("Em segundo lugar, porque nós ao roubar vamos roubar coisas que são doutras pessoas e também podem precisar delas..."). Avaliação empática de carácter identificatório.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral é definida em termos fenomenológicos de autocensura em previsão das consequências para si mesmo e sobre os outros: ("Consciência moral é uma pessoa estar consciente de que não deve fazer determinadas coisas...porque mais tarde poderá ser prejudicado...Acho que só mais tarde se iria aperceber do mal que

fez..."). A consciência moral desempenha um papel preventivo dentro do universo moral: ("Com a consciência moral, uma pessoa pensa duas vezes...").

Quanto às leis elas desempenham uma função subsidiária da consciência moral: ("As leis servem para que uma pessoa tenha uma consciência moral, para que uma pessoa se aperceba que mais tarde pode-se prejudicar muito devido às leis que foram feitas..."). Consciência da relatividade das leis na vida social e alguma confusão explícita ao tentar correlacionar as duas entidades "leis-consciência moral": ("É difícil, mas às vezes penso que a consciência é mais importante do que as leis...porque as leis, às vezes, não estão muito adaptadas à mente humana...").

Estádio 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 1)

A VIDA – Que te parece?

A resposta à situação levantada pelo dilema é inteligente na medida em que é preventiva e explicativa em termos de desdramatização e de ponderação dos factores em causa: ("Não interessava, não lhe dava o tabaco na mesma. Se sabia que se ia prejudicar...Era um exagero. Portanto não lhe dava o tabaco...").

Porque é que a vida é importante?

O sujeito assume a questão com um certo envolvimento

cognitivo e emotivo, ainda que manifeste a dificuldade em verbalizar: ("Essa pergunta, essa pergunta é que é assim um bocado... É difícil de responder..."). Em seguida num esforço evidente de interiorização, toma consciência da subjectividade da questão: ("É muito difícil responder. É muito subjectiva") e lança-se através duma descrição existencialista de carácter ascético ("alguns esbanjam a vida...") e hedonista ("só com a vida é que se consegue realizar, resolver os problemas, fazer o que se quer..."). Contudo, a trave mestra do raciocínio moral do sujeito é de carácter formal e suficientemente generalizado em termos de imparcialidade etc.: ("A vida é tudo...").

Em relação à pergunta sobre a importância descriminatória da vida, quer da criança ou do adulto famoso, quer do amigo ou do desconhecido, a resposta é igualmente de tipo universalizante ("Tanto uma vida como outra têm os mesmos direitos...") e justifica-se em termos imparciais de justiça ("...Tanto um como o outro têm o mesmo direito de vier").

O OUTRO – O raciocínio emitido exprime a seguinte ideia: Entre as exigências da autoridade parental e a necessidade de manter-se fiel ao amigo, deve-se superar o conflito satisfazendo as duas partes em causa com uma estratégia tal que deixe incólume a amizade: ("Eu era capaz de contar ao pai, mas também contaria que quando fosse a abordar o filho... ...porque senão podia afectar a amizade entre as duas pessoas..."). Mais uma vez se evidencia a tentativa por manter a imparcialidade nas relações sociais e de conjugá-la com a amizade como valor supremo na hierarquia dos valores.

Consequentemente o critério ético da manutenção da palavra

dada é sempre o bem superior do indivíduo em causa, a partir das situações concretas.

Tendência crescente do indivíduo a generalizar e a situar-se mais a nível das leis gerais do que a nível das normas concretas que regulam a sociedade.

Finalmente, não se deve mentir, em primeiro lugar, por razões gerais de tipo racional: ("porque acho que deveria falar sempre a verdade...") e em segundo lugar por razões concretas de tipo relacional: ("porque pode-se prejudicar os parceiros...").

O sujeito revela, portanto, uma tendência para a manutenção dos direitos e dos deveres institucionais, isto é, uma orientação moral para a manutenção do sistema social.

A PROPRIEDADE – O discurso em torno do dilema do roubo gira mais em torno das consequências sociais indesejáveis do mesmo, do que à volta da eticidade do próprio roubo: ("Se o polícia achar o culpado ele vai ficar mais prejudicado...").

A argumentação não deixa de ter um transfundo moral interessante pelas razões gerais de carácter existencial que a constituem: ("Mas nem sempre estava mais livre e fazia o que quisesse...").

Finalmente, não se deve roubar porque na pessoa dos outros a quem roubamos prejudicamo-nos a nós próprios, além de trangredirmos os princípios da reciprocidade, da igualdade e da mutualidade donde resulta a integridade do sistema social.

A CONSCIÊNCIA MORAL – Descreve-se a consciência moral em termos operacionais de autocensura dos comportamentos, como entidade interiorizada capaz de acusar a transgressão pela

culpabilidade: ("É a consciência que uma pessoa tem de não fazer determinadas coisas... ...e se o fizer vai ter problemas mais tarde..."). As leis desempenham uma função subsidiária da consciência moral em termos de prevenção. Contudo, a consciência moral não é a entidade máxima e o critério decisivo onde se recorre para toda a vida moral.

Tudo isto numa sociedade onde a correlação "leis-consciência moral" nem sempre é fácil pela imprevisibilidade mesma dos comportamentos humanos: ("Devia haver sempre leis, mesmo com uma consciência bem formada, porque a consciência moral é a consciência de que não se devia roubar, por exemplo, mas como não havia nada que nos prejudicasse continuava-se a roubar...").

Estádio 4 → 5 do Juízo Moral

⟶ ND/E, 2 (Não Delinquente nº 2 do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste

A. PRETESTE (ND/E, 2)

A VIDA – O sujeito assume uma posição ética categórica em relação ao furto, dado existirem outros alternativas viáveis para a resolução do problema: ("Penso que haveria outras hipóteses de fuga a esse problema..."). O raciocínio é vulgar do ponto de vista ético e sem grande relevo estrutural-cognitivo.

Porque é que a vida humana vale muito?

A resposta é uma argumentação arcaica, mitológica e sem grande transfundo reflexivo. Exprime mais uma fuga à questão do que uma confrontação interiorizada com o sentido da vida: ("Ora bem, eu penso que isso é uma coisa criada desde o princípio da terra e...penso que isso acontece com as outras espécies...").

A abordagem ética da vida é feita do ponto de vista desenvolvimental ("porque uma pessoa nasce, cresce, desenvolve-se a nível físico e mental..."). Em relação à questão comparativa entre vidas, amigo e estranho, criança e adulto famoso, o sujeito revela capacidade de relativizar em função das diferentes situações humanas, embora mantendo, implicitamente, o princípio do valor igualitário de todas as vidas humanas.

O OUTRO – A resposta é defensiva, ainda que faça pressupor a amizade como razão última da decisão tomada: ("Penso que não diria nada ...não sei. Sinceramente não sei. Porque é que não diria nada? Sei que não diria, isso sim. Talvez por uma questão de amizade..."). Esta tomada de posição torna o raciocínio pobre do ponto de vista estrutural e simbólico. Logo a seguir, diz-se que se deve manter a palavra dada, pelo valor que a palavra tem em si: ("Ora bem, a nossa palavra deve valer alguma coisa. A partir do momento em que..."). A afirmação é adequada mas descontextualizada éticamente, ou desprovida de razões morais que lhe dêem uma expressão definida.

Porque é que não se deve mentir?

A resposta faz-se em diagonal, talvez como expressão da dificuldade em elaborar mentalmente a pergunta directa: ("Acho que nos dias de hoje a mentira está presente em tudo...penso que não há verdade pura"). O raciocínio é gratuito do ponto de vista moral e defensivo da personalidade do sujeito.

A PROPRIEDADE – Em relação ao dilema do roubo, o sujeito adopta na resposta uma atitude moralizante, mais sugerida pelos hábitos mentais, do que reflectida desde dentro: ("Penso que isso não é solução, porque uma pessoa querendo trabalhar, penso que...").

No fundo tudo se deve processar em ordem à manutenção da aprovação social: ("Penso que não deve recorrer ao roubo...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é contornada pela dificuldade do sujeito se exprimir de maneira sócio-moral: ("Antes de mais nada penso que a consciência moral é um produto da sociedade tal como nós...").

Há um pouco de verdade implícita na argumentação que, pelo seu carácter restritivo e reducionista perde interesse do ponto de vista moral.

Em relação às leis a sua função é de regular o conjunto dos indivíduos ("senão cada qual faria as suas leis").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 2)

A VIDA – Resposta moral, determinada pela proximidade relacional e afectiva que ligam o sujeito ao amigo, numa situação de crise. O móbil ético da decisão do sujeito é a necessidade de manter a confiança interpessoal: ("Diria que não, porque se o médico lhe diz que lhe vai fazer mal...Prejudicar um colega nosso?"). Quanto à questão sobre a importância da vida dá-se uma melhoria em relação ao Preteste pela qualidade de perspectiva moral alcançada. O raciocínio é mais directo, mais generalizável e com alguns transfundo ético: ("Eu penso que cada um é um só. E como tal a nossa vida deve ser preservada porque somos únicos..."). Do mesmo modo, a avaliação comparativa entre vidas como a criança e o adulto,

o amigo e o desconhecido é mais interiorizada e segundo as normas e as expectativas sócio-afectivas: ("Ora bem eu penso que neste caso as duas vidas são importantes... ...Contudo, porque para nós seria uma perda mais pesada ver morrer alguém que conhecemos...").

As respostas do sujeito exprimem a situação de alguém que vive em sociedade.

O OUTRO – Mais uma vez a resposta se situa num contexto interpessoal regulado por normas próprias, cuja transgressão pela infidelidade à palavra dada é motivo de exclusão ou de perda da confiança e da aprovação grupal. O raciocínio regula-se pelos parâmetros da convencionalidade: ("Parece-me que não diria nada...Isso acontece com todos os jovens. Cá há uma espécie de lealdade para com as pessoas que conhecemos. Neste caso, os nossos colegas!..."). Deve-se manter a palavra dada, simbolicamente, porque a palavra é expressão de confiança. Esta afirmação implica um juízo de carácter genérico dentro do grupo ou da sociedade a que se pertence: ("A palavra penso que é uma questão de confiança...").

E finalmente "não se deve mentir" é uma afirmação relativa ("Penso que há mentiras que não fazem mal a ninguém...") e ainda num contexto compreensivo mais amplo ("Acho que a mentira está por todo o lado").

A argumentação generaliza-se progressivamente com tópicos de imparcialidade apesar de não perder o seu carácter relacional e afectivo.

A PROPRIEDADE – A resposta contem um raciocínio coerente éticamente, mas demasiado realista por falta de coordenação de perspectivas diferentes! Torna-se uma moral teórica demasiado rígida ou linear de difícil aplicação à realidade que é muito mais complexa: ("Pareceu-me mal porque esse João foi uma pessoa que agiu inconscientemente...porque numa situação dessas recorre-se aos familiares... ...Penso que está errado...")

Porque é que não se deve roubar?

Reconhece-se a imoralidade do roubo mas só até certo ponto. A avaliação ética do roubo é feita não a partir do universo de valores que deve existir numa sociedade...mas a partir da situação estrutural da sociedade dominada pela competição e neste sentido ("Acho que roubar é um subterfúgio duma pessoa obter da maneira mais fácil as coisas materiais..."). Orientação moral determinada pela influência da convencionalidade social.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral é sentida como uma aquisição ontogenética ("que adquirimos desde pequenos em casa..."), que nos ultrapassa ("é difícil de definir porque é uma coisa que uma pessoa adquire ao longo da vida") e de carácter subjectivo ("É uma coisa não palpável...") e portanto difícil de operacionalizar conceptualmente.

Nesta apresentação fenomenológica da consciência moral detecta-se a dimensão ética e imperativa da mesma: ("Sobretudo é um dever que nós temos, um molde adquirido durante a nossa vida..."). Em relação às leis a sua função reguladora na sociedade é indispensável e a sua correlação com a

consciência moral é confusa e expressa com muita imprecisão: ("Há vezes em que uma pessoa deve seguir a consciência e outras vezes, deve seguir a lei...

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—▸ ND/E, 3 (Não Delinquente nº 3 do Grupo Experimental na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 3)

A VIDA – A resposta assume um carácter preventivo face à incerteza criada em torno da situação do amigo: ("Não sei, pode ser a fingir...") e um carácter defensivo contra as eventuais consequências se assaltasse a farmácia: ("Não assaltava porque não. Posso ser preso..."). Há uma interiorização das normas e das expectativas sociais que funcionam como reguladores morais das decisões do sujeito: ("É muito grave fazer isso. Tentava pedir a pessoas...").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é universalizante e baseada no conceito de justiça pelo qual ("toda a gente nasceu e tem direito a viver. Acho que toda a gente tem os mesmos direitos").

Finalmente, a importância comparativa da vida é condicionada pelas relações interpessoais de tipo afectivo como na díade amigo-estranho e de tipo hedonista como na díade criança-adulto famoso: ("porque o amigo está mais próximo de nós... e a criança ainda está no princípio da vida enquanto que essa pessoa famosa já gozou...").

O OUTRO – Toma posição pelo amigo: ("Dizia que não sabia porque não ia dizer que sabia que o meu amigo tinha roubado os testes..."), por razões de tipo afectivo: ("porque é meu

amigo..."), mesmo tornando-se cúmplice contra a autoridade do professor: ("também sou cúmplice nisso, mas dizia que não sabia..."), com tal que se mantenha a amizade e a confiança interpessoal.

Porque é que se deve manter a palavra dada? Por razões de amizade, isto é, para ser bem visto aos olhos dos outros e merecer o seu respeito, estima e consideração. Portanto o panorama ético do sujeito dificilmente vai além do grupo ou das pessoas com quem se estabeleceu vínculos de solidariedade e reciprocidade: ("Deve-se manter a palavra dada porque a amizade é isso. É a confiança que uma pessoa tem nos outros. Se essa confiança for quebrada, a amizade deixa de existir..."). Finalmente, e pelas mesmas razões de reciprocidade na amizade e na confiança interpessoal não se deve mentir: ("porque se está a enganar outras pessoas que confiam em nós e enganando-as está-se a dar provas de que não se é amigo. No mesmo contexto ético convencional admite-se a universalidade da imoralidade da mentira, mas ("há algumas que são necessárias, às vezes ajudam, mas nunca é bom mentir..."). Raciocínio aparentemente contraditório, expressão da dificuldade em operar conceptualmente com categorias morais bastante subtis.

A PROPRIEDADE – Que te parece?

("É um amigo meu?"). A amizade continua a ser o ponto de referência, a matriz ética de avaliação dos comportamentos humanos para o sujeito talvez movido por razões emotivas num movimento empático de identificação com o protagonista do dilema.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral é definida como um acto ou como um estado humano no acontecer: ("Consciência moral é estar bem com a consciência. Saber que roubando pesa a consciência..."). Imprecisão cognitiva e linguística que revela a dificuldade em operar formalmente.

Enfim, as leis têm uma função aglutinadora dos indivíduos em sociedade. Reconhece-se, contudo, a prioridade da consciência, dada a natureza relativa das leis que estão sujeitas ("a serem pensadas"). O sujeito chega a reconhecer, sem implicações éticas ou cognitivas suficientes, que a consciência "se estiver a bem consigo mesma" é a única razão de ser duma sociedade ideal: ("Daí, da consciência formam-se as leis. Se uma pessoa estiver bem consigo mesma, não andar a fazer coisas que desagradem").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E,3)

A VIDA – O raciocínio versa sobre aspectos pragmáticos da situação conflitiva em detrimento doutros aspectos formais ou mais genéricos, interessantes do ponto de vista ético: ("Acho que não lhe dava. Se foi proibido pelo médico...mas se ele diz que se matava!...Se ele quisesse mesmo matar-se ia já").

Porque é que a vida é importante? Há um reconhecimento generalizado do valor da vida em termos da justiça e do direito: ("Todos têm direito a vivê-la..."), mas o background

ético de tal afirmação é restrito e limitado...("porque a vida é tudo o que temos...senão não tínhamos nada..."). A motivação moral de tipo afectivo volta a impor-se como decisiva ao ter que decidir entre o amigo e o estranho: ("porque estamos mais próximos dessa pessoa...que outra pessoa que não conhecemos...").

Do mesmo modo a criança em relação ao adulto famoso é avaliada prioritariamente pela sua proximidade relacional que a torna dependente no tempo e voltada para o futuro ainda por viver...

O OUTRO – A resposta dada ao dilema entre a autoridade parental e a fidelidade ao amigo, torna-se num jogo de palavras que exprime bem a dificuldade do indivíduo em situar-se, éticamente, na situação complexa. No fundo, a questão subjacente é a seguinte: como conjugar dois opostos sem faltar éticamente nem ao respeito nem os princípios da fidelidade? ("...Porque não quero interferir nos problemas do rapaz com os pais. E até porque se eu dissesse e o pai fosse dizer...").

Deve-se manter a palavra dada porque ("a amizade é isso. Ter alguém a quem recorrer e poder confiar qualquer coisa..."). É evidente uma orientação moral interpessoal, relacional de carácter afectivo, isto é, interessa orientar-se de tal maneira que se preservem a amizade, a aprovação social e a confiança interpessoal.

Do mesmo modo a imoralidade da mentira resulta do risco de perder a confiança como pedra basilar da vida em sociedade: ("porque se as pessoas confiam em nós e nós estamos a

ocultar a verdade...já não há confiança e deixa de haver amizade...").

A PROPRIEDADE – Do mesmo modo o roubo é imoral: ("Acho que não devia fazer isso..."). Há outras alternativas que completam a lógica do raciocínio moral: como ("devia ter pedido ajuda aos amigos, à família, a associações..."), mas no fundo as razões apresentadas são restritas e interesseiras: ("Estava a por em perigo a sua vida...").

Portanto não se deve roubar ("porque há sempre o perigo de se ser apanhado e a vida fica desfeita..."). Mantem-se a perspectiva das consequências nefastas imediatas do roubo para o transgressor como critério de moralidade. Finalmente a variável "sociedade" com as suas normas e expectativas, além de servir como ponto de referência em todas as avaliações, torna-se bode expiatório no momento de se fazer o ponto da situação ético: ("Mas se a sociedade não lhe dá hipóteses, tinha que recorrer a alguém...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral? Para o sujeito é um estado de espírito: ("É estar bem consigo..."). Contudo, "estar bem consigo" tem implicações existenciais como: ("pensar...e depois fazer uma acção qualquer...pensar que agir correctamente e sentir-me bem..."). Dá-se uma interiorização dos ingredientes próprios da consciência moral mas sem possibilidade de os operacionalizar conceptualmente, de maneira formal. Finalmente, as leis desempenham uma função reguladora da sociedade e substitutiva dos que não têm consciência moral: ("As leis servem para a sociedade se

organizar, para não haver aqueles que não têm consciência entrarem em conflito com os cidadãos"), mas, em definitivo é a consciência moral que leva a primazia ("porque ela é que tem razão. As leis estão lá apenas para encaminhar a consciência..."). A contradição é flagrante porque, segundo o sujeito, o importante é a consciência moral "mas as leis estão lá para encaminhar a consciência". A dificuldade em libertar-se das expectativas, das normas convencionais da sociedade a que se pertence tornam o sujeito vulnerável e disposto à contradição sempre que tenta abordar formalmente categorias morais, como a consciência moral e as leis.

Estádio 4 do Juízo Moral

—► ND/E, 4 — (Não Delinquente, nº 4 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 4)

A VIDA — A resposta ao dilema é restrita, de carácter mais operatório do que reflectida. Talvez como expressão de certos hábitos de pensar e de responder sem qualquer implicação com a realidade: ("Assaltar, acho que não...Não sei, tentaria antes pedir a uma pessoa...").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é apenas uma constatação mais de tipo afectivo e relacional do que ético e social: ("Sei lá! Nós vivemos, estamos cá todos e uma pessoa vive tantos anos e depois morre assim de repente...e os pais tiveram tanta dedicação a esses filhos...As pessoas são queridas pelos outros...").

Há uma interiorização parcial dos valores sociais que se exprime através duma moral interpessoal.

E é mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A resposta é generalizada, segundo os critérios da justiça, mas a sua justificação é afectiva: ("São todas. Essas pessoas também têm amigos...sentimos mais a perda dum amigo. Mas, são todas importantes"). Do mesmo modo a resposta à seguinte questão, "Salvar uma criança ou uma pessoa famosa" é mais um juízo emotivo do que um juízo valorativo: ("Claro que a criança é uma vida que está a começar! Sente-se mais a perda da vida duma criança...").

O OUTRO – A resposta ao dilema sobre o "respeito pelo Outro" é modesta, pelo seu carácter defensivo: ("Responderia que não...") e pela sua expressão racionalizante: ("Acho que isso ia beneficiar esse meu colega e ao professor não trazia grande diferença..."). Deve-se manter a palavra dada por razões utilitaristas entre amigos: ("Para usufruirmos da confiança desse amigo"). A orientação moral do sujeito mantem-se a nível interpessoal dominada por sentimentos altruístas e por desejos de "boa reputação". Não se deve mentir ("porque assim, estamos a omitir factos, coisas que são..."). Resposta formalista sem ressonância interior que se completa com uma achega de tipo moralizante: ("Se bem que uma pessoa sente-se tentada normalmente a mentir, porque é o caminho mais fácil...").

A PROPRIEDADE – A propósito do dilema do roubo o sujeito emite uma série de raciocínios interligados não por um pensamento reflexivo e criativo mas pelo hábito de pensar, de dizer e de repetir: ("Claro que roubar é sempre mal...porque é tirar o que não é nosso...Fazemos coisas que vão prejudicar etc....").

Logo a seguir a definição de roubo tem um carácter de quem interiorizou as normas e as expectativas sociais e se regula pelos critérios da justiça, mas sem grande repercussão moral na vida social: ("Roubar é usufruir da propriedade alheia, das coisas que as pessoas trabalharam para conseguir e assim ficam sem elas").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é essencialmente convencionalista e polarizada entre o próprio sujeito e as imagens estereotipadas da sociedade: ("Consciência moral é agir segundo as normas do bom senso e da tradição...fazer aquilo que nós achamos que é, segundo os padrões que nós adquirimos...").

Do mesmo modo as leis ao serviço duma sociedade convencional servem para manter a ordem nos indivíduos: ("Servem para manter a ordem...São regras segundo as quais nos devemos gerir...").

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 4)

A VIDA – Resposta imediata e pragmática sem suficiente angulação de fundo para discernir a razão ética da situação criada: ("Acho que não daria. Se soubesse do conselho do médico, acho que não daria, tentaria convencê-lo porque lhe era prejudicial..."). Recurso à autoridade exterior, na pessoa do médico, para tomar uma posição moral face ao amigo...Vestígios heterónomos de moralidade.

Porque é que a vida é importante?

É uma questão mais de ordem das ideias do que do mundo dos acontecimentos: ("Acho que nunca pensei muito nessa questão..."). Dificuldade em operar com conceitos. A resposta aparece um pouco desvinculada da questão que se pôs: ("A vida

é um estado natural das coisas. Cada pessoa tem o seu lugar na sociedade e é na vida que uma pessoa tem sensações"). Trata-se dum conjunto de afirmações mais ou menos próximas umas das outras, de nível operatório concreto superior e que tentam avaliar a vida, conceito inacessível para o sujeito! Em relação à questão da vida em termos comparativos, emite-se um raciocínio generalizado ("São todas as vidas importantes..."), mas bastante condicionado pelas relações interpessoais na ordem dos afectos: ("mas a vida dum amigo afecta-nos mais a nós...").

O OUTRO – A resposta ao dilema é determinada pela mística da vinculação ao grupo de adolescentes e assume um carácter defensivo face ao mundo dos adultos representado na autoridade paterna que interroga...:("Tentaria esquivar-me. Acho que é natural as pessoas da mesma idade, talvez se protejam mais...Talvez dissesse depois que às vezes faltava...Não sei se diria").

No fundo o que está em causa é a necessidade de manter a confiança e a aprovação social dentro do grupo...Por isso deve-se manter a palavra por razões explícitas de confiança, isto é, ("para usufruirmos a confiança, para obtermos a confiança..."). O raciocínio não está isento de ingredientes hedonistas pelas vantagens em manter os laços afectivos na relação interpessoal. Quanto à mentira a clave de avaliação moral da mesma é a sociedade, onde há mentiras maiores e menores sem grande projecção ética ou onde, por vezes, a mentira assume o significado de fuga em relação a determinados conceitos como o bem, a verdade e a liberdade: ("Não se

deve mentir mas há sempre tendência em fugir à verdade...Há mentiras mais superficiais e mentiras mais importantes... A sociedade salvaguarda as pessoas e a mentira é uma fuga...").

A argumentação carece de suficiente transfundo ético e de razões morais bem coordenadas entre si.

A PROPRIEDADE ALHEIA – A resposta adquire um carácter de aconselhamento, numa tonalidade quase directiva face à situação problemática do amigo. À imoralidade do roubo contrapõe-se um jogo de alternativas que longe de resolverem o problema, apenas o ressaltam em termos de figura – fundo. O raciocínio é discreto e quase obsessivo pelo ritmo repetitivo que adopta nos conteúdos e na maneira de dizer: ("Tentaria aconselhá-lo a procurar ajuda por outro lado, pedir empréstimo... Em último caso, acho que lhe aconselharia a ter cuidado...ter cuidado no que ía fazer...etc.").

Finalmente, não se deve roubar por razões éticas de justiça retribuitiva: ("É usufruir daquilo que não é nosso porque é propriedade alheia. Coisas que as pessoas trabalharam para conseguir e que vai ficar sem elas).

O contexto ético mantem-se o mesmo, isto é, o meio interpessoal onde as pessoas se intercomunicam por laços afectivos.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral, segundo o sujeito, é uma espécie de sucedâneo da sociedade onde se deve agir conforme os padrões da mesma. Assume assim um carácter socializante, extrínseco ao indivíduo: ("Consciência moral é agir segundo os padrões da sociedade, do que nos parece ser

mais correcto..."). De maneira elementar e confusa o sujeito correlaciona a consciência moral com as leis sem qualquer lógica interna na argumentação, destacando-se o papel regulador das leis que por sua vez pressupõem a existência duma consciência moral sensível ao bem e ao mal.

Estádio 3 do Juízo Moral.

—► ND/E, 5 – (Não Delinquente nº 5 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 5)

A VIDA – O raciocínio, insere-se numa cláusula de carácter geral que lhe dá uma orientação moral banal: ("Assaltar acho que não assaltava porque não está dentro dos meus padrões morais...").

Porque é que a vida humana vale muito?

A resposta tem duas dimensões que lhe dão uma categorização moral: a dimensão existencial: ("Cada pessoa tem, aqui no planeta, um papel fundamental... Acho que não está aqui por qualquer motivo...") e a dimensão metafísica ("Acho que se deve a vida a alguém, que a vida é uma decisão que não nos cabe a nós"). É evidente que a natureza destas respostas não é sinal de elaboração mental formalizada mas apenas expressão duma certa interiorização mais ou menos lograda de alguns valores importantes.

Do mesmo modo, afirma o sujeito que ("todas as vidas são iguais"), mas o seu valor ético é condicionado por razões afectivas que regulam as relações entre os indivíduos: ("Claro que a vida dum amigo, uma pessoa pode sentir mais, não é? Se esse amigo calhasse morrer!").

O OUTRO – Em relação ao dilema do amigo que copiou os testes nas vésperas do exame, o sujeito exprime toda a sua perplexidade dilémica ao confrontar-se com uma situação onde as duas

partes reclamam igualmente por justiça: ("Dizia que não sabia porque para já não deixava o meu amigo ficar mal... Mas também, por um lado, achava isso injusto..."). Acaba por prevalecer a atitude de fidelidade ao amigo porque ("se somos verdadeiramente amigos dessa pessoa acho que não devemos voltar atrás com a palavra...").

Orientação moral interpessoal onde o indivíduo se manifesta particularmente interessado na manutenção da confiança, da amizade e da aprovação social. Não se deve mentir por razões idênticas que têm a ver com as expectativas sociais de dar uma imagem de si mesmo em conformidade com o que se espera: ("Acho que não leva a bom caminho...Mais vale uma pessoa ser verdadeira não é?").

A PROPRIEDADE ALHEIA — Em resposta ao dilema do furto o sujeito começa por emitir um raciocínio de natureza empática: ("Ora bem, eu acho que foi a necessidade mesma que o levou a fazer isso"). Contudo a atitude compreensiva não exclui a condenação do acto, ("acho que não devia fazer isso"), até porque há outras alternativas ao roubo numa situação humana difícil: ("Tentar arranjar um emprego..."). Não se deve roubar por razões de justiça, já que entre o que rouba e o que é roubado cria-se uma situação em que se destrói todo o esforço, o trabalho e o suor de quem o ganhou: ("Por isso acho que roubar é um meio mais injusto de obter alguma coisa").

A CONSCIÊNCIA MORAL — O que é a consciência moral?

A resposta é contornada, dada a dificuldade em operar

conceptualmente: ("Bem, isso tem a ver com os conceitos morais de cada pessoa..."). Segue-se uma tentativa de definição: ("Acho que é o que cada um pensa que dentro de certas leis, certos limites... considera que pode fazer...").

O sujeito parece apreender bem os aspectos avaliativos e de autocensura da consciência moral sem, contudo conseguir estruturar uma representação adequada.

Quanto às leis a sua função é de contenção dentro da sociedade, sem as quais ("isto ia ser um mundo de vagabundos..."). Confusão evidente na coordenação mental dos conceitos "leis-consciência moral" o que o leva a situar-se a um nível de representação moral sócio-legalista.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 5)

A VIDA – A resposta ao dilema face à situação crítica do amigo insere-se num quadro reconciliatório de modo que todos os intervenientes fiquem bem situados éticamente: ("Se o médico lhe disse para não fumar é porque lhe fazia mal...Claro, faz mal a todos...Acho que o convencia a não fumar...Tentava convencê-lo para que isso era um erro...").

O que parece estar em causa é a amizade perspectivada desde um contexto de risco...Contudo a culpabilidade parece ser o fiel regulador na balança da argumentação do sujeito.

Porque é que a vida humana vale muito?

A resposta é ambivalente: ("A vida humana vale muito porque cada pessoa é como é").

Segue-se uma afirmação generalizada sem conteúdo ético nem expressão cognitiva significativos: ("Todas as pessoas têm direito a viver a sua vida...").

Em relação a uma hipotética avaliação comparativa entre vidas, o ponto de partida é a igualdade de todas as vidas: ("as duas vidas são importantes"), imediatamente condicionada por factores afectivos de amizade com o amigo que ocupa um lugar prioritário em relação ao estranho: ("mas sinto mais a vida dum amigo porque já estou ligado a ele, já o conheço...").

O OUTRO – A amizade continua a ser o ponto de referência de moralidade na argumentação do sujeito: ("Acho que não dizia nada ao pai dele por questões de amizade...").

Face ao conflito entre a autoridade parental e as exigências do amigo, tece-se uma estratégia de compromisso onde ninguém perde nem ninguém ganha: ("Acho que tentava dizer ao pai qualquer coisa. Acho que não dizia que ele tinha faltado às aulas, porque acho que quem deve dizer deve ser o próprio filho...etc."). A argumentação apresenta uma expressão moral relativa pelos ingredientes interesseiros que a constituem dado o carácter defensivo do sujeito.

Deve-se manter a palavra ("pela amizade e acho mesmo que pela amizade"). Aqui, a amizade tem um significado interesseiro e de conveniência entre amigos. O discurso termina com uma alusão à imoralidade da mentira que se deve descodificar no contexto social onde os indivíduos assumem determinadas

responsabilidades de uns para com os outros: ("Mentir é uma cobardia...e falta de maturidade porque uma pessoa ao mentir está a tentar fugir ao que fez. Não está a assumir as responsabilidades dos actos que cometeu").

A PROPRIEDADE ALHEIA – A resposta ao dilema é lógica e coerente, mas as razões dadas são pragmáticas e lineares: ("Acho que fez mal. Acho que tentava falar com os amigos"). Dá-se uma interiorização condicionada dos valores que impedem o sujeito de fazer juízos de valor isentos ou na medida do possível imparciais. Do mesmo modo, diz-se que não se deve roubar por razões de justiça e porque se corre o risco de perder a confiança interpessoal e a aprovação social: ("Para já é contra as leis e segundo, porque uma pessoa ao roubar está a tirar a uma pessoa coisas que custaram a ganhar..."). Orientação moral determinada por relações de mutualidade e de reciprocidade entre pessoas próximas ou afectivamente significativas.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta exprime uma concepção "situacionista" da consciência moral: ("Isso para já, varia com as pessoas, com a educação..."). Incapaz de operar conceptualmente, o sujeito torna-se descritivo, mas impreciso e confuso.

Quanto às leis, desempenham uma função reguladora da sociedade num sentido quase repressivo...("para orientar a sociedade, para enfim estabelecer uma ordem..."). No que se segue, o discurso é confuso e contraditório ao tentar correlacionar os conceitos leis–consciência moral. O que se

constata pela dificuldade em trabalhar mentalmente noções abstractas, ou pouco acessíveis à prática reflexiva do sujeito.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► ND/E, 6 – (Não Delinquente nº 6 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 6)

A VIDA – A resposta é banal no sentido de que o sujeito diz aquilo que se esperava. Só em último recurso e hipoteticamente é que se arriscaria pelo amigo: ("Tentava primeiro pedir a outra pessoa qualquer, mas se não tivesse mesmo outros recursos talvez pudesse fazer isso...").

Porque é que a vida vale muito? A resposta é correcta do ponto de vista material pelo seu carácter generalizado: (porque só podemos viver uma vez...") mas insuficiente, do ponto de vista ético, por falta de razões que a justifiquem. Do mesmo modo, o sujeito admite que todas as vidas são importantes mas mais numa perspectiva relacional, entre pessoas que se conhecem, do que numa perspectiva institucional, onde o bem comum está por cima da amizade: ("À partida penso que será igual, mas se uma pessoa tem um relacionamento com outra pessoa que conhece, terá mais intimidade afectiva...").

O OUTRO – Apesar de reconhecer a incorrecção do amigo que se apoderou dos textos para o exame, a fidelidade prometida está acima de tudo: ("Se me pediu segredo não contaria nada, talvez por fidelidade...mas sabia que não estava correcto...").

Constata-se uma interiorização evidente das normas e das expectativas sociais e uma capacidade de coordenar os vários aspectos em confronto. Deve-se manter a palavra para assegurar a confiança e, além disso, se se prometeu a palavra ao amigo, mantê-la é uma questão de justiça. Orientação moral predominantemente relacional e interpessoal. Finalmente o critério de avaliação da imoralidade da mentira são as exigências da sociedade a quem pertencemos e com quem nos comprometemos...("Se mentimos vai alterar um esquema, uma sociedade...É estar a deturpar uma sociedade se mentirmos...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – O sujeito emite um juízo de valor baseado na sua concepção de justiça: ("Fez mal porque se o dinheiro não era dele, não devia tirar o dinheiro a ninguém"). Neste caso a operação de justiça por reciprocidade deixa de ser formulada em termos materiais de pura troca para se fazer referência a conceitos mediadores tais como mérito, esforço, etc....("Porque à partida o comerciante trabalhou...").

Porque é que não se deve roubar?

Do mesmo modo trata-se duma resposta que implica uma concepção de justiça elaborada na coordenação de todos os pontos de vista pelo dinamismo da empatia: ("porque é tirar a alguém aquilo que não é nosso. Se a pessoa fez um esforço para o ganhar...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O sujeito manifesta dificuldade em exprimir-se dado o carácter abstracto da questão. Faz-se uma

alusão esforçada e implícita à função avaliadora e censuradora da consciência moral: ("Portanto, consciência moral é a coisa que nós estabelecemos para nos guiarmos para a vida...").

Quanto às leis desempenham um papel regulador na sociedade e tornam-se prioritárias em relação à consciência moral pela nossa situação de cidadãos, na sociedade que nos julgará segundo as regras e não segundo as consciências.

Trata-se dum raciocínio não isento de contradições por falta de estruturação cognitiva e prática suficientes.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 6)

A VIDA — A resposta ao dilema é pragmática ainda que interessante pela capacidade de coordenação dos diferentes pontos de vista: ("Tentava conversar com ele, porque não era por 5 dias que ele não ia deixar de fumar..."). Contudo, a pedra de toque de avaliação moral do sujeito continua a ser a amizade.

Porque é que a vida é importante?

A resposta é categórica e exclusivista ("Porque só vivemos uma vez..."), com tendências escatológicas...("Temos que aproveitá-la. Se vamos desperdiçar a vida...").

O raciocínio que se segue sobre a vida do amigo comparada com a vida do estranho, situa-se a nível convencional e adopta uma tonalidade afectiva, apesar do seu carácter

generalizado ("Em princípio será a vida dum amigo, mas a vida é importante para todos...") ou ainda noutra passagem ("Porque ao fim e ao cabo todos somos iguais. Ninguém é mais do que os outros...").

O OUTRO – O sujeito emite um raciocínio por partes: Primeiro o contacto com o amigo transgressor a fim de se tentar a reparação e assegurar a sua confiança. Em segundo lugar e, hipoteticamente, o contacto com o pai, mas sem denunciar o amigo. O sujeito revela alguma dependência da situação relacional criada e uma orientação moral dominada pelo desejo de manutenção da confiança interpessoal e da aprovação social: ("Antes de conversar com o pai, teria de ter conversado com o filho..."). Deve-se manter a palavra para assegurar a confiança como matriz da vida moral do sujeito...Do mesmo modo, não se deve mentir por razões que se prendem com as exigências da vida social. Interiorização das normas e das expectativas sociais.

A PROPRIEDADE – Que te parece?

A resposta é adequada do ponto de vista moral pelo uso que o sujeito faz do conceito de justiça como regulador e operador da vida social: ("Parece-me mal porque está a roubar dinheiro de alguém..."). Há outras maneiras de resolver os conflitos sem por em causa a ordem do grupo: ("Porque estamos a tirar aquilo que é dos outros... Em princípio, o melhor é nunca roubar...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é poética e expressiva do dinamismo pessoal do indivíduo, mas insuficiente do ponto de vista ético: ("A consciência moral são metas internas. Não serão bem metas, mas padrões...").

Do ponto de vista moral, a descrição carece de transfundo suficiente capaz de evidenciar a natureza e a função da própria consciência moral. A confusão é evidente ao tentar relacionar a consciência pessoal de cada um com a consciência moral colectiva dentro da sociedade. O que se demarca é a sociedade como sistema social e como critério moral da consciência de cada qual.

Finalmente, o sujeito dá um passo importante ao colocar a consciência moral bem formada como meta a atingir na regulação da vida dos indivíduos em sociedade: ("Claro que não podemos infringi-la – a lei – mas pelo menos, dentro do possível, tentar cumpri-la. Devemos ter sempre uma consciência moral que será talvez a personalidade de cada um...").

Estádio 4 do Juízo Moral

—► **ND/E, 7 – (Não Delinquente nº 7 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e Posteste)**

A. PRETESTE (ND/E, 7)

A VIDA – A resposta dada revela que o sujeito desenvolveu suficientemente a capacidade de empatia, de compreensão e de identificação coordenando bem todos os factores em causa para bem do outro: ("Atendendo às condições, um calmante é passageiro e a dor certamente iria voltar, portanto em princípio não assaltava a farmácia...tentava acalmá-lo doutras maneiras...").

Porque é que a vida é importante?

A resposta tem um carácter pragmático ("Ao longo da vida vamos efectuando várias descobertas nas aulas, no dia a dia...etc...."), e o raciocínio é construído à base de várias ideias como: ("a vida humana é uma descoberta...", "vamos evoluindo...", "a vida tem de ser vivida...", etc."), bem coordenadas entre si em torno duma ideia moral central: A vida é importante na medida em que se aproveita. Neste sentido, todas as vidas são importantes pela sua condição de seres humanos. Resposta generalizada de carácter imparcial: ("...são importantes ao mesmo nível porque são dois serem humanos").

Finalmente a avaliação da vida da criança fez-se em termos ideais, como alguém para o futuro... ("porque na criança residem muitas esperanças...").

O OUTRO – O sujeito, pela sua posição em relação ao dilema situa-se num contexto interpessoal, onde a expressão dos afectos por um lado e as exigências da justiça por outro, constituem critérios importantes de moralidade. O raciocínio emitido revela uma orientação moral interpessoal particularmente interessada na manutenção do bem comum a partir da confiança, da amizade e da fidelidade entre os elementos do grupo.

Porque é que não se deve mentir?

O sujeito adopta uma atitude formal em termos de princípio para se pronunciar sobre a imoralidade da mentira: ("Bem, é conforme a mentira. Mas em princípio não se deve mentir porque é uma atitude um bocado... não se transmite muita confiança mentindo...").

Segue-se um raciocínio, complementar ao anteriormente dito, de nível superior ainda que de carácter lúdico que vem valorizar bastante a expressão moral do sujeito: Há situações em que se pode mentir?: ("Lá está! Essa situação é já uma mentira...Pronto! Há certas situações em que a mentira não irá ser muito..."). O sujeito situa-se éticamente como membro dum sistema social.

A PROPRIEDADE – O juízo emitido revela-se imparcial e baseado num conceito de justiça que coordena bem todos os aspectos da situação em causa: ("Não me parece uma boa atitude, porque naquela caixa existia dinheiro que iria ser para outras pessoas que..."). Boa interiorização das normas e das expectativas sociais segundo o conceito de justiça.

Finalmente, não se deve roubar porque ("o roubo irá

prejudicar a ele próprio e aos outros") o que se insere numa concepção ética, imparcial segundo as leis que regulam o sistema social.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é um conjunto de expressões aparentemente sem significado e desconectadas em si: ("É uma consciência adoptada por... Talvez a consciência mediadora ou a média entre todas as pessoas..."). Põe-se a hipótese de confusão entre consciência moral, consciência psicológica ... Contudo, a resposta indeterminada não põe em causa a qualidade do juízo moral porque a estrutura cognitivo-ético do sujeito ou a sua perspectiva moral mantem-se intacta. Talvez se pudesse falar de desvio por excesso de subjectivismo moral: ("Em mim a consciência moral vai depender dos meus conceitos, da minha ideia, da minha maneira de ser...").

Quanto ás leis desempenham uma função de equilíbrio cabendo à consciência moral a prioridade e a decisão em caso de conflito:

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 7)

A VIDA – Que farias?

A resposta mantem-se pragmática, mas reveladora de uma boa interiorização generalizada a nível de esquemas sociais, de

pontos de vista, e de expectativas, etc. ("Se o médico lhe proibiu não lhe dou o tabaco...porque o tabaco é de qualquer das formas prejudicial... etc.").

Do mesmo modo, porque é que a vida é importante?

Raciocínio modesto dado o seu carácter hedonista imediato ("podemos ter sensações agradáveis e outras desagradáveis..."), mas logo em seguida melhorado a nível duma representação mental mais ampla e explicativa...("mas tanto dumas como doutras nós aprendemos sempre e podemos evoluir. É uma descoberta, a vida...").

Finalmente, em relação à questão comparativa entre vidas, o sujeito responde como alguém que vive em sociedade, generaliza para adoptar a perspectiva do grupo e demarca as diferenças: ("As duas vidas são importantes porque tanto um como outro são dois seres que pensam de maneiras diferentes e no entanto, de cada um de nós podemos descobrir coisas novas..."). É neste sentido que segundo o sujeito ("na vida da criança há bastantes esperanças...") em relação ao adulto.

O OUTRO – Em resposta ao dilema, o sujeito constrói uma estratégia cognitiva de evitamento do conflito entre o pai e o filho: ("Nesse aspecto iria advertir o pai que o filho anda a faltar, que tentasse descobrir duma maneira pacífica e calma o que é que ele estaria a fazer...etc...."). Raciocínio onde se coordenam bem os vários factores sociais e pessoais segundo os critérios generalizados da justiça. O imperativo "não se deve mentir" relativiza-se conforme as exigências das situações e o bem dos indivíduos: ("Aliás quando é que se deve mentir? Acho que essa deverá ser a pergunta, porque às vezes a mentira torna-se a solução")...

O sujeito situa-se num nível de avaliação suficientemente estruturado como alguém que vive em sociedade e procura cumprir as regras do jogo.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Do mesmo modo, o sujeito faz uma avaliação de conjunto da situação em nome dum outro imparcial e como membro duma sociedade. Ponderam-se os prós e os contras em termos de justiça e segundo uma boa capacidade empática: ("Embora o acto dele venha prejudicar muitas pessoas, mas realmente a situação dele é desesperante e é compreensível..."). Contudo não se deve roubar ("porque vai criar situações, vai prejudicar outras pessoas...Vamo-nos prejudicar a nós próprios porque vamo-nos envolver numa situação de risco..."). Boa argumentação do ponto de vista moral porque tenta-se resolver os conflitos apelando para um outro generalizado e numa operação de reciprocidade levando em conta os direitos e os deveres dos indivíduos.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é significativa do ponto de vista da natureza e da aplicação dos conteúdos mencionados à consciência moral: ("A consciência moral é aquilo que nós, os nossos valores, ideias e conceitos...vamos evidenciando ao longo dos tempos.."), mas insuficiente do ponto de vista estrutural e funcional. O raciocínio não põe em causa a posição moral do sujeito como alguém que dentro dum sistema social adopta uma atitude ética interiorizada, imparcial e suficientemente generalizada, diante dos problemas hipotéticos. Entre a consciência moral e as leis, aquela ocupa o lugar de charneira.

Estádio 4 do Juízo Moral

→ ND/E, 8 – (Não Delinquente nº 8 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 8)

A VIDA – A resposta exprime uma decisão altruísta e incondicional do sujeito ao ponto de estar disposto a arriscar-se pelo amigo, se necessário: ("Para mim, eu acima de tudo faria isso para salvar uma vida humana... Ele era meu amigo e não teria outra hipótese...etc."). Não se trata duma avaliação moral determinada pela proximidade afectiva como se pode pensar, mas duma avaliação de alguém que subordina os interesses individuais às necessidades do outro como elemento do grupo. Porque o que está em causa não é a amizade interesseira e imediata, mas a amizade como valor primordial e universal do grupo: ("O que está em causa é a amizade... Eu podia considerá-lo quase como um irmão se...").

O que é a vida?

("É um valor acima de tudo"). Expressão moral de carácter universal que inclui indiscriminadamente todos os seres humanos... Mas a razão de ser da vida é Deus e, neste sentido, a vida é mais um dom de Alguém do que um valor em si mesmo: ("É um valor acima de tudo, somo nós, o que Deus nos deu. É o dom de estarmos aqui").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é um raciocínio heterogéneo onde o sujeito descreve a vida: como um valor total ("A vida para mim é

algo talvez indefinido...") e como um valor circunstancial ("sem a vida não éramos ninguém. Não existiríamos, não teria a possibilidade de ver a natureza, nem o mundo..."). No fundo, a matriz moral que prevalece no sujeito é de nível convencional superior pela qualidade do raciocínio e pela oportunidade e boa coordenação das razões alegadas.

Finalmente, para corroborar o princípio do valor absoluto da vida em todos os seres humanos o sujeito admite a possibilidade de se valorizar particularmente a vida duma pessoa amiga dada a natureza mesma do amor humano: ("Normalmente, uma pessoa aprecia a vida dum amigo e é a ele que reconhece...").

O que se segue sobre a avaliação da vida não vem alterar em nada a orientação moral predominante do sujeito. Há aspectos hedonistas e altruístas aqui e acolá que acompanham o raciocínio principal e lhe dão uma expressão processual, isto é, a verdade mesmo em moral só é acessível por fases e por tentativas cada vez mais satisfatórias.

O OUTRO – A resposta ao dilema exprime a decisão do sujeito em se manter fiel ao amigo, mas não por razões imediatas de carácter afectivo, mas em honra da verdade ("porque prezo a verdade..."). O raciocínio é de carácter generalizado, bem interiorizado e feito a partir do grupo a que se pertence. Não carece de imparcialidade. A argumentação complica-se ao ponderar-se a imoralidade do acto em termos de falta de justiça em relação aos outros elementos do grupo: ("estava a haver uma desigualdade de circunstâncias..."). Mas em definitivo o que prevalece é a decisão de fidelidade ao amigo face à autoridade do professor, por razões éticas de princípio.

Porque é que se deve manter a palavra dada?

A resposta aparenta uma orientação moral interesseira e imediata e assim seria, não fosse o contexto onde se situa: o grupo social. Efectivamente, mesmo em sociedade, é possível cultivar a amizade tu a tu baseada na certeza de que o outro é fiel ao segredo.

Finalmente o critério sobre a moralidade ou a imoralidade da mentira é o grupo, isto é, se se prejudica ou não prejudica a alguém não só a nível de consequências mas sobretudo a nível de intenções.

A PROPRIEDADE ALHEIA — Que te parece?

A avaliação incide sobre a condenação formal do acto de roubar, a partir da qual se tece um conjunto de razões moralizantes que levem o sujeito a procurar outro modo de vida alternativo. Por vezes o raciocínio apresenta-se incisivo e obsessivo como neste caso. Não se deve roubar por razões de princípio ("O problema em si não é tirar mas o problema moral...") e não só por causa das consequências.

Roubar o outro é em si um acto de traição. A argumentação atinge um nível de pensamento formal que se estrutura segundo as coordenadas da justiça. Levam-se em conta as várias perspectivas do acto em si legais, morais na avaliação de conjunto.

A CONSCIÊNCIA MORAL — O que é a consciência moral?

A definição inclui em si duas dimensões: uma estrutural que ressalta o aspecto de censura da consciência moral ("consciência moral é acima de tudo saber que se está a agir

correctamente ou incorrectamente, se se está a prejudicar alguém ou não") e outra evolutiva que ressalta o aspecto relacional da mesma ("a consciência moral de certa forma vem-nos por via dos pais, do mundo que nos rodeia..."). Em relação às leis, o sujeito toma uma posição repressiva, atribuindo-lhe um papel regulador, punitivo "sine qua non" da ordem social. Trata-se, talvez, dum dos momentos menos elaborados de todo o discurso moral do sujeito. Sem perder de vista, contudo, o contexto social onde se situa.

Finalmente a dialéctica leis -consciência moral evidencia-se bem no raciocínio final. Aí são bem ponderados os ingredientes éticos da lei e da consciência segundo a complexidade das situações humanas. O raciocínio é de qualidade a nível hipotético-dedutivo ponderando-se, oportunamente, todas as variáveis possíveis e reais em jogo.

Estádio 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 8)

A VIDA – O sujeito assume uma posição moral firme em função do apreço que ele tem pela vida.: ("Eu não dava o tabaco, porque era para o bem dele. Se ele era meu amigo, eu estava certo de que me perdoaria, etc."). A vida segundo o sujeito, apresenta uma vertente genérica, a vida em si, e uma vertente particular, a vida na pessoa do amigo. O raciocínio pela sua qualidade formal permite discernir bem estes dois aspectos da vida.

Porque é que a vida é importante?

A argumentação apresenta um carácter formal e imparcial de alguém que, membro da sociedade, interiorizou bem os seus valores, entre os quais o valor da "vida como acontecer": ("A vida é principalmente isso, a capacidade que o homem tem de evoluir e, como tal, de existirem sempre cada vez mais coisas que são desconhecidas. Porque se não existisse um conhecimento indeterminado e infinito, neste momento, não havia razão para viver, talvez!").

Consequentemente, todas as vidas são valiosas, sobretudo em situação de risco, o que não impede uma preferência especial pela vida dum amigo.

Mantem-se o raciocínio lógico e processual onde são coordenadas as diferentes variáveis, segundo os parâmetros da justiça...Finalmente entre uma criança e um adulto famoso, não há distinções essenciais, porque são ambas vidas, mas apenas distinções de circunstância como o tempo e as realizações pessoais a favor da sociedade e do mundo que cada qual pode realizar. O raciocínio não está isento de algum hedonismo de carácter social, político e até moral a favor daqueles que mais coisas conseguem fazer. Neste sentido a criança vale muito não pelo que é em si, mas porque pode tornar-se numa pessoa famosa.

O OUTRO – A resposta do sujeito revela toda uma estratégia de fuga à situação onde deveria confrontar-se com a autoridade parental e as exigências interiores de fidelidade ao amigo. O móbil da decisão é a amizade baseada na confiança recíproca e mútua entre amigos, dentro do sistema social.

O sujeito raciocina com imparcialidade e com suficiente generalização o que lhe permite o situar-se como membro da sociedade. Neste sentido, deve manter-se a palavra dada ("como símbolo de respeito, de entreajuda, de amizade, de lealdade...").

Mais uma vez tudo se processa em termos simbólicos e formais suficientemente distanciados da realidade apesar de versar sobre situações concretas.

Porque é que não se deve mentir?

Consciência da relatividade da realidade humana onde há mentiras que prejudicam e que assumem proporções a nível de culpabilidade para os transgressores e mentiras lúdicas dado a sua inevitabilidade quotidiana.

A PROPRIEDADE ALHEIA – O sujeito toma uma posição categórica de condenação do roubo, seguida dum rosário de razões para justificar o seu raciocínio. O importante é seguir as alternativas ao roubo, nas situações de penúria: ("Errado! Assaltar não é solução. Trabalhar seria a solução, logicamente...").

As razões de porque não se deve roubar situam-se a nível da consciência do indivíduo, isto é, a um nível de princípios morais próprios de cada qual dentro da sociedade.

Orientação moral para a manutenção da ordem, da consistência e a da imparcialidade do sistema social. Os conflitos resolvem-se em termos generalizados segundo os critérios da justiça.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é correcta e cognitivamente bem formalizada, ainda que um pouco condicionada éticamente: ("A consciência moral é a consciência de agir e de pensar de cada indivíduo. É agir segundo uma determinada racionalidade...").

Referem-se os principais componentes da consciência moral como a censura, a sensibilidade ao bem e ao mal e a capacidade de avaliar ao serviço do indivíduo, dentro da sociedade...Do mesmo modo as leis desempenham um papel subsidiário da consciência moral ("para limitar os comportamentos humanos... Por isso, uma sociedade sem leis não existiria...").

Contudo compete à consciência moral agir por cima das leis, ainda que em princípio não deve haver conflito entre ambas. O raciocínio é congruente e suficientemente formalizado para coordenar reversível e imparcialmente os vários pontos de vista.

Estádio 5 do Juízo Moral

—► **ND/E, 9 – (Não Delinquente nº 9 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e de Posteste)**

A. PRETESTE (ND/E, 9)

A VIDA – O sujeito exprime-se com um certo realismo e em termos categóricos de recusa a propósito da eventualidade em assaltar uma farmácia para ajudar o amigo: ("É uma ideia totalmente assustadora..."). Segue-se a descrição de algumas alternativas possíveis ao roubo para ajudar o amigo...

Porque é que a vida vale muito?

A resposta é de carácter projectivo e de estilo messiânico. Valoriza-se a vida em função do fim que se lhe dá: ("Todos temos uma missão aqui a fazer... todos temos de descobrir a nossa vocação...").

O raciocínio é formulado em nome dum outro imparcial apesar de se fazer a partir de si próprio: ("Este mundo é como se fosse um conjunto de muitas variáveis... ... Não me cabe na ideia de haver só um tipo de pessoas...").

Finalmente, quanto à importância hipoteticamente comparativa entre a vida dum amigo e dum estranho o sujeito parte do pressuposto de que ("toda a vida tem o mesmo valor, façamos o que fizermos..."). Raciocínio que se exprime a um nível generalizado de avaliação segundo as exigências da justiça e que concede uma atenção especial ao amigo por ser amigo, isto é, ("alguém que interfere na minha vida").

O OUTRO – A resposta revela um conflito entre o imperativo de se manter fiel ao amigo e ao grupo ("Acho que não diria nada ao professor porque todos nos aproveitamos...") e as exigências de respeito devidas à autoridade ("não sei, uma pessoa na vida escolar vê sempre os professores como os "maus-feios"). Boa interiorização das normas e expectativas sociais que o levam a sentir-se perplexo entre dois mundos de pessoas diferentes. Deve-se manter a palavra dada ("por uma questão de Honra, porque depois mais ninguém nos confiaria nada e sentir-nos íamos interiormente marginalizados..."). O raciocínio exprime a necessidade de se assegurar a confiança e a afirmação social por um lado, e por outro o risco de se sentir culpabilizado em caso de transgressão. Evidencia-se a prática da regra de ouro, segundo a qual devemos tratar os outros como gostaríamos que nos tratassem a nós...

Do mesmo modo, não se deve mentir para evitar situações desagradáveis de autocensura em relação aos outros. A mentira é vista como um acto de transgressão dentro do grupo. O sujeito que interiorizou os valores e as regras do grupo não tem o direito de as transgredir, mentindo: ("Não há situações em que se pode mentir, mas há situações em que se faz porque é mais fácil"). Neste sentido, mentir é um acto individual contra o bem comum do grupo.

A PROPRIEDADE – Avaliação do roubo por uma clave existencialista onde a imoralidade do mesmo pode trazer consequências imprevisíveis. O sujeito mostra-se realista e prudente na avaliação feita. Mas a principal justificação dada é de carácter comunitário: ("Porque roubar é desprezar o trabalho

dos outros..."). O sujeito sente-se com os outros membro da sociedade. E o roubo é, antes de mais nada, um atentado contra a sociedade. Suficiente imparcialidade e boa interiorização das regras e dos critérios de justiça: ("Estar a roubar é injusto...é alterar as regras do jogo").

A CONSCIÊNCIA MORAL – Definição da mesma, por aproximações sucessivas em função do que implica a consciência moral ("regras que nos fazem ver o lado que consideramos direito...") e com referência especial aos aspectos evolutivo-relacionais da consciência moral: ("O que fomos aprendendo ao longo da vida..."). Dificuldade em operar formalmente, a nível cognitivo, com conceitos não suficientemente elaborados.

Quanto às leis, o sujeito tem conhecimento da sua função na sociedade e mostra-se com capacidade de relativizar as mesmas porque ("as leis foram feitas por homens e os homens também erram. As leis são cegas, não visam todas as possibilidades...").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 9)

A VIDA – O sujeito toma posição categórica mas realista face à situação criada pelo dilema: ("Acho que não seria assim tão corajoso a esse ponto. Não lhe daria os cigarros..."). Segue-

-se uma referência a uma experiência particular do sujeito de significado emocional e que se situa éticamente a nível sócio-afectivo convencional com fortes ingredientes empáticos, etc.

Porque é que a vida vale muito?

Há uma referência divina como critério de avaliação moral da vida: ("Porque Deus nos fez, deu-nos a liberdade de sermos o que quisessemos").

O raciocínio exprime a ideia do valor universal da vida ainda que condicionada pelas exigências religiosas do sujeito e sempre em função do bem do indivíduo e dentro da comunidade.

Há interiorização, imparcialidade e consciência de pertença ao grupo.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A resposta é generalizada ("Todas as vidas são importantes..."), mas não exclui uma atenção especial ao amigo pela proximidade afectiva com o mesmo ou à criança pelas possibilidades que ainda tem à sua frente. O raciocínio apesar de geral e imparcial não se encontra suficientemente liberto de aspectos hedonistas e relacionais que lhe dão um carácter convencional carregado.

O OUTRO – O discurso do sujeito como reacção ao dilema aparece muito próximo dos valores clássicos parentais e coloca o amigo na órbita duma moralidade de menino bem comportado: ("Eu diria que ele precisava de ajuda nos estudos. Não lhe diria muita coisa, mas sim o essencial...").

Neste sentido, deve-se manter a palavra para preservar a

honra como condição de amizade: ("porque é a nossa honra que está em causa..."). Raciocínio particularmente interessado na manutenção da confiança interpessoal e da aprovação social...Na mesma linha, não se deve mentir para assegurar a confiança mútua e para evitar a culpabilidade da consciência moral. Raciocínio movido à volta da necessidade de dar uma boa imagem de si mesmo e de respeitar as normas estabelecidas pelo quadro social.

A PROPRIEDADE ALHEIA – A resposta é categórica em termos de reprovação do roubo como imoral e sugerem-se as alternativas clássicas ao roubo. Posição moral talvez demasiado linear, comandada pela introjecção rígida de determinados valores do sujeito.

Porque é que não se deve roubar?

A resposta implica um duplo raciocínio: um de natureza legal porque roubar é transgredir as leis da sociedade e outro de natureza moral porque roubar é um atentado contra a justiça. Ambos se completam num estádio moral onde o sujeito se orienta segundo as regras e as expectativas sociais da sociedade a que pertence.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A resposta é satisfatória do ponto de vista convencional segundo a qual, a consciência moral é ("Aquilo que nós aprendemos que é bem, que se deve e não se deve fazer..."). O raciocínio moral do sujeito continua dominado pela necessidade de manter-se fiel às leis e dar boa imagem para não perder a confiança dos outros.

As leis servem para se cumprirem os objectivos duma

sociedade onde os indivíduos se respeitam mutuamente ("para que todos se possam aceitar...sem abusos...").

Finalmente, admite-se a relatividade da lei apesar de se lhe conceder a prioridade em relação à consciência: ("...É preferível cumprir a lei, porque a nossa consciência moral poderá também não estar certa..."). Trata-se dum protocolo onde o indivíduo adopta um ponto de vista moral, geral, racional e relacional, isto é orientado segundo os códigos e as normas socialmente aceites.

Estádio 4 do Juízo Moral

—▸ **<u>ND/E, 10</u> – (Não Delinquente nº 10 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e Posteste)**

A. PRETESTE (ND/E, 10)

A VIDA – A resposta é adequada do ponto de vista moral, mas mais determinada pelo senso comum do que o resultado duma reflexão.

Porque é que a vida é importante?

A resposta apresenta um carácter operatório e hedonista em termos de inspiração maniqueísta: ("A vida tem as suas virtudes e os seus defeitos, muitos problemas mas também muitas coisas boas..."). E termina com uma alusão escatológica: ("Não sei o que está para lá da vida o que me espera do outro lado, e como estou contente aqui...").

Trata-se duma avaliação moral da vida: dualista, prudencial, instrumentalista.

Quanto à avaliação hipoteticamente comparativa da vida o raciocínio é generalizável, mas as razões emitidas são particulares e imediatas, determinadas pelas circunstâncias do sujeito: ("Acho que ajudo os dois, não vou por nenhum obstáculo. Posso não conhecer uma pessoa e ser uma pessoa muito importante, etc."). Do mesmo modo o critério de avaliação da vida da criança é demasiado circunstancial, quase material: ("A criança é um ser indefeso que não tem defesas nenhumas enquanto que uma pessoa famosa tem tudo à sua volta...").

O OUTRO – A resposta é oportunista e a sua moralidade é determinada pelas vantagens ou desvantagens que daí podem advir: ("Eu não diria nada, como é evidente porque se calhar também ía aproveitar...").

Porque é que se deve manter a palavra dada?

A resposta imprecisa revela a insegurança moral do sujeito. E por outro lado, o critério de avaliação são quase sempre as consequências dos actos ou o oportunismo das situações. E finalmente, à pergunta porque é que não se deve mentir, a resposta é banal e sem qualquer expressão moral ou informativa ("Não sei...uma pessoa geralmente deve dizer sempre a verdade. Só em último caso, quando está muito à rasca é que mente").

A PROPRIEDADE – A resposta dá lugar a um raciocínio operatório concreto, isto é, de tipo pragmático e de natureza linear sem coordenação de pontos de vista: ("Acho que fez mal. Ele não conseguiu arranjar emprego...Primeiro devia tentar mais...etc.").

Não se deve roubar por razões pragmáticas de natureza afectiva como: ("As dificuldades hoje em dia para fazer as suas coisas..."). Está implícito um conceito de justiça que funciona segundo critérios de interesses, de desejos e de necessidades: ("Têm a sua vida certa. Estão à espera do fim do mês...depois chega lá uma pessoa e rouba-lhes...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

Evidente, pela resposta dada, a confusão entre consciência moral e consciência psicológica, assim como a inaptidão do

sujeito para operar com conceitos abstractos a nível formal. Perplexidade: ("Não sei explicar. Não sei...uma pessoa ter consciência daquilo que faz... fazer bem e nunca ultrapassar..."). Destaca-se fragmentariamente a função autocensora específica da consciência moral no meio da desorganização verbal. Do ponto de vista das leis e da correlação destas com a consciência moral o indivíduo não é testável, ou pelo menos as respostas sem significado não adquirem um valor moral suficiente.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 10)

A VIDA – O indivíduo, em resposta ao dilema, detem-se a nível de pormenores circunstanciais que comprometem a qualidade do seu raciocínio...("Uma pessoa quando é operada está debilitada e se vai correr o risco...").

Porque é que a vida humana é importante?

A resposta é hedonista e de carácter projectivo: ("Porque eu gosto de viver. Sinto-me feliz por estar aqui..."). Apresenta-se uma razão escatológica ("e como não conheço a vida para além da morte") e em seguida o sujeito perde-se em pormenores extemporâneos que tornam o raciocínio bizarro ("Não sei se viu o caso daquele bébé que nasceu sem parte do cérebro e os pais doaram...etc.").

Em resumo, o indivíduo não é imparcial na sua avaliação,

fala em relação à sociedade, mas sem se sentir parte integrante do sistema social e é mais categórico do que processual nas suas afirmações o que lhe confere uma orientação moral restrita.

Em relação à pergunta comparativa entre vidas, o sujeito dá uma resposta de tipo geral ("a vida de qualquer pessoa é importante") mas referenciada à sociedade como algo extrínseco a si mesmo e não como sistema ao qual pertence.

O OUTRO – A resposta dada exprime a atitude preventiva do sujeito que, aliando-se com o pai do amigo tenta evitar para este as consequências inevitáveis do seu acto.

Trata-se duma estratégia de segurança, sinal da perplexidade do sujeito e da sua tendência a pragmatizar os problemas surgidos: ("Penso que, se calhar, era capaz de dizer ao pai para ajudá-lo...Para ele posso não estar a ser leal...O pai ao falar com ele poderá antes abrir-lhe...").

Porque é que se deve manter a palavra dada?

Em geral porque ("senão as pessoas deixam de confiar em nós"). Orientação moral determinada pela necessidade de manutenção da aprovação social. O raciocínio do sujeito permanece confuso e titubeante, talvez influenciado pela força das circunstâncias da vida real: ("Conforme os casos. Neste caso não mantinha a palavra... No caso do professor eu mantinha porque aí estávamos todos em cheque").

Finalmente não se deve mentir por razões meramente pragmáticas: ("Às vezes é negativo e outras vezes é positivo. Pode por em causa determinadas coisas..."). Contudo, logo a seguir, o sujeito emite um raciocínio mais generalizado sobre

a mesma questão ainda que mantendo o mesmo espírito ou a mesma orientação moral instrumental: ("Porque devemos ir sempre pela verdade. A mentira vem sempre a descobrir-se e não leva a lado nenhum...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – O sujeito coordena bem as várias perspectivas da situação problemática mas a um nível bastante pragmático e imediato. Formula operações de justiça mas num contexto humano relacional e interpessoal: ("No fundo sente-se aliviado porque assaltou uma loja o que é ainda pior...").

Porque é que não se deve roubar?

("Porque corremos o risco de ficar marcados para a vida toda...etc.") Vale mais prevenir do que remediar e roubar é um risco que põe em causa a aprovação social, a confiança e a inserção no grupo. Suficiente interiorização das expectativas sociais e boa capacidade de coordenar perspectivas.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral é explicada na clave da transgressão, isto é, é o critério que nos diz até onde podemos chegar nos nossos actos: ("Podemos atingir e chegar até um certo sítio e dizer pára porque não podemos avançar mais"). Desempenha uma função negativa em relação ao comportamento.

Quanto às leis, a sua função é ser reguladora da sociedade e o seu lugar na ordem moral é prioritário apesar da nobreza da consciência moral.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► ND/E, 11 – (Não Delinquente nº 11 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 11)

A VIDA – O sujeito faz um juízo moral adequado da situação onde se coordenam os diversos aspectos da mesma, mas numa perspectiva demasiado pragmática: ("É difícil mas eu acho que não. Não fazia isso, assaltar uma farmácia! Apesar de me ter dito que se matava...").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é projectiva: ("Também já me interroguei sobre isso...").

Para o sujeito o valor da vida ressalta mais, se a mesma for confrontada com a morte: ("Já muitas pessoas falam nisso e não há razões para isso...Descobri que não há razões para o suicídio...").

Para o sujeito o facto de se nascer e ter de viver, mesmo quando as coisas corram mal, é o que dá importância à vida. Trata-se duma justificação moral mais existencialista do que lógica ou estrutural. A avaliação é suficientemente generalizada e por vezes imparcial, apesar do ponto de partida projectivo.

Finalmente todas as vidas são importantes para o sujeito porque ("ambas são vidas"). No raciocínio que se segue, o sujeito mostra-se **imparcial** mas não isento pelos laços afectivos que o levam a preferir a vida do amigo ("um amigo,

a gente está com ele..."), **generalizado** mas não universalizante pela tendência a avaliar a partir da situação concreta, **membro da sociedade** mas não comprometido em regular o comportamento segundo as leis que regem a mesma.

O OUTRO – O sujeito começa por autojustificar-se para dar uma boa imagem de si mesmo: ("Eu sou assim. Geralmente não minto. Mesmo que me façam perguntas embaraçosas, geralmente sou sincero...").

O raciocínio tem um carácter desculpabilizante: ("Estou a tentar por a coisas direitas porque uma pessoa não pode entrar dum lado ou do outro... Estou a tentar ser sincero...") e é revelador da vida do sujeito: ("Já abandonei esses esquema de andar com pajeizinhos").

Do ponto de vista moral, pela sua própria pessoa ou pela pessoa dum terceiro, o sujeito exprime a necessidade de se dar uma boa imagem de se manter a confiança e a aprovação social como valores supremos.

Porque é que se deve manter a palavra? ("É uma descarga de consciência...") ou talvez, é uma obrigação de consciência. Espécie de imperativo categórico que se impõe pelas exigências da amizade e como condição da vida em sociedade. Do mesmo modo, não se deve mentir porque: ("Não deve haver razões para se mentir..."). A resposta é indeterminada e repete um estereotipo social que se enquadra numa série de justificações pragmáticas. A parte final da argumentação recolhe uma autoconfissão do sujeito que lhe confere um certo relevo e significado de tipo moral e cognitivo: ("Muitas coisas, eu nunca me interroguei acerca disto e nunca aprofun-

dei isto. Se calhar é um conceito, a gente acha que não deve mentir, não deve mentir...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – A resposta apresenta-se em termos de justiça, isto é, refere a necessidade que temos todos de ser respeitados nos nossos direitos: ("Roubaram-me!...Não é por ganância mas mexeram no que é nosso..."). Interiorização das normas e das expectativas sociais e sensibilidade a qualquer interferência que possa por em causa a harmonia social. No fundo, roubar é uma questão de injustiça, tendo em conta o trabalho e o esforço dos outros dos quais nos apropriamos. Movimento sócio-empático bem cultivado e expresso em termos de mutualidade, reciprocidade.

A CONSCIÊNCIA MORAL – Segundo o sujeito, a consciência moral apresenta duas vertentes: a vertente subjectiva ("uma pessoa deve tentar ser o mais correcta possível e viver de modo que...") e a vertente social ("porque diz aquilo que se deve e não deve fazer...").

Orientação para uma moralidade interpessoal de tipo altruísta baseada no conceito de justiça em termos ideais.

Quanto à correlação leis-consciência moral, o texto torna-se indecifrável por falta duma ideia mestra que regule a argumentação.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 11)

A VIDA – Através duma resposta simples e breve o sujeito toma posição pela amizade, isto é, não estaria disposto a fazer nada que prejudicasse o amigo: ("Eu recusava porque podia estar a por em risco a vida dele..."). Trata-se dum gesto de moralidade interpessoal baseado no desejo de manter a confiança e de cumprir as regras sociais segundo a justiça.

Porque é que a vida é importante?

O sujeito responde a partir de si mesmo, referindo-se a pormenores sem importância da hipotética situação do dilema: ("Por exemplo a minha vida neste caso podia ser importante porque eu poderia salvá-lo..."). Há uma referência significativa, no final da argumentação à condição social das pessoas, como meio de sobrevivência: ("Se não existisse ninguém estava de parte, mas como existe sempre alguém as pessoas estão relacionadas..."). Esta alusão dá a nota moral dominante do sujeito que se situa a nível convencional, interpessoal e afectivo.

Todas as vidas são importantes, expressão moral generalizada, mas os laços afectivos levam-nos a ligar-nos mais a algumas pessoas do que a outras. Do mesmo modo, a criança, pela sua situação face a um futuro a construir tem as nossas preferências. O sujeito que interiorizou determinados valores, regras e normas sociais, generaliza o mais possível os seus juízos sem, contudo, conseguir desprender-se totalmente da força das convenções humanas e sociais...

O OUTRO – Perplexidade do sujeito entre a obrigação de manter o segredo prometido e as exigências de respeito devidas à autoridade parental: ("Possivelmente não lhe diria nada...Tinha-me pedido segredo...mas talvez lhe desse, ao pai, uns toques...").

O nível moral do sujeito não lhe permite desprender-se ainda, sem culpabilidade, dos ingredientes da condição moral convencional...Deve-se manter a palavra dada, pelo valor atribuído à própria palavra, mesmo que não se esteja em risco de... Elevação ética onde o sujeito se distingue pela sua imparcialidade e pela generalização de pontos de vista conseguida: ("É a nossa palavra. Não é que esteja alguma coisa em risco...").

Finalmente, não se deve mentir por razões que têm a ver com as próprias exigências da palavra prometida: ("...Perder a palavra ou tem de ser uma palavra segura, uma pessoa duma só palavra... Não se deve mentir porque perder-se-ia a palavra..."). O raciocínio é adequado do ponto de vista cognitivo pelo seu carácter formal e do ponto de vista ético pela conjugação de pontos de vista em função das exigências da justiça.

A PROPRIEDADE ALHEIA – O sujeito perspectiva a realidade em termos de tal modo extremistas que o levam a associar o furto a uma situação de loucura, sem contudo se confundirem: ("Embora esteja desesperado, acho que nenhum desespero deve levar à loucura..."). A animosidade manifestada pelo sujeito leva-o a perder qualidade na capacidade avaliativa.

Porque é que não se deve roubar?

A resposta exprime a necessidade do sujeito manter a confiança interpessoal e a aprovação social: ("O roubo também é quase como perder a palavra, como mentir...Uma pessoa poderá ficar sem credibilidade diante das outras pessoa...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral é descrita fenomenologicamente em termos de acontecer: ("A consciência moral pode estar relacionada com esses aspectos de roubar, mentir..."). Segue-se uma definição mais adequada: ("A consciência é uma pessoa que tem consciência daquilo que faz e depois pode avaliar moralmente...") onde o sujeito manifesta conhecimento da função avaliativa, autocensora e culpabilizante da mesma. As leis desempenham uma função indispensável, mas dado o seu carácter relativo, convencional e "exterior" tornam-se subsidiárias da consciência moral, instância decisiva dos nossos actos: ("As leis são um bocado exteriores à nossa consciência...Talvez um bocado artificiais...É mais importante seguir a consciência...").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—▸ ND/E, 12 — (Não Delinquente nº 12 do Grupo Experimental, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/E, 12)

A VIDA — Em função do valor "vida", faz-se uma aproximação progressiva, entre as hipóteses mais viáveis até encontrar uma solução satisfatória: ("Creio que para já o que contava era a vida dele...Se ele dissesse que se matava e matava mesmo, acima de tudo o que contava era a vida dele. Depois era um acto..."). Boa interiorização dos valores e das normas sociais e consequente capacidade empática para "situar-se na pele do outro". Coordenam-se os vários pontos de vista à medida que progride o raciocínio.

Porque é que a vida é importante?

O sujeito toma uma posição existencialista perante a vida com referência a Deus, autor da mesma, diante do qual a melhor atitude é a resignação: ("Estamos cá. Além de todos os mistérios que a gente não sabe ainda...e muita coisa que a gente sofre...Puseram-me aqui...se foi Deus ou lá quem foi...temos de seguir o nosso caminho...").

O que é a vida?

A resposta assume um carácter fatalista pelo seu enquadramento na realidade da morte... A vida é imprevisível como nas vicissitudes do jogo: ("Para mim a vida é um jogo na mesma, só que pode ser que ganhemos ou percamos..."). A resposta é projectiva com forte carga emotiva. Éticamente a abordagem é

processual, interiorizada e é própria de alguém que se sente responsável perante as exigências da justiça, dentro duma comunidade.

Finalmente, o reconhecimento do valor igualitário da vida para todos não exclui a opção prioritária pelo amigo e pela criança, por razões afectivas ou de idade, respectivamente. Influência de tipo convencional.

O OUTRO – Que te parece?

Face ao conflito criado pelo dilema, o sujeito faz uma chamada à situação de grupo estudantil com as suas regras próprias de funcionamento, a fim de escusar a transgressão do amigo. Sem menosprezar o respeito devido à autoridade do professor, cria-se uma estratégia de compromisso onde a amizade que o liga ao colega sai ilesa: ("Ora bem, quando se trata de alunos e amigos de turma ajudam-se uns aos outros...Também depende de professores, etc.").

Deve-se manter a palavra dada por razões de confiança, isto é, pelos compromissos assumidos com alguém com quem se estabeleceu um pacto de fidelidade: ("Se tem confiança em nós, se nos confia algo dele...").Assim como também a afirmação de que "não se deve mentir" é uma afirmação duvidosa contestada pela experiência onde ("toda a gente mente").

A orientação moral do sujeito é determinada pela necessidade de se respeitarem as regras sociais a fim de se assegurar a aprovação e a confiança dentro do grupo.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Face ao dilema do roubo o sujeito mostra-se cauto: ("Um bocado difícil...") com tendência a mostrar-se compreensivo: ("Não me parece nem bem nem mal. Depende do estado de espírito da pessoa..."). Boa capacidade de coordenação de pontos de vista segundo a situação...

"Não se deve roubar" – o sujeito adopta uma atitude crítica ("Foi sempre assim. A sociedade habituou-nos...") e reenvia a questão para a autoridade que vem de Deus ou das leis da sociedade...Espécie de compromisso com a sociedade a que o sujeito pertence e se sente obrigado. O raciocínio não deixa de ter aspectos bem vincados de legalismo e de utilitarismo.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral, segundo o sujeito, é relativa no seu exercício ("porque varia de cada pessoa...") e desempenha uma função reguladora do comportamento dos indivíduos. Destaca-se a sua dimensão hedonista: ("A consciência moral é sentir-se bem com nós próprios. Estar em paz...").

As leis, pelo seu carácter determinista de ordenar a sociedade, são necessárias ainda que nem sempre funcionais ("Acho que há leis sem fundamento"). Compete à consciência moral a coordenação dos comportamentos que se regulam pelas leis...Um dos critérios importantes de avaliação do binómio "leis-consciência moral" são as consequências ("lá está, pesam muito as consequências...") dos nossos actos.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/E, 12)

A VIDA – O sujeito manifesta perplexidade face à situação crítica do amigo. Ponderam-se obsessivamente as variáveis em causa, evidenciando-se um conflito no sujeito entre seguir as exigências do amigo ou os imperativos da autoridade figurados na pessoa do médico.

Porque é que a vida é importante?

A resposta é de carácter projectivo com uma orientação escatológica: ("porque andamos todos cá na terra...como já disse é uma passagem, é um jogo. Nós temos de passar por aqui e não sabemos o que há depois da morte..."). Há aspectos hedonistas e estoicistas a ressaltar através da argumentação e que dão à orientação moral do sujeito uma categoria convencional com ingredientes de natureza afectiva, interpessoal, instrumental, etc.

O sujeito reconhece o valor igualitário de todas as vidas, o que não põe em causa a atenção especial requerida para o amigo, pela sua proximidade afectiva ou para a criança pela sua situação no tempo em relação ao adulto. No conjunto destacam-se a interiorização adquirida dos valores e expectativas sociais e a imparcialidade manifestada nos juízos emitidos.

O OUTRO – Mantendo-se no mesmo registo obsessivo de antes, o sujeito procura pontualizar todas as variáveis da situação tentando conjugar o compromisso de fidelidade ao amigo com as exigências do sujeito parental: ("Creio que não diria nada ao pai. Seria uma fase em que ou por brincadeira ou por não estar bem...").

Porque é que se deve manter a palavra dada?

Por um gesto de confiança e dentro duma certa lógica de coerência entre amigos: ("É uma ligação entre duas pessoas e a palavra é importante..."). Orientação moral marcada pela necessidade afectiva de manutenção da confiança e aprovação social dentro do grupo. Do mesmo modo, a mentira apesar de ser "o nosso dia a dia", pode tomar proporções de transgressão e por em causa a confiança mútua: ("Não se deve mentir, mas há mentiras que...").

A PROPRIEDADE ALHEIA — Que te parece?

A resposta é repetitiva e banal quanto aos recursos apresentados para a resolução do problema. O sujeito continua a movimentar-se dentro duma área ética convencional, orientado pela necessidade afectiva de manter a confiança e a aprovação social. Não se deve roubar por razões de justiça em termos ideais segundo as leis da sociedade.

A CONSCIÊNCIA MORAL — O que é a consciência moral?

Segundo o sujeito a consciência moral desempenha uma função reguladora do comportamento em face do bem e do mal: ("É a parte da pessoa que nos diz o que estamos a fazer...").

Trata-se duma abordagem experimental, a partir de si mesmo, que não é facilmente conceptualizada pelo sujeito a nível operatório formal. O seu carácter individual ("que nos impõe certas ideias") é em função da sociedade. As leis que ("servem para isto não estar tudo desorganizado...") dificilmente se correlacionam com a consciência moral. O discurso nesta parte é obsessivo e confuso sem a coerência necessária para uma descodificação ética adequada.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

7.1.3.2. A Interacção (2 a 2 dos Não Delinquentes/Experimental)

——————► <u>1ª DÍADE EM INTERACÇÃO</u> (ND/E, 3 com ND/E, 7)

Os sujeitos apresentam níveis cognitivos homogéneos mas com centrações diferentes, sendo o conflito criado ocasião de progressos para os dois indivíduos. O tempo **A** é propício a uma situação sócio-conflitiva, enquanto que no tempo **B**, mais disperso, o conflito não é tão evidente.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O tema em discussão é o roubo: ND/E, 7 começa por relativizar a imoralidade do roubo ("É conforme as situações..."), ao qual ND/E, 3 replica em termos categóricos, absolutizando a imoralidade do roubo ("Mas nunca se pode. Nunca se deve".) ND/E, 7 toma uma atitude defensiva dissertando entre o poder e o dever roubar ao qual ND/E, 3 não adere, retomando a primeira intervenção do colega ("Se o estado psicológico for mau, então está a fazer uma birrada") o que para ND/E, 7 significa um desafio ("Está a fazer o que lhe parece melhor"). Atingido, ND/E, 3 contesta ("Para ele, para os outros não"). Há um movimento oscilatório em termos de centralização-descentralização entre os dois intervenientes. O conflito subjacente é evidente mas não suficientemente estruturante, por enquanto, como se vê pela parte final. ND/E, 7, talvez devido à tensão criada pergunta ao experimentador: "Mas aqui quando diz se roubar é bom ou mau é em relação a quê?"

Experimentador – "De maneira geral..."

O diálogo interactivo retoma o seu percurso:

ND/E, 3 – "Não! Está a mexer com os outros!"

ND/E, 7 – "Sim, vai prejudicar, mas em contrapartida se ele está numa situação desfavorável... é natural que chegue a esse ponto!"

ND/E, 3 – "Roubar porque..."

ND/E, 7 – "O que é dos outros..."

etc., etc., etc.

Dá-se, ainda que tenuamente, uma aproximação consensual e progressiva entre os intervenientes, onde o conflito, apesar de velado se torna criativo, a partir duma certa plataforma de entendimento.

Experimentador – "E quanto ao caso do colega desesperado... ...põe-se a hipótese de assaltar a farmácia".

Não chega a haver confrontação de pontos de vista, dada a transparência do tema, mas apenas explicitações de parte a parte com enriquecimento mútuo.

Experimentador – "Mulher gravemente doente, cujo marido...".

ND/E, 7 dá uma resposta explicativa, de carácter compreensivo com a finalidade de desmontar as verdadeiras razões do roubo... ("Lá está, ele está numa situação financeira degradada... etc."), à qual ND/E, 3 riposta categórica e

hermeticamente em termos avaliativos ("Mas roubar...").
ND/E, 7 aceita o desafio e o conflito toma uma expressão evidente ainda que sem grandes proporções emocionais de parte a parte.

ND/E, 7 – "Ele podia estar numa situação necessitada de dinheiro... etc."

ND/E, 3 – "Mas mesmo assim, roubar é roubar... etc."

ND/E, 7 – "Bem, mas aí já não seria... etc."

No processo interactivo, ND/E, 7 e ND/E, 3 complementam-se conflitivamente sem grandes desacordos alcançados. Não se trata duma evolução propriamente estrutural, mas de melhorias na capacidade de coordenar, de raciocinar eticamente com outros pontos de vista.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

De maneira geral, a interacção em torno da temática do Outro apresenta-se mais complacente e menos conflitiva, dada a defensividade dos intervenientes e a transparência não explorada dos temas abordados.

Experimentador – "Se durante um exame crucial recebesse um telefonema urgente duma pessoa muito próxima..."

ND/E, 3 depois de ter ponderado bem as circunstâncias do dilema, opta e desafia ND/E, 7 que, por sua vez, adere

simetricamente à posição de ND/E, 3 ("Pois, eu também estou de acordo nesse aspecto...").

ND/E, 3 retoma o discurso em termos de esclarecimento e para justificar-se, face à complexidade da situação, pela decisão tomada: ("Só que uma pessoa passa a vida toda à espera daquilo... Não vou deixar que outro se meta à frente...").

ND/E, 7 em posição paralela, adere à opinião do colega e limita-se a fazer algumas ressalvas, expressão da conflitividade subjacente. ND/E, 3 tenta uma aproximação sem dificuldade já que a transparência do assunto assim o permite e ambos terminam por manifestar o seu consenso explícito.

ND/E, 3 – "Se fosse da família... estava primeiro..."

ND/E, 7 – "Claro, sim. Concordo contigo.".

A natureza fácil e evidente do dilema leva os sujeitos a usarem estratégias colaborantes com intercâmbios de pontos de vista mas sem comunicação sócio-cognitiva conflitualizada. ND/E, 7 e ND/E, 3 limitam-se a discursar complementarmente, reforçando-se mutuamente nas suas posições simétricas:

ND/E, 3 – "Eu saía de casa..."

ND/E, 7 – "Eu também!"

ND/E, 3 – "Deixava um bilhete..."

ND/E, 7 – "Senão pegava nas chaves e saía..."

Experimentador – "Afinal pode-se mentir ou não?"

Os dois intervenientes tomam posições face a face, não totalmente transparentes, a respeito da mentira. A partir daí

e com facilidade de palavra o discurso toma uma trajectória lúdica onde um e outro se esforçam por completar-se, construindo-se assim, um conjunto ético mais ou menos elaborado:

ND/E, 7 – "Pode-se. Atendendo às situações, pode."

ND/E, 3 – "Há mentiras que não se devem fazer, grandes mentiras..."

ND/E, 7 – "Sim. No que diz respeito a falar mal duma pessoa pelas costas..."

Experimentador – "Finalmente e quanto à situação criada pelo colega que entrou no gabinete do professor..."

Ambos os intervenientes optam por defender "o colega" numa atitude compreensiva, mas com discursos diferentes ainda que com itinerários convergentes: enquanto que ND/E, 7 é mais directo e casuístico ("Claro que não o ia denunciar..."), ND/E, 3, menos explícito, é mais teórico e moralizante. ("Pois aqui está uma mentira que não faz mal dizer que sim ou que não...").

Temos, portanto, em conclusão, um percurso dialogal interactivo onde os dois intervenientes tentam coordenar pontos de vista diferentes, ou mais ou menos convergentes, implicando a maior parte do tempo uma regulação recíproca da discussão com descentralização, empatia, etc.

——————→ 2ª DÍADE EM INTERACÇÃO (ND/E, 2 com ND/E, 4)

Os indivíduos apresentam níveis cognitivos homogéneos com pontos de vista diferentes mas não suficientemente conflitualizados, o que provoca uma situação interactiva dinâmica não geradora de progresso nem a nível A nem a nível B.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O tema em discussão é o furto. Enquanto que ND/E, 4 faz uma chamada à autoridade social e legal, ND/E, 2, numa atitude complacente, tenta marcar posição face à imoralidade do roubo mas sem deixar de ponderar as situações e os diferentes tipos de roubo e sobretudo esforçando-se por contornar o conflito. ND/E, 4 insiste no intuito de conflitualizar a situação e levar ND/E, 2 a considerar as consequências indesejáveis da sua posição, "porque há casos extremos...".

O conflito contido até então torna-se inevitavelmente manifesto e até ao fim desta primeira parte os intervenientes dissertam interactivamente num jogo de confrontação de opostos, mas sem uma verdadeira descentralização de parte a parte. A evolução é quase simétrica e defensiva:

ND/E, 4 — "E se for roubar a um ladrão...?"

ND/E, 2 — "Roubar a um ladrão também acho que não é correcto... Portanto é um círculo vicioso..."

ND/E, 4 — "Mas aí, nesse caso, a moral e as leis perdoam".

ND/E, 2 – "Sim, mas continuo a afirmar que roubar não é correcto..."

ND/E, 4 – (Sorri...)

Dá-se uma regulação recíproca da discussão com receio de se exporem os indivíduos, donde resulta que a conflitividade se reduz a um intercâmbio de pontos de vista, animado.

Experimentador – "E quanto ao caso do amigo que pede urgentemente um calmante... pondo-se a hipótese de assaltar a farmácia..."

ND/E, 2 apela ao sentido comum e pondera se uma tal decisão de assaltar a farmácia é proporcional à gravidade da situação do amigo. ND/E, 4 entra no mesmo cumprimento de onda que ND/E, 2 e o seu raciocínio torna-se um contributo importante para a discussão em termos de alternativas ao roubo. ND/E, 2, face à complexidade do dilema hesita e a sua perplexidade é um desafio a ND/E, 4 que tenta contornar o conflito ("Estou de acordo"). Contudo, ND/E, 2 não se dá por satisfeito e retoma os argumentos clássicos sobre a imoralidade do roubo, pelo qual ND/E, 4 se sente interpelado e ambos terminam por regular a situação coordenando o diálogo segundo uma plataforma comum.

ND/E, 4 – "Acho que sim..."

Experimentador – "Que vos parece sobre o caso da mulher gravemente doente cujo marido assaltou a casa do boticário..."

ND/E, 2 toma a iniciativa face à complexidade do dilema e argumenta contraditoriamente: "Eu penso que fez bem... Acho que é um problemas um bocado ambíguo porque uma pessoa tanto se pode virar...". Trata-se duma intervenção de ND/E, 2 mais provocatória para o colega do que autoesclarecedora em função das muitas variáveis em jogo. "Que achas?" ND/E, 4 tenta desdramatizar a situação dando uma interpretação equilibrada do dilema e desculpabilizando o transgressor ao qual ND/E, 2 corresponde com uma longa dissertação teórica racionalizante e reparadora pela qual tudo termina bem... sem necessidade de se experimentarem as vicissitudes do conflito. Dá-se uma negociação adaptativa da conflitividade emanente que culmina com a fuga da situação ao introduzir-se, pelo Experimentador, um novo dilema.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Experimentador – "Durante um exame crucial chega um telefonema urgente duma pessoa muito próxima..."

Em primeiro lugar ND/E, 2 mostra-se estranho e perplexo perante a insolitude da situação, racionaliza e tenta introduzir a sua própria insegurança na relação com o outro, ao qual ND/E, 4 corresponde complementarmente: ("Exacto").

ND/E, 2 retoma a argumentação e ponderando os vários factores mostra-se disponível a arriscar se a gravidade da situação do amigo assim o exigir. ND/E, 4, por sua vez, respondendo ao apelo de ND/E, 2 toma as devidas distâncias e faz o ponto da

situação: "Primeiro tentaria convencer-me, falar com a pessoa e convencer-me exactamente da gravidade da situação... etc." ND/E, 2 mais tranquilo, entra no jogo e dá também as suas achegas para uma resolução adequada da problemática... Ambos os intervenientes caminham a par, coordenando o diálogo, perspectivando os diferentes enfoques do problema mas sem se comprometerem a nível do conflito. Não se dá propriamente uma desestabilização ou perturbação do equilíbrio, mas apenas descentrações ligeiras que permitem uma evolução também ligeira a nível do discurso ou mesmo do pensamento. Há alguns momentos de encontro criativo, como por exemplo:

ND/E, 4 – "Ou então também poderíamos ir para..."

ND/E, 2 – "Lá está! Eu penso que se baseia tudo na gravidade da questão..."

ND/E, 4 – "Eu penso..."

ND/E, 2 – "Depende, não é?"

Experimentador – "Porque é que não se deve mentir?"

ND/E, 4 dá a tonalidade sobre a questão ética do mentir ou não mentir: "A mentira é um caminho mais fácil", ao qual ND/E, 2 responde adaptando-se, por um lado, para poder situar-se face ao colega e, por outro lado, opõe-se, distancia-se ou independiza-se desenvolvendo o seu próprio pensamento: "Exacto. Ora bem, depende da mentira. Isto é quase como... etc." ND/E, 4 adere à argumentação de ND/E, 2, o qual ao sentir-se apoiado desenvolve mais livremente o seu pensamento intercalando com ND/E, 4:

ND/E, 2 assume a direcção do diálogo à maneira do transfundo da questão.

ND/E, 4 por sua, desempenha o papel de replicador à maneira de figura que vem matizar o conjunto. Não se dá propriamente uma situação de "dominação/submissão" porque ambos os intervenientes conservam a autonomia dos respectivos pontos de vista, mas caminha-se simetricamente sem uma plataforma consensual suficiente para a abordagem do conflito.

Experimentador – "E quanto à situação criada pelo amigo que te pediu segredo depois de se ter apoderado dos testes destinados..."

ND/E, 4 e ND/E, 2, apesar de manterem estratégias próprias no diálogo, trocam ideias e pontos de vista mas sem mutualidade conflitiva.

ND/E, 4 toma a iniciativa e a sua posição moral face à situação é assumida facilmente por ND/E, 2.

ND/E, 4 – "Aí diria que não..."

ND/E, 2 – "Também diria que não..."

Contudo a direcção do discurso assumido por ND/E, 2 é dificilmente interceptado por ND/E, 4 que se limita a fazer eco do que ND/E, 2 afirma. Trata-se duma estratégia adaptativa e defensiva face à eventual emergência do conflito que ambos os intervenientes assumem.

A parte final da interacção é um prolongamento do processo dialogal anterior, sem grandes novidades do ponto de vista sócio-conflitivo.

——————▸ 3ª DÍADE EM INTERACÇÃO (ND/E, 8 com ND/E, 9)

Os sujeitos apresentam níveis cognitivos homogéneos, mas com pontos de vista diferentes e centrações idênticas. O conflito sócio-cognitivo desencadeado aqui e acolá a nível temático **A** e **B** é ocasião de progressos significativos.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O tema em discussão é o furto.

Ambos os indivíduos mostram, inicialmente, alguma reserva, até ao momento em que ND/E, 8 toma a iniciativa de se explicar dando assim o seu contributo para a discussão e a oportunidade a que ND/E, 9 entre em jogo interagindo oposicionalmente.

Experimentador — "E quanto ao caso do amigo desesperado que pedia a tua ajuda... assaltavas a farmácia ou não?"

Depois dum curto-circuito inicial entre os dois intervenientes por falta de esclarecimento suficiente, cada um dos sujeitos toma a sua posição em relação ao dilema do roubo e apesar de algumas divergências pontuais acabam por concordar. É de notar a influência que ND/E, 9 exerce sobre ND/E, 8, apesar de se manterem as devidas distâncias. Por enquanto, o discurso particularmente defensivo de parte a parte não permite verdadeiramente a emergência do conflito. Trata-se

duma estratégia mais relacional em torno do dilema da mulher gravemente doente cujo marido assalta a casa do boticário. Poucas inovações traz do ponto de vista sócio-conflitivo, talvez devido ao carácter acentuadamente consensual e evidente da temática apresentada:

ND/E, 8 – Era uma atitude precipitada..."

ND/E, 9 – "Porque em último caso... roubar é um mal menor...!"

ND/E, 8 – "Concordo, concordo. Acho que seria uma atitude precipitada e só se deve roubar em último caso".

ND/E, 9 – "Para salvar uma vida humana..."

ND/E, 8 – "Exacto..."

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Experimentador – "Se durante um exame crucial um amigo teu te telefonasse urgentemente..."

Trata-se duma das passagens do processo interactivo onde a simetria dialogal se torna mais evidente.

Efectivamente, ND/E, 9 e ND/E, 8 de acordo no essencial, regularizam de tal maneira o diálogo que a situação perde completamente o seu carácter conflitivo:

ND/E, 9 – "Eu não ia ao telefone..."

ND/E, 8 – "Eu ia ao telefone logicamente..."

ND/E, 9 – "Sim, eu acho que..."

Talvez a transparência mesma da temática pouco propícia à discussão juntamente com a dificuldade dos sujeitos em descentrar-se do próprio ponto de vista, esteja na origem desta situação.

Experimentador – "Se a altas horas da noite recebesses um telefonema urgente dum amigo... etc...."

Segue-se uma longa digressão temática, onde a partir duma situação concreta apresentada no dilemma, os dois intervenientes teorizam em torno da questão justiça/consciência moral.

Efectivamente, ND/E, 9 e ND/E, 8 depois de terem arrumado sem dificuldade e consensualmente os aspectos concretos do dilema, teorizam longa e interactivamente:

ND/E, 8 – "Saía de casa..."

ND/E, 9 – "Sim..."

ND/E, 8 – Saía de casa... mas esse caso comigo não acontecia..."

ND/E, 9 – "Sim, já discutimos um bocado esta questão... Eu sempre disse que a justiça era capaz de não ganhar porque a justiça foi feita pelos homens e não se justifica a todos... É impossível..."

ND/E, 8 – "Não, eu não..."

Dá-se uma aproximação progressiva pelo diálogo, dos dois

pontos de vista larga e confusamente desenvolvidos sobre o tema da lei e da consciência moral. É difícil pontualizar os diferentes momentos de centralização/descentralização, complacência, recusa, fuga da situação, etc. que se vão sucedendo através da dicussão entre os dois indivíduos. O denominador comum que parece ligar as diferentes partes do discurso interactivo é a conflitividade subjacente que irá culminar num final consensual ou pelo menos negociado:

ND/E, 9 – "Está feito, está feito".

ND/E, 8 – "Exacto. Se bem que uma pessoa age premeditadamente..."

ND/E, 9 – "Premeditadamente, não. Feito na altura. Premeditadamente é pensado com tempo".

ND/E, 8 – "Premeditadamente! Foi uma lacuna".

Segue-se uma longa dissertação sobre o direito do doente grave a saber toda a verdade:

Experimentador – "Que vos parece?"

Trata-se dum dos momentos culminantes da conflitividade desencadeada entre os dois indivíduos que obriga a descentrações cognitivas importantes de parte a parte e a sucessivas regulações recíprocas da discussão.

ND/E, 9 – "É uma questão polémica. Porque há pessoas que são capazes de morrer só por saberem que estão doentes... etc."

ND/E, 8 – "Não, mas..."

ND/E, 9 – "A atitude pessimista das pessoas leva-as a que o organismo não actue..."

ND/E, 8 – "Eu acho que o médico deveria avisar para, de certa forma, ilibar da responsabilidade..."

Talvez se possa falar, nesta fase do diálogo, de estratégias confrontadas onde os novos conhecimentos mutuamente adquiridos dependem mais do consenso entre os indivíduos do que das elaborações individuais:

ND/E, 8 – "A verdade prevalece..."

ND/E, 9 – Não sei se tenho confiança em mim, se fosse médico, para dizer o que faria numa ocasião dessas..."

ND/E, 8 – "Não sei se diria a verdade..."

ND/E, 9 – "Talvez me tentaria aconselhar com outros médicos mais experientes... etc."

Centralizações progressivas dos próprios pontos de vista (ND/E, 8 e ND/E, 9). Enfoques diferentes do mesmo problema. Coordenação dos vários aspectos da questão.

Experimentador – "Porque é que não se deve mentir?"

A introdução do tema da "mentira" permite a desconflitualização da situação interactiva entre os dois intervenientes que, dada a transparência temática tentam uma aproximação simétrica:

ND/E, 9 – "Depende da situação. Eu no caso do médico talvez mentisse".

ND/E, 8 – "Exacto..."

ND/E, 9 – "Eu aconselhava-me junto doutro médico..."

ND/E, 8 – "Eu tentaria todas as hipóteses..."

Depois da tensão criada anteriormente dá-se um alargamento progressivo das perspectivas dos problemas através duma plataforma cognitiva elaborada pelos dois indivíduos. A descentração do próprio ponto de vista aumenta a empatia mútua.

ND/E, 9 – "Porque é que não se deve mentir? Primeiro porque nos sentimos mal..."

ND/E, 8 – "Exacto! Sim, sim!"

ND/E, 9 – "Depois porque se formos apanhados numa mentira..."

ND/E, 8 – "Ficamos mal!"

ND/E, 9 – Ficamos muito mal!"

——————► 4ª DÍADE EM INTERACÇÃO (ND/E, 6 com ND/E, 5)

Os indivíduos apresentam níveis cognitivos homogéneos mas com centrações por vezes diferentes, opostas ou divergentes e portanto em condições para evoluir como efectivamente se verá a nível temático **A** e **B**.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O tema em discussão é o roubo.

A posição de ND/E, 5 face à problemática do furto é uma interpelação a ND/E, 6 que se opõe a ND/E, 5 e obriga-o a matizar o seu próprio ponto de vista. Assim, a descentração cognitiva inevitável torna-se uma plataforma consensual entre os dois indivíduos:

ND/E, 6 – "Isso também eu acho que não! É contra a moral. Mas que há roubos, há!"

ND/E, 5 – "Claro..."

Experimentador – "No caso do amigo desesperado em que se põe a hipótese de assaltar a farmácia..."

Cria-se uma situação dialogal, aparentemente benigna e consensual mas não isenta de conflitividade pela aproximação de pontos de vista convergentes não suficientemente elaborados, entre ND/E, 6 e ND/E, 5.

Experimentador – "E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo marido tenta assaltar a farmácia..."

A situação anterior de aconflitividade, repete-se inicialmente e presta-se a alguma digressão de carácter defensivo... mas logo com tentativas evidentes de ND/E, 6 para conflituализar a situação ("Bem, eu acho que este é um caso mesmo desesperado...") ao qual ND/E, 5 não adere facilmente ("Também acho que sim..."). ND/E, 6 volta a insistir com persistência e o diálogo entre os dois intervenientes termina por enveredar por uma relação sócio-cognitiva. A parte final é expressão duma aquisição sócio-moral elaborada a dois através de todo o processo:

ND/E, 6 – "Se nós estivéssemos na situação dele... Era um acto desesperado".

ND/E, 5 – "Claro..."

ND/E, 6 – "E que pode acontecer..."

ND/E, 5 – "Uma pessoa não sabe o que há-de fazer..."

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Experimentador – "Durante um exame crucial recebes um telefonema urgente..."

Situação interactiva, eminentemente complementar, onde os dois indivíduos ND/E, 5 e ND/E, 6, devido à transparência do

tema, caminham simetricamente a partir dos próprios pontos de vista, partilhados mas não combinados.

Experimentador – "Se a altas horas da noite recebesses um telefonema urgente..."

Nesta passagem a situação interactiva entre ND/E, 5 e ND/E, 6 é sensivelmente a mesma da anterior, com alguma digressão verbal mais evidente, mas igualmente relacional pouco sócio-cognitiva e mais partilhada do que discutida. A transparência mesma do dilema, presta-se a este tipo de situações.

Experimentador – "Finalmente a clássica questão... Porque é que não se deve mentir?"

Temos de reconhecer que os dois intervenientes no diálogo, não vão muito longe do ponto de vista sócio-cognitivo. O próprio tema, mais uma vez, presta-se mais a uma regulação recíproca verbal do que a uma verdadeira discussão. Cria-se, entre os dois indivíduos, uma estratégia colaborante onde o intercâmbio de pontos de vista torna possível uma evolução mais verbal e conceptual do que cognitiva propriamente dita:

ND/E, 5 – "Há sempre situações em que uma pessoa mente..."

ND/E, 6 – Isso já será outro tipo de mentiras..."

ND/E, 5 – "Outro tipo de mentiras... lá está! Acho que, em princípio, não se deve mentir..."

É difícil discernir qual o papel de ND/E, 5 e o papel de ND/E, 6 através de todo o processo interactivo.

——————▶ 5ª DÍADE EM INTERACÇÃO (ND/E, 12 com ND/E, 11)

Os indivíduos apresentam níveis cognitivos homogéneos mas com centrações diferentes, com capacidade de regular o conflito emergente nos diferentes momentos da interacção, a nível temático **A** e **B**.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O tema em discussão é o furto.

ND/E, 12 toma a iniciativa e faz o ponto da situação sobre a problemática moral do roubo, ao qual ND/E, 11 replica não tanto para se opor, mas para se esclarecer: ("Então, não é **não se pode roubar**, mas **não se deve roubar**"). ND/E, 12 retoma a palavra, e a discussão de carácter teórico entre o dever e o poder conflitualiza-se progressivamente até ao momento em que ND/E, 12 dá uma orientação social ao diálogo:

ND/E, 12 – "Agora eu creio que... roubar para comer, para subsistir, para isso pode-se dar um desconto..."

ND/E, 11 – "Não deveria ser necessário roubar. É necessário para muita gente porque não tem o necessário para subsistir..."

ND/E, 12 – "Sim, tudo bem. De acordo também não estou... Se os bens estivessem melhor distribuídos".

Enquanto que as intervenções de ND/E, 12 são mais de carácter

polémico, tendem a provocar a discussão e consequentemente proporcionam mais oportunidades de conflitividade, por sua vez as achegas de ND/E, 11 tendem sobretudo para a reconciliação e tornam-se um apelo à realidade existencial.

O discurso interactivo entre os dois intervenientes segue o seu percurso dialogal com fortes momentos de descentração cognitiva de parte a parte, alguns desacordos centralizadores, enfoques diferentes da problemática para culminar numa plataforma comum de entendimento ("Só espero que nenhum de nós chegue ao ponto de roubar por necessidade...").

Experimentador – "No caso do amigo desesperado... em que se pôs a hipótese de assaltar a farmácia..."

O diálogo interactivo assume uma expressão polémica onde a confrontação dos dois pontos de vista diferentes adquire um nível conflitivo significativo:

ND/E, 12 – "Se não houvesse outra hipótese, assaltava a farmácia".

ND/E, 11 – "Eu não assaltava..."

ND/E, 12 – "Compravas o calmante?"

ND/E, 11 – "Mesmo que não tivesse dinheiro..."

A posição categórica e entusiasta de ND/E, 12 termina, ao longo da discussão, por ser matizada pela influência de ND/E, 11, mais realista e ponderada.

ND/E, 11 – "Mas assaltavas a farmácia...?"

ND/E, 12 – "Então... se fosse caso disso..."

ND/E, 11 – "Mas era possível fazer qualquer coisa sem ser assaltar a farmácia!"

ND/E, 12 – "No momento não se sabe!"

Os dois intervenientes orientam o diálogo, sobre a possibilidade de assaltar a farmácia em caso de urgência, para uma discussão apaziguadora e reparadora, onde se ponderam realisticamente algumas questões que põem em causa o recurso ao roubo como solução:

- Até que ponto um calmante justifica o assalto a uma farmácia?
- Até que ponto o assalto a uma farmácia em caso de urgência resolve um problema humano?
- Até que ponto o assalto como recurso extraordinário não se torna num recurso ordinário e se perde a credibilidade diante dos outros?

Durante este percurso interactivo a dois, é evidente que ND/E, 11 assume o papel de inquisidor perante a posição liberal e entusiasta de ND/E, 12 numa estratégia confrontada de pontos de vista que tende progressivamente para um entendimento comum, resultado da mútua elaboração sócio-cognitiva.

Experimentador – "E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo marido assalta a casa do boticário..."

Passagem episódica não isenta de animosidade entre os dois

intervenientes mas que do ponto de vista sócio-cognitivo vem na continuação do dito anteriormente: a mesma realidade é enfocada desde várias perspectivas, algumas das quais caricaturais, o que vem a conflitividade da situação:

ND/E, 12 – "Lá está, é um roubo!"

ND/E, 11 – "É um roubo!"

ND/E, 12 – "Não. Mas isto já é outro caso!"

ND/E, 11 – "Será outro caso?"

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Entra-se na fase final cuja discussão é toda ela recheada de episódios ricos em conflitividade sócio-conflitiva.

Experimentador – "Durante um exame crucial recebes um telefonema urgente duma pessoa próxima..."

Os primeiros momentos do diálogo são significativos não tanto pelo conteúdo mas pela sua expressão emotiva. Servem como de aperitivo para uma discussão criativa e regeneradora:

ND/E, 12 – "Há duas opções que acabariam por ser a mesma... Se for algum que a gente identifique mais, que goste mais, a namorada..."

ND/E, 11 – "Eu não concordo!"

ND/E, 12 – "Eu concordo!"

ND/E, 11 – "Eu não concordo."

ND/E, 12 – "Então deixa-me acabar..."

ND/E, 11 – "Não concordo com o que está a dizer..."

A interacção entre ND/E 11 e ND/E, 12 torna-se interessante tanto pelo que se diz mas pelo processo dialogal que se esboça implicando ora descentrações cognitivas, ora enfoques diferentes do mesmo problema ora, enfim, regulações recíprocas que culminam num ponto de vista partilhado.

Na passagem referida, ND/E, 12 torna-se o protagonista principal do dilema, capaz de arriscar a sua carreira, interrompendo o tal exame crucial, para atender alguém que requer urgentemente a sua ajuda, mas sempre aberto às propostas de ND/E, 11 no papel de interlocutor receptivo ao tentar dissuadir ND/E, 12 da sua posição idealista de consequências imprevisíveis.

A riqueza da interacção reside não tanto no discurso dialogal, mas na estratégia sócio-cognitiva criada entre os dois intervenientes.

Experimentador – "Finalmente, de novo, a questão – porque é que não se deve mentir?"

Os indivíduos, ND/E, 12 e ND/E, 11, tomam posição face à moralidade da mentira:

ND/E, 12 – "Já tinha dito anteriormente que se pode mentir..."

ND/E, 11 – "Eu tinha dito que não se pode..."

A discussão é inevitável e, uma vez mais, não tanto pelo que se diz, mas pelo contexto sócio-cognitivo onde se diz.

Do ponto de vista discursivo ou verbal o diálogo passa por uma fase onde os intervenientes se entretêm filosoficamente sobre o significado da mentira:

ND/E, 11 "Só que entre mentir, poder mentir ou dever-se mentir..."

ND/E, 12 – "Não se deve mentir... mas às vezes é necessário mentir..."

Numa segunda fase o diálogo adquire um carácter ético:

ND/E, 12 – "Às vezes sente-se necessidade de mentir para safar alguma coisa..."

ND/E, 11 – "Partes o vidro duma montra... O homem pergunta-te... chega a polícia. Que dizes?

ND/E, 12 – "O vidro duma montra é diferente... Sou capaz de dizer que sim ou que não..."

E, finalmente, numa terceira fase, o discurso torna-se jurídico:

ND/E, 11 – "Achas que devemos ser responsáveis pelos actos dos outros?"

ND/E, 12 – "Não devemos ser, mas chamam-nos a falar sobre os outros. Aí pesa muito a amizade."

Estratégias colaborantes onde a situação criada pelo intercâmbio de pontos de vista leva a um equilíbrio cognitivo, com maior ou menor êxito, em termos consensuais.

——————→ 6ª DÍADE EM INTERACÇÃO (ND/E, 10 com ND/E, 1)

Os indivíduos apresentam níveis cognitivos aproximados com pontos de vista diferentes e, por vezes, com centrações desiguais em várias passagens da temática **A** e **B**.

A. A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

O primeiro tema em discussão é o furto.

Desde o primeiro momento, a interacção é perfeita, mas insuficientemente confrontada entre os dois indivíduos, ND/E, 10 e ND/E, 1. A transparência mesma do tema e a necessidade de se situarem face a face para o diálogo são em si mesmo factores inibidores do conflito. Daí, o carácter simétrico, inicial, da interacção verbal:

ND/E, 1 – "Poder-se roubar, pode-se..."

ND/E, 10 – "Poder, pode-se..."

ND/E, 1 – Só que as circunstâncias..."

ND/E, 10 – Os nossos riscos..."

etc.

O diálogo adquire um enriquecimento temático e verbal progressivos, mas num contexto mais relacional que conflitivo ou sócio-cognitivo.

Estabelece-se uma estratégia defensiva ou colaborante de parte a parte na preocupação de se regular reciprocamente a discussão.

É difícil discernir, diferencialmente, através dos meandros do diálogo qual o papel dominante de cada um dos indivíduos intervenientes: aparentemente ND/E, 10 toma a iniciativa e torna-se condutor da interacção, mas não é raro ver inverter-se a situação e ser então ND/E, 1 a tomar o comando da discussão. Podemos deduzir, pela evolução do processo que a interacção apesar de não ser estrutural-cognitivo, torna-se contudo enriquecedora pelo alargamento da compreensão mútua, pela argumentação mais flexível e mais concreta, pela possibilidade recíproca de conjecturar, etc.

Prepara-se, assim, uma segunda fase, ainda em torno da temática do roubo, inevitavelmente explosiva do ponto de vista da confrontação de pontos de vista ou da conflitividade.

Experimentador – "No caso do amigo em estado grave em que se pôs a hipótese de se assaltar a farmácia..."

ND/E, 10 – "Eu estava em não assaltar a farmácia..."

ND/E, 1 – "Só em último caso..."

ND/E, 10 – "Não. Eu acho que não..."

A posição entusiasta de **ND/E, 1**, de assaltar a farmácia em último caso, é progressivamente confrontada com os pontos de

vista alternativos de **ND/E, 10** e sobretudo com a sua atitude realista face à gravidade da situação, donde resulta finalmente uma moderação na opinião de **ND/E, 1** ("Só em último caso! Mas também para chegar ao último caso..., é muito difícil").

Experimentador – "E na situação da mulher gravemente doente cujo marido assaltou a casa do boticário..."

Dada a subtileza moral da situação apresentada no dilema, estabelece-se uma aliança implícita entre **ND/E, 10** e **ND/E, 1** pela qual nenhum dos dois toma uma posição definida em relação ao problema. Os dois intervenientes prosseguem simetricamente enriquecendo-se mutuamente com novos conteúdos temáticos como por exemplo o SIDA, com novas argumentações em volta do caso mas sem se confrontarem realmente optando por uma solução de compromisso, dinâmica mas não conflitiva.

A parte final da discussão torna-se uma plataforma comumente elaborada entre dois intervenientes, mas não suficientemente rica do ponto de vista conflitivo, que garanta uma consolidação cognitivo-moral em cada um dos indivíduos.

ND/E, 10 – "Se calhar era capaz. Pronto! Uma pessoa, a esposa, está com cancro!"

ND/E, 1 – "Claro se for mesmo para curar... O marido a ver a mulher a sofrer, acho que não pensa em nada..."

ND/E, 10 – "Pois é isso..."

B. O RESPEITO PELO OUTRO

Experimentador – "O caso insólito dum amigo que te telefona urgentemente durante um exame crucial..."

Ambos os intervenientes optam por uma solução arriscada (ND/E, 1 influenciado por ND/E, 10) que não irá resolver satisfatoriamente o problema como se verá pelo desenrolar do diálogo:

ND/E, 10 – "Tento falar com o professor para ver se ele me arranja outra data para fazer o exame..."

ND/E, 1 – "Eu acho a mesma coisa. Acho que podia chegar à beira do professor... etc."

ND/E, 10 e **ND/E, 1** colocam-se numa posição teórica, e como tal, menos conflitualizada, mas que não sabemos até que ponto corresponderia à sua prática moral, na vida quotidiana.

Se, verbalmente, os dois indivíduos se mantêm próximos um do outro, cognitiva ou eticamente já não se poderá dizer o mesmo.

Efectivamente, a conflitualização da situação pelos diferentes enfoques do mesmo problema torna-se inevitável a propósito da oportunidade de dizer a verdade ou guardar segredo junto dum doente grave:

ND/E, 10 – "E normalmnte há casos muito difíceis em que a pessoa morre e não sabe de que morreu..."

ND/E, 1 – "Aí, não estou de acordo! Eu acho que quando uma pessoa está doente duma coisa, acho que devia saber..."

ND/E, 10 – "Há casos e casos..."

ND/E, 1 – "Mesmo que fosse uma coisa muito... o cancro por exemplo. Acho que uma pessoa devia saber..."

ND/E, 10 – "Muitas vezes não é a questão de estar numa cama, mas é uma pessoa aparentemente não ter nada... e as pessoas quererem que ele goze até ao máximo a sua vida..."

ND/E, 1 – "Mas não vai gozar..."

ND/E, 1 – "Não se devia ou devia-se?"

ND/E, 10 – "Eu acho que mentir nesse caso..."

ND/E, 1 – "Eu acho que não..."

Nesta longa passagem interactiva, o tema mentira versus verdade apresenta-se sob uma dimensão social muito significativa e talvez mesmo marcante para os dois indivíduos (a perspectiva da morte), o que vem a dar uma tonalidade empática e motivacional particular ao diálogo.

Se o diálogo preconiza a necessidade de se cultivar a verdade na perspectiva da morte, pelo contrário **ND/E, 10** defende a oportunidade da mentira para se gozar o mais possível a vida. Mas, finalmente, ambos terminam por se encontrar na mesma verdade, descoberta e elaborada progressivamente através de todo o processo:

Finalmente:

ND/E, 1 – "Estás a perceber...? Uma pessoa está a sofrer e nem sabe porque é que está a sofrer!"

ND/E, 10 – "Ah! Nesses casos, está bem!"

ND/E, 1 – "Acho uma estupidez uma pessoa estar a sofrer e não sabe de quê!"

ND/E, 10 – "Nesses casos estou de acordo!"

A partir da confrontação dinâmica de opostos, dá-se uma descentração das próprias perspectivas que depois duma regulação adaptativa leva a uma nova visão da vida e do mundo.

Indivíduos	Pretestes (Estádios)	Interacção 2 a 2	Posteste (Estádios)	Indivíduos
ND/E, 1	4	ND/E,3 e ND/E,7	4 → 5	ND/E, 1
ND/E, 2	3 → 4		3 → 4	ND/E, 2
ND/E, 3	3 → 4	ND/E,2 e ND/E,4	4	ND/E, 3
ND/E, 4	3		3	ND/E, 4
ND/E, 5	3	ND/E,8 e ND/E,9	3 → 4	ND/E, 5
ND/E, 6	3 → 4		4	ND/E, 6
ND/E, 7	3 → 4	ND/E,6 e ND/E,5	4	ND/E, 7
ND/E, 8	4		5	ND/E, 8
ND/E, 9	3 → 4	ND/E,12 e ND/E11	4	ND/E, 9
ND/E, 10	3		3 → 4	ND/E, 10
ND/E, 11	3	ND/E,10 e ND/E,1	3 → 4	ND/E, 11
ND/E, 12	3		3 → 4	ND/E, 12

Quadro 11 – Distribuição, por Estádios, dos Não Delinquentes do Grupo Experimental nos Pretestes e nos Postestes (antes e depois da Interacção)

7.1.4 OS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL

Nesta secção (7.1.4.) apresentamos os Pretestes e os Postestes (7.1.4.1.) e o Contacto Individual com o Experimentador (7.1.4.2.) dos Não Delinquentes de Control.

7.1.4.1. Pretestes e Postestes (Não Delinquentes/Control)

—► ND/C, 1 – (Não Delinquente nº 1 do Grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/C,1)

A VIDA – Raciocínio categórico e teórico que exprime o entusiasmo primário do sujeito face à situação crítica do amigo: ("portanto...talvez escolhesse assaltar a farmácia mesmo que acarretasse muitos problemas). A justificação é salvar a vida do amigo, avaliada em termos afectivos de relacionamento. Expressão imprevisível do ponto de vista ético não isenta de alguma ingenuidade.

Porque é que a vida é importante?

A resposta é imprecisa do ponto de vista cognitivo e pouco significativa do ponto de vista ético. O raciocínio fragmentado evolui a partir do próprio sujeito em termos projectivos

e termina por adquirir um carácter mais generalizado: ("Sei lá...isso a vida humana a nível individual é um universo diferente...a minha vida tem a ver só comigo. Eu não gostaria que me tirassem a vida...É valiosa para todos. Todos têm direito à vida").

Em termos comparativos, a vida do amigo torna-se um universo afectivo em torno do qual se estrutura o raciocínio do sujeito: ("Talvez um amigo que está mais próximo de nós...Toda a gente precisa de amigos..."). Do mesmo modo a criança é preferida ao adulto pela sua situação de desvantagem na idade e na experiência em relação ao adulto. Orientação moral convencional de tipo sócio-afectivo e orientada pela manutenção da confiança e aprovação social.

O OUTRO – A resposta é directa e suficientemente generalizada: ("Do meu amigo, dizia que não sabia de nada por uma questão de fidelidade").

É importante manter a palavra dada?

As razões mais de tipo negativo enquadram-se num contexto afectivo de reciprocidade e de mutualidade, donde surge a amizade e a confiança: ("Não sei talvez porque uma pessoa sinta necessidade de preservar os amigos que tem..."). Boa interiorização dos valores sociais e expressão dos conteúdos de maneira imparcial: não se deve mentir, em termos universais, porque "deve-se ser o mais honesto possível para evitar conflitos..."

A PROPRIEDADE ALHEIA – A resposta é dada segundo as exigências da noção de justiça e em termos ideais: ("É uma questão

de sobrevivência...É mau porque se retiram bens alheios..."). Capacidade de julgar a acção do outro colocando-se na sua pele (aplicação da regra de ouro): ("Estando a roubar está-se a retirar aos outros o que eles trabalharam para adquirir..."). Faz-se um apelo à ilegalidade do roubo em termos de consciência social. Não se deve roubar: ("por uma questão ética de educação"). Orientação moral determinada pelo respeito à autoridade.

A CONSCIÊNCIA MORAL – "A consciência moral tem a ver com cada pessoa". Dimensão subjectiva da mesma, cujo papel é regular o comportamento em função do mal e do bem. O raciocínio é confuso e mais descritivo, do ponto de vista da aquisição da consciência, do que explicativo e dedutivo. Uma boa consciência evita o conflito com os outros. Dá-se uma avaliação imparcial e interiorizada que situa o sujeito a um nível ético adequado. O carácter formalizante do raciocínio mantem-se mas com alguma confusão a nível dos conteúdos: ("A lei exerce sobre o ladrão as devidas consequências enquanto que a ética, a moral são subjectivas"). Indiscriminação da natureza abstracto-dinâmica dos conceitos. Prioridade à lei reguladora dos indivíduos e como preventiva dos comportamentos desviantes... Raciocínio moral demasiado convencionalizado...

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 1)

A VIDA – Que farias? A resposta do sujeito é complacente face às demandas do amigo numa situação crítica: ("Dava-lhe o cigarro, fazia-lhe a vontade, embora sendo contra as regras do médico..."). Porque é que a vida é importante? A resposta é universal, imparcial e sinal de interiorização de valores e de regras sociais: ("Existem valores ligados a ela...Todos os indivíduos diferentes uns dos outros...traz valores, ideias diferentes..."). O raciocínio apesar de formalizado, é pouco consistente.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Sente-se a influência dos laços afectivos que, sem pôr em causa o valor igualitário de todas as vidas exprime bem a sensibilidade empática do sujeito: ("dum amigo, porque está mais próximo. Sente-se mais a morte dum amigo...etc."). Do mesmo modo, ressalta a vida da criança em relação à vida do adulto pela sua situação privilegiada em relação ao tempo: ("É mais urgente salvar uma criança, porque salvar uma criança é quase como que fazer um investimento...").

O OUTRO – A resposta é de carácter defensivo em previsão das consequências desagradáveis que poderiam pôr em causa a amizade entre amigos: ("Parte-se do princípio de que o meu amigo sabe tomar conta da vida dele...É o tal caso da traiçãozinha que cai sempre mal.").

Porque é que se deve manter a palavra?

O sujeito toma consciência das distâncias...("É uma questão difícil de explicar...") e em seguida exprime-se formalmente, de maneira generalizada e segundo os critérios

vigentes de justiça: ("Tem a ver com as relações de amizade e de afecto, com a ética pessoal...").

O raciocínio tem uma expressão moral directa ("moralmente está errado") e parece ser movido afectivamente.

Finalmente, não se deve mentir por razões que se prendem com as coordenadas da justiça no jogo interactivo dos indivíduos entre si: ("Ao mentir podemos estar a defender-nos a nós e a prejudicar uma 3ª pessoa ou causar outros males..."). Entram em jogo as intenções dos indivíduos e as eventuais consequências da mentira na vida relacional.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Avaliação e coordenação directa do acto desviante, já que podia ter tomado outras medidas. O juízo é imparcial, categórico e próprio de alguém que interiorizou as normas e as expectativas sociais: ("Fez uma coisa errada! Ele devia ter outras pessoas a quem recorrer para pedir dinheiro emprestado...").

Porque é que não se deve roubar?

O sujeito adopta um ponto de vista geral, racional e menos relacional: ("Porque se cometem infracções a nível da lei, porque se está a tirar o direito dos seus legítimos proprietários..."). O sujeito é orientado pelo ponto de vista dos códigos e das normas socialmente aceites e partilhados. Há ocasiões em que se pode roubar? ("Deve-se evitar o mais possível! Os roubos são punidos por lei e ficávamos com a consciência bastante pesada...").

Orientação moral para a manutenção do sistema social, dos deveres e dos direitos sociais.

Estádio 4 do Juízo Moral

—► ND/C, 2 — (Não Delinquente nº 2 do Grupo de Control, na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 2)

A VIDA — O sujeito raciocina, com uma abordagem processual em ordem a uma solução o mais adequada possível do problema do amigo...("Primeiro expunha-lhe o problema...a ver se ele compreendia. Senão era capaz de pedir ajuda aos meus pais...etc."). Coordenam-se as variáveis em causa e argumenta-se segundo critérios de justiça...O que estava em causa é a vida, face à qual o sujeito adoptava uma estratégia de prevenção: ("Eu estava com ele sempre e acompanhava-o..."). Expressão moral afectiva mais de carácter interpessoal do que social ou institucional.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A resposta exprime a consciência do valor igualitário de todas as vidas, ainda que condicionada pela proximidade afectiva com o amigo. Isto é, o amigo ocupa um lugar privilegiado no universo das vidas humanas...("Se fosse um amigo que se perdesse era um transtorno muito grande porque estamos ligados a eles...").

Do mesmo modo a criança merece uma atenção particular, não pela vida em si, mas pelo que pode vir a realizar tornando-se famosa. O raciocínio não está isento de ingredientes hedonistas na avaliação moral do sujeito.

O OUTRO – O sujeito toma posição pelo amigo, quaisquer que sejam as consequências. Trata-se duma decisão moral movida pela necessidade de preservar a amizade: ("Era capaz de encobrir o amigo...Eu não pensava duas vezes. Protegia o amigo").

Porque é que se deve manter a palavra dada?

Em primeiro lugar, por razões imperativas de ordem social: ("Além do respeito e da seriedade..."). O sujeito dá provas de pertencer a um sistema social com as suas normas próprias. Em segundo lugar, porque se trata dum amigo, para assegurar a confiança e a amizade recíprocas. Finalmente, não se deve mentir porque ("parte-se do princípio de que mentir é sempre mau"), mas devemos usar da nossa capacidade de discernimento para distinguir as mentiras e as situações. O critério é a consciência: ("Pode-se mentir sempre, a consciência é que diz...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – Que te parece a propósito do roubo ou realizado?

A resposta é progressiva e modelada empaticamente pela sensibilidade ética do sujeito. Em primeiro lugar, uma coisa é a expressão teórica com todo o distanciamento que implica, e outra é a situação concreta na qual nos encontramos. O sujeito joga com toda a arte possível o jogo de se "colocar na pele do outro", para sentir como ele sente... e voltar de novo à sua posição de observador para avaliar o que se passa. Reversibilidade cognitiva e facilidade de empatia coordenando bem todas as perspectivas da situação. E termina voltando à posição inicial, ideal...(Mas se estivesse numa situação

destas tentava no máximo para procurar resolver os problemas doutra maneira..."). Não se deve roubar, porque o roubo ("ao tirar coisas que as outras pessoas ganharam) é um atentado contra os direitos do outro, numa perspectiva de justiça universal.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O sujeito, no seu esforço explicativo, exprime mais o funcionamento da consciência moral do que a sua estrutura: ("Para mim é o que a nossa consciência, as regras...o que nos dizem para fazer ou não fazer. Todos temos diferentes uns dos outros..."). O discurso é impreciso, mas elucidativo do ponto de vista ético. Quanto às leis, desempenham uma função reguladora na sociedade.

A resposta é generalizada e enquadrada num contexto social onde as leis são indispensáveis para os indivíduos funcionarem.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 2)

A VIDA – O sujeito, de maneira harmoniosa, pondera as variáveis em causa, avalia os valores apresentados e decide concretamente. O ponto de partida do raciocínio é a "gravidade da situação do amigo". Capacidade de relativizar e de coordenar: ("Depende da gravidade da situação. Se o fumar o podia matar, só o fumo...aí não dava. Tentava falar com ele, mas se não fosse assim tão grave dava-lhe cigarros...").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é **esquiva** em função do que pode acontecer depois da morte e **determinista**, pelo que tem de se fazer: ("a vida é importante porque temos que a aproveitar o melhor possível! Porque não sabemos o que vem a seguir à morte...").

Do mesmo modo, prefere-se a vida dum amigo, porque apesar de se reconhcer a igualdade universal de todas as vidas, a sua proximidade afectiva é um valor.

O OUTRO – A resposta ao dilema é de compromisso na tentativa de se manter o equilíbrio entre a autoridade paternal e a fidelidade ao amigo: ("Dizia que mais ou menos...Podia ir melhor, não dizia, não ia desmentir...").

Porque é que não se deve mentir?

A resposta está na amizade, porque ("é a amizade que está em causa"). Consequentemente, se alguém não guardar a palavra ("está a por em causa os nossos valores"). Orientação moral relacional e interpessoal, baseada em critérios gerais de justiça. Finalmente, não se deve mentir por razões de credibilidade entre as pessoas como membros da sociedade. Emite-se um juízo de valor universal, pelo qual somos todos iguais e mentir é por em risco a confiança e a amizade que está na base da vida social.

A PROPRIEDADE ALHEIA – O sujeito assume uma atitude paternalista progressiva face ao transgressor, visando outras alternativas ao roubo para evitar o pior: ("Era capaz de primeiro pedir ajuda...aos pais, aos amigos...etc."). Boa capacidade empática e de coordenação de pontos de vista, para situar-se "na pele do outro".

Não se deve roubar, em primeiro lugar, por imperativo ético para toda a gente: ("Está-se a enganar outras pessoas. Na generalidade é assim").

Em segundo lugar, por razões óbvias de justiça. Contudo, a excepção não invalida a regra geral como nas situações em que roubar tem as suas vantagens: ("Por exemplo roubar a pessoas que exploram outras pessoas...E não tem mal roubar porque há muitas pessoas que vivem à custa doutras, a explorá-las...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – Faz-se uma alusão ao carácter genético da consciência moral: ("Depende da maneira como fomos educados...") e à sua função reguladora do comportamento em termos de bem e de mal: ("quando tomamos alguma atitude, a nossa consciência é que nos diz como agir..."). Em relação às leis, servem "para manter a ordem...", na sociedade. O sujeito fala como alguém que faz parte do sistema social.

Compete à lei ocupar o epicentro do universo moral, pelo seu poder legislativo e organizativo. Enquanto que a consciência moral, pelo seu carácter desenvolvimental, está sujeita às vicissitudes da educação: ("...se toda a gente cumprir as leis o mundo era maravilhoso...E porque a consciência moral educa-se e há muitas pessoas mal educadas...").

Orientação moral legislativa e determinada pela necessidade de procurar imparcialmente o bem comum.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—▸ ND/C, 3 (Não Delinquente nº 3 do Grupo de Control, na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 3)

A VIDA — O sujeito tenta encontrar, pormenorizadamente, a melhor solução para a situação crítica do amigo. Torna-se obsessivo, mas realista. Posição paternalista com uma coordenação adequada das variáveis em causa: ("Penso que não. Ia a outra farmácia...mas também não lhe dava assim o medicamento sem mais nem menos...etc.). Porque é que a vida é importante?

O raciocínio é processual, oportuno, imparcial e suficientemente generalizado: ("Mas o mais importante na vida suponho que seja ser feliz e viver bem"). Apesar da sua percepção hedonista, a avaliação é bem vista. Antes, o sujeito toma uma posição de reserva face à dificuldade em avaliar a vida: ("Agora porque é que a vida é importante é uma coisa difícil de ver...").

O que é a vida?

A resposta é correcta, mas despida de qualquer justificação ética: ("É o tempo que nós cá estamos antes de morrer..."). Finalmente, a propósito da importância da vida em termos hipoteticamente comparativos, a resposta inicialmente toma um carácter relativo, pela dificuldade em discernir onde está o verdadeiro amigo e termina com uma expressão universalizante: ("Depende porque, às vezes, o amigo são os nossos

maiores inimigos e uma pessoa estranha...pode até salvar-nos a vida...Por isso depende, por isso as duas são importantes"). Do mesmo modo, em relação à criança comparada com um adulto famoso, a variável tempo é importante, com vantagem para a criança. Mas não basta, é necessário levar em conta também, o sentido que se dá à vida: ("Pode ser uma vida curta e valer a pena viver e ter uma vida comprida que vale sempre a pena, mas é aquela vida de rotina que não tem interesse nenhum").

O OUTRO – O raciocínio é adequado em termos de perspectivas e de coordenação das variáveis em causa, segundo a justiça: ("Eu não diria nada. Não tenho nada a ver com isso. O professor que guardasse melhor os testes...Mas penso que o aluno não devia ter feito isso...Mas caçou a possibilidade e não tinha estudado..."). O sujeito tenta ser compreensivo, empaticamente.

Deve-se manter a palavra dada para não por em causa os fundamentos da amizade que estão assentes na lealdade e na fidelidade entre amigos e cujas consequências são imprevisíveis: ("trair um amigo está a ser o seu maior inimigo"). Enfim, o "não se deve mentir" é relativizado pela força das circunstâncias que determinam como se deve proceder: ("Há situações em que o mentir até vem para bem...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – Face à situação apresentada pelo dilema, a resposta é concisa e completa porque abarca as várias perspectivas da realidade em causa.

Porque é que não se deve roubar?

("Não se deve roubar porque ao roubarmos os outros estamos sujeitos a que nos aconteça o mesmo..."). A resposta revela a competência do sujeito em "situar-se na pele dos outros", isto é, a necessidade de tratar os outros como gostaria que o tratassem...Mas sobretudo, não se deve roubar ("porque está na moral comum de todas as pessoas"). Juízo moral de carácter universal e oportuno pela sua expressão formal e aplicável em todas as situações.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta reenvia para o foro interno de cada qual onde é possível pensar e decidir responsavelmente: ("Acho que cabe a cada pessoa a capacidade de pensar e de achar o que deve ou não deve ser..."). A função das leis é regular o comportamento dos indivíduos entre si.

Capacidade universalizante do pensamento moral em ordem a limitar os desvios, graças às leis, ("as quais não podemos ter a certeza de serem correctas").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 3)

A VIDA – Uma vez mais, a situação crítica é avaliada pormenorizadamente em função das possibilidades e do bem do indivíduo: ("Ora, se eu lhe dava ou não tabaco? Em princípio não lhe dava porque eu não fumo. Aconselharia-o a não fumar...etc.").

Juízo adequado e estruturado pelo senso comum, mas não isento de valores morais, como a imparcialidade e a flexibilidade na perspectivação das variáveis em causa.

Porque é que a vida é importante?

A resposta é pertinente pelo seu cariz existencial ("ninguém quer morrer e todos gostam de viver...") é válida pela sua grande amplitude, mas menos interessante do ponto de vista informativo ético.

Éticamente, não diz nada de novo a não ser ressaltar o aspecto hedonista da vida. A argumentação termina com uma observação importante: ("Agora se é mesmo importante, não sei. Isso cabe a cada um"). Finalmente, todas as vidas são importantes, mas o amigo é um caso à parte pela sua proximidade afectiva: ("sempre convivemos com ele..."). Destaca-se a orientação para uma moralidade relacional e interpessoal.

O OUTRO – A resposta é adequada do ponto de vista do conceito de justiça, uma vez que o sujeito se comprometeu com o amigo a guardar segredo: ("Penso que se lhe prometi segredo não tinha nada que contar..."). Interiorização das regras que regulam a vida em sociedade. Deve-se manter a palavra por razões de fidelidade às regras do jogo: ("não mantendo a palavra está a trair o amigo"). O sujeito raciocina como alguém que está inserido num sistema social com as suas exigências próprias.

Finalmente, "não se deve mentir" é uma afirmação que não corresponde à realidade sobretudo quando se considera a relatividade das situações pelo bem dos indivíduos.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Apesar da situação crítica, o acto do roubo é avaliado negativamente dadas as outras possibilidades de recurso ao seu dispor: ("Devia primeiro procurar algum amigo ou tentar pedir dinheiro emprestado").

E não se deve roubar, segundo o sujeito, porque nos sujeitamos a que nos roubem também a nós...("nós ao roubarmos os outros estamos sujeitos também a que os outros nos roubem a nós..."). Aplicação da regra de ouro social: Não faças aos outros o que não...

A CONSCIÊNCIA MORAL – A resposta é correcta do ponto de vista formal: ("consciência moral é aquilo que cada um acha que deve ou não fazer...Que acha que está de acordo com a sociedade em que vive"). Faz-se um apelo à subjectividade da consciência e à sua dimensão ética em termos de discernimento do mal e do bem. Para o sujeito a consciência moral só actua em relação à sociedade. Quanto às leis, a sua função é ajudar a manter a ordem. Dado o valor relativo das leis, a consciência ocupa um lugar central no discernimento dos comportamentos morrais.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► ND/C, 4 — (Não Delinquente do Grupo de Control nº 4, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 4)

A VIDA — O sujeito tenta ser realista face à situação crítica e chama o próprio amigo à realidade. Roubar uma farmácia é impensável: ("Eu penso que, segundo a minha maneira de ser tentava convencer o meu colega de que isso não seria necessário...Mas nunca na vida roubava a farmácia").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é globalmente hedonista e de tipo projectivo: ("Podem-se fazer muitas coisas interessantes, ao menos para mim é importante, porque gosto e gosto mesmo").

Embora admitindo a igualdade de todas as vidas, o sujeito reconhece que a proximidade afectiva com um amigo é um factor importante de decisão: ("Claro que ia sentir mais a vida dessa pessoa amiga, mas a vida é igualmente importante").

Do mesmo modo, a variável tempo em termos de futuro leva o sujeito a dar prioridade à criança em caso de urgência: ("a criança ainda tem a vida pela frente enquanto que a outra já viveu..."). Coordenação adequada dos vários pontos de vista e segundo os critérios gerais da justiça.

O OUTRO — Se bem que entrar no gabinete do professor e apropriar-se dos testes é uma transgressão ("não está correcto"), contudo o sujeito num gesto compreensivo ("não

diria nada") e justifica-se ponderando os prós e os contra dos dois lados decidindo-se a favor do amigo. Boa capacidade empática e facilidade em "situar-se na pele do outro". Deve-se manter a palavra como condição para haver confiança e vida em sociedade. O sujeito sente-se em sociedade e consciente das suas exigências em termos de normas , de expectativas, etc.

Questionar-se sobre se se pode ou não pode mentir é motivo de perplexidade no sujeito ("De vez em quando, talvez...Não sei bem...São perguntas..."). Mas no fundo o que prevalece é o reconhecimento da imoralidade da mentira porque nos leva à desconfiança. Contudo, há mentiras e o critério é a situação e o bem do outro: ("É preferível mentir por vezes, a dizer a verdade").

A PROPRIEDADE ALHEIA — Em relação ao dilema do roubo e através dum raciocínio bem estruturado, o sujeito distingue o roubo como acto imoral e as suas nefastas consequências na sociedade e o roubo como último recurso numa situação de desespero. Condena-se o furto em termos genéricos e pondera-se em particular cada caso...Não se deve roubar: ("porque senão, daqui a bocado rouba um e rouba outro..."). É uma questão de sobrevivência da sociedade e de segurança dos indivíduos. O raciocínio exprime capacidade de previsão.

A CONSCIÊNCIA MORAL — O que é a consciência moral?

A resposta é concisa, profunda mas parcial: ("É uma pessoa sentir-se bem com aquilo que faz").

Do mesmo modo as leis se se cumprirem, "servem para se viver num mundo melhor".

Idealização das leis através duma reformulação poética. Quanto à correlação "leis – consciência moral" há pontos de vista interessantes do sujeito a ressaltar como: ("Claro que as leis vieram através da consciência... ...Cada qual é diferente. Cada qual deve pensar por si...Devem-se respeitar por cima de tudo as leis, mas numa situação difícil não sei se respeitava a lei..."). Há uma certa reversibilidade do pensamento que permite coordenar bem pontos de vista diferentes. Orientação moral determinada para uma certa imparcialidade, segundo os critérios de justiça e tendo em vista o bem comum da sociedade.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 4)

A VIDA – Mantem-se a avaliação realista com tendência para o pragmatismo, mas enriquecida com um cortejo de sugestões alternativas ao roubo da farmácia. O raciocínio é pertinente ainda que referenciado vincadamente à autoridade do médico donde advém a inspiração ao sujeito: ("Se o médico lhe proibiu de fumar, à partida era porque lhe fazia mal...").

Porque é que a vida é importante?

Resposta parca como sinal de perplexidade seguida duma justificação hedonista: ("não sei, acho que é, mas porque é diferente... Gosto de viver!"). O raciocínio não chega a estruturar-se bem.

E é mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A resposta adquire um valor moral globalizante porque se torna indiscriminatória de pessoas ("É igualmente importante..."), mas condicionada pela proximidade afectiva do amigo: ("claro que sinto mais a perda dum amigo...").

O OUTRO – A argumentação estrutura-se em torno do tema da fidelidade ao amigo: O sujeito situa-se ora na perspectiva do pai ora no ponto de vista do filho e coordenando as duas posições, tenta chegar a uma solução ideal: ("Depende. Se eu conhecesse o pai. Se me pedisse segredo o filho, não ía dizer ao pai. Agora se não me pedisse segredo e eu conhecesse o pai...etc."). Interiorização das perspectivas e boa coordenação dos pontos de vista em função do bem comum...

Deve-se manter a palavra por razões de confiança, isto é, como condição fundamental para a vida em sociedade...Do mesmo modo não se deve mentir por razões que regulam a vida social dos indivíduos. Toma-se o cuidado de discernir a verdadeira mentira que pode por em causa a confiança, da falsa mentira que tem apenas uma expressão lúdica. Contudo, o bem do indivíduo é o critério máximo de moralidade ("porque não vai trazer problemas para essa pessoa...enquanto que se dissesse a verdade...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – O raciocínio apresenta duas dimensões: uma de reprovação do roubo como acto imoral e a outra como tentativa de compreensão do transgressor, dada a sua situação difícil. O complemento de raciocínio é a sugestão duma estratégia de solução, apenas de valor transitório: ("Fez mal

no sentido de assaltar...mas também o compreendo...Claro que eu ajudava-o, pagava-lhe..."). Aproximação empática do transgressor mantendo no entanto o princípio da imoralidade do acto de furto.

Não se deve roubar por uma questão de justiça, isto é, porque se está a interferir injustamente no trabalho e no esforço de outra pessoa. Mantem-se a perspectiva do outro tenta-se uma aproximação processual da verdade.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta é inexplícita e confusa, apesar da sua boa qualidade moral: ("É uma pessoa estar a bem consigo mesmo...Se uma pessoa estiver a bem consigo própria está-se a enganar a si própria...Penso que nem andará muito bem..."). O sujeito alude a uma dimensão importante da consciência moral: "a capacidade de autocensurar-se".

Quanto às leis, a sua função é regular o comportamento das pessoas. Raciocínio amplo com vastas perspectivas éticas: ("As leis servem para ser cumpridas, umas mais outras menos..."). Parece haver uma boa correlação "leis-consciência", não bem explícita dada a dificuldade em operar suficientemente com estes conceitos abstractos de significado complexo.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► **<u>ND/C, 5</u> – Não Delinquente nº 5, do Grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)**

A. PRETESTE (ND/C, 5)

A VIDA – A resposta de valor simbólico, vale pela riqueza do raciocínio ("Acho de certa maneira justo, visto a atitude do farmacêutico...Penso que esta atitude é absurda") e pela qualidade da argumentação moral onde o sujeito joga com hipóteses, com pontos de vista e com dados da realidade.

Abordagem ética processual, imparcial e bastante generalizada...

Porque é que a vida é importante?

A resposta é absoluta: ("Sim, porque sem a vida não somos ninguém. dependemos da vida..."). Tem mais um significado filosófico do que ético e vai completar-se com o que segue: ("Acho que ambas as vidas, a do amigo e a do estranho são importantes porque além de estranho é um ser humano...").

Raciocínio universal tendo presente o ponto de vista dos códigos sociais e morais, mas aplicado à situação concreta.

O sujeito adopta uma atitude crítica face à sociedade porque fomenta diferenças entre pessoas e leva a criar situações de injustiça: ("Esta sociedade agora, muitas vezes, não ajuda os estranhos porque criou-se um vício...etc"). Do mesmo modo, a criança e a pessoa adulta famosa são abrangidas no mesmo juízo de avaliação igualitária generalizada e imparcial, apesar das diferenças impostas pela natureza e

pela sociedade que nos levam a aliar-nos à criança. Reflexivamente e em termos formais, o sujeito mantem uma atitude simultaneamente crítica e descriminatória de alto nível moral.

O OUTRO – Como resposta ao dilema, o sujeito procura tomar uma posição justa que nem prejudique o amigo nem interfira com a autoridade do professor. É uma decisão tomada na previsão do bem de todos: ("Tinha que salvar a pele do meu amigo e ao fazê-lo não prejudicava ninguém").

Deve-se manter a palavra dada por razões sociais que passam através do estado de espírito pessoal e por razões extrínsecas que têm a ver com a formação dentro da sociedade ("Depende da instrução que nos é dada da palavra. Sinto-me bem dando a palavra, mas depende da formação que nos é dada"). Boa capacidade de relativizar em função da complexidade da situação.

Finalmente, porque é que não se deve mentir?

A resposta implica uma distinção entre dois tipos de mentiras: as mentiras defensivas e as mentiras de circunstância. Ambas estão erradas, mas é um facto que se mente. A conclusão é que a mentira é uma derivação da vida em sociedade e só compreensível em sociedade. Argumentação bem delineada com distinções oportunas e com um juízo imparcial de quem se inseriu na sociedade.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Roubar não é apenas um acto, mas ("um tipo de sobrevivência que está errado"). Uma visão diferente e original do roubo. Segue-se uma avaliação ponderada dos

vários aspectos do problema conjugados entre si segundo os critérios da justiça. O sujeito emprega uma linguagem hipotética e prospectiva no discurso o que lhe dá um carácter profundo e reversível. Não se exclui nenhuma hipótese nem sequer a do roubo ("em último caso").

Porque é que não se deve roubar?

Em parte a explicação vem da sociedade: ("É mais uma lei da sociedade"), mas também da educação. Orientação moral determinada pela mística da vida social, com um tipo de discurso processual, imparcial e generalizado. Noutra passagem o sujeito aplica a regra de ouro segundo a qual não se deve fazer aos outros o que não gostaríamos que nos fizessem ("e mesmo nós se nos pusermos como roubados...").

Finalmente, movido pela ideia de igualdade, o sujeito tenta compreender o roubo na base das injustiças criadas pela sociedade.

Posição crítica e construtiva em ordem a uma sociedade de equidade e de reciprocidade.

A CONSCIÊNCIA MORAL — O que é a consciência moral?

Depois duma leve hesitação e com um estilo existencialista, a consciência moral define-se como ("o que nós, o que eu e outras pessoas pensamos acerca do que é certo ou bem no mundo. Do que temos consciência do certo e do errado"). Em termos reversíveis e universalizantes, o sujeito exprime bem o carácter subjectivo e normativo da consciência moral. Quanto às leis têm um significado social porque depende da sociedade a aprovação ou a desaprovação dos nossos actos conforme nos atemos ou não ao cumprimento das leis que nos

impuseram. Contudo, segundo o sujeito, o mais importante é seguir a consciência moral como meio de não estar dependente da sociedade.

Estádio 4 → 5 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 5)

A VIDA – Que te parece?

Abordagem processual, em função da gravidade da situação, para uma solução adequada. As intervenções do sujeito ("convencê-lo, acalmá-lo...") têm como finalidade chamar o amigo à realidade. Boa coordenação de pontos de vista.

Porque é que a vida é importante?

O sujeito toma uma posição crítica face ao tipo de questão: ("É uma pergunta assim um bocado subjectiva..."). É uma intervenção pertinente. O raciocínio sobre a importância da vida é livre e espontâneo apesar da sua aparência hedonista: ("Porque precisamos de viver...Acho que o indivíduo gosta de viver...Automaticamente a vida vale bastante..."). Em termos hipoteticamente comparativos, o sujeito afirma, categoricamente, que todas as vidas são importantes incluindo no mesmo juízo avaliativo e igualitário tanto o amigo como o desconhecido: ("Uma pode ser nossa amiga e outra, porque nós não a conhecemos, a vida dela contudo, não deixa de ser importante...").

O OUTRO – Tenta-se criar as condições susceptíveis de recuperar o amigo e de evitar o conflito com a autoridade parental.: ("Era capaz de não dizer nada. Tentava ajudar esse amigo. Saber o motivo porque é que ele não vai e tentar ajudá-lo..."). Boa capacidade de perspectivação e de intervenção na situação crítica, junto do pai do amigo, sem faltar à palavra dada.

Deve-se manter a palavra dada por razões convencionais ("a formação que nós temos...") que terminam por se impor, imperativamente, como condição de confiança. O sujeito manifesta consciência da relatividade das normas que regulam a sociedade. Do mesmo modo não se deve mentir ("porque estamos a infringir uma lei da sociedade e se queremos estar na sociedade temos que respeitar as leis"). Orientação moral determinada pelo facto de se pertencer à sociedade e pela obrigação de seguir as suas leis. O facto de se mentir, em determinadas situações, não significa que se possa mentir por princípio.

A PROPRIEDADE ALHEIA – A proposta de solução é óbvia e insere-se num contexto relacional que interpela os amigos e os familiares numa situação provisória de crise: ("Todos nós temos amigos e família. Tentava, primeiro conversar com eles antes de tomar essa atitude de roubar..."). Resposta inteligente e rica em empatia...

Do mesmo modo, "não se deve roubar" é apenas uma questão jurídica que se deve descodificar com e pela sociedade: ("Acho que é mais uma lei...refugio-me um bocado nas leis da sociedade").

A CONSCIÊNCIA MORAL – A resposta é pertinente, mas pouco explícita. Tem um significado mais subjectivo do que social: ("É um estado em que as pessoas...").

As leis servem como ponto de referência para se delimitar a transgressão da não transgressão, senão sem códigos legislativos ("não se podia dizer este roubou, este maltratou...").

Raciocínio agudo e construtivo que revela uma visão ampla da realidade.

Em conclusão, o mais importante é seguir a consciência própria como meio de mantermos a nossa identidade dentro da sociedade com as suas leis.

Evidencia-se a capacidade do sujeito relativizar as leis e a possibilidade de se distanciar da sociedade com as suas exigências para se colocar a nível de princípios éticos mais gerais.

Estádio 4 → 5 do Juízo Moral

—► ND/C, 6 (Não Delinquente nº 6, do grupo de Control na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 6)

A VIDA — O sujeito pela maneira como se exprime, dá um sentido hipotético às suas afirmações, como quem tenta encontrar uma solução possível entre outras: ("Acho que eu faria exactamente a mesma coisa. Não sei. Acho que é perfeitamente compreensível, isso..."). O raciocínio apela para outras maneiras razoáveis de agir ao alcance de toda a gente e mostra-se compreensivo com a complexidade da situação. No conjunto, a avaliação generalizada coordena bem os vários pontos da situação.

O que está em causa, segundo o sujeito, é a amizade das pessoas em virtude da qual se impõe que o farmacêutico "tenha um determinado tipo de formação" para proceder adequadamente. É também em nome da mesma amizade que é possível chegar ao ponto de assaltar, se ("se tiver a coragem suficiente de fazer isso..."). O raciocínio evolui progressiva e imparcialmente.

Porque é que a vida é importante?

Pelos laços sociais que as pessoas estabelecem entre si. É na sociedade que o sujeito procura uma justificação para a importância incomparável da vida.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Segue-se um longo raciocínio com três linhas mestras orientadoras:

- a oportunidade ética ou não da questão ("não temos condições para julgar a vida dum amigo ou dum estranho").

- o valor universal e igualitário incontestável de todas as vidas humanas ("Para mim são as duas importantes").

- o caso particular da vida do amigo pela sua maior proximidade afectiva...("a vida dum estranho é tão importante como a dum amigo..., embora a perda dum amigo seja mais importante...").

O mesmo tipo de razões se aplicaria no caso de compararmos em termos de valor e de urgência a vida duma criança e duma pessoa famosa: ("Eu continuo a pensar que não se pode falar em termos de urgência de salvar vidas...Acho isto um bocado confuso...").

O OUTRO – Uma coisa é o assalto à privacidade do professor, que é condenável, mas sancionada a nível do indivíduo em causa e outra coisa são as burocracias dos pequenos grupos com as suas normas e com a sua ética própria como acontece no grupo estudantil.

Revelar o segredo ao professor, além de ser uma infidelidade com o amigo é também a transgressão dum tabu. A principal característica ética do raciocínio do sujeito é o poder intuir que grande parte das regras e valores são relativos e devem subordinar-se a princípios gerais.

Porque é que se deve manter a palavra?

Por uma questão de princípios. Isto é, não existe nenhuma regra escrita que nos obrigue a tal, a não ser a regra mais

profunda da solidariedade social donde deriva a amizade e a confiança entre os indivíduos. Os princípios que nos orientam têm a ver com uma certa lógica e consequência nas relações sociais: ("Se estou a dizer que sim a um amigo, não lhe vou depois dizer que não..."). Até na mentira, segundo o raciocínio do sujeito, se deve ter presente o bem dos indivíduos. E neste sentido encontramos duas dimensões na mentira: a dimensão positiva quando se mente por um determinado conjunto de circunstâncias e a dimensão negativa, quando se mente só por mentir ou para prejudicar, sobretudo em casos graves. Argumentação bem conduzida, formal e moralmente. À estruturação formal cognitiva corresponde um juízo moral baseado na justiça pela coordenação de todos os pontos de vista.

A PROPRIEDADE ALHEIA – O acto de assalto é condenável mas compreensível à luz da situação actual da sociedade onde as pessoas, sobretudo as estranhas, se encontram desprotegidas por falta de apoio e de informação. O raciocínio tem uma inspiração socializante, mas adquire um determinado nível moral pela capacidade de compreensão, de coordenação e de avaliação do sujeito: ("É condenável este tipo de atitudes...mas no fundo é fruto da sociedade de hoje, etc."). Não se deve roubar por princípios de justiça que nos levam a respeitar o que pertence aos outros. Finalmente, a imoralidade do roubo baseia-se no respeito entre as pessoas que vêm a concretizar-se, por sua vez, em forma de códigos de regras, pois só assim é possível viver em sociedade. As regras cumprem-se, não por serem ordenadas, mas por se encontrarem interiorizadas. Dá-se uma subordinação das regras a leis mais

gerais, as quais, por sua vez, estão sujeitas a interpretações diferentes dado o seu valor relativo.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral situa-se a nível dos princípios interiorizados, daí o seu carácter subjectivo e a sua natureza relativa porque vai-se formando pela educação. A sua função indispensável é discernir pela sensibilidade, a bondade e a maldade dos nossos comportamentos.

Trata-se duma representação da consciência moral nas suas vertentes evolutiva, estrutural e dinâmica. Do mesmo modo, as leis tornam possível a vida em comunidade. Elas são o garante da harmonia social e do entendimento entre os indivíduos. A sua razão de ser está na sociedade: ("As pessoas vivem em sociedade e para viverem em grupo têm de existir leis..."). Finalmente, a correlação "leis-consciência moral" é dialéctica e não hierárquica, competindo à consciência a função da responsabilidade última dos comportamentos.

Estádio 4 → 5 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 6)

A VIDA – A resposta dada, face à situação problemática do amigo, é inteligente e humorística. Os imperativos da saúde (veiculados na ordem dada pelo médico) são confrontados com um desejo efémero de fumar um cigarro, por isso: ("Acho isso ridículo da parte desse meu colega").

Porque é que a vida é importante?

A vida é importante, não pelo que ele é em si, mas pela sua dimensão social que interliga os indivíduos uns com os outros: ("A vida do homem não era importante se vivesse sòzinho, se fosse um só..."). É como se o valor da vida humana lhe viesse da sociedade.

Orientação moral determinada pelos parâmetros sociais que tornam o sistema social como um todo.

Em termos comparativos, a vida é importante para toda a gente ou ("pelo menos devia ser"), o que não exclui os factores afectivos que determinam certas preferências. Do mesmo modo ("não se podem estabelecer critérios") comparativos entre a criança e uma pessoa famosa, ("porque ambos são importantes"), o que não exclui uma atenção especial para a criança dada a sua situação privilegiada em relação ao futuro.

O OUTRO – O sujeito assume uma posição compreensiva, face à situação crítica, que variará segundo o estado interior do amigo perante o seu acto: uma atitude de apoio e de compreensão se o amigo faltasse às aulas por razões pessoais ou uma atitude de denúncia, se por acaso as suas faltas o levassem à destruição própria.

O raciocínio é rico e implica uma montagem cognitiva formal com poder de reversibilidade, de coordenação e de empatia, abstraindo bastante dos pontos concretos – "Manter a palavra dada" tem um significado relativo, já que se trata de algo convencional e sujeito a modificações ("conforme o benefício da própria pessoa").

Finalmente, "não se deve mentir" porque vai contra as regras aceites numa sociedade. O sujeito relativiza as normas vigentes colocando-se a um nível superior de avaliação.

A PROPRIEDADE ALHEIA – O acto de assaltar é mau, visto em relação a um futuro de vida: ("Isso nunca será o meio para conseguir sobreviver..."), mas o grau de gravidade do mesmo depende das circunstâncias de vida do indivíduo: ("Se trabalha ou não, se vive num quarto alugado, etc...."). Não se deve roubar por razões de justiça que têm a ver com o facto de cada qual ter os seus direitos e as suas obrigações: ("Não vou estar a tirar coisas que não são minhas..."). Não se deve roubar ("não é por ser punível, mas porque não é meu"). Raciocínio formal de carácter generalizado, mais próximo dos princípios do que das normas que regulam a sociedade.

A CONSCIÊNCIA MORAL – Dá-se uma definição enumerativa e não estrutural da consciência moral: ("A consciência moral faz parte dum determinado tipo de educação e das influências..."). A consciência moral torna-se uma espécie de património introjectivo que nos capacita para sentir o bem e o mal dos comportamentos. Logicamente, o seu valor é relativo e circunstancial.

As leis desempenham um papel subsidiário em relação à consciência moral porque, segundo o sujeito, as circunstâncias morais ("Por muito bem formuladas que sejam são sempre violáveis e as leis não o permitem").

Estádio 4 → 5 do Juízo Moral

—► ND/C, 7 (Não Delinquente nº 7 do Grupo de Control, na situação de Preteste e Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 7)

A VIDA — O raciocínio é bastante diferenciado e emite uma opinião ponderada: ("Se ele estivesse mesmo dependente disso acho que sim...Porque é menos grave assaltar uma farmácia do que uma pessoa estar dependente duma coisa...").

Porque é que a vida é importante?

A resposta é pouco elaborada depois de alguma hesitação: ("Essa pergunta é um bocado...Não sei...Pelo menos vale muito mais do que o assalto a uma farmácia..."). A resposta final é tautológica, sem grande interesse cognitivo nem moral: ("A vida vale por ela mesma...É uma coisa que instintivamente todos os seres humanos pensam logo..."). Em relação à pergunta hipotética de se é mais importante a vida dum amigo ou a dum estranho, a resposta de fundo é adequada: ("Eram as duas importantes"), mas as razões alegadas são insuficientes pelo seu carácter operatório e pragmático: ("Se estivesse a ver não sentimentalmente acho que uma por outra...eram as duas importantes, mas se for a ver pelo lado sentimental..."). O raciocínio que se segue de carácter mais generalizado vem enriquecer a argumentação de conjunto. Depois de alguma perplexidade, o sujeito afirma, a propósito da vida da criança comparada com a do adulto famoso: ("São as duas importantes. Pelo facto duma ser famosa e a outra ser criança, têm os mesmos direitos").

O OUTRO – O discurso, a propósito do dilema, é enrevesado e confuso. Apesar de indeciso, o sujeito é lavado a tomar partido pelo amigo: ("Se fosse muito amigo e se eu compreendesse porque é que ele tinha feito aquilo...se estivesse mesmo em apuros,...etc.").

Orientação moral determinada pela proximidade afectiva.

Porque é que se deve manter a palavra dada?

("Acho que é uma questão de honra").

Orientação moral determinada pela necessidade de manutenção da confiança interpessoal e da aprovação social.

Do mesmo modo, não se deve mentir por razões de tipo moral: ("é uma falta de carácter") e por razões pragmáticas, como ("as eventuais más consequências, a punição, etc...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – Face ao dilema do roubo, o sujeito mantem uma posição ética generalizada: ("Roubar só em último caso, mesmo. Devia tentar manter sempre a dignidade e não fazer..."). Expressão mais imitativa do que reflexiva e pessoal. Espécie de estereotipo social que lhe fica bem para dar uma boa imagem social. Não se deve roubar por razões de justiça , segundo a qual, cada qual com o que lhe é próprio: ("os outros têm o direito de ter aquilo que é deles...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

O sujeito dispersa-se em divagações que pouco contribuem para ordenar um juízo coerente: ("A consciência moral inclui o pensar já em religiões e coisas assim...Acho que é tentar não interferir etc....."). Há ideias soltas alusivas à moralidade do comportamento mas que não constituem um todo

verbal organizado. Mais intuição do que compreensão da função da consciência moral. Mantem-se a parcialidade do sujeito no que se refere à relação "leis-consciência moral". Dificuldade em operar representativamente com conceitos abstractos.

Orientação moral de tipo relacional afectivo e interpessoal segundo as coordenadas convencionais.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 7)

A VIDA – Através dum longo e pesado discurso que mais se parece a uma divagação que a uma argumentação o sujeito tenta colocar-se do lado do amigo em crise, numa atitude pragmática e compreensiva.

Porque é que a vida é importante?

A resposta é apenas uma insinuação com pouca informação: ("Isso já é um instinto que está na humanidade..."). Segue-se uma alusão mais precisa: ("É uma característica da humanidade pensar assim..."), pela qual o sujeito parece sentir-se bem num quadro social convencional determinado pelos bons modos de ser e de pensar.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Partindo do princípio de que as duas vidas são ou deveriam ser igualmente importantes, o sujeito reconhece que o amigo, ou a amizade termina por pesar mais pela sua proximidade afectiva.

Orientação moral determinada por razões altruístas e afectivas, num contexto interpessoal.

O OUTRO – Perante uma situação de opção difícil, a escolha do sujeito é ligeira e imediata sem grandes razões éticas de fundo: ("Era o mesmo caso se o jovem pedisse segredo...Guardava segredo porque era meu amigo e não o ía trair..."). O móbil moral do sujeito continua a ser a necessidade de preservar o contacto afectivo e a aprovação social.

Porque é que se deve manter a palavra dada?

A resposta é vaga e sem grande incidência moral: ("Bem, é um valor da humanidade que é a felicidade e a não traição do próximo"). Finalmente não se deve mentir ("...pela verdade..."), a qual está condicionada pelas circunstâncias: (!"Depende das circunstâncias, se uma mentira tiver mais vantagens...").

Dificuldade em estruturar um juízo genérico, pelo forte condicionamento à realidade concreta. Pouco imparcial nas suas avaliações.

A PROPRIEDADE ALHEIA – O sujeito identifica bem a gravidade da situação, mas não lhe dá tratamento ético. Permanece a nível da constatação e da não avaliação: ("É a mesma situação da farmácia. A atitude seria a mesma..."). Mais adiante, o sujeito justifica-se de que não se deve roubar, ("porque é dos outros ... e não se deve tirar o direito a terem...").

Raciocínio baseado num conceito de justiça idealizado.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta torna-se insuficiente por ser demasiado vaga: ("Acho que é o respeito pelos valores que se têm..."). Por seu lado, as leis servem ("para estabelecer essa consciência moral"). A relação entre as leis e a consciência moral é confusa e contraditória. Contudo, a consciência moral parece impor-se em relação às leis porque: ("Se a lei estiver errada, se trouxer mais prejuízos para as pessoas, deve-se seguir a consciência moral").

Estádio 3 do Juízo Moral

⟶ ND/C, 8 (Não Delinquente nº 8 do Grupo de Control, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 8)

A VIDA – O sujeito tenta ser realista avaliando o peso da situação e as consequências imprevisíveis no caso de assaltar a farmácia. Ventilam-se outras alternativas ao roubo: ("Portanto só se fosse um caso de último grau...mas na situação normal não era preciso assaltar a farmácia...Conseguia arranjar os comprimidos..."). Dá-se uma interiorização das normas e das consequências possíveis dos nossos actos, das expectativas sociais etc.

Porque é que a vida é importante?

Reconhece-se "a importância da vida para toda a gente", mas não se dá qualquer razão ética, em forma discursiva, que justifique dita importância. O sujeito limita-se a distinguir, existencialmente, os que apreciam mais e os que apreciam menos a vida, em termos de contraste vida-morte. O discurso é operatório e pragmático, enquadrado afectivamente.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Em termos comparativos e com um discurso embrulhado, reconhece-se a importância igualitária de qualquer vida, mas com uma ressalva especial para o amigo: ("Por muito que me custasse, talvez salvasse a vida do amigo pela afinidade entre nós").

Orientação moral altruísta e mais determinada por relações de tipo interpessoal do que institucional.

O OUTRO – Resposta de fácil identificação com o amigo, tornando-se compreensivo, embora não concorde com ele: ("Diria que não sabia de nada porque acho que se o meu amigo conseguiu entrar no gabinete...acho que fez bem. Se calhar eu fazia o mesmo, embora eu não concorde..."). O raciocínio contem alguma contradição implícita a nível de intenções, enquanto se diz uma coisa e se exprime outra.

Deve-se manter a palavra dada, simplesmente por razões de confiança e assegurar, assim, a amizade: ("Se quisermos preservar a amizade tem de haver lealdade"). Afirmação imparcial e generalizada.

Quanto à moralidade da mentira versus verdade, o sujeito faz uma observação oportuna quando responde que: (não se deve mentir, mas toda a gente mente..."). A sua capacidade de relativizar leva-o a distinguir mentiras e circunstâncias...Finalmente, numa atitude mais moralizante do que moral, o sujeito afirma que: ("Devemos estar sempre preparados para ouvir a verdade por pior que seja...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – Numa situação entre paternalismo e desculpabilização, o sujeito evoca razões extratextuais que contornam o cerne da questão e tentam evitar o conflito: ("Em primeiro lugar devemos pensar porque é que ele veio para a cidade...etc.").

Porque é que não se deve roubar?

Por uma questão jurídica, porque são as leis que asseguram

a ordem na sociedade, mas sobretudo por uma questão de justiça: ("Se calhar porque as outras pessoas não gostariam de ficar sem as suas coisas...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – Para o sujeito a consciência moral é a capacidade de tomar conhecimento do mal e agir em consequência. Descrição fenomenológica, de valor parcial e que só tem razão de ser segundo o sujeito, na sociedade: ("A consciência moral está ligada, desde que existe o homem a que ele tem que viver em sociedade..."). Há uma visão de conjunto dos diferentes aspectos da consciência moral, mas não coordenados entre si de forma abstracta e significativa.

As leis desempenham uma função reguladora na sociedade e servem para punir, em caso de necessidade. O seu valor é relativo, pois ("nem todas as leis são correctas...") e em relação à consciência moral, o seu papel é confuso e contraditório: (É mais importante a consciência, mas dentro de certos limites...").

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 8)

A VIDA – A resposta é pragmática e apologética: ("Tentava convencê-lo para não fumar e acho que ele conseguiria...").

Porque é que a vida é importante?

O sujeito toma uma posição conformista e moralizante face

à vida: ("Acho que uma pessoa já que vem ao mundo deve viver a vida...Deve viver a vida o melhor que pode..."). O raciocínio, éticamente, situa-se num contexto interpessoal de carácter hedonista. Finalmente, admite-se o valor igualitário de todas as vidas, ainda que o amigo pela amizade que desperta se aprecie mais: ("Acho que a vida é importante quer seja dum estranho ou dum amigo, mas a gente sofre mais quando morre um amigo..."). Do mesmo modo a criança tem prioridade em relação ao adulto famoso em virtude do futuro que se lhe depara. Trata-se duma argumentação moral de tipo convencional onde os factores aprovação, altruísmos e afectividade são importantes na vida social.

O OUTRO – Pelas respostas dadas ao dilema, o sujeito mantem-se a um nível pragmático, abordando a problemática de maneira imediata e linear sem transfundo reflexivo significativo: ("Primeiro tentava falar com o meu amigo e convencê-lo de voltar às aulas...etc.").

Porque é que se deve manter a palavra?

As razões alegadas referem uma orientação moral determinada pela necessidade de manter a confiança, a amizade e a aprovação social: ("Porque somos amigos e se não se mantem a palavra dada ao amigo, o amigo já não tem confiança em nós..."). Enfim, éticamente, a mentira tem um significado relativo e circunstancial: ("porque há mentiras que se podem fazer..."). Depende das circunstâncias e das consequências, segundo o sujeito. Moral relativa, mas sem justificações éticas suficientes.

Evidencia-se uma certa imparcialidade e interiorização através dos raciocínios emitidos, mas a nível muito convencional.

A PROPRIEDADE ALHEIA – O sujeito tenta ser objectivo face ao roubo: ("Não tomou a melhor atitude...") e pondera as várias alternativas possíveis ao mesmo numa situação de crise como a apresentada pelo dilema: ("Talvez se recorresse dos amigos e pedisse dinheiro emprestado, etc."). Não se deve roubar por razões óbvias de justiça. Além disso está implícita a regra de ouro segundo a qual não se deve fazer aos outros o que não gostamos que nos façam a nós.

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

Denota-se alguma confusão entre consciência moral e consciência psicológica: ("Uma pessoa faz as coisas e tem consciência delas, mas pode não a ter...etc."). Vem implícita, intuitivamente, a função de autocensura da consciência moral.

Quanto às leis, elas servem para regular e conter a sociedade: ("Servem para haver uma ordem..."). Em relação à consciência moral, as leis, nem sempre são correctas e desempenham uma função subsidiária, porque ("é mais natural seguir a consciência moral do que seguir as leis...").

Estádio 3 do Juízo Moral

—► **ND/C, 9 – (Não Delinquente do Grupo de Control, nº 9, na situação de Preteste e de Posteste)**

A. PRETESTE (ND/C, 9)

A VIDA – O centro de interesse da argumentação do sujeito é o assalto à farmácia em caso de urgência. Nesta situação ("não veria o assalto como uma coisa de grave delito... ainda que, por princípio, esta solução do amigo não é razoável"). O raciocínio do sujeito desenrola-se entre os limites do proibido e do permitido. A sua perplexidade prende-se com a necessidade de ajudar o amigo em risco de vida e o desejo de se manter fiel às normas estabelecidas. Evidencia-se um raciocínio processual à busca duma solução, o que pressupõe a interiorização de normas e de expectativas sociais...

Porque é que a vida é importante?

A resposta é correcta pela sua generalização que a aproxima mais dum princípio do que duma simples afirmação valorativa: ("Porque é um bem essencial que todas as pessoas têm o direito de viver..."). A razão é óbvia e imparcial: ("porque só temos uma única vida"). Viver trata-se dum direito dos indivíduos que se insere no contexto da sociedade, mas ("explorá-lo o melhor possível sem interferir, nem prejudicar a vida dos outros"). Finalmente é mais importante a vida dum amigo ou dum estranho? A resposta é igualmente universal, pelo carácter igualitário de todas as vidas. A proximidade afectiva do amigo não diminui em nada a vida do

estranho: ("As duas são importantes. A dum amigo porque é aquele que nos está mais perto, mas a vida dum estranho também e...").

Capacidade de se desprender do convencional e de relativizar os valores mais próximos, adquiridos...em favor doutros mais gerais.

O OUTRO – Face ao dilema de revelar ou guardar segredo, o sujeito na previsão de consequências imprevisíveis prefere revelar a verdade movido pela convicção de agir pelo maior bem do outro. Boa coordenação de pontos de vista e opção tomada em função das exigências da justiça.

Porque é que não se deve mentir?

Por razões de justiça exigidas pela vida em sociedade ("porque uma pessoa está a cometer um acto que não é verdadeiro e pode prejudicar outras pessoas...").

A PROPRIEDADE – O sujeito toma uma posição categórica de intolerância face ao roubo, tanto mais que há sempre alternativas ao alcance dum indivíduo em crise. Visão de conjunto adequada e imparcial. Não se deve roubar por razões de justiça determinadas pela vida em sociedade: ("Está-se a tirar uma coisa que outro ganhou...").

Aplicação da regra de ouro...

Orientação para uma moralidade interpessoal e de aprovação social.

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral define-se pela sua dimensão subsjectiva de reguladora dos comportamentos e em

função de valores introjectados: ("o que uma pessoa faz de acordo com um certo número de regras...que lhe foram ensinadas..."). Boa inteirorização de valores e normas sociais e revelação da dimensão social da moralidade.

As leis servem para se regular segundo a sociedade e a sua função é organizativa: ("São importantes mas não são necessárias"). Relatividade das leis. Contudo ("se não houvesse leis seria uma anarquia"). Contradição subjacente do raciocínio sobre a necessidade das leis. Em relação à consciência moral as leis são um ponto de referência para a mesma, isto é, ("seguir a consciência moral mas dentro de certos parâmetros"). A consciência moral, para o sujeito, não tem um valor absoluto, mas convencional e em função das regras estabelecidas: ("Não se pode seguir a consciência só porque uma pessoa tem a intenção...").

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 9)

A VIDA – Raciocínio de inspiração pragmática. O sujeito opta por agir segundo a ordem estabelecida, simbolizada na autoridade do médico. ("Bem se soubesse que o médico...etc.").

A vida é importante em qualquer idade ("desde a nascença até à morte...") e pela sua própria natureza ("é essencial..."). A argumentação é generalizada, mas sem um transfundo explicativo, isto é, sem justificações morais.

Finalmente, todas as vidas são importantes, mas o amigo, pela sua proximidade afectiva, desperta particularmnete a nossa atenção. Orientação moral relacional, matizada pela necessidade afectiva de aprovação social.

O OUTRO – Face ao dilema entre a fidelidade e a autoridade, o sujeito opta pela autoridade do pai do amigo, mas em função do bem do amigo: ("Diria ao pai que ele tem faltado a matemática...está a prejudicar-se.").

Deve-se manter a palavra dada, mas de maneira responsável, segundo as circunstâncias e em função do bem comum. Raciocínio capaz de relativizar as situações em ordem a uma justiça superior...Descolar-se dos compromissos concretos para uma atitude universalizante e abarcadora dos vários pontos de vista. Coordenação de perspectivas.

Finalmente a mentira tem impactos negativos na imagem de si mesmo dentro do grupo, além de ser uma solução estratégica caduca.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Juízo de valor ponderado segundo o qual ("o assalto é injustificável porque ele pode assaltar a mercearia... mas no próximo mês vai ter de tornar a assaltar"). Avaliação nas coordenadas do tempo e segundo as exigências da justiça com implicações empáticas adequadas: (pois essa pessoa pode-lhe ter custado muito a ganhar essa própria coisa").

A CONSCIÊNCIA MORAL – A consciência moral é de natureza introjectiva ("conjunto de regras consciencializadas interiormente...") e consiste na sensibilidade interior para

saber ("o que deve fazer ou não"). Boa interiorização das normas e das expectativas sociais para julgar de maneira imparcial.

Quanto às leis servem a sociedade...Está-se obrigado às leis enquanto elemento integrante do sistema social: ("para que a sociedade se construa harmoniosamente...").

Segundo o sujeito, a proximidade da consciência e das leis é inevitável na prática e em caso de conflito ("uma pessoa segue-se pela consciência").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—▸ ND/C, 10 – (Não Delinquente do Grupo de Control, nº 10, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 10)

A VIDA – A resposta ao dilema exprime uma estratégia mais reactiva que cognitiva, dado o seu carácter acentuadamente pragmático: ("Eu assaltar a farmácia não assaltava, agora se estivesse isolado...etc."). A resposta à questão sobre a importância da vida é projectiva e insere-se num contexto social onde a boa imagem de si mesmo e a aprovação dos outros se tornam importantes para o sujeito: ("Tento seguir a sociedade... ... e acho que sigo certas regras que ela me impõe..."). Raciocínio idealista com pouca flexibilidade de argumentação.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A opção é pelo amigo, mas o pensamento com conteúdos bizarros ("num caso de fusilamento entre a vida do amigo e dum estranho...") é operatório e pragmático. Orientação moral de carácter afectivo dominantemente.

O OUTRO – O discurso mantem-se inadequado, a orientação moral é interpessoal e mais relacional do que social, por isso não só se opta propriamente pelo amigo, mas tenta-se justificar a sua acção desviante.

Deve-se manter a palavra dada não por qualquer princípio ou regra social, mas porque se trata dum amigo. Necessidade de manter a confiança e a aprovação do outro.

Finalmente, não se deve mentir por razões que se prendem com as exigências de uma pessoa bem comportada ("porque deixa uma pessoa ficar mal...") e por razões hedonistas ("porque quando uma pessoa tem razão, diz-se que tem o dobro de forças...").

A PROPRIEDADE ALHEIA – O roubo foi uma má opção. ("Acho que fez mal"), mas não tanto pela imoralidade do mesmo, mas pelo conjunto de alternativas que o indivíduo, tendo ao seu dispor, desaproveitou. Não se deve roubar, segundo o indivíduo, por razões óbvias de justiça que se prendem com a vida em sociedade.

A CONSCIÊNCIA MORAL – Perplexidade inicial. Em seguida, refere-se à função específica da consciência moral que ("é distinguir o bem do mal em tudo o que fazemos..."). Dificuldade em operar mentalmente com conceitos abstractos. De maneira muito concreta o sujeito atribui às leis o papel de ordenar e de garantir a ordem em relação com a consciência moral, ("dependem uma da outra"). A argumentação é confusa e de tipo mais operatório ou sugerido do que pensada e deduzida.

Estádio 3 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 10)

A VIDA – Que te parece?

O sujeito passa do hipotético para o real e argumenta a partir da própria experiência: ("Essa situação, por acaso, já me aconteceu em que ele não pôde fumar...etc."). Da representação mental passa-se à experiência.

Porque é que a vida é importante?

Resposta projectiva, dado o carácter subjectivo do discurso de cariz hedonístico. Relativismo moral. A importância da vida é ("conforme o nosso estado de espírito"). Finalmente, se a vida é importante para os dois (o amigo e o estranho), o que decide em definitivo é a força dos sentimentos que nos leva a preferir o amigo. Orientação moral de tipo altruísta, mas vincadamente interpessoal e afectiva O relativismo ético perpassa, duma maneira geral, todo o discurso do indivíduo, como expressão de insegurança: ("Quanto à criança e à pessoa famosa, aí varia muito...").

Contradições flagrantes: ("Aí varia muito e ... ..."Não há assim muitas diferenças").

O OUTRO – Resposta prática e defensiva sem transfundo moral aparente: ("Não diria nada. Dizia para ele ficar com o filho...").

Porque é que se deve manter a palavra dada? O indivíduo situa-se explicitamente a nível relacional, onde a palavra guardada mutuamente é expressão de sinceridade, de confiança e de respeito. Finalmente, em relação à mentira ("em geral não se deve..."), pelas consequências imprevisíveis para o

próprio na sociedade, pois ("nem sabemos se estamos a mentir ou a falar a verdade...").

Eventual perda de autocontrolo como sinal da insegurança interior do sujeito. Éticamente o raciocínio é mais emotivo que estruturalmente pensado. Demasiado colado aos convencionalismos que determinam a vida dos indivíduos.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Resposta imaginariamente elaborada, donde o seu carácter idealista: ("Fez mal porque se realmente é meu amigo não teria problemas em pedir aos meus pais...").

Não se deve roubar por razões de justiça, porque idealmente ("estamos a interferir no outro..."). Regra de ouro (não faças aos outros o que não queres que te façam...), com adequada empatia e facilidade em situar-se na pele do outro. A moralidade do sujeito apresenta como móbiles dominantes o altruísmo, a necessidade de aprovação social e de manutenção da amizade numa relação interpessoal.

A CONSCIÊNCIA MORAL – Depois duma observação prévia de tipo diferencial ("Sem ter nada a ver com a religião") para o sujeito, a consciência moral é mais do que uma função ("definir o bem e o mal...") pois tem a ver ("com a nossa personalidade"). Visão de conjunto, pouco integrada e imprecisa. Em relação às leis o seu papel é assegurar a ordem na sociedade que se estrutura segundo regras e normas. A sociedade é vista mais como algo extrínseco do que como um sistema ao qual se pertence comprometidamente. A confusão estende-se à relação leis e consciência moral sem um raciocínio suficientemente claro.

Estádio 3 do Juízo Moral

—► ND/C, 11 – (Não Delinquente do Grupo de Control, nº 11, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 11)

A VIDA – O sujeito reconhece a dificuldade da situação apresentada pelo dilema perante a vida do amigo em perigo. Dispõe-se afectivamente a correr o risco de assaltar a farmácia para salvar o amigo. Moral do coração ou moralidade relacional, movida por um ideal altruísta. Expressão empática que o leva a identificar-se com o sofrimento do amigo: ("As pessoas deviam compreender que ele está aflito...").

Em relação à importância da vida, a resposta é vaga e pouco diferenciada do ponto de vista ético: ("Sem vida o mundo não podia existir..."). Ressaltam, aqui e acolá, ingredientes hedonistas e estoicistas relacionados com a vida.

É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A resposta exprime o reconhecimento do valor universal da vida, quem quer que seja. Tratando-se da vida, o ser amigo ou ser estranho é relativo... Expressão de interiorização e de imparcialidade.

O OUTRO – A resposta ao dilema refere a necessidade de se manter fiel ao amigo e não dizer nada, por coerência interior. Contudo, a facilidade do sujeito se colocar na pele do outro para compreender a situação leva-o a aplicar a regra de

ouro segundo a qual ("se eu estivesse nessa situação gostaria também que me compreendessem"). Por conseguinte, deve-se manter a palavra, para assegurar a confiança e manter congruência. Capacidade de coordenação das perspectivas de actuação segundo a justiça. Finalmente, mentir por norma não, mas mentir interpelado pela força das circunstâncias sim.

Orientação moral segundo o bem comum no grupo onde se valorizam mais as pessoas do que as normas vigentes.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Roubar, segundo o sujeito, é sempre um acto precipitado ou ("uma forma de resolver os problemas, muito precipitada"). Fala o senso comum, cujo raciocínio se enriquece com uma visão alargada da problemática do roubo: ("roubar é contra os princípios da humanidade...porque uma pessoa vai roubar o que os outros fizeram..."). A imoralidade do roubo adquire foros universalizantes a nível de humanidade, mas as razões alegadas não atingem as mesmas dimensões e permanecem a nível relacional ou são dterminadas pela regra de ouro segundo a qual: ("Se nos roubassem a nós...Acho que uma pessoa se deve tentar por na situação dos outros...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – Há uma intuição rica do que é a consciência moral, mas não formalizada a nível de definição. O sujeito pressente que a função da consciência moral é sentir o bem e o mal e agir em conformidade. É imperativo segui-la: ("Uma pessoa não deve ir contra essa moral").

Finalmente, as leis apesar de serem garantia de ordem na sociedade, ocupam apenas um lugar subsidiário em relação à consciência moral ("porque o mais importante é seguir a

consciência moral"). Seguir a consciência em termos de bem e de mal, para o sujeito, torna-se um princípio de justiça: ("Se tivermos consciência moral e virmos que vamos prejudicar os outros...etc.").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 11)

A VIDA – Perante a conflitividade da situação, o sujeito numa atitude defensiva, faz uma proposta moralizante e pragmática. Contudo, a sua facilidade empática leva-o a não excluir sequer a possibilidade de assaltar a farmácia. A vida é importante por natureza ("porque há um destino para as pessoas..."). O valor da vida humana é universal. Raciocínio coerente, pouco original,mas suficientemente interiorizado e imparcial. Consequentemente as duas vidas, a do amigo e a do estranho, são igualmente importantes porque se incluem no mesmo projecto universal com a ressalva de que o amigo merece uma menção à parte pela sua proximidade afectiva. Assim também a criança, pela sua situação diferente em relação ao adulto, é ocasião de empatia e de atenção especial. Capacidade descriminatória em termos de sentimentos e de afectos manifestados projectivamente.

O OUTRO – Numa atitude quase paternalista o sujeito, como exigência de fidelidade, opta por contactar o amigo e chamá-

lo à realidade moral a que todos estamos chamados. ("Falava com o rapaz para ele voltar para as aulas...Tentava aconselhá-lo").

Orientação moral altruísta se bem que determinada por valores e normas morais da sociedade bem interiorizados.

Deve-se manter a palavra dada pela própria dinâmica da amizade e pela natureza mesma do segredo que a todos, como membros da sociedade, diz respeito: ("Estaria a trair um amigo... ...Se põe um voto de confiança em nós é porque confia..."). Logicamente não se deve mentir mais em função do bem das pessoas do que simplesmente porque está mandado. Desprendimento do convencional e relatividade das regras a favor duma avaliação superior a nível de princípios mais gerais.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Segundo o raicocínio emitido pelo sujeito, a lógica da vida em sociedade não é roubar ou atentar contra a justiça, mas recorrer-se dos outros, em caso de crise e pedir a sua ajuda: ("Errado. Não devia ter assaltado, mas dirigir-se a alguém com possibilidades para emprestar dinheiro"). Portanto, não se deve roubar porque se põem em causa os direitos do outro. Torna-se importante sentir com os outros ou colocar-se na sua própria situação. Abordagem processual em busca duma solução e segundo as directrizes da justiça. O pensamento estrutura-se a partir dos valores dominantes na sociedade e exprimem-se verbalmente de modo imparcial e interiorizado.

A CONSCIÊNCIA MORAL – De maneira simples e fenomenológica a consciência moral é ("saber o que se faz... e distinguir o bem do mal"). Consequentemente, numa atitude defensiva ("saberá fugir ao mal e fazer o bem").

É difícil uma operacionalização mental de conceitos abstractos como a consciência moral. As leis desempenham uma função reguladora e contentora na sociedade e como tais ajudam a praticar a justiça: ("Servem para uma pessoa cumprir...sem prejudicar os outros...Enquanto que com as leis uma pessoa tem medo e contem-se"). Em relação à consciência moral as leis têm um papel subsidiáiro ("porque há sempre qualquer coisa que o leva a fazer mal e as leis servem para reprimir").

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

—► ND/C, 12 – (Não Delinquentes do Grupo de Control, nº 12, na situação de Preteste e de Posteste)

A. PRETESTE (ND/C, 12)

A VIDA – O sujeito toma uma atitude firme face à situação crítica do amigo ("Não, não fazia de certeza..."), mas mostra-se disposto a deitar a mão a qualquer recurso possível, excepto roubar para ajudar o amigo.

Trata-se duma posição teórica que clivada da realidade é pouco significativa do ponto de vista moral.

Porque é que a vida é importante?

A resposta é projectiva e orientada existencialmente: ("A vida é importante porque tem de ser vivida..."). Segue-se o relato duma experiência pessoal onde o contraste vida e morte adquire dimensões escatológicas: ("Tenho enfrentado situações de vida e morte pela 1ª vez...e tenho reparado que isto não dura tanto como se julga"). O raciocínio é processual e globalizante pois o sujeito, apesar de partir de si mesmo, fala em termos ideais.

Quanto à importância dada à vida, todas as vidas são importantes, mas algumas mais que outras. Se por um lado se coordenam os pontos de vista, por outro lado matizam-se as situações: ("são as duas vidas iguais... ...mas tenho consciência de que me afecta mais a vida do amigo").

O OUTRO – Por razões de tipo moral, como a necessidade de manter-se fiel ao amigo, o sujeito abstem-se de tomar posição diante da autoridade ("não diria nada...Dizia que não sabia de nada"). Posição prudente e pragmática em ordem à manutenção da aprovação social e da confiança interpessoal. O raciocínio não está bem estruturado e fomaliza-se apenas parcialmente.

Deve-se manter a palavra dada por razões que se prendem com a necessidade de tolerância e de compreensão entre pares: ("Além disso, muitas coisas que o outro faz, eu também faria..."). Identificação com o amigo. Finalmente não se deve mentir por razões que prejudicam a vida em sociedade: ("...Estamos a enganar alguém que quer saber a verdade..."). O sujeito sente-se um elemento responsável na sociedade. As suas intervenções altruístas, de carácter generalizado, não estão isentas de hedonismo.

A PROPRIEDADE ALHEIA – Por razões óbvias de justiça, o indivíduo procedeu mal: ("porque tirou dinheiro que pertencia a outra pessoa..."). Operação de justiça formulada em termos de moralidade interpessoal, porque todos devem saber ocupar bem o seu lugar na sociedade.

Em princípio não se deve roubar, mas há situações humanas em que o roubo é compreensível: ("Há situações em que se calhar não há outra alternativa..."). O raciocínio é incongruente na medida em que o pensamento não flui melodicamente e está sujeito a pequenas contradições: ("Há pessoas que acredito que mereciam ser roubadas...").

A CONSCIÊNCIA MORAL – O que é a consciência moral?

A resposta dá uma ideia de consciência moral mas não a define ("consciência moral será em conjunto de regras que nos dizem o que está certo e está erradom, mas que no fundo acaba por ser subjectiva..."). O sujeito incapaz de aceder a uma representação formal e abstracta de consciência moral procede operatoriamente descrevendo-a na sua função autoreguladora do comportamento. Destaca-se a dimensão subjectiva da consciência moral e o seu carácter evolutivo e histórico. O pensamento é confuso estruturalmente e impreciso eticamente.

Quanto às leis estabelece-se a sua relação com a sociedade e o seu valor relativo, mas sem razões de fundo que sustentem a argumentação. Discurso mais sugerido do que reflectido. As leis desempenham um papel regualdor dos comportamentos face à consciência moral.

Interiorização das normas e das expectativas sociais, assim como imparcialidade nos raciocínios.

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

B. POSTESTE (ND/C, 12)

Por razões de ordem imprevisível, não nos é possível transcrever a análise do texto, mas apenas dar o resultado classificatório em termos de cotação final:

Estádio 3 → 4 do Juízo Moral

7.1.4.2. Contacto Individual (com o Experimentador, Não Delinquentes/Control)

——► ND/C, 1

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 1, na situação de Contacto Individual)

Situação verbal, de carácter não conflitivo, entre o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 1**, que se processa a nível temático **A** e **B** segundo uma estratégia mais negociada e adaptativa do que confrontada.

A — A VIDA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Experimentador — "Afinal, pode-se roubar ou não?"

ND/C, 1 — "Poder não pode, mas o que é certo é que se faz..."

Exp. e ND/C, 1 ⟶ Entre o Experimentador e o sujeito estabelece-se uma situação relacional protocolar onde ambos os intervenientes desde fora, isto é sem um compromisso sócio-cognitivo procuram desempenhar o melhor possível o seu papel dialogal.

A resposta de **ND/C, 1** é adequada e inteligente, enquanto se faz o ponto da situação sobre o significado do roubo e se ponderam, em geral, os factores "que levam as pessoas a

roubar...", contudo é uma resposta meramente formal porque não se enquadra estruturalmente num contexto sócio-cognitivo.

Trata-se duma resposta de si para si, apesar de ter sido solicitada por um partenaire dialogante.

Experimentador – "E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo marido desesperado assalta o boticário..."

ND/C, 1 – "Nessa situação está-se entre a espada e a parede..."

Como anteriormente, a resposta pertinente de **ND/C, 1** não permite uma descentração do próprio ponto de vista... pois o **Experimentador** joga desde fora, relacionalmente, mas não interactivamente.

Exp. e ND/C, 1 ⟶ A situação de contacto individual entre os dois intervenientes leva a uma ausência de pensamento crítico, dando ao diálogo um carácter linear mas verbalmente enriquecedor.

B – RESPEITO PELO OUTRO

Exper. – "Um amigo que desesperado te telefona a altas horas da noite... etc."

ND/C, 1 – "Saio pela janela ou ia buscar a chave e tentava ajudar o meu colega... etc."

Exp. – "Poder-se-ia falar de alguma maneira de transgressão?"

ND/C, 1 – "Transgressão, talvez, em abalar a confiança do pai no filho. Julgo que era o único problema que havia..."

Exp. e ND/C, 1 ⟶ Mantém-se a falta de reciprocidade nas ideias entre os dois intervenientes, o que vem dar ao diálogo um carácter negocial de natureza mais adaptativa que construtiva, como se pode ver a seguir:

Exp. – "Afinal, porque é que não se deve mentir?"

ND/C, 1 – "Interessante! Depende da situação. A mentira pode trazer problemas e benefícios..."

Mais uma vez a resposta de **ND/C, 1** é criativa e reflectida mas desinvestida de conflitividade por falta de interacção, o que não contribui para uma verdadeira evolução cognitiva.

——→ ND/C, 2

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 2, na situação de Contacto Individual)

Situação relacional a dois, entre o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 2**, não conflitiva mas dinamizada a partir das temáticas **A** e **B**.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Mais do que uma resposta ao **Experimentador** (que iniciou o diálogo), **ND/C, 2** reage em termos estratégico-defensivos, como é frequente no início dum diálogo:

Experimentador — "Afinal, pode-se roubar ou não?

ND/C, 2 — "Já me fez essas perguntas antes... Só uma resposta? Depende dos casos e do roubar..."

O **Experimentador** tenta aproximar-se dialogalmente concretizando a questão do significado do roubo (no caso da mulher gravemente doente cujo marido assalta...), ao qual **ND/C, 2** corresponde simetricamente, não tanto em termos de dominação/submissão, mas pragmaticamente adaptando a resposta à pergunta feita.

ND/C, 2 — "Acho que não chega a fazer bem, mas não tinha outro remédio... etc."

Exp. — "O que está em causa é a vida..."

Neste momento, **ND/C, 2** aproveita a oportunidade duma intervenção aberta do **Experimentador** para se descentrar da questão inicial e exprimir livremente, com alguma interiorização:

ND/C, 2 – "Era capaz de pôr os valores de parte se estivesse em perigo a vida da minha mulher... Não é poder, toda a gente pode, mas é uma questão de ser aceitável".

Exp. e ND/C, 2 ⟶ Situação relacional a dois, potencialmente rica, mas que não chega a progredir por falta de interacção sócio-cognitiva.

B – RESPEITO PELO OUTRO

O diálogo em torno da temática **B** não vem acrescentar nada de essencial ao anteriormente observado. No entanto, enquanto que o **Experimentador** mantém a sua atitude directiva como é frequente neste tipo de contacto individual ("Que farias...?"), o sujeito tende a distender-se discursivamente explicando-se melhor desde outras perspectivas.

Exp. e ND/C, 2 ⟶ Estratégias inicialmente independentes, entre os dois intervenientes, e que progressivamente se tornam colaborantes com algumas melhorias verificadas da parte do sujeio **ND/C, 2.**

——→ ND/C, 3

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 3, na situação de Contacto Individual)

Situação dual, entre **ND/C, 3** e o **Experimentador**, de carácter relacional e que se processa a nível **A** e **B** através duma regulação recíproca não conflitiva.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Afinal, ainda sobre o furto, pode-se roubar ou não?"

ND/C, 3 — "Quem quiser pode roubar. Só que não se deve fazer..."

Parece evidente a fuga da situação de **ND/C, 3**, que se poupa ao conflito da confrontação na discussão. Resposta de compromisso carente de investimento interactivo suficiente. Por sua vez, o **Experimentador** insiste:

Exp. — "E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo marido assaltou..."

ND/C, 3 — "Parece-me que não devia fazer isso, mas em certos casos não considero roubar... etc."

Dá-se uma aproximação da parte de **ND/C, 3** que, com a sua resposta, alarga o leque de perspectivas na problemática do roubo, permitindo assim ao **Experimentador** contextualizar melhor a relação dual na temática **B** que se segue.

B — RESPEITO PELO OUTRO

Exp. — "E quanto ao caso do amigo que te telefona urgentemente a altas horas da noite..."

ND/C, 3 — "Telefonava logo para ele... Se ele queria que fosse lá..."

Por tudo o que se segue, conjectura-se que os dois intervenientes regulam mutuamente a sua distância em relação ao dilema, segundo as suas possibilidades circunstanciais de investimento sócio-cognitivo. Descentração cognitiva controlada de **ND/C, 3** ("Acho que devemos ser honestos com os outros... Só por esse motivo") e ausência de pensamento crítico partilhado.

Exp. — "E quanto á mentira..."

ND/C, 3 — "Acho que se pode, depende das mentiras. Toda a gente mente."

Exp. e ND/C, 3 ⟶ Estratégia mutuamente colaborante entre os dois intervenientes que permite alguma evolução... mas não progressos no sentido sócio-cognitivo por falta de conflitividade interactiva **ND/C, 2.**

——→ ND/C, 4

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 4, na situação de Contacto Individual)

Situação relacional adaptativa entre os dois intervenientes, o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 4**, sem uma verdadeira elaboração cognitiva quer a nível **A** ou **B**.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Afinal pode-se roubar ou não?"

ND/C, 4 — "Acho que não porque como já disse as leis são para se cumprirem..."

Exp. — "E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo homem assalta a farmácia..."

ND/C, 4 — "Se me perguntar o que acho de roubar, é sempre errado. Agora na situação dele fazia o mesmo..."

Trata-se de uma situação recíproca mas de expressão justaposta, isto é, ignorando-se mutuamente do ponto de vista sócio-cognitivo. Nota-se através das respostas uma certa complacência de **ND/C, 4** em relação ao **Examinador** que assume uma atitude dialogal directiva.

Exp. e ND/C, 4	⟶	Estratégias colaborantes com intercâmbios de pontos de vista entre os dois partenaires mas sem interacção conflitualizada

B — O RESPEITO PELO OUTRO

Exp. — "E quanto ao amigo que te telefona a altas horas da noite, desesperado..."

ND/C, 4 — "Se fosse meu amigo, ia para ajudá-lo..."

A transparência temática e a sua evidência não se proporciona ao diálogo donde resulta um intercâmbio unilateral, assimétrico ou de dependência em relação ao **Examinador**, como já se verificou anteriormente. O facto de **ND/C, 4** se exprimir discursivamente implica nalgum enriquecimento verbal e cognitivo apesar de não haver descentração, nem coordenação ou regulação sócio-cognitiva.

——————► ND/C, 5

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 5, na situação de Contacto Individual)

Estabelece-se uma estratégia relacional entre o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 5** com expressões ora interactivas ora unilaterais, que vem culminar num compromisso dual não conflitivo.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

ND/C, 5 apesar duma certa margem de liberdade acomoda a resposta à interpelação do **Experimentador:** ("Roubar? Não é correcto roubar por causa das instruções que nos são dadas. Há momentos na vida em que somos arrastados para o roubo...").

O **Experimentador** insiste e concretiza:

Exp. — "E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo homem desesperado assalta a farmácia..."

ND/C, 5 — "Devia buscar ajuda entre os familiares... Ele também não gostaria que o roubassem..."

ND/C, 5 aceita o desafio dialogal do **Experimentador** tenta aproximar-se de maneira original mas sem conseguir, verdadeiramente, descentrar-se de si mesmo por falta de confrontação com o outro ("Se pedisse ajuda não lhe era negada e em último caso é de aceitar, em parte, a atitude dele...").

Exp. e ND/C, 5	⟶	Estratégias mutuamente colaborantes com intercâmbios de pontos de vista sem sucessos significativos

B – RESPEITO PELO OUTRO

No que se segue repete-se, em parte, o cenário dialogal anterior.

E quanto à questão do significado moral da mentira:

Exp. – "Porque é que não se deve mentir?"

ND/C, 5 – "Mentir? Não se deve porque é uma lei da sociedade. Mas há momentos em que é preciso..."

Mais uma vez, os dois interactuam em termos negociais da verdade e não faltam mesmo, da parte de **ND/C, 5**, algumas intervenções crítico-construtivas mas não chegam a criar-se as condições para uma verdadeira emergência do conflito.

Exp. e ND/C, 5	⟶	Estratégias colaborantes parcialmente conflitualizadas mas não suficientemente dinamizadas do ponto de vista cognitivo para haver evolução.

——→ ND/C, 6

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 6, na situação de Contacto Individual)

Estratégia dialogal relacional com troca de pontos de vista entre o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 6** mas não suficientemente conflitualizada por falta dum contexto sócio-cognitivo dinamizador.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

É o **Experimentador** que, como de costume, directivamente, introduz o diálogo sobre o significado do roubo. A resposta imediata de **ND/C, 6** torna-se uma breve dissertação pelo seu carácter explicativo pouco concordante com a interpelação simples do **Experimentador:**

Exp. — "Afinal, porque é que não se deve roubar?"

ND/C, 6 — "Não se deve roubar! Há uma regra e é uma questão de princípios. É uma falta de respeito. Há muitas penalizações que levam as pessoas... embora seja por uma questão de princípio que não se deve roubar!"

O **Experimentador** intervém de novo apelando para uma situação concreta mas sem se esmerar por situar-se empaticamente em relação ao partenaire. **ND/C, 6** toma consciência da complexidade do dilema mas em vez de recorrer à interacção com o

Experimentador para uma melhor compreensão a dois, distende-se largamente num discurso individual exploratório.

B — RESPEITO PELO OUTRO

De novo a interpelação sobre "a tal situação hipotética do amigo desesperado que telefona a altas horas da noite", e que vem suscitar em **ND/C, 6** uma reacção entusiasta, idealista.

Exp. — "Afinal pode-se mentir ou não?"

ND/C, 6 — "Primeiro não se pode mentir pois é uma falta de respeito, um atentado contra as outras pessoas... etc...."

Dá-se uma aproximação mais adaptativa que interactiva entre os dois intervenientes. Contudo o discurso disperso de **ND/C, 6** afasta-o, aparentemente, do ponto de vista do **Experimentador** que persiste em dialogar:

Exp. — "No caso do colega que entra no gabinete do professor..."

ND/C, 6 — "Nesse caso mentia, porque eu tinha dado a palavra ao meu colega..."

Exp. e ND/C, 6 ⟶ Estratégias ora independentes ora colaborantes que tornam o diálogo um lugar de encontro não necessariamente construtivo do ponto de vista cognitivo.

——→ ND/C, 7

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 7, na situação de Contacto Individual)

Estratégia relacional verbal entre o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 7**, cuja reciprocidade isenta de conflitividade se torna um espaço de encontro colaborante mas não criativo.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Afinal porque é que não se deve roubar?"

ND/C, 7 — "Já disse que depende das situações, como salvar a vida duma pessoa, em que não se trata de roubar...etc."

A directividade inicial do **Experimentador**, incita o sujeito **ND/C, 7** a tomar uma posição precisa, quase agressiva, face à problemática social do roubo. Resposta unilateral, apesar da interpelação inicial, como que ignorando-se mutuamente.

O **Experimentador** insiste, concretizando:

Exp. — "Na situação crítica da mulher gravemente doente, cujo marido assaltou a casa do boticário..."

ND/C, 7 — "Isso depende do produto! Se é um produto que foi desenvolvido e a patente...etc."

Resposta paralela que, embora pertinente, não parece sintoni-

zar empaticamente com a interpelação do **Experimentador.** Enfoques diferentes do mesmo problema?

Exp. e ND/C, 7 ⟶ Situação simétrica entre os dois intervenientes com algum enriquecimento da parte do sujeito ND/C, 7 a nível verbal, da argumentação, etc.

B — O RESPEITO PELO OUTRO

A transparência mesma do dilema não facilita a discussão em termos de interacção sócio-cognitiva, mas permite a **ND/C, 7** discursar fuidamente apesar de interpelado pelo Experimentador:

Exp. — "Porquê?"

ND/C, 7 — "Porque a vida dele está em jogo e para já o meu pai não seria prejudicado...etc."

Exp. — "E quanto ao caso do colega que entrou no gabinete do professor..."

ND/C, 7 — "Já tinha respondido. Acho que sim. Se me pediu segredo...etc."

Exp. e ND/C, 7 ⟶ Pontos de vista não confrontados mas aproximados, donde resulta uma situação cognitiva insuficiente ainda que enriquecedora parcialmente.

——→ ND/C, 8

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 8, na situação de Contacto Individual)

Situação dialogal entre o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 8** de carácter interactivo relacional e não sócio-cognitivo por falta de conflitividade suficiente entre os dois partenaires.

A — VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

A intervenção inicial do **Experimentador** parece colocar **ND/C, 8** numa situação de perplexidade, exploratória, face à problemática do roubo ("Não sei. Talvez não, não se deva roubar... Toda a gente pode roubar se quiser..."), o que leva o **Experimentador** a avançar:

Exp. — "E porque é que não se deve roubar?"

ND/C, 8 ao sentir-se interpelado de novo, alarga, provavelmente, o seu espaço de compreensão e explicita melhor o seu pensamento: "Porque ao roubar-se está-se a tirar coisas... etc."

Contudo, o **Experimentador** insiste:

Exp. — "No caso da mulher gravemente doente, cujo marido assalta..."

ND/C, 8, toma as devidas distâncias e talvez desde uma perspectiva diferente com empatia e compreensão, afirma: "Às

vezes o desespero leva a fazer coisas que uma pessoa não deve fazer, mas talvez se o homem tivesse pensado..."

Exp. e ND/C, 8 ⟶ Aproximação regulada entre os dois intervenientes não suficientemente conflituализados nem demasiado formal ou apenas relacional.

B — O RESPEITO PELO OUTRO

A transparência mesma do dilema não permite grandes digressões e **ND/C, 8** aceita facilmente a questão do **Experimentador** para expor pragmaticamente a sua opinião ("Ia buscar as chaves e saía porque o meu amigo estava a precisar...etc."). Mantêm-se as devidas distâncias com alguns esboços de interacção não suficientemente elaborada:

Exp. — "O que está em causa..."

ND/C, 8 — "É salvar o amigo. Está a precisar de ajuda..."

Exp. — "Mas afinal, pode-se mentir ou não?"

ND/C, 8 — "Pode. E às vezes até faz bem... etc."

Exp. e ND/C, 8 ⟶ Estratégias mais colaborantes do que confrontadas onde ambos os intervenientes negociam um diálogo que se torna mais adaptativo do que construtivo.

——→ ND/C, 9

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 9, na situação de Contacto Individual)

Estratégia reciprocamente colaborante mais a nível relacional do que a nível sócio-cognitivo, donde resultam alguns progressos relativos para o sujeito **ND/C, 9**.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

A resposta de **ND/C, 9** é directa à interpelação do **Experimentador**, mas pouco explorada do ponto de vista interactivo. Talvez a posição defensiva de **ND/C, 9** e a atitude directiva do **Experimentador** não tivessem permitido ir mais longe:

Exp. — "Afinal, pode-se roubar ou não?"

ND/C, 9 — "Acho que não porque é um dever que todas as pessoas devem ter consciência de que não se deve roubar..."

Exp. — "E quanto ao caso da mulher gravemente... cujo marido assaltou..."

ND/C, 9 — "Acho que com certeza que faria o mesmo, porque está a ser posta em causa a vida..."

Dá-se uma aproximação, talvez mutuamente compreensiva, mas pouco conflitiva do ponto de vista da cognitivo, apesar duma sensível melhoria na argumentação, na qualidade da interiorização, etc..."

Exp. e ND/C, 9 ⟶ Diálogo construtivo não suficientemente conflitualizado, que leva os dois intervenientes a uma aproximação compreensiva significativa, como se pode ver nos resultados de **ND/C, 9.**

B — RESPEITO PELO OUTRO

Do ponto de vista do "Respeito pelo Outro" o diálogo prossegue o seu percurso, modelado quer desde fora pela atitude semi-directiva do **Experimentador** quer desde dentro por um certo envolvimento emocional do sujeito **ND/C, 9:**

Exp. — "Afinal, em que ficamos? Pode-se roubar ou não?"

ND/C, 9 — "Poder, pode-se, mas não se deve... Pode não prejudicar, mas moralmente não se deve mentir..."

Alguma aproximação inevitável entre os dois intervenientes que o **Experimentador** aproveita mais circunstancialmente do que movido por empatia:

Exp. — "E quanto ao caso do colega que se apodera dos testes do professor..."

ND/C, 9 — "Eu diria ao professor. Não mentia ao professor. Sei que estaria a ir contra... O importante não é guardar a palavra, o importante é que ele tinha cometido uma coisa que não devia cometido..."

ND/C, 9 vai mais longe do que era previsível a partir da suposta intenção do **Experimentador.** Dá-se uma melhoria significativa em termos de interiorização no sujeito e na sua capacidade de argumentação. Contudo o contexto relacional onde se processa o diálogo não permite ir mais além.

Exp. e ND/C, 9	⟶	Situação colaborante e por vezes confrontada entre pontos de vista diferentes mas não suficientemente conflitualizada.

——→ ND/C, 10

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 10, na situação de Contacto Individual)

Situação interactiva verbal não conflitiva entre o **Experimentador** e o sujeito **ND/C, 10**. A estratégia relacional adoptada pelos dois intervenientes não permite progressos cognitivos significativos.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

A primeira reacção verbal do sujeito **ND/C, 10**, é de tipo defensivo face à interpelação restrita do **Experimentador:**

Exp. — "Afinal pode-se roubar ou não?"

ND/C, 10 — "Pode-se. Conforme as circunstâncias! Acho que sim. Agora, dar exemplos..."

A perplexidade inicial do sujeito induz o **Experimentador** a concretizar a questão levantada, nos seguintes termos:

Exp. — "E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo marido assalta a farmácia..."

ND/C, 10 — "É desespero... É um estado de espírito dessas pessoas que leva a essa hipótese... Se formos falar do meu caso..."

ND/C, 10 aceita o desafio e movido empaticamente emite um

discurso identificatório onde fala de si mesmo ("Se formos falar do meu caso eu acho que não conseguia fazer isso. Mas, se gostasse muito da minha mulher, era capaz de roubar"). O **Experimentador**, repetitivamente, volta à questão teórica inicial ("Mas afinal pode-se roubar ou não?") à qual o sujeito responde, desde uma nova perspectiva ("Nestas circunstâncias podia-se. Mas em geral não, porque estamos a interferir na liberdade dos outros...").

Trata-se duma aproximação mútua, graças ao espaço reflexivo e interactivo do sujeito **ND/C, 10**. Dá-se alguma evolução verbal e argumentativa ainda que restrita e cognitivamente periférica.

B. O RESPEITO PELO OUTRO

A resposta do sujeito ao dilema do **Experimentador** (sobre o telefonema urgente do tal amigo, a altas horas da noite...) é rica em empatia e compreensão. Torna-se num dos momentos mais vivos do diálogo mas sem continuidade relacional...

ND/C, 10 – "Bem, se tivesse o telefone do meu amigo, telefonava-lhe... Acho que ele devia estar a precisar muito dum amigo..."

Finalmente o **Experimentador** assume de novo o controlo do diálogo:

Exp. – "No caso do amigo que nas vésperas do exame se apoderou... Que te parece?"

ND/C, 10 – "Prontos! Aí conta também muito o relacionamento professor-aluno. Há aqui, nesta escola..."

O sujeito responde com certa liberdade de expressão e de pensamento mas sem grandes possibilidades de descentração cognitiva e o diálogo termina por desvanecer-se.

Exp. e ND/C, 10	⟶	Estratégias colaborantes mas não suficientemente interactivas do ponto de vista sócio-cognitiva donde resulta um trabalho mais pessoal do que consensual.

——————► ND/C, 11

(Não Delinquente do Grupo de Controlo nº 11, na situação de Contacto Individual)

Situação interactiva de carácter relacional cujos produtos finais compreensivos são mais a expressão dum trabalho individual do que o resultado consensual dum processo sócio-cognitivo a dois.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

Exp. — "Afinal porque é que não se deve roubar?"

ND/C, 11 — "...Conforme as circunstâncias. Há situações em que o indivíduo, mesmo por necessidade tem que roubar..."

Perante a interpelação do **Experimentador**, o sujeito apresenta o seu ponto de vista, de carácter mais explicativo que interactivo. Entre os dois intervenientes cria-se uma situação dialogal colaborante onde o mero intercâmbio verbal sem suficiente ressonância empática não permite ir muito além dum simples encontro enriquecedor. Por outro lado a transparência mesma do tema e a atitude semi-directiva do **Experimentador** não facilitam a interacção sócio-cognitiva.

Exp. — "E quanto ao caso do colega desesperado em que se põe a hipótese de assaltar a farmácia...?"

A perplexidade criativa do sujeito perante o dilema ("É um bocado difícil dizer. Mas acho que sim... Sei lá!...) torna-se uma oportunidade de descentração cognitiva ligeira que contribui para uma melhor abordagem da problemática moral, como se pode ver na situação seguinte introduzida pelo **Experimentador:**

Exp. – "No caso da mulher gravemente doente cujo marido assalta a casa do boticário..."

ND/C, 11 – "Está errado! Mas perante a situação que surge...etc."

Efectivamente, **ND/C, 11** parece alargar o seu ângulo de compreensão da problemática para jogar empaticamente com os possíveis em perspectiva ("Acho que é errado, mas a situação leva um indivíduo a fazer isso... As pessoas quando estão numa situação destas..."

B – RESPEITO PELO OUTRO

Em relação ao dito anteriormente, na área **B** não há nada de novo a assinalar do ponto de vista interactivo, a não ser a capacidade de afirmação crescente do sujeito **ND/C, 11** face ao **Experimentador.** Efectivamente face à proposta directa do **Experimentador.**

Exp. – "Que farias se um amigo teu desesperado te telefonasse durante um exame crucial?"

ND/C, 11, depois de se situar no contexto relacional em causa, toma posição e assume, teoricamente, as eventuais consequências da sua decisão.

ND/C, 11 – "Acho que iria ao exame. Há situações em que é decisivo para mim como para ele...etc."

Exp. e ND/C, 11	⟶	Situação interessante do ponto de vista sócio-cognitivo mas não suficientemente estruturada por falta de investimento cognitivo e motivacional dos dois intervenientes.

——→ ND/C, 12

(Não Delinquente do Grupo de Control, nº 12, na situação de Contacto Individual)

Estratégia cognitiva não conflitiva, de carácter relacional, entre o sujeito **ND/C, 12** e o **Experimentador** que interactuam verbalmente sem progressos significativos a assinalar.

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

ND/C, 12 adere com desenvoltura argumentativa à interpelação do **Experimentador** como se pode ver no primeiro contacto verbal:

Exp. — "Afinal, pode-se roubar ou não?"

ND/C, 12 — "Lá está! Não se deve, agora se se pode? Acho que não porque há sempre... etc."

O toque inicial ("Lá está!") do sujeito é expressão dum certo à vontade face ao interlocutor depois de se ter sentido seduzido dialogalmente pelo mesmo.

Apesar da semi-directividade do **Experimentador**, o discurso interactivo de **ND/C, 12** adquire amplitude compreensiva não necessariamente estruturante ou cognitivamente estrutural:

Exp. — "O caso da mulher gravemente doente cujo marido..."

ND/C, 12 – "Bem. Aí acho que o outro não lhe quer dar... Está em causa a vida da esposa e também uma atitude pouco simpática..."

Exp. e ND/C, 12	⟶	Situação interactiva homogeneamente conduzida, fundamentada em pontos de vista próprios não mutuamente elaborados.

B – O RESPEITO PELO OUTRO

ND/C, 12 responde com alguma emoção ao dilema do **Experimentador** e o seu entusiasmo leva-o a demarcar obsessivamente o seu ponto de vista:

Exp. – "Um telefonema urgente a altas horas da noite..."

ND/C, 12 – "Então se ele vai morrer! Se ele se vai matar, claro que vou buscar as chaves..."

É como se **ND/C, 12** tivesse assumido o diálogo por conta própria e fala-se de si para si mesmo. A intervenção seguinte do **Experimentador** é correspondida mas sentida como exterior à situação, porque o sujeito responde mas permanece na mesma atitude discursiva unilateral e bem parlante.

Os dilemas e as questões introduzidas posteriormente pelo **Experimentador** pouco vêm a acrescentar já ao cenário dialogal anteriormente descrito.

Exp.
e
ND/C, 12 ⟶ Estratégia dialogal colaborante mais relacional que sócio-cognitivo, apesar de alguns momentos dinâmicos e interactivos que vieram a beneficiar a capacidade argumentativa de **ND/C, 12.**

Indivíduos	Pretestes (Estádios)	Contacto Individual com o Experimentador	Postestes (Estádios)	Indivíduos
ND/C, 1	3 → 4		4	ND/C, 1
ND/C, 2	3 → 4		3 → 4	ND/C, 2
ND/C, 3	3 → 4		3 → 4	ND/C, 3
ND/C, 4	3 → 4		3 → 4	ND/C, 4
ND/C, 5	4 → 5		4 → 5	ND/C, 5
ND/C, 6	4 → 5		4 → 5	ND/C, 6
ND/C, 7	3	Contacto Individual com o Experimentador	3	ND/C, 7
ND/C, 8	3		3	ND/C, 8
ND/C, 9	3		3 → 4	ND/C, 9
ND/C, 10	3		3	ND/C, 10
ND/C, 11	3 → 4		3 → 4	ND/C, 11
ND/C, 12	3 → 4		3 → 4	ND/C, 12

Quadro 12 – Distribuição, por Estádios dos Não Delinquentes do Grupo de Control nos Pretestes e nos Postestes (antes e depois do Contacto Individual).

7.2. AVALIAÇÃO QUANTITATIVA

7.2.1. Delinquentes

7.2.1.1. Grupo Experimental dos Delinquentes (Preteste e Posteste)

A. Nos Delinquentes do Grupo Experimental constatamos a seguinte distribuição dos indivíduos, por estádios, a nível do Preteste e do Posteste (Quadro nº 13):

Quadro nº 13

Distribuição por estádios dos Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (Indivíduos)	Posteste (Indivíduos)
1		
1 → 2		
2	D/E, 5 – D/E, 7 e D/E, 9	
2 → 3	D/E, 1 – D/E, 2 e D/E, 10	D/E, 2 – D/E, 5 e D/E, 10
3	D/E, 3 – D/E, 4 – D/E, 6 – D/E, 8 e D/E, 11	D/E, 1 – D/E, 7 e D/E, 9
3 → 4	D/E, 12	D/E, 3 – D/E, 4 – D/E, 6 – D/E, 12
4		D/E, 8 e D/E, 11
4 → 5		
5		
5 → 6		
6		

B. Como era de esperar, tratando-se do Grupo Experimental, constatamos diferenças na classificação dos indivíduos entre o Preteste e o Posteste, apresentando o Posteste maior número de indivíduos nos estádios superiores (Quadro nº 14):

Quadro nº 14

Distribuições numérica dos Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (Indivíduos)	Posteste (Indivíduos)
1	0	0
1 → 2	0	0
2	3	0
2 → 3	3	3
3	5	3
3 → 4	1	4
4	0	2
4 → 5	0	0
5	0	0
5 → 6	0	0
6	0	0

C. **Dos 3 indivíduos** (D/E,5 – D/E,7 e D/E,9) que, no PRETESTE, se classificaram no estádio **2**, no POSTESTE, D/E,5 transitou para o estádio **2 → 3** e D/E,7 e D/E,9 transitaram para o estádio **3**.

Dos 3 indivíduos (D/E,1 – D/E,2 e D/E,10) que no PRETESTE se classificaram no estádio **2 → 3**, no POSTESTE D/E, 1,

passou para o estádio **3**, enquanto que D/E,2 e D/E,10 permaneceram no mesmo estádio.

Dos 5 indivíduos (D/E,3 – D/E,4 – D/E,6 – D/E,8 e D/E,11) que no PRETESTE se classificaram no estádio **3**, no POSTESTE D/E,3 – D/E,4 e D/E,6 transitaram para o estádio **3 → 4**, enquanto que D/E,8 e D/E,11 transitaram para o estádio **4**.

Do único indivíduo (D/E,12) que no PRETESTE se classificou no estádio **3 → 4**, no POSTESTE permaneceu no mesmo estádio. (Quadros nº 13 e 15)

Quadro nº 15

Distribuição dos Delinquentes do Grupo Experimental

Estádios	Preteste (Nº Indivíduos) (Antes da Interacção)	Posteste (Nº Indivíduos) (Depois da Interacção)	Estádios
1			1
1 → 2			1 → 2
2	(3)		2
2 → 3	(3)	(3)	2 → 3
3	(5)	(3)	3
3 → 4	(1)	(4)	3 → 4
4		(2)	4
4 → 5			4 → 5
5			5
5 → 6			5 → 6
6			6
	Total → 12	Total → 12	

7.2.1.2. Grupo de Control dos Delinquentes (PRETESTE e POSTESTE)

A. Nos Delinquentes do Grupo de Control constatamos a seguinte distribuição dos indivíduos, por estádios, no PRETESTE e no POSTESTE (Quadro nº 16):

Quadro nº 16

Distribuição por estádios dos Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Estádios	Pretestes (Indiv.)	Postestes (Indiv.)
1		
1 → 2		
2	D/C,3 – D/C,5	D/C,3 – D/C,5
2 → 3	D/C,2 – D/C,4 – D/C,7 – D/C,8	D/C,2 – D/C,4 – D/C,7 – D/C,8
3	D/C,1 – D/C,6 – D/C,9 – D/C,10	D/C,1 – D/C,6 – D/C,10
3 → 4	D/C,11	D/C,9 – D/C,11
4	D/C,12	
4 → 5		D/C,12
5		
5 → 6		

B. Segundo o previsível, tratando-se do Grupo de Control (privado da experimentação), não se constataram diferenças significativas nos resultados classificatórios entre o PRETESTE e o POSTESTE (Quadro nº 17):

Quadro nº 17

Distribuição numérica dos Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (Indiv.)	Posteste (Indiv.)
1	0	0
1 → 2	0	0
2	2	2
2 → 3	4	4
3	4	3
3 → 4	1	2
4	1	0
4 → 5	0	1
5	0	0
5 → 6	0	0
6	0	0
	Total = 12	Total = 12

C. **Dos 2 indivíduos** (D/C,3 e D/C,5) que no PRETESTE se classificaram no estádio **2**, no POSTESTE permaneceram no mesmo estádio.

Do mesmo modo, todos os indivíduos (D/C,2 – D/C,4 – D/C,7 e D/C,8) que no PRETESTE atingiram o estádio **2 → 3**, aí permaneceram no POSTESTE.

Quanto aos indivíduos que no PRETESTE atingiram o estádio **3** (D/C,1 – D/C,6 – D/C,9 e D/C,10), no POSTESTE todos permaneceram no mesmo estádio, excepto o indivíduo D/C,9 que transitou para o estádio **3 → 4.**

Um indivíduo (D/C,11) que no PRETESTE atingiu o estádio **3 → 4** aí permaneceu também no POSTESTE.

Finalmente, destaca-se o indivíduo (D/C,12) que, tendo atingido o estádio **4** no PRETESTE, no POSTESTE transitou para o estádio **4 → 5**. (Quadros nº 17 e 18)

Quadro nº 18

Distribuição dos Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (Nº Indiv.)	Posteste (Nº Indiv.)	Estádios
1			1
1 → 2			1 → 2
2	(2)	(2)	2
2 → 3	(4)	(4)	2 → 3
3	(4)	(3)	3
3 → 4	(1)	(2)	3 → 4
4	(1)		4
4 → 5		(1)	4 → 5
5			5
5 → 6			5 → 6
6			6
	Total = 12	Total = 12	

7.2.1.3. Grupo Experimental e Grupo de Control dos Delinquentes (PRETESTES e POSTESTES)

A. Pretestes

Como é óbvio, as diferenças entre o Grupo Experimental e o Grupo de Control, a nível dos PRETESTES, não são significativas.

B. Postestes:

Pelo contrário, as diferenças entre o Grupo Experimental e o Grupo de Control tornaram-se evidentes a nível dos POSTESTES, em conformidade com a nossa 2ª Hipótese devido aos efeitos da Interacção a que se sujeitou o Grupo Experimental. Assim:

- **No Grupo Experimental** (a nível do POSTESTE)

  7 indivíduos (58%) (D/E,1 – D/E,3 – D/E,4 – D/E,6 – D/E,7 – D/E,9 e D/E,12) situam-se nos estádios **3** e **3 → 4** **2 indivíduos** (16%) (D/E,8 e D/E,11) situam-se no estádio **4** e **3 indivíduos** (25%) (D/E,2 – D/E,5 e D/E,10) situam-se no estádio **2 → 3**.

- **No Grupo de Control** (a nível do POSTESTE)

  5 INDIVÍDUOS (41,7%) (D/C,1 – D/C,6 – D/C,9 – D/C,10 e

D/C,11) situam-se nos estádios **3** e **3 — 4, 6 indivíduos** (50%) (D/C,2 — D/C,4 — D/C,3 — D/C,5 — D/C,7 e D/C,8) situam-se nos estádios **2** e **2 — 3 e 1 indivíduo** (8,33%) (D/C,12) situa-se, excepcionalmente, no estádio **4 —► 5.** (Quadros nº 19 e 20)

Quadro nº 19

Comparação descriminada dos Pretestes e dos Postestes nos Grupos de Control e Experimental dos Indivíduos Delinquentes

	EXPERIMENTAL		CONTROL	
Estádios	Preteste (Nº Indiv.)	Posteste (Nº Indiv.)	Preteste (Nº Indiv.)	Posteste (Nº Indiv.)
1	0	0	0	0
1 —► 2	0	0	0	0
2	3	0	2	2
2 —► 3	3	3	4	4
3	5	3	4	3
3 —► 4	1	4	1	2
4	0	2	1	0
4 —► 5	0	0	0	1
5	0	0	0	0
5 —► 6	0	0	0	0
6	0	0	0	0
	12	12	12	12

C. Comparando os resultados (classificação por estádios) dos **Pretestes** com os dos **Postestes** do Grupo Experimental e do Grupo de Control dos Delinquentes, obtemos uma imagem

onde as linhas do Grupo de Control tendem para a horizontalidade (evolução nos mesmos estádios), enquanto que as linhas do Grupo Experimental tendem para a verticalidade (evolução para estádios superiores) (Quadro nº 20):

Quadro nº 20

Distribuição por estádios dos indivíduos Delinquentes do Grupo Experimental e de Control, nos Pretestes e nos Postestes

	GRUPO EXPERIMENTAL		GRUPO CONTROL	
Estádios	Preteste (Nº Ind.)	Posteste (Nº Ind.)	Preteste (Nº Ind.)	Posteste (Nº Ind.)
1				
1 → 2				
2	(3)		(2)	(2)
2 → 3	(3)	(3)	(4)	(4)
3	(5)	(3)	(4)	(3)
3 → 4	(1)	(4)	(1)	(2)
4		(2)	(1)	
4 → 5				(1)
5				
5 → 6				
6				
	Total = 12	Total = 12	Total = 12	Total = 12

7.2.2. Não Delinquentes

7.2.2.1. Grupo Experimental dos Não Delinquentes (PRETESTE e POSTESTE)

A. Nos Não Delinquentes do Grupo Experimental constatamos a seguinte distribuição dos indivíduos, por estádios, a nível do Preteste e do Posteste (Quadro nº 21):

Quadro nº 21
Distribuição Individualizada por Estádios dos Não Delinquentes, Grupo Experimental, nas situações de Preteste e Posteste

PRETESTE		POSTESTE	
Estádios — Sujeitos		Sujeitos — Estádios	
1			1
1 → 2			1 → 2
2			2
2 → 3			2 → 3
3	NC/E,4 — ND/E,5 ND/E,6 — ND/E,11 ND/E,9	ND/E,4	3
3 → 4	ND/E,2 — ND/E,3 ND/E,6 — ND/E,7 ND/E,9	ND/E,2 — ND/E,5 ND/E,10 — ND/E,11 ND/E,12	3 → 4
4	ND/E,1 — ND/E,8	ND/E,6 — ND/E,7 ND/E,9 — ND/E,3	4
4 → 5		ND/E,1	4 → 5
5		ND/E,8	5
5 → 6			5 → 6
6			6

B. Como era de esperar, tratando-se do grupo Experimental (sujeito à Experimentação) constatamos diferenças na classificação dos indivíduos entre o PRETESTE e o POSTESTE. Apresentando o POSTESTE um maior número de indivíduos nos estádios superiores (Quadro nº 22):

Quadro nº 22

Distribuição numérica dos Não Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (Ind.)	Posteste (Ind.)
1	0	0
1 → 2	0	0
2	0	0
2 → 3	0	0
3	5	1
3 → 4	5	5
4	2	4
4 → 5	0	1
5	0	1
5 → 6	0	0
6	0	0

C. **Dos 5 indivíduos** (ND/E,4 – ND/E,5 – ND/E,10 – ND/E,11 e ND/E,12) que no PRETESTE se situaram no estádio **3**, posteriormente no POSTESTE todos transitaram para o estádio **3 → 4**, excepto o indivíduo ND/E,4 que permaneceu no mesmo estádio.

Dos 5 indivíduos (ND/E,2 – ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 e ND/E,9) que no PRETESTE se classificaram no estádio **3** –► **4**, posteriormente no POSTESTE, ND/E,2 permaneceu no mesmo estádio, enquanto que os restantes indivíduos ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 e ND/E,9 passaram para o estádio **4**.

Finalmente, dos 2 indivíduos (ND/E,1 e ND/E,8) que no PRETESTE se posicionaram no estádio **4**, no POSTESTE ND/E,1 transitou para o estádio **4** –► **5** enquanto que ND/E,8 se classificou no estádio **5**. (Quadros nº 21 e 23)

Quadro nº 23

Distribuição dos Não Delinquentes do Grupo Experimental no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (Nº Ind.) Antes da Interacção	Posteste (Nº Ind.) Depois da Interacção	Estádios
1			1
1 –► 2			1 –► 2
2			2
2 –► 3			2 –► 3
3	(5)	(1)	3
3 –► 4	(5)	(5)	3 –► 4
4	(2)	(4)	4
4 –► 5		(1)	4 – 5
5		(1)	5
5 –► 6			5 –► 6
6			6
	Total = 12	Total = 12	

7.2.2.2. Grupo de Control dos Não Delinquentes (PRETESTE e POSTESTE)

A. Nos Não Delinquentes do Grupo de Control constatamos a seguinte distribuição, por estádios, dos indivíduos no PRETESTE e no POSTESTE (Quadro nº 24):

Quadro nº 24

Distribuição individualizada por Estádios dos Indivíduos Não Delinquentes do Grupo de Control, situação Preteste e Posteste

Estádios	Preteste (Ind.)	Posteste (Ind.)	Estádios
1			1
1 → 2			1 → 2
2			2
2 → 3			2 → 3
3	ND/C,7 – ND/C,8 ND/C,9 – ND/C,10		3
3 → 4	ND/C,1 – ND/C,2 ND/C,3 – ND/C,4 ND/C,11 – ND/C,12	ND/C,2 – ND/C,3 ND/C,4 – ND/C,9 ND/C,11 – ND/C,12	3 → 4
4		ND/C,1	4
4 → 5	ND/C,5 – ND/C,6	ND/C,5 – ND/C,6	4 → 5
5			5
5 → 6			5 → 6
6			6

B. Conforme o previsível, tratando-se do Grupo de Control, não se constaram diferenças significativas entre os resultados do PRETESTE e do POSTESTE (Quadro n º 25):

Quadro nº 25

Distribuição numérica dos Não Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (ind.)	Posteste (Ind.)
1	0	0
1 → 2	0	0
2	0	0
2 → 3	0	0
3	4	3
3 → 4	6	6
4	0	1
4 → 5	2	2
5	0	0
5 → 6	0	0
6	0	0
	Total = 12	Total = 12

C. **Dos 4 indivíduos** (ND/C,7 – ND/C,8 – ND/C,9 – ND/C,10) que no PRETESTE se classificaram no estádio **3**, posteriormente no POSTESTE todos permaneceram no mesmo estádio, excepto um indivíduo (ND/C,9) que transitou para o estádio **3 → 4.**

Quanto aos indivíduos que no PRETESTE se classificaram no estádio **3 → 4** (ND/C,1 – ND/C,2 – ND/C,3 – ND/C,4 – ND/C,11 e ND/C,12), no POSTESTE todos permaneceram no mesmo estádio, excepto um indivíduo (ND/C,1) que transitou para o estádio **4.**

Dos 2 indivíduos (ND/C,5 – ND/C,6) que no PRETESTE se classificaram no estádio **4 → 5**, ambos permaneceram no mesmo estádio no POSTESTE. (Quadro nº 26)

Quadro nº 26

Distribuição dos Não Delinquentes do Grupo de Control no Preteste e no Posteste

Estádios	Preteste (Nº Ind.)	Posteste (Nº Ind.)	Estádios
1			1
1 → 2			1 → 2
2			2
2 → 3			2 → 3
3	(4)	(3)	3
3 → 4	(6) ——→	(6)	3 → 4
4	(0)	(1)	4
4 → 5	(2)	(2)	4 → 5
5			5
5 → 6			5 → 6
6			6

7.2.2.3. Grupo Experimental e Grupo de Control dos Não Delinquentes (PRE-TESTES e POSTESTES)

A. Pretestes:

Como era de esperar, as diferenças entre o Grupo de Control e o Grupo Experimental, a nível dos PRETESTES, não são significativas.

B. POSTESTES:

Pelo contrário, as diferenças entre o grupo de Control e o Grupo Experimental tornam-se evidentes a nível dos POSTES-TES em conformidade com a nossa 2ª Hipótese, devido aos efeitos da Interacção sócio-cognitiva a que se sujeitou o Grupo Experimental. Assim:

– **No Grupo Experimental** (POSTESTE):

Um indivíduo (8,33%) (ND/E,4) situa-se no estádio **3**, **5 indivíduos** (41,67%) (ND/E,2 – ND/E,5 – ND/E,10 – ND/E,11 e ND/E,12) classificaram-se no estádio **3 → 4** e **4 indivíduos** (3%) (ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 e ND/E,9) classificaram-se no estádio **4**, **1 indivíduo** (8,33%) (ND/E,1) classifica-se no estádio **4 → 5** e, finalmente, **1 indivíduo** (8,33) (ND/E,8) classifica-se no estádio **5**.

— **Quanto ao Grupo de Control** (POSTESTE):

3 indivíduos (25%) (ND/C,7 — ND/C,8 — ND/C,10) situam-se no estádio **3**, **6 indivíduos** (50%) (ND/C,2 — ND/C,3 — ND/C,4 — ND/C,9 — ND/C,11 e ND/C,12) classificaram-se no estádio **3 —► 4**, **1 indivíduo** (8,33%) (ND/C,1) posicionou-se no estádio **4**, e finalmente, **2 indivíduos** (16%) (ND/C,5 e ND/C,6) classificaram-se no estádio **4 —► 5** (Quadro nº 27 e 28):

Quadro nº 27

Comparação descriminada dos Pretestes e dos Postestes nos Grupos Experimental e de Controlo dos Indivíduos Não Delinquentes

	EXPERIMENTAL		CONTROL	
Estádios (Escala)	Preteste (Nº Ind.)	Posteste (Nº Ind.)	Preteste (Nº Ind.)	Posteste (Nº Ind.)
1	0	0	0	0
1 —► 2	0	0	0	0
2	0	0	0	0
2 —► 3	0	0	0	0
3	5	1	4	3
3 —► 4	5	5	6	6
4	2	4	0	1
4 —► 5	0	1	2	2
5	0	1	0	0
5 —► 6	0	0	0	0
6	0	0	0	0
	12	12	12	12

C. Comparando os resultados (classificação por estádios) dos PRETESTES e dos POSTESTE do Grupo Experimental e do Grupo de Control dos Não Delinquentes, obtemos uma imagem onde as linhas do Grupo de Control tendem para a horizontalidade (dentro do mesmo estádio), enquanto que as linhas do Grupo Experimental tendem para a verticalidade (para um estádio superior). (Quadro nº 28):

Quadro nº 28

Distribuição por estádios dos Indivíduos Não Delinquentes do Grupo Experimental e de Control, nos Pretestes e nos Postestes

	EXPERIMENTAL		CONTROL	
Estádios	Preteste (Nº Ind.)	Posteste (Nº Ind.)	Preteste (Nº Ind.)	Posteste (Nº Ind.)
1				
1 → 2				
2				
2 → 3				
3	(5)	(1)	(4)	(3)
3 → 4	(5)	(5)	(6)	(6)
4	(2)	(4)	(0)	(1)
4 → 5		(1)	(2)	(2)
5		(1)		
5 → 6				
6				
	Total = 12	Total = 12	Total = 12	Total = 12

7.2.3. Delinquentes e Não Delinquentes Comparados

Conforme a nossa 1ª Hipótese, existem diferenças a nível do juízo moral (classificação na escala de moralidade) entre os Delinquentes e os Não Delinquentes nos PRETESTES e nos POSTESTES.

7.2.3.1. Nos Pretestes (Quadro 29)

A. **GRUPO EXPERIMENTAL**

- **Nos Delinquentes** – constatamos que:

  6 indivíduos (D/E,1 – D/E,2 – D/E,5 – D/E,7 – D/E,9 e D/E,10) ou seja 50%, se classificam nos estádios **2** e **2 –► 3.**

  6 indivíduos (D/E,3 – D/E,4 – D/E,6 – D/E,8 – D/E,11 e D/E,12) ou seja 50% se classificam nos estádios intermediários **3** e **3 –► 4.**

  "0" indivíduos classificam-se acima do estádio **3 –► 4.**

- **Nos Não Delinquentes** constatamos que:

  "0" indivíduos se classificam abaixo do estádio **3.**

  10 indivíduos (ND/E,2 – ND/E,3 – ND/E,4 – ND/E,5 – ND/E,6 – ND/E,7 – ND/E,9 – ND/E,10 – ND/E,11 e ND/E,12) ou seja, 83,33% se classificaram nos estádios intermediários **3** e **3 –► 4.**

  2 indivíduos (ND/E,1 e ND/E,8) ou seja 16,67% se classificam no estádio **4.**

B. **GRUPO DE CONTROL**

- **Nos Delinquentes** constatamos que:

  6 indivíduos (D/C,2 – D/C,3 – D/C,4 – D/C,5 – D/C,7 e D/C,8) ou seja 50% se posicionaram nos estádios **2** e **2 –► 3.**

  5 indivíduos (D/C,1 – D/C,6 – D/C,9 – D/C,10 e D/C,11), isto é, 41,67% se classificaram nos estádios **3** e **3 –► 4.**

  1 indivíduo (D/C,12) classificou-se no estádio **4** (caso isolado que não consideramos significativo para o conjunto da amostra como teremos ocasião de ver.

- **Nos Não Delinquentes** constatamos que:

  "0" indivíduos se classificam abaixo do estádio **3**

  10 indivíduos (ND/C,1 – ND/C,2 – ND/C,3 – ND/C,4 – ND/C,7 – ND/C,8 – ND/C,10 – ND/C,11 e ND/C,12) classificaram-se nos estádios **3** e **3 –► 4**, o que significa 83,33% dos indivíduos.

  2 indivíduos (ND/C,5 e ND/C,6), isto é, 16,67% posicionaram-se no estádio **4 –► 5.**

C. **CONCLUSÃO DOS PRETESTES**

Constatamos, portanto, que há diferenças entre os PRETESTES dos Delinquentes e os dos Não Delinquentes, tanto no Grupo de Control como no Grupo Experimental.

Enquanto que nos **PRETESTES do grupo Experimental**, 50% dos indivíduos Delinquentes e nenhum dos Não delinquentes se situam nos estádios **2** e **2 –► 3** (considerados estádios de orientação moral calculista, individualista e pragmática), os outros 50% dos indivíduos Delinquentes, contra 83,33% dos Não

Delinquentes, situam-se nos Estádios **3** e **3→ 4** (cuja orientação moral é relacional, interpessoal e altruísta).

Finalmente, enquanto que nenhum Delinquente consegue classificar-se acima do estádio **3 → 4**, temos 2 Não Delinquentes (16,67%) que se situam no estádio **4** (considerado como estádio de justiça processual ou da capacidade de coordenar várias perspectivas morais em causa).

Nos **PRETESTES do Grupo de Control**, como é óbvio, os resultados entre os Delinquentes e os Não Delinquentes são similares aos que se verificaram entre os Delinquentes e os Não Delinquentes do grupo Experimental.

Quadro nº 29

Comparação dos Delinquentes com os Não Delinquentes a nível dos Pretestes (Grupo Experimental e de Control)

Pretestes	Estádios											
	1	1→2	2	2→3	3	3→4	4	4→5	5	5→6	6	
Experimental "Delinquentes"	0	0	3	3	5	1	0	0	0	0	0	T = 12
Control	0	0	2	4	4	1	1	0	0	0	0	T = 12
Experimental "Não Delinquentes"	0	0	0	0	5	5	2	0	0	0	0	T = 12
Control	0	0	0	0	4	6	0	2	0	0	0	T = 12

7.2.3.2. Nos Postestes (Quadro nº 30)

A. GRUPO EXPERIMENTAL

- **Nos Delinquentes** constatamos que:
  7 indivíduos (D/E,1 – D/E,3 – D/E,4 – D/E,6 – D/E,7 – D/E,9 e D/E,12), isto é, 58% classificam-se nos estádios **3** e **3 → 4**.

3 indivíduos (D/E,2 – D/E,5 e D/E,10) 25% classificam-se nos estádios **2** e **2 –► 3.**

2 indivíduos (D/E,8 e D/E,11) que significam 16% posicionam-se no estádio **4.**

– **Nos Não Delinquentes** constatamos que:

6 indivíduos (ND/E,2 – ND/E,4 – ND/E,5 – ND/E,10 – ND/E,11 e ND/E,12) classificam-se nos estádios **3** e 3 –► 4.

6 indivíduos (ND/E,1 – ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 – ND/E,8 e ND/E,9) situam-se nos estádios **4, 4 –► 5** e **5.**

"0" indivíduos posicionam-se abaixo do estádio **3.**

B. GRUPO DE CONTROL

– **Nos Delinquentes** constatamos que:

5 indivíduos (D/C,1 – D/C,6 – D/C,9 – D/C,10 e D/C,11), isto é, 50% classificam-se nos estádios **3** e **3 –► 4.**

6 indivíduos (D/C,2 – D/C,3 – D/C,4 – D/C,5 – D/C,7 e D/C,8) classificam-se nos estádios **2** e **2 –► 3.**

1 indivíduo (D/C,12), excepcionalmente, situa-se no estádio **4 –► 5.**

– **Nos Não Delinquentes** constatamos que:

9 indivíduos (ND/C,2 – ND/C,3 – ND/C,4 – ND/C,7 – ND/C,7 – ND/C,9 – ND/C,11 e ND/C,12), isto é, 75% classificam-se nos estádios **3** e **3 –► 4.**

"0" indivíduos classificam-se abaixo do estádio **3.**

3 indivíduos (ND/C,1 – ND/C,5 e ND/C,6) classificam-se nos estádios **4** e **4 –► 5.**

C. CONCLUSÕES SOBRE OS POSTESTES:

Constatamos, igualmente, que há diferenças entre os POSTESTES dos Delinquentes e os dos Não Delinquentes, tanto no Grupo Experimental como no Grupo de Control.

POSTESTES do Grupo Experimental:

Vemos como 58% dos Delinquentes e 50% dos Não Delinquentes se situam nos estádios **3** e **3 → 4**. Enquanto que nos estádios superiores **4** e **4 → 5** classificam-se 50% dos Não Delinquentes e apenas 16,67% dos Delinquentes. Enfim, constatamos que abaixo do estádio **3** situam-se 25% dos Delinquentes e nenhum dos Não Delinquentes.

POSTESTES do Grupo de Control:

Também os Não Delinquentes apresentam melhor cotação do que os Delinquentes: Assim, 75% dos Não Delinquentes e 41% dos Delinquentes situam-se nos estádios **3** e **3 → 4**, enquanto que 25% dos Não Delinquentes e, excepcionalmente, 8,33% dos Delinquentes situam-se nos estádios **4** e **4 → 5**.

Destaca-se a situação excepcional do delinquente do Grupo de Control (D/C,12) que tanto no PRETESTE como no POSTESTE atinge uma classificação igual ou superior à dos Não Delinquentes, o que vem enviesar a nossa amostra dado o seu tamanho reduzido.

Quadro nº 30

Comparação dos Delinquentes com os Não Delinquentes nos Postestes (Grupo Experimental e Control)

	Postestes	Estádios											
		1	1→2	2	2→3	3	3→4	4	4→5	5	5→6	6	
DELINQUENTES	Experimental	0	0	0	3	3	4	2	0	0	0	0	T=12
	Control	0	0	2	4	3	2	0	1	0	0	0	T=12
NÃO DELINQUENTES	Experimental	0	0	0	0	1	5	4	1	1	0	0	T=12
	Control	0	0	0	0	3	6	1	2	0	0	0	T=12

7.2.3.3. Níveis de Variabilidade dos Estádios

A. No GRUPO EXPERIMENTAL

Comparando **os Delinquentes** com os **Não Delinquentes** do Grupo Experimental a nível de **mudança ou não de estádio** do Preteste para o Posteste, constatamos que (Quadro nº 31):

- **3 indivíduos** (D/E,2 – D/E,10 – D/E,12) dos Delinquentes e **2 indivíduos** (ND/E,2 – ND/E,4) dos Não Delinquentes não mudaram de estádio.

- **5 indivíduos** (D/E,1 – D/E,3 – D/E,4 – D/E,5 e D/E,6) dos Delinquentes e **9 indivíduos** (ND/E,1 – ND/E,3 – ND/E,5 – ND/E,6 – ND/E,7 – ND/E,9 – ND/E,10 – ND/E,11 – ND/E,12) dos Não Delinquentesmanifestaram tendência para o Estádio seguinte.

- **4 indivíduos** (D/E,7 – D/E,8 – D/E,9 – D/E,11) dos Delinquentes e **1 indivíduo (ND/E,8) dos Não Delinquentes que subiram um estádio ou mais.**

B. NO GRUPO DE CONTROL

- **10 INDIVÍDUOS** (D/C,1 – D/C,2 – D/C,3 – D/C,4 – D/C,5 – D/C,6 – D/C,7 – D/C,8 – D/C,10 – D/C,11) dos Delinquentes e **10 indivíduos** (ND/C,2 – ND/C,3 – ND/C,4 – ND/C,5 – ND/C,6 – ND/C,7 – ND/C,8 – ND/C,10 – ND/C,11 – ND/C,12) dos Não Delinquentes não mudaram de estádio.

- **2 indivíduos** (D/C,9 – D/C,12) dos Delinquentes e **2 indivíduos** (ND/C,1 – ND/C,9) dos Não Delinquentes manifestaram tendência para o estádio seguinte.

- **"0" indivíduos** dos Delinquentes e **"0" indivíduos** dos Não Delinquentes subiram 1 estádio.

C. ESTATISTICAMENTE

Empregamos como instrumento estatístico a **Análise Log. linear**, (mais robusta do que x^2 quando a amostra é reduzida).

- Em relação aos **Delinquentes:**
  Constatamos diferenças entre as mudanças de estádio (nível) do grupo Experimental e do grupo de Control (L^2 = 10.85, df = 2, p = 0.0044) p <<0.01.

- Em relação aos **Não Delinquentes:**
  Constatamos também diferenças entre as mudanças de nível do Grupo Experimental e do grupo de Control (L^2 = 12.0265, df = 2, p = 0.0024) p <<0.01.

- Como o risco de errar é menos de 1%, pode-se afirmar que há diferenças significativas entre os Grupos Experimental e de Control dos Delinquentes e dos Não Delinquentes.

- Em ambos os grupos, Delinquentes e Não Delinquentes, nota-se o mesmo padrão de variação de nível entre os Grupos Experimental e de Control.

Quadro nº 31

Comparação dos Delinquentes com os Não Delinquentes dos Grupos de Control e Experimental a nível de variabilidade de estádios

	DELINQUENTES		NÃO DELINQUENTES	
	Experimental	Control	Experimental	Control
Não mudou de Estádio	3	10	2	10
Tendência p/ o Estádio seguinte	5	2	9	2
Subiu um Estádio ou mais	4	0	1	0
	T = 12	T = 12	T = 12	T = 12

VIII. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

8.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS A NÍVEL DA 1ª E DA 2ª HIPÓTESES

Neste capítulo discutiremos os resultados a nível da 1ª Hipótese (8.1.1.) e da 2ª Hipótese (8.1.2.).

8.1.1 OS RESULTADOS DA PRIMEIRA HIPÓTESE

Existem diferenças a nível de Juízo Moral entre Adolescentes Delinquentes e não Delinquentes.

Esta hipótese refere-se às diferenças verificadas a nível de juízo moral do ponto de vista sócio-cognitivo e operacional e não tanto do ponto de vista dos conteúdos ou da quantidade de coisas que uma pessoa conhece. Estão em causa a motivação subjacente, o tipo de raciocínio, a capacidade sócio-empática e não apenas a classificação ética ou o nível moral quantitativamente atingido. Evidentemente que o nosso material de análise serão os Pretestes e os Postestes dos Delinquentes e dos Não Delinquentes no Grupo Experimental e no Grupo de Control. Como dissemos nos capítulos 3.1.c, 3.2.c. e sobretudo no Cap. 3.5. os constituintes fundamentais do raciocínio moral são o **Desenvolvimento Cognitivo** e a **Descentração Social**. Por conseguinte na nossa **1ª Hipótese** tomaremos como paradigmas de discussão sobre as diferenças entre Delinquentes e Não Delinquentes, a nível do Juízo Moral:

— o Desenvolvimento Cognitivo — nos **Pretestes**

— a Descentração Social — nos **Postestes**

Procederemos do seguinte modo:

8.1.1.1 Diferenças a nível do Juízo Moral referente à classificação por estádios, entre Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes

- **PRETESTES**

A. Comparação dos Pretestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes no Grupo Experimental e de Control.

B. Discussão — Paradigma: "Desenvolvimento Cognitivo"

- **POSTESTES**

A. Comparação dos Postestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes nos Grupos Experimentais.

B. Comparação dos Postestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes nos Grupos de Control.

C. Discussão — Paradigma: "Descentração Social".

8.1.1.2. Diferenças a nível do Juízo Moral, referentes à mudança ou não de Estádio entre Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes

8.1.1.3. Conclusões

8.1.1.1 Diferenças a nível do Juízo Moral, referentes à classificação por estádios entre Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes

- **PRETESTES**

A. Comparação dos Pretestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes no Grupo Experimental e de Control

Como era de esperar, dada a sua expressão equivalente e os seus valores iguais ou semelhantes, juntamos no mesmo Protocolo os resultados dos Pretestes dos Grupos Experimental e de Control, tanto nos Delinquentes como nos Não Delinquentes, aparecendo os resultados do Grupo de Control em parêntesis:

Delinquentes e Não Delinquentes

PRETESTES (Experimental e Control)		
Estádios	Indivíduos Delinquentes	Indivíduos Não-Delinquentes
2 e 2→3	50% (50%) 6 (6)	0% (0%) 0 (0)
3 e 3→4	50% (41,67%) 6 (5)	83,33% (83,33%) 10 (10)
4, 4→5 e 5	0% (8,33%) 0 (1)	16,67% (16,67%) 2 (2)

→ A primeira observação que se impõe à nossa consideração refere-se às diferenças entre Delinquentes e Não Delinquentes a nível dos estádios intermédios. Isto é, através dos resultados dos Pretestes, detectamos diferenças entre os

Delinquentes e os Não Delinquentes a nível médio da escala do desenvolvimento moral.

Numa escala de desenvolvimento do raciocínio moral de 1 a 6 e considerando como estádios médios da nossa amostra os estádios 3 e 3 —► 4:

Nos Pretestes:

—► **Nos Delinquentes** 50% do Grupo Experimental e (41,67% do Grupo de Control) situam-se nos estádios 3 e 3—►4 tendo-se situado os restantes 50% do Grupo Experimental e (50% do Grupo de Control) abaixo, nos estádios 2 e 2—►3.

Os Não Delinquentes 83,33% do Grupo Experimental e (83,33% do Grupo de Control) situam-se nos estádios 3 e 3—►4 tendo-se situado os restantes 16,67%, do Grupo Experimental e (16,67% do Grupo de Control) nos estádios 4 e 4—►5.

Efectivamente, os estádios 3 e 3 —► 4 consideram-se estádios médios e equilibrados do desenvolvimento moral que permitem aos indivíduos que aí se situam resolver grande parte dos dilemas morais relacionados com o valor da vida humana, com o respeito pelo outro, com a propriedade alheia, com a consciência moral e Lei, etc.

Mas enquanto que para os **Delinquentes** a concentração de (50% — Experimental) e (41% — Control)) nos estádios intermédios da escala classificatória tem um significado terminal, como expressão máxima de desenvolvimento moral, porque nenhum indivíduo consegue passar acima dos estádios médios sem o efeito da Interacção, salvo uma excepção (D/C, 12), nos **Não-Delinquentes** a concentração de 83% dos indivíduos nos estádios intermédios tem uma expressão de transitoriedade, isto é, com tendência para ir além na escala.

Efectivamente nos **Não-Delinquentes**, dois indivíduos do Grupo Experimental (ND/E, 1) e (ND/E, 8) e dois indivíduos do Grupo de Control (ND/C, 5) e (ND/C, 6) situam-se superiormente nos estádios 4 e 4 —► 5.

—► Por outro lado, enquanto que **nos Delinquentes** a deslocação para os estádios intermédios como estádios-meta de moralidade a atingir, parte de abaixo dos estádios 2 e 2—►3 (50% da população da amostra do Grupo Experimental e 50% da amostra do Grupo de Control estão abaixo da média) nos **Não-Delinquentes** a tendência para melhorar o raciocínio moral arranca dos estádios intermédios, onde se situam 83,33% da população da amostra do Grupo Experimental e de Control, tendo-se 16,67% dos indivíduos, isto é 2 indivíduos quer do Grupo Experimental quer do Grupo de Control, situado acima nos estádios 4 e 4—►5.

Genericamente podemos dizer que sem interacção os **Delinquentes** situam-se nos estádios intermédios e abaixo, a um nível de moralidade convencional e sem tendência significativa para melhorar, enquanto que a maioria dos **Não-Delinquentes** sem interacção situam-se nos estádios intermédios da mesma escala mas com tendência para melhorar. Confirma-se em parte, a nível dos Pretestes e de forma quantitativa, a nossa primeira hipótese de que há diferenças no Juízo Moral entre Delinquentes e Não-Delinquentes.

B. Discussão — Paradigma: "Desenvolvimento Cognitivo"

Discutir-se-ão as diferenças surgidas entre os Delin-

quentes e os Não-Delinquentes segundo os resultados dos Pretestes usando como paradigma o **Desenvolvimento Cognitivo.** Uma vez que se trata de avaliar o raciocínio moral, um dos factores subjacentes mais influentes é o pensamento dos indivíduos, condição necessária mas não suficiente para explicar as diferenças de moralidade (ver Respostas nos ANEXOS):

(a) De entre os 12 indivíduos Delinquentes (6 do Grupo Experimental e 6 do Grupo de Control) que se situam **nos estádios 2 e 2—▸3** da escala de avaliação (D/E,1 – D/E,2 – D/E,5 – D/E,7 – D/E,9 – e D/E,10) e (D/C,2 – D/C,3 – D/C,4 – D/C,5 – D/C,7 e D/C,8), (Quadros 13 e 16) destacam-se em primeiro lugar os indivíduos D/C,3 e D/E,5 pela dificuldade em aceder a estruturas combinatórias e de coordenação das operações mentais como um todo coerente. Seguem-se D/C,5 e D/E,9 que se caracterizam pela dificuldade em empatizar ou de perspectivar, descentralizando-se, o ponto de vista dos outros. Enquanto que D/E,1 – D/E,2 – D/E,7 – D/E,10 – D/C,2 – D/C,4 – D/C,7 – D/C,8 apresentam insuficiências diversas do foro cognitivo relacionadas com a capacidade de prever, antecipar ou imaginar as consequências do comportamento. Uma menção à parte para D/C,3 pela sua Discronia que se manifesta na dificuldade em operar mentalmente segundo as coordenadas de espaço e de tempo imaginários.

(b) De maneira geral os Delinquentes que se situam **abaixo nos estádios 2 e 2—▸3**, nos resultados dos Pretestes,

apresentam maiores dificuldades de compreensão cognitiva tornando-se predominantemente operatórios ou parcialmente formais do ponto de vista do pensamento e manifestam algumas características como: Redução do conceito de justiça ou de moralidade a um conjunto de normas a que se obedece para satisfazer os interesses próprios, realismo Moral, perspectiva sócio-moral fora do contexto social, etc.

(c) Os indivíduos Delinquentes que se situam **nos estádios intermediários 3 e 3→4** da nossa amostra (6 do Grupo Experimental e 5 do Grupo de Control) (D/E,3 – D/E,4 – D/E,6 – D/E,8 – D/E,11 e D/E,12) e (D/C,1 – D/C,6 – D/C,9 – D/C,10 e D/C,11) são os que se aproximam mais dos Não Delinquentes quanto à maneira de pensar, mas ao contrário destes não apresentam tendência para melhorar sem o efeito da Interacção, (salvo um caso que por ser isolado não é significativo – D/C,12). São indivíduos com uma capacidade cognitiva, apenas parcial, de abstrair da materialidade do mundo para pensar hipotético-dedutivamente e raciocinar a partir de proposições e não em termos concretos de experimentação. Nos estádios médios (3 e 3 → 4), os indivíduos conseguem lidar adequadamente com a maior parte dos conflitos que se colocam ordinariamente, sem qualquer reestruturação especial. Mas estes estádios (3 e 3 → 4) começam a sentir-se insuficientes na resolução de problemas mais complexos da vida em sociedade. É então que a interacção com os outros pode contribuir para uma melhoria relativa na avaliação das situações

morais. Podemos afirmar que os indivíduos intermédios, segundo a escala de Kohlberg, emitem juízos de valor aplicados às próprias acções e às acções dos outros. Descriminam a obrigação moral como diferente de outras motivações e adquirem uma compreensão real do dever. Para eles, o critério moral assenta nas regras das relações de respeito mútuo e de reciprocidade.

(d) Consequentemente, a propósito da estrutura cognitivo--moral dos indivíduos, coloca-se aqui, de maneira sumária, a questão do significado de Delinquência relacionado com o de Não Delinquência. Ainda que bem definida juridicamente, a noção de Delinquência torna--se contudo pouco clara, clínicamente, como se vê pelo resultado dos nossos testes. Dos 50% de indivíduos do Grupo Experimental, (6 indivíduos) e dos 41% de indivíduos do Grupo de Control, (5 indivíduos), que se situam nos estádios intermédios 3 e 3→4 quais aqueles que cumprem os critérios diagnósticos de Delinquência ou aqueles que se situam na sociedade e em relação às leis de maneira original tentando dar um sentido à sua transgressão?

Dada a exiguidade da nossa amostra e com os resultados obtidos a nível dos Pretestes é difícil responder a estas questões.

Mas reconhecemos pela análise qualitativa das respostas aos dilemas, que todos os indivíduos Delinquentes que se classificam no estádios intermédios da nossa amostra constituem uma população heterogénea com tendência a enquadrar-se ora num quadro Delinquencial,

como por exemplo os indivíduos D/E,11 e D/C,11, ora num contexto social de contestação das leis e da ordem estabelecida tentando dar um sentido à sua transgressão como em D/E,4 – D/E,6 – D/E,8 – D/E,12 – D/C,1 – D/C,6 – D/C,9, ora, enfim, tentando encontrar uma estratégia existencial adaptativa onde a clivagem entre moral teórica e moral prática se torna por vezes inevitável, como em D/E,3 e D/C,10.

Considerando que o espaço intercalar na nossa escala vai de 3 a 3 –► 4, constatamos que o valor dominante dos Delinquentes no espaço intercalar é 3, enquanto que o mesmo valor dominante para os Não-Delinquentes que se encontram no espaço intercalar é 3 –► 4.

(e) Finalmente consideramos excepcional a classificação dum dos indivíduos Delinquentes **acima dos estádios intermédios** e com uma cotação (4). Trata-se do indivíduo, D/C,12, cujo protocolo merecerá uma análise qualitativa, à parte (Cap. 8.2.). Dada a sua situação de caso isolado dentro da amostra, não o consideramos significativo. Preferimos integrá-lo dentro dos estádios intermédios em termos de cotação para não enviezar os resultados. Partimos do princípio de que a classificação dum indivíduo num estádio de raciocínio moral elevado, pressupõe a existência dum raciocínio lógico também elevado.

Contudo, o facto de o desenvolvimento cognitivo-lógico e o desenvolvimento cognitivo-moral se pressuporem não significa necessariamente que a uma alta cotação cognitivo-lógica corresponda sempre uma alta cotação

compreensivo-moral, ao menos a nível da interpretação moral dos comportamentos, como parece acontecer em D/C,12 com uma pena delinquencial de 8 anos de prisão por furtos e actos de violência sucessivos. Efectivamente D/C,12 apresenta um protocolo de respostas onde não se sabe até que ponto o seu raciocínio e capacidade sócio-empática correspondem a uma motivação moral consistente. O problema que D/C,12 levanta tem a ver não só com a consistência entre pensamento moral e comportamento moral, mas também com a consistência dentro do próprio pensamento moral do sujeito nas diversas situações.

Contudo, aparentemente D/C, 12 parece manter a nível de juízo moral, **uma coerência nas diferentes áreas temáticas** da moralidade como se vê nos seguintes exemplos:

- **A VIDA**

O que é a vida? "É muito relativo. É uma coisa difícil de definir..." (sic). (Anexos – pág. 220)

- **A PROPRIEDADE**

Porque é que não se deve roubar? "É contra os valores morais... cada um deve lutar para vencer os seus obstáculos, mas há certas linhas de conduta." (Anexos, pág. 222)

- **A CONSCIÊNCIA MORAL**

Como a definirias? "Será o último que sentimos e nos diz cá no fundo..." (sic). (Anexos, pág. 222)

- **Postestes**

A. Comparação dos Postestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes nos Grupos Experimentais

Postestes dos Grupos Experimentais				
Estádios	Indivíduos Delinquentes		Indivíduos Não-Delinquentes	
2 e 2→3	25%	3	0%	0
3 e 3→4	58,33%	7	50%	6
4, 4→5 e 5	16,67%	2	50%	6

Delinquentes e Não Delinquentes (Postestes– Experimental)

Nos Grupos Experimentais, os Delinquentes e os Não-Delinquentes, a nível dos Postestes, obtiveram uma distribuição aproximada dentro dos estádios intermédios 3 e 3→4, mas com significados diferentes.

Dos 6 indivíduos (50%) **Não Delinquentes** que se classificaram nos estádios 3 e 3→4 nos Postestes, 2 deles ND/E,2 e ND/E,4, mantiveram a mesma cotação do Preteste, apesar de terem passado pela Interacção. Enquanto que os indivíduos ND/E,5 – ND/E,10 – ND/E,11 e ND/E,12 evoluiram dentro do espaço intermédio (de 3 para 3 → 4), os indivíduos ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 e ND/E,9, evoluiram para o estádio 4. Enfim, é de salientar os dois indivíduos, ND/E,1 e ND/E,8 que já no Preteste se encontravam no estádio 4, no Posteste melhoraram ainda mais a sua posição na escala.

Quanto aos **Delinquentes** encontramos também algumas mudanças significativas no Posteste em relação ao Preteste. Assim, dos 6 indivíduos (D/E,1 – D/E,2 – D/E,5 – D/E,7 –

D/E,9 e D/E,10) que no Preteste se encontravam abaixo, nos estádios 2 e 2→3: 3 evoluiram para o estádio 3 (D/E,1 – D/E,7 e D/E,9), 2 indivíduos (D/E,2 e D/E,10) mantiveram a mesma cotação de 2→3, e 1 indivíduo (D/E,5) evolui mas sem deixar o nível inferior de 2 para 2→3.

Dos 6 indivíduos (D/E,3 – D/E,4 – D/E,6 – D/E,8 – D/E,11 e D/E,12) que no Preteste se encontravam nos estádios 3 e 3→4: 2 indivíduos (D/E,8 e D/E,11) evoluiram para o estádio 4, 1 indivíduo (D/E,12) manteve a mesma cotação no Posteste e 3 indivíduos (D/E,3 – D/E,4 e D/E,6) evoluiram dentro do espaço intercalar de 3 para 3 → 4.

B. Comparação dos Postestes dos Delinquentes com os dos Não Delinquentes nos Grupos de Control

Postestes dos Grupos de Control		
Estádios	Indivíduos Delinquentes	Indivíduos Não-Delinquentes
2 e 2→3	50% 6	0% 0
3 e 3→4	41,7% 5	75% 9
4, 4→5 e 5	8,33% 1	25% 3

Delinquentes e Não Delinquentes (Postestes– Control)

Quanto aos Postestes **dos Grupos de Control** há diferenças significativas entre os **Delinquentes** e os **Não Delinquentes** a nível dos estádios intermediários 3 e 3→4 (41,6% – Delinquentes) e (75% – Não-Delinquentes), a nível dos estádios inferiores 2 e 2→3 (50% – Delinquentes) e (0% –

Não-Delinquentes) e a nível dos estádios superiores 4 e 4—►5 (8,33% Delinquentes) e (25% Não Delinquentes). Como era de esperar os resultados dos Postestes, tanto nos Delinquentes como nos Não-Delinquentes dos Grupos de Control são um eco dos resultados dos respectivos Pretestes, uma vez que entre os Pretestes e os Postestes dos Grupos de Control não houve qualquer intervenção experimental.

Contudo, apesar de não ter havido interacção como no Grupo Experimental, 4 indivíduos apresentaram alguma melhoria no Posteste (D/C,9 e D/C,12) dos Delinquentes e (ND/C,1 e ND/C,9) dos Não Delinquentes. Enquanto que D/C,9 e ND/C,9 melhoraram passando de 3 para 3—►4, ND/C,1 passou de 3—►4 para 4 e D/C,12 melhorou a sua classificação de 4 para 4—►5.

C. Discussão - Paradigma: "Descentração Social"

Assim como em relação aos Pretestes o paradigma de discussão das diferenças entre Delinquentes e Não Delinquentes foi o nível de **Desenvolvimento cognitivo**, agora em relação aos Postestes depois da interacção o paradigma de discussão das diferenças será a capacidade de **Descentração social.** Efectivamente, servindo-nos do Paradigma da Descentração Social para avaliar e explicar o desenvolvimento moral, constatamos que os indivíduos que mais evoluiram foram aqueles que melhor conseguiram diferenciar e integrar as perspectivas ou os valores em confronto, graças à descentração Social.

(a) A todos os indivíduos, Delinquentes e Não Delinquentes do **Grupo Experimental** foi dada a oportunidade de se descentrarem socialmente através da Interacção dois a dois no espaço compreendido entre o Preteste e o Posteste, mas nem todos beneficiaram, do mesmo modo, desta oportunidade. Porquê?

—► Em relação aos resultados dos **Postestes** dos **Não Delinquentes no Grupo Experimental** (ANEXOS, pág. 310) encontramos "três conjuntos" de indivíduos que correspondem a três tipos diferentes na nossa escala de desenvolvimento do Juízo Moral: **"o primeiro conjunto"** corresponde àqueles indivíduos que evoluiram apenas no espaço intermediário (ND/E,5 – ND/E,10 – ND/E,11 e ND/E,12), isto é, do estádio 3 para o 3 —► 4. São indivíduos cuja maneira de ver o mundo mudou no Posteste em relação ao Preteste mas não substancialmente, porque a sua descentração social foi mais de perspectiva do que estrutural. Segundo a análise dos protocolos individuais trata-se de indivíduos que no Posteste em relação ao Preteste melhoraram de maneira geral a sua orientação para uma moralidade relacional e interpessoal e uma melhor coordenação das várias perspectivas em confronto. Tratando-se duma transição ligeira do estádio 3 (no Preteste) para o estádio 3 —► 4 (no Posteste) estas características já existentes no Preteste, agora no Posteste manifestam-se mais consolidadas e interiorizadas, mais univerzalizadas, como de alguém que já não é bem do estádio 3 mas também ainda não se pode classificar no estádio 4.

Segue-se o **"segundo conjunto"** de indivíduos Não-Delinquentes (ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 e ND/E,9) que situados nos estádios 3 e 3→4 no Preteste, graças à Interacção experimental conseguiram uma melhor descentração social e classificaram-se superiormente no Posteste.

Isto é, transitaram do estádio 3 → 4 para o estádio 4. Este segundo grupo de indivíduos caracteriza-se pela tendência à imparcialidade nos juízos e à manutenção da ordem dentro do sistema social a que pertencem. Resolvem os conflitos apelando para um "outro generalizado" e formulam operações de justiça coordenando as várias perspectivas sociais e segundo as coordenadas legais, morais, etc. (Orlando Lourenço – 1992).

Evidentemente que se trata duma orientação moral já existente nos indivíduos desde o Preteste e que graças à confrontação de pontos de vista na interacção, por díades, se reforçou com tendência a estruturar-se a nível do estádio 4. Como no grupo anterior, não se trata portanto duma mudança estrutural mas duma melhoria qualificada que se manifesta pela capacidade de coordenar construtivamente as várias perspectivas em causa.

Temos finalmente o **"terceiro conjunto de indivíduos"** Não-Delinquentes do Grupo Experimental (ND/E,1 e ND/E,8) que já classificados superiormente (estádio 4) no Preteste, graças à interacção, vieram a melhorar ainda mais a sua posição (Estádio 4 → 5) no Posteste.

Distinguem-se já desde o Preteste, mas agora de maneira mais estruturada e definida pela sua tendência a relativizar as normas a favor da universalidade dos princípios, ainda que dentro do contexto duma sociedade convencional.

Fica por esclarecer, finalmente, a situação dos 2 indivíduos (ND/E,2 e ND/E,4), que apesar de terem experimentado a Interacção não conseguiram nenhuma melhoria significativa no Posteste.

Em primeiro lugar põe-se a hipótese da disparidade em termos de estádio, entre os dois intervenientes. Efectivamente os dois indivíduos classificados em estádios muito próximos (3 e 3 → 4) apresentavam níveis cognitivos homogéneos que, apesar dos pontos de vista diferentes através da interacção verbal não facilitou a conflitização do diálogo. O conflito latente e contido entre os dois intervenientes até um certo momento da discussão, manifestou-se mas sem uma verdadeira descentração cognitiva de parte a parte.

As intervenções recíprocas são defensivas e de carácter simétrico (ver Capítulo 7.1.3.2. – 2ª Díade).

Exemplo:

ND/E,4 – "E se for roubar a um ladrão?"

ND/E,2 – "Roubar a um ladrão também acho que não é correcto..."

ND/E,4 – "Mas aí nesse caso a moral e as leis perdoam..."

ND/E,2 – "Sim, mas continuo a afirmar que roubar não é correcto..."

Dá-se uma regulação recíproca da discussão com medo de se exporem mutuamente tentando evitar a conflitividade de manifesta...

Um dos momentos criativos do encontro interactivo entre os dois elementos ND/E,4 e ND/E,2 iniciou-se do seguinte modo:

ND/E,4 – "Ou então poderíamos ir para..."

ND/E,2 – "Lá está! Eu penso que se baseia tudo na gravidade da questão..."

ND/E,4 – "Eu penso que..."

ND/E,2 – "Depende...não é?..."

Através de todo o processo interactivo mais do que duma regulação mútua do conflito deverá falar-se duma adaptação mútua e defensiva face à eminência do conflito o que não permitiu uma descentração suficiente seguida duma melhor compreensão e coordenação da realidade moral.

Podemos dizer que ND/E,4 face a ND/E,2 assumiu uma atitude provocatória, à qual ND/E,2 correspondeu reconciliatoriamente. Não se constata portanto em nenhum dos indivíduos uma melhoria de estádio mas sim algumas "benesses" como uma argumentação mais flexível, alargamento da compreensão, discurso verbal mais solto, etc....

—► Em relação aos resultados dos **Postestes dos Delinquentes**, no Grupo Experimental (ANEXOS, pág. 1), encontramo-nos perante uma situação mais difícil de avaliar dada a complexidade da amostra dos indivíduos Delinquentes.

Não se sabe se os resultados dos testes se referem a

processos ordinários do raciocínio moral ou se exprimem uma reacção adaptativa dos indivíduos face aos trâmites da prisionalidade e da Instituição Judiciária, ou enfim se reflectem os efeitos duma situação sócio-familiar desviante ou sobretudo se se devem às consequências dum quadro delinquencial.

Genericamente falando, distinguimos dois grandes grupos de indivíduos Delinquentes na nossa amostra segundo os resultados obtidos nos Postestes em relação aos Pretestes: aqueles que evoluiram e aqueles que não evoluiram. Entre os que evoluiram encontram-se, por exemplo, os indivíduos D/E,8 e D/E,11 nos quais não descortinamos dificuldades aparentes no funcionamento do juízo moral. Contudo a sua evolução a nível de Posteste leva-nos a pensar em indivíduos marcados por factores situacionais de violência sócio-familiar e judiciária que interferem na sua maneira de ver o mundo e de avaliar a vida segundo as leis e as normas da sociedade: ("Mentir às vezes cria-nos problemas mas também tira-nos problemas. A gente mente porque se a gente for dizer a verdade e nos trouxer problemas o que é que acontece?" D/E,11 – Post.) – (ANEXOS, pág. 111).

Pelo contrário, os indivíduos D/E,7 – D/E,9 e D/E,1, que também evoluiram dos estádios 2 e 2→3 para o estádio 3, são sujeitos capazes de melhoria a nível generalizado (novas representações, alargamento da compreensão, discurso verbal mais solto, colorido e flexível nos Postestes) mas pouco estruturados do

ponto de vista sócio-moral. No seu raciocínio moral nota-se uma falta de adaptação ao mundo e à vida com insuficiências na reflexão sobre o bem e o mal e carência dum projecto de vida próprio coordenado com os projectos de vida dos outros. Por exemplo, D/E,7, 19 anos, condenado por tráfico de drogas e proveniente duma família desagregada exprimia-se assim: ("É como já lhe disse. O caso de estarmos aqui.
Uma pessoa fez mesmo uma coisa, eles não têm provas que um gajo fez e mente... A consciência moral? Sei lá! É como se um gajo está suspeito de roubar uma coisa que não roubou e tem a consciência limpa dessa coisa..." – D/E,7 – Post.) – (ANEXOS, pág. 90).
Um comentário diferente merecem os indivíduos D/E,2 e D/E,10 que, apesar da experiência interactiva a que foram sujeitos não melhoraram aparentemente, isto é, mantiveram a mesma cotação a nível do estádio 2→3 no Posteste. Conforme os seus protocolos (ANEXOS, pág. 65 e 107), trata-se de indivíduos com deficiências a nível de elaboração interior, incapazes de darem um significado moral consistente aos comportamentos interindividuais segundo as leis vigentes na sociedade. Finalmente o sujeito D/E,12, tendo obtido uma boa cotação dentro da média onde se manteve no Posteste apesar da Interacção, faz lembrar aqueles indivíduos cujo raciocínio moral é facilmente influenciado pelo tipo de dilemas e pelo seu significado moral evocado. Já Françoise Digneffe (1989) referia que o nível de raciocínio moral pode ser mais elevado quando os

dilemas utilizados se referem a situações concretas e familiares do que quando versam sobre enunciados impessoais ou abstractos. Observando o protocolo de D/E,12, ressalta eminentemente a sua estrutura subjectiva e culpabilizante: ("A vida vale? Sim acho que a nossa vida tem um objectivo qualquer que cada um de nós tem de realizar...Não se deve mentir porque ao estar a dizer uma mentira estamos a enganar alguém e, às vezes, enganamo-nos a nós próprios... Em dois ou três minutos roubamos uma coisa que levou, às vezes, uma vida inteira a conseguir..." (D/E,12 – Post. – ANEXOS, pág. 115).

(b) Em relação aos resultados dos **Postestes dos grupos de Control** nos Delinquentes e nos Não-Delinquentes duas observações importantes se impõem:

—► Dado que entre os resultados dos Pretestes e dos Postestes dos **Grupos de Control** não se registaram diferenças significativas (falta de manipulação experimental – Interacção 2 a 2), o que se disse a respeito das diferenças a nível dos **Pretestes** entre os Delinquentes e os Não Delinquentes (8.1.1.1.), em princípio, aplica-se igualmente em relação às diferenças entre Delinquentes e Não Delinquentes dos Grupos de Control, a nível dos Postestes.

—► Constatamos, contudo, que a nível dos Postestes do Grupo de Control há 2 indivíduos Delinquentes (D/C,9 e D/C,12) e 2 indivíduos Não Delinquentes (ND/C,1 e

ND/C,9) que melhoraram a sua classificação no Posteste em relação ao Preteste apesar de não terem passado pela situação interactiva experimental.

Merece especial atenção D/C,12 cujo desenvolvimento cognitivo com uma boa capacidade de centração - descentração está na base da boa classificação a nível do raciocínio moral. A evolução de D/C,12 do estádio 4 no Preteste para o estádio 4 —► 5 no Posteste parece ser mais de carácter funcional do que estrutural com novas representações éticas e com um eventual alargamento da compreensão.

Exemplo:

- **<u>Experimentador</u>: – Porque é que se deve manter a palavra?**

- **<u>D/C, 12</u>:**

Preteste (antes)	Posteste (depois)
Porque a base duma boa amizade é a confiança	Porque se o amigo tem confiança em nós, nós devemos preservar essa confiança. Não vamos desiludir as outras pessoas. Agora, clado, se uma pessoa vai quebrar essa palavra para ser benéfico, acho que será de quebrar.

(ANEXOS, pág. 221 e 271)

Talvez se possa atribuir a melhoria constatada à dinamicidade do contacto individual entre o sujeito D/C,12 e o Experimentador (Cap. 7.1.2.2.) com estratégias colaborantes

entre os dois intervenientes não conflitivas mas de carácter relacional e aproximativas de pontos de vista diferentes. Quanto aos sujeitos ND/C,1 e ND/C,9 as melhorias constatadas situam-se mais a nível verbal e argumentativo com uma melhor capacidade de coordenação de pontos de vista diferentes. Em cada um dos respectivos protocolos encontramos momentos interactivos de diálogo, melhorados e criativos em relação ao Preteste sobretudo do ponto de vista verbal e argumentativo.

8.1.1.2. Diferenças a nível do Juízo Moral, referentes à mudança ou não de estádio, entre Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes

Segundo o **Quadro 31** e do ponto de vista da mudança ou não de estádio com ou sem Interacção, no Posteste, as diferenças entre Delinquentes e Não Delinquentes não são tanto quantitativas, mas qualitativas. Isto é, o mesmo valor, tanto nos Grupos de Control como nos Grupos Experimentais, tem significado diferente nos Delinquentes e nos Não Delinquentes:

A. Grupo Experimental dos Delinquentes e dos Não Delinquentes

a. **Não mudou de Estádio**

Encontramos **3 indivíduos Delinquentes** e **2 Não Delinquentes** que não mudaram de estádio. Mas enquanto que os **Delinquentes** se classificaram nos estádios **2** —► **3** (D/E,2 e D/E,10) e **3** —►**4** (D/E,12) os **Não Delinquentes** classificam-se nos estádios **3** (ND/E,4) e **3** —► **4** (ND/E,2).

b. **Tendência para o seguinte estádio**

Encontramos **5 indivíduos Delinquentes** e **9 Não Delinquantes** que aumentaram meio estádio. Os **5 indivíduos Delinquentes** classificam-se nos estádios **2** (D/E,5) e **2 → 3** (D/E,1) e **3** (D/E,3 – D/E,4 – D/E,6) enquanto que os **Não Delinquentes** classificam-se, superiormente, nos estádios **3** (ND/E,5 – ND/E,10 – ND/E,11 – ND/12), **3 →4** (ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 – ND/E9) e **4** (ND/E,1).

c. **Subiu um estádio ou mais**

Encontramos **4 indivíduos Delinquentes** e **1 Não Delinquente** que aumentaram um estádio. Mas enquanto que os 4 Delinquentes se classificaram nos estádios **2** (D/E,7 – D/E,9) e **3** (D/E,8 e D/E,11) o único **Não Delinquente** (ND/E,8) classificou-se, superiormente, no estádio 4.

B. Grupo de Control dos Delinquentes e dos Não Delinquentes

a. **Não mudou de estádio**

Encontramos **10 indivíduos Delinquentes** e **10 Não Delinquentes** que não mudaram de estádio. Só que os **Delinquentes** classificam-se em estádios inferiores: **2** (D/C,3 – D/C,5) **2 → 3** (D/C,2 – D/C,4 – D/C,7 – D/C,8) **3**(D/C,1 – D/C,6 – D/C,10) e **3 → 4** (D/C,11) enquanto que os **Não Delinquentes** classificam-se em estádios superiores: **3** (ND/C,7 – ND/C,8 – ND/C,10) **3 → 4** (ND/C,2 – ND/C,3 – ND/C,4 – ND/C,11 – ND/C,12) e **4 → 5** (ND/C,5 e ND/C,6).

b. **Tendência para o Estádio seguinte**

Encontramos **2 Delinquentes** e **2 Não Delinquentes** que aumentaram meio estádio, do seguinte modo: **Os Delinquentes** partiram dos estádios **3** (D/C,9) e **4** (D/C,12) e os **Não Delinquentes** partiram dos estádios **3** (ND/C,9) e **3 → 4** (ND/C,1). Não consideramos significativo a vantagem de D/C,12 (estádio 4) por ser um caso isolado dos Delinquentes no conjunto da amostra.

c. **Subiu um estádio ou mais**

Nenhum dos Indivíduos dos Grupos de Control, tanto dos **Delinquentes** como dos **Não Delinquentes**, conseguiu aumentarum estádio ou mais, como era de esperar, ao carecerem de experimentação.

Vemos assim que a simetria numérica dos Grupos de Control dos **Delinquentes** e dos **Não Delinquentes** esconde a superioridade dos Indivíduos **Não Delinquentes** que se classifica em estádios superiores.

8.1.1.3. Conclusões

Ao tentarmos provar **a nossa Primeira Hipótese** sobre as diferenças a nível do juízo moral entre Delinquentes e Não Delinquentes Adolescentes, julgamos ter demonstrado que, efectivamente, existem diferenças de motivação, de capacidade empática, de centração, de pensamento e de argumentação entre os Delinquentes e os Não Delinquentes a nível do raciocínio

moral. Diferenças contudo não suficientemente estabelecidas, dada a redução da nossa amostra e a falta dum estudo comparativo mais aprofundado. A nossa demonstração decorreu a nível de Pretestes e de Postestes nos Grupos de Control e de Experimentação tanto nos Delinquentes como nos Não Delinquentes.

a) Constata-se assim que os Delinquentes parecem ser mais sensíveis que os Não Delinquentes à Área Ética ou Comportamental de moralidade (cap. 6.2.B) que versa sobre o roubo, a mentira, a fidelidade à palavra dada etc., temáticas que lhes são mais familiares e versam sobre realidades mais próximas da sua situação existencial. Na medida em que os indivíduos podem "viver" os dilemas tendem a melhorar a sua cotação a nível de raciocínio moral, enquanto que em relação aos dilemas abstractos sobre a vida humana, a lei e a consciência moral (Áreas Filosófica e Jurídica – Cap. 6.2.B.), apresentam mais resistência cognitivas e o nível de compreensão e argumentação moral tende a diminuir (Françoise Digneffe – 1989). Além disso, a referência a situações concretas, facilita uma melhor identificação com os protagonistas do dilema e uma análise mais inteligente do conflito com uma eventual solução mais adequada do mesmo. O facto de ter sido retido numa instituição prisional pode ser considerado como um factor de marcação social responsável pelas variações a nível de raciocínio moral entre Delinquentes e Não Delinquentes.

b) Quanto à relação (consistência – inconsistência) entre raciocínio moral e comportamento moral a posição de Kohlberg nem sempre foi clara (O. Lourenço – 1992). Esta questão interessa-nos particularmente do ponto de vista dos Delinquentes. Apoiando-nos na sequência descrita por Kohlberg (1976)., "primeiro uma pessoa atinge determinado estádio lógico, a seguir atinge determinado nível de perspectiva social e finalmente, atinge um certo estádio de raciocínio moral cujo complemento final é o comportamento moral", podemos conjecturar que embora alguns dos nossos Delinquentes (D/C, 11 – D/C, 12 – D/E, 12 e D/E, 8) tenham atingido níveis de avaliação moral elevados não significa que irão agir em consonância como se prova pelo seu comportamento delinquente – "Há muitos factores que determinam se, numa dada situação, uma pessoa viverá de acordo ou não com o seu raciocínio moral" (O. Lourenço – 1992), embora o estádio do raciocínio moral permita prever bastante bem a acção moral em situações normais. Assim, como não é possível um estádio moral mais elevado do que o seu correspondente estádio lógico cognitivo, assim também não se podem aplicar princípios elevados de moralidade se não se compreenderem ou não se acreditar neles.

Se a consistência entre raciocínio moral e comportamento moral tende a aumentar progressivamente com o nível de desenvolvimento moral (O. Lourenço – 1992), então alguns dos nossos Delinquentes, melhor cotados (D/C, 11 – D/C, 12 – D/E, 8, D/E, 12...) estariam em melhores condições de recuperação como parece indiciar-se pela

natureza dos seus protocolos. Quanto aos Delinquentes que se classificaram moralmente abaixo da média (D/C, 3 – D/C, 5 – D/E, 9 – D/E, 5...), tornar-se-iam indivíduos mais inconsistentes e por conseguinte mais imprevisíveis do ponto de vista comportamental.

Finalmente, foi-nos dado observar algumas vezes nos Delinquentes situações declaradas de inconsistência defensiva entre o raciocínio e o comportamento perante a pressão de carácter judicial, o que significa que os Delinquentes são frequentemente sujeitos a situações de inconsistência moral sendo levados a manifestar o que pensam segundo as circunstâncias ("Eles perguntaram-me se eu tinha feito isso e eu disse que não..."). Concluindo, segundo O. Lourenço (1992) "a consistência entre pensamento e acção moral não é total, mas existe mesmo em termos estatísticos", podendo não ser idêntica em todos os domínios do pensamento e do comportamento como se vê nos casos dos nossos Delinquentes.

8.1.2. OS RESULTADOS DA SEGUNDA HIPÓTESE

A Interacção sócio-cognitiva tem efeitos positivos no funcionamento do Juízo Moral em Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes.

Esta hipótese refere-se às diferenças verificadas entre o Grupo Experimental (sujeito à experimentação da Interacção sócio-cognitiva entre o Preteste e o Posteste) e o Grupo de Control carente da mesma experimentação, mas apenas sujeito a um simples Contacto individual com o Experimentador. A Interacção sócio-cognitiva facilita a elaboração de novos instrumentos cognitivos, característicos do progresso cognitivo, através da regulação do conflito enquanto que o simples Contacto individual consiste numa estratégia relacional sem uma verdadeira elaboração cognitiva por ausência de conflitividade. O nosso material de investigação será o resultado dos Postestes, depois da Interacção sócio-cognitiva e do Contacto Individual nos respectivos Grupos de Indivíduos. Servir-nos-emos do **"Conflito Sócio-Cognitivo"** como paradigma de discussão e de análise da nossa **2ª Hipótese**, conforme foi largamente justificado no capítulo 3.5. Procederemos do seguinte modo:

8.1.2.1. EFEITOS DA INTERACÇÃO SÓCIO-COGNITIVA NO JUÍZO MORAL DOS DELINQUENTES

A. Diferenças entre os Postestes do Grupo Experimental e do Grupo de Controldos Delinquentes

B. Discussão-Paradigma "O conflito sócio-cognitivo"

8.1.2.2. EFEITOS DA INTERACÇÃO SÓCIO-COGNITIVA NO JUÍZO MORAL DOS NÃO DELINQUENTES

A. Diferenças entre os Postestes do Grupo Experimental e do Grupo de Control dos Não Delinquentes

B. Discussão-Paradigma "O conflito sócio cognitivo"

8.1.2.3. CONCLUSÃO

8.1.2.1. Efeitos da Interacção Sócio-cognitiva no Juízo Moral dos Delinquentes

A. DIFERENÇAS ENTRE OS POSTESTES DO GRUPO EXPERIMENTAL E DO GRUPO DE CONTROL DOS DELINQUENTES

(a) Apesar da exiguidade da amostra constatamos que há diferenças entre os Postestes do Grupo Experimental e do Grupo de Control dos Delinquentes: **No Grupo Experimental**, 7 indivíduos (D/E,1 – D/E,3 – D/E,4 – D/E,6 –

D/E,7 – D/E,9 – D/E,12) classificam-se nos estádios intermediários 3 e 3 –► 4, 3 indivíduos (D/E,2 – D/E,5 – D/E,10) situam-se nos estádios inferiores 2 e 2 –► 3 e 2 indivíduos (D/E,8 e D/E,11) classificam-se no estádio 4, enquanto que no **Grupo de Control** 5 indivíduos (D/C,1 – D/C,6 – D/C,9 – D/C,10 – D/C,11) classificam-se nos estádios intermédios 3 e 3 –► 4, 6 indivíduos (D/C,2 – D/C,3 – D/C,4 – D/C,5 – D/C,7 – D/C,8) situam-se abaixo nos estádios 2 e 2 –► 3 e 1 indivíduo, (pouco significativo por ser isolado) (D/C,12) classifica-se no estádio 4 –► 5 (ver o quadro nº 19).

(b) Se considerarmos o **Preteste** como ponto de partida e o **Posteste** como ponto de chegada, no percurso da nossa investigação, veremos que todos os indivíduos do **Grupo Experimental** melhoraram a sua classificação no Posteste em relação ao Preteste, excepto 3 indivíduos (D/E,2 – D/E,10 – D/E,12) que mantiveram a mesma classificação. Enquanto que no **Grupo de Control**, entre o Preteste e o Posteste, todos os indivíduos mantiveram a mesma classificação, excepto 2 indivíduos (D/C,9 e D/C,12) que melhoraram a sua posição. Noutras palavras, as **variáveis independentes** que intervieram entre os Pretestes e os Postestes dos dois grupos como motivo de **mudança** ou de **permanência** foram:

—► a **Situação Interactiva** 2/2 para o Grupo Experimental.

—► a **Situação de Contacto Individual** com o Experimentador para o Grupo de Control.

(c) **Do seguinte modo:**

• Quanto ao **Grupo Experimental** (Cap. 7.1.1.2.):

A Interacção dos indivíduos por díades, estruturou-se do seguinte modo:

1ª Díade – D/E,8 com D/E,7

onde os dois indivíduos melhoraram a sua classificação no Posteste.

2ª Díade – D/E,10 com D/E,12

onde nenhum dos indivíduos conseguiu melhorar a sua classificação no Posteste.

3ª Díade – D/E,9 com D/E,11

onde os dois indivíduos melhoraram a sua classificação no Posteste.

4ª Díade – D/E,2 com D/E,3

onde um indivíduo (D/E,3) conseguiu melhorar a sua classificação no Posteste e o outro (D/E,2) não.

5ª Díade – D/E,5 com D/E,6

onde os dois indivíduos melhoraram a sua classificação no Posteste.

6ª Díade – D/E,4 com D/E,1

onde os dois indivíduos conseguiram melhorar a sua classificação no Posteste.

- Quanto ao **Grupo de Control** (7.1.2.2.):

Cada um dos indivíduos, pessoalmente, estabeleceu um contacto verbal com o Experimentador para discutir os mesmos dilemas do Grupo Experimental e segundo o mesmo "timing".

B. DISCUSSÃO-PARADIGMA – "O CONFLITO SÓCIO-COGNITIVO"

a) Quanto ao Grupo Experimental (Cap. 7.1.1.2.) e (ANEXOS, págs. 121 e segts.):

1ª DÍADE – D/E, 8 COM D/E, 7

Onde os 2 indivíduos apesar de apresentarem níveis cognitivos homogéneos melhoram a sua classificação moral graças e centrações sucessivas

Exemplos:

- **Onde o conflito se evidencia progressivamente com tentativas de consenso mútuo:**

D/E, 8 – "Há situações em que é necessário roubar..." (posição categórica)

D/E, 7 – "Quais...?" (Réplica provocatória)

D/E, 8 – "Uma pessoa com fome é obrigada a roubar..." (posição categórica)

D/E, 7 – "Há várias situações e coisas a fazer sem roubar..." (Abertura no problema)

D/E, 8 – "Há situações em que é chato" (cede e descentra-se)

D/E, 7 – "Uhm! Claro. Pediu, não deu, roubou! (Aproximação consensual)

- **Onde o conflito não se exprime facilmente (conflito latente e forte marcação social do tema da Mentira associada ao roubo):**

D/E, 7 – "Em vários casos pode-se mentir..."

D/E, 8 – "Às vezes..."

D/E, 7 – "Outras vezes não. É preciso dizer a verdade... mas em vários casos..."
"Um gajo que rouba. Se souber que disse a verdade, vai preso".

D/E, 8 – "Tem que mentir"

D/E, 7 – "Tem que mentir. É o nosso caso"

D/E, 8 – "Estou de cordo".

- **Observações:**

Estamos perante uma situação interactiva de **estratégias confrontadas**, onde as aquisições progressivas dependem até certo ponto do consenso mútuo atingido.

Comparando os indivíduos vemos que um e outro não beneficiaram da mesma maneira da Interacção:

D/E,8: (Melhor classificado) Melhoria na descentração cognitiva...

D/E,7: (inferiormente classificado) melhorou sobretudo verbalmente, na maneira de se exprimir, etc.

Do ponto de vista da **marcação social**, dada a sua situação de reclusos, o tema Roubo/Mentira teve algum impacto representativo na interacção dos indivíduos em termos de identificação mútua e consequente recalcamento do conflito.

2ª DÍADE – D/E, 10, COM D/E, 12

Onde nenhum dos sujeitos conseguiu melhorar a sua classificação moral depois da Interacção que, apesar dos níveis cognitivos heterogéneos e dalguns pontos de vista diferentes, decorreu complementarmente mais relacional do que conflitiva

Exemplos:

- **Onde o conflito se esboça ligeiramente:**

D/E, 12 – "Como era para salvar a vida da mulher... acho que fez bem em ter assaltado a farmácia... Por outro lado fez mal porque pode

ter causado grandes prejuízos..." (Posição dominante no início do diálogo... com uma atitude compreensiva face ao roubo para salvar uma vida e alguma ambivalência).

D/E, 10 – (Aproveita-se da ambivalência do parceiro para propor o seu ponto de vista).
"Mas salvou a vida à mulher. Em parte se fosse minha mulher eu tinha ido lá... Podia ter consequências graves, mas..."

D/E, 12 – "...Devia estar desesperado... Não pensava nos riscos que podia vir a correr..."

- **Conflitividade transitória:**
  (Pode-se roubar ou não?)

D/E, 10 – "Pode-se roubar para certas e determinadas coisas..."

D/E, 12 – "Eu acho que nunca se deve roubar..."

D/E, 10 – "Se estiver a ressacar..."

D/E, 12 – "E o que te acontece...?"

D/E, 10 – "É isso..."

onde, apesar de tudo, não chega a haver confrontação de pontos de vista diferentes.

- **Diálogo centrado sobre si mesmo, isento de conflitividade... e justaposição de ideias:**
  (Quanto à Mentira)

D/E, 10 — "Há mentiras em que se deve mentir para não haver barulhos e outras em que não se deve mentir" (capacidade de relativização como desafio ao parceiro).

D/E, 12 — "Não se deve mentir, mas pode-se mentir..." (posição de liderança)

D/E, 10 — "Se são meus amigos vou ter que mentir..." (desconflitualização da situação)

- **Observações:**

Estratégias pouco colaborantes entre os dois intervenientes. A heterogeneidade cognitiva dos indivíduos talvez não permitisse uma confrontação construtiva de pontos de vista: superioridade dominadora de D/E,12 perante D/E,10. A interacção relacional não evidenciou melhorias sensíveis. Do ponto de vista da **Marcação Social** a tríade Droga/Roubo/Prisão foi motivo dum certo desconforto no diálogo com incidências projectivas no discurso o que talvez não facilitasse a reciprocidade de pontos de vista.

3ª DÍADE – D/E, 9 COM D/E, 11

Os 2 indivíduos melhoram o seu nível moral no Pos-teste, apresentando à partida níveis cognitivos homogéneos mas com pontos de vista diferentes donde resultaram momentos significativos de conflitividade

Exemplos:

- **Onde o conflito sócio-cognitivo emerge facilmente nos diferentes momentos da Interacção:**

  (ANEXOS – 3ª Díade, págs. 132 e segts.)

- **O conflito não só se torna inevitável:**

– Mas a perplexidade mútua em relação ao tema da vida humana, do roubo e da mentira leva os sujeitos a centrações-descentrações sucessivas.

– Tentativas de aproximação consensual não facilmente logradas

– Estratégias de regulação mútua do diálogo conflitivo.

(ANEXOS – 3ª Díade, pág. 140)

(Quanto à necessidade de guardar segredo)

D/E, 11 – "Eu não dizia nada..."

D/E, 9 – "O quê...?"

D/E, 11 – "O caso do colega que..."

D/E, 9 – "Eu sei... Tu não dizes nada...?"

D/E, 11 – "Eu não dizia..."

- **Observações:**

Estratégias confrontadas de diferentes pontos de vista sócio-cognitivamente regulados. Enquanto que D/E,9 beneficiou de uma maior capacidade de coordenação e de argumentação interactiva, D/E,11 parece ter beneficiado em termos de maior consolidação do Juízo Moral.

4ª DÍADE – D/E, 2 COM D/E, 3

Onde um dos indivíduos melhorou a sua classificação no Posteste (D/E, 3) e o outro (D/E, 2) não conseguiu. Níveis cognitivos homogéneos com conflitividade ausente/latente donde resultou uma maneira peculiar de regular a discussão.

Exemplos:

- **Negociação recíproca das respostas não isenta de conflitivdade:**

(A propósito do Roubo)

D/E, 3 — "É contra a lei. Não há métodos para..." (posição categórica)

D/E, 2 — "Também acho que sim. Acho que uma pessoa não tem necessidade de roubar... Depende também das circunstâncias..." (posição conciliadora)

- **Conflitividade latente com tentativa de aproximação e movimeno de identificação mútua:**

(A propósito de socorrer um amigo saindo da Prisão)

D/E, 3 — "Se houvesse uma hipótese tentaria..."

D/E, 2 — "Quanto a mim não arriscava... Podia vir ter comigo..."

D/E, 3 — "Mas..."

D/E, 2 — "Acho que ele devia vir ter comigo e não estragar a minha vida"

- **Confrontação de pontos de vista seguida duma aproximação adaptativa (forte marcação social do tema, mentira-roubo-droga):**

D/E, 3 — "O meu caso... Perguntaram-me se consumia droga... disse que não...

D/E, 2 — "Mas isso não era para teu bem..."

D/E, 3 — "Obrigado mas só depois de se entrar aqui..."

D/E, 2 — (Ri...)

D/E, 3 — "O cão está melhor fora..."

D/E, 2 — "Uhm!"...

- **Observações:**

Estratégias verbais ora independentes ora confrontadas não isentas de conflitividade.

A vantagem moral de D/E,3, em relação a D/E,2 pode-se explicar, em parte, pela justaposição verbal de D/E,2 ao discurso de D/E,3 e à sua perplexidade dominante.

A forte marcação social do tema, "mentira-roubo-droga", perante a situação prisional afectou de igual maneira a interacção dos dois indivíduos, mas onde D/E,2 aparece mais vulnerável.

5ª DÍADE — D/E, 5 COM D/E, 6

Com níveis cognitivos homogéneos mas com pontos de vista diferentes ambos os indivíduos melhoraram a sua "posição moral" no Posteste

Exemplos:

- **Conflitualização progressiva da interacção:**
  (A propósito do Roubo)

D/E, 5 — "Há actos de necessidade! Claro em princípio

é um acto chato mas há certas necessidades que é mesmo necessário roubar..."

D/E, 6 – "Eu acho que roubar é uma coisa que faz mal porque..."

D/E, 5 – "Em princípio estou de acordo com ele... mas há pessoas que necessitam mesmo..."

D/E, 6 – "Pois a roubar... sem, mas..."

D/E, 5 – "Trata-se dum acto de necessidade..."

- **Jogo de equilíbrio entre as duas confrontações de carácter conflitualizante:** (ANEXOS, pág. 149)

– Procura-se uma saída para o impasse criado (D/E,6)

– Evocam-se situações limite da existência onde o roubo se torna imperativo (D/E, 5).

– O conflito emerge com um novo dinamismo devido ao impacto da associação temática "Roubo/Droga".

- **Apaziguamento e aceitação mútua com uma versão diferente da problemática:**

(Sobre a Mentira)

D/E, 6 – Há ocasiões em que se pode e... outras em que não se pode."

D/E, 5 – "Há momentos para tudo..."

- **Observações**

Estratégias confrontadas de diferentes pontos de vista. O resultado final torna-se uma aquisição comum aos dois intervenientes. Ambos os intervenientes evoluiram. Contudo, a melhor classificação de D/E,6 em relação a D/E,5, evidencia-se na sua argumentação mais original, e enfim numa descentralização sócio-cognitiva melhor lograda que D/E,5.

6ª DÍADE – D/E, 4 COM D/E, 1

Ambos os indivíduos com níveis cognitivos similares, centrações e pontos de vista diferentes evoluiram no Posteste

- **Conflitualização evidente, desde o início:**
  (Sobre o roubo)

D/E, 4 – "Eu acho que há situações em que roubar... Por exemplo uma pessoa que precise..."

D/E, 1 – "Uhm!"

D/E, 4 – "Um toxicodependente, por exemplo... Chega a um ponto em que tem de roubar..."

D/E, 1 – "Eu acho que não..."

É de notar que D/E, 4 toma um papel preponderante. Ora inseguro ora provocador é ele que conduz o fio da argumentação.

- **Reconflitualização do diálogo à medida que novos temas vão surgindo:** (ANEXOS, pág. 157)

- **Forte envolvimento emocional dos intervenientes que culmina numa aproximação mútua de tipo identificativo:**

  (Sobre a Moralidade do Roubo)

  D/E, 4 — "Pode-se roubar... Há ocasiões em que se pode e é preciso..."

  D/E, 1 — Às vezes é preciso, mas se se pode não fazê-lo, não se faça".

- **Observações**

Estratégias confrontadas, cuja elaboração cognitiva mútua e progressiva dá lugar a um resultado construtivo do ponto de vista moral. A forte marcação social em alguns momentos do diálogo em torno dos temas da toxicodependência, justiça/injustiça, etc. foi ocasião de aproximação pela identificação recíproca. Ambos os intervenientes progrediram apesar da melhoria de D/E,2 ter sido menos consistente e mais verbal e argumentativa.

(b) Quanto ao Grupo de Control (Cap. 7.1.2.2.) e (ANEXOS, pág. 274)

No **Contacto Individual** dos Delinquentes (isentos da Experimentação interactiva), a relação individual com o

Experimentador processou-se de maneira desconflitualizada, onde o conflito inexistente ou apenas latente não chegou a atingir proporções sócio-cognitivas.

—► De maneira geral os indivíduos do Grupo de Control que participaram no Contacto Individual apresentaram alguns inconvenientes como: Desnivelamento de estatuto em relação ao Experimentador, diminuição da motivação, respostas pragmáticas, negociação adaptada, etc.

—► Excepção feita dos indivíduos D/C,9 e D/C,12 que, graças ou apesar do Contacto individual restrito conseguiram estabelecer uma relação conflitualizada com o interlocutor. A sua classificação melhorou no Posteste em relação ao Preteste graças à evolução verificada.

8.1.2.2. EFEITOS DA INTERACÇÃO SÓCIO-COGNITIVA NO JUÍZO MORAL DOS NÃO-DELINQUENTES

A. DIFERENÇAS ENTRE OS POSTESTES DO GRUPO EXPERIMENTAL E DE CONTROL

(a) Mais uma vez, apesar da amostra ser reduzida constatamos que há diferenças entre os Postestes do Grupo Experimental e do Grupo de Control. Efectivamente **no Grupo Experimental**, 6 indivíduos (ND/E,2 – ND/E,4 – ND/E,5 – ND/E,10 – ND/E,11– ND/E,12) classificaram-se nos estádios intermédios 3 e 3 –► 4 e 6 indivíduos

(ND/E,1 – ND/E,3 – ND/E,6 – ND/E,7 – ND/E,8 – ND/E,9) classificaram-se nos estádios 4, 4 –► 5 e 5, enquanto que **no Grupo de Control** 9 indivíduos (ND/C,2 – ND/C,3 – ND/C,4 – ND/C,7 – ND/C,7 – ND/C,8 – ND/C,9 – ND/C,10 – ND/C,11 –ND/C,12) classificaram-se nos estádios 3 e 3 –► 4 "0" indivíduos classificaram-se abaixo dos estádios intermédios e 3 indivíduos (ND/C,1 – ND/C,5 – ND/C,6) situaram-se superiormente nos estádios 4 e 4 –► 5 (ver quadro nº 27).

(b) Do mesmo modo, em relação aos Não-Delinquentes, se considerarmos o Preteste como ponto de partida e o Posteste como ponto de chegada constataremos que todos os indivíduos do **Grupo Experimental** melhoraram a sua situação no Posteste, excepto 2 indivíduos (ND/E,2 e ND/E,4), que mantiveram a mesma classificação.

Enquanto que no **Grupo de Control** entre o Preteste e o Posteste todos os indivíduos mantiveram a mesma classificação excepto 2 indivíduos (ND/C,1 e ND/C,9) que melhoram a sua posição.

Do mesmo modo, as **variáveis independentes** que intervieram entre os Pretestes e os Postestes dos dois grupos como motivo de **mudança** ou de **permanência** foram:

—► a **Situação interactiva**, 2/2 para o Grupo Experimental.

—► a **Situação de Contacto Individual** com o Experimentador para o Grupo de Control.

(c) Do seguinte modo:

- Quanto ao **Grupo Experimental** (7.1.3.2.)

  A Interacção por díades, estruturou-se como segue:

1ª Díade – ND/E,3 com ND/E,7

onde os dois indivíduos melhoraram a sua classificação no Posteste.

2ª Díade – ND/E,2 com ND/E,4

onde nenhum dos indivíduos conseguiu melhorar a sua classificação no Posteste.

3ª Díade – ND/E,8 com ND/E,9

onde ambos os indivíduos melhoraram a sua classificação.

4ª Díade – ND/E,6 com ND/E,5

onde os dois indivíduos conseguiram melhorar a sua classificação no Posteste.

5ª Díade – ND/E,12 com ND/E,11

onde ambos os indivíduos melhoraram a sua classificação no Posteste.

6ª Díade – ND/E,10 com ND/E,1

onde os dois indivíduos melhoraram a sua posição no Posteste.

- Quanto ao **Grupo de Control** (7.1.4.2.):

  Do mesmo modo, cada um dos indivíduos, pessoalmente, estabeleceu um contacto verbal com o Experimentador para discutir os mesmos dilemas do Grupo Experimental e segundo o mesmo "timing".

B. DISCUSSÃO-PARADIGMA: "O CONFLITO SÓCIO-COGNITIVO"

(a) Quanto ao **Grupo Experimental** (Cap. 7.1.3.2.) e (ANEXOS págs. 424 e segts.)

1ª DÍADE – ND/E,3 COM ND/E,7

Ambos os intervenientes apresentam níveis cognitivos homogéneos com centrações diferentes donde resultou uma melhoria no juízo moral.

Exemplos:

- **Situação propícia a uma conflitualização crescente:** (Sobre o Roubo)

ND/E, 7 – "É conforme as situações. Dependendo da situação financeira da pessoa se ela é levada a roubar ou não" (Relativização da Problemática)

ND/E, 3 – "Mas nunca se pode. Nunca se deve" (Réplica categórica)

ND/E, 7 – "Se o estado psicológico for mau então está a fazer uma birrada" (Alargamento de perspectivas)

- **Movimento oscilatório (centração/descentração) onde o conflito se torna mais evidente:**
  (Sobre o Roubo)

ND/E, 3 – "Não! Está a mexer com os outros".

ND/E, 7 – "Sim, vai prejudicar mas em contrapartida se se está numa situação desfavorável..."

ND/E, 3 – "Roubar porque..."

ND/E, 7 – "O que é dos outros..."

- **Onde a "excessiva" dispersão de perspectivas não facilita o consenso:**
  (Sobre a importância da consciência moral e da lei)

ND/E, 3 – "A consciência. Embora a consciência tem que andar sob as leis..."

ND/E, 7 – "Não. Eu acho que nesse aspecto a consciência ultrapassa a lei..."

ND/E, 3 – "Deviam andar paralelas, a consciência e a lei... mas há certods pontos em que é mais importante a consciência..."

- **Observações**

Estratégias confrontadas que progressivamente se tornaram colaborantes devido ao interesse pelo tema manifestado pelos sujeitos.

Ambos evoluiram a nível do juízo moral graças a uma melhoria na capacidade de coordenação de pontos de vista

2ª DÍADE – ND/E,2 COM ND/E,4

Situação relacional não suficientemente conflituализada onde nenhum dos indivíduos com níveis cognitivos similares melhorou a sua classificação.

Exemplos:

- **Aproximação paralela dos dois intervenientes sem descentração cognitiva:**

(Sobre O Roubo)

ND/E, 4 – "Se se pode roubar ou não... A sociedade diz que não..." (Apelo à autoridade)

ND/E, 2 – "Exacto. A sociedade diz-nos isso só que... Já na Bíblia..." (resposta complacente...)

ND/E, 4 – "Eu acho que é isso, mas... se for assim mesmo em casos extremos pode-se desculpar..." (tentativa de conflitualizar a discussão)

- **Segue-se uma regulação recíproca da discussão com alguma plataforma comum de entendimento:**
  (Sobre a possibilidade de assaltar a farmácia para ajudar um amigo)

ND/E, 2 – "Ora bem isso é uma situação..."

ND/E, 4 – "Também acho que sim..."

ND/E, 2 – "Isso levanta um bocado problemas..."

ND/E, 4 – "Estou de acordo..."

- **A interacção passa por uma série de vicissitudes sem verdadeira conflitividade onde se destaca:**
  (ANEXOS, pág. 434 e segts.)

– A perplexidade de ND/E, 2 perante a situação difícil

– A complementaridade de ND/E, 4

– A insistência de ND/E, 2 ponderando a gravidade da situação

– A adesão de ND/E, 4

Há alguma criatividade interactiva com troca de pontos de vista não suficientemente diferenciados.

- **Observações**

Situação relacional mutuamente regulada e conduzida com dificuldades de exposição ao conflito. Ambos caminham paralelamente com alguma descentração possível.

3ª DÍADE – ND/E,8 COM ND/E,9

Indivíduos que com níveis cognitivos aproximados, pontos de vista diferentes e centrações idênticas melhoraram a sua posição no Posteste.

Exemplos:

- **Aproximação sócio-cognitiva progressiva da conflitivdade:**
  (Sobre o Roubo)

ND/E, 8 – "...Eu roubava já disse..."

ND/E, 9 – "Não... Eu acho que..."

ND/E, 8 – "Pedia primeiro... se não me dessem talvez reconsiderasse..."

ND/E, 9 – "Há muitas associações médicas... Havia de arranjar uma solução, agora roubar a farmácia...!"

Os indivíduos apesar de terem pontos de vista diferentes vão-se aproximando consensualmente. Regulação mútua do diálogo. (ANEXOS – pág. 443)

- **Momentos fortes de conflitivdade:**
  (Sobre o direito a saber a verdade em caso de doença grave)

ND/E, 9 — "Hum...!"

ND/E, 8 — "Eu concordo. Acho que ele deve saber a verdade..."

ND/E, 9 — "É uma questão polémica. Porque há pessoas capazes de morrer só por saberem que estão doentes..."

ND/E, 8 — "Não, mas..."

- **Aproximação humorística dos dois intervenientes:**
  (Sobre dizer ou não dizer a verdade)

ND/E, 9 — "O professor não... é um..."

ND/E, 8 — "...É um homem..."

ND/E, 9 — "É um bicho que nos apareceu à frente..."

ND/E, 8 — "Exacto...!"

ND/E, 9 — "Para nos tramar a vida..."

ND/E, 8 — "2 horas por semana, às vezes 3..."

- **Observações**

Estratégias progressivamente confrontadas que permitiram uma boa interacção do ponto de vista sócio-cognitivo. Houve evolução nos 2 intervenientes a nível do juízo moral graças à flexibilidade e combinação mútua dos próprios pontos de vista.

4ª DÍADE – ND/E,6 COM ND/E,5

Ambos os indivíduos com níveis cognitivos homogéneos dissertam a partir de pontos de vista diferentes, de cuja confrontação os progressos são evidentes.

Exemplos:

- **Situação sócio-cognitiva esboçada que termina em consenso fácil:**
  (Sobre o Roubo)

ND/E, 5 – "Eu acho que não. Em princípio é contra as leis. Não é?

ND/E, 6 – "Eu acho que se pode roubar. Não se deve, mas pode-se..."

ND/E, 5 – "Claro... pelo menos pode-se, mas acho que não é assim uma ideia... não se devia pelo menos..."

ND/E, 6 – "Isso também eu acho que não..."

ND/E, 5 – "Claro..."

- **Aproximação progressiva de pontos de vista não suficientemente elaborados:** (ANEXOS, pág. 452)

ND/E, 5 – inicia o diálogo...

ND/E, 6 – opõe-se, pontualiza...

ND/E, 5 – esclarece e reformula o seu pensamento

ND/E, 5 e ND/E, 6 – aproximação consensual (ANEXOS – pág. 452)

- **Diálogo interactivo mutuamente enriquecedor sem grandes confrontações dos respectivos pontos de vista:**

ND/E, 5 – Há sempre situações em que uma pessoa mente..."

ND/E, 6 – "Isso já será outro tipo de mentiras..."

ND/E, 5 – "Outro tipo de mentiras... lá está! Acho que em princípio não se deve mentir..."

A própria ambivalência do tema presta-se mais a uma regulação mútua do discurso do que a uma verdadeira discussão.

- **Observações:**

Estratégias colaborantes na discussão, mas não suficientemente confrontadas apesar da capacidade cognitiva e sócio-empática dos dois interlocutores. Melhoria na classificação moral a nível de capacidade argumentativa, verbal, etc.

5ª DÍADE – ND/E,12 COM ND/E,11

Níveis cognitivos homogéneos com pontos de vista e centrações diferentes.Capacidade de regulação interactiva e evolução nos Postestes.

Exemplo:

- **Conflitualização progressiva:**

ND/E, 12 – "Bem, roubar acho que não, não se pode roubar..." (proposta de ND/E, 12)

ND/E, 11 – "Então não é, não se pode roubar mas não se deve roubar" (contraproposta de ND/E, 11)

ND/E 12, – "Não se deve roubar", sim. Até aí estou..." (Confrontação de pontos de vista)

ND/E, 11 – "Estão a ver a diferença entre "não se pode" e "não se deve" (confrontação crescente de pontos de vista)

- **Ponto alto da discordância:**
  (A propósito do telefonema urgente durante um exame crucial...)

ND/E, 12 – "Há duas opções que acabariam por ser a mesma..."

ND/E, 11 – "Eu não concordo..."

ND/E, 12 – "Eu concordo..."

ND/E, 11 – "Eu não concordo."

ND/E, 12 – "Então deixa-me acabar..."

ND/E, 11 – "Não concordo com o que estás a dizer..."

ND/E, 12 – "... O quê...?"

- **Aproximação de pontos de vista com significado regulador:**

  (Sobre copiar ou não num teste)

ND/E, 12 – "Eu nunca fiz isso até este ano e nunca gostei..."

ND/E, 11 – "Copiar no teste?

ND/E, 12 – "Sim. Mas fiz isso num teste de Geometria que até te disse..."

ND/E, 11 – "Eu também já fiz iso e nunca gostei"

ND/E, 12 – "Nunca gostei também..."

- **Observações**

Estratégias confrontadas com momentos ricos em conflitividade progressiva. Melhoria na classificação moral a nível dos Postestes.

6ª DÍADE – ND/E,10 COM ND/E,1

Níveis cognitivos homogéneos com pontos de vista ora semelhantes ora diferentes no decorrer da discussão donde resultaram algumas aquisições cognitivas comumente elaboradas

Exemplos:

- **Situação Dialogal convergente sem grande expressão conflitiva:**

ND/E, 10 – Torna-se eco das intervenções de ND/E,1 através de expressões breves ("Claro", "É ..." "Em último caso", etc.) (ANEXOS – pág. 477)

- **Conflitualização progressiva:**

(Sobre o Roubo)

ND/E, 10 – "Eu estava em não assaltar a farmácia..."

ND/E, 1 – "Só em último caso..."

ND/E, 10 – "Não. Eu acho que não..."

ANEXOS – pág. 482)

- **Que culmina numa aproximação de pontos de vista:**

ND/E, 10 – "Portanto tu assaltavas em último caso..."

ND/E, 1 – "Só em último caso..."

ND/E, 10 – "Pois é claro..."

ND/E, 1 – "É mesmo muito difícil..."

ND/E, 10 – "É quase impossível..."

ND/E, 1 – "Mas se fosse o último caso era capaz..."

- **Nova confrontação de pontos de vista:**
  - mas de carácter defensivo
  - a nível teórico

- **A interacção termina com uma espécie de aliança implícita:**

ND/E, 1 – "...Estás a perceber? Uma pessoa está a sofrer e nem sabe porque está a sofrer..."

ND/E, 10 – "Ah! nesse caso está bem..."

ND/E, 1 – "Estás a mentir..."

ND/E, 10 – "Ah! nesses casos estou de acordo..."

- **Observações:**

Os intervenientes fazem um longo percurso interactivo com momentos ora convergentes ora confrontados de pontos de vista. Ambos melhoraram o seu nível de moralidade nos Postestes.

(b) Quanto ao **Grupo de Control** (Cap. 7.1.4.2.) e (ANEXOS, pág. 595)

O **contacto individual** dos Não-Delinquentes do Grupo de Control com o Experimentador processou-se de maneira relacional.

—► Os indivíduos Não Delinquentes do Grupo de Control que participaram no Contacto Individual com o Experimentador apresentaram algumas características tais como:

negociação adaptativa do diálogo, situações de impasse cognitivo, efeitos de modelagem, etc..

—► Os indivíduos ND/C,1 e ND/C,9, apesar ou mesmo graças ao Contacto Individual conseguiram melhorar a sua classificação no Posteste em relação ao Preteste. Melhoria não necessariamente de carácter sócio-cognitivo, ou estrutural.

8.1.2.3. CONCLUSÃO

A partir dos dados disponíveis, julgamos ficar provada, a nossa segunda hipótese, segundo a qual a Interacção sócio-cognitiva tem efeitos positivos a nível do Juízo Moral em Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes. Noutras palavras, a maior parte dos progressos verificados a nível do juízo moral, dos Adolescentes Delinquentes e Não Delinquentes nos Postestes em relação aos Pretestes têm a ver com a regulação do conflito sócio-cognitivo mais ou menos latente na situação interactiva dual. Contudo, nem todos os progressos verificados se podem atribuir à confrontação explícita de opostos numa situação sócio-cognitiva, como parece ter acontecido com os indivíduos (ND/C,1 – ND/C,9 – D/C,9 e D/C,12) que evoluiram sem passarem pela situação de Interacção.

De maneira geral as melhorias verificadas nos Postestes, depois da Interacção, são de tipo cognitivo-funcional e exprimem-se através da qualidade verbal e argumentativa. O

nosso estudo, com algumas imprecisões, precisa de ser conferido e aprofundado ulteriormente, dada a exiguidade da nossa amostra.

8.2. CASOS PARTICULARES

Apresentamos alguns casos particulares que parecem merecer a nossa atenção:

A. João Miguel: **Um Diagnóstico Diferencial Difícil (D/C,3)**
(ANEXOS, pág, 180 e segts; Cap. 7.1.2.1.)

João Miguel, 20 anos, classifica-se no estádio 2 da Escala de Moralidade (Preteste e Posteste), condenado a 4 anos de prisão por furto associado a violência. Natural de Angola é o mais novo duma fratia de três irmãos. Pai desconhecido e mãe falecida na primeira infância é entregue aos cuidados dum tio. Apresenta-se tímido e inibido com dificuldades verbais limitando-se a responder às perguntas sem ressonância afectiva nem qualquer esforço mental evidenciado:

> "Ajudo ele para ver se não morria. Corria o risco mais ou menos...".

Os diálogos decorrem sob o signo da modelagem e da submissão em relação ao interlocutor.

Do ponto de vista social nota-se uma falta de adaptação à realidade e do ponto de vista moral a falta de capacidade de reflexão ética em termos de valores e sem qualquer projecto de realização pessoal. O pensamento operatório concreto de base confere-lhe uma maneira peculiar de se exprimir moralmente:

> "É mais importante a vida dum amigo porque a gente já conhece os amigos. Dá-se com eles e isso tudo."

A baixa cotação moral (Estádio 2 – Pret. e Estádio 2 – Post.) e a maneira como se exprime levam-nos a pensar num "atraso moral" com factores situacionais e familiares que desempenharam um papel importante no bloqueio ou na deformação da génese do conceito de justiça, da função das regras e do respeito pelo outro.

Personalidade afectada moralmente. As condições prisionais de relacionamento humano não lhe permitem abstrair cognitivo-moralmente em termos de raciocínio moral nem lhe dão oportunidade de novas perspectivas sociais ou de exercitar o role-taking. Não basta pertencer a um grupo, é preciso participar nele. Talvez se possa interpretar o seu comportamento delinquente como uma tentativa de adaptação à vida e de solução ética dum conflito mais profundo.

—► Pode-se mentir?

> "Pode-se sim senhor! Quando uma pessoa se sinta na esquadra da polícia. Os polícias perguntam, foste tu que roubaste? Uma pessoa diz que não, mas uma pessoa por dentro diz que foi ele que roubou."

Situação explícita de **incongruência** entre o que se sente e o que se diz e de **consistência** negativa entre o pensamento moral e o comportamento delinquente. O raciocínio moral de nível baixo é reforçado e confirmado pela conduta do sujeito. Falta de gestão moral interior. A mudança frequente de pontos de vista impede o sujeito de assumir o conflito e culpabilizar-se em sentido reparador.

—► Fez bem ou mal em roubar?

> "Eu parece-me que ele fez bem para alimentar-se, tinha fome...Queria alimentar também os amigos e o resto da família dele..."

—► Então porque é que se diz que não se deve roubar?

> "Porque é que não se deve roubar? Não se deve roubar porque seja apanhado, vai para a esquadra e leva porrada"

Resposta projectiva da própria situação existencial do sujeito onde os fins justificam os meios...

Em geral trata-se duma expressão moral heterónoma, cuja orientação subjacente é imediata sem qualquer projecto de vida...

Orientação moral para a obediência e para a punição... Para o sujeito o dever parece basear-se mais nas circunstâncias externas e objectivas do que em intenções ou num código de valores interiorizado. As perspectivas são quase inexistentes e os critérios de justiça são externos, físicos e materiais (O. Lourenço – 1992).

As dificuldades de diagnóstico diferencial situam-se num ponto de convergência complexo e multifactorial onde entram factores patogéneos de tipo cognitivo, delinquencial, reactivo e ambiencial...

Segundo os aspectos morais descritos por F. Digneffe (1992):

- as **leis** e as **regras** que regulam a Sociedade
- a **vivência** das mesmas pelos indivíduos
- a **interpretação** que os indivíduos fazem das mesmas para resolverem os seus conflitos,

o sujeito D/C, 3 é alguém para quem as **leis** não estão bem interiorizadas, a **vivência** das mesmas, consequentemente, bastante deteriorada não lhe restando senão uma **estratégia interpretativa** peculiar das mesmas leis, para resolver os seus conflitos e donde resulta um universo moral "sui generis".

B. <u>ÁLVARO</u> – "o Bem Dotado" (D/C,12) (ANEXOS, pág. 220 e cap. 7.1.2.1.)

Álvaro de 21 anos de idade, obteve uma classificação

moral de 4 e 4→5 (Preteste e Posteste), condenado a 8 anos de prisão por furtos associados a violência. É filho de pai reformado da E.D.P. e de mãe doméstica. Habilitado com o 7º ano de escolaridade. Apresenta-se tímido, mas com facilidade de palavra, disponível para dialogar e preciso no que diz! A dinamicidade cognitiva transparece na profundidade das respostas breves e concisas:

> "A vida é importante porque temos algo a construir. Enquanto isso não for feito devemos preservar a vida".

A qualidade da argumentação revela uma boa interiorização e consolidação de valores com diferentes maneiras de reestruturar o raciocínio moral. Discurso verbal flexível, colorido e preciso:

> "Deve-se manter a palavra porque a base duma boa amizade é a confiança".

Ou ainda:

> "A vida? Somos todos iguais. Somos todos humanos. Andamos todos ao mesmo, a lutar pela vida."

Do ponto de vista sócio-cognitivo, D/C,12 atinge um nível formal de pensamento cuja reversibilidade permite ponderar as várias perspectivas em causa e adoptar uma solução universalmente considerada:

"Não se deve roubar porque é ilegal e contra os princípios da humanidade".

Do ponto vista moral encontramo-nos perante um indivíduo cujo elevado nível de raciocínio moral não se traduz, efectivamente, em comportamentos de valor moral equivalente. Dá-se uma clivagem entre o pensamento em termos de princípios morais e o viver de acordo com eles. Se observarmos o Protocolo dos testes do sujeito veremos que a qualidade do raciocínio moral é generalizada, isto é, estende-se a todos os domínios temáticos (Filosófico, Ético, Jurídico) do Protocolo.

Resta-nos saber se o facto de se exercitar e reforçar o raciocínio moral do sujeito com os dilemas do Preteste e do Posteste vai ter implicações positivas no seu comportamento futuro, do mesmo modo que o contacto individual simples (sem interacção sócio-cognitiva) melhorou a sua classificação moral entre o Preteste e o Posteste:

"Roubar? Havia mais recursos onde ganhar dinheiro. Foi uma atitude mal feita. Não acredito que uma pessoa a morrer de fome só tenha como alternativa o roubo. Pode-se dizer isso como fuga de consciência..."

Trata-se dum indivíduo que tendo interiorizado adequadamente as leis, manifesta uma capacidade de as vivenciar e compreender mentalmente mas não de as viver realmente em sociedade. A incongruência entre o pensamento e a vida moral de D/C,12 leva-nos a reconsiderar a noção de moralidade: Se

por moralidade se entende as regras e as leis reguladas desde a sociedade (Durkheim), então o sujeito D/C,12 é visto como transgressor pela sua conduta oposicionista, mas se por moralidade entendemos o conjunto de estratégias que os indivíduos criam entre si para gerir a sua vida (Piaget) então D/C,12 é um criador ou alguém que pretende adaptar-se em função dos seus próprios conflitos.

—► Porque é que não se deve roubar?

> "Porque é punível acima de tudo. E é contra os valores morais. Disse que cada qual deve lutar para vencer os seus obstáculos, mas há certas linhas de conduta...".

Até que ponto a lei tem um sentido para o sujeito transgressor?

Isto é, até que ponto os furtos graves acompanhados de violência têm um significado para D/C, 12 que se torna protagonista do seu próprio comportamento e não apenas sujeito passivo do mesmo? Trata-se duma transgressão grave certamente, mas até que ponto a lei se justifica suficientemente para D/C,12?

Face a uma situação moral de incongruência como esta somos levados a conjecturar que o indivíduo D/C,12, proveZniente duma família aparentemente normal recebeu e percepcionou, de maneira difusa e paradoxal os valores e as regras que lhe foram transmitidos provavelmente de maneira coerente e ordenada. Todo o comportamento moral implica uma relação à sociedade onde se vive, ao código de referência e a si mesmo

como sujeito moral. Até que ponto estes três vectores mantêm um equilíbrio no universo moral do nosso sujeito?

Mais do que como sujeito moral, D/C,12 percepciona-se e funciona como sujeito lógico com responsabilidades morais irrealizadas.

C. <u>Miguel</u>: "É mais importante a vida de toda a gente" – (ND/C, 6) (ANEXOS, pág. 517 e capt. 7.1.4.1.)

Miguel, 19 anos, frequenta o 12º ano numa Escola Secundária de Orientação Artística no Porto e obteve uma classificação distinta no nosso teste de moralidade (4→5 e 4→5 no Preteste e no Posteste). Pretendemos referenciar apenas alguns aspectos do protocolo:

—► Do ponto de vista verbal:

- Que te parece? (Sobre o roubo)

> "Eu acho correcto, mas acho que havia outras maneiras de recorrer, de arranjar esse calmante, recorrendo por exemplo a um hospital,. Mas, acho correcto, por outro lado, pelo estado desespero dessa pessoa, pode levar efectivamente a cometer esse acto...Acho que eu faria exactamente a mesma coisa. Não sei! Acho que é perfeitamente compreensível."

Discurso verbal colorido, flexível, preciso e formal.

—► Do ponto de vista cognitivo:

• O que é a consciência moral?

"A consciência moral faz parte dum determinado tipo de educação e das influências que sofremos da própria sociedade. Há determinados tipos de conduta, de regras que as pessoas têm em mente e que são certas. Podem ser infringidas ou não em benefício de alguém, mas que são invioláveis."

Dinamicidade cognitiva e facilidade de descentração, possibilidade de conjecturar e reversibilidade do pensamento a vários níveis de compreensão.

—► Do ponto de vista argumentativo

• É possível uma sociedade sem leis?

"Não. Não é possível uma sociedade sem leis. Pelo menos...mesmo com consciências bem formadas. As consciências são modos de vida e esses modos de vida podem ser violáveis se as pessoas bem o entenderem. Se eu achar, por exemplo, que com consciência bem formada tenho um amigo que precisa de dinheiro então não vou roubar para lhe dar dinheiro porque a minha consciência não permite e para aí é que servem as leis para reger e moderar as consciências. Por muito bem formadas que elas sejam são sempre violáveis e as leis não o permitem".

Capacidade de coordenação de diferentes pontos de vista e argumentação flexível, ponderada e objectiva; alargamento progressivo da compreensão.

IX. CONCLUSÕES

Por conseguinte, concluímos que:

- A nível da **primeira hipótese**, dada a redução da nossa amostra, as diferenças entre Delinquentes e Não Delinquentes do ponto de vista estatístico, não são tanto **quantitativas** (pois nota-se o mesmo padrão de variabilidade de nível entre os grupos Experimental e de Control dos Delinquentes e dos Não Delinquentes), mas sobretudo **qualitativas** (isto é, os resultados numéricos idênticos ou aproximados entre os Delinquentes e os Não Delinquentes têm significados diferentes).

  Estas diferenças não são tão óbvias em alguns casos devido à interferência de factores ligados às variáveis "raciocínio moral" e "Delinquência", cuja análise ultrapassaria os objectivos deste trabalho. Os nossos resultados coincidem em geral com os resultados de Kohlberg (1958) segundo os quais os Delinquentes Adolescentes raciocinam eticamente mais frequentemente a nível pré-convencional do que os Não Delinquentes. Por outro lado também concordamos com Hudgins e Prentice (1973) quando afirmam que alguns Delinquentes atingem estádios morais mais elevados que os Não Delinquentes, devido a variáveis ligadas à motivação, ao desenvolvimento intelectual e à marcação social. Constatamos que os Delinquentes atingem melhores cotações em áreas temáticas concretas ou ligadas à sua situação existencial do que em outras mais abstractas (de tipo filosófico ou jurídico), enquanto que estas mesmas diferenças entre áreas ético-existenciais e

áreas filosófico-jurídicos não são tão marcantes nos Não-Delinquentes.

O desenvolvimento moral, de fundo, dos Delinquentes e dos Não Delinquentes é semelhante (na capacidade de reagir, de culpabilizar-se, etc.), mas segundo julgamos os Delinquentes parecem ter sido os mais expostos, precocemente,a incidentes de "crescimento" de tipo funcional, reactivo ou estrutural, comprometendo-se, assim, a transparência ética do seu comportamento e do seu raciocício moral em relação às leis da sociedade.

- A nível da **segunda hipótese**, a maior parte dos progressos verificados no juízo moral tanto nos Delinquentes como nos Não-Delinquentes tiveram lugar com a regulação do conflito sócio-cognitivo na situação interactiva que conduziu a uma elaboração comum. Contudo também se verificaram progressos em situações interactivas onde nenhuma oposição de pontos de vista ou confrontação de contrários teve lugar, mas sim colaboração partilhada de respostas. Assim como a dinâmica interactiva puramente relacional não é ocasião de progressos salvo nos casos onde apesar de tudo a dinamicidade do conflito se fez sentir, assim também a interacção sócio-cognitiva nem sempre melhorou os resultados dos Postestes, devido a factores incontroláveis que têm a ver com o tipo de regulação do conflito e as representações negativas sugeridas pela marcação social.
  De maneira geral os progressos verificados eram mais

de tipo **funcional**, ligados à melhoria verbal e à capacidade de argumentação e menos de tipo **estrutural** como uma melhor reestruturação do raciocínio.

- **A orientação** introduzida por Kohlberg, depois de Piaget, permitiu uma nova abordagem da moralidade de tipo estruturo-desenvolvimental onde interessa mais a estrutura do processo evolutivo moral dos Delinquentes e dos Não Delinquentes do que os conteúdos morais em si (Fr. Digneffe – 1989) e (O. Lourenço – 1992).
  Contudo sentimos que o modelo de Kohlberg levanta algumas dificuldades metodológicas e teóricas que têm conduzido, por vezes, a resultados globalmente contraditórios, particularmente em estudos comparativos referentes a Delinquentes e Não-Delinquentes (F. Digneffe – 1989, Jurkovic e Prentice – 1974). Assim, por exemplo, o facto das hipóteses de Kohlberg sobre a moralidade abstraírem da situação existencial privilegiando a dimensão racional em termos de discussão ética, ou a secundarização dos aspectos motivacionais da moralidade que cria um desfazamento entre pensamento e conduta moral levou-nos, entre outras razões, a privilegiar a abordagem qualitativa na nossa investigação, tornando-se a nossa "uma avaliação mais leve" (O. Lourenço – 1992) de Kohlberg.

X. BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ALVARO MARCHESI (1983) – **"Psicologia Evolutiva – 1. Teorias y Métodos"**, Ed. Alianza; Madrid

AMARAL DIAS e VICENTE (1984) – **"A Depressão do Adolescente"**; Afrontamento; Porto

ANTHONY E.J. (1978) – **"Parents et Enfants dans un monde en changement"**, P.U.F. – Paris

ANTHONY E.J. (1980) – **"Prévention en Psychiatrie de l'enfant en un temps de transition"**, P.U.F. – Paris

BANDURA y MACDONALD (163) **"The influence of social reinforcement"** Journal of Social Psychology (67) (274-281)

BARROS, J. (1991) – **"Freud e Piaget" – Afectividade e Inteligência** – Jornal de Psicologia; Porto

BERNDT T. (1981) – **"Social Cognitive Development"** – University Press; Cambridge

BERKOWITZ, M., GIBBS, J., BROUGHTON, J. (1980) – **"The relation of moral judgment stage disparity to developmental effects of fear dialogues"** – Merril/Palmer

BLATT M. e KOHLBERG L. (1975) – **The effects of classroom moral discussions upon children's moral judgment"**, Journal of Moral Education (4) (129-161)

BLAYE, A. (1989) – **"Nature et effects des oppositions dans des situations de co-resolution de problèmes entre pairs. In N. Bednarz et Garnier, Construction des Savoirs: Obstacles et Conflits**, (pp. 206-214). Montreal: Agence d'Arc inc.

BLOS, P. (1962) – **"On Adolescence" – A Psychoanalytic Interpretation"** – France Press – New York

BULL, N. (1976) – **"La Educacion Moral"** – Estella; Pamplona (tradução Espanhola)

CARUGATI, F. (1988) – **"Interactions, destabilisations, conflits. In A.N. Perret – Clermont et M. Nicolet (Eds.), Interagir et connaitre: enjeux et regulations sociales dans le developpement cognitif"** (pp. 93-100) – Consset: Delval

COLBY, A. e KOHLBERG, L. (1987) – **"The measurement of moral judgment (V.I)** – Univ. Press; Cambridge

DEBUYST, CH. (1985) – **"Jugement morale et Delinquence – ses divers theories et leur operationalization, Kohlberg** – In Deviance et Societé (IX) – 4º 2 – (pág. 119)

DE PAOLIS, P. et MUGNY, G. (1985) – **"Regulations relationnelles et socio-cognitives du conflit cognitif et marquage social"** – Inb. Mugny (Ed.). Psychologie Sociale du developpement cognitif (pp. 93-108); Berne: Peter Lauf

DIGNEFFE, F. (1989) – **"Ethique et Delinquence"** – Ed. Medicine et Hygiène; Genève

DOISE, DIONET y MUGNY (1978) – **"Conflit sociocognitif et Marquage Social"** – Cahiers de Psychologie – 21

DOISE, W. et MUGNY, G. (1981) – **"Le developpement social de l'inteligence"** – Inter Editions; Paris

DURKHEIM, E. (1974) – **"L'Éducation Morale"** – P.U.F.; Paris

ERIKSON, E. (1950) – **"Childhood and Society"** – **Norton; Ney York**

EY, H. (1968) – **"La Conscience"** – P.U.F.; Paris

FLEMING, M. (1992) – **"Autonomia adolescente e atitudes dos pais"** – Psicologia, Vol. VIII, 3 (Pág. 301-315)

FORMOSINHO, J. (1987) – **"Fundamentos Psicológicos para um modelo desenvolvimental de formação de professores** – Psicologia, Volo. V, 3 (247-257)

FRAILE, G. (1975) – **"História de la Filosofia"** – Tomo IV, BAC, Madrid

FREUD, S. (1908) – **"La morale sexuelle civilisée et la maladie des temps modernes"** – Trad. Laplanche e D. Berger La vie sexuelle – Paris – P.U.F., 1969

HABERNAS, J. (1984) – **"The Theory of communicative action"** – Boston

HORTELENO, A. (1979) – **"Problemas Actuales de Moral"** – (I); Ed. Sígueme; Salamanca

HOFFMAN, M. (1970) – **"Conscience, Personality and Socialization techniques"** – Human Development – 13

HUDGINS, PRENTICE W. (1973) – **"Moral Judgment in delinquent and non delinquent adolescents and their mothers"** – In Journal of Abnormal Psychology (82) (pág. 145-152)

INHELDER, BOVET, SINCLAIR (1974) – **"Apprentissage et structures de la connaissance"** – P.U.F.; Paris

JASPERS, K. (1932) – **"Philosophie"** – 3 vols.; Berlim

JURKOVIC, PRENTICE (1974) – **"Dimensions of moral interaction and moral judgment in delinquent and non delinquent families"** – In Journal of consulting and clinical psychology (42) (pág. 256-262)

LEMAY, M. (1973) – **"Psychopatologie Juvenile, I"** – Ed. Fleirus; Paris (pág. 449)

LEMAY, M. (1983) – **"L'éclosion psychique de l'être humain"** Ed. Fleurs; Paris

LOURENÇO, O. (1990) – **"É o último sistema de avaliação moral de Kohlberg realmente estrutural?"** – Análise Psicológica – 3 (VIII) (pág. 311-318)

LOURENÇO, O. (1992) – **"Psicologia do Desenvolvimento Moral"** – Liv. Almedina; Coimbra

KAY, W. (1976) – **"El desarrollo moral"** – Buenos Aires

KOHLBERG, L. (1958) – **"The development of modes of moral thinking and choice in the years ten to sixteen. (Tese Doutoral)** – Chicago

KOHLBERG, L. (1963) – **"Development of Children's Orientations toward a moral border: I, sequence in the development of moral thought"** – "Vita Hunana" 6 / (11-32)

KOHLBERG, L. (1968) – **"The child as a moral philosopher"** – Psychology Today, 7; 25

KOHLBERG, L. (1971) – **"From os to ought: How to commit the naturalistic fallacy and get away with it in the study of moral development"** – T. Mischel (Ed.) Cognitive development and Epistemology; New York Ac. Press

KOHLBERG, L. (1976) – **"Moral stages and moralization: The cognitive Developmental approach"** – T. Lickona (Ed.) Moral Development and behaviour: Theory, research and social issues; New York: Holt, Reinehart and Winston

KOHLBERG, L. (1981) – **"Essays on moral development, Vol. I – The Psychology of Moral development"** – Harper Row; San Francisco

KOHLBERG, L. (1984) – **"Essays on moral development, Vol. II. The Psychology of moral development"** – Harper Row; San Francisco

KOHLBERG, L. (1987) – **The measurement of moral judgment, Vol. I. Theorethical foundations and research validation"** – Cambridge University Press

MAITLAND, K.A., GOLDMAN, J.R. (1974) – **"Journal of Persona lity and Psychology"** (30) (pág. 699-704)

MANIS, M.C. (1974) – **"The Journal of Psychology"** (87) (pág. 159-170)

MARCEL, J. (1947) – **"Existencialisme Chrétien"** – Paris

MARCELLI, D. e BRACONNIER, A. (1984) – **"Pschologie de l'Adolescent"** – Masson; Paris

MARGARIDA, A.M. (1990) – **"A influência dos factores sociais contextuais na resolução de problemas"** – Análise Psicológica, 3 (VIII) (Págs. 265-274)

MICHEL, CLAES (1986) – **"L'experience Adolescente"** – Ed. Pierre Mardaga; Bruxelles

MISCHEL e MISCHEL (1976) – **"Moral Development and behaviour"** – Lickone; New York

MIFSUD, A. (1979) – **"El desarrollo moral segun Lawrence Kohlberg"** – Madrid (tese doutoramento, inédita)

MOHR, R. (1962) – **"La Etica Cristiana a la luz de la Etnologia"** – Madrid (Edit....?)

MOYA, S. (1991/1) – **"Moralia"** – XIII 49 (pp. 81-102)

MONFREED (1973) – **The concept of internalization"** – Handbook of Socialization – 3ª Ed. Rand McNally College Publishing Company; Chicago

MONOD, J.J. (1971) – **"El azar y la necesidad"** – Ed. Barral; Barcelona

MUGNY, G. e DOISE (1983) – **"Le marquage social dans le developpement cognitif"** – Cahiers de Psichologie Cognitif 3

MUGNY, G. (1985) – **"Psychologie Sociale du developpement cognitif"** – Peter Lang; Berne

NIETZSCHE, F. (1932) – **"Mas allá del bien y del mal – Obras completas VII"** – Aguillar; Madrid

PEREIRA, Frederico (1983[a]) – **"Fundamentos psicológicos para um modelo desenvolvimental de formação de professores** – Psicologia – V, 3, (págs. 247-257)

PEREIRA, Frederico (1983[b]) – **"Notas sobre Freud e a Moral"** – Análise Psicológica, 4 (III) Págs. 569-590)

PEREIRA, Frederico (1991) – **"Psicologia Educacional: Perspectivas para um futuro"** – Psicologia 1 (VIII) (págs. 17-23)

PERRET-CLERMONT (1978) – **"Desenvolvimento da Inteligência e Interacção Social"** – Inst. Piaget; Lisboa

PERRET-CLERMONT y NICOLET, M. (1988) – **"interagir et connaitre"** – Fribourg-Delval

PIAGET, J. (1932) – **"Le jugement moral chez l'enfant"** – P.U.F.; Paris

PIAGET, J. (1947) – **"La langage et la pensée chez l'enfant"** – Delachaud et Nestlé; Neuchatel et Paris

PIAGET, J. (1965) – **"Études Sociologiques"** – Droz; Genève

PIAGET, J. (1969) – **"Psychologie et Pédagogie"** – Denoel; Paris

PIAGET, J. (1975) – **"L'equilibration des structures cognitives"** – P.U.F.; Paris

REST, J. (1979) – **"Developing in judging moral issues"** – Univ. Minnesota Press; Minneapolis

REST, J. (1986) – **"DIT Manual: manual for the defining issues Test"** – Univ. Minnesota Press; Minneapolis

ROSE, M.B. (1986) – **"Genèse de L'Éthique"**; Ed. Patiño; Genève (pág. 311)

RUBIN, TROTTER, K. (1977) – **"Developemntal Psychology - V. 13" – (pág. 535) – Kohlberg's moral judgment scale"**

SEARS, MACOBY, LEVIN (1957) – **"Patterns of Child rearing"** – Evanston: Row Peterson

SEGAL, H. (1964) – **"Phantasay and Other Mental Process"** – Internacional Journal of Psycho-Analysis (191-114)

SELMAN R. (1980) – **"The growth of interpersonal understanding"** – Acad. Press; New York

SPRINTHALL, C. e A. (1973) – **"Psicologia de la Educacion"** – Morata; Madrid

TURIEL, E. (1978) – **"The development of concepts of social structure"** – Garden Press; New York

TURIEL, E. (1983) – **"The development of social knowledge: morality and convention"** – University Press; Cambridge

TURIEL, E. e Davidson, P. (1986) – **"Heterogeneity, inconsistency, and asynchrony in the development of cognitive structures"** – In I. Levin (Ed.), Stage and Structure. Norwood: Ablex Press.

VIDAL, M. (1978) – **"Moral de Atitudes"** – Ed. Perpétuo Socorro; Madrid

VIDAL, M. (1981) – **"La Education moral en la escuela"** – Ed. Paulistas; Madrid

VIDAL, M. (1985) – **"Moral de la persona"** – Ed. Perpétuo Socorro; Madrid

WALTER, L. (1986) – **"Processus in moral development"** – Religious Education Press; Birmingham

WILKINS, J. e colaboradores (1985) – **"Medicine de l'Adolescence: une medicine specifique"** – Ed. Maloine; Montreal et Paris

WILSON, J. (1973) – **"A teacher's guide to moral education"** – London

WINNICOTT, D. (1969) – **"De la Pediatrie à la Psychanalyse"** – Ed. Payot; Paris (pág. 175) "La tendance antisociale"

WRIGHT, D. (1971) – **"The Psychology of moral behaviour"** – Penguin Books; Middlesex, England

WRIGHT, D. (1983) – **"A Psicologia da Obrigação Moral"** – Análise Psicológica 1/2 (III) (págs. 183-190)

ZILDA, F. (1989) – **"Percepção de participação actual – Análise Psicológica"** – 1-2-3 (VII) (págs. 457-469)

Instituto Superior de Psicologia Aplicada
BIBLIOTECA

DM
GALV.1
S

DIFERENÇAS NO JUÍZO MORAL E EFEITOS DA INTERACÇÃO SÓCIO-COGNITIVA EM ADOLESCENTES DELINQUENTES E NÃO DELINQUENTES

— ANEXOS —

Dissertação de Mestrado

De: Lucílio Neves Galvão

Direcção: Professor Frederico Pereira

— ISPA 1995 —

Reg. 9265
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

SIGLAS

- **D/E, 1, 2, 3... Pret., Post., Inter.**

  Delinquente nº ... do Grupo Experimental na situação de Preteste, Posteste, em Interacção 2 a 2.

- **D/C, 1, 2, 3, ... Pret., Post., Contact.**

  Delinquente nº... do Grupo de Control na situação de Preteste, Posteste e de Contacto simples.

- **ND/E, 1, 2, 3,... Pret., Post., Inter.**

  Não Delinquente nº... do Grupo Experimental na situação de Preteste, Posteste, em Interacção 2 a 2.

- **ND/C, 1, 2, 3,.... Pret., Post., Contact....**

  Não Delinquente nº..... do Grupo de Control na situação de Preteste, Posteste e de Contacto Simples.

1. RESPOSTAS DOS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL

A. PRETESTES E POSTESTES

(Dilemas e Perguntas Cap. 6.2.B.)

D/E, 1 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Uma vez que tinha a ideia de se matar não devia ter saído da beira dele...e tentar arranjar um calmante, mas tentar arranjar um calmante, mas com ele ao nosso lado para que ele não fizesse isso: as ideias de suicídio. Isso de assaltar não dá, uma pessoa cai na asneira uma vez, mas não dá. Acho que é mau assaltar a farmácia só com aquela coisa de não arranjar um calmante.
Levava o amigo comigo e mantinha-o ao meu lado para não ter a ideia de se matar enquanto não arranjasse o calmante. Se não arranjasse num lado arranjava noutro...Tentava a maneira de arranjar o medicamento com ele sempre ao meu lado...

—▸ Mas ele tinha dores terríveis!

Exacto., tentava levá-lo o mais rápido possível ao Hospital...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Tanto uma como outra...Para mim as vidas são sempre...É a vida, pronto! Uma pessoa sem vida acho que... ...

—▸ **Porquê...**

A vida vale muito porque uma pessoa tem as suas coisas, os seus sentimentos, emoções, pais e família. Aliás eu tenho uma pessoa morta e não sei explicar...

—▸ **É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?**

Para mim uma criança é mais importante porque está a começar a sua vida...
Sempre fui contra problemas com crianças e os jovens é que são o futuro da Humanidade e têm o direito de conhecer o mundo, a vida...

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ **Fez bem ou mal?**

Fez mal. Entrou num lugar proibido.
É preferível pedir ajuda do que fazer uma coisa destas!

—▸ **Que responderias ao professor?**

Não acusaria o amigo. Sempre fui contra isso. Mas talvez arranjasse uma maneira do professor se aperceber...para não tornar a acontecer a mesma coisa.
Não o acusava directamente, mas faria com que o professor desconfiasse para não tornar a acontecer...De tal modo que o professor não prejudicasse o aluno, nem o aluno o professor...

Ajudar tanto dum como doutro lado. Claro que poderia ir ter com um amigo para o ajudar...mas também compreendo que teve o acanhamento de ir ter com alguém e fez isso. Tentava ajudar os dois sem acusar o aluno nem prejudicar o professor.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir...porque quem muito mente pouco acerta e acaba por ter pouca confiança nela. Se eu estou sempre a mentir, sabem que eu sou mentiroso, já não levam a sério as minhas palavras, mesmo que eu fale a sério.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Pela lealdade...Porque há amigos e amigos. Há dois tipos de amigos: os de desde a infância e os que se conhece ocasionalmente. Mas com os verdadeiros amigos deve manter-se a palavra para ganhar a lealdade...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Fez mal...mas depende...porque cada pessoa tem uma maneira diferente, os seus problemas...e nunca se sabe até que ponto uma pessoa fez o que fez. Pode ter problemas familiares...e ter necessidade, mas acho mal feito porque se não arranja emprego num lado...deve tentar com alguém mais maduro e mais

velho...e se explicar que não arranja emprego e está com essas intenções certamente que arranjará emprego.

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Sim, há ocasiões...mas acho que depende das pessoas...Há indivíduos que com o álcool (é o meu caso que por excesso de álciool perdi a cabeça e fiz asneiras!)... Há gente que necessita e outros que pelo álcool, por prazer...depende das pessoas!...

—► Porque é que não se deve roubar?

Acho que não se deve roubar porque eu mesmo não estou contente comigo porque nunca fui desonesto na vida. Caí nessa asneira e pelo facto de estar aqui...os meus amigos já perderam a confiança em mim por ser ladrão. Parece mal, e na rua lá vai o fulano que esteve em Custóias... Pode-se ser bom rapaz, mas basta fazer uma coisa destas e de bom passa-se logo para mau. Por isso se tiver estas ideias é melhor abrir-se com uma pessoa madura e dizer a verdade. É melhor isto, receber conselhos, do que acabar por fazer as asneiras...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

É uma pessoa ter a certeza das coisas que se fazem e dizem. Por exemplo, evitar furtos...Ter ideias certas que nos impeçam de fazer certas coisas. Dizer não e não faço mesmo.

—► Para que servem as leis?

Servem para a humanidade não fazer tanto aquilo que está mal. Tentar assustar as pessoas e castigá-las para não tornarem a fazer o mesmo. Se não houvesse leis tudo fazia o que queria e não haveria organização. Assim as pessoas já têm mais medo...e não há tantos problemas.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Às vezes é preciso seguir a consciência, mas é mais importante seguir a lei... Para mim a lei é mais importante...

D/E, 2 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Podia ser um crime assaltar a farmácia e dar o calmante, mas estava a ajudar uma pessoa ao necessitar do medicamento...

—▸ O que era mais importante?

Era salvar a pessoa dada a situação da pessoa...Portanto estava a fazer mal e a fazer bem!

—▸ Porque é que a vida humana vale muito?

Não sei, porque é bonita de viver...A vida humana é bonita e viver no mundo é bonito...Não sei explicar!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Depende...O amigo engana muito, mas é preciso conhecermos uma pessoa que é mais importante que um amigo!

—▸ Se tivesses que escolher entre a vida dum amigo e duma pessoa estranha, qual escolherias?

Não sei. Não podia pensar nisso! Mas já que me fala nisso,

acho que valeria a pena conhecer o desconhecido já que o amigo era conhecido.

—► É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

Acho que é importante salvar os dois, mas uma criança é mais necessitada.

—► Porquê?

Porque está a vir ao mundo...Vai conhecer o mundo enquanto que uma pessoa famosa já conhece o mundo. Mas acho que é importante salvar os dois.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que te parece?

Não sei!... Acho que o meu colega tinha agido mal. Era capaz de responder...mas o meu colega só se prejudicava. Tanto podia abrir-me como não. Depende da situação.

—► Fez bem ou mal?

Fez mal enquanto mexeu em coisas que não lhe pertenciam e enquanto não aprendeu. Prejudicou-se...Estava na escola era para aprender!

—▸ **Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?**

É um amigo. Temos que ser para ele como ele é para nós, amigos. É preciso manter a palavra dum amigo. Temos que ajudar-nos uns aos outros. Não sei. Depende das circunstâncias!

—▸ **Porque é que não se deve mentir?**

Não há ninguém que não minta neste mundo. Não sei. Às vezes é preciso mentir para salvar alguma coisa. A mentira usa-se muito... A mentira é a verdade...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Acho que agiu mal. Devia procurar alguém que o ajudasse ou informasse de algum trabalho! Não era preciso chegar a esse ponto. Se pensasse um pouco... não faltaria quem o ajudasse.

—▸ **Há situações em que se pode roubar ou não?**

Ora eu nunca roubei... Não sei. Estou aqui não é por roubar, mas pelo que dizem. Roubar é um vício. Não é a minha situação, mas acredito que seja um vício. Há situações em que é uma necessidade... Para outros é por influência. É uma situação complicada para mim. Nunca estive dentro disso. Não é o meu caso.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Há muitas maneiras de roubar...Muita gente honesta rouba. É preciso roubar, por vezes, para se conseguir algo para si próprio.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

Não sei explicar! No ser humano, o pensamento humano...que serve para encaminhar uma pessoa. Não sei!

—▸ E as leis?

Tem que haver leis para distribuir tudo, um pouco por cada parte...para o mundo andar em condições.

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Acho que se deve seguir a lei e ao mesmo tempo a consciência. Há leis, mas por vezes, não se seguem as leis. Quando vim aqui foi para conhecer melhor as leis. Mas muita gente não segue as leis nem a consciência. Não sei!

D/E, 3 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Não faria isso...Pedia emprestado dinheiro e comprava um calmante.
Evitava que ele se suicidasse... Menos assaltar e roubar. É coisa que eu não sei fazer!

—▸ O que está aqui em causa?

Um indivíduo que é nosso amigo. Tentando-se matar tem que se ajudar.

—▸ Porque é que a vida humana vale muito?

Porque há muitas coisas na vida que são favoráveis para nós e devem saber compreender. Eu pelo menos gosto!

—▸ Vale mais a vida dum amigo ou a vida duma pessoa estranha?

São as duas iguais. Ajudava as duas na mesma. Para o meu sentimento não era capaz de deixar uma pessoa nesse estado, só por não ser amiga...

—▸ **É mais urgente dsalvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?**

Duma criança. A criança não sabe o que faz. Não sabe desenrascar-se pelos seus meios, enquanto que uma pessoa famosa desenrasca-se bem e sabe os meios que deve seguir.

—▸ **Se tivesse acontecido com outra pessoa assaltavas a farmácia?**

Tinha feito mal, porque não se deve assaltar. Deve-se evitar os roubos... porque isso não dá nada a ninguém. Se assaltar tem que vir a parar aqui. Acho que é de tentar evitar. Há muitos meios para conseguir.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ **Que dirias?**

Que não sabia de nada, nem tão pouco que tinha visto. Não ia entregar o colega. Dizia que não tinha visto, nem tinha conhecimento de nada.

—▸ **Fez bem ou mal, o colega?**

Fez mal, porque devia ter estudado e não ter feito o que fez... Se tinha um teste devia estar preparado para ele, pois ninguém ia chamar um vizinho ou um amigo para me fazer o teste, nem tão pouco ia pedir ao professor.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porque um amigo confia em nós. É motivo de confiança...E ele vê que tem um amigo para desabafar que não diz nada a ninguém...Esses meios é que já... ...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque é feio...e dá problemas. Mentir dá problemas...mais tarde pode-se vir a saber a verdade, e é pior.

—▸ Mas há situações em que se pode mentir?

Há!...Um risco que haja! Não há situações nenhumas em que se possa mentir, porque a verdade é sempre a mesma.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Procedeu mal...porque sempre se arranja emprego. Se não duma maneira, será doutra...Se não conseguiu arranjar naquele tempo, arranjava noutro, um dia mais tarde! Sempre tinha possibilidades de... ....

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque é um acto que não se deve cometer. Sei lá!... Não se deve roubar. São actos feios e depois uma pessoa fica mal e falta a outros e fica sempre... ...Não se deve meter nisso!

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Nunca devia haver, nem nunca há!

—► Se se estiver com fome?

Roubar para comer é diferente! Agora roubar para vícios...por estar desesperado, não tem significado nenhum. Agora para comer...Conheço pessoas assim que roubavam para comer!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

São os nossos actos. Os actos que nós cometemos são da consciência moral. É o que nos diz o que está bem e o que está mal...

—► Toda a gente tem consciência moral?

Eu acho que sim. Todo o ser humano tem de ter consciência moral.

—► Para que servem as leis?

Para proteger a humanidade, os bens pessoais e para evitar certos acontecimentos como os roubos.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Cumprir as leis...

—▸ E se a consciência disser o contrário...

Isso aí, já depende da nossa vontade. Somos mais fortes que a consciência, temos que evitar. Não há nenhum vício que seja mais forte do que nós.

—▸ Se a consciência disser o contrário das leis?

Evita-se. Seguem-se as leis e não a consciência.

D/E, 4 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Acho mal...Em vez de assaltar tentava por outros lados arranjar o dinheiro. Acho que ia trazer consequências graves ao assaltar a farmácia mesmo apesar das ameaças de morte...!

—▸ Que consequências graves?

Parar a uma cadeia...

—▸ Porque é que a vida humana vale muito?

Porque só temos uma. Enquanto vivermos ela vale muito e quando morrermos já não tem valor nenhum.

—▸ Vale mais a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Dum amigo. Porque com um amigo convive-se com ele. Com um estranho não sei quem ele é, nem como é. Um amigo acho que se for amigo que conheço, com amizade...

—▸ É mais importante salvar a vida dum amigo ou duma pessoa famosa?

Duma criança. Porque ainda tem muito para viver...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias?

Era capaz de não dizer. Não dizia. Se me perguntasse dizia que não sabia.

—► Porquê?

Não era nada comigo. Foi ele que fez. Era dele. Não gosto de incriminar ninguém mesmo que saiba.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Acho que é demonstrar a amizade que tenho por ele...

—► Porque é que não se deve mentir?

Às vezes mentir faz bem...Conforme as ocasiões e as alturas. Por exemplo o meu irmão só tem três meses de vida e mantemos o segredo para ele não se afligir...Aqui está-se a mentir!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fez mal, porque desistiu de tentar arranjar emprego...É um fracasso!

Já aconteceu isso comigo...Acho que ele devia tentar 100% arranjar emprego e não fazer isso...

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Bem! Porque é que não se deve roubar...? Em primeiro lugar porque não é uma coisa nossa, por isso não se deve tirar. E, segundo, é feio embora eu esteja aqui por causa disso! Acho que não devia ter feito...

—▸ Mas há situações em que se pode roubar?

Se for para matar a fome. Uma pessoa que esteja mesmo desesperada...Há ocasiões, mas pedindo acho que nem era preciso roubar...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

...(hesita)...consciência moral...não sei!

—▸ Para que servem as leis?

Para se cumprirem...É um dever! Uma lei é um dever!

—► É mais importante cumprir uma lei ou seguir a consciência?

Conforme! Se a consciência achar que a atitude de ajudar é seguir o bom caminho então é melhor seguir a consciência, mas se a consciência não for o caminho então é melhor cumprir a lei.

D/E, 5 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ **Que te parece?**

Sei lá, devia-se tratar! Deve-se tratar por isso!

—▸ **Fez bem ou mal?**

Mal, sei lá!...Não sei explicar!

—▸ **A vida humana vale muito?**

Vale muito...

—▸ **Porquê?**

Não sei explicar...Não sei o que hei-de de dizer. Vale muito...

—▸ **Vale mais a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?**

Dum amigo. Porque tem-se companhia sempre. Se uma pessoa precisa de alguma coisa tem o amigo...É assim.

—▸ **É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?**

Vale mais salvar a vida duma criança.

—▸ Porquê?

Porque ainda não sabe o que é a vida...

—▸ Não queres tentar dizer porque é que a vida vale muito?

Vale muito a vida duma pessoa, porque uma pessoa aprende muitas coisas na vida...Não sei! Há muita coisa!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que responderias?

Dizia ao professor que não fez isso com má intenção. Se o fez, não o pensou.

—▸ Achas que se deve manter a palavra dada?

Acho que sim...Porque se revelar o segredo vai ser castigado e assim é melhor manter o segredo.

—▸ O colega fez bem ou mal?

Fez mal, porque não se havia de pegar a certas coisas...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não sei explicar...Sei lá, não sei explicar...Pode-se mentir numa ocasião, mas depois vem-se à verdade.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fz mal, porque não se deve roubar...Porque a gente que tem as suas coisas fez muito para as ter...

—► Há ocasiões em que se pode?

Nunca há ocasiões para roubar.

—► Se estiver aflito?

É melhor pedir que roubar.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral é a gente ter consciência daquilo que faz...ter consciência de...sei lá! de estar em qualquer sítio e não fazer mal a ninguém...

—► Para que servem as leis?

As leis?...não compreendo! As leis para legalizar novas vidas. Sei lá! Muita coisa.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

É melhor seguir a consciência.

—► Porquê?

Porque uma pessoa se tiver consciência daquilo que faz... pronto! tem a consciência daquilo que faz. Agora a lei pode vir uma lei ...

D/E, 6 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Mal porque, na minha maneira de ver... Parece mal porque estou a agir numa acção que não tem lógica nenhuma, porque o indivíduo não é obrigado a dar-me o calmante de graça...Evidente que eu que não tenho dinheiro, não posso fazer uma estupidez desta, assaltar a Farmácia para roubar só o calmante. Tento desenrascar-me, vou a outra pessoa, peço dinheiro e compro...É a minha opinião.
Não tenho mais nada a dizer, senão que é uma parvoíce assaltar uma farmácia para roubar um medicamento para dar a um rapaz que diz que se mata...Prefiro pedir emprestado o dinheiro.

—► Porque é que a vida vale muito?

Exactamente. Eu acho que vale muito. Ora bem, viver, ter liberdade e essas coisas todas...Um indivíduo que faz um assalto, um pequeno assalto ou uma coisa que não dá nada e vir parar numa cadeia...Que vida é esta? Parar numa cadeia! A cadeia não tem lógica nenhuma para homem nenhum...
Só simplesmente por um simples acaso de estupidez, duma asneira que uma pessoa faça, vem preso e essa coisa toda...

—▸ **Mas a vida humana vale muito?**

Sim, acho que sim...

—▸ **Porquê?**

Sei lá?... Em circunstâncias para quem tem filhos para criar filhos. Ora desde o momento em que os tem, tem que os criar, trabalhar, lutar pela vida... Para mais tarde fazer dos filhos uns homens, para os filhos saberem também fazer pela vida.

—▸ **É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?**

Ora bem, isso já é uma coisa que não sei responder...

—▸ **Uma opinião!**

Sinceramente, sou capaz de dizer que é mais importante a vida dum estranho que a dum amigo.

—▸ **Porquê?**

Porque o amigo é amigo, mas ao mesmo tempo pode tornar-se inimigo e o estranho que não conheço já não se pode tornar inimigo porque não tem razões para isso. O amigo tem outras razões. Principalmente como este processo que eu tenho. Foi feito com um amigo.

—▸ **Atraiçoou-te...**

Não foi o caso de atraiçoar, mas não foi aquilo que devia ser, porque ele saiu em liberdade, podia tratar do caso lá

fora e não tratou de nada. Lá está, um caso destes, e se fosse com um estranho eu ía falar com o estranho e o indivíduo já era capaz de chegar à beira da pessoa e falar pormenores, explicar, dizer-lhe o que tinha a dizer e até resolver isto da melhor maneira...

—► É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

Duma criança.

—► Porquê?

Duma criança...
Pessoa famosa em que aspecto? Uma criança é um corpo humano que está a vir agora ao mundo...Aquele que já conhece o mundo e esta criança ainda vai conhecer, por isso é mais possível dar a vida a umas crianças que a um adulto...Porque o adulto tem 30, 40 anos, é preferível dar a vida a uma criança. Eu adoro crianças! É preferível dar a vida a uma criança do que a um adulto, na minha maneira de ver.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que farias?

Diria que não tinha parte nisso, não tinha informações, nem conhecimentos disso com ninguém. Porque se eu dissesse que sim estava a agir mal, porque estava a atraiçoar um amigo e

é uma coisa feia atraiçoar um amigo desde o momento que um amigo...Ora bem, desabafo com ele, aquele meu amigo diz à pessoa que fui eu, está a ser meu inimigo...
Desde o momento em que o indivíduo confiou em mim, a confiança fica em mim e não digo nada...Simplesmente digo que não tenho conhecimentos disso que não sei de nada...mas se souber que digo...

—▸ Porque é que se deve manter um segredo?

Ora bem, depende do amigo...É como lhe digo. Há amigos e amigos. Eu tenho amigos e colegas que é o que se trata. Aqui dentro é tudo colegas, não há amigos...porque amigos é o meu pai, a minha mãe e isso tudo. Não tenho mais amigos. Esses é que são os meus amigos, os verdadeiros amigos e o resto são colegas, porque quando uma pessoa está lá para fazer as asneiras e o caraças!...tudo bem, mas de resto!...Alguns são incapazes de guardar um segredo e a polícia se pedir informações: Ai foi fulano, sicrano! É isso.

—▸ Deve-se manter a fidelidade?

...Ora bem, eu na minha maneira de ver faz parte da humanidade, da humanidade da pessoa, de ser homem...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Para lhe ser franco não há ninguém que diga uma coisa que seja verdade...Toda a gente mete os pés pela cabeça. Mas é que toda a gente e não há ninguém que diga a verdade... Toda a gente! Aí é que está!

—► Porque é que não se deve mentir?

Uma pessoa tanto deve mentir como não deve. Uma pessoa nas partes em que tem de mentir mente e nas partes em que tem de dizer abertamente, diz. Porque há partes em que se deve meter os pés pela cabeça e não dá mesmo para dizer a verdade.. Diz-se outras coisas, e as outras coisas em que se pode falar abertamente, fale-se. Há partes principais em que não deve ser dita a verdade...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece? Fez bem ou não?

Nem fez bem nem mal, mas simplesmente foi porque se sentia mal. Mas mal de quê? Fome? Drogas? Foi um caso que... Um acto para comer enquanto não arranjou trabalho! Mas o mal é roubar a primeira vez. Porque uma pessoa depois de roubar a primeira vez não há trabalho mais para ele e a vida dele é aqui dentro duma cadeia...Acho que valer a pena vale, mas só a primeira vez, mas só uma vez. Se ele calha ser apanhado...passa a vida dele na cadeia. Se é um jovem passa a mocidade na cadeia e acho que isso...

—► Porque é que não se deve roubar?

Hoje em dia não há ninguém que não roube! Não se vê ninguém que não roube... Mas não se deve roubar. Não sei dizer, não sei dar a minha opinião, não consigo...

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Sim, pode haver ocasiões em que se pdoe, e pode haver ocasiões em que não se pode. Há ocasiões em que se pode, porque é mesmo assim, a ocasião faz o ladrão...Há ocasiões em que se pode e corre bem e prontos! Não há problemas...Mas há ocasiões em que não se pode e rouba-se. E é o que faz, vem a parar a uma cadeia.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Consciência?...Como? Acho que é uma pessoa bem comportada que não se mete em roubos, em furtos, leva o seu trabalho direitinho. É útil à comunidade, pois levou a sua vida sempre honestamente. Acho que isso é que faz parte da pergunta que me fez.

—► Para que servem as leis?

Servem para ser cumpridas, porque se não houvesse leis ninguém trabalhava, tudo rouba...Se não houvesse leis para prender, para castigar...ninguém trabalhava, tudo roubava. Isto é, na verdade as leis eu acho que são uma coisa que está certo! Mas há partes que não estão certas, mas outras eu acho que tem de haver leis, tem que haver justiça, porque se não houver justiça tudo rouba. Ninguém trabalha, tudo vai roubar, tudo mata...e matam-se uns aos outros para se roubar! É o caos...

—▸ Mas às vezes as leis podem não estar certas...

Isso já não sei!

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Ora bem, em princípio depende da lei, mas se eu vir que é uma coisa que deixa a minha consciência limpa eu sigo a consciência...mesmo contra as leis, desde que tenha a consciência limpa; mas nada de afrontas, onde fazer roubos...fazer asneiras...nada! Levar a minha vida sozinho. Ter um colega para conversar, mas desvia-te. Eu tenho a minha vida e ele a dele. Para ter a minha consciência limpa eu acho que é assim. Não me metas em encrencas com ninguém...Aí é que eu posso dizer que tenho a minha consciência limpa, porque não me podem acusar disto, nem daquilo porque é uma coisa que é mentira! Se eu levo o meu trabalho direitinho por conversar com este e com aquele...não é por conversar com este e com aquele que sou como eles? É ou não é? Uma pessoa não os conhece. Por eles serem gatunos não quer dizer que eu também seja...Quem os vê não sabe o que eles são...Portanto tanto faz seguir a consciência como a lei. A consciência leva a sua consciência limpa e a lei é a mesma coisa, leva a sua vida direitinha. É igual!

D/E, 7 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Eu acho que não fazia isso! Estava sujeito a várias consequências. Tentava pedir dinheiro a alguém para ajudar o meu amigo.

—▸ Se não conseguisses?

Sei lá! Roubar era capaz de não fazer isso,...mas conforme! Se ele estivesse mesmo desesperado, podia morrer e naquela altura era capaz de roubar para um amigo meu.

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Eu acho que a vida duma pessoa vale muito...porque pode ser uma pessoa que faça falta a muita gente, por exemplo, aos pais, aos filhos,...

—▸ Vale mais a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Dum amigo; Há amigos e amigos! Se for um amigo que nos ajude muito vale mais essa vida que um estranho. É uma pessoa que nos ajuda.

—► É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

É mais urgente salvar a vida duma criança porque viveu pouco e ainda tem muito tempo para viver. No meu ver acho assim...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que farias?

Dizia que não sabia de nada, para ajudar esse amigo meu...porque ele estava em desespero e queria passar...

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

O segredo, como dizem, é a alma do negócio...Não sei explicar muito bem. Uma pessoa dizer uma coisa a outra pessoa e esta contar a outra...eu acho isto mal.

—► Ele fez bem ou mal?

Fez mal...ir apanhar aquilo! Que puxasse pela cabeça!

—► Porque é que não se deve mentir?

Sei lá! Como hei-de dizer? Acho uma coisa mal, mentir. Há certos casos em que se tem de mentir. Um apessoa tem de ser sempre verdadeira. Um exemplo em que se pode mentir é em casos destes, como ir preso e saber que fez aquilo e tem de dizer que não, para salvar-se.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fez mal, porque resolveu logo roubar em vez de pedir...

—► Porque é que não se deve roubar?

Não se deve, mas quando é preciso, uma pessoa tem de roubar...Eu acho isso...

—► Há ocasiões?

Quando uma pessoa está com fome, rouba para comer. Mas eu acho mal roubar para a droga. Esses gajos não têm valor nenhum. É um pecado, mas quando uma pessoa está com fome...não tem dinheiro para comer, não acho isso mal.

D) A CONSCIÊNCIA E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

É uma pessoa estar suspeita de fazer uma coisa...um gajo vai roubar e pensam que sou eu. E eu, no meu ver, penso que tenho a consciência limpa do caso que aconteceu...Consciência é uma coisa onde uma pessoa não tem nada a ver com aquilo...

—▸ Para que servem as leis?

Para cumprir...Se não houvesse leis era um desastre. Morriam, matavam muitas pessoas, roubavam a torto e a direito...

—▸ É mais importante cumprir uma lei ou seguir a consciência?

Sei lá! Acho que é mais importante seguir uma lei!...Não sei! O mais importante é um guarda ajudar...

D/E, 8 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Não é caso para fazer uma coisa destas! Falava com o farmacêutico ou a poutras pessoas. Não é caso para assaltar uma farmácia por causa dum comprimido...

—► O que está em causa?

A vida do Jorge!...

—► Porque é que a vida vale muito?

Porque só é vivida uma vez e temos de respeitar a vida dos outros.

—► Portanto, assaltar a farmácia não é solução...

Porque vão fazer-se grandes estragos por causa de...
Enquanto que falando com determinadas pessoas podia vir o dinheiro para o comprimido...Não havia problemas e as pessoas compreendiam isso e davam o dinheiro necessário. Não era necessário fazer uma coisa destas!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Para mim todas as vidas são importantes...ainda que uma pessoa tenha mais afeição a um amigo porque não conviveu com essa pessoa estranha; Mas as vidas são todas iguais!...A do amigo é importantíssima, mas a dum estranho também porque é uma vida também.

—▸ É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

Duma criança, porque neste caso...uma pessoa famosa, por exemplo, se passar dos 20 já viveu um tempo enquanto que uma criança se tiver 3 ou 4 anos ainda não viu o suficiente do que se passa aqui. Quanto a mim é mais preciosa a vida duma criança...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que te parece?

Era incapaz de trair um amigo. Embora lhe dissesse que não achava bem o que fez. Mas não ía dizer ao professor que o meu amigo tinha ido ao escritório dele, embora lhe chamasse a atenção a ele...que não devia ter feito aquilo. Era melhor vir a falar comigo se por acaso tivesse mais estudos que ele, chamar-lhe a atenção, mas nunca diria ao professor que foi ele que entrou no escritório...

—► **Porquê?**

Porque penso que a amizade, quando uma pessoa conta um segredo a outra, é porque tem grande confiança nela...Se ele contou um segredo, que ninguém pode saber, a uma pessoa e se fica entre nós...é portanto de plena confiança nele. Penso que não o vai trair.
O segredo ninguém o conta a toda a gente e quando o faz é porque tem confiança no amigo. E porque não sabemos, senão não o fazia.

—► **Porque é que não se deve mentir?**

Para além de ser feio não corresponde à verdade...Uma pessoa se vive sempre de mentiras não consegue ter um futuro, um bom futuro. Com as pessoas que se gosta, se uma pessoa for mentir, no fundo a pessoa de quem nós gostamos não nos conhece e portanto deve-se dizer sempre a verdade para haver um contacto melhor.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► **Que te parece?**

É feio...

—► **Porquê?**

Se ele está sozinho na cidade e não tem com quem, não tem apoio nenhum de ninguém é natural!

—► Porquê?

Porque isso pode mudar totalmente a vida duma pessoa.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque além de não ser bom para ele a sociedade começa a rejeitá-lo...porque ele, no fundo, não é uma pessoa honesta...E para ele, mesmo para o futuro dele, penso que isso não o leva a lado nenhum.

—► Mas há ocasiões em que se pode roubar ou não?

Não, nunca se pode roubar. Isso é feio. É uma coisa que está contra a lei...Há indivíduos que fazem...prontos...!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

É uma coisa que quando alguém faz algo de errado a consciência não nos permite trair que possamos remediar assim...

—► Para que servem as leis?

Servem para se ajuizar, para se cumprirem...O contrário duma lei é algo de mau que não se pode fazer. Uma lei deve ser respeitada.

—► É mais importante cumprir uma lei ou seguir a consciência?

Penso que é mais importante seguir uma lei porque uma coisa é certa...nós vamos ficar com a consciência tranquila apesar de termos feito o contrário do que a consciência queria... Mas apesar depois se nós reflectirmos bem até vemos que estavamos errados...

D/E, 9 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Eu não assaltava a farmácia, mas era capaz de...Se tivesse dinheiro no bolso comprava uns medicamentos.....Era capaz de assaltar a farmácia se tivesse dinheiro, se ele estivesse mesmo em perigo!

—▸ Porque é que a vida é importante?

Porque nascemos para viver e ser alguém. Por isso a vida é importante mas qualquer um tem o seu erro.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Isso é muito complicado, mas...às vezes a pessoa estranha é que é o amigo para mim. Eu tive certos amigos que me prejudicaram a minha vida, certos amigos de confiança que me prejudicaram a vida aqui dentro...mas acho que o estranho é que é mesmo o amigo...para mim parece-me isso...e é mesmo!...

—▸ É mais urgente salvar uma criança oou uma pessoa famosa?

Acho que é mais urgente salvar a criança porque a pessoa famosa...Eu acho que a criança é um miúdo que vai crescer...e

é mais importante, se vai evoluir. Sabe-se lá o que vai ser? Mediante o que vai criar, o seu futuro. Até pode ser um grande engenheiro, arquitecto...conforme! Enquanto que a pessoa famosa já é crescida...Salvava mais depressa a criança.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Era capaz de lhe contar a verdade.

—► Porquê?

Porque o que estava a fazer não era justo. E se lhe prometi um segredo tinha de o cumprir. Mas, nesta ocasião, uma pessoa desfaz-se do segredo...Mas havia outras pessoas com quem havia de entrar maus em contacto e ser amigo delas. Quando um dia mais tarde ele era capaz de pensar e vir ter comigo e pedir desculpa porque fiz bem. Estava a faltar à palavra...mas começa a pensar que devia dizer a verdade e contar tudo ao professor, pois...ele ia ganhar com isso também. A minha amizade entre ele nunca mais ia confiar em mim, mas ao mesmo tempo estava a ajudá-lo.

—► Porque é que não se deve mentir?

Não sei! Acho que toda a gente mente. Não sei!...Não tenho

assim!... Acho que a gente podemos ser verdadeiros e nada de mentiras.

—▸ **Há ocasiões em que se pode mentir?**

Há ocasiões em que se pode mentir... pode-se aldrabar um pouco. Mas vêm um dia a saber e nunca mais têm confiança naquela pessoa. Porque mentir dizem que é feio... É a palavra que usam, dizem!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Sim, às vezes isso é verdade... uma pessoa desesperada não sabe... onde recorrer... e vê uma Caixa do supermercado e rouba... É natural... Esse caso do João é quase o meu caso, não é? Acho que uma pessoa desesperada não deve fazer isso,.. recorre a pessoas amigas, mas às vezes as pessoas amigas não nos emprestam nada e uma pessoa recorre ao roubo...

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

Porque eu acho que... é o mesmo que eu trabalhar muitos anos para ganhar esta secretária... e estar a mexer numa coisa que não me pertence... e a outra pessoa também fica... trabalhou muitos anos...

—► Há situações em que se pode roubar?

Sim...Sim...Acho que sim...Por exemplo coisas, roubar um chocolate no supermercado...Vou comprar um pacote de bolachas e meto um chocolate ao bolso ninguém viu, vou levar este chocolate...Eu acho que toda a gente rouba...Acho que se pode roubar; sim, acho que sim.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Não estou bem dentro do assunto...De outra pessoa? ...Às vezes olho para o espelho e digo (não sei se é isto), é aquilo que a gente pensa...

—► Consciência moral?

Eu não tenho consciência moral. A minha consciência se me mandar fazer aquilo, eu tenho que fazer. Consciência moral!...Consciência moral! Não estou bem dentro do assunto.

—► Para que servem as leis?

Servem para...Se não houvesse leis isto andava tudo aos empurrões, havia mortes por todos os lados,...pessoas a morrer, drogas, tudo!

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

É mais importante ter uma boa consciência moral, porque ter consciência moral a pessoa compreende e sabe compreender. As leis...há muitas leis que não têm consciência moral. A gente vem aqui parar injustamente. Se a pessoa tiver consciência moral define aquilo que quer e escolhe os amigos que quer. Mas se não houvesse leis e só houvesse consciência, a pessoa era capaz de andar aí aos tombos...não é?

D/E, 10 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Roubava a farmácia...para socorrer um amigo meu. Tentava explicar ao farmacêutico o que é que me podia fazer e dizia o que se passava com o meu amigo a ver se ele me ajudava...Se não me ajudasse naquele momento tinha que resolver o assunto...Corria o risco... mas estava em causa socorrer a vida do meu amigo.

—▸ Porque é que a vida é importante?

Para a sociedade a vida é importante.

—▸ Que te parece?

É importante a vida...gosto da minha...A nossa vida é importante para fazer de tudo um pouco.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

De todos...porque uma pessoa precisa de todos, uns dos outros...

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

No meu ver acho que é melhor salvar uma criança do que uma pessoa já idosa.

—▸ Famosa!...

Não sei. Conforme a pessoa!...Antes queria uma criança porque é jovem e ainda tem de viver e a pessoa famosa já viveu. A criança ainda não viveu, ainda vai ver o que é o mundo.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Dizia ao professor que não sabia de nada.

—▸ Porquê?

Porque não sabia. Não era nada que me competisse a mim. Não sabia de nada...Uma vez que ele me contou também não vi nada, foi ele que mo disse.

—▸ Porque não dizias?

Não dizia. Não era nada comigo. Não tinha nada comigo, amigo ou não amigo.

—▸ Deve-se manter a palavra?

Deve-se manter a palavra...porque conta muito para mim.

—▸ Porquê?

Vê-se por aí onde está o homem e onde não está... Um homem tem que manter a palavra...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Para não haver barulhos uma pessoa pode mentir...
No meu ver, às vezes, minto só para não haver barulhos, para evitar os problemas...

—▸ Há ocasiões em que se pode?

Sim há ocasiões em que se pode mentir...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Uma vez que veio para a cidade vinha a contar com uma coisa e saiu-lhe outra. Se resolveu assaltar a caixa ele se assaltou foi porque precisou do dinheiro para alguma coisa,...para comer, para dormir. Se ele veio para a cidade não veio prevenido, a pensar que ia trabalhar e a ganhar o dele para se manter na cidade. Roubou a caixa para se manter na

cidade para comer ou até para ter meios de transportes para voltar para a terra.

—▸ **Fez bem ou mal?**

Ora bem, em parte fez um pouco mal. Sem vícios, nem nada, fez mal. Na outra parte, conforme, a meu ver,...é o que agora penso, vale mais pedir, abrir-se com uma pessoa, mesmo desconhecida e dizer-lhe o que se passa. Pedir e a pessoa tentava ajudar. Se não for uma ou outra...Há sempre alguma pessoa que sinta o que se está a passar...

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

É proibido...As pessoas andam a ganhar o delas...Se uma pessoa quer ter o que os outros têm tem de trabalhar. Também não gostava que me roubassem a mim.

—▸ **Há ocasiões em que se pode?**

Há ocasiões...como o meu caso. Foi um caso em que comecei a roubar e por aí fora. Nunca mais largava.

—▸ **Um exemplo...**

Um toxicodependente...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

É uma pessoa estar consciente do que está a fazer ou não estar consciente do que está a fazer.
Acho que um toxicodependente na ressaca não vejo que esteja consciente... Às vezes fica tão desesperado que não fica consciente daquilo que vai fazer...Uma pessoa para ter a consciência, para não entrar fora do normal, tem que a ter. Por isso não se pode mentir em várias coisas que existem infelizmente no mundo.

—▸ Para que servem as leis?

Para manter a pessoa na regra, para não haver as tais coisas...Se não houvesse regras isto era um autêntico "Texas". Isto era pior do que o que está agora.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Seguir a "voz da consciência". Se a gente a segue, às vezes pode ter certa razão e a lei pode dizer "é assim, é assim", e uma pessoa tem a certeza que não é assim e está a pagar...

—▸ Um exemplo?

Um dos meus...Recebi umas cópias dum furto. Não foi comprovado mas eu disse: "ando a roubar mas isso não o fiz"...Desapareceram os manómetros duma mota, e eu estava à beira da mota.

Veio o dono da mota: "Foste tu, foste tu..." Fiquei à beira da mota,... e juntei-me ao telefone para chamar a polícia. Veio a polícia e fizeram um processo como fui eu que roubei...e comprovarem que fui eu. Uma pessoa sem possibilidades, sem um advogado que o defendesse era capaz de vir presa... Mas tive a sorte de levar o advogado comigo e não vim preso. Vim preso à ordem doutro processo. E não tinha sido eu... E se fosse por leis...

D/E, 11 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Não sei o que me parece. Não sei o que responder. Talvez fizesse ou não...Não estou na situação...Não posso...

—▸ Porquê?

Talvez eu como considerasse esse amigo...porque se ele fosse meu amigo eu tinha uma maneira de reagir para os meus amigos, conforme a amizade que eu tenha por ele. Eu ia ver se arriscava a isso ou não. Talvez, mas como não estava na situação, não posso dizer nem que sim, nem que não.

—▸ Em que te parece que não?

Talvez não fizesse porque, claro, roubar, assaltar uma farmácia...era um risco para mim, por exemplo, neste momento... Mas se estivesse lá fora, como já sei o que é isto, talvez não o fizesse...

—▸ Mas o teu amigo estava desesperado!...

Mas isso são coisas...que uma pessoa aqui dentro...! Já ouvi muitas a dizer que se matavam por causa de isto e daquilo...e

é tudo histórias...Já não vou nessas coisas que eles...! Eles falam e dizem até que fazem isto, aquilo...e enfim, não fazem nada.

—▸ Porque é que a vida é importante?

Porque é que a vida é importante? Não sei. É importante porque...Para mim é porque eu gosto de viver...Para mim é importante. Qualquer coisa cá dentro que uma pessoa gosta de viver, gosta de liberdade...gosta de...

—▸ É mais importante a vida de um amigo ou de um estranho?

Dum amigo, claro!

—▸ Porquê?

Porque essa amizade, não sei, parece uma coisa que uma pessoa tem cá dentro, e se é um amigo uma pessoa sente que é mais importante um amigo que outras pesoas. Uma pessoa sente que esse amigo é qualquer coisa para nós que as outras pessoas não são, as pessoas que não conhecemos, claro!

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Por exemplo, uma criança... Não há dúvida nenhuma...Uma criança é o futuro, é o futuro. É uma criança porque uma pessoa importante não vejo que...As crianças são a coisa mais importante que existe no mundo. Nem esses que dizem que são importantes...Uma criança ainda...porque essa criança pode ter um futuro ainda mais importante que essa tal pessoa famosa...É o futuro. A criança é o futuro das pessoas.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Não...Dizia que não sabia nada...porque não tenho nada a meter-me na vida dos outros. Se ele me pediu segredo e ainda por cima meu amigo...Eu não ia incriminar o meu amigo.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

Porque acho que essa palavra...uma pessoa ao manter a palavra...não sei!... Não deve dizer. Umas coisas que nos pedem para a gente não dizer...a gente não deve dizer. Acho mal... Eu penso assim, e há outros que não pensam assim, mas eu penso porque acho mal...

—▸ Porquê?

Porque se me pedem para não dizer nada, não tenho nada que dizer porque tem que se assumir como homem. Uma pessoa tem de ser homem, tem de ter a palavra e uma só palavra. Não é dizer que não vai dizer e, por outras, dizer...essas coisas.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque é que não se pode mentir? Uma pessoa mentir, mente sempre só que deve mentir com um pouco de verdade, sempre...Porque uma mentira bem feita tem que ter a verdade sempre...naquilo tudo, senão não se consegue mentir. Mas eu acho que não se deve mentir em certas circunstâncias... Mas noutras...! Claro há aqueles factos em que uma pessoa não é

obrigada mas...Há ocasiões em que se pode mentir e talvez a mentira não seja um grande erro porque há certas ocasiões em que uma pessoa para o bem dessa pessoa e doutras, deve mesmo mentir.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Mal...porque ele se veio para a cidade e não conseguiu arranjar emprego! Acho que agora há muitos empregos. Como se costuma dizer vale mais pedir que roubar, nem que andasse aí a pedir...porque qualquer pessoa lhe dava qualquer coisa, nem que fosse...coisas, um bocado de pão, outro disto, outro daquilo.
Ele conseguia arranjar...Não valia a pena fazer isso. Está mal o que ele fez.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque está a fazer mal! Faz mal a ele que o habitua em maus caminhos e faz mal a outras pessoas que vai roubar o que outras pessoas trabalharam para...

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Não sei! Conforme os factos porque existem muitas maneiras e muitas pessoas que...não roubam por causa disto e outras por

causa daquilo... Eu não sei qual é a maneira que o senhor fala... Há maneiras em que até roubar não está muito mal. Sei de facto que... se uma pessoa precisa disto ou se tenho um filho no Hospital, por exemplo, ou qualquer coisa que precisa, precisa de dinheiro... Porque agora qualquer medicamento custa tanto, não sei... tanto!... E uma pessoa se for pobre não tem para pagar! Às vezes é obrigado a meter-se nas coisas que não deve para...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► **O que é a consciência moral?**

A consciência moral... Não estou a par disso! Não sei! Consciência... não sei! Deve ser não estar ou no momento em que fez... Consciência do que está a fazer, saber o que está a fazer...

—► **Moral!...**

Não sei! Deve ser... mas moral, porque uma pessoa, às vezes, sabe o que está a fazer, mas não sabe quais são as consequências e quais são... e o que é que vai fazer para outras pessoas, por exemplo, o mal e o bem que podemos fazer! Às vezes uma pessoa está e faz inconsciente porque sabe o que faz mas não sabe quais as consequências do que faz...

—▸ É importante?

Sim, porque uma pessosa deve ter consciência do que faz, nem que pense duas ou três vezes antes de fazer e saber se aquilo vai dar. Mas não é o que vai dar aqui, mas vai dar à frente também, para um dia mais tarde...

—▸ Para que servem as leis?

Não sei!...As leis estão muito mal! Sem as leis andavamos todos aí...! Servem para fazer da sociedade uma sociedade digna, uma sociedade com justiça...
Se não houvesse leis andavamos todos aos pontapés uns aos outros...

—▸ É mais importante a consciência moral ou as leis?

Acho que é difícil! É mais importante a consciência, mesmo que existam leis se a pessoa tiver consciência daquilo que é importante, a consciência da pessoa. Agora as leis interessam...!
Bem eu agora já vejo os factos...Tenho que pensar três vezes antes de fazer isso. Não é pensar como eu pensava ao príncipio antes de vir preso...Pensava uma vez, faço isto..faço isto! Mas agora já não, não o fazia! Uma pessoa com o tempo vai começando a aprender e aprende!...

D/E, 12 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que farias?

Acho que não lhe daria porque era mau para a saúde dele...O médico tinha-lhe proibido e por alguma razão lhe tinha proibido...Acho que não lhe daria. Não lhe dava porque lhe estava a fazer bem. Estava a ser seu amigo...

—► Porque é que a vida vale muito?

A vida vale, acho que a nossa vida tem um objectivo qualquer que cada um de nós tem de realizar.
Temos alguma coisa para fazer aqui, enquanto estamos nesta vida...Por isso é que a vida para mim vale.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

São as duas importantes. O que importa é a vida...Tanto importa se é uma pessoa conhecida ou desconhecida...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

É mais urgente salvar a criança, mas é possível salvar as duas.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Para não incriminar o meu amigo diria ao pai que não sabia de nada...e que o tinha visto nas aulas, mas não era capaz de o incriminar. Além de o estar a prejudicar, pois o pai só queria o bem dele, mas não o conseguia incriminar...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir porque ao estar a dizer uma mentira estamos a enganar alguém e, às vezes, enganamo-nos a nós próprios.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Se ele não tivesse mais meio nenhum onde recorrer, errou mas como estava desesperado , não tinha para onde ir... Fez a única coisa que deve ter visto que o conseguia salvar. Fez mal, não devia ter feito isto, não se deve roubar, mas...

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Não se deve, porque quando estamos a roubar estamos a tirar uma coisa a outro. Alguém que lhe pode ter custado muito a

ganhar. Pode-lhe ter custado até a vida toda. E em dois ou três minutos roubamos uma coisa que levou uma vida inteira a conseguir!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral, para mim, é falarmos com nós próprios e vermos aquilo que está bem ou não está, ou que fizemos bem ou que não fizemos.

—► Para que servem as leis?

Servem para governar um Estado! É preciso haver leis, porque sem as leis não se conseguia viver. Andavamos todos...

—► É mais importante as Leis ou a Consciência?

Acho que é mais importante, não sei! Tem que se seguir as leis, mas muitas vezes nem olhamos para as leis nem as seguimos. O que seguimos é a nossa consciência. Não sei qual delas é mais...

D/E, 1 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Tentava não dar e dizer ao médico a ver se ele podia mesmo fumar um cigarro ou não!
Tentar falar com o médico a ver se um cigarro fazia mal!
Expunha-me e abria-me com o médico, dizia-lhe que ele me disse que se eu não lhe desse um cigarro, que se matava.
A ver se ele podia ou não fumar um cigarro.
Dizer ao médico que era para estar uma enfermeira ao lado dele. Agora se o médico dissesse que ele podia fumar cigarro, aí lhe dava um cigarro, dava um cigarro na mesma.

—▸ O que é a vida?

A vida é uma...sei lá! É a gente ter as suas emoções, sei lá! A vida, uma pessoa tem emoções...É assim, é um bocado difícil. Para se viver, uma pessoa gosta das pessoas... Acho que os seus gostos, a maneira de viver...Não sei assim explicar muito bem!

—▸ A vida vale muito!

É muito importante. Sem a vida uma pessoa também não faz nada.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Para mim as duas são iguais, mas...é sempre uma vida. Uma pessoa tirando a vida... Também acho que ninguém, por exemplo, se soubesse que ia morrer eu acho que também não gosta.
Acho que já é uma parte...pronto! Vai acabar a vida...Acho que ninguém gosta! Para mim a vida de todas as pessoas são iguais nem que seja umas maiores que outras.

—► É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

É igual, para mim é igual! Mas uma criança, a criança também está no princípio da vida...Também tem direito a viver, mas a vida comum é igual para todos...

B) RESPEITO PELOS OUTROS

—► Que dirias?

Bem, eu acho que, sei lá! Uma pessoa quando pede segredo, às vezes, que uma pessoa ... ... E guardar segredo às vezes, também é mentira, porque na pessoa há segredos que se uma pessoa deve dizer... Por exemplo, isso de faltar a matemática...Eu acho que não é na queda de ser mau mas é de ser amigo. Por o pai a par da situação não para... Primeiro antes de dizer ao pai...a verdade...tinha de por o pai preparado

para não fazer nada! Mas por ao corrente que o filho tentou sair da matemática, acho que é para o bem dele. Avisar o pai, acho que é para o bem dele. O pai depois, sei lá...Tentar levar a coisa para o bem...! Acho que é para o bem dele, para o futuro dele!...
A matemática até é uma coisa que faz-nos muita falta...

—▸ **E manter a palavra dada a um amigo?**

Manter a palavra, mas tentar ajudá-lo. Eu no dizer ao pai isso, acho que não estava a ser mau para ele...Acho que estava ainda a ajudar. Quem me dera a mim que, quando eu era novo, quando, sei lá!...diziam para eu não ir à escola, quando eu não ia à escola...e pedia às pessoas que não dissessem ou alguém que soubesse...Eles não diziam. Quem me dera a mim, hoje, que elas dissessem, porque assim hoje podia ser outra pessoa. Sei lá!... Acho que isso faz sempre falta e uma pessoa assim é que ajuda.

—▸ **Porque é que não se deve mentir?**

Não se deve mentir porque também não adianta nada mentir...porque às vezes mentir agrava muito as coisas. Há mentiras que sim senhor, às vezes é preciso mentir. Mas para estas mentiras assim grandes vai agravar mais as coisas e piora...Acho que uma pessoa, por exemplo, se quiser saber alguma coisa, o caso que eu pus noutro dia...de uma pessoa ter morrido assim...
Eu acho que se uma pessoa souber depois, por exemplo:..."olha o teu pai está bem"...e o meu estivesse no Hospital...esta-

vam-me a mentir, mas de hoje a amanhã sabia que não, sabia por outra pessoa que não, acho que isso para mim ainda era muito pior.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Isso agora...acho que não tem cabimento. Acho que ele podia encontrar um trabalho...e acho que uma pessoa mesmo abrindo-se com o patrão, não é? Tem as suas identificações... Acho que começando a trabalhar ou pedindo a um amigo, a alguém que o conhecesse bem...para pagar isso! Ou falava mesmo com a senhora da Hospedaria, que tinha esse tal problema. Acho que isso de roubar, não!...

—► Porque é que não se deve roubar?

Não se deve roubar..também...Por um lado, uma pessoa fica mal vista,...e depois uma pessoa mesmo que seja honesta, há pessoas que nunca acreditam numa pessoa. Mesmo que uma pessoa esteja a ser honesta, dizem sempre "olha aquele roubou aquela vez..." ou "aquele teve naquela vez...". Já não confiam mais na pessoa como confiavam...E temos os seus castigos, claro! Vai aqui preso!...

—▸ Há ocasiões em que se pode roubar?

Há ocasiões em que se for mesmo aquela coisa de vida ou de morte e não tendo outras explicações! Parece que roubar para mim...não ajuda nada!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral para mim, é uma pessoa, por exemplo, estar consciente que fez um bem, não é? Está consciente do que fez, está consciente que fez bem...e está descansado...Está à vontade com aquilo que fez, por exemplo, uma pessoa fez mal e está sempre a matutar nisso. Acho que a consciência está sempre a puxar esses problemas. Acho que, por exemplo, uma pessoa fez bem. Uma pessoa está sempre a pensar, prontos! Fiz bem. Está descansada, está a consciência limpa. Agora quando uma pessoa fez mal tem sempre aquela coisa na consciência de, prontos! Não sei! Até chamam o próprio remorso.

—▸ Para que servem as leis?

As leis servem para as pessoas andarem correctas, porque acho que se não houvesse leis, isto chegava a um ponto em que não se podia viver. Tudo fazia o que lhe apetecia.

—► É mais importante seguir a consciência ou as leis?

A lei!

—► Se houver conflito entre...

É mais importante seguir a lei...É quase como neste caso. Eu ao furtar seguia a consciência para o furto e a lei já não é assim! Eu acho que para mim é mais a lei...Se não houvesse leis todos faziam o que lhes apetecia.

D/E, 2 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Às tantas era capaz de lhe oferecer um cigarro. Não era por isso que, se calhar, ia-se tornar mais difícil para ele. Apesar de...Se ele tinha o vício, acho que não era um cigarro que lhe ia fazer mal. Se estivesse na situação dele, também às tantas não gostava que me negassem um cigarro. Se tivesse como ele o vício!..Não sei, era uma situação desagradável!...

—▸ Às vezes não é fácil decidir!

Não é fácil decidir...Uma pessoa está no meio e não sabe!...

—▸ O que é a vida?

Não sei muito bem explicar isso!...A vida é para viver, acho eu. É bonito o mundo, a vida é bonita de viver. A gente tem que fazer alguma coisa para viver!...

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Uma pessoa cresce, aprende e assim...Uma pessoa não vive sempre, mas o suficiente para saber aquilo que aprendeu durante a vida. A vida é para aprender, para ensinar...Tem coisas bonitas o mundo!

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Eu acho que é a mesma coisa apesar de conhecer o amigo e não conhecer o estranho. Eu acho que é a mesma coisa! São os dois seres humanos!

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

As duas coisas são importantes para o mundo! As duas coisas são importantes, mas à partida a criança é que tinha mais direito de viver. E se estava a nascer, a vir ao mundo tinha o direito de aprender mais do que aquilo que o outro já aprendeu.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que te parece?

Eu acho que lhe contava a situação...para ver se alguém ajudava esse meu amigo. Estava-se a prejudicar a ele próprio...Não estava a reconhecer que estava a errar...Acho que tentava, pelo menos, ajudá-lo, convencê-lo e ao mesmo tempo falar com os pais a ver se eles faziam alguma coisa.

—► Mas ele pediu-te segredo!

Sim, mas se insistisse comigo, à partida, era de compreender a minha situação, que não estava a olhar por mim, estava a fazer por ele.

—▸ É importante manter a palavra dada a um amigo?

Sim, acho que sim...porque a gente também precisa dos amigos, como eu posso precisar deles. Mas há certas ocasiões que uma pessoa é obrigada a não manter a palavra para ver se ajuda alguém.

—▸ Há situações em que se pode mentir?

Sim, acho que sim...a pontos que uma pessoa deve mentir...

—▸ Porquê?

Para conseguir algo e para ajudar alguém ou assim, para encobrir alguém ou assim.

—▸ Não se deve mentir?

Isso já vem da gente da igreja, mas toda a gente mente!... Acho que toda a gente não consegue manter essa palavra de não se poder mentir...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Fez bem ou mal?

Ora bem...se, a pontos que uma pessoa não tem o mesmo pensamento que todos e, há aqueles que dão para isso, mas não sei!...Mas acho que ele de certa maneira para andar direito

e cumprir a lei, acho que fez mal. Acho que devia procurar ajuda ou, não sei! Ou se trabalhava pedia um adiantamento ou assim...

—▸ **Estava desesperado!**

Pois, mas...acho que o primeiro ponto era tratar porcurar alguém para ver se o ajudavam ou assim. Não decidir logo dessa maneira de roubar o outro!

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

Roubar é contra a lei, mas por isso é que há as cadeias e por isso é que há muitos presos, por roubar. E essas situações são desagradáveis porque muitos acho que não devem ver outra maneira senão roubar...

—▸ **Há ocasiões...**

Ocasiões há sempre para roubar. Mas é contra a lei. Acho que toda a gente quando necessita não olha a nada; Não olha ao que pode acontecer. E sem futuro nem nada...limita-se a roubar!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ **O que é a consciência moral?**

Eu quanto a mim, acho que uma pessoa tem de estar sobre

nós,...atingir certos limites, não ultrapassar certos limites da nossa consciência.

—▸ **Porquê?**

Porque a gente tem que ter a consciência limpa. Muitas vezes para não andar a pensar em coisas desagradáveis e problemas. E assim acho que a gente deve seguir o caminho livre...e um caminho limpo.

—▸ **E as leis, para que servem?**

As leis servem para cumprir os deveres....Se não houvesse leis o mundo estava perdido! Assim o mundo está perdido em muitos casos...E tem que haver leis para ver se uma pessoa ganha um bocado de receio para cumprir ao menos as leis!

—▸ **Em caso de conflito é mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?**

Ora bem, para uma pessoa andar com a consciência limpa, acho que é preciso cumprir uma lei...

—▸ **Se houver contradição entre...**

Uma pessoa, em certos pontos não olha a nada, não olha às leis, não olha a nada, mas acho que é um erro porque são problemas que vão surgir um dia...Para podermos andar tranquilos deve-se sempre seguir o caminho limpo...e seguir as leis. Andar tudo em ordem.

D/E, 3 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Dava-lhe um cigarro...Deixava-o fumar. Não era um cigarro que o ía matar!

—▸ O médico proibiu-lhe...

Às escondidas do médico dava-lhe um cigarro!...Não era por um cigarro que se ia prejudicar mais.

—▸ O que está em causa é a vida...

Evitar não podia, senão ele matava-se se lhe negasse o cigarro. Por isso só tinha uma hipótese, era dar-lhe o cigarro.

—▸ O que é a vida?

A vida, é,... Eu sei lá! O mundo em que vivemos!
Para mim é um caos. Enquanto cá estou, a vida para mim é um caos!... Mas é uma maneira de...Não sei explicar!
Não posso dizer, não sei explicar.

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Porque há várias coisas na vida que uma pessoa tem que observar, tem que passar por elas, várias etapas! São boas. Para mim algumas são boas...

—▸ Vale mais a vida duma criança ou a duma pessoa famosa?

Vale mais a criança, que é adolescente em relação ao que faz...adolescente não, inconsciente...Não sabe o que faz ainda.

—▸ Vale mais a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

A dos dois.

—▸ Porquê?

Sei lá!...Não se deseja a morte a ninguém. A vida é igual para todos.

—▸ Porquê?

Da maneira como nós vivemos, os outros também podem viver.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Que não sabia. Dizia que durante estes últimos dias não tinha ido também às aulas. Tinha faltado e não me tinha informado!

—▸ Ele pede-te informações sobre o filho dele...

Eu digo que não as posso dar, porque não tenho ido às aulas.

—▸ Se soubesses!...

Não dizia ao pai...

—▸ Porquê?

Porque se estava...Qual foi a pergunta?

—▸ (Repete-se a história)

Já meti água! Dizia ao pai só para o ajudar porque ele faltando às aulas, com certeza que nas notas iam as faltas dele. Eu quebrava o segredo e contava ao pai dele.

—▸ Assim faltavas à palavra!

Não havia outra maneira para o ajudar. Não ia prejudicá-lo só o ia ajudar!

—▸ Deve-se manter o segredo?

Deve-se manter o segredo...mas neste caso estava a ajudá-lo. Ele para faltar às aulas ia ter más notas e o comportamento! O pai ia saber as faltas! Resolvia contar-lhe a verdade. Dizia-lhe que ele não ia.

—▸ É importante a amizade?

É, porque assim as pessoas não andam envolvidas em conflitos umas com as outras.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não se deve porque é feio!...Mas há certas alturas em que nós temos mesmo que mentir, temos que usar as mentiras.

—▸ Porquê?

Há certas coisas que uma pessoa tem que mentir. Eu se fosse traficante e o juiz perguntava se eu era traficante eu ia dizer que não. Se fosse traficante dizia logo que não. Mas como eu sou consumidor, o juiz perguntou se eu era traficante...e eu digo que sou só consumidor. Estou a dizer a verdade!
Mas se fosse ao contrário dizia que era mentira...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Errou!

—▸ Porquê?

Porque evitava o roubo!

—▸ Estava desesperado!...

Mas o desespero não é assim tão grande. Mesmo que ele tivesse ordem de despejo havia sempre alguma porta que se abrisse

para ele poder ter...estar...onde viver! Com certeza que tinha família. Não ia andar sozinho no mundo!...

—► **Pode-se roubar?**

Não!

—► **Porquê?**

Porque roubar só dá problemas. Ao fim de uns dias visita-se o hotel de 5 estrelas (sorriso) aqui em Custóias. Depois cumpro aqui uns anitos! Vai lá para fora e não é nada. Aqui ninguém se interessa por ele...Continua-se.. Está aqui por roubar e sai daqui pior!...

—► **Mas há ocasiões em que se pode...**

Poder não há!...Mesmo para comer. Nunca se devia roubar. Há sempre onde se arranjar!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► **O que é a consciência?**

É a forma como nós agimos. É uma forma de agirmos. As coisas que nós fazemos é pela consciência moral.

—► **E as leis?**

Para se cumprirem!

—▸ Para quê?

Para manter tudo na linha! Para não haver furtos, conforme há ou não há droga.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

A lei!...Tenho que seguir a lei.
Nós somos sempre mais fortes que a consciência. Não há nada mais forte que nós. Força de vontade! Não há nada mais forte que a força de vontade...

—▸ Então é mais importante a lei ou a consciência?

É mais importante a consciência! Exacto! Mas não vamos fugir da lei.

D/E, 4 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Negava-me e depois explicava-lhe a razão porque lhe tinha negado o cigarro...Tentava-o convencer. Se o médico o proibiu de fumar, alguma razão tinha e escusava de insistir!...E tirava-lhe a ideia de se querer matar por causa dum cigarro.

—▸ O que é a vida?

O que é não sei! O que sei é que é boa. A vida é bela. Só temos uma e quando morrermos acabou a vida, mas explicar não sei!

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Porque só temos uma e se a perdermos não conseguimos outra.

—▸ Vale mais a vida dum amigo o dum estranho?

Dum amigo. Um amigo é sempre um amigo! Se tivermos alguma coisa...se não tivermos ninguém para desabafar e só temos esse amigo, desabafo com esse amigo!...Vou desabafar com uma pessoa estranha, sei lá! o que ela pode fazer, ou as atitudes que tem? Para mim vale mais um amigo...

—▸ O que é a amizade?

O afecto duma pessoa para a outra! O convívio das pessoas chega a um certo ponto que se torna amizade.

—▸ É mais importante salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

Da criança porque ainda tem muito para viver...Sabe-se lá se essa criança chega a uma certa altura e também se torna famosa? Mais vale salvar a criança.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Que diria? Se me perguntasse...guardava segredo. Mantinha o segredo! Se esse amigo fosse mesmo um amigo a que me pudesse confiar e ele poder confiar em mim, o que diria ao pai era que se quisesse saber que fosse à escola. Logo aí saberá se ele vai ou não vai!

—▸ Porque é que é bom guardar segredo?

Porque eu às vezes também tenho segredos e peço para os guardarem. Como por exemplo, ainda há pouco tempo escrevi uma carta ao meu pai para ele manter segredo, a desabafar com ele o que sentia e ele até hoje ainda mantém o segredo!

—► Porque é que não se deve mentir?

Há ocasiões em que convem e outras em que não. Por exemplo, o caso do tal amigo que mantem o segredo. Já estava a mentir ao pai, que não sabia de nada, mas também estava a dar a "bica" para ele ir saber à escola. Há muitos casos em que não se deve mentir, como agora quando for a julgamento! Aí não posso mentir e tenho de contar a verdade. Essa é uma altura em que não se deve mentir.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fez mal, porque devia tentar com alguém, amigo, familiar e pedir dinheiro emprestado para pagar o aluguer e trabalhar para pagar à pessoa que lhe emprestou e daí continuava todos os meses para pagar o aluguer. Assim já não tinha o aluguer e despejo!

—► Porque é que não se deve roubar?

Sei lá! Não é nosso! É feio! Ainda hoje me sinto envergonhado do que fiz! Já está feito!

—► Há ocasiões...?

Se for para matar a fome, mas aí rouba-se para comer, não é? Outras coisas acho que não!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral? Sei lá!
A consciência moral é o que eu sinto! Ter a consciência tranquila, acho eu, para andar com a cabeça aliviada. Sente-se livre dos problemas, não sei!

—▸ As leis são importantes?

Para cumprir! É um dever nosso! Mas também se a lei não estiver certa, vai-se seguir conforme a cabeça manda!

—▸ Se a consciência não concordar com o que dizem as leis?

Ponho o problema a uma pessoa mais velha, experiente e explico a razão, a lei e o que penso sobre isso. Com o que eu penso e com o que a pessoa me diz, eu faço.

—▸ É mais importante seguir o conselho de alguém ou o próprio sentimento?

Conforme, porque há conselhos que combinam com o nosso sentimento. Já me aconteceu isso várias vezes.

D/E, 5 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Bem, para que ele não se matasse...era capaz de lhe dar um cigarro e dar-lhe um conselho para que ele deixasse de fumar pouco a pouco. Mas para que ele não se matasse dava-lhe um cigarro!

—▸ O que é a vida?

Sei lá! Tem muitos significados!

—▸ Que te parece?

Não sei explicar!

—▸ Porque é que vale muito?

Vale muito a vida porque a gente aprende muito, sabe ser um ser humano...Sei lá!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo, porque um amigo, se uma pessoa estiver atrapalhada, muitas coisas ele bota a mão a uma pessoa. E o estranho já não, não nos conhece nem ele a mim, nem eu a ele.

—▸ Se for a vida duma criança e duma pessoa famosa?

No caso valem as duas, mas a criança é mais nova sempre tem mais... É mais importante!

—▸ Numa situação difícil...salvavas primeiro a criança ou a pessoa famosa?

Salvava primeiro a da criança.

—▸ O que é a vida?

Não sei! Não sou capaz. A vida tem muito que dizer!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que farias?

Eu dizia que não sabia. Não sabia de nada! Se ele me pediu segredo, eu não o diria, porque era amigo! É importante manter o segredo.

—▸ Porquê?

Sei lá! Para o amigo não ser castigado, nem se meter em problemas nem nada. Pois eu, para mim, ele fez mal não ir à escola, mas se ele não gostava da escola...pois não sei!

—► Porque é que se deve manter a palavra?

Para o rapaz não ter castigos!

—► Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir, sei lá! Porque Deus também não mandou mentir, mandou-nos sempre falar a verdade. Mas certos aspectos uma pessoa é mesmo obrigada, mas noutros não sei porque é que se diz a mentira!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Fez mal?

Fez mal roubar a caixa comercial porque se ele não tinha dinheiro era melhor pedi-lo que roubá-lo.

—► Porque é que não se deve roubar?

Não se deve roubar porque se ele rouba ao outro, o outro fica sem ele, e ele fica com ele. Eu acho que roubar é uma asneira!

—► Mas há ocasiões em que se pode roubar?

Não há...Eu acho que não. Cá para mim não há ocasiões disso!

—► Mesmo que uma pessoa esteja desesperada?

Desesperada? É trabalhar. Se não puder trabalhar haverá alguém que lhe dê dinheiro!

—► Se estiver a morrer de fome?

A morrer de fome nunca está, porque há muita gente que lhe dá de comer!...É melhor pedir que roubar!

D) A CONSCIÊNCIA E AS LEIS

—► O que é a consciência?

É uma pessoa ter consciência daquilo que...Uma pessoa ir...Uma pessoa deixa a casa a um amigo, uma pessoa tem consciência de lá estar dentro e não estragar nada!

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

É melhor seguir a consciência...

—► Porquê?

Não sei! A lei é uma lei! A consciência duma pessoa é que regula uma pessoa. Se uma pessoa tiver consciência daquilo que faz, pronto!...É mais importante!

—▸ E as leis para que servem?

Servem para muita coisa!...Sei lá! para obrigar uma pessoa, para ordenar uma pessoa!

—▸ Se as leis estiverem contra a consciência...

Não sei explicar!...Não sei! Acho que é melhor seguir a consciência que a lei!

D/E, 6 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Ora bem, como disse há bocado...eu levava-lhe um macito de tabaco uma vez por outra! Que não era isso que lhe iria fazer mal, derivado ao médico lhe proibir de fumar. Não era isso que o iria acabar por matar!

—▸ Porquê?

Sei lá, porque uma pessoa por muito viciada que esteja no tabaco sente a falta dum cigarrito. Sente, porque eu falo por mim. Já fumo desde os 11 anos e fumar um cigarrito cai sempre bem.

—▸ Mas o médico tinha-lhe proibido...

Pois, mas eu acho que não é por fumar um cigarrito uma vez por outra que o ia matar. Na minha lógica de ver, acho que não o matava.

—▸ O que é a vida?

Sei lá! A vida tem muitas maneiras de ser. Depende...Há vidas e vidas...Como eu já disse há bocado. Sei lá! Há a vida duma

família, duma pessoa que seja só, e há aquelas vidas, vidas que são maldades, vidas por maldade!

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É mais importante a vida dum estranho que dum amigo. Porque um amigo que é nosso amigo tem mais alternativas para nos atraiçoar enquanto que um estranho que não tem grande confiança connosco é difícil de nos atraiçoar.

—► Porque é que a vida vale muito?

Ora bem, em princípio vale muito! Vale muito para quem fizer por ela, porque se a gente não fizer nada pela vida, a vida não vai fazer nada por nós. É nessa maneira de ver que a vida vale muito.

—► A tua vida vale muito?

Em princípio não. Aqui dentro não vale nada. Lá fora para mim vale muito. Vale muito para fazer ver aos meus pais aquilo que eu mudei.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Para mim é mais importante salvar a vida duma criança, porque uma pessoa famosa, o que tinha a ver, o que tinha a passar já passou...E aquela criança que acabou de nascer ainda vai conhecer o mundo, ainda vai saber, passar pelas coisas que ainda não passou e que ainda não viu.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Dizia que não, que não sabia de nada sobre o filho...

—► Porquê?

Porque acho que não tinha nada a meter-me na vida do filho dele! Porque em princípio se o filho diz uma coisa ao pai...não vou estar a dizer outra que ele me disse a mim. Não é? Em contrapartida eu não tenho nada a ver com a vida do filho, digo que não sei de nada.

—► É importante manter o segredo?

Sim, porque faz parte da confiança. E manter a confiança numa pessoa é preciso ver qual é a pessoa. É preciso ver os motivos e é preciso ver a quem falo. E se me dizem uma coisa para guardar segredo...é porque a pessoa está a fazer confiança em mim. Eu para a pessoa que tenha confiança em mim, eu fecho-me em copas! Sou incapaz de incriminar um amigo...

—► Porque é que não se deve mentir?

Ora bem, há motivos que se pode mentir e há motivos que não se pode mentir. Vamos supor: dizer uma coisa a um familiar que seja certa, em que não se mente! Agora para outras pessoas dizer outras coisas, isso já é um caso duma mentira!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Fez bem ou mal?

Ora bem, isto foi um acto de desespero. Eu acho que nem bem nem mal.

—▸ Porquê?

Porque foi um acto de desespero. Ele viu que estava a passar mal, que não tinha onde dormir, que estava a levar ordem de despejo. Ele tentou se desenrascar da melhor maneira...Eu acho que nem fez bem nem fez mal.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Ora bem, em princípio há motivos...sei lá! Uma pessoa quando precisa...é como já lhe disse na outra vez. Uma pessoa que seja viciada em drogas, trabalhar não trabalha...e se não tiver para o vício vai roubar...por muito que não queira. O vício manda roubar...o vício obriga a passar a roubar.

—▸ Há ocasiões em que se pode roubar?

Há ocasiões em que se deve roubar, que é diferente!

—▸ Porquê?

Para a droga, principalmente, porque não vejo mais ocasião nenhuma. E nem é bem assim, porque muitas vezes uma pessoa não pode deixar de ser dominada pela droga. O vício é tão grande e as dores são tantas que uma pessoa faz trinta por uma linha e é obrigada a arranjar dinheiro para esse vício.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência?

Consciência eu acho que é uma pessoa andar tranquila, sem ter problemas de nada, sem ter zaragatas, sem ter...sei lá! Sem passar por trafulhas. Isso para mim é o que faz parte da consciência! Consciência quer dizer uma pessoa tranquila! Pronto! Isso para mim é o que significa consciência.

—► Para que servem as leis?

As leis servem para ser cumpridas.

—► Porquê?

Se não uma pessoa vai presa. Se uma pessoa não cumprir a lei vai presa.

—► É mais importante seguir uma lei ou a consciência?

Ora bem...eu para mim...Eu acho que as duas coisas fazem as duas o mesmo sentido.

—► Se estiverem em contradição?

É tudo o mesmo sentido! É igual. Se uma pessoa andar consciente que não tem problemas de nada está a seguir os conselhos da lei. Eu acho que para mim é tudo a mesma coisa. Não tem comparação!

D/E, 7 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—► **Que farias?**

Não dava o tabaco porque o médico lhe tinha proibido! Tentava aguentar e tentava não sair da beira dele, uma, duas ou três horas! Tentava acalmá-lo.

—► **Porquê?**

Era para o bem dele. Se o médico lhe tinha proibido era porque alguma coisa se passava, para ele não fumar.

—► **Porque é que a vida humana vale muito?**

Quer dizer a vida vale muito, porque uma vida humana é uma pessoa! Não sei explicar! A vida humana é uma pessoa como nós, não é? Ajudam-se uns aos outros.

—► **É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?**

Dum amigo. Evidente! Porque é um amigo nosso. Se eu vir uma pesso que não conheço a morrer afogada e um amigo também no mesmo momento morrer afogado, vou mais depressa salvar um amigo meu que uma pessoa estranha...

—► E porquê?...

É uma pessoa com quem eu convivia já há muitos anos...Podia gostar muito dele como amigo e como irmão. Salvava mais depressa a ele que a uma pessoa estranha!...

—► É mais urgente salvar a vida duma pessoa famosa ou duma criança?

Duma criança.

—► Porquê?

Porque uma pessoa famosa, conforme a idade que a pessoa tiver!...E as crianças têm poucos anitos...claro que têm que viver mais anos e eu salvava mais depressa uma criança que uma pessoa famosa.

—► Porque é que a vida vale muito?

A vida vale muito porque vale!... Eu acho que a vida vale muito. Porquê, não sei explicar.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias ao pai?

Diria ao pai que não sabia de nada...Se ele me tinha mandado guardar segredo eu guardava. Diria ao pai que não sabia de nada.

—▸ Porquê?

Porque ele mandou-me guardar segredo e eu acho que os segredos são para guardar mesmo. Só são segredos de uma pesooa quando confio nela...Não é?

—▸ Porque é que se deve manter o segredo do amigo?

Sei lá! Se ele me conta isso, não é? Ia dizer ao pai, podíamos ser grandes amigos e a nossa amizade acabar por ali. Só por revelar o segredo que ele me disse.

—▸ O que é a amizade?

É duas pessoas que se dão muito bem, que se ajudam uma à outra. Pode-se tornar uma grande amizade...grandes amigos!

—▸ Faltar à amizade ou ao segredo dum amigo é qualquer coisa que não é bom. Porquê?

Eu acho que não revelava o segredo que ele me tinha dito. Não queria perder a amizade com ele por causa de...revelar o segredo.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Claro, não se deve mentir em vários casos como eu já disse. Como por exemplo como eu já lhe disse, o caso de estarmos aqui e assim uma pessoa fez mesmo uma coisa e eles não têm provas que um gajo fez. A pessoa mente! Dizer que não fez, não fez. Mas em várias coisas é preciso dizer a verdade, como no meu caso. Eu nunca vendi droga...e eles deram-me como se

vendesse. No meu caso eu disse a verdade e meteram-me cá dentro. Eu nunca vendi droga, apenas consumi. Eu tinha comprado aquilo... ... e eles não se acreditaram. Às vezes as mentiras valem mais que as verdades. Há mentiras que valem mais que as verdades. Bastou eu dizer que estava no meio de vários indivíduos, sem estar, para eu vir cá para dentro.

—► às vezes a vida é difícil. Complicam-nos a vida...

Pois, complicam-nos... Metem-se no meio da nossa vida...Foi um vizinho meu...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Sei lá! Conforme a situação em que estivesse. Se ele não tivesse mesmo casa, se não tivesse nada!..Eu fazia o mesmo. Se não tivesse ninguém na vida!

—► É difícil uma pessoa estar só! Não ter nada!

Evidente! Por issso uma pessoa fez aquilo que não devia, mas é o destino que...

É mesmo assim! Eu no lugar dele fazia o mesmo se não tivesse ninguém na vida que me apoiasse. Tinha que viver eu sozinho para mim! Tentava aprender um trabalho.

—▸ Há ocasiões em que se pode ou não roubar?

Há ocasiões em que uma pessoa pode roubar. Há outras em que roubar sem necessidade...

—▸ Porque é que se diz que não se pode roubar?

Sei lá! Há ocasiões em que não se pode nem se deve roubar. Há pessoas que roubam por roubar, por gosto e outras que roubam sem necessidade.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência?

Sei lá! Já noutra vez expliquei. Eu acho que a consciência é como se um gajo está suspeito de roubar uma coisa e que não roubou, e tem consciência limpa dessa coisa, não tem nada a ver com aquilo. Tem a consciência tranquila!

—▸ E as leis? Para que servem?

Servem para um gajo, uma pessoa as cumprir. Sem leis um país não era nada!

—► É mais importante seguir as leis ou a consciência?

Eu acho que a consciência é mais importante que as leis!...A consciência conta mais para nós porque a temos em nós. Dizemos que estamos com a consciência limpa duma coisa e as leis dizem que não...não é?
Cumprir a consciência por um lado, por outro as leis.

D/E, 8 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ **Que te parece?**

Eu não o deixava fumar, não é? Já que o médico o proibiu... Tentava convencê-lo de que não era possível...

—▸ **Estava desesperado?**

Tentava convencê-lo a não fumar, já que o médico... Fazia-lhe ver as coisas! Se não lhe dava o cigarro ele diz que se mata, mas não o deixava fumar!

—▸ **Porquê? O que é que está aqui em causa?**

Porque além de ter grande amizade por ele, o médico disse-lhe que não podia fumar, senão ia ter consequências graves. Não era por causa dum cigarro que o deixaria fumar. Fazia-lhe ver as coisas...

—▸ **O que é a vida?**

A vida eu penso... Posso eu andar para gozar da melhor maneira a vida! Porque a vida é uma coisa preciosa!

—► Porque é que a vida vale muito?

Porque uma pessoa chega a uma certa altura e deixa de viver a vida e sabe que só tem uns anos para fazer o que quer e o que gosta e para fazer uma família. É um bocado estranho!

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Eu acho que todas as vidas são importantes. É claro que a vida dum amigo para nós tem mais signiicado que a vida dum estranho, porque é uma pessoa conhecida! Agora todas as vidas são importantes.

—► Porque é que toda a vida é importante?

Acho que todas as vidas são iguais...Só que as pessoas conseguem diferenciá-las. Mas as vidas são todas iguais, seja dum pobre, dum rico,...

—► O que tem a vida de específico para serem todas iguais?

O que nós vivemos quase dia a dia é quase igual! E as coisas que fazemos são iguais, só que umas feitas duma maneira e outras de outra, porque as vidas são todas iguais.

—► É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

Duma criança...Enquanto que a pessoa famosa já viveu uns bons momentos, a criança nem isso! Está a começar, não é? Acho que é mais importante a vida duma criança!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que responderias?

Ele pediu-me segredo. Eu guardava segredo, mas além disso, fazia-lhe ver as coisas! "Não devia ser assim", porque para o futuro dele não era nada bom...O pai vinha falar comigo, dizia-lhe que não sabia, não é?...Visto que tinha dito ao meu amigo que ía guardar segredo. Não dizia ao pai mas só a ele e fazia-lhe ver as coisas.

—▸ Porquê?

Porque não está bem. Está errado! Além da dívida de o estar a encobrir, encobria-o porque disse que guardava segredo, mas fazia-lhe ver as coisas.

—▸ Porque é que se deve manter o segredo?

Se uma pessoa dá a palavra de guardar segredo, se não o faz a pessoa depois já não tem confiança em mim. Um dia que seja preciso falar com alguém para guardar segredo, já não vem ter comigo...porque já não fui uma pessoa segura para ele.

—▸ Portanto é importante a amizade?

Sim, porque a amizade está acima de tudo.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque a amizade está acima de tudo.

—► **Como?**

Não se deve mentir porque à partida não é bom! Porque se uma pessoa vai mentir às pessoas que gosta chega um ponto em que nem as pessoas de que gostamos confiam em nós. Uma pessoa mentir...é perder a fé. Uma pessoa mentir, uma amizade já não vai ser uma amizade pura. Com as pessoas que gostamos não devemos mentir.

—► **Há ocasiões...?**

Acho que sim, mas não com um amigo ou com um familiar...ou com essas pessoas de que gostamos.

—► **Mas às vezes...**

Sim, há casos em que não é que se possa mentir, mas mente-se porque não tem grande gravidade. Agora há outros em que nunca se deve mentir.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► **Que te parece?**

Não é uma coisa que seja boa. Eu penso que na situação dele...ele podia pedir emprestado às pessoas em quem tinha mais confiança. Se elas não ajudassem, então aí...era capaz de fazer isso! Mas assim, se me dessem ordem de despejo e fazer logo isso, não! Sendo que ele está desesperado, penso que primeiro devia falar com alguém.

—▸ Há ocasiões em que se pode roubar?

Não se deve roubar...mas há ocasiões...em que uma pessoa está necessitada, como neste caso...Mas primeiro devia falar com alguém de confiança, contar-lhe os problemas. Podia ser que esse alguém o pudesse ajudar! Roubar não se pode...mas há ocasiões em que uma pessoa necessita.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência é quando uma pessoa faz algum mal e fica assim pensativo, prontos! A consciência chama-nos à razão...para corrigir aquilo que não está bem. É isso!

—▸ É importante?

Sim, porque quando alguma pessoa faz alguma coisa errada, se se quer corrigir...fica assim a pensar e a consciência chama-o à razão!

—▸ É mais importante a consciência ou as leis?

As leis são importantes, devem ser cumpridas. A consciência também é importantíssima!

—► Se houver conflito entre...?

Eu seguia as leis, porque a consciência podia, de momento, não estar de acordo, mas depois começava a pensar e optava pelo certo. No fundo a consciência estava a mandar-me por um caminho que era fora das leis. Se uma pessoa seguir as leis contra a consciência penso que depois não vai ser um erro! Uma pessoa não vai estar a pensar que fez mal! É capaz de pensar de início e depois isso passa! Depois vê que fez a coisa certa!...

D/E, 9 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—► **Que farias?**

Não sei! Nesta situação era capaz de lhe dar um cigarro. Isto é complicado, mas dava-lhe, dava-lhe um cigarro.

—► **Porquê?**

Senão ele disse que se matava e era capaz de se matar mesmo. Ou então não sei!... O médico proibiu de fumar... Agora isso de ele se matar também podia ser a tanga dele!
Dizer que se matava só para caçar um cigarro! Não, era capaz de lhe dar um cigarro logo que não fizesse mal... Agora se lhe fizesse mal eu é que o estava a matar a ele próprio.

—► **Porque é que a vida é importante?**

A vida é importante para a gente vivê-la. Eu acho que nascemos para a vida. Há muita gente que diz que a vida é importante num sentido e noutro, não é...?
Na minha opinião a vida é importante mesmo se temos que fazer por isso.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho mais importante a dum estranho. Para mim acho assim, porque um estranho é capaz de ser aquela pessoa mais ideal, enquanto que um amigo...Há amigos e conheço alguns, que são traidores!
Já tive assim um caso. Uma pessoa amiga desde a infância que me meteu aqui dentro! Enquanto que eu conheço aqui pessoas estranhas que essas é que são os nossos amigos! Eu acho que o estranho é que é o amigo.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Eu diria que salvava essas pessoas, mas em primeiro lugar estava a criança, porque sabe-se lá o que ele iria desenvolver. Se ia ser uma pessoa importante e nos ajudaria neste mundo. Eu para mim salvava a criança.

—► O que é a vida?

Para mim a vida é vivê-la! Muita gente diz que a vida é bela! A vida tem muitos significados! Vai-se vivendo a vida!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Talvez dissesse a verdade. Talvez dissesse ao pai que o filho não ía à escola, que faltava já uns dias atrás...porque

aquilo que ele estava a fazer era mal. Estava a agir mal. Ele contava-me mas eu para ser amigo dele acho que estava a agir bem. Contava aos pais o que se passava. E até, no fundo, eu acho que os pais iam compreender o filho...e eram capazes de o ajudar. Era capaz de haver um problema no meio disto tudo, mas eu contava.

—▸ **Faltavas à palavra!**

Sim. Ele pediu-me segredo e eu, que remédio, desfazia-me do segredo! Há certas coisas que uma pessoa deve guardar, mas neste caso não era segredo mas uma conversa comigo: "guarda--me isto". Estava a ajudá-lo e aí é que estava a ser amigo dele.

—▸ **Porque é que não se deve mentir?**

Porque é feio mas eu acho que se deve mentir um bocado. Eu também minto e quase toda a gente mente...Eu afirmo que a mentira é que é a verdade e a verdade é que é a mentira... Digo isto e posso estar errado porque tive um caso relacionado com isto no julgamento. Contei a verdade e não se acreditaram. Foi ao contrário! Levo isto até ao fim na vida!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Numa parte fez mal, mas ao mesmo tempo, eu digo, foi um caso urgente, necessitou, não soube usar a cabeça doutra maneira e virou a cabeça só para o roubo. Eu por mim diria que ele fez bem, mas ao mesmo tempo ele fez mal porque podia pedir emprestado.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque sei lá! Não se deve roubar porque é uma coisa que não é nossa. A gente não deve roubar uma coisa que não nos pertence.
Mas dizem que roubar para comer não é pecado. Mas ao mesmo tempo, não sei! É feio, é uma palavra feia! Não é nosso, não nos pertence...Eu não admitia que nos roubassem o carro!

—▸ Há ocasiões em que se pode...?

Há ocasiões em que se pode roubar! Por exemplo, passar um cheque a outro é roubar! Porque há muita gente que está rica e famosa à custa do roubo...Passou aquilo sem ninguém saber!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Eu acho que é uma pessoa que não tem respeito. Uma pessoa que não tem futuro. Não sei bem porque eu não tenho estudos...Uma pessoa sem futuro na vida não tem respeito à outra. Como hei-de dizer? Para mim a consciência moral é ser livre ou...não sei responder!

—► Para que servem as leis?

Para este mundo andar direito! Às vezes as leis não entram, não são correctas! Se não houvesse leis em Portugal ou em todo o mundo isto andava aos tombos. Não havia lei, não havia polícia, não havia nada! Matavam-se uns aos outros!

—► É mais importante a consciência ou as leis?

A consciência. As leis ajudam...O mais importante é isso! A consciência moral!

D/E, 10 (Post.)

—▸ Que farias?

Se o médico o proibiu de fumar tabaco durante cinco dias, senão o caso dele passava a ser gravíssimo, não é? Eu no caso dele...dava-lhe tabaco!

—▸ Porque é que a vida é importante?

Para a sociedade! Para muita coisa. A vida duma pessoa é muito importante!

—▸ O que é a vida?

A vida é uma coisa que o ser humano tem que levar...tem que começar a fazer...a fazer a vida. Eu chamo vida a uma pessoa que tenha a vida dela organizada, certa, que trabalha das tantas às tantas horas e depois tem o seu dia de descanso. O descanso também faz parte da vida!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Conforme o estranho e conforme o amigo. Conforme as idades também. Conforme o estranho, se for normal e o amigo se for anormal! Ver a quem se há-de dar a vida para poder ser útil para a sociedade.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança! Porque uma criança ainda vai ver o que é o mundo e tentar fazer a vida. E o adulto já sabe o que é o mundo e já fez a vida.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Não!...Sabia que me encontrava com ele, mas não sabia se ele faltava às aulas! Se o pai me perguntasse, uma vez que o filho me disse a mim que tinha dito ao pai que ía às aulas eu diria: "olha são tantos alunos que nem reparei se ele está dentro das aulas".

—► Porquê?

Para não prejudicar ninguém. Assim não havia barulho dum lado nem do outro. Se o filho chegasse a casa e o pai "olha que eu falei com o Paulo", pronto! Havia logo barulho em casa: Era a mãe a defender ou o irmão. Para não haver barulhos não sei de nada. Não me lembro!

—► É importante manter a palavra...

É, porque a palavra dum homem conta muito...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Conforme...Deve-se mentir, pode-se mentir para não haver barulhos como neste tal caso. Há outras mentiras que uma pessoa tem mesmo que as mentir para não se prejudicar a si próprio.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Não, ele devia...Contra isso já estou um pouco contra, porque ele deve...Se tem que pagar a renda devia falar com o dono da casa: "olhe não posso pagar, vou tentar arranjar um emprego e dentro das minhas posses pago-lhe a renda". Agora andar aí sem trabalhar: comer, passear, tomar banho, sair! Devia arranjar o seu trabalho.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Há pessoas que roubam! Não se deve roubar...mas há pessoas que roubam para o vício. Quando se tem o vício de ser "toxicodependente", uma pessoa de tanto pedir aos pais, para os pais não saberem vai buscar o dinheiro doutro lado. É proibido roubar mas uma pessoa tem mesmo de roubar para ficar bem.

D) A CONSCIÊNCIA E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Não estou a entender! Uma pessoa saber aquilo que faz, tem a certeza do que está a fazer. E não se mete em atalhos, porque tem a consciência limpa.

—► É mais importante a lei ou seguir a consciência?

Seguir a consciência...porque sim! Seguindo as leis nunca dá certo! Se a consciência moral for legal, vale mais segui-la do que as leis.

D/E, 11 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que farias?

Não lhe dava o tabaco. Ele podia-me dizer isso, mas eu não lhe dava o tabaco!

—► Porquê?

Porque não acreditava que ele se matasse.

—► Porque é que a vida é importante?

Para mim é. Agora porquê, não sei. Eu gosto de viver...Porque a vida é bonita.

—► O que é a vida?

A vida? A vida não tem explicação. Acho que não tem explicação. Tudo o que nos rodeia é a vida.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo porque quando é amigo uma pessoa sente uma amizade! A gente sente algo por ele. É por isso que o considera amigo. E ao sentirmos algo por ele...é como se já fizesse parte de nós.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que é uma criança porque a criança é um inocente não se sabe defender de nada...não é? Claro, as crianças são sempre o futuro e um dia mais tarde pode vir até a ser mais importante do que essa pessoa. Enquanto que salvar uma pessoa importante, essa pessoa tem meios com que se defender e a criança ainda é inocente.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Dizia que não sabia de nada. Não tenho nada a meter-me na vida dele.

—▸ Porquê?

Porque acho que está mal. Uma pessoa não se deve meter na vida dos outros. Cada qual é quem é e cada qual faz o que quiser. Independente das consequências, mas a gente não se deve meter na vida dos outros!

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

Não sei! Talvez por uma pessoa querer ser homem, ter aquela palavra, gostar de...Às vezes é mais aquela coisa duma pessoa dizer assim: "vou mostrar que sou homem, dou sempre a minha palavra e cumpro-a".

—▸ **Porque é que não se deve mentir?**

Não sei! Deve-se e não se deve. É como tudo, mentir deve-se e não se deve.

—▸ **Porquê?**

Porque mentir, às vezes, cria-nos problemas, mas também tira-nos de problemas. E a gente mente, quando nos tira de problemas. A gente mente porque se a gente for dizer a verdade e nos trouxer problemas o que é que acontece?
A gente vamos ter esses problemas! Para não termos esses problemas, às vezes mentimos.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Fez bem ou mal?**

Nem acho bem nem acho mal. Não sei! Por esse problema eu acho que estava mal. Se fosse ver outro caso...talvez eu dissesse que ele não tinha feito mal, mas assim, por essa coisa, acho que fez mal. Não tinha dinheiro e pôs-se a alugar um apartamento! Uma pessoa não se deve meter! Quando uma pessoa não pode cumprir não se deve meter nas coisas!

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

Por uma lado prejudica-nos a nós. A gente começa a habituar-se a maus caminhos, e por outro lado prejudica as outras

pessoas, porque as outras pessoas, se calhar com sacrifício da vida, têm as suas coisas...

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Talvez!...Quando uma pessoa está muito necessitada, numa urgência. Falo duma urgência que tem de ser de momento. E naquele momento uma pessoa pode meter...Se for de urgência uma pessoa tem de arranjar e claro, uma pessoa é levada a fazer coisas que nesse momento nem sequer está na sua consciência. Faz aquilo!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral? Não sei! Não sei explicar. Não sei explicar...
Uma pessoa deve estar sempre em consciência daquilo que faz...Às vezes parece que estamos com uma consciência diferente das outras.

—► E as leis?

Servem para nada! As leis não interessam! Há muita lei mal...Claro uma pessoa deve cumprir a lei porque a lei obriga-nos a cumprir...A lei serve para defender a sociedade, mas eu não vejo isto. Eu vejo a lei ainda a afundar mais a sociedade.

—► É mais importante a consciência ou a lei?

De vez em quando a consciência e de vez em quando as leis, conforme os casos!

D/E, 12 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—► **Que te parece?**

Parece-me que se fosse mesmo bastante amigo, era capaz de assaltar. Não sei! Se fosse ameaças de morte, com perigo de morte, assaltava para o salvar... mesmo correndo o perigo de vir para a cadeia.

—► **O que está em causa?**

O que está em causa é a vida... Se fosse mesmo uma pessoa chegada, da família, era capaz de não olhar para trás e correr esse risco.

—► **Porque é que a vida é importante?**

A vida é importante porque temos de viver. Temos objectivos à nossa frente que às vezes não conseguimos concretizar e outras vezes os falhamos.

—► **O que é a vida?**

A vida? Para mim a vida é uma coisa diferente das outras. A gente chega a este planeta onde a gente vive, a gente surge dos nossos pais...tem uma passagem por este...A nossa vida é

uma passagem até à morte. A nossa passagem por este planeta tem que ter algum significado senão não valia a pena ter nascido.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Para mim...a vida é importante de ambos os lados. Todas as vidas são importantes desde o maior inimigo ao pai, à mãe de família. Todas as vidas são importantes. Têm objectivos a realizar, alguma coisa a realizar!

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Para mim...o importante é salvar as duas vidas. Mas não é pelo facto de ser famosa que se salvaria uma criança. Uma criança ainda tem a vida dele inteira à frente dele para viver. Uma pessoa famosa já viveu muito. É mais importante salvar uma criança.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que lhe dirias?

Não sei se diria ao professor que o meu colega lá tinha entrado, mas por várias razões era capaz de dizer primeiro ao meu colega. Mesmo ele pediu-me segredo quando me estava a falar. Dizer-lhe que tinha agido mal...estava a enganar-se a ele próprio. Não era ele que estava a fazer o exame, estava

a copiar as respostas que o professor já tinha dado.
Quanto ao professor, para não prejudicar o meu colega, era capaz de não dizer. Que não sabia de nada, ao professor.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

É por uma questão de honra, de ter amizade e de confiança, porque se não houver confiança numa amizade...não há amizade.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque ao mentir não se está a mentir para alguém, mas estamos a mentir a nós próprios...

—▸ Porquê?

Porque além de estarmos a esconder a verdade a quem estamos a mentir...estamos a esconder a verdade a nós.

—▸ Há ocasiões em que se pode mentir?

Não sei! Há ocasiões em que se deve ocultar um bocado a verdade. Não se deve mentir...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Ao ter assaltado, fez mal.

—▸ **Porquê?**

Não devia... ter cometido. Cometeu um crime perante a sociedade que pode ter várias consequências más para ele... mas ele estava desesperado, não conhecia ninguém na cidade, mas podia ter pedido ajuda a alguém desconhecido... mas num acto de desespero a gente não pensa em nada! Vê que é a única oportunidade que tem... Precisa de dinheiro... Agiu mal!

—▸ **Porque não se deve roubar?**

Não se deve roubar, eu estou aqui por roubar. Estamos a tirar uma coisa que custou a alguém, a um ser como eu, muito a conseguir. Para ter essa coisa em um ou dois segundos, num minuto, ou duas horas, somos capazes de estar a tirar o que talvez tenha custado uma vida inteira a ganhar isso.

—▸ **Pode haver ocasiões em que se pode roubar?**

Nunca se devia. Só se estivesse mesmo com fome, muita fome e não tivesse outro meio. Mas roubar não dinheiro, mas comida!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ **O que é a consciência moral?**

Consciência moral, para mim... é a nossa consciência a dizer--nos porque...depois do que eu fiz, do que eu errei... muitas vezes aqui é isso que estou a aprender, nunca mais quero

voltar a cair. A consciência moral diz-me o que, enquanto estive lá fora, fiz e o que não devia fazer. O que aqui faço e não devia fazer ou podia ter feito lá fora, o que fiz de bem e podia fazer melhor. A consciência moral pesa um bocado na nossa própria consciência.

—▸ Para que servem as leis?

Servem para nos organizarmos. Sem elas não se podia formar um Estado, a nossa República. Algumas são certas e outras erradas, mas é preciso haver leis, conforme o ponto de vista de cada um.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Em parte deve-se seguir as leis, mas também se deve seguir muito a consciência. Ambas! É capaz de ser mais importante seguir as leis porque não as seguindo pode acontecer como no meu caso de vir cá parar. E não só, não seguindo as leis comete-se alguma coisa contra o Estado onde vivemos. Mas não sei! Só pensando um bocado!

1. RESPOSTAS DOS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL

B. INTERACÇÃO

(Dilemas e Perguntas Cap. 6.2.B.)

——► **1ª Díade**

D/E, 8 (Inter.)
+
D/E, 7 (Inter.)

A — A PROPRIEDADE ALHEIA E A VIDA HUMANA

——► Afinal porque é que não se deve roubar?

D/E, 8 (Inter.) — Acho que há situações em que é necessário mesmo, roubar.

D/E, 7 (Inter.) — Quais?

8 — Uma pessoa com fome é obrigada a roubar!

7 — Mas há várias situações e coisas a fazer sem se roubar.

8 — Só que é muito mais simples se ele roubar, por esticão, por exemplo.

7 — E pedir ou o carago?

8 — Nem toda a gente dá... E para aquilo que queremos sou obrigado a roubar. Mas é claro que há situações em que é chato roubar.

7 — Uhm! Uhm!

8 — Mas por vezes é necessário!

—▸ Quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo marido assaltou a casa do boticário?

8 — Supõe-se que o homem, primeiro, recorreu a meios honestos.

7 — Pois... e por outro lado acho que fez bem.

8 — Lá está! Bem compreendido foi obrigado a roubar.

7 — Pediu, não deu... roubou! No lugar dele fazia o mesmo!

8 — Exacto...

(Silêncio)

8 — Há situações...

7 — Há situações, casos... como é o caso deste farmacêutico. É justo. Se não deu, tinha que roubar.

8 — Foi pedir, ele não deu, desesperado, teve que roubar!

—▸ Para que servem as leis?

8 — É necessário... Se não...

7 — Essas pessoas que fazem isso por bem, estão mal presas...

8 — Exacto... Há leis que estão erradas...

7 — (sorri... sorri) Mas as leis têm que ser cumpridas!

8 — Exacto. Só que há leis que não favorecem nada... a nós, por exemplo! Não nos favorecem!

7 — Mas acho que uma pessoa também tem de cumprir...

8 — Exacto, mas penso que deviam levar mais em consideração a nossa situação.

7 — Exacto...!

(silêncio)

B – RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Um colega teu desesperado, ameaça matar-se se não te encontras com ele esta noite... O director proibiu-te de saíres... Contudo há uma possibilidade de saíres durante a noite...

8 — Eu tentava ajudar o indivíduo!

7 — Eu também faria o mesmo... Tentava ajudá-lo se houvesse uma aberta para sair... Tentava ajudá-lo...

8 — Além de saber que estava a correr o risco... Fazia isso!

7 — Eu a mesma coisa!

(silêncio)

—▸ Quanto ao colega que copiou e pediu-te segredo...

7 — Eu não o denunciava... Ajudava-o...

8 — Primeiro tentava ajudá-lo... Se por acaso...

7 — Explicava-lhe as coisas que estavam mal!

8 — Nunca dizia que foi ele que tinha ido ao gabinete do Professor!

7 — Claro!...

—► Pode-se mentir ou não?

7 — Em vários casos, sim.

8 — Às vezes!...

7 — Outras vezes não. É preciso dizer a verdade... mas em vários casos não.

—► Um caso em que se possa mentir!

7 — Um gajo de roubo... se souber que se disser a verdade vai preso...

8 — Tem que mentir!

7 — Tem que mentir. É o nosso caso, por exemplo.

8 — Estou de acordo.

—► Uma situação em que se possa roubar!

8 — Uma pessoa ir passar numa rua, estar lá um objecto, não está ninguém ali, pode levar o objecto...

7 — Conforme!... Se não precisares nada...

8 — Exacto... se necessitares!...

7 — Se necessitares está certo! Quando não corras riscos... está bem, pode roubar. Eu acho que uma pessoa só rouba quando necessita.

8 — Quando necessita mesmo!

—▸ **Estarias disposto a mentir ao professor?**

8 — Mas eu não denunciava...

7 — Nem eu...

8 — Era capaz de mentir...

7 — Se ele fosse mesmo amigo, não denunciava ao professor... Tentava ajudá-lo para tentar passar e depois explicar-lhe as coisas... Puxar mais pela cabeça!

8 — Estou de acordo.

—▸ **Quanto à história do cancro...**

8 — Ele tentou pedir fiado, o farmacêutico não deixou... ele teve que recorrer...

7 — Estava a vida da mulher dele entre a vida e a morte, teve de fazer isso. Não teve culpa.

——► **2ª Díade**

D/E, 10 (Inter.)
+
D/E, 12 (Inter.)

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► A mulher gravemente doente cujo homem desesperado assalta a casa do boticário. Que vos parece?

D/E, 12 (Inter.) — Como era para salvar a mulher, acho que fez bem em ter assaltado a farmácia, porque a mulher dele era o ente mais querido dele. Por outro lado, fez mal porque pôde ter causado grandes prejuízos e pôde mesmo a mulher ter ficado sem o marido devido a ele ter cometido um crime.

D/E, 10 (Inter.) — Mas salvou-lhe a vida à mulher. Em parte se fosse a minha mulher eu tinha ido lá, se não me fiassem o produto para pagar aos poucos... Prometia pagar aos poucos ao homem da farmácia. Se ele não confiasse na minha palavra roubava-o para salvar a vida da minha mulher. Podia vir a ter consequências em vir preso, mas ao menos tinha a vida da minha mulher salva.

12 — Ele nesse momento devia estar desesperado... Não pensava nos riscos que podia vir a correr!...

—▸ Pode-se ou não se pode roubar?

10 — Pode-se roubar para certas e determinadas coisas, como se às vezes... precisasse e tem mesmo que as ter.

12 — Eu acho que nunca se deve roubar!... Mesmo em todas as circunstâncias deve-se tentar sempre uma alternativa... Nunca se deve roubar!...

10 — Se estiver a ressacar, eu vou roubar...

12 — E o que é que te acontece? Podes andar 1 ou 2 anos lá fora e depois vens cá a parar, cá para dentro! Por isso mais valia quando estivesses a ressacar ires ter com um colega teu e pedires-lhe dinheiro emprestado. Só que ele não empresta, não é?

10 — É isso!...

12 — Para mim nunca se deve roubar. Eu estou aqui por roubar... por roubar. Só que com o que desta vez me tem levado a pensar... nunca mais! Há outras alternativas, para que não possa vir a roubar!... Conforme ele disse para tirar a ressacada, tenho que jogar por outros lados. Não a roubar, para não levar a estas consequências como levou esta.

10 — Eu também estou a dizer... que se eu roubasse e viesse a ressacar uma vez... ...Agora que estou preso, já foi... Já passei a fase mais difícil. Foi cá dentro, deixar o que tinha a deixar, o pó, a droga. E mesmo assim se fosse lá para fora e visse algum motivo assim como o Sr. Dr. pôs ou aparecesse uma criança para salvar a vida, tentava fazer o melhor sem entrar em consequências com a justiça. Mas podia roubar para ajudar a criança.

12 — Só se fosse um caso mesmo, mesmo de necessidade extrema e que não houvesse outra alternativa é que faria isso. Senão tentava ver as várias alternativas.

B — RESPEITO PELO OUTRO

—► Um amigo desesperado telefona-te para que estejas com ele... mas o Director não permite...

12 — Talvez fosse um grande amigo meu, um amigo íntimo... não olhava para trás. E como tinha sido um telefonema em que estava mesmo desesperado e que se matava, iria ver o que se passava. Tentava mesmo sair daqui, sem ordem do Director e sabendo que me estava a arriscar... mas era um amigo que dizia que se matava. Se eu não fosse, dadas as circunstâncias, uma vez que tinha oportunidade para isso, se eu não fosse e no dia a seguir soubesse a notícia que ele se tinha matado por eu não ter ido, tendo oportunidade... ficava pior comigo mesmo.

10 — Eu também fazia o mesmo se nessas circunstâncias o guarda deixasse a porta aberta... mesmo que o Director não me deixasse ficar... e ele metesse a vida dele em jogo se eu não fosse lá. Eu tentava fazer o melhor para escapar para ir lá. Arriscava a minha vida, estava a pôr a minha vida em jogo mas também estava a tentar salvar outra vida.

12 — Pois eu só faria isso mesmo, por causa de tudo isso porque depois se eu não tivesse ido, mesmo com a oportunidade de ter a porta aberta, não me querer arriscar, e se no dia a

seguir eu soubesse pela família que esse meu amigo se tinha mesmo matado, não conseguia ficar com a minha consciência tranquila. Um amigo! E eu tinha tido oportunidade com a porta aberta! Podia ter lá ido e não fui. E depois, perdi a minha consciência. Nunca mais, não conseguia, nunca mais conseguia conciliar-me com a minha consciência...

10 — Eu também com a minha consciência, também ficava com um peso!...

12 — Claro tinha-se que arriscar!

—▸ Estão de acordo ou não?

10 — Em parte estou de acordo com ele, em fazer o que fazia!

12 — Ao ter deixado a porta aberta, o guarda... tinha... Corriam-se grandes riscos, mesmo com a morte!... Mas se fosse mesmo um amigo íntimo, como tenho alguns, que me telefonasse, eu não olhava, nem pensava nos riscos que estava a correr, dadas as circunstâncias em que me encontrava, para poder falar com ele, para o poder salvar!

—▸ Porque é que não se deve mentir?

10 — É o que eu já disse. Há mentiras que se deve mentir para não haver barulhos e há outras que não se deve mentir.

12 — Não se deve mentir, mas pode-se mentir, conforme as circunstâncias em que nos encontremos. Se for para salvaguardar algum amigo. Por exemplo aqui neste momento na cadeia temos vários amigos e se vem o guarda, o Director ou algum

chefe querer incriminá-los a eles e eles me estão a perguntar a mim. Eu sei, eles sabem que eu vi. Mas eu não vou estar a dizer a verdade porque sei que vou incriminá-los e que vou prejudicar mais a vida deles aqui dentro, se são os meus amigos.

10 — Ora bem!...

12 — Se são meus amigos, vou ter que mentir!...

—▸ **O caso do amigo que entrou no gabinete do professor e pediu-te segredo. Que dirias?**

10 — Eu, ao professor dizia que não tinha visto, que não sabia de nada!

12 — Pois como eu respondi ontem, era capaz de não dizer ao professor para não ir prejudicar o meu colega, mas ao falar com o meu colega fazia-lhe ver que não era com os papéis que ele apanhou para o teste... que ele conseguia fazer o teste. Não estava a fazer teste nenhum, estava a copiar uma coisa... e esteve a enganar-se a ele próprio, mesmo que conseguisse passar.
Não era capaz de dizer!

10 — Se não dizias ao professor estavas de acordo comigo. Eu não dizia. Não era nada comigo.

12 — Preferia ocultar a verdade para não prejudicar.

—▸ **Afinal porque é que não se deve mentir?**

10 — Para não prejudicar ninguém. Há mentiras que não custa

nada dizer que sim para não prejudicar ninguém, e há outras mentiras...

12 — Não se deve, não se pode mentir. Deve-se é mudar um bocadinho a verdade.

10 — Uma pessoa tem que mentir mesmo.

12 — Quase que se é obrigado a mentir.

10 — Ora bem!...

12 — Se fosse, p.ex., dum roubo, se a polícia... Se tivesse sido eu que o tivesse cometido e a polícia não tivesse provas contra mim, não tivesse ninguém a acusar-me, ninguém me tinha visto...

10 — Se estivesse a desconfiar?...

12 — Se estivesse só a desconfiar de mim, eu tinha de mentir à polícia. Não podia dizer que fui eu, porque me ia prejudicar.

——► **3ª Díade**

D/E, 9 (Inter.)
+
D/E, 11 (Inter.)

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► A propósito do caso da mulher cancerosa cujo homem pobre assaltou o boticário. Que vos parece?

D/E, 9 (Inter.) — Eu acho que... Sei lá!

D/E, 11 (Inter.) — Eu acho que está bem porque ele precisava, necessitava, fez bem. Acho que vale a pena pelas razões que foram, roubar!

9 — Exacto! Mas eu penso que roubar também, assaltar-lhe a casa... Por uma parte acho que fez mal, podia ter... pedido emprestado!

11 — Não!... Conforme a doença que era... grave. Por isso, ele fez o que devia ter feito e era o que eu fazia se estivesse no lugar dele.

9 — Pois, exacto, mas num momento desses, roubar!

11 — E quem lhe emprestaria o dinheiro... a uma pessoa pobre? Pessoas boas já acabaram.

9 — Mas há sempre... esses... o I.R.S.... que dão dinheiro para a pessoa. Se ele se informasse bem era capaz de ter esse dinheiro!...

11 — E ele enquanto esperava por esses dias passados, já a mulher... Sei lá!

9 — Se ele resolvesse o caso urgentemente era capaz de ter o dinheiro (200 contos). Ou então dando, essas pessoas... Comprava o produto... ou davam-lhe o dinheiro. Mas eu acho que iam comprar o medicamento para curar a mulher.

11 — Mas ele não podia pensar assim porque aquilo era urgente!... Era de dia para dia e para falar com essas pessoas tinha que demorar dias.

9 — Pois...

11 — Tinha que ser mesmo urgente e a urgência teve que fazer aquilo. Acho que fez bem.

9 — Pronto!... Concordo com o colega!

—▸ Pode-se ou não roubar?

9 — Se se pode roubar?

11 — Não se deve mas pode-se!

9 — Se se pode roubar?

11 — Em certos casos eu acho que sim.

9 — Eu acho que toda a gente rouba... mas, não sei! Há certas alturas em que uma pessoa pode roubar e não pode roubar! Pode-se roubar sim!

11 — Há certos casos em que se rouba também por insignificâncias. Claro que não tem lógica roubar às vezes... objectos, coisas que não têm sentido.

9 — Isso é uma coisa, objectos! Mas há quem diga que roubar para comer não é pecado... Exacto! Mas eu acho que há sempre uma abertazinha para botar a mão naquela coisa que a pessoa necessita. Há sempre e toda a gente rouba, mas não se deve roubar.

11 — Não se deve roubar!... Às vezes deve-se, às vezes, deve-se! Há certas coisas que uma pessoa... não é o dever, parece que é obrigada a roubar!

9 — Eu não digo bem obrigada...

11 — Alguma coisa cá dentro! A gente tem que... parece que há certas coisas que uma pessoa tem que fazer aquilo. Dá-nos umas ideias!

9 — Isso é mais uma tentação! Mas a gente não somos obrigados a roubar. A gente faz aquilo, prontos! Fez aquilo e acabou!... Depois sente-se arrependido daquela coisa que fez e tal...

11 — Há certas coisas que uma pessoa não se arrepende!

9 — Há certas coisas, mas uma pessoa...

11 — E sabendo que faz mal não se arrepende!...

9 — Mas no fundo, no fundo, eu acho que a pessoa se arrepende mesmo. Eu para mim, acho que sim.

11 — Nem todos são iguais.

9 — Exacto! Eu não estou a dizer que todos são iguais... Toda a gente tem arrependimento dentro de nós!...

11 — Claro!

9 — Eu acho que é assim. Eu penso assim.

11 — Eu também acho que sim.

B – RESPEITO PELO OUTRO

——▸ Que farias se o colega telefonasse e não pudesses ir?

9 — Eu na minha opinião... era capaz de não fazer nada, não fugir, não sair!

11 — Eu acho que talvez fugisse! Talvez fosse ao encontro desse amigo... porque ele precisava muito da minha ajuda. Eu era o único que o podia ajudar, por isso eu ia tentar fazer tudo por tudo para o ajudar!

9 — Eu já não fazia isso! Era um perigo que eu também estava a correr. Ele corria perigo e eu também estava a correr perigo. Ao mesmo tempo eu, se fugisse, era um caso de fuga. Era um cadastrado, uma pessoa perigosa e tinha a polícia toda atrás de mim. Nesse caso... eu estava cá dentro faltava-me só dois meses para ir embora... e já ia apanhar para aí sete ou dez, ou doze anos! Claro que era um amigo, mas uma pessoa... também tem que olhar pela nossa vida!

11 — Mas é esse o mal das pessoas! Só pensam nelas próprias! Não pensam nos outros! Uma pessoa deve pensar nos outros e não pensar só em nós...

9 — Deve pensar nos outros, uma situação mais...

11 — Como esta, por exemplo, em que ele precisava era da única ajuda, a tua! Só precisava de ti. Mais ninguém o podia ajudar. Só tu é que podias ajudá-lo.

9 — Era fácil! Metia-se um administrativo ou então falava-se com o Director da cadeia.

11 — Não, mas isso foi o que se referiu, que o Director não se acreditou que ele precisava de ajuda!... E que era muito importante!

9 — Era fácil... Sei lá! Uma carta a ele, escrever-lhe, dizer-lhe tudo... Era o mesmo que estar a falar com ele. Claro que uma carta... é uma carta!...

11 — Mas não sabes que tipo de ajuda ele podia precisar!

9 — Pois, mas na carta eu explicava-lhe e dizia-lhe: "Olha, eu não vou fazer isto porque estou numa situação, que como tu sabes, isto assim, assim... Eu não vou prejudicar a minha vida. Agora tenho aqui a carta... e se precisares de mim, vens aqui visitar-me e falo contigo.

11 — Se ele não pudesse vir aqui?

9 — Se ele não pudesse? Só se ele tivesse... sei lá?

11 — Podia estar...

9 — Claro... não sei! Achas que eu me prejudicaria arriscando-me a apanhar 11 ou 10 anos por causa duma coisa?...

11 — Dum amigo!...

9 — Quer dizer, um amigo que... um amigo... Uma pessoa não pode dizer amigo... percebes? Eu acho que é assim. Eu prefiro falar com uma pessoa estranha do que com um amigo!... Mas isto não está em causa. Estamos a falar que ele era meu amigo, precisava de mim e eu era a única pessoa... Mas o que eu te quero referir é que o guarda esquecia a porta aberta e tal... e eu não me punha a andar...

11 — Olha que eu não te posso dizer porque não estou na situação, mas talvez!

9 — Estava sujeito, estava sujeito a levar um tiro, como podia não estar! Como muita coisa... corria muito perigo!

11 — Mas ele também corria esse perigo! Mesmo a vida é um perigo em toda a parte!...

9 — Claro... claro... claro... Eu sei perfeitamente!...

11 — Também não vou dizer que talvez apanhasse 10 ou 11 anos e talvez depois conforme explicasse ao juíz o que tinha acontecido, talvez ele não entendesse... ou a justiça portuguesa não vale mesmo nada!

9 — Mas repara que a justiça portuguesa não está bem organizada. Não está bem feita, porque não se ia acreditar nisso. Entendes? Ia buscar outras coisas e pensava que eu estava para lá a aldrabar! E dava-me uma pena muito maior, superior a essa. Ou até me podiam condenar numa pena pequena como numa grande. Estás a perceber? Porque a justiça portuguesa, por causa dum amigo, para ajudá-lo: "Você vai fugir da cadeia? Falasse com o Director!" "Ai, o Director não quis

saber não sei quê, não sei qual..." Começava logo essa guerra e eu é que me lixava. Depois o amigo ficava lá fora e eu é que vinha cá para dentro

11 — Nisso dou-te a razão, mas eu mesmo assim ia ter com o meu amigo.

9 — Exacto!... Eu sei aquilo que tu queres dizer... mas neste caso, a minha opinião é esta. Eu podia fazer tudo por tudo... mas menos sair do portão para a rua. Podia-o ajudar duma maneira ou doutra mas não punha os pés na rua.

11 — Pronto! Não temos opções iguais. Ficamos assim...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

11 — É muito complicado! Acho que não se deve mentir. Às vezes sim... não sei!

9 — Claro, eu concordo contigo, que às vezes uma pessoa... pode mentir!

11 — A mentira, às vezes parece que...

9 — Mas no fundo, no fundo, eu acho que a pessoa pode mentir mesmo... no fundo, no fundo!

11 — Acho que nenhuma verdade não tem um pouco de mentira mesmo. Se formos a ver... As verdades têm sempre que ter um bocadinho de mentira, nem que seja um bocado!

9 — Claro!

11 — Mentir tem que estar sempre ali junto à verdade!...

9 — Se se pode mentir ou não, as pessoas é que sabem por elas! Eu por mim mesmo às vezes, minto. Fui ao julgamento e aldrabei lá um bocado! Mas não devia... Pronto, assim, aconteceu. Mas talvez se eu contasse a verdade, talvez me condenassem a uma pena maior... percebes?

11 — A gente...

9 — Eu acho que se deve mentir. Eu por mim acho que se deve mentir!...

11 — A verdade, às vezes traz-nos muitos problemas!

9 — Sim!...

11 — E uma pessoa deve mentir para não criar esses problemas!

9 — Claro, mas às vezes, a mentira traz esses problemas também!

11 — Está certo, mas temos que ver! É diferente... ou é a mesma coisa. Algumas vezes mentir traz problemas, outras vezes dizer a verdade traz problemas.

9 — Claro!

11 — É tudo um problema!

9 — Eu convivi com certas pessoas e nenhuma delas, às vezes, ninguém sabe mentir... Há pessoas que não sabem mentir... Há pessoas que não sabem aldrabar, nada disso!

11 — Toda a gente mente! Mas eu, na minha opinião, eu acho que uma pessoa devia falar, sempre não digo, mas quase sempre

a verdade... Porque a verdade é algo bonito! Ouvir sempre a verdade, saber que ele está a ser sincero!

9 — Sim... eu concordo. Concordo... mas quando, às vezes, se diz a verdade é ao contrário, é a mentira!

11 — Às vezes eu falo verdade e pensam que eu estou a mentir.

9 — Pois é complicado, mas é assim! Às vezes uma pessoa está a falar a verdade, que é mesmo a verdade, e a outra pessoa leva para a mentira... E já o contrário que é mentira... é verdade. É muito complicado! É assim uma coisa que...

——▸ **O caso do colega que entrou no gabinete...**

11 — Eu não dizia nada!...

9 — O quê?

11 — O caso do colega que...

9 — Eu sei, eu sei!... Tu não dizias nada?

11 — Eu não dizia...

9 —Ora bem, eu já dizia! Eu sei que estava a pedir um segredo. Era meu amigo e tal! Mas eu não sabia se ele era meu amigo... porque podia ter acabado a amizade com ele. Só de conviver na escola ou assim, por isso, não o posso chamar amigo, tenho de lhe chamar colega. Porque há colegas e amigos! Amigos há poucos... mas eu contava a verdade e ao mesmo tempo estava a ajudá-lo!

11 — Mas... aí, quem não estava a ser amigo, eras tu!

9 — Não, mas estava a ajudá-lo! Estava a ajudá-lo! Estava a ser amigo! Estava a ser amigo! Só o que restava era ajudá-lo.

11 — Não, eu não dizia nada!

9 — Eu pegava nos exames! Estás na 4ª, passas para o 1º, para o 2º e tudo só de mexer na secretária do professor.

11 — Eu ia fazer isso para ele deixar de ser meu amigo? Se dissesse... "foi fulano que foi lá", ia perder um amigo por causa de dizer? Eu não, porque não tinha nada a meter-me. Uma pessoa tem que ver as coisas... pelas consequências que trazem.

9 — Não... mas ele ia compreender! Ele um dia...

11 — Pronto! Só um dia mais tarde!

9 — Ele ia compreender... e ía chegar à tua beira e ia-te cumprimentar e dizer assim: "Aí é que tu foste meu amigo, porque me ajudaste".

11 — Mas nem todos são iguais. Muitas vezes as pessoas não compreendem as coisas.

9 — Pois exacto! Concordo também. Eu chegava à beira do professor ou então falava com ele e explicava: "Olha, estás a fazer mal. Isto não pode ser assim. Há para aí um conflito" Estás a perceber? Tu, neste caso, dizes-me para eu guardar segredo. Qual é o segredo? Posso guardar, prontos! Não estou a fazer nenhuma jura. Percebes?

11 — Não é preciso!

9 — Eu... pensava para mim mesmo: este gajo, que é isto? Está a mexer nas coisas do professor... não sei quê!

11 — Mas o problema é dele! Ele faz o que entender.

9 — Claro mas eu contava ao professor e chamava-o...

11 — Não é nada comigo, dizia eu.

9 — Mas teve que ser assim. E até te digo mais. Naquela altura o professor até o podia ajudar. Não o podia castigar! Podia ajudá-lo e fazer-lhe compreender como eram as coisas.

11 — Mas...

9 — Que não era assim que tinha de levar as coisas.

11 — Não existem professores desses para ajudar!

9 — Acho que existem!

11 — Não existem nada!

9 — Existem muitas pessoas que ajudam! Existem pessoas... Olha eu conheço muitas que ajudam!

11 — Não existem pessoas que ajudam!

6 — Ah!

11 — Pode existir muita gente que ajuda! Nós pensamos que nos ajudam mas se formos a ver as coisas, até não nos estão a ajudar em nada.

9 — Eu, na minha opinião, há pessoas que ajudam! Não digo que há muitas... há poucas... mas que ajudam a pessoa... ajudam... percebes? Há certas pessoas que ajudam a pessoa.

——► É difícil chegar a um consenso!

11 — Porque eu sou o contrário dele. Eu não dizia nada.

9 — Eu já dizia!

11 — Se o professor me perguntasse eu não dizia nada!

9 — Ao mesmo tempo o professor era capaz de... falarmos os três!

11 — Dizia que não sabia!

9 — Estávamos aqui entre os três e ele... e ao mesmo tempo... ainda estava a ser mais amigo do que ele, porque o estava a ajudar... Repara, tu passas os exames da escola. Queres depois um emprego, mas passastes tudo à base de roubalhice. Depois fazes Universidade ou não sei o quê! E já não sabes. Então como é que você tem o 11º ou o 9º ano ou não sei quê? Lá está a coisa, estás a perceber?

11 — Mas isso não quer dizer que ele fizesse sempre isso. Fazia aquela vez...

9 — Fazia aquela vez? Não sei se ele fez a 1ª, se a 2ª, se fez a 3ª! Isso é uma coisa que é assim!

11 — Pronto!

9 — Eu na minha opinião estava a ser muito mais amigo do que era. Estava a ajudá-lo. É o mesmo que tu roubas isto, sei lá! Um drogado, um toxicodependente, sei lá! Tu guardas o segredo e não dizes nada ao meu pai que eu estou a fumar drogas. Eu punha-me a pensar e dizia: "estou a prejudicar-me a mim próprio!".

11 — Mas eu aí não dizia talvez nada. Podia falar com ele, tentar ajudá-lo eu. Mas não ia dizer nada aos pais.

9 — Mas deixa-me acabar! Eu também ajudava... mas ele via que a minha opinião não servia para nada. Há muitos casos, estás a perceber? Que foram meus amigos e que destruíram-se mesmo! Amigos, não, colegas! Eles destruíram-se a eles próprios, estás a perceber? Estou arrependido porque se naquele momento eu fizesse ver aos pais: "Olhe o seu filho anda metido nisto! Dar assim um toque aos pais, dar um toque doutra maneira, percebes? Para os pais ficarem a saber, porque se eles vão indo, indo, o gajo vai na droga, na droga pesada! Uma pessoa está a quebrar a jura que fez mas ao mesmo tempo está a ajudá-lo, percebes? Entendeste?

11 — Entendi...

9 — E mesmo que ele dissesse: "Ai, não falo mais para ti, não quero mais saber de ti". Há outros amigos que eu tenho que ajudar, prontos! E acabou.

——► **4ª Díade**

D/E, 2 (Inter.)
+
D/E, 3 (Inter.)

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

——► **Afinal porque é que não se deve roubar?**

D/E, 3 (Inter.) — É contra a lei. Não há métodos para...

D/E, 2 (Inter.) — Também acho que sim. Acho que uma pessoa não tem necessidade de roubar. Depende também das circunstâncias.

——► **Uma mulher gravemente doente cujo homem assaltou a casa do boticário avarento...**

3 — Está mal!

2 — Acho que sim... Ou então procurava outros meios. Tentar ir com alguém para pedir ajuda! Ou o médico não foi compreensivo ou o homem também não agiu bem. Mas quanto a mim...!

——► **Se uma pessoa estiver desesperada...**

3 — Fazia um empréstimo no banco!

2 — Quanto a mim havia sempre uma casa que havia de abrir as portas...

3 — Exacto!

—▸ Estão de acordo?

2 — Acho que havia de haver alguma pessoa ou alguma casa que lhe abriria as portas!

3 — Não sei!

B – RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Um amigo desesperado, telefona-te para falar urgentemente contigo...

3 — Se houvesse uma hipótese tentaria.

2 — Quanto a mim não arriscava. Ele podia vir ter comigo...

3 — Mas...

2 — Acho que era ele que devia vir ter comigo e não estragar a minha vida por causa dele.

3 — Exacto!

2 — Quanto a mim não arriscava! Ele podia muito bem vir ter comigo à visita também...

3 — Qualquer um...

2 — Ele pode entrar e eu não posso sair.

3 — Não havia hipótese de se conseguir... Não temos hipótese de sair daqui. Não podemos passar os muros! Ia piorar a situação!

2 — Não sei... depende do dia, do momento. Podia dar como não dar para sair! Mas à partida não me ia arriscar. Ia estar a arriscar a minha vida. Ter que cumprir a cadeia atá ao fim e assim... Por causa dum amigo que apesar de tudo podia vir ter comigo enquanto que eu não podia sair nem entrar!

3 — Uhm!

—▸ Quanto ao colega que entrou no gabinete do professor... que dizias?

3 — Não sabia de nada. Que não estou dentro do assunto. Se era segredo não ia dizer nada. Não ia denunciá-lo.

2 — Estou de acordo! Mas também podia-me abrir e estar a ajudar o professor, mas estava a trair um amigo. Ele pediu-me segredo! Apesar dele ter errado e de não se estar a ajudar a ele próprio... não sei! Acho que à partida também não sabia de nada!

3 — Nem dava para saber. Se ele pedia segredo!

2 — Pois, estava a ajudar o professor mas também estava a trair um amigo. Não sei!

—▸ Não estão bem de acordo... ...

2 — Sim, estamos, só que eu falei que podia-me abrir... Mas estava a ajudar o professor e não ajudava o amigo. Estava a traí-lo apesar dele não ter agido bem.

3 — Claro...

2 — Uhm!

—▸ Pode-se mentir ou não?

3 — Depende das circunstâncias.

2 — Eu também acho que sim. Acho que há alturas em que uma pessoa tem que mentir... Embora seja favorável...

—▸ Exemplo em que se pode mentir... ...

3 — O meu caso. Perguntaram-me se eu consumia droga... e eu disse que não. Estou a mentir. É um exemplo. Todos os dias me perguntavam e eu dizia que não. Estava a mentir!

2 — Mas isso não era para teu bem!

3 — Obrigado, mas só depois de se entrar aqui é que se pensa nessa...

2 — (Ri...)

3 — O cão está melhor fora...!

2 — Uhm!

3 — Não há ninguém que não minta!

2 — O mundo vive de mentiras e verdades!

3 — Não estou a ver um sentido para dizer uma mentira, mas acho que às vezes há necessidade de mentir!

2 — Até para ajudar alguém!

——► **5ª Díade**

D/E, 5 (Inter.)
+
D/E, 6 (Inter.)

A — A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal porque é que não se deve roubar?

D/E, 5 (Inter.) — Há actos de necessidade! Claro em princípio é um acto muito chato mas há certas necessidades que é mesmo necessário uma pessoa roubar porque necessita. Agora, há casos em que roubar sem necessitarem... São roubos muito grandes... roubos que não se necessitam... só para as pessoas ficarem bem!

D/E, 6 (Inter.) — Eu acho que roubar é uma coisa que faz mal porque para eles ficarem bem, alguém há-de ficar mal. Eu acho que isso não se devia tirar, nem roubar...

5 — Em princípio estou de acordo com ele: não quererem roubar. Mas há pessoas que necessitam mesmo, principalmente pessoas que são toxicodependentes, não têm dinheiro para o vício, são obrigados a roubar. Nesse caso digo que há certos indivíduos que têm mesmo que roubar, mesmo que não queiram... Eu estou a falar de...

6 — Pois a roubar... sim, mas...

5 — Trata-se dum acto de necessidade.

6 — Trata-se dum acto de necessidade...

5 — Trata-se e não se trata... Depende da pessoa...

6 — Exacto!...

5 — Depende dos vícios, sei lá...

6 — Há muito trabalho a fazer, trabalhar e evitar de roubar, tirar coisas...

5 — Pois, exacto!... A pessoa quer roubar... se for pessoa de vícios, vícios principalmente "toxicodependentes". Trabalhar não conseguem, porque sentem a falta de droga e são obrigadas a roubar para consumir. Porque se eles tiverem todos os dias para consumir até são capazes de ir trabalhar... todos os dias. Mas desde o momento em que não tenham dinheiro para a droga, trabalhar para quê? Vamos roubar que eu necessito disto, temos que roubar, vamos fazer um assalto...

6 — Mas não há vício que possa com um homem!

5 — Não, não há! Um homem que quer consegue dominar. Pelo menos eu consegui dominar. Estava agarradinho... a essa porcaria dessa droga e desde que vim preso, larguei bem. Por isso qualquer homem... Não há nada que domine o homem. O homem por si mesmo não pode deixar ser dominado.

6 — Exacto!

5 — E é isto!...

—▸ Uma mulher gravemente doente cujo homem pobre assalta a casa do boticário...

5 — Ora bem, ele nem fez bem, nem fez mal... Foi um acto de proteger a mulher. Acho que o médico foi egoísta, porque se tratava duma morte. Acho que ele devia facilitar, uma vez que se tratava dum homem pobre que não tinha possibilidade de pagar logo tudo... Eu acho que o homem procedeu bem!

6 — Exacto! Fez uma partida que não está mal feita, nem bem! Mas foi de necessidade em que queria tirar aquele medicamento. Ele não tinha dinheiro para o comprar e queria curar a mulher.

5 — Pois, eu acho que está certo!... Eu acho que, desde o momento em que uma pessoa não tem dinheiro se falar com o médico e pagar aos poucos, pronto!... Não é por ter a mulher curada que vai deixar de pagar. Eu acho que o médico devia ver que era uma vida que estava em risco. Trata-se de um acto de necessidade!

6 — Eu acho que isso não está mal nem bem feito.

B — RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Um colega que telefona desesperado para falar contigo...

5 — Eu para mim, não o fazia. Estava a tentar salvar a vida dele e a por a minha em risco. Eu na minha maneira de ver não o faria. Era a minha vida em risco, depois era apanhado e ia pagar por isso, só por uma fuga duma prisão.

6 — Ora, isso não se fazia, mas em acto de necessidade tinha de se fazer. Pois eu era capaz de fazer isso!

5 — Não, eu não fazia... Não fazia porque uma pessoa está presa... Se formos a ver bem... uma pessoa está presa e os amigos estão lá fora! Vamos supor que os amigos precisam de nós! Mas nós que estamos cá dentro precisamos deles e eles nunca cá vieram. Não somos nós que vamos ter que ir lá! Eu, na minha maneira de ver, não ía.

6 — Tu estás na tua e eu estou na minha.

5 — As minhas razões são que uma pessoa está presa... Um amigo que é amigo, se é amigo lá fora, também é amigo cá dentro. Qual é a reacção dum amigo quando um amigo vem preso? Eu acho que se é amigo dele, devia fazer pelo menos 1 ou 2 visitas. Nunca aparece cá, e em última necessidade precisa de mim. Quer dizer eu vou arriscar a minha vida... e ele que nunca arriscou a vida dele em vir aqui visitar-me (que não arriscava nada)... só lhe tiravam o cartão, vinha-me fazer uma visita ou duas. Aí já se tratava dum amigo. Agora desde o momento em que ele nunca aparece cá... ele telefona-me para aqui a dizer que está aflito! Ele não tinha nada a arriscar, não me veio visitar e eu aqui preso... vou ser obrigado a estragar a minha vida para ir lá? Não, não vou. Não ia!

6 — Sim, é verdade tu saindo da cadeia arriscavas-te e ele lá fora não corria nenhum risco... porque, sei lá! Uma pessoa quando se sente desesperada pede sempre a uns amigos que o ajudem, mas a um preso da cadeia, a um recluso, nunca se devia pedir.

5 — É evidente! Estou certo, estou de acordo contigo porque um recluso é uma vida diferente. Se tem uma liberdade ainda tem aquela "chance" de o poder ajudar, salvá-lo! Agora um recluso que está preso!... Quer dizer, eles que nunca fizeram nada por nós, e nós que estamos presos vamos fazer por eles? Não pode ser!

6 — Certo!

5 — É uma vida muito arriscada para um recluso!

—► Que te parece daquele amigo que assaltou o gabinete do professor... que dirias?

5 — Bem, eu na minha maneira de ver, como disse ontem, eu não denunciava, dizia que não sabia do que se tratava. Mas se entretanto me dissessem alguma coisa, assim por alto... falaria com o professor. Mas assim de momento, como não sei nada, não posso dizer nada! Era o que eu dizia ao professor... Mesmo ao saber das coisas era o que eu dizia ao professor...

6 — Pois eu, também "fazeria" o mesmo! Mas se não castigassem o moço, até era capaz de dizer para estarem naquela ideia, mas se fossem castigar o moço, eu não dizia nada.

5 — Ora bem, é evidente que se ele me dissesse, e eu dizia ao professor: "foi aquele fulano" ele vai ser castigado. Por isso na minha maneira de ver, eu acho que me fechava em copas e não contava a ninguém. Uma pessoa nunca tem ninguém em quem confiar, mas como ele me contou a mim, não sei de nada. Mas se entretanto souber até digo e tal... porque eu ao dizer ao

professor que foi aquele, castiga-o. É evidente! É expulso da escola!

6 — Mas se ele chegasse a um acordo que não castigava ninguém, pois eu dizia. Mas senão eu não dizia.

5 — Pois aí é que está! Fazes mal! Porque trata-se de fazer um acordo. O professor diz: "Você diz-me quem foi e eu não o castigo. Falo com ele, ele trata das coisas e fica na mesma na escola". Chega a hora, trata-se das coisas, chama a polícia e é castigado. Eu acho que nunca se deve dizer, porque uma professorsa por muito boa professora que seja ele castiga-o sempre. Chama a polícia porque foi um assalto que fez, trata-se dum assalto, foi um crime que ele cometeu. Por isso eu acho que não se deve dizer!

6 — Sim... mas ele também não devia tirar nada!

5 — Exacto, ele não devia ter tirado nada mas, a um seguinte... se ele roubou a professora quer saber... A professora não sabe quem foi, mas suspeita de mim ou de ti e pergunta-te e tu dizes: "não sei de nada". E eu que sei, ela pergunta-me e eu digo que não sei de nada! Mais tarde tu vens a saber. Vais dizer à professora?

6 — Ah! Isso não, não! Mais tarde não vou a dizer à professora...

5 — Mais tarde... isto é, dois dias depois?

6 — Ia ver e depois dizer ao professor? Ah! Isso não!

5 — É nesse sentido que me estou a referir.

6 — Exacto!

5 — Porque eu acho que estamos a ser nós maldosos. Estamos a ser meninos bonitos ali na escola porque ao estar a fazer queixas daquele, nós é que estamos a ser os mais bonitos... E, eu não gosto disso. Para mim são todos iguais! E na minha maneira de ver, não dizia nada.

6 — Exacto, certo!

—► Pode-se mentir ou não?

6 — Há ocasiões em que se pode e outras em que não se pode. Mas não há nenhum ser humano no mundo que diga todas as verdades!... Há partes do mundo, na vida humana que tem marés para falar a mentira e para falar a verdade porque nem sempre se pode dizer a verdade. Há momentos para isso.

5 — Há momentos para tudo! Estou de acordo com ele! A cabeça é que manda! Naquele momento a cabeça é que diz, sim ou não.

—→ **6ª Díade**

D/E, 4 (Inter.)
+
D/E, 1 (Inter.)

A – A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—→ Afinal porque é que não se deve roubar?

D/E, 4 (Inter.) — Eu acho que há situações em que roubar... Por exemplo, uma pessoa que precise, às vezes seja mesmo obrigada a fazer uma coisa dessas para roubar. Não sei se concordas comigo.

D/E, 1 (Inter.) — Uhm!

4 — Um toxicodependente, por exemplo, às vezes, chega a um ponto em que tem de roubar para adquirir as drogas.

1 — Eu acho que não. Há outros meios sem ser preciso roubar, para se conseguir o que se quer.

4 — Não! Mas caso contrário há indivíduos que não têm possibilidades de... Por exemplo, as famílias não dão dinheiro, eles não conseguem dinheiro, não trabalham ou trabalham e o dinheiro não chega para aquilo que... Têm de roubar. Isso de certeza que... 90% dos casos de toxicodependentes é assim e chegavam a meter certo dinheiro para as drogas e esse dinheiro não chega e têm que recorrer a esses meios...

1 — Há muitos... Não estou de acordo.

—▸ Quanto ao caso do homem cuja mulher cancerosa...

1 — Por um lado, se ele tentou por outros meios e não conseguiu, roubou, fez mal, mas teve de ser.

4 — Eu acho que, se o farmacêutico descobriu a doença e não quis fiar e sabia que a mulher estava mesmo assim doente, acho até que o marido dela fez bem em fazer uma coisa dessas. Pior seria para o farmacêutico que se inventou aquilo foi como meio para ajudar alguma coisa. Estava a ser cruel da parte dele...

(Silêncio)

1 — Há muitos meios para... Em parte o farmacêutico foi desumano... em saber que a esposa do senhor estava com cancro, precisava de remédio e não fiou... Agora podia ter tentado por outros lados, a ver se conseguia o dinheiro para o medicamento sem ser preciso roubar.

4 — Eu penso que, se o medicamento fosse preciso para a ocasião, ele podia não ter..., sei lá!, ...possibilidades de arranjar! Podia ter corrido mesmo para o...

1 — Podia ter assaltado logo a primeira pessoa que se lhe dirigisse... e emprestasse o dinheiro, devido à situação.

4 — Mas, talvez essa pessoa não pudesse ter! Sabes que um caso assim de repente quase que, por exemplo, um toma qualquer coisa e precisa do medicamento para agora e se não for para agora pode haver algum problema, e estar mesmo em risco de vida. Claro que uma pessoa não vai correr para muito longe. Este nega... uma pessoa sabe que este tem... e pode

correr mal, que aquele pode não ter e assim... prontos! Fazemos isso, podemos chegar ao ponto de fazer isso mesmo.

—▸ Pode haver injustiças dentro da prisão...

1 — Há muitas injustiças... ...

4 — Injustiças há. Um caso em que em certo tempo saí para fora de casa... Senti fome e fui obrigado em entrar na casa dum lavrador. Um pouco de carne, fui a Tribunal e levei dois anos e meio por fazer isso. E por um furto de um carro não levei nada, fui absolvido. Acho que a "injustiça" está totalmente ao inverso. Do carro devia ter sido castigado, sim senhor, prontos! Está leviano, devia ser castigado, agora numa casa só ir lá a roubar uma coisa para comer... dando provas de que não fiz nada! Acho que a justiça não está bem.

1 — Eu só por uma tentativa estou aqui... Não cheguei a roubar nada... Entrei, mas saí...

4 — Acho que a justiça está mal encarregue, como por exemplo a história dum senhor que esteve aqui. Tinha a sua mercearia, foi furtado 5 ou 6 vezes e uma vez que os meliantes (vamos por este termo) vão lá à noite, pega numa pistola e dá um tiro num... o outro foge... Acho uma injustiça. O homenzinho esteve aqui e acabou por morrer... dum tombo e acabou por ter os últimos dias de vida dele. O homenzinho defendeu aquilo. Se as autoridades não se interessavam ou assim... Se ele tinha que reagir duma maneira foi aquela a única que ele conseguiu... à 6ª ou 7ª vez. Até foi mais, ele não actuou assim... Acho que a justiça... Ele fez aquilo mais

para lidar pelos bens dele e não fez aquilo para matar o homem logo de seguida. Fez aquilo para intimidá-los. E pronto, acabou por vir para aqui. Acho isso uma injustiça. Uma pessoa estar a defender aquilo que é seu! E até na própria lei dizem que dentro da propriedade duma pessoa, uma pessoa tem uma certa... Não podem entrar dentro da própria... pode ser agredido... A justiça está um bocado em baixo.

1 — As leis nem sempre são justas. Também tenho aqui um caso dum vizinho. Dois meliantes pegam-se com ele, puxam por uma faca e pedem-lhe a carteira e ainda por cima dão-lhe um estalo... Ele vai fazer que vai buscar a carteira e puxa da pistola e deu dois tiros numa pessoa.

4 — Uhm!

1 — Foi em legítima defesa!

4 — Uhm!

1 — O juiz não aceitou... e pô-lo cá dentro.

4 — Uhm!

(Silêncio)

4 — Mas há casos também em que... Ele tinha uma pistola e os outros tinham uma faca. Ele também com a pistola dava para segurar e entregá-lo à polícia até sem fazer nada. Ele podia ter evitado...

1 — Só que... levou um estalo e uma pessoa fica... ...

4 — Claro... lá está... Se a arma fosse igual ainda o juiz podia tê-lo mandado embora. A injustiça era mal...

1 — Mas ele também não deu para matar...

4 — Lá está!

1 — Foi mesmo para o castigar!

4 — Podia ser também só para intimidá-lo! Depois levava-o e chamava ou mandava chamar os...

—▸ Pode-se ou não se pode roubar?

4 — Pode-se. Há ocasiões em que se pode e é preciso.

1 — Às vezes é preciso, mas se puder não fazê-lo... não se faça.

(Silêncio)

B — O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Um colega que telefona a dizer que se mata se não o atendes...

1 — Tentava junto do Director...

4 — Se eu tivesse uma chamada assim eu fazia logo outra, para um familiar meu, informava-o do que é que se estava a passar e mandava-o a ele em vez de ir eu. Estou aqui a cumprir aquilo que paguei, aquilo que fiz. Se saísse da porta para fora já ía pagar muito mais pelo assalto. Acho que não...

4 — Eu já não actuava assim. Se tivesse a possibilidade... ou mesmo se deixasse um recado ou tentasse avisar que ia fazer... ou onde tinha ido, eu ia lá e era capaz de vir no outro dia, logo que tivesse as coisas preparadas, a situação resolvida, voltava para dentro outra vez. Fui falar com o Director e o Director não quis ouvir... porque eu pedi uma ajuda e o Director cumpria o lugar dele, mas não estava a ser humano. Claro que se deixasse ir os presos para fora sempre, não era preciso estar aí Director nenhum. Mas eu tentava para salvar a vida dum amigo. Mas ainda que uma pessoa tivesse que aguentar aqui mais um tempo. Mas se fosse assim um caso...

1 — Concordo...

4 — Claro que se ele telefona para aqui é porque não queria outra pessoa. Não faltavam pessoas lá fora. Ele sabia que eu não podia sair, por isso, era porque precisava mesmo só de mim. No caso, recorreu a mim, foi a necessidade mesmo, prontos! A última necessidade de recorrer à cadeia.

1 — Há ocasiões em que uma pessoa deve mentir. Esta é uma delas. Mentir por telefone a dizer que era eu que ia lá. Só que punha o problema a outro familiar que fosse lá. Punha-lhe o problema todo do que se passava e que impedisse eu fazer o que podia fazer.

4 — Não, mas eu acho que isso não adiantava porque tu impedias... Ele se estivesse com a coisa de se matar e tivesse um revólver e te chamasse a ti e visse entrar outra pessoa... Sei lá! E essa pessoa dissesse: venho aqui, não faças nada... Uma pessoa era capaz de se matar mesmo. Acho que isso até...

1 — Sim, mas...

4 — Agora, se ele tem confiança numa pessoa, a pessoa vai e já demorava mais a situação.

1 — Mas quem costuma dizer ou divulgar que se vai matar, não faz.

4 — Há casos, porque eu tive na minha família o meu avô que disse que ia fazer isso e fez no mesmo dia. Isso depende da personalidade da pessoa. Há pessoas que dizem mas é só para desabafar e outras que dizem e fazem mesmo. Claro que uma pessoa quando diz nunca diz como faz e quando deve fazer... Faz sem dizer a ninguém. Mas há certas pessoas... e nem todos somos iguais. Se todos fossemos iguais, acho que era diferente! Por exemplo, se o meu irmão tivesse um problema destes... ele sabe que eu aqui não consigo fazer quase nada, não posso fazer nada. Mas se telefonou para aqui e pediu ajuda... é porque era a única pessoa de que se podia socorrer... senão não faltavam pessoas lá fora, amigos. Acho que é arriscado! Se telefonou para nós é porque só nós é que o podemos acalmar. É como se um indivíduo que está a atirar-se dum prédio abaixo e uma pessoa está numa casa. Ele diz que quer falar com o amigo tal e com mais ninguém. Se aparecer o amigo que chamou ele tenta o diálogo, acalmá-lo... Isso para mim é que conta. A pessoa que ele chama é a que ele necessita, porque tem confiança. Nesse ponto eu acho que...

1 — Estou de acordo com o que disse...

—► Quanto ao caso do colega que entrou no gabinete do professor. Que responderias ao professor?

1 — Eu não dizia. Não era nada comigo.

4 — Eu já não acho. Acho que uma pessoa com um azar desses em vez de fazer o que ele fez... devia pedir a uma pessoa mais madura com mais experiência na matéria para explicar o caso em vez de ir ao escritório do professor. Acho que eu ia a uma pessoa mais madura. Ao professor também não dizia senão chumbava-me... mas não sei! Por um lado tentava. Quando uma pessoa faz uma asneira as pessoas desconfiam umas das outras. Numa sala de aulas ou no trabalho o patrão ou o professor desconfiam de um ou de outro se não souberem quem foi. E mesmo os próprios alunos vão desconfiar uns dos outros. Acho que assim preferiria não fazer queixa... mas dar a perceber para desconfiar e para o aluno ser ajudado e estudar.

1 — Se o professor me viesse perguntar a mim eu tentava encobrir. Não é nada comigo, não fui eu que fiz. Mas ele não devia fazer o que fez, antes devia falar com o professor... e tentar no pouco que faltava para o exame, conseguir estudar, o mais rápido possível.

—► No fundo estão de acordo

1 — Sim... de acordo com o que ele disse, mas no caso de ele já ter feito o que fez e o professor me perguntasse eu não o incriminava...

4 — Incriminar? Isso não é bem incriminar! Acontece mesmo na família. Nem sempre quando se diz a verdade, nem sempre quando se diz que foi fulano é para o seu mal. Às vezes até é para bem. Por exemplo, quando a minha mãe dizia ao meu pai "olha, o teu filho fez isto" e o meu pai chegava à minha beira e batia-me, não era para me enterrarem ou destruírem, mas era só mais para me castigarem, para me fazerem ver como eram as coisas. Eu também acho que estando a dizer ao professor que o aluno precisava de ajuda... acho que se o professor fizesse alguma coisa não era para magoar mas para tentar dar-lhe a ideia de que ele fez mal. Nem sempre dizer a verdade se prejudica. Às vezes convém mesmo dizer a verdade. De hoje amanhã, suponhamos que uma pessoa fez um furto e suponhamos que o meu irmão vê... e não diz ao meu pai, e amanhã faço outro furto... e o meu irmão torna a ver sem dizer. Isto continua e chega a ser rotina ou vício. Se o meu irmão tivesse feito queixa ao meu pai... por um lado estava a fazer bem, estava-me a ajudar mesmo que levasse do meu pai. O meu irmão estava a dizer a verdade, mas era para me fazer bem... A queixa pode ser para tentar ajudar! Claro que há indivíduos que dizem coisas para enterrarem uma pessoa, mas há certas vezes em que a gente tem de dizer a verdade para ajudar. Se no próximo ano o aluno baldava-se outra vez e ia lá outra vez ao escritório do professor...

1 — Se fosse já a 2ª vez... então era outra questão...

4 — Costuma-se dizer que o mal corta-se pela raíz e a minha mãe sempre disse como a minha avó dizia "que o mal se corta pela raíz". E eu acho que aqui o mal pela raíz é isto:

uma pessoa fazer o mal a primeira vez, se for caso de ajudar, à 2ª já não cai na asneira... Se o pai souber explicar ao filho... mesmo se for necessário bater ao filho... pelo que neste caso é a mesma coisa para o aluno não tomar o hábito. Se eu fizesse isto no gabinete do professor e se me corresse bem, para o ano era capaz de fazer o mesmo. Portanto cortar logo para ter medo e tentar tudo para andar direito. Fala-se ... não para enterrar mas para ajudar. Não sei se estás de acordo... Mas eu acho que é assim na minha lógica.

1 — Concordo.

—▸ **Porque é que não se deve mentir?**

4 — Há certas vezes em que...

1 — Há ocasiões em que se pode e se deve e outras em que não. Conforme for a ocasião, o que seja...

4 — Não concordo muito... porque às vezes mentir... nos casos piores... por exemplo, se faleceu alguém da minha família e eu pergunto por ela, sei que está doente e dizem-me que está bem e até lá ficou na cama e tudo... e ela tinha sorriso... De hoje amanhã, se eu sabia por outro... era uma mentira que mais valia para não ter ficado alarmado naquele dia. Como aqui acontece, nunca dão a morte dum familiar no mesmo dia e quando telefonam para aí é sempre 15 dias passados. Pensam que estão a ajudar e não... Uma pessoa depois sabe aquilo e o choque ainda é maior. Eu preferia saber as coisas logo no princípio...Era doloroso na mesma, mas preferia saber naquele dia!...Mas saber daqui a 15 dias, uma

pessoa anda ali... Acho que mentir assim desta forma também faz mal. E acho que também não me ajuda nada. Certas vezes é preciso mentir nas coisas "insignificativas". Nas coisas grandes acho que mentir não resolve nada.

2. RESPOSTAS DOS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL

A. PRETESTES E POSTESTES

(Dilemas e Perguntas Capts. 6.2.B.)

D/C, 1 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que farias?

Parece-me assim... Não é muito certo fazer isso..mas como era para salvar o meu amigo! Como ele podia em caso de...morrer por causa disso... Era capaz de fazer isso por ele...roubar a farmácia para lhe levar o comprimido ou o calmante.

—► Portanto o teu amigo, estava desesperado!

Pronto...fazia isso... Caso contrário podia também contactar com a família dele...ou a ver se conseguia pedir algum dinheiro emprestado, e ía à farmácia e comprar...mas nesse caso se não conseguisse arranjar era capaz de fazer isso com um amigo...

—► Mas também era perigoso para ti!

Sim, por um lado era perigoso para mim...podia ficar...e assim nem levava o comprimido para ele e ía eu preso...

—► E então?

Era um bocado complicado. Não sei!

—► O que é a vida?

A vida...

—► Porque é que a vida humana vale muito?

Uma vida humana vale muito se uma pessoa gostar dela, se...trabalhar...

—► Porquê?

(silêncio). Há pessoas que gostam de viver, mas há outras que podem não gostar de viver...
Até tentam se suicidar, matar-se! Eu não, eu não era capaz de...eu gosto da vida, gosto de viver.

—► Porquê?

(silêncio). Gosto para andar aí, lá fora a passear com os amigos! E quando sair...para andar a passear, casar e na devida altura, ter filhos, ter a mulher e casa... É por isso que gosto da vida... Mas também é preciso uma pessoa trabalhar... e ter algum dinheiro...mas para isso é preciso também trabalhar...

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo...Mais importante é a vida dum amigo!

—► Porquê?

Porque a vida dum amigo, uma pessoa já o conhece e a dum estranho não conhece, não conhece aquela pessoa e um amigo já

o conhece...Se for um amigo bom, acho que é mais importante a vida dele.

—► É mais urgente salvar a vida duma criança ou dum estranho?

Acho que é mais importante salvar a vida duma criança...

—► Porquê?

Porque ela ainda é pequena e se for uma pessoa já adulta já se sabe virar, já sabe como é que há-de fazer...para tentar se salvar...e se for uma criança ainda não! Não pensa...

—► E se for uma pessoa famosa?

(silêncio). Preferia salvar a da criança do que a da pessoa famosa.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dizes ao professor?

Dizia que não, que não sabia de nada!

—► Porquê?

Porque não ía estar a dizer que foi o meu amigo que fez aquilo...ou que deixou de fazer que era para depois estar a

prejudicar a ele. E assim o director ou lá a pessoa que é, ía ter com ele e era capaz de o expulsar quando ele estava a fazer o exame... E era pior para ele... Não dizia nada.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

É feio...porque uma pessoa quando está a mentir a outra pessoa, se a outra pessoa descobre fica chateada por saber que aquela pessoa que podia estar a contar com ela...é um amigo, e que lhe mentiu...e ela fica chateada por causa disso.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Deve-se guardar porque essa pessoa depois pode estar sempre a contar com aquela pessoa...que lhe contou o segredo e pode ter respeito por ele como ele por ela.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Fez bem ou mal?

Por um lado fez bem e por outro fez mal...

—▸ Porquê?

Pelo lado do mal porque ele não devia ter feito isso... Ía para a polícia e podia ir para a cadeia... E por outro ele não precisava, não era para comer e como não conseguiu

arranjar emprego nem ninguém se calhar lhe dava nada para comer, ele não teve outra hipótese senão fazer isso... Prontos! Foi lá e roubou...

—► Porque é que não se deve roubar?

Acho que é uma coisa feia que não se deve fazer. Está-se a prejudicar as outras pessoas por causa disso, roubar. As outras pessoas quando sabem ficam muito chateadas...

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Quando uma pessoa sente que não tem dinheiro para comer ou para ir dormir a um quarto, fica assim um bocado coisa...E pronto, vai roubar! Vê que não tinha outra hipótese não fora ir roubar, vê que ninguém lhe dá dinheiro para ir comer, que não lhe dão comer ou para dormir...Essa pessoa vê que está em apuros, pensa e vai roubar.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência?

...Consciência...(silêncio). Não sei...consciência... Acho que (pausa)...não sei explicar.

—► Não queres tentar...?

Há pessoas que não têm aquela consciência, que se enervam

muito; Qualquer coisa exaltam-se logo, põem-se à porrada, fazem coisas que não devem fazer, é isso...! Há outras pessoas que têm a consciência tranquila, que andam à vontade, não fazem mal nenhum...

—▸ Para que servem as leis?

As leis servem para uma pessoa andar direito, na linha..., que é para não fazer mal, nem roubar, nem andar à porrada como outras pessoas, porque isso também, por vezes, dá cadeia...! É para isso que servem as leis.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Acho que é mais importante seguir as leis...É melhor seguir as leis...pode ter azar se cair na mão da lei. Se for um caso grave, pode ter azar...

D/C, 2 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ **Que farias?**

Se fosse para um amigo, visto que ele está mesmo aflito, fazia.

—▸ **Mas tu corrias o risco!**

Apesar de tudo fazia...

—▸ **Porquê?**

Para não vê-lo aflito e para evitar que ele se matasse...

—▸ **Porque é que a vida é importante?**

Não sei...

—▸ **Que te parece?**

O que é que me parece a mim? É indiferente, não sei responder. Não sei, acho que todos nós gostamos de viver e ninguém gosta de morrer.

—▸ **Porquê?**

É porque a vida é boa.
A morte é a mesma coisa que quando a gente está a dormir e ninguém se lembra de nada, ninguém sabe nada...
E a gente na vida sabe o que se passa, sente tudo, vê-se!...

—▸ **É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?**

Para mim é igual...A vida é igual tanto para a pessoa desconhecida como para o amigo.

—▸ **Porquê?**

Se visse um amigo aflito ajudava-o e se visse um desconhecido também o ajudava...

—▸ **Porquê?**

Prontos!...não gosto de ver ninguém a sofrer...Farto de sofrer já estou eu e de ver muitos aí a sofrer também.

—▸ **É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?**

É mais urgente salvar uma criança porque ainda tem a vida toda para viver...e a pessoa importante já viveu o suficiente, mais que a criança.

B) O OUTRO

—► Que dirias?

Dizia que não sabia de nada.

—► Porquê?

Para proteger o meu amigo. Não ía dizer que ele tirou os papéis se ele me pediu para guardar segredo.

—► Porque é que se deve guardar a palavra?

Se ele me pediu para guardar segredo é porque não quer que ninguém saiba...e uma pessoa se diz que guarda...Há quem não cumpra com as palavras!...mas há outros que gostam de cumprir a palavra.

—► Porque é que não se deve mentir?

O que eu ouço dizer é que é feio mentir...

—► Porquê?

Não sei...Nunca me disseram porque é que é feio mentir...

—► Que te parece a ti?...

Se é feio mentir, uma pessoa ao mentir está a enganar as outras pessoas e não se deve fazer isso...

—▸ Há ocasiões em que se deve mentir...?

Há ocasiões em que se deve mentir...

—▸ Quando?

Não sei. Quando é para proteger alguém...ou quando é para nos protegermos a nós próprios...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Isso está mal feito! Porque ele não devia ir por esse caminho.

—▸ Estava a passar mal!

Estava a passar mal, mas nem que fosse de porta em porta a pedir alguma coisa para comer...Havia sempre maneira para evitar...

—▸ Porque é que não se pode roubar?

Uma pessoa ao roubar está a tirar o que é doutra pessoa, e essa pessoa deve ter trabalhado para conseguir o que tinha e chegar lá outra pessoa e pegar no que é dela...

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Não, nunca! Mais vale pedir que roubar! Uma pessoa a pedir há sempre alguém que dá.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência?

Consciência é a responsabilidade, uma pessoa que tem consciência daquilo que faz...e sabe aquilo que faz. Uma pessoa sem consciência é uma pessoa que faz coisas que não devia fazer. Não tem consciência.

—► Para que servem as leis?

Para se cumprir...

—► Porquê?

Porque é a lei... Não sei...

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

No mundo em que nós estamos é mais importante cumprir as leis.

—▸ Se a consciência disser outra coisa!

Isso aí, uma pessoa está numa situação difícil. Para proteger uma tem que errar com outro...

—▸ Que farias?

Aí esquecia a lei e tentava ajudar o meu amigo.

D/C, 3 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► **Que te parece?**

Ajudo ele para ver se ele não morria.

—► **Corrias o risco...**

Corria o risco mais ou menos...

—► **O mais importante?...**

Era a vida do meu amigo e ajudá-lo.

—► **Porque é que a vida é importante?**

Acho que é ajudar...ajudar o amigo a ver. Não sou capaz de dizer.

—► **É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa desconhecida?**

É mais importante a vida dum amigo.

—► **Porquê?**

Porque uma pessoa já conhece os amigos, já se dá bem com

eles...e isso tudo. É a melhor coisa para uma pessoa ajudar... os amigos.

—▸ É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

É melhor ajudar uma criança.

—▸ Porquê?

Porque é mais importante...Porque a criança precisa de ajuda de muita gente...Não sei!

B) O OUTRO

—▸ Que farias?

Eu dizia ao Professor que não sabia de nada...

—▸ Porquê?

Dizia que não sabia de nada e o Professor depois, chamava-o a ele....Depois íamos... (silêncio).

—▸ Porque é que não dizias nada?

Porque ele era meu amigo...não dizia nada.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque o mais importante que uma pessoa tem
é o amigo...

—► O teu colega fez bem ou mal?

Fez mal.

—► Porquê?

Porque não havia de fazer uma coisa destas, roubar na escola. Roubar os papéis do professor...

—► Porque é que não se deve mentir?

Mentir?... (silêncio). Eu cá para mim...diz-se que não se mente...Não estou a reparar como se diz...

—► Há ocasiões em que se pode mentir?

Pode-se sim senhora!...Quando uma pessoa se sinta na esquadra da polícia. Os polícias perguntam: foste tu que roubaste aquilo? Uma pessoa diz que não, mas uma pessoa por dentro diz que foi ele que roubou!

—► Porquê?

Diz assim para ver se o metem de lá para fora, para a rua...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Fez bem ou mal?

Eu parece-me que ele fez bem para alimentar-se, tinha fome... Queria alimentar também os amigos e o resto da família dele.

—▸ Há ocasiões em que se pode roubar?

Sim...

—▸ Porquê?

...(silêncio).

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque é que não se deve roubar? Não se deve roubar porque se é apanhado vai para a esquadra e leva porrada. E depois ou vai para um colégio...e depois no colégio está uns dias tantos até...até fazer os anos, até ir para a rua. Depois de sair para a rua, para ver se ganha juízo para não andar mais a roubar... Se arranjar um trabalho, isso tudo, assim...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência?

Aquele tipo que não tem consciência...

—▸ Para que servem as leis?

As leis é para uma pessoa sempre (silêncio)...
Não sou capaz de dizer esta palavra. As leis é para manter os respeitos!

—▸ Porquê?

Porque o respeito vale muito a todas as pessoas... Porque sem respeito não se é respeitado também.

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

É mais importante seguir as leis... (silêncio).

D/C, 4 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Parece-me bem. Primeiramente está a vida do meu colega. Depois...

—▸ Corres o risco...

Corro o risco, mas primeiro está a vida...

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Eu acho que a vida vale para todos...

—▸ Porquê?

Não sei...a gente quando nasceu já veio com o destino. Não estou a ver! Não é nada!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É mais importante a vida dum amigo...

—▸ Porquê?

A gente já se dá com aquele amigo e já tem mais convivência com ele...talvez.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Eu acho que é mais urgente salvar a vida duma criança.

—► Porquê?

Não sei... A vida duma criança, acabou de nascer, precisa mais da nossa ajuda que um adulto...

—► Mas a vida é importante...

...a vida é importante para todos (...Pausa...).

B) O OUTRO

—► Que dirias?

Eu tentaria ajudar o meu colega... Eu penso que ele não tinha capacidade para fazer o exame. Eu acho que estava mal feito, mas ele tinha de se orientar...

—► Que responderias ao professor?

Eu tentaria dizer que não, que não sabia de nada!

—► Porquê?

Não tinha sido eu... Não sabia de nada...

—▸ Porque é que se deve manter o segredo?

Não sei!... Talvez por algum motivo que ele tenha... Eu acho que é uma promessa que a gente faz para a gente. Pedem-nos segredo e a gente não conta nada.

—▸ Porquê?

Porque normalmente a gente diz que não conta... Não vai faltar à palavra àquele amigo...

—▸ Porquê?

Não sei.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Eu acho que a verdade está em primeiro de tudo... Não se deve mentir, mas... em vez de mentiras pode vir, às vezes, más interpretações. Não se deve mentir!

—▸ Há ocasiões em que se pode mentir?

Eu acho que não devia de haver...mas às vezes! Não sei, quando a gente faz coisas que não deve fazer...não se pode contar!

—▸ Há ocasiões em que...

Poder não pode, mas tem que se mentir!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Fez bem ou mal?

Primeiro olhou à vida dele...mal feito, mas tentou orientar-se, estava com fome, tinha que arranjar dinheiro para comer... Eu acho que a melhor solução era pedir.

—► Porque é que não se deve roubar?

Não sei! Não sei... Não se deve roubar porque não é nosso... E uma pessoa a roubar está sujeita a vir preso e outras coisas mais...

—► Há ocasiões em que se pode...?

Não. Eu acho que não.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral...pronto!...É a gente estar consciente daquilo que está a fazer!
Estou a fazer uma coisa e sentir aquilo que está a fazer...Pensar! Para mim acho que é isso! A gente estar consciente duma coisa que fez ou que está a fazer...

—► **Que coisa?**

Sei lá!...No trabalho ou noutra coisa qualquer, a gente está consciente daquilo que faz...

—► **Bem ou mal?**

Bem ou mal, a gente tem de estar consciente daquilo que está a fazer.

—► **Para que servem as leis?**

É para não haver guerras e outras coisas assim. Haver uma orientação de quem manda. Se não houver leis não há destino nas pessoas!...

—► **É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?**

Eu acho que é mais importante cumprir as leis...

—► **Porquê?**

Não sei...mas eu acho que primeiro está a vida do meu colega, a consciência...Juntam-se as duas coisas.

D/C, 5 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ **Que te parece?**

Não! O mais que posso fazer é ir a alguém da minha família ou meu amigo e pedir dinheiro emprestado para ir comprar esse calmante.

—▸ **Era um risco assaltar...**

Claro que é...

—▸ **O que é que está em causa?**

É a amizade...

—▸ **Porque é que a vida humana é importante?**

Não sei!... Acho que é um ser humano como outro qualquer e tem a mesma coisa para saber viver como a gente...

—▸ **Vale muito?**

Sei lá!

—▸ **É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?**

Para mim é a dum amigo!

—▸ **Porquê?**

Porque simpatizo com ele...

—▸ **E um estranho?**

Também vale, porque é um ser humano como a gente!...

—▸ **É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?**

Uma criança...

—▸ **Porquê?**

Porque sim... Para já uma criança não tem... superioridades que cheguem como um adulto e segundo mais vale salvar um bébé que salvar uma pessoa assim já em idade...

B) O OUTRO

—▸ **Que dirias?**

Eu dizia que não sabia de nada...

—▸ **Porquê?**

Acho mal estar a pôr um colega meu em apuros... É mau, é feio fazer isso... Uma pessoa estar a dizer coisas do outro.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

Para ver que eu sou sincero com ele e ele tem que ser sincero comigo...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Sei lá, para ser fiel com as pessoas...

—▸ Há ocasiões...

Há ocasiões em que até se deve mentir...

—▸ Porquê?

Conforme, eu sou preso, a polícia sabe que eu fiz uma coisa, sabe e não sabe... Não vou dizer que fui eu para vir parar dentro da cadeia...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Sei lá! Se estava a passar mal, a passar fome e isso!... Primeiro acho que tinha...para vir à procura de emprego. Segundo se não arranjasse emprego, se não houvesse outra maneira de arranjar dinheiro para sobreviver acho que devia pedir esmola a alguém!

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Não se deve roubar porque vimos presos. Provavelmente, às vezes somos maltratados dentro da cadeia!

—▸ Há ocasiões em que se pode?

Acho que não... Para mim só há uma ocasião em que se pode...e deve roubar... Tem que se roubar, já não há mais limites a fazer como no meu caso. Eu andava agarrado a drogas duras, injectava-me...e pronto! E já não sabia o que é que andava a fazer lá fora. Tinha que roubar. Não conseguia adquirir dinheiro doutra maneira... Num mês de trabalho, o que ele me pagava não chegava para eu arrebentar este dinheiro num dia.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência é a gente pensar e reflectir um pouco.
Não sei dizer isso... É uma pessoa, pronto! Tem que pensar, não fazer disparates... Se alguma pessoa estiver a dizer mal é importante dizer: "Isto não é assim. É assim, é assim, assim...

—▸ Para que servem as leis?

Servem para se cumprir porque há alguém que deu essa lei...e disse que essas leis devem ser cumpridas.

—▸ E se não se cumprirem?

Isto andava tudo às avessas.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

É mais importante seguir a voz da consciência.

—▸ Porquê?

Porque sim. Sei lá! Porque a gente somos conscientes e para nossa honestidade! Se a gente não fizesse mal não eram necessárias as leis... Se a gente não fizesse mal nenhum para que eram precisas as cadeias? Não eram precisas as cadeias. Apenas se houver pessoas mal comportadas, a lei tem que actuar.

D/C, 6 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ **Que te parece?**

Acho que não. Não era capaz de fazer isso!

—▸ **Porquê?**

Porque não tinha motivos para isso!

—▸ **Estava desesperado!...**

Pois, mas eu olhava por mim, não pelo amigo! O amigo seguia o seu destino e eu seguia o meu destino.

—▸ **Porque é que a vida é importante?**

É importante porque acima de tudo conta uma pessoa ser honesta e ser trabalhadora... A vida vale muito!...

—▸ **Que sentes?**

Sinto-me fechado e de hoje a amanhã se sair daqui quero programar o meu futuro, a minha arte!...

—▸ **É mais importante a vida dum amigo ou a dum estranho?**

Depende...Se quer que lhe diga, porque eu gostava sempre de andar só e não tenho assim grandes coisas de amigos...

—► **Em geral, hipoteticamente!...**

Depende! Na minha maneira de ver é a dum amigo...

—► **Porquê?**

Se for um amigo que compreenda uma pessoa está tudo bem, agora se for daqueles amigos que levam a maus caminhos, isso não!

—► **É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?**

É mais urgente salvar uma criança.

—► **Porquê?**

Porque a criança vem para o mundo para sofrer...e não sabe o que vai passar de hoje para amanhã. Uma pessoa famosa já tem seguido o seu destino ou já o seguiu.

—► **O que é a vida?**

Acho que ela até hoje, para mim, tem sido óptima. Só que tive uma infelicidade. Mas daqui para a frente quero ver se sigo a minha carreira.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dizias ao professor?

Na minha maneira de ver dizia-lhe que sim, porque sabia e para não meter-me em problemas e defender o meu destino.

—▸ Tinha pedido segredo...

Mas eu não guardava segredo... Quando é assim coisas, naquela altura, não há amigos. Eu considero um amigo, mas o amigo é inimigo... Na hora da verdade tem que ser sincero...

—▸ Deve-se guardar a palavra..?

Eu acho que não, porque às vezes o segredo mete complicações com uma pessoa. Às vezes é o próprio amigo a atraiçoar uma pessoa...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque é uma realidade. O ser humano tem que ser realista...

—▸ Pode-se mentir?

Não. Isso de mentir já é um caso mais... Uma pessoa já está a ser mais... Já não é aquela pessoa que era... Uma pessoa ser honesta conta muito...

—▸ Há ocasiões em que se pode?

Não. Se uma pessoa tiver um erro feito tem que cometer aquele

erro...e escusa de mentir porque há provas que uma pessoa às vezes custa a mentir...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Ora bem, a mim parece-me, da minha maneira de ver, que se ele quis roubar foi por livre vontade dele, porque hoje em dia só rouba quem não necessita... Há muitos empregos.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque é feio... Eu fiz um pecado e estou arrependido porque eu nunca estive preso na minha vida... É feio porque é mal visto por aquelas pessoas que tinham consideração. Pessoas por onde já andei a trabalhar... Quando uma pessoa sair daqui já não é aquele homem que era...

—▸ Há ocasiões em que se pode?

Não. É feio roubar, estou arrependido.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Se quer que lhe diga não estou a ver... Não estou a ver... É um tipo fora do normal e não tem consciência daquilo que está a fazer... E se ele não tem consciência daquilo que está a fazer... não mexa naquilo que está quieto e ponha-se no seu dever...

—► Para que servem as leis?

Para se cumprirem, porque se não se cumprirem as leis uma pessoa está sujeita às consequências.

D/C, 7 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Ora bem...nesta situação acho que tentava o auxílio de alguém..., auxílio até de pessoas a passar na estrada ou assim... Até telefonava para uma ambulância...
Tentava-o acalmar também.

—▸ Porque é que a vida é importante?

É importante. Eu acho que no meu ponto de ver, Deus criou o mundo, criou as pessoas, as coisas todas com muito trabalho. Acho que a vida é importante para todos.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Para mim é igual. Tanto um como outro têm o direito de viver na mesma.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Bem!...Penso que tanto uma como a outra... Estão na mesma situação. É a vida! Penso que é mais urgente salvar uma criança.
A criança está a aparecer para o mundo, não conhece nada, tem o direito de conhecer como todas as pessoas.

B) O OUTRO

—► Que dirias?

Ora bem, talvez dissesse que não sabia de nada... Depende do amigo que fosse.

—► Porquê?

Porque quando uma pessoa me pede segredo...eu guardo segredo seja daquilo que for...

—► Porque é que se deve manter a palavra?

Ora bem, não sei bem explicar. Acho que se deve guardar segredo no meu ponto de ver... Se eu estivesse no lugar do meu amigo...queria que fizessem o mesmo comigo.

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque a mentira, para mim dura enquanto a verdade não chega...

—► Há ocasiões em que se pode mentir?

Acho que não há nenhumas...mas depende da situação...Há situações em que a gente até é obrigada a mentir. Por exemplo quando uma pessoa nos pede segredo d'alguma coisa...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Foi coisa mal feita porque roubar não leva nenhuma pessoa a lado nenhum... Tanto não leva que hoje estou aqui. Devia tentar de novo arranjar emprego...

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Primeiro roubar é coisa feia. Segundo, se rouba depois de ser descoberto...é feio!

—▸ Há ocasiões em que se pode?

Não... Roubar para comer dizem que não é pecado.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Consciência moral? Não sei explicar... É a própria consciência da pessoa que indica aquilo que há-de fazer, o seu modo de ser. É importante...porque o mal da pessoa conta muito na vida.

—▸ Para que servem as leis?

Para porem as pessoas em linha. Se não houvesse leis...não sei o que seria de nós.

—► É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

É mais importante cumprir as leis.

—► Porquê?

Porque a gente se cumprir as leis acho que...É importante cumprir as leis porque... Ora bem, como hei-de explicar isto? A lei é posta... Toda a gente sabe que não se deve roubar...É importante cumprir as leis para futuramente não ter certas fatalidades na vida.

D/C, 8 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Nada...Tentava ajudar o meu amigo... Tentava fazer aquilo para arranjar um calmante para o meu amigo... Tentava salvar o meu amigo!

—► Que farias?

Pedia-lhe o calmante se ele não mo dava, deixava passar um tempo que aquilo fechasse, pegava e assaltava aquilo.
Estava lá dentro, tirava o calmante.

—► Porque é que a vida é importante?

É interessante sempre vir ao mundo e viver a vida honesta... Só que a vida honesta não correu para mim bem, correu mal...

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Claro que é a vida do meu amigo...

—► Porquê?

Eu acompanho-o sempre e ele acompanha-me a mim...Se precisar de ajuda ele ajuda-me e eu ajudo-o a ele. É isto!

—▸ E a vida dum estranho também vale?

Se ele estiver a morrer...então tento socorrê-lo, salvar a vida!

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Tento primeiro salvar a criança porque é jovem ainda tem vida para a frente, ainda tem futuro. Enquanto que um adulto...já tem o futuro acabado, quase...

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Sr. Doutor se não está a desconfiar de mim eu não tenho nada a ver com isso... Não sei quem foi!

—▸ Mas sabias!

...Mas não ía dizer que foi o meu amigo!

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

É importante não contar aos outros!

—▸ Pode-se mentir?

Pode-se, mas não se deve. Não se pode, não se deve.

—► Porquê?

Porque Deus não gosta.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Se estivesse no lugar dele também fazia, porque ele precisou, tentou fazer aquilo...

—► Podia ser apanhado!...

Podia, mas arriscou a vida...por uma coisa que lhe fazia falta.

—► Pode-se roubar?

Se um gajo estiver a precisar, tenta-se sempre.
Complica a vida, mas tem de ser. O mundo foi feito assim...

—► Há ocasiões...?

Quando uma pessoa está aflita...

—► Que quer dizer "O mundo foi feito assim"?

Quer dizer: Deus também já roubou para dar aos pobres. E há pessoas assim, por exemplo, eu roubo, mas se vejo um pobre dou, vejo que ele também precisa... Não posso roubar, mas eu roubo, mas também ajudo as pessoas que precisam.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

(silêncio...) Moral...? É viver uma vida honesta. Acho que se pode viver uma vida honesta sem fazer nada...uma pessoa também precisa.

D/C, 9 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ **Que te parece?**

Eu acho que sim... Se não fosse por outros meios que conseguisse arranjar o calmante, talvez pedia a alguém emprestado para comprar o medicamento... Se visse que fosse o único meio para arranjar o medicamento era o que eu faria...

—▸ **Porque é que a vida é importante?**

Acho que sim... Uma vida é importante porque, não sei bem explicar... Mas não sei... não tenho palavras para explicar... Uma vida é importante porque... Lá está! Não sei...não consigo explicar!

—▸ **O que é a vida?**

Não sei explicar...

—▸ **É mais importante a vida dum amigo ou a dum estranho?**

Não sei. Acho que tanto uma como a outra têm a mesma importância apesar de que o amigo já a gente conhece, não é? Porque é nosso amigo e o desconhecido não sabe donde é, não sabe nada da vida dele...mas acho que são as duas importantes.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Ora bem, se pudesse salvar os dois, se estivesse ao meu alcance os dois, salvaria...mas se tivesse de escolher entre os dois escolheria salvar a criança...Porque uma criança está pouco tempo no mundo, ainda tem muito para viver e saber da vida, ao passo que um adulto praticamente já está a um passo da cova, como se costuma dizer.

—▸ As duas valem muito?

Sim, porque é interessante viver... Eu pelo menos gosto disso!

B) O OUTRO

—▸ Que dirias ao professor?

Sei lá! Apenas que tinha estudado... gostava daquela disciplina...

—▸ Não era bem essa a questão...!

Dizia que não; não ía denunciar o meu amigo!...

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

Porque acho que um amigo quando pede para a gente guardar segredo...está a ter confiança em nós. Acho que uma pessoa, desde o momento em que o amigo confia nele, tem que manter a palavra até ao fim.

—► Porque é que não se deve mentir?

A mim sempre me disseram que mentir é feio e assim não sei quê... Às vezes é preciso mentir...como no caso em que se mente ao professor para não prejudicar o amigo.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Fez bem ou mal?

Fez mal...

—► Porquê?

Se o João mudou de cidade... Ora devia tentar encontrar algum amigo ou fazer amigos para conseguir possibilidade de arranjar emprego. Se ele não consegue, alguém há-de conseguir... Alguém que veja que ele gosta de trabalhar...e vários aspectos!
Acho que era a última coisa que devia fazer. Era assaltar a caixa.

—► Pode-se roubar...?

Não se deve roubar, depois sofre-se sempre as consequências, claro!... Uma pessoa que rouba mais tarde ou mais cedo é descoberto e dá sempre as consequências...

—► Há ocasiões em que se pode?

Não sei... Roubar para comer nem sequer devia dar lugar a processos criminais.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Pelo que sei dizer, vai da consciência duma pessoa estar limpa, suja, se tem alguns remorsos ou assim! Acho que a consciência moral é isso! Nada de ressentimentos...

—▸ E as leis?

Para julgar as pessoas e culpar dos crimes que cometem...Sem leis ninguém trabalhava e todos roubavam, matavam.

—▸ Leis ou consciência?

Acho que são as duas importantes... Por muito que me custasse optava pela lei. Antes de entregar um amigo à lei (que cometeu um crime) procurava saber as razões porque fez isso...e mediante isso era a minha decisão.

D/C, 10 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► **Que te parece?**

Se assaltava ou não a farmácia?
Se ele estivesse em caso de morte...pedia o comprimido, fazia de conta que tinha dinheiro e depois fugia com o comprimido! Era para salvar uma vida.

—► **Porque é que a vida é importante?**

Sei lá! Só Deus sabe! Não sei responder...Porque é que uma vida é importante? Para construir o futuro, talvez para dar continuação à vida humana.

—► **É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?**

Não sei, acho que é a vida dum amigo.

—► **Porquê?**

Porque já se conhece essa pessoa e o desconhecido não se conhece. Tem-se mais amor à pessoa que é conhecida!

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou um adulto?

A criança...porque ainda é criança e tem muito tempo ainda. Enquanto que a pessoa famosa já viveu muitos anos a criança ainda vai vivê-los.

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Não diria nada, porque não ia atraiçoar um amigo. Se eu desse a palavra a um amigo que não dizia nada, não dizia.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

É questão de honra...Se uma pessoa faltar à palavra não é honesta.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Às vezes é preciso mentir, por exemplo quando é necessário, mesmo que custe...
Ora bem, "não se deve mentir"?
Está errado...Se há alguma coisa que não se deve mentir, que se deve assumir... Tem que se assumir... Sei lá! Não sei explicar.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Mal, porque há sempre outros recursos onde recorrer. Se uma pessoa não encontrar emprego à primeira tentativa vai tentar sempre até arranjar!

—► Porque é que não se pode roubar?

É contra a lei e dá cadeia... É errado roubar as coisas dos outros mesmo que tenha muito. Se tem muito teve de trabalhar para o ter.

—► Há situações em que se pode?

Ao saber o que sei hoje acho que não se deve roubar. Mas se fosse há um tempo atrás já não diria isto.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Acho que é o interior de cada pessoa... O seu ser! Não sei responder a essa pergunta.

—▸ E as leis?

Servem para haver organização. É um regime e...tem que ser feito tem que ser obedecido. Quem desobedecer à lei é punido. Se não houvesse leis era tipo revolução.

—▸ É mais importante a consciência moral ou as leis?

Acho que é as duas coisas.
No caso dum amigo que precisa de ajuda...é importante obedecer à consciência...arriscava a minha vida por ele!

D/C, 11 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Pode ser que sim para salvar a vida a um amigo, ou não. Tentaria arranjar o medicamento da melhor maneira...Não posso dizer que assaltava logo a farmácia, até podia arranjar quem me desse logo o comprimido.

—▸ Porque é que a vida é importante?

Sei lá! Porque a vida...só temos uma. Se ficamos sem ela nunca mais a temos.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo...ou é igual! Se tivesse que ajudar, tanto ajudava um amigo como uma pessoa estranha. Para mim era igual.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Duma criança...porque a criança ainda está a desenvolver-se e é pequena... Agora a pessoa famosa já tinha vivido muito. Ao menos a criança não tinha vivido e salvava-se a vida da criança para que goze um bocado a vida.

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Que não sabia de nada. Fazia de conta que não sabia nada... À uma se aquilo não me interessava...não me andava a meter na vida dos outros. Ficava só na minha vida.

—▸ É importante manter a palavra?

Acho que é...Se a pessoa vai contar a outro a história que lhe contei já é um bocado chato porque aí uma pessoa já vê que não pode ter confiança nos amigos.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Sei lá! Porque dizer a verdade é bom.

—▸ Há ocasiões em que se pode mentir?

Há ocasiões em que até se deve mentir...mas noutras não. Por exemplo, em casos de tribunal para não ser condenado, deve-se mentir...como também pode-se dizer toda a verdade e ser absolvido.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Bem ou mal?

Bem! Ele se não tinha...alimentos para comer...devia pedir a alguém na rua. A cabeça dele pensou assim, acho que pensou mal...mas acho que ele devia pedir. Já que não arranjou emprego...ao menos pedia a alguém.

—► Porque é que não se deve roubar?

Sei lá! Como uma pessoa não gosta de ser roubada as outras também não gostam de ser roubadas...por isso não se deve roubar.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Consciência... Consciência é aquilo que uma pessoa tem cá dentro. Consciência daquilo que vai fazer! Não sei...uma pessoa sem a consciência não vai a lado nenhum. Não tem consciência de nada perde-se no mundo.

—► Para que servem as leis?

Servem para condenar os indivíduos que andam a estragar o mundo... Se não houvesse leis isto estava muito pior...

—► É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Acho que é bom seguir as duas coisas.

—► Porquê?

Bom, porque uma pessoa vai ter a sua consciência e sabe que tem aquelas leis para cumprir e ao menos a consciência diz-lhe:"eu não posso fazer aquilo" e não faço...e não vai fazer.

D/C, 12 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Acho que não... Levava-o a uma urgência do Hospital... Seria o mais adequado.

—► Porque é que a vida é importante?

É importante porque temos algo a construir... Enquanto isso não for feito devemos preservar a vida.

—► O que é a vida?

É muito relativo. É uma coisa difícil de definir...

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É igual. Somos todos humanos! Andamos todos ao mesmo, a lutar pela vida!...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que a criança tem prioridade porque tem muito tempo à frente dele, embora a pessoa famosa não por ser famosa mas por ser gente, também mereça ter...

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Mas...ele viu os exames e deu-mos?
Não, não diria nada porque está na consciência de cada um fazer ou não fazer. Além disso se o amigo pediu para guardar segredo era falta grande.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

Porque a base duma boa amizade é a confiança...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque é feio enganar os outros...

—▸ Porquê?

É mesquinho!...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Havia mais recursos onde ganhar dinheiro... Foi uma atitude mal feita...

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque é punível acima de tudo...e é contra os valores morais. Disse que cada um deve lutar para vencer os seus obstáculos, mas há certas linhas de conduta.

—► Há situações em que se pode roubar?

Não. Não acredito que uma pessoa a morrer de fome só tenha como alternativa o roubo... Pode-se dizer isso como fuga de consciência, mas...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Será o que o último nos diz e sentimos cá no fundo...

—► É importante?

Será o mais importante que temos, será o mais puro...não é?

—► Para que servem as leis?

Servem para segurar a sociedade e manter alguma disciplina...

—► Se não houvesse leis?

Seria uma balbúrdia. Cada um fazia o que queria...

—▸ É mais importante as leis ou seguir a consciência moral?

É mais importante seguir a própria consciência. Tem mais valor sermos nós próprios...do que haver uma lei...e só por saber que há aquela lei não fazer... Não, acho que não... Deve ser a própria consciência a dizer "não faças!"...

D/C, 1 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Dava-lhe água. Se ele me pedisse...e dissesse que se matava, se não lhe desse água, dava-lhe mesmo que o médico proibisse. Na situação em que ele me estava a pedir, ficava um bocado nervoso.

—▸ Porque é que a vida é importante?

A vida é importante para quem gosta de viver, não é? Eu acho que a vida é importante porque uma pessoa anda por aí,...trabalha, tem casas, tem mulher, tem filhos. Parece que a vida é importante para...isso. Quem gostar de viver a vida, não é?

—▸ O que é a vida?

Não sei explicar...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Dum amigo...

—▸ Porquê?

Porque a gente conhece aquela pessoa e um estranho a gente não conhece. Um amigo a gente já sabe com quem está a conviver e conhece aquela pessoa... Acho que é mais importante a vida dum amigo.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque uma criança ainda é inocente... Não se sabe virar sozinha... Se acaso aconteceu alguma coisa, para se salvar, não se sabe virar, não é? E se for uma pessoa famosa já se sabe virar, já é adulta, já se sabe defender por ela própria.

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Bem, eu era capaz de dizer que não sabia de nada. Ele pediu-me segredo, estava a confiar em mim. Talvez não dissesse nada ao pai... Gostaria que se fosse ao contrário, se acontecesse comigo também gostaria que ele não dissesse, que guardasse segredo, conforme prometeu. Era capaz de não dizer nada...

—▸ É importante guardar a palavra dada a um amigo?

Sim. Eu penso que sim, é melhor guardar a palavra. Claro que estava a prejudicá-lo a ele porque não ía à escola. Guardava a palavra. Ele pediu-me segredo.

—► Porque é que é importante?

Porque o amigo assim pode-se confiar sempre nele... Se guardar a palavra, se lhe contar um segredo, se ele não contar a mais ninguém, o amigo pode contar sempre com ele, assim quando quiser.

—► Porque é que não se deve mentir?

Em certas ocasiões pode-se mentir... Depende, não é?
Se vier por exemplo um polícia ter com nós e disser que a gente fez aquilo e é verdade, não é? Mas como ele não tem bem a certeza, a gente não vai dizer que é verdade... Então mente.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Não me parece assim muito bem ter assaltado a bomba da gasolina. Ele, primeiro podia ter comunicado com os amigos se tivesse amigos, ou pedir ajuda. Nesse caso, se não conseguisse amigos e se a dona do quarto o pusesse fora de casa, por um lado estava bem feito. Claro que ele não ía dormir para a rua. Fez bem! Por um lado acho que fez bem, mas por outro fez mal... Claro que podia ser...e vinha preso e depois era uma vida chata para ele. Mas por outro lado, ele fez isso porque estava a precisar para não dormir na rua.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Acho que está a prejudicar as outras pessoas... As outras pessoas andam a trabalhar para ganhar algum dinheiro...e vai outra pessoa lá e rouba. Aquela pessoa que é roubada fica chateada; vai ver e falta-lhe o dinheiro ou falta-lhe qualquer coisa. Andou a trabalhar e chega ali e já não tem aquela peça ou o dinheiro que roubaram...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral é aquilo que uma pessoa... Uma pessoa que tem consciência moral, que não se mete com ninguém, que não se mete em problemas, que não rouba nem anda por aí a bater nos outros ou a fazer mal.

—▸ É importante a consciência moral?

Acho que sim.

—▸ Porquê?

Porque uma pessoa assim anda direita, não se mete em problemas.
Quando uma pessoa não tem aquela consciência anda por aí...a torto e a direito a roubar, a meter-se com as pessoas, a destruir...

—▸ Para que servem as leis?

As leis servem para uma pessoa se manter na linha, para não fazer mal, para não roubar e para não andar por aí a destruir...

—▸ Se não houvesse leis?

Se não houvesse leis acho que era um bocado lixado... Porque as pessoas andavam por aí, umas não trabalhavam, não havia leis.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Depende das ocasiões. Uma pessoa quando é um caso com um polícia...e tem que cumprir aquela lei que o guarda está a dizer... Mas uma pessoa vê que vai seguir a lei... Vai e mente. Não segue a lei. É isso que eu penso!

D/C, 2 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Dava-lhe água...

—▸ Porquê?

Se ele estava a pedir água é porque necessitava, não é?

—▸ O médico proibiu-lhe...

Mas eu dava-lhe à mesma...

—▸ Porquê?

Para lhe salvar a vida. Ele diz que se matava... Dava-lhe a água...

—▸ O que está em causa?

É a vida dele!

—▸ O que é a vida?

Sei lá o que é a vida! O que é a vida!...É bonita de se ver... É só!

—► Porque é que a vida é importante?

Isso já não sei... Eu acho que é importante para mim.

—► Porquê?

Porque gosto de viver.

—► Porquê?

A gente pode fazer muitas coisas... Pode fazer muitas coisas e quando estiver morto não faz nada...

—► É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa desconhecida?

São as duas importantes.

—► Porquê?

São... Tanto o amigo como o desconhecido gostam da vida...

—► Então porque é que a vida vale muito?

...Sei lá porquê? Talvez porque todos nós gostamos de viver...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança.

—► Porquê?

Ainda é pequena e tem muita vida pela frente!

B) O OUTRO

—▸ Que dirias ao pai?

Dizia-lhe a verdade...
Dizia-lhe que o filho não ía à escola...

—▸ E quê...?

Aí, ao dizer tudo ao pai dele estava a ajudá-lo, porque se não dissesse nada ele continuava sem ir à escola... E ao dizer já ía...

—▸ Deve-se manter a palavra ou não?

Em certas ocasiões deve-se e noutras não... Num caso destes, como agora, deve-se faltar à palavra porque ao mantê-la estamos a prejudicar o nosso amigo...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Sei lá!... Porque a gente ao mentir está a enganar outra pessoa...

—▸ E quê?

às vezes, a gente ao mentir está a pôr a vida doutra pessoa em risco.

—▸ Há ocasiões em que se pode mentir?

Há ocasiões em que se pode e em que se mente...

—► Por exemplo?

Quando é para safar a nossa pele... A gente estraga uma coisa que outra pessoa gosta muito... mente sempre, pronto!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Parece-me mal.

—► Porquê?

Porque ele não devia ter roubado a bomba.

—► Porquê?

Estava a fugir à lei... Que recorresse a um amigo a pedir ajuda.

—► Pode-se roubar ou não?

Não, porque é contra a lei...

—► E a lei?

É para proteger o ser humano.

—▸ Há ocasiões em que se pode...

Não, nunca!
Se estiver a morrer de fome e for a pedir a outra pessoa há sempre aquele que lhe dará alguma coisa para comer.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral... Já ouvi falar qualquer coisa disso... Eu acho que... é para não ofender as outras pessoas. Moral acho que é o pensamento, não sei, e o comportamento das pessoas.

—▸ É importante?

É porque quem não tiver consciência moral está a fugir ao respeito às outras pessoas...

—▸ E as leis?

Servem para proteger as pessoas umas das outras...
Se não houvesse leis isto era o "Far West".

—▸ É mais importante a consciência moral ou as leis?

É mais importante cumprir as leis, mas nem sempre se consegue cumprir.

—► **Porquê?**

Porque, às vezes, a gente segue a consciência.

—► **E quê?...**

E faz o que pensa...

D/C, 3 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Eu faria...dava água...dava-lhe a água.

—▸ Porquê?

Porque... porque... Para ele não se matar...

—▸ Mas o médico proibiu-lhe...

Sem o médico saber, dava-lhe água!

—▸ Fazia-lhe mal!

Não. Não morria, ou morria?

—▸ A vida vale muito...?

Vale muito...porque vale para uma pessoa viver, ganhar a saúde bem. Porque a vida duma pessoa vale muito.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É mais importante a vida dum amigo.

—► Porquê?

Porque uma pessoa já está habituada a viver com um amigo... Bem que é calado, está sempre acompanhado com o amigo.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque a criança precisa de crescer, de carinho das pessoas.

B) O OUTRO

—► Que farias?

Eu dizia que não o vi... Dizia que não vi o filho dele...para eu não me meter em sarilhos...

—► Porquê?

Para o pai não ficar chateado comigo, nem ele ficar chateado comigo...

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque a palavra dum amigo vale muito também!

—► Porque é que não se deve mentir?

Às vezes sim, às vezes não.

—▸ Quando...sim e não?

Se uma pessoa mentir... Se uma pessoa roubou dinheiro à família e a família disser que estava aí o dinheiro em cima da mesa, dentro da carteira...depois a mãe vai ver, falta-lhe lá o dinheiro... E essa pessoa tinha tirado o dinheiro. Depois a mãe ía dizer: "filho, anda cá! Onde estava o dinheiro que estava dentro da carteira?" E ele com o dinheiro dentro da carteira, dentro dos bolsos já estava a mentir. Estava a dizer que não tirou o dinheiro.

—▸ Pode-se mentir, então?

Pode-se, algumas vezes. Mas a melhor coisa que há é não mentir. Levar as coisas certas para não arranjar problemas.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Fez bem ou mal?

Fez bem, para pagar o quarto e viver lá dentro para não dormir na rua, para tratar a vida dele...

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Uma pessoa se roubar...é apanhada. Vai para a cadeia. Aguenta uns meses na cadeia e leva porrada...

—► Antes disseste que fez bem em roubar a bomba!...

Então, nesse dia, ele roubou para se tratar, mas não se pode roubar... Também não chegar aí e roubar logo duma vez. Tem que se pensar!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral? A consciência moral é duma pessoa que vem a aprender a tirar assim um curso... Não! A consciência...a consciência...é como assim estar aqui a falar...(pausa)...

—► Se não houvesse consciência moral, como eram as pessoas?

Não sei falar.

—► Para que servem as leis?

As leis? As leis precisam-se para respeitar...

—► Se não houvesse leis?

Todos andavam como querem, porque agora todos andam na linha.

—► É mais importante as leis ou a consciência?

É mais importante as leis...

—► Porquê?

Porque há respeito para toda a gente...

D/C, 4 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Eu era capaz de lhe dar o tabaco...

—▸ Porquê?

Não sei... Se ele se mata! A vida está primeiro... Não sei... Ele se quer tabaco, acho que o tabaco não vai matá-lo e ele podia-se matar...

—▸ O médico proibiu-lhe!

Não sei... Mas eu acho que ele tem o desejo de fumar...deve-se dar um cigarro...

—▸ O que é a vida?

A vida não sei explicar...

—▸ Porque é que a vida é importante?

Não sei, eu acho que a gente quando nasceu já...já trazia um destino...

—► Que te parece?

Não sei. Não sei explicar...

—► É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa desconhecida?

Para mim é mais importante a vida dum amigo.

—► Porquê?

A gente já tem confiança com ele...e já está habituado a conviver com ele. Para mim é mais importante a vida dum amigo...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança.

—► Porquê?

Não sei... Acho que a criança acabou de nascer, ou é nova ou é pequena e precisa mais da nossa ajuda que uma pessoa famosa... A criança não tem apoio nenhum! Primeiro está a vida da criança!

B) O OUTRO

—► Que dirias?

Não sei, eu acho que o pai devia saber a verdade... Mas deve-se também guardar segredo.

—▸ O que é mais importante?

Eu acho que era mais importante dizer ao pai se ele não vai às aulas...mas tinha que faltar à palavra ao meu colega.

—▸ Qual é mais importante?

Acho que guardar a palavra se ele pede segredo. Não se podia dizer ao pai...

—▸ Pode-se mentir ou não?

Acho que sim... Há maneiras em que deve-se poder mentir...

—▸ Por exemplo...

Há certas maneiras que se nos perguntarem uma coisa...que a gente saiba...acho que se pode mentir. Por exemplo, neste caso, podia-se mentir para guardar a palavra...

—▸ Porque é que se devem cumprir as promessas?

Não sei...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Acho que ele fez mal. Não sei! Assaltar a bomba da gasolina acho que não foi a melhor solução mas... Se ele tinha de pagar o quarto e procurado outro jeito... Não sei...

—► Pode-se roubar ou não?

A lei diz que não!... Mas eu acho que se pode...

—► Porquê?

Não sei, por necessidade... Quando a gente está numa situação que não pode resolver, está a precisar... Se uma pessoa precisa tem que... Senão tiver outra solução pode roubar...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral, eu acho que é a gente estar assim com uma coisa do que está a fazer... Estar consciente daquilo que está a fazer... Estar a fazer um trabalho e estar consciente daquilo que faz...

—► Para que servem as leis?

As leis eu acho que, não sei, para evitar guerras... Se não houvesse leis o país estava estragado...

—► É mais importante as leis ou a consciência?

Eu acho que são as duas coisas mais importantes. Mais importante é cumprir a lei. Se a consciência nos pedisse alguma coisa também não podemos fazer aquilo que nos apetece.

—► Se houver conflito entre a consciência e a Lei?

Eu acho que a consciência, mas também é preciso cumprir a lei! Neste caso é salvar o amigo!

D/C, 5 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Eu, por meu lado dava-lhe... Era capaz de lhe dar o tabaco se ele estivesse muito aflito mesmo, mesmo muito aflito. Prontos! Que se queria matar... mas se o médico o proibiu de fumar também era um caso a pensar!

—▸ Que farias?

Ficava...sei lá! Uma pessoa assim acho que deve custar um pouco!...

—▸ O que está em causa?

É a amizade.

—▸ O que é a vida?

A vida é a vida duma pessoa. A gente andar aqui ao cimo da terra,...descansados da vida, sem ter problemas...

—▸ Porque é que a vida é importante?

A vida é importante, sei lá! Há coisas bonitas, temos filhos, temos as nossas mães, os nossos pais... Temos coisas bonitas para a gente ver e para fazer a nossa vida...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Para mim é quase a mesma coisa, mas a dum amigo sempre é mais importante!

—▸ Porquê?

Um amigo meu, lido mais vezes com ele... mas não quer dizer que vá desprezar... Se estiverm os dois mal, não quer dizer que vá abandonar o outro e ajudar só o amigo... Se tiver hipótese de ajudar os dois ajudo!

—▸ É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Para mim uma criança...

—▸ Porquê?

Para já, a criança não tem tantas possibilidades de se mover como uma pessoa adulta e segundo acho melhor a gente salvar uma criança que um adulto. É que uma criança tem uma vida à frente; E uma pessoa assim de idade...já não...

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Eu dizia que não sabia de nada...

—▸ Porquê?

Porque ele era um amigo e pediu-me para guardar segredo...

—▸ Porque é que se deve guardar a palavra dada?

Para ser sincero com as pessoas...

—▸ É importante a sinceridade?...

Se não houvesse sinceridade andava aí tudo...era um pandemónio! Andávamos a mentir uns aos outros.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Para mim acho que não se deve mentir, mas há ocasiões em que a gente... Já foi obrigado a mentir.

—▸ Por exemplo?

Eu vim preso... Acusaram-me duma coisa e eu tive que dizer que não, para não ficar preso.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Acho que está mal...

—► Porquê?

Primeiro acho que... Eu se estivesse... Está errado está a cometer um crime... Em segundo lugar acho que podia arranjar um emprego. Pedir emprego a alguém para as obras ou para outro lado qualquer para ver se conseguia arranjar esse dinheiro.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque a lei não o permite.

—► O que é a lei?

Sei lá! São eles que mandam!

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Claro que há ocasiões em que se pode roubar...

—► Quando?

Como eu que andava metido na droga e não tinha outro meio. Se eu trabalhasse não dava para um ordenado, não dava para eu andar a sustentar a droga. Tive que ir roubar. Não havia outra solução.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Consciência moral é a gente ter consciência daquilo que faz... A gente não deve estar a dizer mal dos outros... Ele é que sabe se faz bem ou se faz mal. O máximo é a gente chegar ao pé dele, ele estar a fazer uma coisa mal feita e a gente dizer: Isto não é assim, faz-se assim!

—▸ É importante?

Acho que sim... A gente tem consciência daquilo que faz... às vezes fazemos coisas mal feitas que não devemos fazer.

—▸ Para que servem as leis?

Para se cumprirem...

—▸ Porquê?

Porque temos que as cumprir...

—▸ Se não houvesse leis?

Se não houvesse leis isto andava tudo em guerra.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Para mim é mais importante a consciência.

—► **Porquê?**

Porque...a gente pensa que tem de fazer bem e não vai para o mal... Se toda a gente pensasse assim não era preciso andar polícias na rua, não era preciso haver cadeias... Sei lá!...

D/C, 6 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Na minha maneira de ver dizia-lhe a ele, que não havia questão para se matar porque estava-se a curar. A saúde é acima de tudo!

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Vale muito uma pessoa. Esta vida são dois dias. Uma pessoa tem que usar esta vida enquanto ela se mantém, senão, de hoje a amanhã não somos ninguém. Somos mais infelizes e temos que levar a vida da melhor maneira.

—▸ Vale mais a vida dum amigo ou dum estranho?

Na minha maneira de ver vale mais a vida dum amigo, mas há amigos e inimigos...

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Na minha maneira de ver é mais urgente salvar uma criança...porque a criança ainda vem a saber o que é o mundo e o adulto já sabe o que é o mundo.

B) O OUTRO

—► Que dirias?

Na minha maneira de ver dizia tudo o que era ligado ao pai para o pai saber que o filho ía pelos maus caminhos, para fazer do filho um homem, para não faltar aos estudos...para não ir por maus desencaminhos e seguir um futuro de estudos... Ele podia ficar chateado com o amigo, mas só estava a falar ao pai dele para bem dele...

—► Deve-se manter a palavra dada...

Sim, porque é a realidade. Já que um amigo pode desobedecer não quer dar o braço a torcer àquele amigo para ser igual... É muito feio!

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque é uma realidade... Se mentir está sujeito às consequências. Se é verdadeiro para as pessoas tem tudo o que quer...

—► Há ocasiões em que se pode?

Não, nunca!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Na minha maneira de ver, se tivesse uma ordem de despejo não tinha capacidade de assaltar uma Caixa Geral de Depósitos... Porque eu arranjava o dinheiro com pessoas com quem tenho conhecimentos e a nível de pessoas de trabalho para que me ajudassem na vida porque nunca faltei ao respeito a essas pessoas...

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque é coisa feia e fica mal ao ser humano.

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Não, nunca se pode... Só a morrer...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Se quer que lhe diga já não sei!... Consciência moral não estou a ver...

—▸ Para que servem as leis?

Servem para se cumprirem...

—▸ É mais importante a consciência moral ou as leis?

É mais importante cumprir as leis...porque as leis são para se cumprirem. Se não se cumprirem é o fim do ser humano!

D/C, 7 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Não lhe dava o tabaco porque está em jogo a saúde dele...

—▸ O que é a vida?

A vida é uma coisa maravilhosa!

—▸ Porque é que a vida é importante?

A vida é importante porque todos temos o direito de viver... Não sei!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

São importantes as duas vidas...porque tanto uma como outra, seja má, boa ou o que for...têm direito de viver como todas as pessoas.

B) O OUTRO

—▸ Que farias?

Ora bem... Aí está... Eu tenho um modo de ser, não sei se certo ou errado, mas quando uma pessoa me pede segredo seja daquilo que for, eu guardo o segredo, embora seja uma coisa um bocado vergonhosa e chata...

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

Ora bem... Acho que é uma coisa...uma das coisas em que se vê o "melhorio" de dois amigos.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Acho que é uma coisa vergonhosa também mentir. Acho que não há palavras para descrever...mas...

—▸ Há ocasiões em que se pode mentir?

Mas essas, quando uma pessoa pede segredo não posso...

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Acho que foi má ideia. Tinha outras hipóteses, empréstimos a alguém, a uma pessoa familiar, etc.

—► Porque é que não se deve roubar?

Não se deve roubar porque é uma coisa vergonhosa e porque um dia mais tarde não há nada que não se descubra e depende do roubo que for. Se o roubo for grande está sujeito a vir parar à cadeia...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Não sei... O que é? Acho que é a própria consciência da pessoa que indica aquilo que a pessoa deve fazer.

—► Para que servem as leis?

Para as cumprir. Se não houvesse leis...era o fim...

—► É mais importante seguir as leis ou a consciência?

Acho que é importante seguir a voz da consciência porque a consciência é que manda...

D/C, 8 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Acho que não lhe dava o tabaco... Não o deixava fazer nada de mau, mas não lhe dava o tabaco...

—▸ Porquê?

Porque causava mais problemas a ele... Podia ficar mais grave do que estava.

—▸ Porque é que a vida é importante?

É importante porque uma pessoa vem a conhecer coisas que nunca conheceu.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É as duas...

—▸ Porquê?

Vidas são sempre vidas e todos têm uma vida...

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Salvar uma criança porque tem uma vida e um futuro a realizar-se. Enquanto que um adulto já realizou o seu futuro... Não tem mais nada a realizar...

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Acho que não dizia, porque ele prometeu-me...para eu não dizer nada e eu tentava esconder do pai. Se ele um dia com o pai descobrisse...eu deixava de ter um amigo.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque se deve? Ele dá-me a palavra e a palavra para mim é muito importante.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Deus não quer, não é? Nunca devemos mentir, mas às vezes palavras e conselhos que nos dão, nós não queremos acreditar mas devemos mentir.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Não me parece nada... Cá ele não tinha dinheiro...tentou arranjá-lo...e tentou fazer essa Caixa comercial. Arranjou dinheiro e pagou. Acho complicado, mas pagar a vida dele, era pagar.

—► Porque é que não se deve roubar?

É pecado!... Certas coisas é pecado! Mas há certas coisas que roubar para comer não é pecado. Deus nunca quer que nós roubemos!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral para mim...é viver uma vida honesta, sem roubar nem nada, sem fazer mal, ajudar as pessoas.

—► É mais importante as leis ou seguir a consciência moral?

É mais ou menos. É as duas. As leis temos que aceitá-las.

—► Para que servem?

Para ajudar o país, senão era uma miséria!

D/C, 9 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

O médico proibiu-lhe de fumar depois da operação...e ele pede-me tabaco senão mata-se. Ora bem, nesse caso não sei se lhe daria ou não, porque ele estava não era por causa de nenhuma doença prejudicial com o tabaco ou que o tabaco o pudesse prejudicar, uma vez que tinha sido um acidente de mota.
Depende mesmo do estado em que estivesse...a dizer que se matava podia estar a dizer aquilo só no aspecto para lhe dar tabaco, mas também podia ser seriamente! Depende...

—▸ Porque é que a vida é importante?

Porque acho que sim. Toda a gente gosta de viver. A vida é bonita..., É importante, sei lá!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Tal como já disse são as duas iguais porque embora a pessoa amiga seja já nossa conhecida...a gente já sabia alguma coisa dela... Acho que as duas têm a mesma importância porque são os dois seres humanos.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

No meu caso...salvava a criança porque é um ser humano há pouco tempo no mundo com uma longa vida pela frente...

B) O OUTRO

—► Que dirias?

Depois dele ter falado comigo o pai perguntava-me. Nesse aspecto, primeiro mentia ao pai dele. Dizia que não sabia de nada sobre o assunto...E depois de falar com ele e achar se ele estava a fazer bem, tentava saber o motivo porque não ía à aula de matemática. E mediante o que dissesse tornaria a falar com o pai, mas na altura mentia ao pai.

—► Porquê?

Para manter a minha palavra porque ele tinha-me pedido para guardar segredo...

—► Porque é que se deve manter a palavra?

Acho que uma pessoa quando pede para manter segredo...está a depositar a confiança na pessoa a quem pede para guardar o segredo... Portanto não se deve fazer nada que vá violar essa confiança...

—► Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir em certos aspectos...mas quando for necessário tem mesmo de se mentir. Por exemplo no caso desse colega que não ía à aula, mas se eu para não faltar-lhe com a minha palavra mentia-lhe, não é?
Depois tentava saber porque é que não ía à aula e mediante o que dissesse... Acho que em certos aspectos é mesmo preciso, mentir.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

A mim parece-me mal feito... Foi uma ideia precipitada (é o que se pode dizer mesmo). Acho que antes de assaltar a caixa podia recorrer a outros meios para conseguir o dinheiro para pagar o aluguer.

—► Porque é que não se deve roubar?

Ora bem, não se deve porque...vem-se a sofrer as consequências, processos criminais...e, por vezes, vêm mesmo parar à cadeia que é mesmo o que acontece geralmente...

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Por exemplo, como se fosse para comer. Uma pessoa que passa numa frutaria (as caixas de fruta à porta)...tira uma maçã,

já está a roubar. Mas é aquela necessidade que a pessoa tem de comer... Então roubou para comer e diz-se:... "Roubar para comer não é pecado".

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral não sei bem explicar. A consciência limpa...esses aspectos...

—► Para que servem as leis?

Para julgar os homens dos seus actos, asneiras...

—► É mais importante as leis ou a consciência moral?

Para mim é mais importante cumprir as leis...

—► Porquê?

Se fosse mais importante cumprir a consciência moral...ou seja, se não se cumprissem as leis acho que seria muito pior do que a consciência moral, porque as leis são para se cumprir e quando não se cumprem sofre-se as consequências porque as leis são necessárias. Não sei bem explicar!

D/C, 10 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Pedia-me tabaco e se não lhe desse matava-se? Sei lá! Também se lhe desse morria na mesma! Não podia fumar! Era capaz de não lhe dar e tentar acalmá-lo...

—▸ Porque é que a vida é importante?

Sei lá! Não sei explicar!...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Depende... A vida dum amigo é importante, mas a duma pessoa estranha também pode ser importante...porque se for necessário ajudar um e outro, eu ajudo. Ambas as vidas são importantes.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque é criança e tem muitos anos para viver...

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Não diria nada porque ele pediu-me segredo e eu guardava segredo...

—▸ E o pai?

Se eu desse a minha palavra, como dizia, eu não diria nada!

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

É uma questão de honra...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Errado! Também às vezes tem-se que mentir. Também é preciso mentir.

—▸ Quando?

Quando é necessário!

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Está errado assaltar a Caixa...mas por outro lado é por necessidade própria. Se ele não tivesse dinheiro iria ser despejado...

—▸ Ficava na rua!...

Quem é que hoje em dia quer ficar na rua? Acho que ninguém quer isso!

—▸ Pode-se roubar ou não?

Não se deve, mas às vezes...! Acho que sim, acho que se pode, quando é preciso!
Quando não é preciso não se deve roubar, mas por exemplo, num caso como esse se ninguém o ajudasse tinha que recorrer ao roubo...estava aflito...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral...não sei!

—▸ Que te parece?

Parece-me que a consciência moral é o que uma pessoa pensa... É o que uma pessoa acha das outras pessoas.

—▸ Para que servem as leis?

As leis servem para serem respeitadas.. Sem leis era uma desordem.

—▸ É mais importante as leis ou a consciência moral?

As duas coisas...

D/C, 11 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Eu aconselhava-o a não fumar. Insistia para que não fumasse, mas se ele insistisse na mesma tecla era capaz de lhe dar o tabaco.

—▸ Porquê?

Para ele não perder a vida.

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Sei lá! Porque uma pessoa para viver... As nossa mães sofrem muito para nos deitarem à luz... E depois porque se uma pessoa dá cabo de nós, acho que isso é muito triste... E sei lá! Para mim a vida vale muito porque só temos uma vida.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

São iguais porque é sempre uma vida em jogo.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Eu acho que...uma criança, porque uma pessoa adulta já viveu alguma coisa e a criança ainda está para gozar o que tem pela frente da vida.

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

Sei lá se...eu guardaria sempre segredo por esse meu amigo! Custava-me imenso dizer ao pai que ele ia. Se não fosse porque uma pessoa anda na escola para aprender e faltar prejudicava-se a ele... E até era capaz de lhe dar conselhos para não faltar.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra?

Por amizade, promete-se uma coisa, acho que deve cumpri-la.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

É feio e...não sei explicar bem. Eu, em certa parte, não gosto de mentir, mas noutras é necessário mentir... por várias coisas. Uma pessoa mentir só prejudica a ele próprio e não fica bem a uma pessoa.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Se ele precisa... Se ele precisa acho que devia fazer isso para a vida dele senão ía viver para debaixo da ponte, e debaixo da ponte era pior.

—► Porque é que não se deve roubar?

Sei lá! Porque uma pessoa é punida, é castigada!..como eu tive de roubar e agora estou aqui...

—► Há ocasiões em que se pode roubar?

Há ocasiões em que se pode roubar, mas há uma certa maneira de roubar que não tem importância nenhuma.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Não sei explicar bem... Sei lá! A consciência moral é uma pessoa que pensa uma coisa e tem de ter consciência daquilo que está a fazer e várias coisas... Não sei explicar!...

—► Para que servem as leis?

Para que não haja muitas desordens, roubos... Se não houvesse leis andávamos todos a matarem-se uns aos outros...

—► É mais importante seguir a consciência ou as leis?

Acho que são as duas importantes. Tanto uma como a outra. As leis servem para evitar muitos problemas e a consciência para a gente pensar no que vai fazer...

D/C, 12 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Era capaz de dar um cigarro. Possivelmente daria um cigarro embora estivesse proibido pelo médico; penso que não seria só um cigarro que lhe iria fazer mal... Um cigarro psicologicamente para ele já podia ajudá-lo...

—▸ Porque é que a vida é importante?

A vida é importante porque temos que construir alguma coisa... A vida é uma coisa muito complicada. São muitos factores e nós estamos aqui... ...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que é igual...porque é um ser humano e todo o ser humano tem direito à vida. Seja conhecida ou desconhecida.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

É a mesma coisa. Têm os dois o direito à vida, embora se...se fosse os dois casos ao mesmo tempo daria prioridade à criança...não é? Ainda tem muito à frente dele para construir...

B) O OUTRO

—▸ Que dirias?

É uma situação embaraçosa porque...uma pessoa faz um pacto com o amigo, depois vem o pai pedir para o meter ao corrente do que se passa...mas eu, nesse caso, quebrava o pacto com o amigo. Seria ajudá-lo; estava a ser benéfico para ele... Por isso acho que diria ao pai.

—▸ Deve-se manter a palavra dada...

Deve-se, porque se o amigo tem confiança em nós, nós devemos preservar essa confiança e manter a palavra. Não vamos desiludir as outras pessoas... Agora claro, se uma pessoa vai quebrar essa palavra para ser benéfico para a outra pessoa...acho que será de quebrar...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque é muito feio...É feio e muito baixo. Pode levar a situações desagradáveis com amigos, com a família, etc.

—▸ Há situações em que se pode mentir?

Há ocasiões em que se mente sempre...Há situações em que está em causa o bem.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Bem, cometeu um crime, mas para não ir para a rua, para poder pagar uma renda, mas eu penso que se pedisse a um amigo havia sempre alguém que o ajudasse... Eu não acredito que uma pessoa...uma pessoa querendo consegue...

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque é ilegal...Não se deve roubar porque é ilegal e contra os princípios da humanidade...

—▸ Há situações em que se pode roubar?

Não. Nem eu acredito que se rouba por necessidade. Se uma pessoa pedir ajuda é difícil, mas há sempre alguém a estender a mão.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Consciência moral é...aquilo que a nós mesmos dizemos que está bem ou não.

—▸ É mais importante seguir a consciência moral ou cumprir a lei?

Acho que é a consciência moral se estiver correcta, não é? Forma de pensamento que será mais importante que as leis, embora as leis nos façam falta...

—▸ Para que servem as leis?

Para manter ordem nesta gente.

—▸ Uma consciência bem formada pode prescindir das leis?

Isso é muito difícil, porque no meio de tanta gente a lei é sempre necessária.

2. RESPOSTAS DOS DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL

B. CONTACTO INDIVIDUAL

(Dilemas e Perguntas Capit. 6.2.B.)

D/C, 1 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Tentava primeiro dar-lhe um conselho para não fumar porque o médico disse que ele não podia fumar...mas se ele tentasse matar-se dava-lhe o cigarro...

—► O que está em causa?

A vida dele.

—► O que é a vida?

A vida, coisa que não sei explicar... A vida é um bocado chato aqui preso. A vida é boa para quem gostar de viver... Para quem gostar de viver, a vida é boa, para quem tiver uma mulher, filhos...é ...pensar depois em casar, ter uma casa, trabalhar...

—► Porque é que a vida é importante?

A vida é importante porque...quem gostar de viver a vida é importante... Não sei! A vida vale muito, mas não sei! Não estou assim a recordar ... Não sei!

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo...porque a gente conhece aquela pessoa e sabe que é um amigo. Se for mesmo um amigo de verdade é mais importante a vida dum amigo.

—► E a dum estranho?

Também é importante, não é? Para mim é a vida dum amigo que eu conheço...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança...porque é pequena e ainda não tem consciência daquilo que faz. Não sabe o que há-de fazer se estiver em caso de risco... Agora uma pessoa famosa já se sabe virar, já sabe o que fazer.
Se estiver para morrer...ou qualquer coisa, sabe-se safar, agora se for uma miúda ou um bébé ainda não sabe.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Eu diria que não. Não sabia de nada, que ele a mim não me tinha contado nada...
Como ele me veio contar e pediu-me segredo é porque está a confiar em mim, está-me a ver como um amigo.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Assim aquele amigo pode confiar sempre na pessoa... É por causa disso, que se deve manter a palavra... Sabe que é de confiança.

—▸ Porque é que se deve mentir?

Não se deve mentir porque... Há ocasiões em que até se tem de mentir...mas não se deve mentir porque acho que é feio. Quando uma pessoa está a mentir a outra pessoa, a outra pessoa sabe que está a mentir e aquela pessoa fica logo chateada, não é?

—▸ E quanto ao teu amigo que assaltou a caixa do Centro Comercial...

Por um lado fez bem e por outro fez mal. Por um lado fez bem porque ele precisava de dinheiro. Via que não arranjava trabalho, que não conseguia arranjar dinheiro...roubou para pagar o aluguer que era para não dormir na rua. Agora por outro lado fez mal, porque não se deve roubar. Está a prejudicar as outras pessoas...

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque é feio e também roubar está a prejudicar as outras pessoas. As outras pessoas estão a ser roubadas, estão a trabalhar para ter algum dinheiro para sustentar a família...ou para sustentar a casa. É um bocado lixado a pessoa saber que foi roubada...e que ficou sem aquele dinheiro que lhe fazia falta.

—► Há ocasiões em que se pode?

Há ocasiões em que uma pessoa está desesperada e que precisa de dinheiro. Não consegue arranjar, dá-lhe a tentação para roubar...

D/C, 2 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que farias?**

Não lhe dava o cigarro!...

—▸ **Porquê?**

Senão ele estava a fugir às ordens do médico e se o médico lhe proibiu é porque ía prejudicá-lo.

—▸ **Estava desesperado!**

Tinha que se aguentar!...

—▸ **O que está em causa?**

A vida dele e as ordens do médico...

—▸ **Porque é que a vida é importante?**

Isso já é mais complicado... Não sei! Todos gostamos de viver e ninguém gosta de morrer...

—▸ **O que é a vida?**

Sei lá! É a pessoa andar aí, e aguentar-se vivo. Uma pessoa se estiver morta não sabe nada...

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É a mesma coisa...

—► Porquê?

As pessoas são seres humanos, tanto o amigo como a pessoa estranha valem...

—► Qual é o valor da vida?

Não tem preço o valor duma pessoa.

—► Porquê?

Não sei porquê...mas eu não dava a minha vida por nada!

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Nesse caso dizia a verdade que o filho não ía às aulas, que era para ele obrigá-lo a ir...

—► Porquê?

É importante uma pessoa ir às aulas para aprender, para um dia mais tarde ter um futuro melhor...

—▸ Mas ele tinha pedido segredo!

Neste caso não dava para guardar segredo...porque ao guardar segredo estava a prejudicá-lo a ele...

—▸ Deve-se ou não guardar segredo?

Em certas ocasiões deve-se, noutras não. Conforme o caso que for... Nisso de faltar à escola, ao estar a encobri-lo já estava a prejudicá-lo. Se não fosse às aulas não aprendia.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Isso já não sei!... Acho que é feio enganar os outros, porque ninguém gosta de ser enganado...

—▸ E quanto àquele que, desesperado, assaltou a caixa do Centro Comercial... Que te parece?

Parece-me mal porque isso é o último recurso que uma pessoa deve fazer. Podia tentar outras hipóteses ele...

—▸ Se não conseguisse...

Se não conseguisse, que remédio tinha ele! Para sobreviver!...

—▸ Pode-se roubar...!

Não é o poder, mas há ocasiões em que uma pessoa é obrigada a fazer isso...

D/C, 3 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que farias?

Eu faria ele deixar de fumar... Ele deixava de fumar...

—► Mas se ele estava aflito!

Para mim eu acho que não, porque o cigarro só faz mal... Faz mal aos pulmões...

—► O que é a vida?

O que é a vida? (silêncio) A vida é... A vida é quê? (silêncio).

—► Porque é que a vida vale muito?

A vida vale muito se uma pessoa levar bem a nossa saúde, a levar (silêncio), levar (silêncio)... Não sou capaz de dizer!

—► A vida é importante?

É sim senhor! (silêncio...).

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É mais importante a vida dum amigo.

—▸ Porquê?

Porque uma pessoa já está mais habituado a viver com ele, a falar, a brincar, ...ir por aí e por outro lado, ir ao cinema. E uma pessoa já está habituada..).

—▸ É a vida dum estranho?

A vida dum estranho se uma pessoa não conhecer bem pode arranjar problemas... E depois...

—▸ É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?

É mais "apreciada"...salvar a vida duma criança.

—▸ Porquê?

Porque é mais importante, porque uma criança agora , neste momento, vale tudo, precisa de muito carinho das pessoas.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Eu dizia ao pai dele... Eu dizia ao pai dele que ele dizia a

verdade, ía à escola e nunca faltava à escola. Mas eu sabia que não era verdade...

—▸ Pode-se mentir ou não?

Às vezes mente-se, às vezes não se mente!

—▸ Porque é que às vezes se mente?

Por causa de algumas coisas que são verdade, mente-se... Algumas que são mentira não se mente.

—▸ Porque é que se deve guardar um segredo?

Para não dizer a ninguém...

—▸ Porquê?

Porque o segredo vale muito. Só entre nós.

—▸ E quanto àquele amigo que assaltou a Caixa... fez bem ou mal?

Fez bem...porque queria alimentar-se, estava cheio de fome. E arranjar dinheiro para comprar uma casa, para comprar roupa, vestir-se...E isso tudo!

—▸ Então pode-se roubar ou não?

Nalgum caso não se pode roubar, mas noutros casos, mais ou menos...

—▸ **Como?**

Para se roubar tem que se pensar muito e ver a vida...para roubar...

—▸ **Então em que ficamos?**

É feio... Dá mau aspecto roubar... É uma vergonha para a família e depois para onde uma pessoa vai pensam logo que uma pessoa vai fazer asneiras, que vai roubar!

D/C, 4 (Cont.)

A) A VIDA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que farias?

Dava-lhe um cigarro.

—▸ Porquê?

Sei lá!... Se ele tem desejo dum cigarro, não é um cigarro que o vai matar.

—▸ O que está em causa?

É a vida dele... Se ele se mata, um cigarro não o vai matar... Vale mais ele fumar um cigarro!

—▸ O que é a vida?

Acho que é...Não estou a ver assim... Uma vida é a partir que a gente nasce, uma certa convivência com as pessoas...e outras coisas assim do género.

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Eu acho que vale porque...a gente quando nasce é para viver...Não sei! Sinto que é importante só que não sei dar a resposta...

—▸ Vale mais a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Para mim é mais a vida dum amigo.

—▸ Porquê?

A gente tem mais convivência com ele...mas é igual, tanto vale a vida dum amigo como dum inimigo.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

É mais importante salvar uma criança. A criança precisa mais de apoio. Acabou de nascer e...ainda é pequena. Precisa de mais apoio que uma pessoa famosa.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Diria e contaria-lhe a verdade.. Eu acho que...não sei! Qual o motivo porque ele não ía? Mas acho que era de dizer a verdade!

—▸ Porquê?

Porque o filho podia andar por maus caminhos ou outra coisa assim... Acho que o pai devia ser sabedor de ele não ir às aulas...

—▸ Faltava à palavra do amigo!

Sim, faltava à palavra mas o pai, de qualquer das formas, precisava de saber...

—▸ Porquê?

Para chamar o filho à atenção... Uma coisa assim!

—▸ Deve-se ou não manter a palavra...

Deve. Eu acho que deve... Aqui, era mais importante o pai saber para dar... Não vinha trazer mal nenhum contra o pai...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não sei. Por vezes acho que sim. Nem sempre!

—▸ Porquê?

Não sei. Às vezes por uma mentira pode haver más interpretações ou uma coisa assim.... Eu acho que muitas vezes não se deve mentir.

—▸ E quanto ao amigo que assaltou a Farmácia... Que te parece?

Não sei... Eu acho que está mal. Se não tinha dinheiro, devia procurar agora, não sei...
Pedia apoio a uma família, falar com um familiar...

—▸ **Se não pudesse?**

Não tinha outra hipótese ou fazer isso ou ter de roubar...

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

Eu acho que pode... Não se pode roubar porque a gente não deve mexer naquilo que não é nosso. Depois não nos pertence. Mas de qualquer das maneiras não sei...

—▸ **Mas há ocasiões em que se pode?**

Eu acho que não. Só por grande necessidade!

D/C, 5 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Eu acho que se o médico o proibiu de fumar, era para ele não fumar...mas na questão de ele se matar...se eu visse que estivesse nas últimas era capaz de dar o cigarro!...

—▸ **Por um lado o desespero, por outro a proibição...**

Estava entre os dois lados.

—▸ **Pensando bem...**

Acho que o melhor era não dar...porque se ele fez uma operação e o médico lhe proibiu de fumar,...o melhor era não lhe dar para lhe fazer bem à saúde.

—▸ **O que é que está em causa?**

É a vida...

—▸ **O que é a vida?**

A vida é a gente viver...

—▸ Como?

Mais ou menos como a gente possa... andar bem na vida, trabalhar...Sei lá!

—▸ A vida é importante porquê?

Tem coisas boas na natureza e tem tanta coisa boa, liberdade...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo!...

—▸ Porquê?

A gente tem sempre aquela...prontos! Sei que ele é meu amigo. Mas também não se vai tirar valor às outras pessoas que não...que a gente não conhece... Prontos! Conhece hoje...Não se vai tirar o valor a estas pessoas...

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança!

—▸ Porquê?

Para já uma criança não tem possibilidades...ou muitas possibilidades de me ver e de se mexer...e segundo uma criança ainda tem uma longa vida à frente! Acho que para mim...o mais importante é salvar uma criança!

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Eu dizia-lhe que não sabia de nada, porque não vou por o meu amigo em apuros...

—▸ E quê?

Dizia que não.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Para ser fiel...

—▸ Porquê?

Porque se a gente estiver a fugir à palavra não estamos a ser fiéis... Se eu me comprometi a uma coisa com ele e depois ir a dizer ao pai o contrário, não estou a ser amigo dele... Estou a ser um...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Mentir é uma pessoa... Sei lá! Uma pessoa falsa. Às vezes há alturas em que a gente somos obrigados a mentir.

—▸ E quanto àquele amigo que assaltou a Caixa do Centro Comercial... Que te parece?

Primeiro ele não tinha nada que assaltar a casa. Segundo, o mais que ele podia fazer era ir à procura dum emprego. Se não

conseguisse arranjar emprego ir...ao pé de algum amigo ou dum familiar...prontos! E pedir emprestado para pagar!

—▸ Pode-se ou não roubar?

Eu acho que não.

—▸ Porquê?

A polícia anda aí nas ruas é para isso...para não haver roubos!

—▸ Então quê?

Eu para mim, andava a roubar porque tinha um vício, agora pessoas que andam a roubar por andar a roubar...acho que está mal.

—▸ Porquê?

Está mal andar a roubar os outros e fazer disparates, partir coisas, sei lá!... Eu agora estou aqui dentro, já reflecti um bocado por andar a roubar. Para já não chegamos a lado nenhum...e a certo ponto vimos parar a uma casa destas e não ganhamos nada com isso.

—▸ Pode haver situações de necessidade?

Claro. Conforme se eu andar arranjar heroína e cocaína...

D/C, 6 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece sobre o homem que desesperado pelo estado grave da mulher assaltou a casa do boticário?

Parece-me que não havia motivos para isso, mas compreendeu mal o senhor da farmácia...Se fosse pessoa honesta ajudava. Escusava de ter a reacção que teve para o amigo...

—► Pode-se ou não se pode roubar?

Acho que não... É melhor pedir! Só que teve uma atitude de não emprestar ao amigo, o amigo perde a cabeça, por infelicidade. Não se pode por muitos motivos... Em justa causa uma pessoa está sujeita às consequências... Se o homem e a mulher trabalharem têm dinheiro para tomar medicamentos...

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—► O amigo que desesperado te pede ajuda...

Pedir ajuda... Eu já que estou preso e é uma condenação muito

baixa, o meu motivo era ver tudo aberto e mentalizar-me que tenho de cumprir estes seis meses sem ter problemas com a justiça... Não quero problemas com a justiça. Aguentava e o meu amigo se quisesse esperar esperava e ao fim dos seis meses eu tinha uma conversa com ele. Ele tem a vida dele e eu a minha. Não ía perder a vida por causa dum amigo. Estava sujeito às consequências. Sinto-me bem porque sei que...e não queria complicar a vida.

—► **Porque é que a vida vale muito?**

Vale muito porque eu sinto-me aqui. Nunca estive preso, é a primeira vez. Sinto-me fechado...sinto-me orgulhoso, muito pensativo e quero ver se hoje para amanhã tenho o meu futuro e vivo a minha vida.

—► **E a vida?**

É linda, tem-se mais liberdade, mais convivência,...mais distraimento. Não se está em clima fechado.

—► **Pode-se ou não se pode mentir?**

Há duas mentiras, mentira falsa e verdadeira... Mas o ser humano para ser sincero nunca deve mentir, deve ser correcto. Se mentir está sujeito a dificuldades, sujeito à morte, sujeito a isto ou àquilo sem necessidade nenhuma.

—► **Aquele caso do colega que entrou no gabinete do professor... Que te parece?**

Esse meu colega...se me pedisse segredo eu dizia que não.

Porque eu não gosto de esconder nada à justiça. Quero que sejam sinceros comigo...para continuar a responder ao meu colega. Assim, por intermédio do meu colega... O meu colega está a mentir e eu queria puxar tudo para deixar as coisas direitas. E assim nem eu nem o meu colega estávamos sujeitos...

—▸ **Pode haver situações em que se pode roubar?**

Só se for uma coisa normal, que não seja nada de especial...mas uma pessoa tem que ser sincero!...

D/C, 7 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Acho que não devia ter feito isto. Perante a lei podia ter feito um peditório, pedir dinheiro a algum familiar.

—► Pode-se roubar ou não?

Talvez sim. No meu modo de ver não deve haver nenhuma situação em que se pode roubar.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—► Um amigo que, desesperado, lá fora, quer falar urgentemente contigo...

Não sei,...mas fugir não fugia... Tentava de novo pedir ao Director. Não sei!...
Se se matasse não havia nada a fazer. Ninguém o podia ressuscitar... Se fugisse tornava a situação pior...

—▸ E quanto ao caso do teu colega que entrou no gabinete do professor...

Talvez contasse a verdade...

—▸ Porquê?

Se mentisse...e fosse descoberto...eu ficava vergonhoso para mim e para o meu colega. Se o meu colega me tivesse pedido segredo já não dizia nada... Quando uma pessoa, no meu modo de ser, pede segredo...

—▸ Segredo porquê?

É sinal de amizade com as pessoas...

—▸ Pode-se mentir ou não?

Pode, mas não se deve mentir. Há ocasiões como , por exemplo, esta.

—▸ O que está em causa?

É o segredo.

D/C, 8 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Acho que fez bem, assaltar a farmácia. O homem estava a precisar daquele medicamento e aquele medicamento para o homem era muito interessante...

—▸ Pode-se roubar ou não?

Pode-se. Algumas vezes pode-se e outras em que não se pode. Quando uma pessoa precisa...tem que ser mesmo assim: roubar.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ E quanto ao colega que, desesperado lá fora, pede a tua ajuda...

Tentava ir lá... Se ele tinha uma coisa importante para me dizer e eu tinha a porta aberta tentava passar para ir lá! Sabia que ía para o castigo, mas era importante, tinha que ir lá.

—▸ O mais importante?

Era o meu colega.

—▸ Porque é que a vida humana vale...?

É um ser humano como eu, tem tanto direito como eu a viver e eu se pudesse ajudar, ajudava. Um dia qualquer em que me acontecesse a mim ele também me ajudava a mim, não é?

—▸ O que é a vida?

Uma pessoa vem ao mundo, sofre... É sempre importante vir ao mundo para conhecer coisas que nunca conheceu.

—▸ Pode-se mentir ou não?

Pode-se...em certas coisas...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Deus não quer... Acho que não se deve mentir!...

—▸ Mas há situações em que se pode...

Quando vamos à polícia eu e o meu colega... e eu digo que não fui eu. Fui eu, não é? Só que digo que não fui eu, não fui eu... Aí estou a mentir para a gente salvar a minha face...

—▸ Aquele caso do colega que entrou no gabinete do professor...

Não dizia ao professor. Ele pediu-me segredo e eu tentava guardar aquilo para o resto da minha vida...

D/C, 9 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Acerca de...ter assaltado a casa? Acho que se o sujeito tinha o produto para a cura do cancro não lhe deu as possibilidades de ele tratar da mulher eu acho que a reacção dele foi normal. Porque num acto de desespero...qualquer pessoa tomaria a mesma decisão uma vez que se trata da esposa...

—▸ **Porque é que a vida é importante?**

Exacto. A vida é importante porque além de ser a pessoa amada...é uma vida que está em jogo também.

—▸ **Pode-se ou não roubar?**

Nestes casos assim, acho que sim...

—▸ **E noutros?**

Depende também, mas roubar sem necessidade só no acto de maldade... Há muitos casos assim. Nestes casos não se deve roubar!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Um colega que, desesperado lá fora quer falar contigo...

Nada, nesse aspecto não faria nada. Porque além de estar a vida dele também em jogo porque diz que se vai matar há sempre a possibilidade de se aguentar mais um tempo. Ao passo que derivado à pena que tenho a cumprir não me dava para tentar a fuga, porque podia correr mal e além de sofrer as minhas consequências, agravaria a minha pena também, o que me prejudicaria a mim.

—▸ Pode-se mentir ou não?

Em certos momentos...mentir por necessidade mesmo, em certos casos de apuros. Mas acho que não é muito conveniente mentir.

—▸ O caso do colega que entrou no gabinete do professor...

Ora bem, aí já eu iria mentir para não faltar com a minha palavra e também para não incriminar o meu colega... Uma vez que lhe tinha dado a minha palavra, além de ser um acto de confiança que ele estava a depositar em mim... Era também a minha palavra, além de ser um acto de confiança que ele estava a depositar em mim...era também a minha palavra que estava em jogo...

—▸ Há situações em que se pode...?

Em primeiro acho que não há ninguém capaz de não mentir, porque em geral toda a gente pelo menos. Acho que uma mentira parte das pessoas que dizem isso. Não sei qual é a intuição e a ideia delas.

D/C, 10 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Bem e mal!

—▸ **Porquê?**

Mal, porque não se deve roubar e bem porque era para ajudar a própria mulher...

—▸ **Pode-se roubar ou não?**

Não se deve roubar...mas quando é preciso roubar é uma coisa diferente, logo que não vá atingir outros...

—▸ **Porquê?**

É contra a lei...

—▸ **Neste caso?**

É diferente porque vai ajudar a mulher. Está em causa a vida da mulher.

—▸ **O que é a vida?**

É um bem... É importante viver a vida para...Sei lá!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► No caso do colega desesperado que lá fora queria falar contigo... Que farias?

Não fugia porque ía piorar a minha situação. Se o director não autorizasse, se fugisse ía piorar a minha situação além de ser para salvar um amigo. Mas um amigo se fosse amigo não faria isso...

—► Porquê?

Porque via logo que eu estava em piores lençóis que ele... Ele estava lá fora. Além de ele se querer matar se eu não fosse... Se eu fugisse era pior para mim... Andava a ser procurado...enquanto ele podia aguentar ou vir aí nos dias de visita.
Mas as pessoas lá fora têm mais facilidade para tratar das coisas que as pessoas cá dentro!

—► Estava aflito...

Mesmo assim...mais aflitos estamos nós!

—► Porque é que não se deve mentir?

Se se pode... Acho que sim...

—► Porquê?

Às vezes é preciso mentir, mas nem sempre se pode mentir...

—► O caso do amigo que entrou no gabinete do professor...

Nesse caso pode-se mentir! Claro! Para não prejudicar o amigo! Nesse caso eu mantinha a palavra ao amigo... Aí tinha que ter honra, é uma questão de honra... Se mentisse já ía contra a palavra do meu amigo!

D/C, 11 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Em certa parte fez bem porque foi para curar a mulher, não tinha dinheiro. Para não deixar a mulher morrer, para salvar a mulher. Em certa parte fez mal porque não se deve roubar. Ou pedia ao farmacêutico ou não ía trabalhar. Fazia qualquer coisa para não roubar...

—▸ Pode-se roubar ou não?...

Não se pode. É contra a lei, mas muitos não têm mais nada que fazer e põem-se a roubar. Têm necessidade e vão roubar...

—▸ Há situações em que se pode roubar?

Há situações em que se pode, mas nunca roubar... Não se pode roubar em estabelecimentos ou uma mota...ou o que for. Agora uma pessoa estar habituada num jogo de futebol e rouba um bocadinho para um lado e outro bocadinho para outro... Essa maneira de roubar é diferente.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Se um amigo teu lá fora desesperado pedisse ajuda,... Que farias?

Se esse meu amigo soubesse que se ía matar, eu saía mesmo por essa parte para o ir ajudar...
Era para salvar a vida dum amigo...

—▸ A vida é importante?

É sim senhor! Uma pessoa só tem uma e se perder a vida nunca mais é ninguém. Nunca mais se pode contar com aquela pessoa.

—▸ Pode-se mentir ou não?

Não se pode...mas, às vezes, é-se obrigada a mentir...
É feio e uma pessoa com a verdade ganha mais com isso...
Há situações em que uma pessoa é obrigada a mentir.

—▸ O caso do teu amigo que entrou no gabinete do professor.

Exacto! Isso aí ele perguntou mas eu não tinha nada a responder porque não sabia de nada. Sabia, mas ao fim e ao cabo não era nada comigo. Não tinha de dizer nada. Era uma mentira para todos os efeitos. Era uma mentira, mas eu estava a dizer que não fui eu que peguei nos papéis.

D/C, 12 (Cont.)

A) A VIDA HUMANA E A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Bem ou mal?

Faz mal porque cometeu um crime, embora numa hora de desespero uma pessoa é capaz de fazer tudo e mais alguma coisa. E ainda por cima para salvar a mulher. Mas que foi mal feito...foi!

—► Porque é que não se deve roubar?

Não se pode de modo nenhum porque vai contra as nossa regras de sociedade... Embora numa altura de desespero uma pessoa é capaz de ser levada a cometer um crime! Acho que a sociedade em si também puxa um bocado por isso, porque esse homem se não tem possibilidades de comprar o medicamento, a sociedade deveria ajudá-lo...

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—► Que farias no caso do amigo que, desesperado te telefonou?

Acho que não iria. É uma das tais situações que...é difícil de responder se uma pessoa não estiver a viver. Penso que não iria porque iria estragar a minha vida. Seria mais fácil

comunicar com um amigo de ambos para tentar intervir na situação... Acho que devemos ajudar sem nos prejudicarmos a nós...

—▸ Porque é que a vida vale...?

É muito complicado explicar a vida. Tem muito que se lhe diga. Definir a vida? É difícil! Não consigo arranjar uma explicação lógica... É importante e muito difícil de vivê-la.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Há mentiras que vêm por bem!

—▸ E quanto ao caso do colega que assaltou o gabinete do professor...

Há situações de defesa própria... Não se pode mentir porque é feio e mesquinho!... mas também vai dos princípios de cada um... E mentir por mim é contra os meus princípios, estava a mentir porque já menti... Mas são aquelas mentiras que é necessário até em termos judiciais. Há sempre uma mentira para ilibar um pouco...mas entre amigos é asqueroso estar a mentir.

3. RESPOSTAS DOS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL

A. PRETESTES E POSTESTES

(Dilemas e Perguntas Cap. 6.2.B.)

ND/E, 1 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que farias?

Se não houvesse mais nenhuma hipótese, se não houvesse mais ninguém a quem pedir ajuda, se fosse só eu...Sei lá! Só em último caso é que assaltaria a farmácia. Se não pudesse comprar os remédios pediria dinheiro aos meus pais ou a outros colegas...Só em último caso é que assaltaria a farmácia,. Caso assaltasse sei que iria ter alguns problemas.

—► Porque é que a vida humana vale muito?

Vale muito...pergunta difícil!
Vale muito, quer dizer vale muito, vale muito porque é... Uma pergunta difícil.
Acho que para uns vale muito, e para outros vale menos. Para mim acho que vale muito porque se estou cá é para viver a vida, para me realizar, para fazer o que gosto, para fazer o que me apetece sem sair da regra...Mas acho que a vida é tudo.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Eu acho que deve ser a vida dos dois, porque ambos vivem e lá por ser desconhecido não quer dizer que não tenha tanto direito a viver como um colega.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Tanto um como o outro. Porque têm os mesmos direitos e lá por ser famoso não quer dizer que seja mais importante do que uma criança indefesa.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias ao professor?

Neste caso eu acho que não diria nada.

—► Porque?

Em primeiro lugar, acho que prontos! Foi...não estudou, pode até ter sido um teste importante, e mesmo sem ver o teste eu tenho de saber as respostas. Acho que não vai ser muito importante, lá por saber as respostas um pouco antes penso que não vai afectar muito. Em segundo lugar, ele pediu-me segredo e acho que não o iria trair dum momento para o outro, já que o poderia prejudicar muito no futuro, se fosse um teste decisivo.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porque acho que ele merece... Nós merecemos a confiança... Acho que ele tem confiança em nós. Nós traindo-o ele vai tirar-nos essa confiança e acho que vamos perder um amigo.

—► Porque é que não se deve mentir?

Quer dizer não se deve mentir, penso que é para não fugir à regra, que diz que não se deve mentir, que nunca se deve dizer mentiras que podem prejudicar. Conforme as mentiras, umas podem prejudicar muito e outras podem prejudicar pouco, não é?

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Fez bem ou mal?

Acho que fez mal. Mesmo em último caso não faria isso, não poderia fazer isso, já que podia arranjar um emprego.
Há muitas maneiras de se conseguir salvar uma situação e acho que assaltar é uma coisa muito extrema, mesmo muito extrema.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque é que não se deve roubar? Não se deve roubar, lá está, para fugir à regra em primeiro lugar. E em segundo lugar porque nós em roubar vamos roubar coisas que são doutras pessoas que também podem precisar delas. É a mesma coisa que nos roubarem a nós.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

Consciência moral é uma pessoa estar consciente de que não se deve fazer determinadas coisas porque sabe que mais tarde poderá ser prejudicado. Acho que é isso... Sem a consciência moral, uma pessoa muitas vezes faria as coisas sem pensar directamente. E acho que só mais tarde é que se iria aperceber do que tinha feito. Enquanto que com a consciência moral uma pessoa pensa duas vezes antes de agir.

—▸ Para que servem as leis?

As leis servem para que uma pessoa tenha uma consciência moral, para que uma pessoa se aperceba que mais tarde pode-se prejudicar muito devido às leis que foram feitas...

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

É difícil. Mas penso que, às vezes, a consciência é mais importante do que as leis. Porque, as leis, às vezes, não estão muito adaptadas à mente humana.

ND/E, 2 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Se assalto a farmácia...Ora bem eu penso que não. Penso que haveria outras hipóteses de fuga a esse problema...Sei lá! recorrer aos meus familiares, aos familiares dele. Penso que isso de assaltar a farmácia é uma atitude drástica demais e talvez pouco real.

—▸ Porque é que a vida humana vale muito?

Porquê? Ora bem, eu penso que isso é uma coisa criada desde o princípio da terra e penso que isso acontece a...desde...com as outras espécies também. Penso que canibalismo, por exemplo, não é muito comum. Porque cada pessoa é um só, cada ser é um só. Uma pessoa nasce, cresce, desenvolve-se a nível físico e mental e penso que é inegualável um ser humano.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Ora bem, isso depende. Se fosse uma situação de escolha em que um amigo nosso morresse e uma pessoa estranha, penso que toda a gente escolheria ou se decidiria da mesma forma. Só

que penso que será mais importante a vida dum amigo. Nesse caso que eu dei, no caso de decisão de morte...

—► É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Ora bem, nesse caso penso que seria mais importante salvar uma criança, porque uma pessoa famosa, esse famoso com 30 ou 40 anos...Penso que seria mais importante salvar uma criança porque tem muito mais vida pela frente.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias?

Penso que não diria nada. Porque é que não diria nada? Não sei, sinceramente não sei. Porque é que não diria nada? Sei que não diria, isso sim. Talvez por uma questão de amizade e as consequências que isso iria ter.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porquê? Ora bem, uma pessoa mediante as atitudes que tem...a nossa palavra deve valer alguma coisa. A partir do momento em que a nossa palavra não vale nada, não sei!

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque é que não se deve mentir? Acho que nos dias de hoje a

mentira está presente em tudo. Por exemplo, na publicidade...um aspecto por exemplo. Está presente em tudo. Penso que não há verdade pura.

B) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Penso que isso não é solução porque uma pessoa querendo trabalhar, penso que não deve recorrer ao roubo. Há vários empregos que as pessoas, por vezes, até consideram menores, como por exemplo, ser lixeiro. Mas como não é necessário roubar, prostituição....outras coisas...em que uma pessoa pode recorrer a outros meios para...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Ora bem, para mim a consciência moral... ...Eu para mim a consciência moral é um produto da sociedade tal como nós. Isso é uma coisa que é adquirida com os nossos pais em casa e a sociedade é que nos dá a consciência moral que nós temos. No caso dum indivíduo delinquente, penso que o mau ambiente

em casa...provoca fugas ou outra coisa qualquer...
É importante...porquê? Sinceramente não sei.

—▸ **Para que servem as leis?**

É para nos regermos todos segundo determinados conceitos. Se não cada qual faria as suas leis e isto seria...

—▸ **É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?**

Depende. Por vezes seguir a consciência, por vezes seguir as leis. No caso dos abortos a mãe não devia ter filhos se não quisesse, se tivesse sido violada. (É um exemplo de conflito entre a lei e a consciência).

ND/E, 3 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que te parece?

Não sei, se ele estiver mesmo doente...Não sei, pode também ser a fingir. Pode estar a precisar dos comprimidos. Mas acho que não assalto a farmácia.

—► Porquê?

Porque não. Posso ser preso. É muito grave fazer isso. Tentava pedir ajuda a pessoas, esses comprimidos...mas não...

—► Porque é que a vida humana é importante?

Porque toda a gente nasceu e tem direito a viver. Acho que é importante porque toda a gente tem os mesmos direitos.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É mais importante a vida dum amigo, porque essa pessoa está mais próxima a nós e o que sentimos por ela é diferente do que sentimos por uma pessoa que não conhecemos.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque esa criança ainda está no princípio da vida e essa pessoa famosa já gozou, já tem fama e já ultra-passou tudo o que a vida podia dar.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias ao professor?

Que não sabia, porque não ia dizer que sabia que o meu amigo tinha roubado os testes.

—▸ Porquê?

Porque é meu amigo. Também sou cúmplice nisso, mas dizia que não sabia de nada.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porque a amizade é isso. É a confiança que uma pessoa tem nos outros. Se essa confiança for quebrada, a amizade deixa de existir.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque se está a enganar as outras pessoas que confiam em nós e enganando-as está-se a dar provas de que não se é amigo.

—▸ Há situações em que se...

Há mentiras que são...
As mentiras são todas iguais, mas há umas que são necessárias, às vezes ajudam, mas nunca é bom mentir.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

É amigo meu? A sociedade não dá as mesmas hipóteses a toda a gente. Há pessoas que se vêem forçadas a fazer isso...mas acho que está errado o que ele fez. Mas não há outras hipóteses, ele precisa de...

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque o dinheiro deve ser adquirido de forma honesta e roubar está-se a tirar o que os outros honestamente ganharam.

—► Há situações em que se perde?

Não. Há aquele ditado que diz "Quem rouba a ladrão tem cem anos de perdão". Mas mesmo assim acho que não.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

É estar bem com a consciência. Saber que roubando pesa à consciência, roubar!

—► Para que servem as leis?

Para não haver...não sei!
Para as pessoas funcionaram num todo e não funcionarem

indivíduos separadamente. Se cada um pensasse por si próprio e fizesse o que quisesse...

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Seguir a consciência, porque as leis às vezes são pensadas com outros interesses sem ser a consciência.

—▸ Pode haver uma sociedade sem leis, só com consciências bem formadas?

Daí da consciência formam-se as leis. Se uma pessoa estiver bem consigo mesma não andar a fazer coisas que desagradem...

ND/E, 4 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ **Que te parece?**

Assaltar acho que não.

—▸ **Porquê?**

Não sei, tentaria antes pedir a uma pessoa que lá estivesse se podia emprtestar o dinheiro. Mas assaltar acho que não.

—▸ **Porque é que a vida é importante?**

Sei lá, Não sei! Nós vivemos, estamos cá todos e uma pessoa vive tantos anos e depois morre assim de repente e os pais tiveram tanta dedicação a esses filhos, e depois desaparecem assim de repente!
As pessoas são queridas pelos outros...

—▸ **É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?**

São todas. Essas pessoas também têm amigos. Todas as pessoas. Claro para nós sentimos muito mais a perda dum amigo. Mas são todas importantes.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Não sei...Claro que a criança é uma vida que está a começar. Sente-se mais a perda da vida duma criança. Acho que são todas importantes.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias ao professor?

Responderia que não. Não sei... Acho que isso ia beneficiar esse meu colega e ao professor não trazia grande diferença.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Para mantermos a nossa confiança...Para usufruirmos da confiança desse amigo.

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque assim estamos a omitir factos, coisas que são...podem fazer mal a umas pessoas. Se bem que uma pessoa sente-se tentada normalmente a mentir...porque é o caminho mais fácil.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Claro que roubar é sempre mal...porque é tirar o que não é nosso. Fazemos coisas que vão prejudicar...e se calhar vão prejudicar mais gente do que beneficiar. E talvez tirar pouco do muito...Roubar é usufruir da propriedade alheia, das coisas que as pessoas trabalharam para conseguir e assim ficam sem elas.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

É agir segundo as normas do bom senso e da tradição. Consciência moral...fazer aquilo que nós achamos que é, que é bem segundo os padrões que nós adquirimos.

—► Para que servem as leis?

Servem para manter a ordem. De certa maneira são regras segundo as quais nos devemos gerir.

—► **É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?** (pausa)

As leis também foram feitas segundo a consciência de quem as fez. E segundo o que era melhor, normalmente, e segundo os padrões de vida das pessoas. A consciência não sei...

ND/E,5 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Não. Acho que não assaltava. Tentava falar com o farmacêutico e chegar...Tentar arranjar aquilo, o tal calmante. Assaltar acho que não assaltava porque não está dentro dos meus padrões morais.

—▸ O que está aqui em causa é a vida

Exacto. Mas tentava arranjar outra pessoa qualquer ou um amigo que tivesse esse calmante ou outra farmácia.

—▸ Porque é que a vida humana vale muito?

Porque é que a vida humana vale muito? Eu acho que cada pessoa tem aqui no planeta um papel fundamental. Acho que não está aqui por qualquer motivo. Acho que está cá a fazer alguma coisa. Acho que deve a vida a alguém, que é uma decisão que não nos cabe a nós.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Acho que são as duas iguais. Porque acho que tanto uma pessoa

como outra merecem viver. Têm iguais condições. Claro que a dum amigo, uma pessoa pode sentir mais, não é? Se esse amigo calhasse morrer... ...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que é uma criança, porque uma criança tem mais para viver e uma pessoa famosa já pode ter certa idade...
Acho que uma criança ainda não se sabe defender...não sei!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias ao professor?

Eua cho que diria que não sabia de nada!

—► Porquê?

Porque, para já, deixava o meu amigo ficar mal. Esse é o primeiro ponto. Mas também, por um lado, achava isso injusto porque nós temos iguais direitos em relação aos... ... Se ele sabia também acho que todos deviam saber. Acho que não era bem feito.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Se somos amigos dessa pessoa, acho que não devemos voltar atrás com a palavra...Acho que se dizemos alguma coisa...

—► Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir? Acho que não leva a bom caminho. Mais vale uma pessoa ser verdadeira, do que estar a mentir e depois passado um certo tempo vir-se a descobrir a verdade toda. E ficarmos mal.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Ora bem, eu acho que foi a necessidade mesmo que o levou a fazer isso...mas acho que não devia fazer isso. Acho que devia pedir ajuda a alguém...Tentar arranjar um emprego, sei lá!

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque o que nós estamos a roubar também custou a alguém a ganhar. Foi com o suor dessa pessoa que ganhou. Acho que roubar é um meio mais injusto de obter alguma coisa.

—► Há situações em que se pode roubar?

Acho que não. Mesmo...só se fosse assim um extremo, mas mesmo assim...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral? Bem, isso tem a ver com os conceitos de cada pessoa, com os conceitos morais de cada pessoa!

—▸ O que é?

Consciência moral...Ora bem! Acho que é o que cada um pensa que dentro de certas leis, certos limites, pode fazer, considera que pode fazer.

—▸ Para que servem as leis?

As Leis? Para haver uma certa estabilidade social. Se não houvesse leis então isto ía ser um mundo de vagabundos.

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Acho que cada...de maneiras diferentes. Acho que não tem assim muito a ver...

—▸ Se houver um conflito "consciência/leis"?

Acho que as leis devem ser seguidas rigorosamente, rigorosamente, prontos! Mas em certos extremos acho que a consciência é que manda.

ND/E, 6 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Tentava primeiro pedir a outra pessoa qualquer, mas se não tivesse mesmo outros recursos talvez pudesse fazer isso.

—▸ O que está aqui em causa?

A vida do meu amigo.

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Porque só podemos viver uma vez, se calhar! Se calhar é porque uma pessoa faz estas coisas para salvar...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum desconhecido?

À partida penso que será igual, mas se uma pessoa tem um relacionamento com uma pessoa que conhece terá mais intimidade afectiva e talvez valerá mais a dum amigo, talvez.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

É o que eu disse à bocado. À partida seria igualmente salvar as duas vidas ao mesmo tempo. Mas se tivesse que optar não sei. Depende do estado de espírito. Se realmente, não

sei...Se tivesse que optar dependia do estado de espírito na altura, da situação.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que responderias ao professor?

Se ele me pediu segredo, em princípio não contaria nada, talvez por fidelidade ao meu amigo. Em princípio sabia que não estava correcto ele saber antecipadamente o exame, mas prontos! Se ele me disse para eu não contar nada, eu não contaria.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque à partida se nós... Prontos! Se nós temos palavra, denota confiança no amigo. Não é?

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque a verdade deve estar sempre acima de tudo, porque se nós estamos a dizer a verdade, estamos a dizer os factos e se mentirmos vai alterar um esquema, uma sociedade...É estar a deturpar uma sociedade se mentirmos.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fez mal, porque se o dinheiro não era dele não devia tirar o dinheiro a ninguém, porque à partida o comerciante trabalhou para o ganhar. Ele em princípio devia ter pedido alguma ajuda a alguém e não roubar.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque é tirar a alguém aquilo qure não é nosso. Se a pessoa fez um esforço para o ganhar não vamos, com um simples acto, tirar o que ele conseguiu.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Consciência moral... é...Portanto, todos temos uma consciência e temos uma moral...A consciência moral é...Cada um parece que tem os seus padrões de vida, as consciências...Portanto é a coisa que nós estabelecemos para nos guiarmos para a vida.

—► Para que servem as leis?

Servem, talvez, para regulamentar uma sociedade.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Penso que em princípio devemos seguir a consciência moral, mas adaptá-la às leis...Se houver um conflito...Se eu tiver uma personalidade muito vincada, talvez vá optar pela consciência moral...por aquilo que definiu para si, que acha correcto. Mas claro que vai ter de ser julgado por uma sociedade por estar a fazer isso.

ND/E, 7 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ **Que te parece?**

Atendendo às condições...um calmante é passageiro e a dor certamente iria voltar, portanto, assaltar a farmácia...Eu já tinha assaltado?
Mas em princípio não assaltava, tentava acalmá-lo doutras maneirasa, tentava mostrar-lhe a situação, que realmente assaltar a farmácia só para...para fazer passar aquela dor que iria voltar...e possivelmente me iria exigir mais. Não faria!

—▸ **O que está aqui em causa é a vida dum amigo!**

Sim, ele apesar das ameaças de morte, ele estava fora de si, iria dizer-me mil e uma coisas. Não assaltava, mas tentava acompanhá-lo o máximo possível para ele não efectuar nenhuma loucura.

—▸ **Porque é que a vida humana é importante?**

Parte-se do princípio de que a vida humana é uma descoberta de várias...
Ao longo da vida vamos efectuando várias descobertas nas aulas, no dia a dia. Deparando com certas situações , nós

vamos evoluindo. Para mim a vida humana é importante porque tem de ser vivida...porque nós...Eu parto do princípio de que estamos aqui é para aproveitar ao máximo o tempo. E é por isso mesmo que é importante.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que as duas são importantes ao mesmo nível porque são dois seres humanos.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque a criança...na criança residem muitas esperanças.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias ao professor?

Não diria nada. Se ele realmente tinha revelado aquilo é porque era um grande amigo... e acho que não iria prejudicá-lo.

—▸ Porque é que é importante manter a palavra dada a um amigo?

Talves pela confiança que ele nos depositou...

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Bem, é conforme a mentira. Mas em princípio não se deve mentir porque é uma atitude um bocado... Não se transmite muita confiança mentindo.

—▸ Há situações em que se pode mentir?

Lá está... Essa situação é já uma mentira,...como se diz. Prontos! Há certas situações em que a mentira não irá ser muito...lá está! Situações em que a mentira não seja...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Não me parece uma boa atitude, porque naquela Caixa existia dinheiro que iria ser para outras pessoas que também necessitavam dele e trabalhavam para isso. Portanto acho que não seja uma boa atitude ele assaltar, roubar dinheiro doutras pessoas.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque o roubo irá prejudicar a ele próprio e aos outros... Em extremos, em casos extremos!...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

É uma consciência adoptada por...Talvez a consciência mediadora ou a média da consciência entre todas as pessoas...

—▸ Refiro-me à consciência moral!

É baseada em vários conceitos que variam conforme os conceitos dessa população...Em mim a consciência moral vai depender dos meus conceitos, da minha ideia, da minha maneira de ser e isso aplica-se a todas as pessoas.

—▸ Para que servem as leis?

As leis? Para manter o equilíbrio.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Seguir a consciência porque assim ficamos melhor com nós próprios. Em caso de conflito é melhor seguir a consciência.

ND/E, 8 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que te parece?

Para mim, eu acima de tudo faria isso para salvar uma vida humana, uma pessoa, prontos! Ele era meu amigo e não teria outra hipótese. Se ele não tinha dinheiro para comprar o medicamento...roubaria por ele...mesmo que não tivesse, roubaria...É meu amigo e como tal eu roubava!

—► O que está em causa!...

É a amizade...Eu podia considerá-lo quase como um irmão. Se ele fosse meu amigo e fosse a vida dele, eu roubava!

—► O que é a vida?

É um valor acima de tudo... Somos nós...o que Deus nos deu...É o dom de estarmos aqui.

—► Porque é que a vida é importante?

Sem a vida não éramos ninguém...Não existiriamos, não teríamos a possibilidade de ver a natureza nem o mundo...como por exemplo o Jorge...ia perdê-la. A vida para mim é algo talvez indeferido...mas como já disse, roubava para que ele pudesse ter a vida porque é um valor que eu prezo bastante.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Normalmente uma pessoa preza sempre a vida dum amigo. É a ele que conhece e por vezes de anos... Claro que o conhecimento dessa pessoa...mesmo que morra alguém conhecido de nós, sentimos muito mais do que um desconhecido. Por isso a vida dum amigo em si seria uma vida que eu prezaria mais. Sim, a vida dum amigo eu prezaria mais.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Eu acho que a criança...pessoas famosas há muitas...exacto! Uma criança, prontos, se essa pessoa famosa tivesse capacidades para influenciar e tornar o mundo melhor, talvez valesse a pena, mas muitas vezes essas pessoas famosas não têm sequer essa capacidade, não têm o mínimo de escrúpulos. Por isso acho que a criança também deveria ser salva, por isso estou num certo dilema, mesmo. Considero que ambas as hipóteses poderiam ser consumadas. Dependeria de quem fosse...Claro que a criança seria muito importante, mas uma pessoa famosa também poderia tomar atitudes que poderiam salvar muitas crianças. Por isso...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias ao professor?

Se eu tivesse prometido ao meu amigo, em princípio não o

trairia, prontos! Porque eu prezo a verdade! Possivelmente não o iria entregar ao Professor. Claro que dentro de mim eu acharia repugnante...não concordo...estava a haver uma desigualdade de circunstâncias. Ele ia ficar muito mais... mesmo que não tivesse tido tempo de estudar...mas eu, em princípio não diria nada ao professor. Tentaria me manter...de fugir à resposta, talvez usando um português diferente...para tentar fugir à resposta e evitar dizer um não ou um sim.

—▸ Porque é que se deve manter a apalavra dada a um amigo?

Acho que depende de cada um. Se ele é verdadeiramente amigo...uma pessoa em quem podemos confiar ele não nos trairá...não irá, prontos! trair-nos. Em determinadas circunstâncias será alguém em quem podemos confiar, algum segredo que ele poderá de certa forma assegurar. Será uma pessoa com quem poderemos desabafar...e, como tal, um amigo não trai é um companheiro de certa forma.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Mentir, pode-se. Há um mentir sem prejudicar...que eu não considero bem mentir. Por isso não é mentir porque não é pecado, não tem nada a ver com isso, não estou a prejudicar ninguém... É uma mentira de certa forma desnecessária. E há um mentir para prejudicar que eu não concordo, mentir para prejudicar outros, mesmo que desconhecidos. Eu não concordo.

—► Há situações em que se pode...

Há situações em que se pode, quando a mentira não irá influenciar de forma errada e má outras pessoas...mentir talvez sobre o roubo... Mas se a pessoa que roubou é uma pessoa conhecida, é amigo, eu tentaria não responder à pergunta, fugir talvez.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Errou...Ele nunca deveria procurar roubar, independentemente de ele ter fome ou não...porque se ele se sujeitasse verdadeiramente e procurasse, encontraria o trabalho. Poderia não ser um trabalho tão bom, mas encontraria o trabalho. Poderia não receber muito dinheiro, mas em princípio daria para sobreviver, se ele trabalhasse e se esforçasse e quem sabe conseguiria superar esses problemas. Por isso roubar não seria a solução, mesmo que tivesse fome...quanto mais não fosse pedir, embora fosse um bocado humilhante mesmo, mas seria melhor que roubar!

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque roubar é tirar dos outros... O problema em si não é tirar, mas o problema de moral...roubar o outro poderá também considerar-se trair o outro, trair a confiança, mesmo que

seja desconhecido...Será tirar algo de alguém e como tal não concordo... É trair alguém. Embora que fosse para satisfazer os seus desejos pessoais...era...prontos! Retirar algo doutra pessoa...que sem essa pessoa saber...Era melhor pedir a ajuda a essa pessoa.

—► Há situações em que se pode...

A situação citada anteriormente...em que roubou para a fome...Ora eu já disse que não o condenaria porque era meu amigo, mas situações em que se pode roubar, não concordo, mesmo com fome... Talvez em casos exagerados como no Brasil...mas acredito que um jovem tem capacidade de arranjar um emprego, mesmo que não seja bom emprego...mas esforçando-se conseguirá sobreviver.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Consciência moral...Cada um de nós temos a sua própria consciência moral e de certa forma vem-nos...por via dos pais, por via do mundo que nos rodeia. Consciência moral é acima de tudo saber se se está a agir correctamente ou incorrectamente, se se está a prejudicar alguém ou não.

—▸ Para que servem as leis?

Servem para regular, servem para regular um sistema e deverão existir, claro! Porque senão cairíamos numa anarquia...Deverão existir, deverá existir punição contra traições, contra corrupção...

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Ora isso também poderá levantar uma certa controvérsia... Seguir as leis é importante. Eu seguiria as leis, em princípio...talvez traindo-me a mim próprio, mas seguiria as leis. Seguir a consciência...sim, claro, mas deverá seguir as leis, senão prejudica...poderá prejudicar os outros. Se as leis existem é para não prejudicar os outros, que vivem connosco em sociedade.

—▸ Se houver conflito entre a consciência e as Leis?

Talvez actuasse pelas leis e tentasse... Só se fosse um caso extremo de vida ou de morte...o caso da fome, já citado. Aí sim, talvez a consciência pudesse superar as leis...mas se as leis existem têm o seu sentido, o seu conteúdo.

ND/E, 9 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Acho que nunca assaltaria uma farmácia, mesmo num caso extremo... Acho que...são soluções que nunca me ocorreriam, pensava sempre noutra coisa...Chamar uma ambulância, falar a alguém amigo que conseguisse lidar com situações de...suicídio ou qualquer coisa assim, mas assaltar... Mesmo que não tenho grande coragem para isso. É uma ideia assustadora.

—▸ O que está aqui em causa?

Estão duas coisas. A minha repulsa pela ideia do assalto...Ía achar que isso mesmo não vai resolver nada. Porque sendo ele drogado, se desta tiver a droga, numa próxima vez suicidar-se-à mesmo. E esse tipo de chantagem se funcionar uma vez ele depois continuaria. Quer dizer não funcionava assim...

—▸ Porque é que a vida é importante?

Temos todos uma missão aqui a fazer...temos todos de descobrir a nossa vocação...e em segundo...acho que encontrei essa vocação também na minha vida...é , acho que seguindo essa vocação é a única maneira de estar enquadrado no mundo e ser feliz...Este mundo é como se fosse um conjunto de muitas

variáveis... Sem todas essa pessoas não se poderia existir. tem de haver toda a espécie de pessoas...porque é o natural..Não me cabe na ideia de haver só um tipo de pessoas radical e não haver mais nenhuma...
A vida vale muito mesmo por essa diferença, porque todos somos diferentes uns dos outros.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que o ponto não é esse...Para mim dou mais valor à vida dum amigo. Ou melhor, não será bem isto...Toda a vida tem o mesmo valor, façamos o que fizermos...só que eu a um desconhecido...não ligo, quer dizer não interfere na minha vida. A vida dum amigo...duma pessoa na minha vida interfere muito. Toda a vida tem muita importância, mas a vida dum desconhecido não interfere comigo enquanto a vida dum amigo interfere.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança também poderá ser uma pessoa famosa. Do lado duma criança tentarei salvar os dois: Se só tivesse a hipótese de salvar uma pessoa acho que seria um grande dilema naquela altura. Se não tivesse essa ajuda acho que salvaria a criança...uma vida com muito mais potencial!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Não sei!

—▸ Que te parece?

A hipótese é uma hipótese injusta...Acho que não diria nada ao professor, porque todos nós aproveitaríamos da situação...e prontos! Tinha sido mais fácil...duma maneira um tanto ou quanto injusta, mas teria sido mais fácil...

—▸ Não dirias ao professor?

Não sei...quer dizer...uma pessoa na vida escolar vê sempre os professores como os "maus e feios"...

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

É por uma questão de honra. Primeiro porque depois mais ninguém nos confiaria nada. Nós sentir-nos-íamos interiormente marginalizados, mesmo que não fossemos, mas interiormente uma pessoa sentir-se-ia sempre mal.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Eu acho que não se deve mentir...porque a mentira só nos faz sentir mal. Se os outros descobrem...e se não descobrem ficam sempre com aquela angústia interior..."alguém vai descobrir"... Aquilo enlouquece-nos um bocado.
Acho que é uma coisa que nos apavora um bocado.

—► Mas há situações em que se pode...

Não há situações em que se pode, mas há situações em que se faz porque é mais fácil...porque mentir... Eu acredito que a verdade é sempre a solução mesmo a mais difícil, por isso eu às vezes também minto, mas a longo prazo isso só nos vai fazer sentir mal. Psicologicamente uma pessoa após uma mentira fica sempre a remoer com aqueles remorsos.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Parece-me... Está-me a fazer confusão...

—► comenta isto...

Fez mal. Primeiro porque não é solução nenhuma, quer dizer, vai começar a passar mais problemas e enveredar por uma vida que depois dificilmente se safará dela... Eu acho que assaltar é dessas coisas!

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque é desprezar o trabalho dos outros. Outros tanto trabalham para juntar aquele dinheiro... É uma paga...Nós precisamos de trabalhar porque é necessário mostrar o nosso valor à sociedade e porque é são trabalhar. Acho que as pessoas que não trabalham nunca são muito ajuizadas tanto física como mentalmente...Não são equilibradas.

—▸ Há situações em que se pode...

Não. É o que eu digo. É desprezar o trabalho dos outros, estar a roubar. É injusto. É alterar as regras do jogo...

—▸ Se estiver a morrer de fome?

Se estiver a morrer de fome...Eu acho que existe sempre uma solução para tudo sem recorrer ao roubo, à violência...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a Consciência Moral?

São assim, regras que nos fazem ver o lado que consideramos direito,... O que nós fomos aprendendo ao longo da ida, que é direito, acho que isso é a consciência moral.
Muitas vezes por causa da nossa infância, do que vemos no mundo e nos ensinaram, acho que essa consciência às vezes fica um bocado adulterada e comaçamos a fazer coisas que, aos olhos dos outros, nunca seriam...

—▸ Para que servem as leis?

Para todos vivermos em harmonia, acho que é para não se...

—▸ Se não houvesse leis...

Seria uma anarquia total...Todos tentariam inventar regras...Nunca saberiam até onde poderíamos ir...

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Digo-lhe o que faço. Tento seguir a minha consciência de modo a não...passar por cima de nanhuma lei. Mas às vezes nós não conhecemos as leis...

—▸ Se houver conflito "Lei-Consciência"?

É uma coisa a pensar... Quer dizer as leis foram feitas por homens e os homens também erram e as leis são cegas, não visam todas as possibilidades...Por isso somos inteligentes e capazes de avaliar os aspectos de que as leis...

ND/E, 10 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► **Que te parece?**

Penso que não faria isso... Penso que teria uma conversa com o Jorge e como não tinha dinheiro, via outra hipótese. Em vez de tomar o analgésico, talvez conversar com ele... para não tomar essa atitude... e ver que não era essa a solução e poder ir por outro caminho.

—► **O que está em causa é a Vida. Porque é que a vida é importante?**

Tem as suas virtudes e os seus defeitos. Há muitos problemas, mas também temos as coisas boas da vida, temos as nossas alegrias, as nossas... temos muitas coisas que nos fazem viver e nos dão força para viver. Não sei o que está para além da vida, o que me espera do outro lado! E como estou contente aqui, quanto mais tarde melhor!

—► **É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?**

Não sei... Isso não se pode pôr assim. Posso não conhecer uma pessoa, e ser uma pessoa muito importante e cheia de qualidades... E não é por outra pessoa ser minha amiga que vou ajudar a ela e não vou ajudar o outro. Acho que se puserem

duas pessoas, um meu amigo e um outro, eu ajudo os dois, não vou por nenhum obstáculo!

—► É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que é uma criança.

—► Porquê?

Não é por ser famosa que eu a vou salvar. A criança é um ser indefeso...que não tem defesas nenhumas, enquanto que uma pessoa famosa tem tudo à sua volta e ten muita gente a protegê-la, enquanto que uma criança não faz mal a ninguém... Acho que era a criança que defendia primeiro.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

...Nesta escola aqui e em todo o lado...eu não diria nada...como é evidente...Porque se calhar também me ia aproveitar disso. Se fosse dizer era uma oportunidade para não tirar uma boa nota!

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Eu acho que nem em todos os casos, por exemplo neste, eu não dizia nada. Mas noutros era capaz de dizer.

Neste caso o aluno é que iria carregar com as consequências...e se calhar no fundo nós eramos todos a beneficiar...E quanto ao segredo há certas coisas que não devem ser reveladas porque podem trazer outros problemas e isso é grave e trazer consequências negativas para a pessoa.

—► Porque é que não se deve mentir?

Não sei...Uma pessoa finalmente deve dizer a verdade. Só em último caso, quando está muito à rasca é que mente.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Acho que fez mal. Ele não conseguiu arranjar emprego...Primeiro devia tentar mais, e segundo dirigir-se ao Centro de Formação de Emprego...para ver se, em último caso, conseguia arranjar emprego.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque não!... As pessoas têm tantas dificuldades hoje em dia para fazer as suas coisas. Têm a sua vida certa, estão à espera do fim do mês para terem o seu dinheiro e depois chega lá uma pessoa e rouba-lhes... Não sei! É uma coisa muito mal feita.

—▸ Há ocasiões em que se pode ou não?

Não. Acho que nunca se deve assaltar.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

(Ri...) Não sei explicar! Não sei, uma pessoa ter consciência daquilo que faz, fazer bem e nunca ultrapassar...certos obstáculos que não deve ultrapassar. Deve chegar ali e dizer "paro" porque não posso fazer mais do que isto, porque isto não é correcto.

—▸ Para que servem as leis?

Não sei! Às vezes para facilitar e outras vezes para dificultar a vida das pessoas.

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

Claro!...Nós temos a nossa maneira de pensar, mas temos de ir pelas nossas leis, porque se vamos dispensar as leis corremos o perigo de...

ND/E, 11 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

É difícil. Mas eu acho que não. Não fazia isso, assaltar uma farmácia! Apesar de ele me ter dito que se matava e tal, se não lhe arrajava o medicamento. Acho que não assaltava a farmácia. Não assaltava a farmácia porque aqui também já está a mudar, pela afirmação que fez, a minha personalidade. Tentava recorrer a qualquer...Assaltar, acho que não fazia isso! Até podia ser possível ele não usar mesmo o medicamento e, sei lá! usar outro tratamento qualquer!

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Também já me interroguei sobre isso...
É importante! Não sei! Também já pensei... Acho que muita gente passa por isso... uma certa idade passar por um desespero, pensar no suicídio e coisas assim. Eu, por acaso passei por isso e acho que é normal! Já muitas pessoas falam nisso e não há razão para isso. Descobri que não há razão para o suicídio! Uma pessoa está aqui. Nasceu e acho que deve viver...As coisas correrem mal ou correrem bem acho que faz parte da vida e viver é importante. Não sei!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa deconhecida?

Como estamos fora da vida duma pessoa desconhecida...não será tão importante porque se ele tiver um problema a gente não o conhece, não sabe o que se passa... Um amigo a gente está com ele, sabe o que se passa e os problemas dele e conhece-o. Não sei se é por nós estarmos mais dentro do assunto, talvez também, e mais junto dele provavelmente a vida dum amigo será mais importante.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que se devem salvar ambas! Aquela que tiver mais possibilidades...mesmo que uma tenha mais possibilidades que outra acho que se deve tentar salvar ambas. Ambas são duas vidas! A criança...é uma criança! A pessoa é famosa por uma razão qualquer. É difícil!
As perguntas são bizarras! A possibilidade é difícil, depois de sobreviver. Eu posso salvá-la agora mas pode vir a morrer em qualquer instante. Também se pode vir a tornar uma pessoa famosa como a outra.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Eu sou assim! geralmente não minto. Mesmo que me façam

perguntas embaraçosas, geralmente sou sincero. Já fui menos! Estou a tentar pôr as coisas direitas porque uma pessoa não pode estar dum lado ou do outro. Estou a tentar ser sincero. Mas mesmo nesse caso talvez não dissesse que ele tinha assaltado... Isso acontece mesmo que uma pessoa não pergunte, quando o pessoal está a fazer testes. Há alguns que copiam e outros que não, mas eu também já passei por isso. Mas já abandonei esse esquema de andar com pajéxinhos... Mas eu fico um bocado chateado porque faço aquilo que sei e as outras pessoas provavelmente não sabem aquilo que eu sei... mas mesmo assim não vou dizer ao professor: "aquele copiou ou não copiou..."

—▸ **Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?**

É uma descarga de consciência! Acho que devemos manter o segredo porque, ele pediu-nos, é nosso amigo, apesar de ter feito uma coisa que a gente não concorda.

—▸ **Porque é que não se deve mentir?**

Porque não têm... Não existe razão para mentir. E naquele caso que falou há pouco, o professor podia perguntar-me se eu sabia, eu dizia que sabia mas que não contava o que era, o que se passou. Se calhar estou a voltar um bocado atrás.
Não existe razão para mentir!
Não sei, a pessoa... Eu quando isso acontecia ficava pior que estragado.
As pessoas dizem que não se deve mentir, mas são as que mentem mais. Pode ser ou não ser!

—▸ Há situações em que se pode mentir?

Não, acho que não! Não deve haver razões para se mentir porque a verdade...são coisas...afinal aquilo aconteceu! É difícil explicar isto! Muita coisa, eu nunca me interroguei acerca disto...e nunca aprofundei isto. Se calhar é um conceito, a gente acha que não deve mentir, não deve mentir!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Eu podia ser o dono da caixa...e não conhecendo as razões que o levaram a assaltar, eu acho que ficava constrangido com essa situação. As pessoas roubaram-me, roubaram-me e uma pessoa fica sempre chateado. Não é por ganância, mas mexerem no que é nosso! Isso, à vezes, chateia-nos.
Neste caso acho que fez mal, porque acho que não se deve roubar, embora haja muita gente que rouba na sociedade. Se estivesse nessa situação acho que não roubava, mas como não estou nessa situação!

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque o que roubarmos não será do nosso trabalho, mas provavelmente fruto do trabalho dos outros. E acho que as pessoas... Aqui não é o caso de merecer ou não merecer as coisas...

—► Há situações em que se pode?

Não... É preferível pedir!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Eu acho que há duas consciências, ao menos para mim. A minha consciência e a consciência da sociedade. A consciência da sociedade diz aquilo que se deve e não deve fazer. Ms se não cumprir o que se diz, para eles no global não há problema. Há pessoas que roubam, que...A consciência moral...uma pessoa deve tentar ser o mais correcto possível e viver de modo que não prejudique a vida dos outros e ter consciência daquilo que fez de errado ou de bem.

—► Para que servem as leis?

As leis até, às vezes, limitam a consciência de cada um. Mas, às vezes, ajudam também uma pessoa a seguir uma linha.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

É mais importante seguir a consciência. Porque a consciência vem duma coisa que tem sentimentos. As leis são coisas que foram feitas por pessoas. Claro que também têm sentimentos e consciência das coisas, mas são coisas que ficaram no papel,

foram feitas para... estão bem demarcadas, que é assim... Uma pessoa tem sentimentos, sensações... Acho que é mais importante a consciência. Em caso de conflito é difícil escolher entre a consciência e as leis. Depende dos casos. Uma pessoa pode ter sensações... e as sensações podem enganar as leis, a própria consciência da pessoa. Às vezes... perdi-me... às vezes... como é a pergunta? As leis foram feitas para uma pessoa se seguir com elas. Podiam-se conciliar as duas.

—► **É possível uma sociedade sem leis?**

Não. Acho que não, porque com certeza as pessoas mudam, as pessoas são umas e outras. As consciências são diferentes e as leis são só umas. Acho que as leis são o meio termo entre uma consciência e outra consciência. Se se pudessem encontrar ali as duas!...

ND/E, 12 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Se fosse a única solução para arranjar um calmante para livrar o meu amigo, então tinha de ser. Não é? Creio que para já o que contava era a vida dele...Se ele dissesse que se matava e matava mesmo acima de tudo o que conta era a vida dele...Depois era um acto um bocado precipitado assaltar uma farmácia. Mas se fosse naquele momento, acho que sim, acho que fazia.

—▸ Porque é que a vida humana é importante?

A vida humana é importante, acho que é importante! Estamos cá. Além de todos os mistérios que a gente não sabe ainda e muita coisa que a gente sofre durante a vida. A gente diz que sofremos mais do que somos felizes...Mas acho que é a coisa que temos de preservar primeiro. Puseram-nos aqui, seja da maneira que for, se foi Deus ou lá quem foi...E acho que temos de seguir o nosso caminho.

—▸ O que é a Vida?

O que é a vida?
Eu costumo dizer que a vida é um jogo que acabamos sempre por

perder se pensarmos na morte. Mas como a morte não é...não sabemos bem o que é, até pode ser alguma coisa de benéfico...Não se sabe! Eu digo que perdemos porque a gente ao morrer é qualquer coisa de mal...mas também pode ser qualquer coisa de bom. Não sabemos isso. Para mim a vida é um jogo na mesma, só que pode ser que ganhemos ou que percamos. Não sei.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Depende...Totalmente desconhecida? Bem a vida é igual, a vida que ninguém tem o direito de ficar sem ela, ninguém tem o direito de tirar a vida. Mas para mim, se for uma pessoa desconhecida e um amigo, claro que optaria pelo amigo. Se houvesse qualquer escolha a fazer...Era uma pessoa conhecida, mais íntima dele, eu sabia como é que ele era e ele sabia como eu era...Também não gostaria que acontecesse isso a outra pessoa, mas se fosase a escolher...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança. Porque além de estar no princípio da vida, tendo em conta que a pessoa famosa não fosse também uma criança, mas uma criança, não sei...uma criança!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Que diria? Ora bem, quando se trata de alunos...Geralmente os alunos e amigos de turma ajudam-se uns aos outros...Tentaria esconder!
Se eu visse que ele sabia e me queria pressionar, então aí, depende...Também depende do professor, porque há professores que merecem que a gente diga e professores que a gente tem confiança e sabe que pode falar com eles à vontade...mas geralmente tentaria esconder. Somos alunos...vivemos vários anos com colegas...e há sempre aquela amizade e no caso de testes costuma ser...é sempre uma tensão que temos que aliviar. Esconderia, esconderia!

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Se ele tem confiança em nós, se nos confia algo dele, íntimo ou não, e se a gente diz que não o vai trair, acho que acima de tudo conta isso. Não é? Só se houver razões muito mais fortes para fazer o contrário. Mas, acima de tudo, dando uma palavra tem que se cumprir.

—► Porque é que não se deve mentir?

Eu não acho que não se deve mentir! Depende das mentiras. Há mentiras que não fazem mal nenhum e há outreas mentiras que fazem. Mas, não sei, porque isso de que não se deva mentir acho que toda a gente mente. A mentira é quase como a

verdade. Anda tudo igual...Acho que as pessoas mentem mais do que dizem a verdade nos nossos tempos! Portanto, acho que se deve mentir!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Um bocado difícil, na situação dele. Se ele tentaria arranjar solução doutra maneira, não é? De falar com alguém ou tentar que alguém o ajudasse, contar com a solidariedade das pessoas...Mas não sei! Isso agora acontece frequentemente. As pessoas desesperam-se e a única coisa que fazem é pensar logo em roubar, assaltar. Não me parece nem bem nem mal. Depende do estado de espírito da pessoa.

—► Porque é que não se deve roubar?

Diz-se que não se deve roubar? Não sei! Foi sempre assim. O que é dos outros é dos outros! O que é nosso é nosso. Foi sempre assim. A sociedade habituou-nos. É uma lei. Creio que até será um mandamento, um mandamento de Deus. Não sei bem, não tenho a certeza, mas creio que sim.
Pronto desde sempre foi assim. Foi uma regra. Houve várias regras nesta sociedade... É uma delas, não roubar, não matar...há tantas assim!

—▸ Mas há situações em que se pode...?

Quer dizer , poder...se for uma pessoa cheia de fome, a morrer de fome...e a única escapatória será essa, enfim, terá que ser.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral varia de cada pessoa... É difícil! Não, acho que é fazer as coisas que a gente depois sinta-se bem com isso. Que a gente depois não vá a pensar que fiz mal...ou que as pessoas não gostaram do que eu fiz. É sentir-se bem com nós próprios. Estar em paz com nós próprios. De cada um, a consciência moral acho que é isso.

—▸ Para que servem as leis?

Pelo que eu acho servem para isto não andar tudo abandalhado, não é? Às vezes, anda na mesma, mas temos de seguir algumas leis, fazer isto e aquilo e não passar daí!
Acho que há leis que não têm fundamento, que as pessoas fazem e as outras desaprovam. E se uma pessoa fez isso e sente-se bem com isso desde que não seja prejudicial aos outros, acho que...Mas as leis estão estabelecidas, temos que viver assim. Não pode ser uma selva isso, tem que ser assim.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Quer dizer, creio que é mais importante seguir a consciência. Só que depois temos de pensar nas consequências disso, não é? Se for alguma coisa contra a lei, mas que seja da nossa consciência seguir a consciência, acho que é importante seguir, fazer o que queremos...Temos é depois de responsabilizar-nos pelo que fizermos e acatar as consequências...

—▸ Se houver um conflito "consciência-Lei"?

Lá está! Pesam muito as consequências. Eu valorizo mais a consciência, mas as consequências acho que pesam muito! Se for qualquer coisa de gravíssimo que vier a surgir aí, creio que, sempre com um pé atrás, viria a optar pela lei.

ND/E, 1 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Mas sabia que não podia fumar? Não interessava, não lhe dava tabaco na mesma. Se sabia que se ia prejudicar, acho que por um simples cigarro, por um simples prazer de minutos, acho que também não se ia matar. Era um exagero. Portanto não lhe dava tabaco.

—▸ O que estava aqui em causa?

O que estava em causa era mais a saúde, o não se matar dele. Acho eu...

—▸ Porque é que a vida é importante?

Essa pergunta! Essa pergunta é que é assim um bocado... É difícil de responder. Acho que a vida é tudo. É tudo o que nos rodeia. É muito difícil de responder. É muito subjectiva. Acho que a vida...é um bocado difícil. Acho que não consigo responder! A Vida é, é muito difícil...custa pensar! É uma pergunta...vale muito para umas pessoas e para outras não. Algumas esbanjam a vida para elas não tem grande significado e para outros tem muito. Não sei o que responder. É muito difícil responder. A vida? Só com a vida, vivendo, é que se

consegue realizar, resolver os problemas, fazer o que se quer, saber das coisas boas e más. A vida é tudo.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Das duas. É a mesma coisa. Tanto um como o outro têm os mesmos direitos. São pessoas tanto um como o outro, e têm o direito de viver.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

A mesma coisa também. Têm os mesmos direitos, Lá por ser famosa, ter mais dinheiro ou mais conhecida, não quer dizer que seja mais importante ou que seja mais de direito salvá-lo a ele do que a uma criança. Até punha mais ao contrário, porque uma criança não viveu praticamente nada e a pessoa famosa já viveu determinado tempo...Até certa parte a criança merecia mais viver do que uma pessoa famosa.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Bem, eu era capaz de... ...quando fosse a abordar essa questão de que o filho não tinha ido a matemática, que nunca citasse o meu nome...Que citasse apenas que tinha ido à escola falar com os professores, com o Director de Turma...mas que nunca focasse o nome da pessoa que lhe disse. Porque senão podia afectar a amizade entre as duas pessoas.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Deve-se manter só em determinadas ocasiões em que uma pessoa acha que nunca vai ser afectada. Por exemplo neste caso, manter o segredo mas sem transgredir, dizia. Mas noutros casos já não podia fazer o mesmo. Já via que a situação já não era como naquele caso de saber a resolução do teste antes de começar a fazer...Acho que não seria assim uma coisa tão importante e acho que não contaria à professora. Mas neste caso, acho que era para bem do aluno e não fazia mal nenhum em contar ao pai.

—► Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir...porque pode-se prejudicar os parceiros. Também conforme a mentira. Se for uma pequena mentira não interessa, mas se for uma grande mentira já pode ser pior. Mas, nunca se deveria mentir, mesmo nunca, mesmo que fosse uma coisa pequena, acho que se deveria falar sempre a verdade.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Quer dizer assaltar uma coisa é um bocado mau e nesse caso assim, um roubo...Acho que nunca devia fazer isso porque...Se a polícia achar o culpado, nesse caso ele, ele vai ficar mais

prejudicado do que por exemplo...ficasse sem dinheiro para pagar o aluguer e mesmo ser despejado. Porque sendo despejado era capaz de encontrar um lugar na casa duma família, dum amigo, mesmo com poucas condições. Mas sempre estava livre, sempre podia fazer o que quisesse. Agora sendo descoberto, ía ser preso em piores condições...

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque estamos a prejudicar-nos a nós próprios, podemos ser descobertos e estamos a prejudicar outras pessoas, as que estão a ser roubadas. Acho que é isso.

—► Mas há situações em que se pode?

Se forem roubos pequenos, roubos de infância, de escola...para mim não há grande mal. Agora quando é assim piores como nesse caso...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A Consciência Moral? É a consciência que uma pessoa tem que não deve fazer determinadas coisas, que deve ter consciência do que vai fazer, antes de actuar, por exemplo, de roubar. Vai ter consciência de que se o fizer vai ter problemas, poderá ter ou não ter problemas mais tarde.

—► Para que servem as leis?

Para termos uma certa consciência moral, para nos apercebermos que se roubamos há umas leis que nos vão prejudicar. E se vamos pensar nelas vamos criar uma certa consciência.

—► É possível uma sociedade sem leis?

Se as pessoas tiverem uma consciência moral formada, não é preciso leis. É lógico. Uma pessoa tem consciência...Não! Mesmo assim, acho que não. Devia haver leis, na mesma, porque a consciência moral é a consciência de que não devia roubar...mas como não havia nada que nos prejudicasse depois...continuavam a roubar. Lá por terem consciência não interessava, roubavam porque não tinham nada que os prejudicasse... ...

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

A consciência. Porque há certas leis que, no meu entender podem não estar muito bem elaboradas e uma pessoa deve ir mais pelo que pensa que está melhor e não por certas coisas que podem estar mal elaboradas que podem ter muitos erros.

ND/E, 2 (Post)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Diria que não, porque se o médico lhe diz que não , é óbvio que lhe vai fazer mal. Prejudicar um colega nosso? Isso não o faria. Dizia simplesmente que não.

—▸ Porque é que a vida humana é importante?

Ora bem, eu penso que numa das sessões anteriores eu respondi que cada um é um só. E como tal a nossa vida deve ser preservada porque somos únicos. Penso que é por causa disso.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Ora bem, eu penso que neste caso as duas vidas são importantes. Numa situação em que uma pessoa tivesse de escolher eu penso que se escolhia alguém que fosse conhecido, devido à convivência que uma pessoa tem com ele. O desconhecido pode ser uma situação um bocado fria. Mas penso que uma pessoa escolhia, como é óbvio, quem conhece. Porque para nós seria uma perda mais pesada ver morrer alguém que conhecemos do que alguém que não conhecemos.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança porque tem muito mais vida pela frente...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que responderias?

Parece-me que não diria nada.

—▸ Porquê?

Porque isso é uma questão um bocado esquisita. Isso acontece com todos os jovens. Cá há uma espécie de lealdade para com as pessoas que conhecemos. Neste caso os nossos colegas! Isto é quase como um "Gang"...Uma pessoa inconscientemente ou indirectamente penso que arranja razões que explicam uma pessoa dever alguma coisa a esse nosso colega e por isso é que penso que não diria nada. Não sei! Penso que é por causa disso.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Ora bem, se uma pessoa não tiver palavra...A palavra penso que é uma questão de confiança. A nossa palavra parece que é importante porque...Sei que se deve manter a palavra. Penso que sim. Talvez devido à formação que uma pessoa tem.

—► Porque é que não se deve mentir?

Acho que a mentira está por todo o lado...É uma questão que parece que já abordei que foi a de graduar a mentira. Penso que há mentiras que não fazem mal a ninguém,. Outras, podem ser bastante negativas...Parece que sim, parece que é uma questão de graduar as mentiras. É quase como os crimes, homicídios de 1º grau, 2º grau, 3º grau...Parece que é uma questão idêntica.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Parece-me mal. Porque, esse João, foi uma pessoa que agiu inconscientemente, porque numa situação dessas recorre-se aos familiares, aos amigos e só em último caso, numa situação mesmo extrema é que uma pessoa toma uma atitude dessas. Penso que está errado.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque é que não se deve roubar?
Ora bem, não sei. No mundo em que vivemos e com a competição que existe hoje em dia, uma pessoa para ter alguma coisa tem que lutar bastante.
Acho que roubar é um subterfúgio duma pessoa obter da maneira mais fácil as coisas materiais.
Penso que roubar não é correcto. Há maneiras duma pessoa obter algo sem roubar.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a Consciência Moral?

Para mim é algo que adquirimos desde pequenos, em casa, com a formação moral que temos. É sobretudo algo que se adquire em casa desde pequenos...É um bocado difícil de definir porque é uma coisa que uma pessoa adquire ao longo da vida e penso que é das coisas mais difíceis de questionar porque não sei, por ser uma coisa talvez um bocado... ... É uma coisa não pagável! Sobretudo é um dever que nós temos...um molde adquirido durante a nossa vida inteira, mais a nível da infância e juventude. Penso que é um dever!

—► Para que servem as leis?

As leis? É para não andarmos aqui todos...É para nos regermos, a sociedade se reger toda dentro dum ponto.

—► Seria possível uma sociedade sem leis?

Penso que sim só que isso é irreal. Penso que isso é impossível! Se é possível, não! Mas que seria bom, era!

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Depende. Há vezes em que uma pessoa deve seguir a consciência e outras vezes deve seguir as leis. É o caso da mulher grávida pela violação onde as leis e a consciência estão em disparidade!

ND/E, 3 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ Que farias?

Acho que não lhe dava. Se foi proibido pelo médico! Mas se ele diz que se matava...Acho que era um bocado exagero dizer que se matava por causa dum cigarro. Não me acreditava que ele se matasse. Se ele quisesse mesmo matar-se ía já!

—▸ Porque é que a vida humana é importante?

É importante porque todos têm direito a vivê-la...E é...não sei! É importante porque é tudo o que temos, a vida. Se não fosse a vida não tínhamos nada.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo, porque estamos mais próximos dessa pessoa e a perda dessa pessoa é mais importante que outra pessoa que não conhecemos.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Duma criança, porque a criança nasceu e ainda não viveu quase nada. Ainda tem o direito à vida. A pessoa famosa já viveu tudo...mas já teve sucesso. E essa criança ainda está no princípio, tem mais direito.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que responderias...

Primeiro tentava saber se o pai sabia que ele estava a faltar às aulas. Se ele soubesse, muito bem. Se não soubesse acho que mentia, que dizia que ele estava a ir às aulas porque não quero interferir nos problemas do rapaz com os pais. E até porque se eu dissesse e o pai fosse dizer, acho que nunca mais me falava.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porque a amizade é isso. Ter alguém a quem recorrer e poder confiar qualquer coisa.

—▸ Mentir, sim ou não?

Porque se as pessoas confiam em nós e nós estamos a ocultar a verdade, já não há confiança e deixa de haver amizade.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Acho que fez mal. Primeiro devia ter pedido ajuda aos amigos, à família ou mesmo a associações para estes casos. Assaltar acho que não devia fazer isso! Estava a por em perigo a sua vida.

—► Porque é que não se deve roubar, então?

Porque há sempre o perigo de ser apanhado e a vida fica logo desfeita. Estar a roubar é estar a tirar aos outros o que eles ganharam honestamente. Ele devia era ganhar também o seu dinheiro. Mas se a sociedade não lhe dá hipóteses, tinha que recorrer a alguém.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

É estar bem comigo próprio. Pensar, depois de fazer uma acção qualquer, pensar que agiu correctamente e sentir-me bem. Não ter o peso da consciência.

—► Para que servem as leis?

As leis? Para a sociedade se organizar, para não haver aqueles que não têm consciência e entrarem em conflito com os cidadãos.

—► É mais importante seguir a consciência ou as leis?

A consciência, porque ela é que tem razão. As leis estão lá apenas para encaminhar a consciência.

—► Será possível uma sociedade sem leis?

Acho que sim.

ND/E, 4 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que farias?

Acho que não daria. Se soubesse do conselho do médico, acho que não daria, tentaria convencê-lo porque lhe era prejudicial.

—► Porque é que a vida é importante?

Porque sei lá! É um estado natural das coisas. Cada pessoa tem o seu lugar na sociedade e é na vida que uma pessoa tem sensações. Acho que nunca pensei muito nessa questão.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

São todos. São as duas vidas importantes, mas a vida dum amigo afecta-nos mais a nós, e a outras pessoas afectará mais aquele que está mais próximo. Mas isso é um círculo onde as pessoas que são estranhas a nós, relacionam-se com outras pessoas e as pessoas que se relacionam connosco são estranhas a outras pessoas. Claro que todos são importantes.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Ía dizer que uma criança é importante porque é o começo e

essa vida é querida por todos, por todas as pessoas que a rodeiam. Mas a vida duma pessoa famosa, se calhar vai trazer desgosto a mais gente embora seja uma coisa passageira. Mas, acho que se deve respeitar a vida de todos.

B) RESPEITO PELOS OUTROS

—▸ Que dirias?

Ele contou-me...Tentaria esquivar-me. Acho que é natural as pessoas da mesma idade, talvez se protejam mais. Talvez dissesse depois. Não sei se diria. No início acho que não diria!

—▸ O valor que está em jogo...

É a confiança nas pessoas...guardar o segredo. Mas com o filho, acho que era para bem desse filho... Mas não sei se contaria, se era segredo!

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Lá está, é a confiança. Para usufruirmos a confiança, para obtermos a confiança.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Já foi abordado naquele frente a frente! Foi o que se disse, depende das mentiras! Há mentiras que são mais superficiais,

que não afectam e por um lado até beneficiam e há mentiras mais importantes e essas não se devem fazer, mentir.
Mas se for um caso sem grande importância ou que beneficie até, acho que não faz grande mal fugir à verdade.
A sociedade salvaguarda as pessoas e a mentira é uma fuga a esses conceitos de bem, de verdade, de liberdade.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Tentaria aconselhá-lo a procurar ajuda e por outro lado, a pedir empréstimo. Em último caso acho que lhe aconselharia a ter cuidado se fosse mesmo o último recurso, ter cuidado no que ia fazer. Tentaria arranjar dinheiro doutra maneira.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

É usufruir daquilo que não é nosso, porque é propriedade alheia. Coisas que as pessoas trabalharam para conseguir e que vão ficar sem elas.

—▸ Há situações em que se pode?

Não, acho que não. Não se deve nunca roubar.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

É agir segundo os padrões da sociedade, do que nos parece ser mais correcto...Há os padrões que já existem ...Tem-se sempre noção do que é bem e mal. Sem consciência moral anda tudo sem ligar à lei...São importantes para manter a ordem. Se não houvesse leis seria a anarquia.

—► É possível uma sociedade sem leis?

Havia sempre transgressões!

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Adaptar a nossa consciência moral às leis. Se bem que muitas vezes, aja segundo a sua consciência e aja contra a lei.

ND/E, 5 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Se o médico lhe disse para não fumar é porque lhe fazia mal. Claro! Faz mal a todos, não é? Acho que o convencia a não fumar. Tentava convencê-lo porque isso era um erro!

—► O que é que está aqui em causa?

Acho que em parte está a amizade.

—► Porque é que a vida humana vale muito?

Ora bem, a vida humana vale muito porque cada pessoa é como é. Todas as pessoas têm direito a viver a sua vida. Acho que é fundamentalmente isso.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

As duas são importantes. Mas sinto muito mais a vida dum amigo porque já estou ligado a ele, já o conheço. Acho que se ele morresse sentia mais ou qualquer coisa, sentia mais do que um desconhecido. Porque um desconhecido...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que uma criança. porque as crianças ainda têm que viver, não se podem defender...Têm muito para viver enquanto que uma pessoa famosa acho que já viveu a maior parte da sua vida.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias?

Acho que não dizia nada ao pai dele, não é? Por questões de amizade. Acho que tentava dizer ao pai qualquer coisa. Acho que não dizia que ele tinha faltado às aulas, porque acho que quem deve dizer deve ser o próprio filho e não o amigo. Acho que o filho deve ter uma abertura suficiente para falar com o pai e dizer que não foi às aulas por certos motivos ou por qualquer coisa.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Pela amizade. Acho mesmo que pela amizade. Se uma pessoa diz que vai fazer uma coisa, acho que é para ser cumprida.

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque, acho que mentir é uma cobardia. É cobardia e falta de maturidade, porque uma pessoa ao mentir está a tentar fugir ao que fez. Não está a assumir a responsabilidade dos actos que cometeu.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Acho que fez mal. Acho que tentava falar com os amigos e arranjar um sítio para dormir, para viver. Ou então pedia dinheiro a amigos, tentando arranjar um emprego ou qualquer coisa. Acho que assaltar não...

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque roubar...para já é contra as leis e segundo acho que uma pessoa a roubar está a tirar a uma pessoa coisas que custaram a ganhar! Mesmo com o suor duma pessoa...E roubar é o caminho mais fácil para obter coisas sem trabalhar.

—► Há situações em que se pode roubar?

Só mesmo em último caso.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

Isso, para já, varia com as pessoas, com a educação que as pessoas tiveram, com os padrões morais das pessoas. Pronto! Varia de pessoa para pessoa. Acho que é o que cada pessoa, em certas situações, acha que deve fazer.

—▸ Para que servem as leis?

Ora bem, as leis servem para orientar a sociedade, para enfim estabelecer uma ordem!

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Depende dos casos. As leis, claro que devem ser cumpridas. Mas às vezes é preciso infringir as leis, como aquele caso de salvar a vida dum amigo. Mas é mesmo em último caso.

—▸ Pode haver uma sociedade sem leis?

Acho que sim. Se as pessoas tiveram aqueles padrões morais correctos que são as coisas que fundamentam as leis, acho que as leis podem ser abolidas.

ND/E, 6 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Tentava conversar com ele, que não era por 5 dias que ele não ia conseguir deixar de fumar... E eram só 5 dias segundo as indicações do médico...tentava conversar com ele, tentava acalmá-lo talvez e fazia -o mudar de ideias.

—► O que está em causa?

Um pedido dum amigo...

—► Porque é que a vida é importante?

Porque só vivemos uma vez...Acho que sim. Temos que aproveitá-la. Se vamos desperdiçar a vida... Nós, em princípio, temos missões, objectivos a conseguir e se não conseguimos realizá-los todos falhamos talvez um projecto de vida. Portanto temos que aproveitar a vida ao máximo.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Para mim? Em princípio será a dum amigo...Se é pessoa que eu conheço...mas a vida é importante para todos!

—▸ **É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?**

Depende... mas a vida é importante em igualdade tanto duma criança como duma pessoa famosa, mas acho que é igual porque, ao fim e ao cabo todos somos iguais... Ninguém é mais do que os outros. Podemos vir a evidenciar-nos mais do que os outros como é o caso da pessoa famosa, mas a criança também tem necessidade de ser considerada.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ **Que dirias?**

Primeiro, acho que se estivesse a par da situação... tentava conversar com ele, dizer que tinha de ir à aula... porque para além de poder reprovar por faltas, dificilmente...

—▸ **Que dirias ao pai?**

Antes de conversar com o pai... teria de ter conversado com o filho; Não ia dizer sem ter falado com ele... Primeiro aconselhava-o a rever a situação, pelo menos recuperar... Mas se o pai me perguntasse pelo filho não o ia denunciar.

—▸ **Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?**

Porque uma palavra, nós depositamos confiança nela. Portanto se o amigo nos está a dar a conhecer um segredo dele, ou nos disse uma coisa, depositava confiança em nós... acho que deve-se manter essa decisão.

—▸ **Porque é que não se deve mentir?**

Não se deve mentir porque estamos a deturpar os factos para pior. Se bem que há mentiras que poderão vir por bem. Se andássemos todos a mentir isto não tinha conexão.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Parece-me mal. Não devia ter feito isso. Deveria ter tentado encontrar outra solução menos essa... porque está a roubar dinheiro de alguém.

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

Porque estamos a tirar aquilo que é dos outros, ao fim e ao cabo.

—▸ **Há situações em que se pode?**

Em que se pode? Há roubos... mas... em princípio, o melhor, é nunca roubar, talvez pedir alguma coisa, algum auxílio... mas roubar não.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral são metas internas. Não serão bem metas, mas padrões que nós temos, nossos, cada um em que nos tentamos reger por eles. Penso que a consciência moral, ao princípio, será a consciência moral de cada um. Claro que haverá talvez uma consciência moral geral perante a sociedade...

—▸ É importante?

Sim. É uma base de partida para tudo...

—▸ Para que servem as leis?

Servem para conduzir uma sociedade, para punir...punir alguém que fuja a essas leis.

—▸ É mais importante cumprir as leis ou seguir a consciência?

É mais importante...Primeiro tentar conjugar as duas, mas penso que devemos ter personalidade e se não concordamos com alguma, claro que não podemos infringi-la, não é? Pelo menos dentro do possível tentar cumpri-la. Mas, devemos ter sempre uma consciência moral que será talvez a personalidade de cada pessoa.

ND/E, 7 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que farias?

Se o médico lhe proibiu não lhe dou tabaco. Não lhe dou tabaco porque, o tabaco é de qualquer das formas prejudicial, mas para ele segundo a indicação do médico ele não poderia fumar. Não lhe dava tabaco.

—► Porque é que a vida humana é importante?

A vida vale muito, para não me repetir, vou só reflectir um pouquinho. A vida é importante porque dela nós podemos ter bastantes sensações agradáveis e outras desagradáveis. Mas tanto dumas como doutras nós aprendemos sempre e podemos evoluir. É uma descoberta a vida.

—► É mais importante a vida dum amigo ou a vida dum estranho?

As duas, porque tanto um como outro são dois seres que pensam de maneiras diferentes e no entanto, de cada um de nós, podemos descobrir coisas novas, informações novas.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

A criança, porque nela há bastantes esperanças e é uma vida jovem ainda.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que te parece e que responderias?

Nesse aspecto iria advertir o pai que o filho anda a faltar para que tentasse descobrir duma maneira pacífica e calma o que é que ele estaria a fazer porque nesse aspecto e certamente não era verdade, o rapaz estava-se a prejudicar faltando a matemática.
Advertia dessa situação e depois caberia ao pai de resolver o assunto. Mas advertia.

—► Deve-se manter a palavra dada ou não?

Em certas situações, sim. Mas nesta situação eu advertia porque esta situação o ia prejudicar bastante.

—► Mentir, sim ou não...porquê?

Aliás, quando é que se deve mentir? Acho que essa deverá ser a pergunta, porque às vezes a mentira torna-se...não é bom mentir, mas torna-se a solução mais viável. Não se deve mentir porque a mentira é uma farsa, uma ilusão e não corresponde à realidade, e poderemos estar a criar situações desagradáveis tanto para nós como para os outros.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Embora o acto dele venha prejudicar muitas pessoas, mas realmente a situação dele é desesperante e é compreensível. Errada por prejudicar muitas pessoas.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

É prejudicial, porque vai criar situações... Vai prejudicar outras pessoas, vamo-nos prejudicar a nós próprios porque vamo-nos envolver numa situação de risco...por isso...

—▸ Mas há situações em que se pode...

Não, mas há situações em que é compreensível.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral é aquilo que nós, os nossos valores, ideais e conceitos vamos evidenciando ao longo dos tempos. É importante porque nós transmitimos a nossa maneira de ser, o nosso carácter através dela.

—▸ Podia haver uma sociedade sem leis?

Numa sociedade onde houvesse uma inter-ajuda não era necessário haver chefes, nem leis...uma ideia um bocado anarquista...Acho que era possível porque há sociedades primitivas sem leis nem chefes e conseguem subsistir sem leis, mas não necessariamente com desordem.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

A consciência. Em caso de conflito entre estas duas coisas, a consciência.

ND/E, 8 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Eu não dava o tabaco, porque era para o bem dele. Se ele era meu amigo eu estava certo de que ele me perdoaria e nem poderia tomar-se em conta como uma falta de lealdade, sequer! Eu não lhe dava o tabaco porque era para o bem dele e não teria qualquer problema em tomar essa atitude, mesmo que aos olhos dele estivesse a prejudicá-lo.

—► Porque é que a vida humana vale muito?

A vida humana vale muito porque é a que nós prezamos, porque dá-nos a capacidade de vermos o mundo que nos rodeia, de ter novas experiências e de aprender, essencialmente. É principalmente isso, a capacidade que o homem tem de evoluir e como tal de existirem sempre cada vez mais coisas que são desconhecidas. Porque se não existisse um conhecimento indeterminado e infinito, neste momento, não havia razão para viver, talvez!

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum desconhecido?

Eu prezava mais a vida dum amigo, claro. Porque uma pessoa conhece-a. Mas claro, a vida duma pessoa estranha se também

estivesse em causa, logicamente, uma pessoa tenderia a ajudá-la! Mas eu prezaria mais a vida dum amigo, mesmo assim. Porque o conheço e conhecendo-o uma pessoa sente mais afecto. Por exemplo um amigo de infância são raízes que uma pessoa vai construindo. Enquanto que uma pessoa estranha quase podia ser considerada indiferente...Claro que se estivesse em perigo de vida não seria esse o caso.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Podemos considerar os dois casos possíveis. A criança seria importante claro, mas a pessoa famosa também seria. Poderia tomar medidas e ter atitudes, poderia ter a capacidade de alterar o mundo, de construir algo melhor. Enquanto que a criança é importante. Poderá vir a ser alguém mas um adulto já com certo renome também poderá fazer algo, até mesmo para melhorar e para salvar maior número de crianças. Por isso, existem as duas hipóteses que são compatíveis. Tanto a vida da criança é útil como a vida dum político que poderá tomar determinada atitude, por exemplo, num país do 3º mundo, mesmo tentar evitar de crianças morrerem à fome;

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias ao pai do...

Eu não diria, ...não diria que ele não teria ido às aulas.

Tentaria ignorá-lo, tentaria ignorar a resposta em si. Evitar mesmo respondê-la, mostrar mesmo uma certa indiferença, tentar fugir à questão. Trair um amigo seria...Era para o bem ele, mas poderia por em causa a confiança que ele tinha em mim. Perder uma amizade ninguém gostaria, logicamente. Então se for uma amizade já duradoira...não seria nada bem. Eu evitava responder à pergunta.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porque é um símbolo de respeito, de entreajuda, de amizade também, lealdade. Uma pessoa confia um determinado segredo a um amigo, conta que ele o guarde e que em princípio não o comente com ninguém. Trair, como fazer comentários sobre esse segredo, seria uma prova de traição, uma falta de lealdade.

—► Porque é que não se deve mentir?

Eu diria que não se deve mentir. Mesmo a mentira normal, que chamam a mentira original em que uma pessoa mente normalmente sem prejudicar...mas mentir, no sentido mais forte, é algo errado, injusto e poderá prejudicar, poderá causar mesmo grandes prejuízos quer para a pessoa, quer para instituições. Por isso a mentira não conduz a lado nenhum, apenas ao erro e a uma falta de... a uma revolta dentro do indivíduo que mente por ter agido dessa maneira. Tem a ver com a própria consciência de cada pessoa.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Errado! Assaltar não é solução. Trabalhar seria a solução, logicamente. Se ele teria 15 dias, 15 dias bem aproveitados, poderia pedir emprego, trabalhar muito... Mas em 15 dias acho que haveria a possibilidade de arranjar emprego, mesmo que o emprego não fosse muito bom. Ele trabalharia, tentaria conversar com o proprietário do empreendimento onde ele trabalhasse, de forma a obter algum dinheiro!... e mesmo tentando pedir a alguém que conhecesse, por exemplo! Assaltar não seria a solução.

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

Eu diria que não se deve roubar, porque também tem a ver com a própria maneira de ser do indivíduo. Roubar... em última instância sim seria possível, mas roubar para... por ambição, um roubar errado, um roubar para prejudicar isso terá a ver com a própria consciência de cada pessoa, a maneira de ser e mesmo com os princípios desde a própria nascença. Por isso roubar, a resposta seria não. Porque tem a ver com a própria personalidade e a própria evolução do indivíduo, no meio que o rodeou em todo o proceso.

—▸ **Há situações em que se pode roubar?**

Numa situação de vida ou morte, como já citado anteriormente. Aí, sim, roubar será... só mesmo em última instância, porque outra alternativa não seria possível!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral é a consciência de agir e de pensar de cada indivíduo. É agir segundo uma determinada racionalidade em que ele deverá saber se está ou não a prejudicar alguém, se as atitudes que está a tomar serão as mais correctas ou não...e se se enquadrarão dentro dos seus próprios desejos e maneiras de ver a sociedade.

—► Para que servem as leis?

Para limitar os comportamentos humanos e para que se construa uma sociedade mais organizada dentro de determinados pressupostos.

—► É possível uma sociedade sem leis?

Não, porque isso seria anarquia. Seria o caos porque haveria comportamentos desviantes, cada indivíduo tomaria, muitas vezes, atitudes que sabendo que não iriam ser punidas...prontos! Poderiam por em causa todo o sistema mesmo de organização duma sociedade. Por isso uma sociedade sem leis não existiria.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Depende. Podemos ter uma resposta dupla nesse caso. As leis deverão ditar o comportamento humano em situações normais.

Mas em casos citados de morte em que a vida duma pessoa estiver em causa, talvez aí, possamos ultrapassar as leis que poderão ser consideradas meros obstáculos, mas noutras situações penso que a consciência e as leis...Não! as leis deverão ser mantidas.
A consciência moral...sim, mas em situações normais não deverá haver grande conflito entre as leis e a consciência moral.

ND/E, 9 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Acho que ele não seria assim tão corajoso a esse ponto...ou que fosse assim tão doido a esse ponto. Eu não lhe daria os cigarros. Eu por acaso já passei por essa situação
. Não foi um jovem, mas uma pessoa de idade. Custou-me muito porque foi a primeira vez que eu vi assim uma pessoa mesmo a implorar-me por tabaco...(ele não dizia que se matava) e eu tive mesmo de dizer não. Se ele fumasse a vida dele estava mesmo em perigo.

—► O que é que está aqui em causa?

A vida ou uma satisfação que o organismo, por causa do vício, necessita.

—► Porque é que a vida humana vale muito?

Acho que, porque Deus nos fez...deu-nos a liberdade de sermos o que quiséssemos. E para isso pôs-nos a viver. Acho que se acabarmos com a vida, fica a tarefa incompleta. Temos todos algo a fazer.

—▸ **É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?**

São as duas importantes. Todas as vidas são importantes. Todas contribuem para a humanidade de cada um com as suas particularidades. Eu tinha dito na outra vez que havia uma diferença entre a vida dum estranho e a vida dum amigo. É que uma é influenciável directamente e a outra não. A vida dum estranho podia-me influenciar, mas indirectamente.

—▸ **É mais urgente salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa?**

Eu acho que se uma pessoa famosa estivesse em perigo de vida, assim como uma criança, acho que salvava primeiro a criança. Uma pessoa famosa já tinha cumprido uma parte da sua missão, pelo que já era famosa e a criança ainda nem sequer a tinha começado.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Eu diria que ele precisava de ajuda nos estudos. Não lhe diria muita coisa, mas diria o essencial ao pai, para o pai começar a poder ajudá-lo. Porque se o pai não sabia daquilo é por falta de interesse do pai. Os pais interessados (posso falar dos meus) estão sempre informados e têm sempre confiança com os professores para não haver esse tipo de problema.

Se houvesse esse tipo de problemas era porque não havia um relacionamento pai-aluno e pai-escola suficiente e eu dar-lhe-ia, ao pai, as directivas necessárias para ele melhorar um pouco essa situação, sem por em causa aquilo que tinha prometido ao meu colega.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porque é a nossa honra que está em causa. É a nossa confiança...ou a confiança que os outros põem em nós que está em causa. E a confiança é muito importante.

—► Porque é que não se deve mentir?

Traímos essa confiança nos outros. E além disso, sentimo-nos mal porque a consciência moral nos dá assim uns pontapés, umas pontadas se nós formos pessoas que tivemos uma educação que nos ensinou a não mentir. Se forem pessoas cujos pais mentiam ocasionalmente, quase os ensinavam a mentir...essas pessoas, mentir ou não, quase não lhes fará diferença por causa da educação que tiveram. Se uma criança vir que os pais mentem, os outros mentem...porque é que elas não hão-de mentir também? É o procedimento normal. Elas aprendem os procedimentos normais. Acho que essas crianças terão sempre alguns problemas depois porque nem toda a gente mente e toda a gente liga ao que as pessoas dizem. Quer dizer, se apanharem umas mentiras, uma parte da confiança que tinham nessa pessoa decai muito.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Que foi burro! Mesmo não conseguindo empréstimo, eu acho que ele conseguia recorrer a pessoas amigas que lhe emprestassem o dinheiro ou que ajudassem a convencer o senhorio a dar-lhe um prazo maior de tempo para arranjar o dinheiro. Acho que arranjar o dinheiro de forma ilegal não tem pés nem cabeça.

— Porque é que não se deve roubar?

...(pausa)Ora bem, eu não começava por essa questão. Quando uma pessoa é educada numa sociedade que tem umas certas leis e uma das leis bastante importantes é que roubar é ilegal, acho que não se põe a questão moral de não poder roubar. Quero dizer, eu não ligo muito à questão legal do não poder roubar. A lei diz que não se deve roubar e eu aceito, máxima justiça. Quer dizer, também há a parte moral, eu nunca roubaria porque estaria a trair as outras pessoas anos e anos para juntar aquele dinheiro. Mesmo que soubesse que iria roubar alguém desonesto.

—▸ Há situações em que se pode...

Roubar? Em último caso para salvar uma vida, para salvar valores mais importantes.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consci¦ência moral?

Aquilo que nós aprendemos que é bem, que se deve e não se deve fazer. É algo na nossa consciência que nos diz que isto não está bem e isto é mau. Muitas vezes há procedimentos que põem à prova a nossa consciência moral, os chamados dilemas e que prontos! Nós vamos ultrapassando esses dilemas com a experiência que tivermos na vida.

—► Para que servem as leis?

Para todas as pessoas numa sociedade, mesmo as pessoas com ideias diferentes, para que todos se possam aceitar, darem-se todos bem, sem abusos, e sermos todos iguais.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Em ocasiões normais, o preferível é cumprir a lei. Em ocasiões extremas poder-se-á ponderar se a lei está ajustada àquela situação. Senão, é pensar muito bem se transgredir a lei ou não. Claro que em casos extremos uma pessoa nunca está muito disposta a pensar. Em princípio, fora ocasiões muito, muito anormais, é preferível cumprir a lei, porque a nossa consciência moral poderá também não estar certa. Todos somos humanos e todos erramos.

—► Poderia haver uma sociedade sem leis, só com boas consciências?

Duvido. Mesmo que não fizessem mal uns aos outros acabariam por não se dar bem e daria maus resultados. Poderia dar para o torto.

ND/E, 10 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que farias neste caso?

Não dava porque podia estar a por em risco a vida dele. Uma pessoa quando é operada...está debilitada e se vai correr o risco...pode estar a correr um risco e eu não ia por a vida dele em perigo.

—► Porque é que a vida humana é importante?

Porque é, e eu gosto de viver. Sinto-me feliz por estar aqui, por ter esse dom de estar a viver. E como não conheço a vida para além da morte...Há situações em que...Não sei se viu o caso daquele bébé que nasceu sem parte do cérebro e os pais doaram os orgãos ao Centro onde nasceu para serem aplicados em criancinhas e o tribunal não permitiu porque ele estava vivo. Só que ele morreu e nada feito. Aqueles pais viram que o filho não tinha saída e tentaram ajudar a vida doutras pessoas. Nesses casos prontos...Viram que o filho se subsistisse não ia ter uma vida feliz e então preferiram conceder a outras pessoas essa felicidade.

—► A vida vale muito?

Quando uma pessoa tem saúde e condições que são boas. Agora há certas situações em que a vida se torna difícil e às vezes impossível.

—▸ Vale mais a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que valem as duas. Não é por ser meu amigo que uma vale mais do que a outra. Porque a vida de qualquer pessoa é bastante importante...Todas as pessoas dão o seu contributo à sociedade e não é por ele ser meu amigo que acho que ele tem mais direito à vida do que o outro.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque uma criança ainda não tem defesas, ainda não deu o seu contributo à sociedade e não viveu. Uma pessoa famosa já viveu tanto, já deu o seu contributo...Ambos têm vida, mas a criança não tem as defesas que uma pessoa famosa tem.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que responderias ao pai?

Penso que, se calhar, era capaz de dizer para ajudá-lo. Porque isso também, não era assim um problema tão grave...dizer ao pai que estava tudo porreiro, não sei quê...Para ele posso não estar a ser leal, posso não estar a ser amigo, mas no fundo estou a fazer uma coisa por ele. O pai ao falar com ele poderá antes abrir-lhe...falar com ele e tentar...tentar melhorar as notas e tentar ir às aulas e conseguir superar as dificuldades que tem.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Conforme o caso...Neste caso, não mantinha. No caso do professor eu mantinha, porque aí estávamos todos em cheque. Ali, prontos! Há casos e casos em que uma pessoa deve manter a nossa palavra, mas há outros que se calhar até é bom não manter para o bem dessa mesma pessoa.

—▸ Em geral...

Em geral devemos manter a palavra senão as pessoas deixam de confiar em nós.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Às vezes é positivo e outras vezes é negativo. Pode-se pôr em causa determinadas coisas. Se eu estiver a mentir sobre determinado tipo...Se eu mentir na brincadeira a um colega "olha vai sair isto no teste ou aquilo" e não for isso, menti na brinadeira, entre aspas. Saiu uma matéria completamente diferente. No fundo estou a prejudicar essa pessoa.

—▸ Em geral não se deve mentir...

...Porque, normalmente devemos sempre falar a verdade. A mentira vem sempre a descobrir-se e não leva a lado nenhum.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Que fez mal. Porque se ele tem amigos, os amigos deviam ajudá-lo e nos momentos...em que ele necessitava e podiam ajudá-lo...sei lá!...Acho que não é assaltando uma loja que...No fundo sente-se aliviado porque pagou a renda, mas com outro problema porque assaltou uma loja, que ainda é pior.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque normalmente corremos o risco de ficar marcados para a vida toda e normalmente estamos a pôr outras pessoas em cheque, que se calhar trabalharam a vida toda certinhos para terem uma vida estável...e no fundo roubam-nos e ficam numa situação desagradável.

—▸ Há situações em que se pode?

No sentido de roubar, roubar acho que não. Não se deve nunca. Em casos extremos...para subsistir rouba-se. Alguns já são casos desesperados.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral é saber até onde podemos ir, até aos limites onde podemos chegar...é isso. Podemos atingir e chegar até um certo sítio e dizer "pára porque não podemos avançar mais" porque temos consciência de que se formos mais além poderemos estar a transgredir os parâmetros da vida.

—► Para que servem as leis?

As leis são um bocado para dar ordem a uma sociedde. As pessoas apesar de terem as suas maneiras de pensar têm que seguir as leis porque senão correm o risco de serem julgadas...

—► É possível uma sociedade sem leis com consciências bem formadas?

Acho que não...porque vivemos a nível mundial onde a liberdade levada aos extremos faz com que as pessoas abusem dessa liberdade e depois entra-se numa fase de...

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir a lei?

Prontos! É mais importante a consciência, mas temos de seguir as leis. Apesar de termos as nossas opiniões, temos de seguir as leis...Apesar de ser mais importante...mas temos que ir pelas leis...Se formos transgredir as leis corremos um certo risco.

ND/E, 11 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Eu recusava porque podia estar a por em risco a vida dele...Simplesmente isto.

—▸ O que é que está aí em causa?

O valor de eu ser amigo dele e o valor dele ser meu amigo!

—▸ Porque é que a vida é importante?

Por exemplo a minha vida, neste caso, podia ser importante porque eu poderia salvá-lo. Recusando-lhe o tabaco que ele me pediu, assim como poderia ter-lhe recusado outra coisa qualquer eu poderia tê-lo ajudado. Se não existisse ninguém, estava de parte...mas como existe sempre alguém, as pessoas estão relacionadas e a vida delas gira em torno umas das outras. Podem-se ajudar mutuamente!
Nesse aspecto a vida duma pessoa pode ser importante para a vida doutra, também.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que as duas vidas são importantes. Talvez uma pessoa que

esteja mais relacionada com um amigo e esteja dentro da vida dele, se calhar, pode ter mais importância.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Deve-se salvar as duas, com certeza, se possível! Uma pessoa famosa é famosa e deve sê-lo por alguma razão! A criança é uma vida e tem a vida ainda pela frente. Pode ser famosa tão famosa ou mais que a outra. Ambas são importantes. Uma já se desenvolveu e está numa fase de... Se houvesse um objectivo para a vida, podemos dizer que está numa fase terminal. A outra está no início.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias ao pai?

Possivelmente não lhe diria. Ele tinha-me pedido segredo. Não lhe diria o que se estava a passar, mas talvez lhe desse uns toques, umas ideias!
Não sei! Procurava, talvez, informar-se por outra pessoa...E sei que o pai queria o bem do filho e tal! E se soubesse do problema talvez o ajudasse a resolver, mas ele pediu-me um segredo, acho que deveria cumprir. Foi a minha palavra...

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Acho que se deve manter a palavra dada tanto a um amigo como a outra pessoa qualquer.

—▸ Porquê?

Porque é a nossa palavra. Não é que esteja alguma coisa em risco de se perder ou se ganhar mas,...não sei!

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não deve, não deve...não pode. Embora por vezes o faça. Perder a palavra ou tem de ser uma palavra segura, uma pessoa duma só palavra. Às vezes as pessoas dizem que não se deve mentir, mas tentam encobrir a sua própria mentira com isso. É o que as pessoas não desejam, com certeza, que lhes façam...embora por vezes...Não se deve mentir porque perder-se--ia a palavra.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Acho que fez mal. Embora esteja desesperado acho que nenhum desespero deve levar à loucura. E esse acto foi assim um bocado esquisito. Não tem nada a ver a loucura com esse acto de roubar mas pode estar próximo, porque as coisas...Perdi--me!

—▸ Porque é que não deve deve roubar?

O roubar também é quase como perder a palavra, como mentir. Só que são duas maneiras diferentes de agir. Uma pessoa poderá ficar sem credibilidade diante das outras pessoas.

—► Há situações em que se pode roubar?

Não, não há situações em que se pode roubar. Mesmo que uma pessoa engane outra e que, sei lá!... Por exemplo, uma pessoa tem um negócio qualquer e outra faz-lhe... tira algum dinheiro por fora e a outra pessoa toma conhecimento e faz--lhe o mesmo a ela, acho que está a trangredir gravemente.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral pode estar relacionada com esses aspectos de roubar, mentir,...A consciência é uma pessoa que tem consciência daquilo que faz e depois pode avaliar moralmente, se é que se pode dizer assim, o que fez.

—► As leis para que servem?

As leis são um bocado exteriores à nossa consciência. São, talvez, um bocado artificiais. Embora, por vezes, possamos relacioná-las, a consciência e as leis...mas pode ser muito...

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Eu acho que por vezes...geralmente...é mais importante seguir a consciência. Apesar de estarmos errados, muitas vezes é a consciência que nos leva a tomar certos partidos, planos...

—▸ Seria possível uma sociedade sem leis?

Não, porque a lei funciona quase como meio ponto entre duas consciências. Se uma pessoa pode ter uma consciência, outra pessoa pode ter outra consciência diferente. E talvez as leis ajudem a ligar as duas consciências.

ND/E, 12 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Senão matava-se! Pede tabaco, está desesperado, senão mata-se! Bem, eu aí não sei se...mas ele está no hospital ainda? Eu creio que... ...

Não sei se lhe daria ou não, mas creio que mesmo que lhe desse, que ele teria alguma vigilância cerrada! Acho que não se consegue fumar no hospital...só se fosse às escondidas. Mas, se conseguisse...Mas o médico proibia! As consequências seriam graves? Depende. Se o cigarro lhe iria fazer muito mal não lho daria...Agora se fosse uma coisa que o prejudicasse pouco, não é? Acho que em caso de última consequência era capaz de lhe dar, mas queria priomeiro saber as consequências do cigarro!

—► Porque é que a vida vale muito?

A vida humana é importante porque andamos todos cá, não é? Como já disse, é uma passagem, é um jogo. Nós temos de passar por aqui e não sabemos o que há depois da morte, se é bom ou se é mau.

Se fosse melhor do que isto, muita gente já tinha morrido de livre vontade, embora isso aconteça embora em casos de

desespero. Agora, não sabemos! Enquanto andamos aqui tentamos preservar a nossa vida, a vida dos outros e ter alegrias, ser felizes com muitos desgostos por vezes, e passar o melhor bocado aqui porque não sabemos o que nos espera. Esperando sempre que depois da morte seja melhor.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A vida é igual, a mesma coisa. Só que a dum amigo toca-nos mais porque é amigo. É uma pessoa que já conhecemos e nos conhece também, é mais íntimo, toca-nos mais. Mas a vida humana é a mesma coisa tanto a dum amigo como a doutra pessoa qualquer.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

É uma criança, é uma criança! Creio que já respondi a isso. É uma criança, é! Pela idade, temos que ver pela idade. Se é uma criança ainda tem muito caminho pela frente...tem que ter a nossa vivência, tem que passar por dificuldades embora tentando ser feliz. Tem o direito a ter essa passagem mais curta ou menos curta que nós temos. Porque se for outra pessoa mais idosa, pronto! Aí já teve o privilégio de alguns anos, agora a criança tem poucos e poderia ter mais. Acho que tem esse direito.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Depende da situação em que ele se punha! Se ele faltasse 5 semanas a Matemática e depois aparecesse passadas 5 ou 6 semanas, não é? com possibilidades de recuperar o tempo (eu conheço muitos assim, faltam muito tempo e depois conseguem recuperar o tempo e até se safam nos estudos), creio que não diria nada ao pai. Seria uma fase em que ou por brincadeira ou por não estar bem com ele próprio porque teve problemas emocionais, prontos! Foi uma fase em que se afastou da escola...Agora se fosse prejudicial e se ele não conseguia levantar por 5 semanas...acho que diria ao pai para lhe chamar a atenção, embora ele pudesse ficar ofendido ou chateado comigo. Mas diria ao pai se visse que era alguma coisa que ele não pudesse recuperar, que estava a estragar a vida ou o estudo!

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Bem, lá está! Se ele por juramento ou não, porque eu acho que isso...bem não é o que importa, juras ou não juras; Mas se é amigo, se é de confiança, porque há amigos e amigos... Creio que é importante manter isso. É uma ligação entre as duas pessoas e a palavra é importante! É fazer com que quando surge o caso em que seja preciso manter a palavra, a gente ao mantê-la a gente está-se a lembrar do amigo, está a fazer alguma coisa por ele.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Eu já disse que mentir...lá está! Não se pode ou não se deve é assim uma coisa! Não, pode-se e não se deve! Não se deve mas há mentiras que devem-se fazer e geralmente toda a gente mente, e é o nosso dia-a-dia. É como se fosse tomar um café ou sair à rua. Felizmente ou infelizmente, não sei! É o nosso dia a dia...Mais infelizmente creio eu!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Que me parece? Primeiro acho que ele devia procurar, ou então com amigos...lá está! Não sei se ele nesse caso seria meu amigo ou não, ou com amigos ou com a família...tentar resolver isso da melhor maneira, não fazer isso, não é? Em último recurso, como digo sempre, é uma opção, mas uma opção que pode viciar as pessoas...Mas em último caso creio que é uma atitude que não se deve , mas que pode ser tomada.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Roubar não, mas roubar para comer sim, para subsistir. Não se deve porque o que é dos outros é dos outros e o que é nosso é nosso. É a tal lei da sociedade. E temos de construir a nossa vida e o nosso poder económico ou material à nossa custa.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E AS LEIS

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral, lá está! Eu acho que a consciência moral é a parte da pessoa...não posso dizer de bondade, mas é a parte que nos diz o que estamos a sentir bem como o que estamos a fazer; Se fazemos uma coisa contrariados e depois contrariados com a nossa consciência o fizemos porque fomos obrigados a fazê-lo ou porque não tínhamos outra hipótese, mas depois ficamos revoltados com nós próprios interiormente...Acho que a consciência moral é isso; É tipo guardião de cada um, que nos impõe certas ideias que cada um segue. Acho que é individual de cada um.

—► Para que servem as leis?

As leis servem para isto não estar tudo desorganizado...As leis têm de ser obedecidas.

—► Pode haver uma sociedade sem leis?

Era bom, era bonito haver, mas não pode haver porque se um pensa assim, outro pensa o contrário... Acho que isso iria baralhar tudo e iria tornar-se numa sociedade confusa. Era bonito, mas como as pessoas são talvez diferentes e nenhum de nós é igual ao outro, acho que era muito difícil conseguir isso.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Lá está! Tudo depende das consequências. Se for uma consequência muito grave desobedecer a uma lei, aí temos de passar por cima da nossa consciência. Se for uma consequência mínima ou sem grandes prejuízos, valorizo mais a consciência de cada um.

3. RESPOSTAS DOS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO EXPERIMENTAL

B. INTERACÇÃO

(Dilemas e Perguntas Capt. 6.2.B.)

——► **1ª Díade**

ND/E, 3 (Inter.)
+
ND/E, 7 (Inter.)

A — RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que vos parece, pode-se roubar ou não?

ND/E, 7 (Inter.) — É conforme as situações... Dependendo da situação financeira da pessoa se ela é levada a roubar ou não.

ND/E, 3 (Inter.) — Mas nunca se pode. Nunca se deve!

7 — Bem, dever e poder é uma coisa... São diferentes!

3 — Se o estado psicológico for mau então está a fazer uma birrada.

7 — Está a fazer o que lhe parece melhor!

3 — Para ele, para os outros não.

7 — Pois. Mas aqui quando se diz se roubar é bom ou mau é em relação a quê?

—► Pergunta-se em geral

3 — Não! Está a mexer com os outros!

7 — Sim, vai prejudicar, mas em contrapartida se se está numa situação desfavorável de certa forma é natural que se

chegue a esse ponto. Não estou a dizer que seja bom que se faça isso, apenas justificar a atitude... Mas está errado.

3 — Roubar porque...

7 — ...o que é dos outros!

3 — Toda a gente cumpre as mesmas leis e não sei quê... Não está a proceder bem.

7 — Há aqueles que também não cumprem as leis.

3 — E não é preciso roubar!

7 — Uhm! Uhm!

—▸ E quanto ao caso do colega desesperado que pede um calmante e chega mesmo a pôr-se a hipótese de assaltar a farmácia?

7 — Há outra solução que é não tomar o calmante e acompanhá-lo.

3 — Há sempre outras opções sem ser roubar. Pode-se falar à família e até a pessoas, médicos e amigos. Mas nunca é preciso roubar. Em último recurso mesmo de desespero e nunca deve ser...

—▸ Um caso também insólito. Uma mulher gravemente doente cujo marido pobre assalta a casa do boticário depois deste lhe ter negado o produto farmacêutico

7 — Lá está! Ele está numa situação financeira degradada, não é? Portanto acho que de certa forma se ele reagiu dessa

maneira foi para salvar a mulher e não com a intenção de roubar, mas salvar a mulher.

3 — Mas roubou!

7 — Sim, roubou, mas com a intenção de salvar a mulher e não de roubar ou de prejudicar o outro.

3 — A culpa disso também foi o boticário, podia tê-lo compreendido!

7 — Bem, mas ele podia estar numa situação também de necessidade de dinheiro. Por isso é que ele estava a exigir. Não sei se estou a...

3 — Mas mesmo assim, roubar é roubar! Mesmo que ele precise muito! Mas nessas situações desde que ele assuma depois o roubo. Até pode assumir o compromisso de devolver o dinheiro e não sei quê!

7 — Bem, mas aí já não seria um roubo!

3 — Pois!

7 — Acho compreensível essa atitude dele, do facto dele roubar.

B – RESPEITO PELO OUTRO

—► Se durante um exame crucial recebesses um telefonema urgente duma pessoa que te é muito próxima...

3 — Se houvesse a hipótese de deferir o teste que não

fosse assim, assim muito importante acho que atendia o pedido... Agora, se é um teste final donde dependia a minha carreira, a minha vida toda, não sei! Uma pessoa está no teste, está concentrado e de repente virem-me dizer aquilo! Não sei se atendia ao pedido. É uma situação difícil de imaginar, mas acho que procedia assim.

7 — Pois... Também estou de acordo nesse aspecto.

3 — Só que uma pessoa, a vida toda à espera daquilo... Não vou deixar que outra coisa se meta à frente. É difícil de imaginar.

7 — Quer dizer, atendendo à relação que eu tenho com essa pessoa que ameaça suicidar-se se não falasse, eu pensava um bocado antes de tomar uma decisão. Mas acho que também ia por esse caminho.

3 — Também o comportamento dessa pessoa fazer isso, telefonar ou pedir para falar comigo a meio duma coisa que sabe que é importante! E também conforme tu disseste o grau de importância dessa pessoa para nós.

7 — Pois.

3 — Se fosse da família... estava primeiro.

7 — Claro... Sim, concordo contigo.

—▸ E quanto ao telefonema dum amigo a altas horas da noite... quando não te é fácil saíres de casa... Um caso também insólito!

3 — Eu saía de casa!

7 — Eu também!

3 — Deixava um bilhete ao meu pai "Não concordo com a tua opinião, mas tive que ir".

7 — Senão, pegava nas chaves e saía...

3 — Também não sei se o meu pai me ia dizer isso...

7 — (Sorriso...) Estás-te a fazer à situação, não é? Sim acho que pegava nas chaves e saía, mesmo se não soubesse onde elas estavam. Pela janela ou coisa parecida!

—► **Afinal porque é que não se deve mentir?**

7 — Deve. Atendendo às situações, deve.

3 — Há mentiras que não se devem fazer, grandes mentiras! Que envolvam a nós e às outras pessoas. Agora mentiras que envolvam a nós próprios e que sejam pequenas mentiras... ...

7 — Sim, no que diz respeito a falar mal duma pessoa pelas costas, a prejudicar essa pessoa, acho que não, não se deve mentir. Mas se for uma mentira das pequenas, acho que não tem grande problema.

3 — Se for bem pensada...

7 — Se não tiver grandes problemas...

3 — Se pensar nas consequências e tiver tudo estudado, acho que não deverá...

—▸ Porque é que se diz "Não se deve mentir"?

7 — É uma maneira simples de ensinar que...

3 — ...não se pode brincar com os outros.

7 — Pois.

3 — E a educação é isso. É meter as coisa na cabeça às pessoas.

7 — A educação?

3 — Quando te dizem isso é quando... és puto e ficas com isso na cabeça.

—▸ Finalmente, enquanto àquela situação criada por um colega que entrou no gabinete do professor nas vésperas do exame...

7 — Claro que não o iria denunciar.

3 — Pois, aqui está uma mentira que não faz mal dizer que sim ou que não porque...

7 — E depois também iria prejudicar a confiança que o colega depositou em mim... Iria prejudicar não, mas perder a confiança.

3 — Aí trata-se ou gostar mais do amigo ou do professor! Acho que toda a gente gosta mais dos amigos.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

3 — A consciência. Embora a consciência tem que andar sob as leis.

7 — Não. Eu acho que nesse aspecto, muitas vezes, a consciência ultrapassa a lei, vai por outro caminho, se é que se pode definir a lei e a consciência como dois caminhos. Mas acho que a lei é que se deveria submeter à consciência...

3 — Pois, porque elas, em princípio, deviam andar paralelas, a consciência e a lei, mas há certos pontos em que é mais importante a consciência do que a lei.

7 — Uhm! Sim!

3 — Se a gente agir sempre segundo a consciência está mais ou menos no caminho da lei, mas há sempre aqueles choques que...

7 — Isso vai depender de cada um, porque a consciência...

3 — Pessoas conscientes, porque se forem pessoas inconscientes claro que não podem dar-se... Mas acho que é mais importante a consciência...

7 — Eu também!

3 — Sobretudo se uma pessoa for consciente! Se for inconsciente não consegue!

——▸ **2ª Díade**

ND/E, 4 (Inter.)
+
ND/E, 2 (Inter.)

A – RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE

—▸ Afinal pode-se ou não se pode roubar?

ND/E, 4 (Inter.) — Se se pode ou não roubar... A sociedade diz que não. A sociedade e as leis...

ND/E, 2 (Inter.) — Exacto. A sociedade diz-nos isso, só que... Já na Bíblia parece que dizem que roubar para comer não é pecado... Portanto... depende do roubar. Mas penso que o roubar é uma atitude assim um bocado extrema, não é? Uma pessoa só rouba mesmo em última instância.

4 — Eu acho que é isso, mas... acho que também se for assim mesmo em casos extremos pode-se desculpar.

2 — Que casos?

4 — Que casos? Sei lá... aquele caso lá do amigo que estava às portas da morte... precisava de roubar para comer...

2 — Lá está! Só que roubar mesmo em última instância porque, digamos que, prontos!... Acho que é uma atitude que... Uma pessoa ao roubar parte do princípio de que rouba qualquer coisa que pertence a alguém...

4 — E se for roubar a um ladrão?

2 — Roubar a um ladrão... Também acho que não está correcto, porque o ladrão teve que roubar a alguém. Portanto é um círculo vicioso. Portanto acho que não é correcto roubar.

4 — Mas aí nesse caso a moral e as leis perdoam! Não te lembras do provérbio: "quem roubar a um ladrão tem cem anos de perdão".

2 — "Tem cem anos de perdão..." Mas isso é a sabedoria popular mas não quer dizer que esteja certo.

4 — Mas sempre há algum desconto!

2 — Sim, mas continuo a afirmar que roubar não é correcto.

4 — ... sorri... (silêncio)

—► **E no caso do amigo que pede urgentemente um calmante e onde se põe a possibilidade de assaltar a farmácia?**

2 — Ora bem, isso é uma situação assim um bocado... Como hei-de dizer? Pouco concisa. Porque um amigo precisa de um calmante... Ora bem, penso que a necessidade dum calmante... não é suficiente para uma pessoa fazer um assalto a uma farmácia, não é? Mas se precisasse dum remédio de insulina ou outra coisa qualquer, isso em última instância era capaz de o fazer. Apesar de não ser correcto...

4 — Também acho que sim, depois talvez de passar esse momento voltava se calhar lá para resolver o problema com o farmacêutico.

2 — Isso levanta um bocado problemas... uma situação dessas, não sei! Penso que há sempre outras alternativas antes duma pessoa se decidir por algo tão radical...

4 — Estou de acordo...

2 — Penso que é uma atitude radical de mais, o roubo. Uma pessoa recorria aos familiares, depois recorria...

4 — ... E se não tivesse gente?

2 — ... ou a pessoas estranhas. Até quem sabe, até pedia... e finalmente uma pessoa recorria ao roubo, mas isso em última instância.

4 — Acho que sim.

—▸ **E quanto ao caso da mulher gravemente doente cujo marido pobre assaltou a casa do boticário...**

2 — Ora bem, eu penso que fez bem. Isto é um bocado um círculo vicioso em que uma pessoa umas vezes inclina-se para determinados pontos e outras vezes para o lado oposto. Assaltar a casa? Acho que sim porque penso que o roubo... quando a vida duma pessoa está em risco se deve transgredir as leis. Acho que é um problema um bocado ambíguo porque uma pessoa tanto se pode virar para um lado como para o outro... Que achas?

4 — Mas, é claro se o boticário também não cedeu ou era porque não teria muitas simpatias... Mas está bem que o outro fez uma coisa furtiva...

2 — Ora bem, eu acho que nessa situação funciona um bocado aquela teoria de Freud do Infraego e do Superego. Uma pessoa nesse caso, a vida duma pessoa que nós gostamos está em perigo eu penso que o Superego tem menos força que o Infraego, porque há questões afectivas, duma convivência de anos, nesse caso de marido e de mulher que nos levam a fazer coisas que nós por vezes nem fazemos na vida real; Só que situações extremas obrigam-nos a essa atitudes.

B — RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Durante um exame crucial recebes um telefonema urgente duma pessoa muito próxima...

2 — Que faria? Se fosse uma questão vital, penso que iria. É uma situação insólita... mas dependeria, se uma pessoa fosse fazer um exame e tivesse outra chamada possível... Depende do problema e da maneira como a pessoa que me estava a telefonar reagisse e estivesse a reagir...

4 — Exacto.

2 — ...Depende de vários factores, mas se fosse uma situação grave acho que abandonaria o exame, sem dúvida.

4 — Eu acho que... Primeiro tentaria convencer-me, falar com a pessoa e convencer-me exactamente da gravidade da situação. Se fosse mesmo assim uma coisa extrema tentaria falar com o responsável pelo exame... Arranjaria maneiras de adiar ou substituí-lo por outro tipo de avaliação... A gente

aqui responde duma maneira, mas se estivéssemos perante esse caso talvez fizéssemos o contrário!

2 — Se fosse uma pessoa da nossa família, analisando bem a situação já tinha um ar bastante aflito. Bem são tudo especulações... com um ar bastante aflito, por exemplo, o meu pai, a minha mãe, a namorada ou outra pessoa qualquer eu penso que iria logo... talvez devido à minha maneira de ser...

4 — Ou então também poderíamos ir para... se houvesse outra possibilidade de ser outra pessoa...

2 — Lá está! Eu penso que se baseia tudo a nível da gravidade da questão...

4 — Eu penso...

2 — ...Depende, não é? Deram-me um caso hipotético eu dou outro. Se fosse por exemplo, se me telefonassem a dizer "correu-me o exame bastante mal, estou bastante em baixo", penso que isso não é razão, não é?

4 — Hein! Hein!

2 — ...Agora se fosse uma questão, sei lá! de morte dum parente que essa pessoa estivesse completamente arrasada, isso sim, talvez... Era motivo suficiente para uma pessoa ir.. Lá está, tudo depende da gravidade da situação.

—► **Porque é que não se deve mentir?**

4 — A mentira é um caminho mais fácil.

2 — Exacto. Ora bem, depende da mentira. Isto é quase como os crimes do homicídio, de 1º, 2º e 3º grau. Acho que as mentiras são o mesmo nível de 1º, 2º e 3º grau. A mentira de 3º grau, é menos nociva... Como um parente nosso que vai para o hospital... Nesse caso a mentira é necessária...

4 — Claro, nesse tipo de mentiras também não afectava...

2 — Lá está, a graduação das mentiras que existem. Há mentiras e mentiras, as mentirazinhas e as mentiras descabidas... Acho que sim, que se deve mentir.

4 — Isso também, lá está, o conceito, que se tem da mentira, a importância ou a gravidade da mentira.

2 — Eu acho que não haver mentira é uma questão que se está a tornar sem nexo, porque a mentira existe por todos os lados... Portanto a questão que se punha há 2 mil anos atrás, a nível da Igreja, surgiram os 10 Mandamentos, um deles é não mentir... "Não mentir" penso que é uma questão desactualizada, porque 2 mil anos depois, não se verifica. Está caducada.

4 — Então achas que as pessoas já não podem confiar umas nas outras?

2 — Lá está! Eu acho que a confiança provém duma amizade, uma amizade é feita de situações e convivência do dia a dia... Essa confiança numa pessoa em que ela não mente... Lá

está, lá vem à baila outra vez a situação da mentira... Se se pode confiar numa pessoa, se tu conheces essa pessoa e achas que ela tem qualidades suficientes, acho que podes confiar. Mal de ti se não confias em ninguém. Se é uma questão de confiança... Acho que sim, acho que se pode confiar.

—▸ Voltando à situação do amigo que te pediu segredo depois de te confiar que tinha apanhado os testes nas vésperas do exame...

4 — Aí, diria que não.

2 — Também diria que não.

4 — Na medida em que valia muito mais que...

2 — Isso é uma questão extraordinariamente ambígua porque entra a parte do Infraego e do Superego, outra vez. O Superego dos nossos desejos e as pulsões combinam-se com o nosso Ego, ou seja, uma pessoa não diz nada, o nosso desejo é não dizer nada e uma pessoa não diz nada. O Superego é o polícia e acha que nós devemos dizer alguma coisa, afirmar que sabemos. Mas a nossa amizade, no fundo, em relação ao nosso amigo impede-nos de fazer isso...

4 — Eu não dizia...

2 — Penso que isso acontece a muitos outros níveis, sei lá! Em valores queridos ou outra situação!

4 — Eu acho que se pudesse escapar de alguma maneira a isso...

2 — Eu acho que não diria, não diria. Não sei porquê... mas não diria.

—► Aparentemente estão de acordo mas no fundo há algumas discordâncias entre os dois...

2 — Sim... Ora bem, uma pessoa não dizer... Eu penso que numa coisa estamos de acordo. Em relação a esse nosso amigo eu penso que não diria nada se fosse realmente um amigo, agora se fosse alguém que nos tivesse tramado... Isso sem dúvida que diria.

4 — Isso seria à procura de vingança...

2 — Sim, acho que sim, mas é uma situação um bocado esquisita...

4 — Eu acho também...

2 — É que uma pessoa vira completamente de opinião.

4 — Acho que também um bocado interesseira. Acho que não dizia, talvez para depois poderem fazer o mesmo comigo, numa outra situação.

2 — No conjunto destas situações, acho que uma pessoa numas situações é puritano e noutras situações acho que é...

4 — ... ... (imperceptível)

2 — Exacto. É um diabinho autêntico. Não sei! Penso que é uma situação assim um bocado... Coisas que, por acaso, uma pessoa ainda não tinha pensado, não é?

4 — Acho que sim.

——▸ **3ª Díade**

ND/E, 8 (Inter.)
+
ND/E, 9 (Inter.)

A — RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Afinal pode-se ou não se pode roubar?

ND/E, 8 (Inter.) — Não se deve...

ND/E, 9 (Inter.) — Sim, acho que também não se deve...

8 — Exacto, eu também concordo... A minha dúvida é que... não se deve roubar. Deve-se procurar solucionar os problemas económicos doutra forma... (risos) que não seja roubar, talvez trabalhando...

9 — Eu acho que a desonestidade é sempre a solução mais fácil mas...

—▸ No caso daquele rapaz desesperado... assaltavas ou não a farmácia?

8 — Depende... Nesse caso se não me engano ele estava com fome... Eu até já afirmei que roubava no caso dele.

9 — No rapaz... da farmácia! Não, nesse caso eu cheguei à conclusão que ele era meio drogado... Estava a necessitar daquele...

—► **Não era drogado... mas pedia um calmante...**

8 — Eu roubava, já disse...

9 — Não... eu acho...

8 — Pedia, pedia primeiro se não me dessem, talvez reconsiderasse...!

9 — Há muitas associações médicas... Telefonava aos médicos, aos enfermeiros... ao 115... Havia de arranjar uma solução, agora roubar a farmácia...

8 — Só se não tivesse outra alternativa... é que roubaria... mas...

9 — Sim, mas pedia ajuda ao farmacêutico que de certo me ouviria...

8 — Sim, sim. Se fosse humano...

9 — Acho que essas pessoas que estão ligadas aos serviços médicos... tirando a Caixa...

8 — Só em último caso é que se roubaria...

9 — Hem... acho que sim... Espírito caritativo!

8 — Exacto!

—► **Porque é que não se deve roubar?**

8 — Porque é desonesto!

—▸ O caso do homem cuja mulher está cancerosa... Não tem posses para adquirir um produto que o boticário da vila descobriu... Que vos parece?

8 — Fez mal... Concerteza que se o boticário tivesse esse medicamento... talvez pudesse saber o segredo para fabricar mais... mesmo poderia cedê-lo numa atitude humana.

9 — Ou trocar o medicamento em troca de serviços onde ele trabalhava para o boticário... Acho que roubar o medicamento só se a mulher estivesse mesmo a morrer...

8 — Era uma atitude precipitada...

9 — Porque... em último caso, mas mesmo em caso de muita, mas muita necessidade quando uma pessoa está mesmo a morrer, roubar é um mal menor... mas, só nesses casos...

8 — Concordo, concordo. Acho que seria uma atitude precipitada e só se deve roubar em último caso mesmo...

9 — É para salvar uma vida humana também...

8 — Exacto, por isso... nesse aspecto acho que não há controvérsia entre nós... Há mútuo acordo...

B — RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Durante um exame crucial de fim de curso... Recebes um telefonema urgente duma pessoa afectivamente muito próxima de ti... Que farias?

9 — Eu ia ao telefone...

8 — Eu ia ao telefone logicamente... por acaso considero um bocado curioso... pelo menos, abandonaria o exame mesmo assim e iria ao telefone...

9 — Sim eu acho...

8 — ...Quanto mais não fosse para saber quem estaria mal por curiosidade... mas iria...

9 — Acho que num caso destes também ia... mas poderia falar primeiro com o professor... Se o professor não concordasse, prontos! Mas tentaria sempre um acordo com o professor...

8 — Exacto... E se ele fosse compreensível, compreenderia que seria por uma boa causa e arranjaria outra forma de examinar o próprio aluno...

9 — ...A via do exame oral! Não... mas acho que num caso desses... Bem, como eu tenho sempre uma estreita relação com os meus amigos era normal que toda a gente soubesse que naquela altura eu estava a fazer um exame... Por isso se me telefonassem àquelas horas para aquele sítio, só num caso mesmo extremo... E eu pronto, não teria a mínima dúvida em ir ao telefone...

—► Se em casa recebesses um telefonema a altas horas da noite...

9 — Não me fale disso. Esta noite fiquei sem dormir por causa disso... e desligaram!

8 — Saía de casa...

9 — Sim...

8 — Saía de casa... Esse caso comigo não acontecia, mas se acontecesse não tinha qualquer problema em ir buscar a chave... e saía ao encontro do amigo já que ele precisava... Estava num momento em que em casa podia não estar a servir de nada, e teria alguma utilidade junto de alguém.

9 — Sim... já discutimos um bocado esta... Doutra vez tinha-se falado qual era... em caso de... um problema, um dilema de justiça e consciência moral quem é que ganhava... E eu sempre disse que a justiça... era capaz de não ganhar, porque a justiça foi feita por homens e não se aplica a todos os casos. É impossível... há milhões de casos...

8 — Não, eu não...

9 — Nessa altura uma pessoa é que...

8 — Eu na altura defendia, defendi... que muitas vezes uma pessoa devia seguir a justiça para não tentar... e muitas vezes devia remeter a consciência moral para segundo plano... Eu disse isso... mas em último caso devemos respeitar sempre a justiça para não sermos punidos acima de tudo...

9 — Hem... (sorri)

8 — E que poderá levar ao mesmo caso, um círculo vicioso, talvez...

9 — Eu acho que arriscava a punição em caso de que a justiça não...

8 — Sim, sim...

9 — ...Não se aplicasse duma forma correcta, e...

8 — Como?

9 — ...E prontos! Seria um mal menor e seria eu que o pagava... Isto sempre para defender...

8 — Era um risco a correr... Eu lembro-me que na última sessão também referi que em princípio actuaria segundo a justiça, mesmo por vezes contradizendo-me... Mas em última causa também a consciência moral a própria justiça... só que isso seria numa causa de morte ou assim, numa causa extrema... talvez...

9 — Eu acho que... nós não sabemos o que vamos fazer na altura, podemos estar assim com a cabeça um bocado quente, excitada e tudo... e nessa altura a consciência moral, às vezes, não tira as melhores conclusões... Mas nunca saberia numa altura destas o que faria direito...

8 — Eu acho que numa altura dessas, embora tenha defendido a justiça anteriormente, uma pessoa não se lembra sequer da justiça, muitas vezes... pretende mas é censurar...

9 — ...Eu acho...

8 — ...Muitas vezes não se lembra, está com a cabeça quente e não pensa sequer... "Vou ser punido", ou algo do género... quando a causa é mesmo...

9 — Está feito! Está feito!

8 — Exacto... E bem que... uma pessoa age premeditadamente, muitas vezes, por isso não...

9 — Premeditadamente, não. Feito na altura. Premeditadamente é pensado com tempo!

8 — Precipitadamente! (sorriso) Foi uma pequena lacuna!

—► Doente em estado grave... Que vos parece? Deve-se ou não dizer a verdade?

9 — Heim...

8 — Eu concordo. Eu acho que ele deve saber a verdade! Só mesmo se a família procurar...

9 — É uma questão polémica! Porque há pessoas que são capazes quase de morrer só por saberem que estão doentes. Começam a definhar, a definhar... "eu estou doente", "eu estou doente"...

8 — Não, mas...

9 — A atitude pessimista, das pessoas leva-as a que o organismo não actue e nesses casos, às vezes, é uma situação problemática para o médico, dizer ou não dizer... Se o médico for médico de família que conhece o paciente... Se lhe disser é capaz de saber as possibilidades que o doente tem de não escapar!

8 — Eu acho que o médico deverá avisar... para de certa forma até, ilibar-se da responsabilidade.

9 — Heim! (sorri)

8 — Ele tem o direito de avisar... Claro que quanto a mim deverá tentar avisar a algum parente, talvez! Algum parente que mostre ter maior consciência, consciência mais... que seja uma pessoa mais...

9 — Conhecimentos mais...

8 — ...sim, sim...

9 — ...da pessoa!

8 — ...que tenha uma procura...

9 — Se for uma pessoa isolada que não tenha amigos, que não tenha nada... tenha o médico à sua frente...

8 — ...sim, mas...

9 — ...É questão do médico arriscar a contar ou não contar...

8 — Mas também, não podemos...

9 — E tentar tirar o maior partido...

8 — ...não podemos, não podemos...

9 — ...tirar o maior partido daquilo que fez. Só que a omissão é quase mentir...

8 — Ou poderá até ser pior!

9 — "Você não disse nada..."

8 — Eu acho que...

9 — "...eu agora vou morrer..."

8 — Isso serão casos que... claro que não são casos extremos, eles existem, e tudo bem. Mas também não serão assim em tantas quantidades... Eu acho que o médico deverá ter... por exemplo, quando alguém faz alguma operação terá sempre alguém da família junto e, como tal, deverá falar com a família primeiro, explicar o que se passa... e saber como é a própria maneira de ser da pessoa que está a ser operada... Se ela é muito sensível, capaz de ficar impressionada por saber que tem uma semana de vida ou um período ou não...

9 — Soubeste daquele falecimento na 4ª feira... que deram alta a um morto em Santo António... o morto estava nas urgências...

8 — Não soube...

9 — À espera de ser atendido... olharam para ele, "Este está mais ou menos"... quando o chamaram o homenzinho não respondeu, já tinha batido a bota. Depois deram-lhe alta por abandono... fugiu, por acidente... Por isso deram-lhe alta. Passadas umas horas, lá encontraram o homenzinho, morto!

8 — Claro... heim!

9 — Não, mas muitas vezes a questão que está por detrás disto é dizer a verdade ou não dizer a verdade... Seja que situação for... Já Cristo dizia que a verdade não é... não dá alegria... não dá directamente aquela alegria sem esforço. Muitas vezes a verdade, dói. E a verdade... é algo perigoso... algo contundente... Acho que num caso desses os riscos são bastantes mas... Eu não sei...

8 — A verdade prevalece...

9 — Eu não sei... Eu não tenho confiança em mim para dizer, se fosse médico, o que faria numa ocasião dessas.

8 — Acho que a verdade prevalece...

9 — Mesmo que eu soubesse que ele soubesse a doença que tinha, que era capaz de morrer... por causa do sofrimento e tudo...

8 — Acho que...

9 — Não sei se diria a verdade ou não...

8 — Acho que nesse caso, exacto, com a situação de ser o médico talvez me tentaria aconselhar com médicos mais experientes e que já tivessem passado por acontecimentos semelhantes para saber como tinham actuado... claro...

—► Finalmente e ainda mais uma vez, pode-se mentir ou não?

9 — Depende da situação. Eu no caso do médico talvez mentisse.

8 — Exacto...

9 — Para aí 50% de possibilidades para mentir...

8 — Eu aconselhava-me junto doutro médico primeiro, e... segundo as situações.

9 — Eu tentaria todas as hipóteses.

8 — Falar com a família, como já disse e tal...

9 — Se eu mentisse ao paciente... nunca seria um acto meramente impensado. Pensaria aquilo o melhor que podia,

fazia todas as indagações que pudesse e no fim havia uma possibilidade de poder mentir...

8 — É, é... exacto!

9 — Com todas as consequências que isso podia...

8 — Era... era...

9 — É claro que iria incorrer no segredo do paciente e tudo ao falar com outros médicos...

8 — Eu falaria, falaria com outros médicos. Sei que não se deve falar sobre casos mas, concerteza que...

9 — ...É... ...é

8 — Concerteza que já teria algum médico conhecido com mais confiança junto dele... para ver... Concerteza que já teria tido alguma situação semelhante ao longo da sua carreira... e tomaria a atitude que ele teria tomado, logicamente. Só se eu considerasse também muito ilógica a atitude dele.

9 — Exacto!

8 — Algo impensável...

9 — No caso...

8 — ...de modo a nem me prejudicar a mim nem ao próprio paciente.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

9 — Porque é que não se deve mentir! Primeiro, porque nos

sentimos mal. Mesmo que sejam mentiras ligeiras, uma pessoa sente-se mal...

8 — Exacto... sim, sim...

9 — E depois porque se formos apanhados numa mentira...

8 — ...ficamos mal!

9 — Ficamos muito mal!

8 — ...mas, mas...

9 — E são coisas que demoram muito, mas muito tempo...

8 — Prontos!

9 — ... a irem ao sítio.

8 — Eu defendo que existe aquela mentira vulgar, que não prejudica ninguém.

9 — Exacto!

8 — A essa mentira tudo bem. Eu acho, considero mentira quase de brincadeira que não é para prejudicar ninguém. Agora existe mentira mesmo para prejudicar e eu sou totalmente contra essa, e essa poderá causar dentro de nós alguns remorsos.

9 — Daí que eu... utilizo bastante aquela. Não é a própria mentira, mas a omissão...

8 — Exacto...

—▸ A propósito do colega que te pediu segredo. O professor perguntou-te se sabias alguma coisa...

8 — Eu como já disse, anteriormente, tentava não responder, dar a volta à resposta e tal... e fugir o máximo possível.

9 — Para até nem ficar mal na minha consciência, porque a consciência é uma coisa que dá uns chutos dos diabos!

8 — Uma pessoa estar mal consigo própria é péssimo quanto a mim! Dá-se a volta ao professor... Preferia ficar mal numa atitude intermediária, mais ou menos... nem mal com o clega nem com o professor!

9 — Num caso extremo é sempre preferível trair o professor... porque o colega...

8 — O colega é conhecido e muitas vezes é...

9 — O professor não... é um...

8 — É um homem que...

9 — É um bicho que nos apareceu à frente...

8 — Exacto!

9 — Para nos tramar a vida!

8 — ... 2 horas por semana, às vezes 3...

——► **4ª Díade**

ND/E, 6 (Inter.)
+
ND/E, 5 (Inter.)

A – RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

——► Afinal pode-se ou não se pode roubar?

ND/E, 5 (Inter.) — Eu acho que não... Em princípio é contra as leis. Não é?

ND/E, 6 (Inter.) — Eu acho que se pode roubar... Não se deve roubar, mas pode-se roubar... Tanto é que há roubos!

5 — Claro... pelo menos, pode-se roubar, mas acho que não é assim uma ideia muito... Acho que não se devia pelo menos...

6 — Isso, também eu acho que não! É contra a moral... pelo menos. Mas que há roubos... há!

5 — Claro!

——► No tal caso do amigo que está desesperado... e se põe a hipótese de assaltar a farmácia...

5 — Mesmo em último caso só. Porque uma coisa que não deve ser feita é roubar...

6 — Também é contra os meus princípios...

5 — Lá está! Depende dos padrões morais de cada um...

6 — Mas nessa situação... Eu da outra vez parece que respondi que em último caso roubava porque estava em causa uma vida... e não era uma simples burocracia do farmacêutico não deixar, não emprestar dinheiro... para ele era uma coisa insignificante! Prontos! Era capaz, talvez.

5 — Pensando muito bem, em último caso era o que...

—▸ A mulher gravemente doente, cujo homem pobre não tem posses para adquirir o produto que um boticário da vila inventou... acaba por lhe assaltar a casa...

6 — Em princípio não sou muito de acordo com esses produtos...

5 — Eu também não... Ah! Os produtos do boticário? Eu não estou de acordo mas é com o assalto! Acho que pedia a alguém que me emprestasse o dinheiro e comprava o produto...

6 — Bem, eu acho que este é um caso mesmo desesperado...

5 — Também acho que sim...

6 — Acho que se a ciência ainda não conseguiu arranjar um remédio para isso... Penso que o boticário será um charlatão...

5 — Não sabes!... Pode até... sei lá!

6 — Disseram que agora até descobriram um remédio qualquer para a SIDA.

5 — Bem, mas isso agora...

6 — Não sei quê, no Alentejo... A maior parte destes casos...

5 — Lá está! Uma pessoa em último caso se não pode recorrer à ciência, uma pessoa recorre a tudo, não é?

6 — E então, nesse caso, ele assaltava a farmácia...

5 — Assaltava!

6 — E tu assaltavas?

5 — Acho que sim, só em último caso mesmo. Se via que não tinha a hipótese de alguém me emprestar dinheiro, ou qualquer coisa...

6 — Sei lá! É muito difícil!

5 — Claro.

6 — Só perante a situação é que uma pessoa podia ver isso, concreto.

5 — Claro...

6 — Uma pessoa estar aqui a dizer que assalta, assalta...

5 — Lá está!

6 — Não tenho hábitos destes...

5 — Nem eu.

—▸ Trata-se duma situação hipotética...

6 — Se nós estivéssemos na situação dele? Prontos, era um acto desesperado!

5 — Claro...

6 — Que pode acontecer!

5 — Uma pessoa não sabe o que há-de fazer. Vendo a mulher assim a sofrer, acho que fazia isso.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ **Durante um exame crucial recebes um telefonema duma pessoa muito próxima...**

6 — Se me dissessem... que era uma pessoa chegada que queria falar comigo urgentemente... era capaz de deixar o teste... interromper pelo menos...

5 — E depois falar com o professor ou fazer o teste noutra altura... ou pedir para acabar o teste...

6 — Em princípio isso não era possível, se era um teste crucial... mas penso que interrompia.

5 — Acho que sim também! Se fosse uma pessoa mesmo chegada, uma notícia urgente... uma pessoa ficava logo toda baralhada... E até era capaz de não me concentrar para fazer o teste...

6 — Uma pessoa tinha sempre o peso na consciência de não ter atendido!

5 — Exacto!

—► **Se te telefonassem à noite... um amigo que quer falar urgentemente contigo e, não podes sair sem contrariar... ...**

5 — Eu acho que ia ter com ele...

6 — Era difícil fazer isso! Não sei! Ele tinha telefonado a dizer que queria falar urgentemente, não é?

5 — Que gostava de se encontrar. Se fosse falar, falava logo...

6 — Eu penso que tentava sair de casa... mas... tentava primeiro falar com os pais e fazer-lhes ver a situação que podia ser alguma coisa urgente onde fosse necessário nós intervirmos...

5 — Claro... e...

6 — Se eles continuassem a negar, prontos! Talvez actuasse pela calada!

5 — Era o que eu fazia também.

—► **Porque é que não se deve mentir?**

5 — Porque é que não se deve mentir... Em princípio a mentira não traz grandes vantagens. Uma pessoa mente e calha de ser descoberto, acho que...

6 — Como diz o ditado: "Apanha-se mais facilmente o mentiroso que o coxo"...

5 — ..."que um coxo"...

6 — Se nós vamos mentir...

5 — A mentira vem sempre ao de cima.

6 — Também penso que há mentiras que...

5 — ...que vêm por bem...

6 — Há dois tipos de mentira, mas que possam, ao fim e ao cabo, não trazer más consequências...

5 — Até pelo contrário...

6 — E vir até beneficiar alguém e não nos prejudicar... Há outras que nos beneficiam e que trazem prejuízos para outros... mas em princípio não se deve mentir...

5 — Eu acho que sim...

6 — Mas acontece sempre...

5 — Mas prontos!

6 — ...Por...

5 — Há sempre situações em que uma pessoa mente, mesmo até inconscientemente... Estou a dizer qualquer coisa ou sei lá!

6 — Isso já será outro tipo de mentiras...

5 — Outro tipo de mentir, lá está! Acho que em princípio não se deve mentir.

—► Afinal pode-se ou não se pode mentir?

6 — Pode-se mentir!

5 — Em certos casos!

6 — Eu acho que sim...

5 — Em certos casos...

6 — Porque há mentiras que não vão magoar ninguém, nem fazer mal a ninguém...

5 — Pelo contrário! Por exemplo, se uma pessoa de quem somos mesmo amigos e sabemos que um familiar dela morreu a quem estava muito ligada... uma pessoa pode tentar mentir para suavizar... o choque à pessoa. Se fosse o marido duma senhora, dizer-lhe "Olhe o seu marido está mal"... chegava ao hospital, dizia-lhe doutra maneira...

6 — Sim...

5 — Em casos destes...

6 — São mentiras para amenizar!

—► No caso do colega que se apoderou dos testes nas vésperas do exame. Que responderíeis ao professor?

6 —Isso era uma mentira, que não fazia mal porque fazíamos como se não tivéssemos ouvido, não é? Sabíamos... se não divulgássemos, pelo menos!

5 — Claro...

6 — Se ficasse só para nós... e se não influenciasse nada... Agora se andássemos a espalhar e a dizer ao professor que não sabíamos nada depois havia... Já era um caso mau! Mas, por exemplo, se ele não dissesse que tinha conseguido os testes e disse para guardar segredo... Se não dissermos a mais ninguém e nenhum outro colega ficasse a saber a notícia, disséssemos ao professor que não sabíamos de nada... actuava como se não soubesse de nada.

5 — Pois! A não ser que o professor descobrisse alguma coisa! Então... acho que pronto! Considerava-me culpado, por exemplo!

6 — Se alguém, se...

5 — Se, por exemplo, eu e tu soubéssemos o teste e se o professor soubesse que nós sabíamos o teste ou qualquer coisa... se ele nos ameaçasse que anulava o teste a todos... eu dizia por exemplo, que sabia o teste. Anulava-me a mim o teste... e acho que os outros não tinham culpa de nada...

6 — Pois, se não soubessem mesmo... Agora se estivessem todos cúmplices...

5 — O que é um bocado...

6 — É o que geralmente acontece... Uma turma tem um teste... e o professor vai dar o mesmo teste doutra turma. Eles comunicam-nos... ninguém teria que se acusar. Não é um roubo... ou melhor acusavam-se todos!

6 — Se houvesse algum problema!

5 — Exacto!

6 — Tomavam a responsabilidade em comum.

5 — Acho que sim!

——▸ **5ª Díade**

ND/E, 12 (Inter.)
+
ND/E, 11 (Inter.)

A – RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE

—▸ Afinal em que ficamos, pode-se roubar ou não?

ND/E, 12 (Inter.) — Bem, roubar acho que não, não se pode roubar. É uma lei que nos é imposta pela sociedade, não se pode roubar. Só que há casos, casos extremos quando as pessoas estão desesperadas e não têm que comer...

ND/E, 11 (Inter.) — Então não é, "não se pode roubar", mas "não se deve roubar".

12 — "Não se deve roubar", sim. Até aí estou...

11 — Estás a ver a diferença entre "não se pode" e "não se deve".

12 — Poder, pode-se sempre. Dizem que não se pode mas poder pode-se sempre. Cada um faz o que...

11 — O dever é que...

12 — O dever é que é diferente. Agora eu creio que as pessoas quando estão... pelo menos roubar para comer, para subsistir... para isso pode-se dar um desconto se estiver em causa a subsistência da pessoa.

11 — Não deveria ser necessário roubar. É necessário para muita gente porque não tem com que subsistir, mesmo assim eu não estou de acordo.

12 — Sim, tudo bem... de acordo também não estou. Se os bens estivessem melhor distribuídos acho que não haveria tanta necessidade, não é? Se há uns que esbanjam e têm muito dinheiro e podem comer do bom e do melhor há outros que não têm isso. E como isto está mal distribuído e como há muita pobreza e riqueza ao mesmo tempo... Prontos, acho que os pobres têm que se defender de alguma maneira, têm que comer de alguma maneira!...

11 — Sim e roubando!

12 — Roubando, se não houver outra hipótese é essa que se apresenta.

11 — Por acaso é a realidade.

12 — É a realidade.

11 — Só que...

12 — Quê, que?

11 — Não está bem. Não está correcta a realidade.

12 — Mas quanto a isso não se pode fazer nada. De imediato...

11 — Pode! Poder pode. O que é preciso é que se queira fazer e muita gente não quer porque está bem assim, porque pode esbanjar e...

12 — Pronto! Mas tem havido até várias, não direi instituições... quando há algum desastre ou qualquer coisa do género...

11 — Catástrofes...

12 — Ou para a UNICEF ou lá o que é em que há donativos. Alguns dão donativos...

11 — Muitas vezes...

12 — Mas nem sempre...

11 — Muitas vezes esses donativos... Os de cá preocupam-se mais do que se passa lá fora do que se passa cá dentro.

12 — Ah! Isso é!

11 — É quase sempre assim!

12 — Nisso estou de acordo. Agora a maior parte das vezes os donativos até nem fazem...

11 — Muitas vezes também, os de cá seguem-se pelos actos dos de outros países. Muitas vezes é assim...

12 — Sim, mas a maior parte até dos donativos nem podem sair da maior parte dos que têm grandes fortunas. São pessoas com uma economia média, creio eu. Às vezes sai mais...

11 — Há sempre países mais evoluídos que têm mais posses e que ajudam os mais diminuídos.

12 — Mas também há miséria nesses países...

11 — Claro! E porque é que há miséria também?

12 — Lá está! Para mim é porque há uns a roubar e outros coitados também têm que roubar para equilibrar como tu disseste...

11 — Pois, está tudo mal distribuído!

12 — Só que há alguns que roubam mais do que outros!

11 — E há os que roubam e não precisam. Esses tais que roubam e têm mais que outros.

12 — Só que isso não devia ser assim.

11 — Há muita coisa que não devia ser assim, mas é. Temos que encarar as coisas...

12 — Só espero que nenhum de nós chegue ao ponto de roubar por precisar!

—▸ **No caso do amigo desesperado que pede um calmante e punha-se a hipótese de se assaltar a farmácia...**

12 — Se não houvesse outra hipótese eu assaltava.

11 — Eu não, não assaltava. Como já tinha dito não assaltava a farmácia.

12 — Compravas o calmante?

11 — Mesmo que não tivesse dinheiro... Pondo a hipótese de que não tivesse nada e que o quisesse ajudar eu não assaltava a farmácia.

12 — Mas, quer dizer, deixarias o rapaz...

11 — Nem o deixava suicidar-se. Tentava ajudá-lo de alguma maneira.

12 — Mas se não fosse possível. Se ele insistisse que se não tivesse o calmante que se suicidava... E suicidava-se mesmo, não é?

11 — Era preferível...

12 — Não assaltavas...

11 — Era preferível amarrá-lo a uma cadeira. Tentava mesmo...

12 — É uma saída!

11 — É uma saída. Tinha que ser, tinha que ajudá-lo e devia ajudá-lo de alguma maneira. Não assaltava a farmácia, porque não assaltava a farmácia. Estava posta de parte... Se não tivesse dinheiro e não tinha como lhe oferecer o medicamento, teria que assaltar a farmácia. Mas assaltar a farmácia é que eu não assaltava. Não podia arranjar o medicamento tinha que...

12 — Geralmente...

11 — ...arranjar outra solução.

12 — Geralmente, geralmente se acontecesse isso acho que nenhum de nós pensava em assaltar a farmácia, acho que falando com a pessoa da farmácia ele arranjava o calmante, acho eu.

11 — Talvez não!

12 — Sim, se ele não arranjasse!

11 — O que é o mais possível!

12 — Na minha terra...

11 — Se fosse uma pessoa...

12 — Na minha terra não é. Se eu pedir qualquer coisa e for preciso de momento eles por acaso... Não é como o Porto. As pessoas são mais conhecidas... não há problema.

11 — Mas assaltavas a farmácia?

12 — O quê? Se fosse caso disso? Então pá! Não sei. Mas naquela altura eu creio que sim, mas se não o pudesse amarrar à cadeira, se não lhe pudesse fazer nada... O que é claro é que assaltando a farmácia...

11 — Mas era possível fazer qualquer coisa! Sem ser assaltar a farmácia.

12 — No momento não se sabe!

11 — Tinha que ser!

12 — Tinha que ser! Não mas...

11 — Não há só um caminho. Uma pessoa tem...

12 — Mas depende também...

11 — Mesmo que não haja tem de arranjar outro.

12 — No caso, no caso...

11 — Mesmo que não haja!

12 — No caso assaltar a farmácia até um ponto! Depois explicava, depois de salvar o amigo...

11 — E valia a pena? Achas que o pessoal ia acreditar em ti?

12 — Acho que sim.

11 — Tinhas credibilidade?

12 — Acho que sim, acho que sim. Por um calmante acho que sim. Ou então, se eles vissem a situação...

11 — Era um assalto!

12 — Era um assalto, sim. Mas se...

11 — Por um calmante ou por uma pastilha elástica!

12 — Era um assalto na mesma. Mas se vissem, ou viessem a ver, como conclusão... que foi por causa daquilo. Se eles percebessem a história, acho que sim.

11 — E se fosse mais dum calmante?

12 — Se fosse mais dum calmante, quê?

11 — Se fosse por assaltar a farmácia... não por um calmante mas por um medicamento mais pesado?

12 — Mais pesado? Se for um comprimido, acho que sim, agora caixas de comprimidos ou até, quem diz isso, diz o dinheiro da farmácia, isso não... Isso aí tinha que arranjar outra solução... Dava-se uma pancada na cabeça e ele desmaiava!

11 — Mas era roubo de qualquer maneira.

12 — Eu sei que era roubo. Só que por um calmante ou um comprimido para tentar remediar a situação e depois as pessoas irem... acho que compreendiam, creio eu que compreendiam, depende das pessoas, dos farmacêuticos e tudo... Se vissem a situação... tudo bem. Agora se for por muita quantidade de medicamentos ou outra coisa qualquer, isso aí é que não dava para perceber.

11 — E se depois de tu assaltares a farmácia (estou a por

as questões) lhe desses o medicamento e ele no dia a seguir estivesse na mesma situação?

12 — Ah! Não fazia!

11 — Não assaltavas outra vez?

12 — Não assaltava. Aí, não assaltava.

11 — Porquê?

12 — Porque aquilo era um caso extremo mesmo... Que acontecesse aquilo...

11 — Mas no dia a seguir também podia ser um caso extremo!

12 — Mas se eu depois de assaltar a farmácia...

11 — ...ele dizia que se suicidava! Era um caso extremo!

12 — Era um caso extremo... Só que depois de satisfazer o desejo, se eu não conseguisse fazer mais nada, se eu não conseguisse falar com ele ou amarrá-lo a uma cadeira ou outra coisa do género... tinha que ser e tinha que ser, pronto fazia... Depois tinha que ter conversa com ele que nunca mais lhe fazia, que ele tinha de se emendar...

11 — E ele suicidava-se...

12 — Oh! Pá! Aí, não sei. Não assaltava 2ª vez, senão era uma festa! Era assaltar só em caso extremo, em caso único.

11 — Não assaltavas mais do que uma vez?

12 — Não. Nada disso.

11 — Eu não assaltava de qualquer maneira.

12 — Pronto! É opinião diferente!

11 — Porque depois podia acontecer isso também.

12 — Acontecer o quê? 2ª vez?

11 — Claro...

12 — O quê? Tornar-se um hábito dele? Habituar-se a isso?

11 — E se não seria pior, tornar-se um hábito para nós.

12 — O quê?

11 — Assaltar!

12 — Não. Acho que não. Num caso destes acho que...

11 — Não sabes? E se depois outro amigo te pedisse a mesma coisa... Assaltavas?

12 — Malandro, estás-me a lixar!

11 — Talvez!

12 — Não sei, não.

—▸ E quanto à mulher gravemente doente cujo marido pobre assaltou a casa do boticário para adquirir um produto terapêutico?

12 — Lá está! É sempre...

11 — É um roubo!

12 — É um roubo!

11 — É um furto!

12 — Não, mas isto já é outro caso!

11 — Será outro caso?

12 — Quer dizer, é a mesma coisa...

11 — É um caso de roubo!

12 — É a mesma coisa que o caso anterior mas pronto! Se ele... na mesma noite ou então no mesmo dia... se ele tivesse uns dias que soubesse que ela aguentava acho que devia tentar arranjar ou com os familiares ou com os amigos ou até fazer, como às vezes se faz, pedidos tipo "colectas" por todas as pessoas para curar alguém...

11 — Se o homem fosse um charlatão?

12 — Quem? O marido dela?

11 — Não, o boticário.

12 — Ah! O boticário!

11 — E se aquele remédio era só para o enganar?

12 — Ele aí, ele aí numa situação dessas uma pessoa agarra-se a tudo, não é? Agarra-se às esperanças todas.

11 — Não podia o boticário também estar a assaltar o homenzinho?

12 — Sim, às vezes acontece isso. Fazer medicamentos fictícios que não fazem bem a ninguém e vendê-los às pessoas a dizer que cura e às tantas até pode fazer pior. Isso também é um caso quase como assaltar. Agora em relação ao homenzinho em ultíssimo caso não desaprovo totalmente.

B — RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Durante um exame crucial recebes um telefonema urgente duma pessoa que te é muito próxima...

12 — Há duas opções que acabariam por ser a mesma. Se for alguém que a gente identifique mais, que goste mais, a namorada... mas há namoradas e namoradas.

11 — Eu não concordo!

12 — Eu concordo!

11 — Eu não concordo!

12 — Então deixa-me acabar!

11 — Não concordo com o que estás a dizer.

12 — O quê? De que há namoradas e namoradas?

11 — Sim.

12 — Ah! Já não é bem...

11 — Podia ser outra pessoa qualquer que dissesse que precisasse da minha ajuda.

12 — Tudo bem, mas ainda não cheguei lá.

11 — Até nem se suicidava se eu fosse lá...

12 — Mas ainda não cheguei lá. Estou a dizer que se fosse tal pessoa que eu gostasse mais e que me identifico com ela e assim... mal ela dissesse isso ia logo a correr. A outra pessoa iria, mas iria porque vale mais a pessoa do que um exame. Mas sendo uma pessoa com quem não tenho intimidade iria mas, por dentro, contrafeito. Mas iria na mesma.

11 — E depois sentirias remorsos...

12 — Iria na mesma!

11 — Se a pessoa se salvasse e nem te ficasse agradecida e...

12 — Ai! Uma pessoa estranha que não me ficasse agradecida de eu ter perdido o exame?

11 — E se tu pensasses que podias ter feito o exame e seguir a tua vida?

12 — Ficaria, ficaria acho que sim! Se fosse uma pessoa estranha ao meu ambiente. Se fosse uma pessoa a quem eu, já nem falando em namoradas, tenha amizade e que fale e conheça um bocado bem, aí pronto! Mesmo ficando mal agradecida acho que...

—▸ **O caso do amigo que telefona a altas horas da noite com urgência e não te é fácil sair de casa...**

12 — Pegava a chave e ia embora.

11 — Eu acho que tentava ajudá-lo.

12 — Primeiro tentava falar com ele... para sair... o que se passa...

11 — Porque é que não havia de deixar? Acho que mesmo que não deixasse eu forçava!

12 — Ah! Isso sim, estou de acordo. mas eu creio que numa situação destas...

11 — Não devemos deixar que ninguém nos passe por cima, mas também não devemos passar por cima de ninguém.

12 — Estou de acordo.

11 — Mas, lá está! É um caso em que possivelmente passava por cima da opinião do meu pai se não me deixasse sair.

—▸ **Afinal pode-se mentir ou não?**

12 — Já tinha dito anteriormente que se pode...

11 — E eu tinha dito que não se pode. (Risos) Ou que não se deve...

12 — Que não se deve, lá está! Não se deve mentir mas pode-se. Aliás, eu já disse que o que se faz mais hoje é mentir. Mente-se mais do que se diz a verdade. E prontos! Já é um vício. As pessoas agora por qualquer coisa mentem. Nem que seja por brincadeira.

11 — Sim, e por isso é que...

12 — Temos um dia em que se mente só. É o dia 1 de Abril. Está quase. Aí só se mente mas é diferente! Mas as pessoas fazem do 1 de Abril, todos os dias.

11 — Isso é verdade!

12 — Embora não seja tão...

11 — Só que entre mentir, poder mentir ou dever-se mentir...

12 — Deve-se mentir? Não se deve mentir... Às vezes é preciso, é necessário... Às vezes é necessário mentir.

11 — É?

12 — Às vezes é!

11 — Quando? Acho que nunca é necessário mentir.

12 — Nunca é necessário? Às vezes é. Quanto mais for uma mentira mais ela se aproxima da verdade...

11 — (Sorri) Podemos ver as coisa assim, mas isso já é mais filosófico e mais complicado.

12 — Mas às vezes sente-se necessidade de mentir... para safar alguma coisa... por exemplo...

11 — Partes o vidro duma montra. O homem pergunta-te, chega a polícia e tal... se tu partiste o vidro, que dizes?

12 — O vidro duma montra é diferente. Sou capaz de dizer que sim. Sou capaz! Não sei! Na altura...

11 — Ou que atiraste uma pedra a alguém e que a feriste até... Que ela morresse...

12 — Eu estou a dizer, mentir em defesa doutros. Em defesa do próprio, não sei. Se tens alguém na família que matou alguém, por exemplo (não leves a mal), e vão a tribunal e tu és chamado para testemunhar... Sabes que fez isso, e vais encobrir ou dizer a verdade? Até sob juramento?

11 — Achas que devemos ser responsáveis pelos actos dos outros?

12 — Não devemos ser, mas chamam-nos a falar sobre os outros. Aí pesa muito a amizade.

11 — Mas aí é ser responsável pelo acto do outro e responder por ele ou protegê-lo como ele se protege a ele próprio.

12 — Pronto! Ias protegê-lo ou não? Pensa bem.

11 — Já pensei... acho que... dessa maneira...

12 — Não protegias?

11 — Não protegia.

12 — É frio o moço!

11 — É difícil, mas... Não podemos ser responsáveis por tudo o que passa. Se fosse responsável pelo meu pai tinha que ser responsável pelo meu vizinho, pelo...

12 — Eu sei que não, mas pensa uma coisa, se fosse ele a ir lá, era capaz de mentir até, com juramento diante de todos para te... sabendo que não fizeste aquilo por maldade! Acho que não devemos ligar tanto e tanto pelo não se deve mentir porque há outras condicionantes. Há o afecto por uma pessoa e isso afecta muito. É um afecto que afecta muito porque... Sei que é mau, até sob juramento estar a dizer "não, ele não matou", "aconteceu assim"... Sei que é mau mas, estás a condenar praticamente uma pessoa que te é muito querida e que vais passar, se calhar, a não ver durante muito tempo... Acho que isso custa mais do que uma mentira.

11 — Imagina que...

—▸ A propósito do colega que nas vésperas do exame entrou no gabinete...

12 — A partir de roubar, ser egoísta e não ajudar os outros... Já aconteceu isso. Às vezes há pessoas mesmo aflitas. Eu já fiz isso a uma pessoa que precisava da nota, senão reprovava. Mas isso é diferente...

11 — É diferente porquê?

12 — É diferente porque eu fiz o teste.

11 — Mas os outros ficaram em desigualdade.

12 — Ficaram em desigualdade perante ele, mas o moço precisava da nota e brincou mais um bocadinho durante o ano...

11 — E os outros se calhar não brincaram!

12 — E não brincaram, estudaram, esforçaram-se, tudo bem. Mas, pronto! Naquele momento era muito meu amigo, ele pediu-me e eu fiz-lhe o teste para ele passar e prejudiquei a minha nota...

11 — Ficaste arrependido?

12 — Não, não fiquei arrependido. Foi um pontinho para mim não interferiu enquanto que para ele sim. E quanto ao roubar o teste também já aconteceu. Um colega ter roubado e deu à turma toda...

11 — Somos todos solidários a copiar no teste?

12 — Copiar no teste, acho que sim.

11 — Quê?

12 — É a mesma coisa.

11 — É a mesma coisa que roubar o teste e ficar com ele só para nós.

12 — Eu nunca fiz isso até este ano e nunca gostei.

11 — Copiar no teste?

12 — Sim. Mas fiz isso num teste de geometria que até te disse...

11 — Eu também já fiz isso. Nunca gostei e agora muito menos...

12 — Nunca gostei também. E agora prefiro...

——► **6ª Díade**

ND/E, 10 (Inter.)
+
ND/E, 1 (Inter.)

A — RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal pode-se ou não se pode roubar?

ND/E, 1 (Inter.) — Poder, pode-se...

ND/E, 10 (Inter.) — Poder, pode-se...

1 — Só que as consequências...

10 — Os nossos riscos...

1 — É lógico!... Se ele rouba... depois é sempre... Podemos ser apanhados. É uma coisa que nos pode prejudicar. É isso!

10 — Temos que respeitar as leis. Noutro dia houve uma coisa que me perguntou... por causa das leis... Eu disse que devemos respeitar as leis mas isso não impede que não tenhamos as nossas opiniões! Mas temos de respeitar as leis senão corremos certos riscos...

1 — Sim, mas as leis acerca de roubar estão certas... Quer dizer, roubar é uma coisa... uma coisa que tem de ser penalizada...

10 — Heim!... mas... se...

1 — Não pode haver outra regra a não ser a penalização, acerca do roubar...

10 — Acho que sim...

1 — Roubar é uma coisa... roubar é tirar a uma outra pessoa, que tanto pode estar a necessitar tanto como nós...

10 — E nessa altura só pensamos em nós...

1 — Em nós, e não pensamos nos outros... que podem estar a ser prejudicados também!

10 — É... acho que é isso...

1 — É... é...

10 — Eu nunca roubei...

1 — Nunca roubei... (Risos) ...sim, quando era pequeno de vez em quando...

10 — Nós às vezes fazemos os nossos roubinhos, mas são coisas...

1 — São coisas insignificantes!

10 — Coisas sem significado...

1 — Não tem nada a ver com...

10 — Isso para nós... Se calhar nem são...

—► Cada qual faz aquilo que lhe parece?

10 — Eu acho que as coisas se tornam mais... não sei!... Às vezes as pessoas começam naquela brincadeira de roubar por roubar e depois... torna-se um vício e quando querem alguma coisa dizem: "eu vou ali, roubo aquilo não há problema... não me fazem nada!"

1 — Às vezes...

10 — Muitas vezes, é isso!...

1 — Já se torna um vício... não é? Já é uma coisa que!...

10 — E como fizeram a primeira vez e não foram repreendidos, fazem a 2ª e a 3ª...

1 — E até gostaram... É uma coisa que vale o risco... emoção... cada vez...

10 — E depois junto dos colegas, até é engraçado, riem-se e tal...

1 — Contam-se as aventuras... não sei quê, roubei, não sei quê, fui apanhado e pronto! Cada vez é maior...

10 — Eu, eu prontos!... normalmente... normalmente não, eu não gosto de tirar as coisas... Uma vez, por acaso foi engraçado, roubei e depois fui roubado... Estava em Londres tinha comprado umas coisas e tinha trazido um "Sua..." um desses bonequinhos que na altura eram engraçados...

1 — Sim...

10 — E então trouxe... mas nesse dia fui roubado e roubaram-me as coisas que eu tinha roubado... Foi o máximo!

1 — Nunca mais...

10 — Portanto, fui perdoado...

1 — Essas coisas de roubar!... Mas são coisas insignificantes, não é? Se formos comparar com roubos de bancos ou de pessoas... carteiras...

10 — Mas isso ficou-me de emenda!

1 — Nunca mais... Eu também roubar... nunca, lojas... não. Só quando era pequeno de vez em quando uma "cantitas", uns "locais"... que eram mais engraçaditos e o caraio!... Não tinha, então roubava!... Os outros roubavam-me a mim também. Era assim...

10 — São coisas insignificantes...

—► Com tal que não se seja apanhado pela justiça, segundo entendi...

1 — É, é...

10 — Na engrenagem de se estar sempre a roubar... Isso acho que não...

1 — Não!

10 — Mas se for na brincadeira não terá grande problema!

1 — Não tem grande problema.

—► Pelo que vejo sobre este assunto estão de acordo?

10 — Sobre isto... concordamos. Mas há muitas coisas em que estamos em desacordo...

—► Por exemplo...

10 — O ano passado, quando houve aquela crise no Golfo, a maior parte das pessoas estava do lado dos americanos. Apesar de terem os seus interesses, foram ajudar o Kowait... mas ele não, era contra os americanos...

—▸ **Aparentemente é uma espécie de roubo que...**

1 — É! É um roubo, e não só...

10 — E nós agora vemos que ele, no fundo, tinha uma certa razão.

1 — Quer dizer... o que tinha em tese era que os americanos foram lá proteger o Kowait que é um país rico...

10 — ...pelo petróleo...

1 — Pelo petróleo... mas se fosse um país mais pobre como está a acontecer no caso de Timor... não se importavam e deixavam passar... só se importaram com os seus interesses... roubaram quase... é tudo deles...

—▸ **Temos então um caso de roubo!**

10 — Pois...

1 — Pois, é um roubo... eles invadiram um país, roubaram tudo... sim... Pode-se considerar um roubo... mas os outros também...

10 — É o que se passa com Timor...

1 — Com Timor...

10 — A Indonésia e a Austrália apoderam-se de Timor...

1 — No caso do Iraque... Acho que deviam fazer o mesmo com a Indonésia... Lá por ser um país poderoso... as regras são iguais para todos!

—▸ No caso do amigo em estado grave... assaltavam a farmácia ou não?

10 — Eu estava em não assaltar a farmácia...

1 — Só em último caso!

10 — Não. Eu acho que não. Uma pessoa tentava conversar com ele e através do diálogo... tentávamos dissuadi-lo de tomar o medicamento. Muitas vezes a...

1 — De tomar o medicamento? Se fosse uma coisa muito importante... estás a ver? Mas também só em último caso. Ele pedia-nos a nós, tínhamos os pais, os amigos... podíamos pedir-lhes dinheiro...

10 — Claro, claro...

1 — Mas mesmo só no último caso... é que uma pessoa assaltaria. Mas é muito difícil...

10 — Não, eu não assaltava...

1 — Não... não...

10 — Pedia, pedia...

1 — É muito difícil... Sim, só se o dono da farmácia também colaborasse... mas em último caso, em último caso...

10 — Não, eu não assaltava.

1 — Não, em último caso, era capaz!

10 — Não!

1 — Em último, só em último caso... e para chegar ao

último caso é muito difícil. Primeiro tem de passar pelos pais, podem emprestar o dinheiro... pelo gajo da farmácia...

10 — Normalmente nessas situações há sempre alguém que facilita... Não sei!

1 — Mas às vezes acontece que uma pessoa naquele momento que precisa ninguém nos dá facilidades... uma pessoa transtorna-se... e vem mesmo ao último...

10 — Também conforme o medicamento! Claro!

1 — Pois, se for um medicamento muito importante... estás a ver que isso...

10 — Pode ser um medicamento vital!

1 — Pois...

10 — Mas por exemplo se for droga...

1 — Pode ser muito caro!

10 — Se for droga!

1 — Ah! Isso já é outro caso. Aí já não! Isso é um vício em que já não tem nada a ver com... Ele tem de se controlar... e não tem nada que pedir. Se se droga é com ele... Se se quiser drogar tem que arranjar para ele...

10 — Mas, muitas vezes, eles não pensam nessas coisas...

1 — Pois, mas tem que começar a pensar... Pois é! É uma coisa que está a prejudicá-los...

10 — Mas eles muitas vezes estão tão obcecados com tais problemas...

1 — A prejudicar a eles e aos outros!

10 — Que já nem se apercebem de nada. Já nem têm consciência do que é certo e do que é errado.

1 — Sim, há sempre aqueles momentos de lucidez em que eles têm de pensar... que estão a prejudicar os pais, a família, os amigos quando estão a roubar...

10 — Saiem duma e metem-se noutras... Não é às vezes, é quase sempre!

1 — Pois, mas há sempre aqueles intervalos, mesmo pequenos eles têm que... Porque é que há aquelas pessoas que passados uns anos conseguem sair daquele "melodouro"?... Começam a pensar, a ver a sua vida para trás, uma miséria do carago... e mudam-se! É lógico. Têm de se mudar! Não é vida nenhuma!

10 — Mas nós pensamos assim! Mas sabes lá se eles pensam assim?

1 — Não sei! Claro... pois... Eles não pensam assim e morrem mesmo com a droga, isso é lógico! É como roubar. Alguns pensam que roubar é porreiro...

10 — E outros que não!

1 — Que nunca ninguém os apanha e depois chegam ao fim e acabam até por se lixar... por ir para a cadeia... ou morrer num assalto ou coisa assim parecida, portanto! As pessoas é que têm de se mentalizar das coisas que estão a fazer!

10 — Portanto, tu assaltavas em último caso!

1 — Só em último caso! Mas também para chegar ao último caso, como disse, é muito difícil!

10 — Pois... é claro...

1 — É mesmo muito difícil!

10 — É quase impossível!

1 — Mas se fosse o último caso, era capaz.

—▸ **O caso da mulher cancerosa, cujo homem pobre assaltou a casa dum boticário que na vila onde moram, inventou um produto para o cancro!**

10 — Esse já é um caso mais concreto... Não sei! Nesse caso, não sei... mas acho que num Estado democrático o homem podia dirigir-se a uma entidade do Estado e pedir ajuda... porque normalmente essas pessoas...

1 — Mas como é o caso de boticário é mais difícil. Não é coisas que se encontrem na Farmácia.

10 — Sim, mas há casos! Como por exemplo, houve um medicamento que foi feito cá no Porto numa farmácia para uns miúdos que estavam...

1 — Eu sei, com SIDA...

10 — Com SIDA... e acho que o Estado comparticipou nesses medicamentos!

1 — Sim, mas no caso duma pessoa ser muito pobre, não é?... E, às vezes, também tem muito a ver com o boticário! O boticário também pode ser que as pessoas se aproveitem...

10 — Se calhar... Eu se calhar era capaz... Prontos! Uma pessoa... a esposa está com cancro. Nós não estamos a pensar

como devíamos, friamente. Estamos a pensar... estamos de certa maneira dentro do problema... e não pensamos duma maneira mais correcta... E então como queremos... se aquele produto for mesmo para curar nós até somos capazes de... não sei!

1 — Claro... se for mesmo para curar... o marido está a ver a mulher a sofrer, acho que ele não pensa em nada...

10 — Pois, é isso...

1 — Acho que é roubar. Logo, caso o boticário não facilite as coisas... não esteja a ver...

10 — Ou telefonar para uma pessoa amiga que tenha posses e que...

1 — Sim, mas também é um bocado difícil, porque uma pessoa é pobre... É um bocado difícil!

10 — É pobre... é pobre!

1 — É pobre... é pobre... e que em último caso, acho que ele rouba logo...

10 — Eu também!

1 — Acho que nem pensa, é logo. Ninguém vai ver as consequências.

10 — Somos, outra vez, da mesma opinião!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ E quanto ao telefonema urgente duma pessoa muito próxima durante um exame crucial?

10 — Eu tento falar com o Professor... para ver se ele me arranja outra data para o exame... porque eu sou assim. Estamos na escola mas temos outros problemas que não são da escola...

1 — Eu acho a mesma coisa. Eu acho que podia chegar à beira do professor... e dizer "olhe não vou ao teste"... Não vou ao teste e acabou, não interessa saber se o vou fazer outra vez ou não...

10 — Pois...

1 — Caso eu faça, melhor para mim...

10 — Mas normalmente eles fazem isso, quando é um caso de vida ou de morte.

1 — Exactamente... Eu acho que ele facilitaria... mas caso não facilitasse, num caso extremo, eu não iria ao teste...

10 — Se fosse na P.G.A. eles não podiam fazer, porque não vão fazer uma P.G.A. só para nós...

1 — Pois não! Por exemplo, no caso da morte duma pessoa já sabemos que nunca mais vamos poder falar com ela enquanto que num teste... pode-se esperar. Há muitos testes!

10 — Pode-se esperar. Eu faltava...

1 — Uma pessoa faltava logo! Nem se pensa!

—▸ **E quanto ao caso do amigo que te telefona a altas horas da noite... e não te fosse possível sair... Um caso também insólito!**

10 — Para já isso não era possível acontecer-me.

1 — Comigo aliás também não!

10 — Saía pela janela!

1 — Se fosse rés-do-chão!... Mas o amigo também tem de ser uma coisa muito chegada, muito amigo... Se fosse um amigo...

10 — Mas para telefonar para tua casa é porque é um amigo.

1 — Claro! Tem de ser um amigo muito chegado...

10 — E tem de te conhecer senão não te podia telefonar!

1 — E pedir-nos a nós uma ajuda de consciência... Eu acho que pegava na chave e pumba!

—▸ **Afinal porque é que não se deve mentir?**

1 — Pode-se mentir..

10 — Sobre aquele caso de que nos falava noutro dia... Se nós encontrássemos o tal professor, que lhe diríamos... eu mentia. Há alturas em que eu mentia.

1 — Eu acho que também mentia... Eu acho que...

10 — Sobre aquele caso de que nos falava noutro dia... Se nós encontrássemos o tal professor, que lhe diríamos... eu mentia. Há alturas em que eu mentia.

1 — Eu acho que também mentia... Eu acho que...

10 — Era uma mentira saudável...

1 — Não dizias ao professor?

10 — Não...

1 — Pois, é como eu! Ao professor não prejudicava nada... e podia prejudicar o aluno por nós..

10 — Se nós fôssemos contar prejudicávamos o nosso colega que no fundo estava a beneficiar-nos a todos...

1 — Pois. Eu acho que...

10 — E há casos de doença em que, normalmente, o médico ou a família têm conhecimentos de certas doenças... conhece a doença que a pessoa tem e não sei quê... e normalmente há casos muito difíceis em que a pessoa morre e não sabe de que morreu.

1 — Aí não estou de acordo!... Eu acho que quando uma pessoa está doente duma coisa, acho que devia saber... mesmo que...

10 — Há casos e casos...

1 — Mesmo que fosse uma coisa muito... um cancro, ou uma doença muito má. Eu acho que uma pessoa devia sempre saber o que tem... Eu acho que é uma estupidez uma pessoa estar numa cama e uma pessoa dizer: "Ai, vais ficar bom".

10 — Muitas vezes não é uma questão de estar numa cama, mas é uma pessoa aparentemente não ter nada e poder morrer dum momento para o outro e as pessoas quererem que ela goze até ao máximo a sua vida...

1 — Mas não vai gozar...

10 — Se ela vai saber...

1 — Não vai gozar, porque sabendo que vai morrer...

10 — Não, porque ela não sabe que vai morrer! Ela, muitas vezes, pode não saber que vai morrer...

1 — Basta saber que vai morrer... que vai ter uma doença, e que mais cedo ou mais tarde vai morrer... ela vai...

10 — Ah! Nesse caso está bem...

1 — Ela vai...

10 — Quando uma pessoa, prontos! Vai submeter-se a testes... é uma doença que, aparentemente, fisicamente tu não vês, nem sentes...

1 — Que consequência vai ter? Morte?

10 — Não... prontos! Espera aí... Essa pessoa, o médico sabe que ela vai morrer daqui a 3 meses... dum momento para o outro. É uma doença que aparentemente não tem sintomas, nem nada. Ele não diz nada à pessoa para a pessoa poder, ter... continuar a viver a sua vida alegremente como se nada fosse... porque ela própria não sabe o que tem. Nesse caso acho que não dizia, mentia à pessoa.

1 — Não se devia? Devia-se?

10 — Eu acho que mentia nesse caso.

1 — Eu acho que não. Porque senão uma pessoa está... os pais sabem que ela vai morrer, vai tornar aqueles meses de vida, bons, muito bons... com viagens...

10 — Bons? Tu achas que...

1 — Mas ela...

10 — Tu vás-te sentir feliz quando sabes que daqui a 2 meses vás morrer?

1 — Não... mas acho que vou fazer o que mais queria,

sabendo que vou morrer... não é? Eu vou fazer o que mais quero. Enquanto que os meus pais sabendo que eu vou morrer vão fazer... o que eu mais quero! O que eu mais quero!

10 — Tu pensas que... diz qual é melhor: fazer o que tu mais gostas naquele tempo que sabes que vás morrer... ou continuares a tua vida normal, fazendo o que tu gostas sem saberes que tens uma doença...

1 — Não, não...

10 — Achas que... preferes...

1 — Não, acho que não está certo. Uma pessoa está a viver uma vida normal sem nada de importância, sem realizar nada do que uma pessoa mais quer... Enquanto que sabendo-se que uma pessoa vai morrer já sabe que quer fazer aquelas coisas antes de morrer que muito gostaria de fazer...

10 — Não, não...

1 — Gostaria de ir àqueles sítios antes de morrer. Enquanto que se uma pessoa não sabe que vai morrer é uma vida normal!

10 — Mas é sempre melhor uma pessoa não saber que vai morrer...

1 — Chega, morre de repente e não fez o que queria... Estás a perceber? Uma pessoa está a sofrer... e nem sabe porque é que está a sofrer...

10 — Ah! Nesses casos está bem!

1 — Estás a mentir... Acho uma estupidez uma pessoa estar a sofrer e não saber de quê...

10 — Ah! Nesses casos estou de acordo...

4. RESPOSTAS DOS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL

A. PRETESTES E POSTESTES

(Dilemas e Perguntas Capt. 6.2.B.)

ND/C, 1 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Portanto entre salvar o meu amigo e assaltar a Farmácia, talvez escolhesse assaltar a Farmácia, mesmo que acarretasse muitos problemas.

—▸ Porquê?

Podia ser apanhado! Mas era o único recurso de salvar o meu colega e por ser uma vida humana que toda a gente preza!...

—▸ Porque é que a Vida vale muito?

Sei lá! Isso a Vida Humana a nível individual é um universo diferente!... Cada um... deve-se preservar ao máximo sem que isso acarrete outras consequências...É uma pergunta difícil! Uma vida... a minha vida tem a ver só comigo...Eu não gostaria que me tirassem a vida! É valiosa para todos!...Toda a gente tem direito a ela...E quando se tira a vida está-se a ir contra os direitos humanos.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Isso, se a vida dum amigo se é mais importante que a vida dum

estranho já tem a ver com as relações afectivas!... É mais fácil para nós que estamos de fora socorrer um amigo que ir socorrer uma pessoa estranha! Mais fácil não, mas mais rápido. Por um amigo sou capaz de fazer tudo! A gente precisa do amigo para nos apoiarmos.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que uma criança. As crianças em relação ao mundo dos adultos estão mais desprotegidas e não têm, não desenvolveram capacidades de defesa perante a socieddae onde estão inseridos...É necessário salvaguardar a sua vida.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Dependia do meu amigo! Dizia que não sabia de nada por uma questão de fidelidade!...

—▸ É importante manter a palavra dada?

Não sei! Talvez porque uma pessoa sinta necessidade de preservar os amigos que tem e não se querer ver livre deles por esse tipo de situações. Seja por desconfiança do amigo...ou por ele se zangar.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Ao mentir pode-se estar a fazer coisas erradas!...Está-se a fazer uma coisa errada. Tanto se pode que a mentira existe... Julgo que não há nada que crie uma barreira directa a uma mentira. Deve-se ser o mais honesto possível para evitar conflitos....Mas às vezes é necessário mentir para se conseguir algumas coisas. É a lei da Vida!...Alguns políticos enganando toda a gente vão conseguindo o que querem.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

É uma questão de sobrevivência!...É mau porque se retiram bens alheios!... E por outro lado tinha razões para isso, para sobreviver.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Estando a roubar está-se a retirar aos outros o que eles trabalham para adquirir...E roubando retira-se o direito deles usufruirem aquilo que conseguirem durante uma vida!

—▸ Há ocasiões em que se pode roubar?

Não, nunca se pode...O que é, é que há situações que levam a isso, determinados problemas...Não é que se possa, porque nunca se pode roubar, mas faz-se. Mesmo por uma questão de

sobrevivência. Não se pode porque é ilegal. Há leis que punem e por uma questão de ética, de educação.

—▸ É mais importante a Lei ou a Ética?

Talvez a Lei, porque a Lei exerce sobre o ladrão as devidas consequências. Enquanto que a ética, a moral são mais subjectivas...Há pessoas sem escrúpulo nenhum!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a Consciência Moral?

Isso tem a ver com cada pessoa...Há determinados conceitos que a pessoa adquire ao longo da sua vida, a educação...a maneira de se relacionar com as outras pessoas, com a sociedade! Tem a ver com isso! A pessoa cria para ela, para o seu bem estar, certas regras muito subjectivas de pessoa para pessoa... Para não estar em conflito com as outras pessoas não deve fazer, o que acha que é correcto agir de determinada forma.

—▸ Para que servem as Leis?

Têm uma função mais directa em termos de regulamento duma sociedade de milhões. Toda a gente segue...por caminhos mais ou menos tortuosos essa lei. Tenta não infringir porque pode trazer-lhe problemas a nível social ou pessoalmente.

—► São mais importantes as Leis ou a Consciência?

Isso confronta duas coisas importantes. Mais importante directamente é seguir a Lei.

—► Em caso de conflito "Consciência-Lei"?

É interessante seguir a consciência, mas as normas estão acima de todos nós. As leis pesam ou são mais importantes que a consciência.

ND/C, 2 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Tenho que dizer,...primeiro expunha-lhe o problema, que se estava a passar comigo ao Sr. da Farmácia a ver se ele compreendia. Senão, era capaz de pedir ajuda aos meus pais. Devem ter calmantes em casa (sorri). Procurava ajudar e tentava convencê-lo a não fazer nada...E procurava ajuda também nos pais dele...
Entre tomar estas decisões e assaltar a Farmácia tomava esta sem pensar duas vezes.

—► O que estava em causa era a vida dele...

Sim, mas ele também não se ia matar dum momento para o outro. Eu estava com ele sempre e acompanhava-o. E também eram os valores morais um bocado...

—► Porque é que Vida vale muito?

A Vida? É importante... porque é a única que temos. Acho que não tem explicação. Não consigo explicar isso.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Para mim, uma vida é igual... seja que vida for... Mas para mim o mais importante é a vida dum amigo. Morrem milhares de crianças por dia e uma pessoa nem chega a reflectir nisso...mas se fosse um amigo era um transtorno muito grande porque estamos ligados a eles. Se fosse um amigo meu sentia muito. Era a mesma coisa que morresse o meu pai. Sim, há uma ligação forte!

—▸ É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

A pessoa famosa, por exemplo um artista ou um cientista...Eu penso assim. Se fosse uma pessoa que tivesse um papel que pudesse salvar outras mais pessoas...como a Madre Teresa de Calcutá! Ela está a fazer o bem todos os dias! Eu acho que aí era preferível morrer a criança, embora nunca seja agradável morrer ninguém. Mas se fosse agora um artista, um cantor, artes plásticas etc. era preferível morrer o artista porque uma criança não sabe o que pode vir a ser ou fazer. É uma esperança!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Era capaz de encobrir o amigo. Dizia que não sabia de nada.

Se ele descobrisse era capaz de anular o ponto ao amigo. Eu aí também não pensava duas vezes. Protegia o amigo!

—► **Porque é que se deve manter a palavra dada?**

Além do respeito e da seriedade é um amigo! E sendo amigo já estamos a dever-lhe isso...Acho que nunca se deve faltar à palavra a um amigo.

—► **Porque é que não se deve mentir?**

Depende das mentiras!...Uma pessoa parte do princípio de que mentir é sempre mau...Nunca se deve fazer, mas há mentiras, há situações em que uma pessoa tem de mentir ou é preferível mentir a dizer a verdade!
Pode-se mentir sempre. A nossa consciência é que diz. Já me aconteceu mentir mas por ser melhor para a pessoa.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► **Que te parece?**

Teoricamente fez sempre mal! Mas se eu estivesse numa situação dessas, desesperada, nunca sei como poderia reagir assim. Porque há centenas de casos assim. Eu não conheço nenhuma pessoa! Estas pessoas também antes de ter acontecido isto, também eram capazes de pensar que não faziam isto. Mas devem ter atingido uma situação tal que as levou a is-

to!...Mas se eu estivesse numa situação destas tentava ao máximo para procurar resolver os problemas doutra maneira, sem fazer isto.
Antes de roubar...devia pedir ajuda.

—► Porque é que não dvee roubar?

Está-se a tirar coisas que as outras ganharam!...Estamos a ganhar dinheiro à custa dos outros. Não me parece correcto porque os outros esforçaram-se para ganhar aquilo que é deles. E nós, não sei!

—► Há situações em que se pode roubar?

Não! É como no Robin dos Bosques: roubar aos ricos para dar aos pobres. Há muita gente rica que rouba na nossa sociedade à custa dos outros.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a Consciência Moral?

Para mim é o que a nossa consciência, as regras da nossa consciência, nos dizem para fazer ou não fazer...Todos somos diferentes uns dos outros. É uma coisa que se educa...

—► Para que servem as leis?

As leis organizam a sociedade onde vivemos, para ter um

padrão. Se não houvesse leis... A lei pode-nos parecer que age incorrectamente, mas não pode abrir excepções para nenhum caso. É uma coisa que se mantém e para manter uma organização...

—▸ **É mais importante a Lei ou a Consciência Moral?**

Para mim, eu ajo perante a minha consciência porque eu também nunca vou pensar agir fora da lei, roubar, ou isso. A consciência moral é mais forte do que as leis, porque está dentro de nós e vem de nós. Enquanto que as leis, uma pessoa sabe que é aquilo assim, e tem que fazer aquilo.

ND/C, 3 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ **Que te parece?**

Penso que não...Tentaria outro meio. Ia a outra Farmácia e procurava arranjar o medicamento, mas também não lhe dava assim o medicamento sem mais nem menos...Procurava um médico primeiro. Suponho que os medicamentos não devem ser dados sem receita...Quem sabe se ao dar-lhe o comprimido não estaria a contribuir para a morte dele?

—▸ **Estava desesperado!**

Tentaria acalmá-lo e fazer o possível...

—▸ **Porque é que a vida é importante?**

Ora bem, acho que devemos aproveitá-la o melhor possível. Agora porque é importante é uma coisa difícil de ver.
Cada um de nós tenta fazer o melhor para aproveitar a vida, mas o mais importante da vida suponho que seja ser feliz e viver bem.

—▸ **O que é a Vida?**

É o tempo que nós cá estamos no mundo antes de morrer.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Depende porque às vezes os amigos são os nossos maiores inimigos e uma pessoa estranha, às vezes, pode até salvar-nos a vida num sítio qualquer sem nós a conhecermos. Por isso, depende. Por isso as duas são importantes.

—► É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Penso que seja a duma criança porque essa criança pode vir a ser famosa e tem mais tempo para viver do que uma pessoa famosa.
Também depende da idade da pessoa famosa! Pode ser famosa e ainda ser nova ou já ser de idade. Por isso, se for adulto, talvez a criança tenha mais anos para viver, mas nunca se sabe! Pode ser uma vida comprida e valer a pena viver e ter uma vida comprida, que vale sempre a pena, mas é aquela vida de rotina que não tem interesse nenhum.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Eu não diria nada. Não tenho nada a ver com isso! O professor que guardasse melhor os testes, ou lá o que tinha! Mas penso que o aluno não devia fazer isso. Mas se caçou a possibilidade e não tinha estudado, era o único meio...Em último recurso fê-lo...

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque acho que é a lealdade entre amigos. Não se deve trair um amigo porque ao trair um amigo está a ser o maior inimigo dele.

—► Porque é que não se deve mentir?

Ora bem...depende das situações. Há situações em que o mentir até vem para o bem. Por isso, acho que mentir não é um erro muito grande. Depende das mentiras que forem.

—► Há situações em que se pode mentir?

Penso que sim..., por exemplo, para salvar qualquer situação de juízo!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Parece-me que ele não devia assaltar nada, mas se era mesmo para sobreviver, como dizem!...
Roubar para comer não é pecado. Era o único meio!...Agora se tinha outros meios, acho que fez mal.

—► Porque é que não se deve roubar?

Não se deve roubar porque ao roubarmos os outros estamos

sujeitos a que nos aconteça o mesmo; Que os outros nos roubem a nós...Acho que é uma coisa que não se deve fazer. Está na moral comum de todas as pessoas.

—▸ Há situações em que se pode roubar?

Penso que não...Mas se não tiver outro recurso, qualquer pessoa é forçada a isso. Mesmo que diga que é capaz de não o fazer acaba por o fazer para salvar a própria vida num caso destes.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a Consciência Moral?

Acho que cabe a cada pessoa a capacidade de pensar e de achar o que deve ou não deve fazer.

—▸ Para que servem as Leis?

As leis servem para ajudar a haver, não sei como dizer, para não haver tantas transgressões a nível do país.

—▸ Se não houvesse leis!

A maior parte dos casos andavam todos à sapatada com os animais.

—► São mais importante as leis ou a Consciência?

É mais importante seguir a consciência porque..não sei! Não podemos ter a certeza que todas as leis são correctas.

ND/C, 4 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Eu não assaltava a Farmácia...Penso que, segundo a minha maneira de ser, tentava convencer o meu colega de que isso não seria necessário, não é? Só se fosse uma coisa ligada à saúde. Mas nunca na vida roubava a farmácia!...

—▸ Mas o teu amigo...

Lá está! Não saía da beira dele...e tentava convencê-lo que isso não era preciso. Não ia sair da beira dele se estivesse mesmo mal.

—▸ Porque é que a vida é importante?

Em que aspecto?...Podem-se fazer muitas coisas interessantes com a vida, mas assim, ao menos para mim, é importante porque gosto e gosto mesmo.
Há pequenas coisas que gosto!...Nada de especial disto ou daquilo!...Mas gosto de conviver. Há coisas desagradáveis, mas gosto de me sentir bem e, às vezes, de estar sozinho.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Igualmente importante!...Claro que ia sentir mais a vida dessa pessoa amiga, mas a vida é igualmente importante...porque viver é importante!

—► É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Duma criança porque está a crescer! Mas em termos duma pessoa que está ligada a um projecto científico, a contribuir para o bem já é diferente! Não lhe sei responder! Mas em termos duma pessoa e doutra, a criança ainda tem a vida pela frente enquanto que a outra já viveu!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Dizia que não sabia de nada! Porque para o professor acho que eu não iria trazer problemas nem ninguém iria saber que foi enganado... Enquanto que para o meu colega era importante para o futuro dele... Está bem que entrar no gabinete não seria correcto, mas eu não diria nada!

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque é importante senão não há confiança. Cada um estava bem sozinho!

—▸ Porque é que não se deve mentir?

De vez em quando, talvez!...não sei bem!...São perguntas!...É desagradável uma pessoa saber que foi enganada. Não há confiança.

—▸ Há ocasiões...?

Não é mentir no sentido de enganar, mas no sentido de não trazer problemas para essa pessoa...
Se soubesse até podia ser pior para ela...É preferível mentir, por vezes, a dizer a verdade.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Parece-me que é errado!...Isso não é bom senão toda a gente começava a assaltar e não havia ordem...Mas por outro lado estava desesperado, não tinha dinheiro, e não havia outra saída; Não tinha se calhar ajuda de ninguém...e fez isso.

—▸ Porque é que não se pode roubar?

Não, porque senão de aqui a bocado rouba um e rouba outro, começa tudo a roubar e voltamos aos primórdios. Cada um é o mais forte!...

—► Há situações em que...?

Acho que nunca se deve!...Mas há aquele ditado "nunca se deve roubar"... Mesmo assim é errado.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a Consciência?

É uma pessoa sentir-se bem com aquilo que faz...

—► Para que servem as leis?

Para se cumprirem e para se viver num mundo melhor!...

—► São mais importante as Leis ou a Consciência?

Cada um deve pensar por si, segundo a consciência. Claro que as leis vieram através da consciência. À partida são para ser seguidas...Cada qual é diferente uns dos outros...Cada qual deve pensar por si! Não se deve seguir o que se quer... Deve-se respeitar por cima de tudo, mas numa situação difícil não sei se respeitava a lei! Isso é tudo muito relativo!

ND/C, 5 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Sei lá! Assaltar!
Acho de certa maneira justo, visto a atitude do farmacêutico em não dar o medicamento para ajudar o tal amigo...
Penso que essa atitude é absurda da parte dele...E talvez, se fosse eu, como um acto de solidariedade, era capaz até de assaltar a farmácia.

—▸ Corrias o risco de...!

Sim, visto...Conforme estão os factos postos, era capaz...Se essa pessoa dependesse realmente do medicamento!

—▸ Porque é que a vida é importante?

Sim, sem a vida não somos ninguém...Dependemos da vida! Sei lá! Acho que é isto!

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que ambos são importantes, porque além de estranho é um ser humano, mesmo que não conheçamos esse estranho!...Não vamos deixar de ajudar por ele ser um estranho!
Porque existe uma diferença entre conhecido e amigo e

portanto por ele ser um estranho não quer dizer que nós não o ajudemos...
Nesta sociedade agora, muitas vezes, não ajudamos estranhos porque criou-se um vício, um vício à volta disso que nos levou a tomar essa atitude. Porque há para aí pessoas que não precisam...tipo de pessoas a pedir! Não precisam e pedem e vice-versa. Então confrontamo-nos com situações onde não sabemos a quem devemos ajudar.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Acho que ambos são importantes, mas era capaz de optar por uma criança, porque uma pessoa famosa é uma pessoa realizada, enquanto que uma criança ainda se pode realizar e ser alguém: vive mais a vida, enquanto que a pessoa famosa auto-realizou-se, viveu mais... Na evolução dos tempos a criança tem mais para dar do que uma pessoa famosa. A pessoa famosa cria-se um vício à volta dela e todas as coisas que ela faça, a sociedade aceita...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dizes?

Dizia que não sabia. Tinha que salvar, em parte, a pele do meu amigo e ao fazê-lo não prejudicava ninguém...
Acho que o professor se descobrisse só ía prejudicá-lo a ele e talvez a mim também.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Depende da instrução que nos é dada da palavra! Sinto-me bem dando a palavra e cumprindo-a e acho que fazer o contrário sentia-me mal, mas depende da formação que é dada!

—▸ Porque é que não se deve mentir?

A mentira são duas coisas, dois tipos de mentira: existe a mentira de estar a defender alguém (mente-se) e existe a outra mentira que, pronto! Esconde-se, em parte também, algo...o que é errado, mas mente-se.
Não se deve mentir porque foi algo que a sociedade impôs que estava mal. Então as pessoas seguem os passos da sociedade.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

É um tipo de sobrevivência que está errado, assaltar uma caixa! Mas ele devia tentar por outros meios, familiares, amigos. Se os amigos são realmente amigos, com certeza que não íam negar! Só em último caso é que realmente assaltava uma caixa...Estaria a pôr em risco a vida dele. Acho que, praticamente, foi entregar-se nas teias da sociedade mas... eu tentava tudo para não fazer isso!

—► Porque é que não se deve roubar?

É... a sociedade que impõe! É mais na lei da sociedade que não se deve roubar, que é mau,...não está certo.
Depende também das instruções que temos desde pequenos e tal!...E mesmo nós se nos pusermos como roubados também não gostamos, porque estão-nos a tirar algo e se o mundo fosse assim, andavamos a roubar-nos uns aos outros e ninguém estava bem, ninguém se dava bem.

—► Há ocasiões em que...

Roubar! Não tanto, poder, mas dever! Acho que sim, agora dever acho que não...porque há determinadas injustiças, não devia haver pessoas ricas nem pobres. Devia ser tudo a mesma coisa. Como a sociedade impôs isso...tem que existir o roubo porque muitos têm muito e outros têm pouco. Criam-se injustiças e em último caso optar-se por roubar! É errado, mas a sociedade impõe.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a Consciência Moral?

Consciência moral...penso que...é assim um bocado! É o que nós, o que eu, outras pessoas...pensamos acerca do que tem consciência do certo, do errado...

—▸ Para que servem as leis?

Acho que as leis... são tipo de regras que nos são impostas. Se nós não as cumprimos, a sociedade vai pensar que está mal, se nós as cumprirmos a sociedade diz "Ah! está tudo bem!"... Não rouba, não infringi a lei! Têm um valor social porque nós dependemos da sociedade...

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir a Lei?

Seguir a consciência, porque geralmente as pessoas têm medo de serem chamadas à atenção. Se nós queremos que tudo esteja bem também temos que dizer: "Não vais fazer isto". Nós estamos dependentes da sociedade...A sociedade como realização de cada pessoa!

ND/C, 6 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Eu acho correcto, mas acho que havia outras maneiras de recorrer, de arranjar esse calmante, recorrendo, por exemplo, a um hospital! Mas acho correcto. Por outro lado, pelo estado de desespero dessa pessoa...pode levar efectivamente a cometer esse acto de assaltar a farmácia...Acho que eu fazia exactamente a mesma coisa. Não sei! Acho que é perfeitamente compreensível, isso.

—► O que é que está aqui em causa?

Em causa está a amizade que as pessoas têm. E no fundo acho que se o farmacêutico, em princípio deve ser uma pessoa com um determinado tipo de formação, não compreendo ese tipo de situação... É o que eu digo, não sei se na altura uma pessoa conseguia pensar numa outra maneira de arranjar esse tal calmante.
Acho que a primeira ideia que ocorre à cabeça é assaltar, se tiver a coragem suficiente para conseguir fazer isso.

—► Porque é que a vida humana vale muito?

Sei lá! A Vida Humana vale essencialmente pela relação que as

pessoas têm umas com as outras. Acho que é isso. É por isso que ela vale tanto.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Para mim são as duas importantes. Embora a do amigo é uma pessoa que nós conhecemos melhor e acho que nós...não temos condições para julgar a vida dum amigo ou dum estranho.
Acho que são ambas importantes em termos, em sentidos diferentes. Portanto a vida dum estranho é tão importante como a dum amigo, mas a dum amigo tem mais importância para nós.
Porque se o estranho perder a vida não nos afecta directamente, mas há uma perca, e como as pessoas não vivem isoladas, há sempre uma perca duma vida que é sempre um desfalque. Embora a perca dum amigo é mais importante, mas eu acho que é por egoísmo.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Eu continuo a achar que não se pode falar em termos de urgência de salvar vidas. Se salvar as duas, melhor! Se tivesse que optar...
Eu acho que é uma situação um bocado difícil para mim porque não me sinto em condições de julgar qual é mais importante: salvar a vida duma criança ou duma pessoa famosa! Acho que são ambas, embora a criança possa ter mais tempo de vida. Agora cabe à pessoa famosa, neste caso, pôr-lhe o problema. Acho isto assim...Nunca tinha pensado nisto e acho isto assim um bocado confuso porque não me sinto muito no direito de

estar a julgar as vidas...Acho que são todas importantes. E estarmos a dizer "eu preferia que a pessoa famosa vivesse ou que a criança morresse", acho que é um sentimento um bocado egoísta. É o que eu acho.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias?

Eu diria que não sabia de nada, porque faz parte duma ética e acho que a ética profissional que se pratica numa sociedade como hoje é tão importante como a nossa pequenina ética estudantil. Acho que o professor em tempos recuados teria feito exactamente a mesma coisa. É condenável esse assalto à privacidade do professor, mas isso já não tem a ver comigo porque não fui eu que o fiz, mas também não vou dizer nada, porque lá está! A não ser é que fosse uma coisa assim muito grave. Além de manter a palavra dada ao amigo, acho que é um bocadinho de ética que as pessoas têm que...Porque isso também se faz a nível de pessoas adultas onde existe a mesma coisa. E a nível do mercado de trabalho e cá fora!

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Por uma questão de princípios, mais nada. A não ser que isso traga consequências muito grandes. Mas mesmo assim, se uma pessoa dá uma palavra a um amigo, acho que é...pronto! Está

dada, está dada...Por uma questão de princípios, de conduta de vida. As pessoas não estão aqui a fazer...Acho que isso não seria ter amizade por...

—► **Que princípios?**

Pronto! As pessoas...acho que têm a ver com uma certa honestidade! Se eu estou a dizer que sim a um amigo não lhe vou depois cortar na casaca.

—► **Porque é que não se deve mentir?**

Acho que a mentira tem, como tudo, um lado positivo e um lado negativo. O lado positivo, às vezes, é...não é questão de ser bom mentir, mas é necessário por um determinado conjunto de situações. Acho pois que uma mentira, às vezes, é capaz de não fazer mal nenhum! Mas a mentira continuada é levada a umas proporções de grandes exageros. Mentir só por mentir, esconder uma assassínio ou outras coisas assim...Acho que isso já é...Quando tem interferência com 3^{ras} pessoas, acho que isso já se torna...Não sei se estou a entrar em contradição com a quilo que disse há bocado!
Não é questão de entrar em contradição.. Há bocado o caso era diferente! Aqui não. Acho que uma pessoa mentir propositadamente e consciente que vai prejudicar ou vai proteger determinadas pessoas, acho que isso já é muito grave, e aí não pode ser feito de maneira nenhuma.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Acho que fez mal. É condenável esse tipo de atitudes, porque o Joãoe talvez, isto no fundo é fruto da sociedade de hoje. As pessoas não têm recursos, as pessoas chegam à cidade... Então uma pessoa que vem...se as pessoas da cidade fazem isso, imagine uma pessoa que vem de fora, devia ter vindo do interior, de cidades mais pequenas.
Acho que o desespero das pessoas se encontrarem numa cidade sem dinheiro, sem nada...Acho isso desesperante para a própria pessoa. Embora ache condenável porque...Isso é falta de informação... Às tantas o João chegou cá, não conseguiu arranjar emprego mas também não se dirigiu a um centro de emprego ou a um...Eu não consigo muito falar destas situações porque nunca passei por elas e acho que as pessoas só quando se encontram nas situações é que vão conseguir...Embora isto dependa dum determinado tipo de formação que as pessoas tenham.

—► Porque é que não se deve roubar?

Não se deve roubar pelo simples facto de que não é nosso. E as pessoas há que ter respeito por aquilo que é dos outros.

—► Mas há ocasiões em que se pode?

Eu acho o roubo um bocado como a mentira. É tudo um bocado parecido! Tem muito a ver com o respeito que as pessoas têm

umas com as outras. E o roubo, mesmo em benefício próprio, que quase sempre é em benefício próprio, a não ser naquele caso de que se falou à bocado...o roubo é condenável, as pessoas não podem roubar, porque faz parte de regras...As pessoas se vivem em sociedade não podem, não podem assaltar...No fundo há regras...e não é cumprir as normas só porque houve alguém que disse "Não se pode roubar, não se pode matar...". São normas porque as pssoas têm que viver bem umas com as outras.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a Consciência Moral?

A Consciência Moral!!
A consciência moral acho que depende um bocado de pessoa para pessoa e da formação que as pessoas têm. Não é...Foi um bocado surpresa porque eu nunca...A consciência moral acho que é um determinado tipo de princípios que nos ensinaram, que nos foram transmitindo ao longo do tempo e que nos levam a ter um determinado tipo de opinião e de consciência perante determinado tipo de situações...
É extremamente importante porque quem não consegue esse tipo de formação, ou é uma pessoa com uns determinados objectivos de vida muito rigorosos ou então acaba por se perder um bocado naquilo que não se pode fazer. E a consciência moral serve, um bocado para isso, para as pessoas saberem o que

está certo, o que está errado, o que se deve fazer, aquilo que é tolerável...

—► Para que servem as leis?

As leis são como as normas. As leis servem porque...volto à mesma coisa. As pessoas vivem em sociedade e para viverem em grupos têm de existir leis. Têm que existir normas, as pessoas não podem viver na anarquia. Se não houvesse leis era impossível! Pôr essa hipótese de não haver leis é completamente utópico...

—► Seria possível uma socidade sem leis?

Pode, mas aí seria o caos completo. Porque é impossível as pessoas viverem em sociedade sem haver regras e leis, porque aí acaba o respeito, acaba um determinado tipo de coisas que se conseguem numa sociedade com leis e com normas.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Acho que as duas coisas andam um bocado em paralelo umas com as outras. Acho que pelas leis, as pessoas sabem se aquilo é realmente condenável, e temos a nossa consciência que nos diz aquilo que se pode fazer.

—► Se houver contradição "leis-Consciências"?

Acho que isso é momentâneo e é impreciso. Depende das pessoas, é instantâneo, é um sentimento, é uma coisa que se resolve em fracções de segundo...ou num minuto, num tempo

muito curto. Acho que isso não é uma coisa que...Só estando na situação é que as pessoas podem tomar a atitude de roubar ou de atacar, embora saibam que isso vai contra as leis de regência na sociedade. Acho que aí...é impossível! E depende também do feitio da própria pessoa.

ND/C, 7 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA

——► Que te parece?

Conforme as circunstâncias! Se ele estivesse mesmo dependente disso, acho que sim! Porque é menos grave assaltar uma farmácia do que uma pessoa estar dependente duma coisa e não a ter na altura.

——► Porque é que a vida vale muito?

Essa pergunta é um bocado...Não sei! Pelo menos vale muito mais do que o assalto a uma farmácia...ou recriminações, por ter tomado essas atitudes, por exemplo, esse assalto à farmácia!...

A vida vale por ela mesma, pronto! É uma coisa que instintivamente todos os seres humanos pensam logo....Se pensam em vida pensam na própria existência. É tudo!

——► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Bem...não sei! Depende se estivesse a ver não sentimentalmente, acho que uma por outra! Eram as duas importantes. Mas claro se for ver pelo lado sentimental, a vida dum amigo tinha um pouco mais de valor...do que a dum estranho!...

—▸ Porquê?

Por ser estranho, mesmo!

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Isso depende!...Realmente é um bocado confuso!...Tinham que se ver as características das duas pessoas,...mas isso é realmente...Ou se salvavam as duas ou então não sei! São as duas importantes pelo facto de uma ser famosa e a outra ser criança... Têm os mesmos direitos.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Eu teria que levar a história de modo a não sentir que estivesse a mentir!... Mas se ele me pediu segredo, eu iria tentar não revelar, não é? Eu iria tentar dar uma volta de maneira a que não mentisse também. Ou se houvesse outra alternativa. Não sei! Se fosse muito amigo...e se eu compreendesse porque é que ele tinha feito aquilo, se estivesse mesmo em apuros, claro que tinha que mentir infelizmente!...Mas se me pesasse na consciência claro que dizia ao professor.

—▸ Porque é que é importante manter a palavra dada?

Acho que é uma questão de honra!

Se o professor fosse tão amigo como ele, entrava-se num dilema; Mas como não era! Era um amigo contra uma pessoa mais estranha, por isso...

—► Porque é que não se deve mentir?

É uma falta de carácter e pode trazer más consequências, entre outras, como a punição.

—► Há ocasiões em que se pode...

Sim por uma boa causa, como por exemplo, assaltar a farmácia para salvar a vida duma pessoa!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Só em último recurso, mesmo!...Devia tentar sempre manter a dignidade e não fazer uma coisa dessas!...

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque primeiro, os outros têm o direito de ter aquilo que é deles e se os estivermos a privar desse direito estamos a transgredir a liberdade deles.

—► Há ocasiões em que...

Só se for uma boa causa, como disse antes, por exemplo, o que

se conta na história estilo Robin dos Bosques: roubar aos ricos para dar aos pobres!...Se não chegasse a um acordo com as classes mais baixas!

D) CONSCIÊNCIA MORAL E LEI

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral inclui o pensar já em religiões e coisas assim!...Acho que é tentar não interferir na liberdade e nos direitos dos outros. É a primeira ideia que vem, quando se pensa em consciência moral. Manter a dignidade e pronto!...É importante para não transgredirem a liberdade uns dos outros e para haver um certo equilíbrio.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Depende das leis! Se for prejudicial!... Se por exemplo, se pensarmos no "Apartheid", que é uma lei racista, acho que sim!...Se as leis são feitas da maneira mais harmoniosa possível e mais favorecedora possível, acho que não se devem transgredir!

ND/C, 8 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que farias?

Portanto eu só se fosse num caso de último grau, urgente, é que talvez fizesse isso. Mas na situação normal não era preciso assaltar a farmácia. Conseguia arranjar os comprimidos doutra maneira sem que pedisse o dinheiro emprestado a alguém. Os comprimidos não são caros!...Tentava acalmá-lo a ele.

—► Porque é que a vida é importante?

Depende das pessoas. Para umas vale muito e para outras vale pouco...Há apenas pessoas que dizem que não têm medo da morte, mas se se encontrarem numa situação dessas já terão medo da morte...A vida acho que é importante para toda a gente! Mas a vida como hoje está, não está lá muito boa, mas ninguém quer morrer.

—► O que é a vida?

Sei lá! Estamos aqui não foi porque nós quisemos... Já que estamos devemos gozá-la, aproveitá-la e entender-nos uns com os outros.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Acho que é importante a vida de qualquer pessoa. O estranho não é meu amigo porque eu não o conhecia...Se eu o conhecesse talvez fosse meu amigo.
Mas, é claro, que optar, por muito que me custasse, talvez salvasse a vida do amigo pela afinidade entre nós.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Duma criança, porque a pessoa famosa já teve a sua fama, já viveu o suficiente. Se calhar, a criança ainda vai ter que viver.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Diria que não sabia de nada...porque acho que se o meu amigo conseguiu entrar no gabinete do professor, acho que ele fez muito bem...Se calhar eu fazia o mesmo. Embora não concorde, porque era preferível ele ter estudado.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Deve-se manter a palavra para o amigo ter confiança em nós. Se quisermos preservar a amizade tem que haver lealdade.

—► Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir, mas toda a gente mente...mente e há mentiras mais graves que outras... E às vezes as mentiras são necessárias para esconder alguma coisa não boa... Devemos estar sempre preparados para ouvir a verdade por pior que seja! Há situações em que não é propriamente mentir mas omitir qualquer coisa.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Acho que fez mal porque não conseguiu arranjar emprego. Em primeiro lugar devemos pensar porque é que ele veio para a cidade. Possivelmente não gostaria do trabalho do campo! Mas se na cidade não se consegue arranjar emprego, o que devia fazer era voltar para as origens dele e fazer o trabalho que tinha.

—► Porque é que não se deve roubar?

Está na lei que não se pode roubar, mas há coisas que a gente rouba. Se calhar porque as outras pessoas não gostariam de ficar sem as suas coisas. Não sei!

D) A CONSCIÊNCIA E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral? Uma pessoa normalmente está consciente do que faz. E se faz uma coisa má pode ter consciência de que faz mal e pode arrepender-se e mudar de opinião.
A consciência moral está ligada, desde que existe o bem e que ele teve que viver em sociedade, com os outros homens. Foi obrigado a ter consciência moral em relação aos outros porque senão...

—▸ Para que servem as leis?

Servem para manter a ordem na sociedade, embora nem todas as leis sejam correctas...mas servem para manter a ordem e para punir os transgressores. Sem leis era a anarquia!

—▸ É mais importante as leis ou a consciência?

Quer dizer...as leis existem e são para se cumprirem, mas acho que não concordo com todas as leis. Mas é importante também seguir a própria consciência. Uma pessoa tem de fazer o que quer, mas não pode extravasar-se muito. É mais importante a consciência mas dentro de certos limites.

ND/C, 9 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—► Que te parece?

Parece-me lógico porque, como o meu amigo está a dar me uma única solução não veria o assalto como uma coisa de grave delito!...Visto não ser um assalto para roubar mas sim para ajudar um amigo.
Caso o assalto... ... caso ele cumprisse a ameaça dele...não!

—► O que está em causa?

Tentava pelo menos falar com ele! Visto que a solução dele não é razoável...E caso ele insistisse acho que faria... Não sei!

—► Porque é que a vida humana vale muito?

Porque é um bem essencial que todas as pessoas tenham o direito de viver! Porque só têm uma única vida. E cada pessoa deve poder explorá-la o melhor possível sem interferir nem prejudicar a vida dos outros. Vale muito porque...todas as pessoas têm o direito de viver e serem felizes.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

A dos dois é importante! Dum amigo porque é aquele que nos está mais perto. Mas a vida dum estranho também é importante porque apesar dele não nos ser conhecido, todas as pessoas têm o direito de viver. Tão importante é uma como a outra.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Não sei! É urgente salvar ambas as vidas. Mas como se distinguem os casos, a criança primeiro e a pessoa famosa já fez alguma coisa na vida. Já é conhecida por tal, já fez certos actos que a tornaram famosa e a criança poderá...Tem o direito de ter a sua oportunidade de se afirmar e de viver. Visto que a outra já teve e já viveu uma parte da vida!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Diria tudo o que...Diria que o colega me contou e tinha aldrabado! Tinha feito uma coisa...que legalmente não se deveria fazer. E contava sem contar nas consequências para ele...

—▸ Ele pediu-te segredo...

Sim, mas segredo! E o outro também me pede para guardar a verdade...Não sei, neste caso, não sei. A primeira coisa que

se me ocorreria era contar, porque isso poderia também trazer consequências para mim. Estando a proteger outra pessoa dum crime, também se torna cúmplice dele!

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque acho que uma pessoa está a cometer um acto que não é verdadeiro e pode prejudicar outras pessoas. E mentindo nunca é a solução. Acho que se deve encarar a verdade por mais que ela seja inóspita...Não sei!

—► Pode haver situações em que se pode mentir?

Não sei! Aquelas situações leves, aquelas situações de infância! Mas agora mentir, mentir, para obter propositadamente certos objectivos e sabendo que só mentindo se pode fazer, acho que não...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fez mal porque roubar nunca é uma solução por mais que seja necessário, por mais que a pessoa se veja aflita! Eu acho que há sempre uma solução para tudo!

—► Porque é que não se deve roubar?

Simplesmente está-se a tirar uma coisa que o outro tentou ganhar!

—▸ Mas, estavas em apuros...

Não sei! Nunca me vi numa situação dessas! Acho que não devia roubar porque não leva a lado nenhum! Só para aliviar uma situação de instante, mas depois quando ele consumir ou gastar aquilo que roubou...vai ter que tornar a roubar ou tornar a fazer outra coisa porque enquanto não procurar nada, não dá!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Julgo que consciência moral é tudo o que a pessoa faz de acordo com um certo número de regras, que lhe foram ensinadas, quer pelos pais, quer pela escola, quer pela sociedade! Consciência moral também tem a ver muito com os conceitos que a pessoa tem e depois exerce certas actividades com essa consciência. Através da consciência uma pessoa pode definir certas actividades de acordo com a sua filosofia.

—▸ Para que servem as leis?

As leis servem para ser quebradas, sem excepção! Servem para que um indivíduo tente ir num caminho que a sociedade quer que ele vá para que a sociedade tente organizar-se! São importantes mas não são necessárias para tudo...Se não houvesse lei seria uma anarquia!

—► É mais importante seguir a consciência ou as leis?

Uma pessoa tem que seguir a consciência, mas dentro de certos parâmetros e certas regras. Não se pode seguir a consciência só porque uma pessoa tem a intenção de fazer aquilo sabendo que vai infringir certas leis!...Mas uma pessoa tem uma única saída... Se esse lei for quebrada e não for assim muito grave, acho que não haveria outra solução!

ND/C, 10 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Eu assaltar a farmácia não assaltava, agora se estivesse isolado e não tivesse família ou chamava o 115 ou, em último caso, fazia deter essa tentativa de se matar. Tentava procurar ajuda o mais depressa possível!

—▸ Porque é que a vida é importante?

Eu tenho um conceito da vida! Não sei o que estou aqui a fazer! Tento seguir a sociedade, nasci numa sociedade já feita...e acho que sigo certas regras que ela me impõe. Tento criar outras por mim e tentar seguir outras formas de vida melhor... O que me faz viver mais é tentar ouvir outras filosofias de vida como, por exemplo, das pessoas que me acompanham. Tentar perceber ao máximo o mistério doutra pessoa. Ponho-me na situação doutras pessoas, por exemplo, nos casos internacionais como Timor...e tento criar a minha personalidade!

—▸ É mais urgente a vida dum amigo ou dum estranho?

Se me dessem a escolher, por exemplo, um caso de fusilamento ou entre a vida dum amigo ou dum estranho, eu mais instinti-

vamente era capaz de escolher a vida dum amigo porque é uma pessoa em quem confiei e que me deve ter dado provas disso.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Bem, há uma coisa, a criança do que pode vir a ser ou não ser é um ser que se calhar nem pensa nem nada. Ainda não deu provas daquilo que pode ser, enquanto que uma pessoa adulta famosa já tem mais idade, já viveu... Mesmo assim não sei se conseguia optar. É difícil! Em termos teóricos optava pela criança...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Que não sabia de nada...porque eu não sou muito a favor do tipo de ensino vigente, mas defendia o meu amigo! Pronto é um exame que não é nada do outro mundo. E mais depressa ele tirava uma boa nota do que uma má. Dizia que não!

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

É uma prova de confiança!...Se ele já manteve segredos nossos, porquê não manter os dele?
É um amigo é um amigo! Às vezes até custa.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Há mentiras que...como neste caso têm mais de bem do que de mal! Mas pronto! Não se deve mentir...porque deixa uma pessoa ficar mal. Quando uma pessoa tem razões diz-se que tem o dobro de força. É por isso que uma pessoa deve manter sempre a verdade.

—▸ Há ocasiões?

Há...por exemplo, esta de salvar um amigo. Se ele nos pede bastante! Se demos a nossa palavra antes, temos de a cumprir! Mas mentirmos sem razão nenhuma só para escondermos uma verdade antes dita...aí acho que está mal mentir.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

Acho que fez mal...Acho que devia ter procurado ajuda...ou se tivesse recorrido em último caso aos albergues, à sopa do dia, ou então...se tivesse amigos na cidade, que procurasse. Há sempre uma pessoa que ajuda, ou um trabalho que surge, mesmo desesperado!

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque quando estamos a roubar estamos a violar a liberdade doutro, a roubar o pão do dia doutra pessoa.
Devemos tentar ganhar o nosso, perante as regras da socieda-

de. Ele diz que não se deve roubar então não se rouba! Se não fica tudo contra nós...e ao mesmo tempo prejudicamos outras pessoas!

—► Há situações em que se pode roubar?

Acho que não. Eu não roubava porque não gostava que me fizessem o mesmo.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é consciência moral?

A consciência moral? Não sei, acho que deve ser o que nos fez distinguir o bem do mal em tudo o que fazemos.
É importante para ter limites e ter a razão das coisas, o significado das coisas, do que é bom e do que é mau!

—► Para que servem as leis?

As leis servem para criar a ordem, para não haver o caos. Se uma pessoa quer uma coisa e outra pessoa outra coisa tem de haver uma lei para dar possibilidades de se fazerem as coisas!

—► É mais importante a consciência ou a lei?

Uma depende da outra! Já que a nossa educação foi feita sobre leis que fomos armazenando cá dentro e formam parte da nossa consciência moral. O acto de roubar é contra a lei, portanto é logo um sentido a favor de não fazer!

ND/C, 11 (Pret.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Eu acho que nas duas maneiras é um bocado complicado tentar resolver o problema dele, mas também nós vamos pôr-nos numa situação de perigo. Nós vamos colocar-nos em perigo também, mas se é a vida dele que está em jogo, acho que assaltar a farmácia seria a solução melhor. As pessoas deviam compreender que ele está aflito...uma pessoa devia tentar ajudar.

—▸ Porque é que a vida humana é importante?

Sem vida o mundo não podia existir. Tem que haver sempre vida para o mundo conseguir também continuar...
Acho que a vida é importante porque há problemas que surgem e as pessoas devem tentar em conjunto resolver...criar novas gerações... Acho que é importante para isso.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou duma pessoa estranha?

Acho que são as duas, porque são duas pessoas. Por conhecer uma e não conhecer a outra acho que...são duas pessoas. Ambas têm direito à vida e nós devemos ver as outras pessoas de

maneira igual. O ser amigo e não ser, mesmo que fosse um inimigo, uma pessoa devia vê-lo da mesma maneira.

—► É mais urgente salvar uma criança ouuma pessoa famosa?

As duas...É importante salvar as duas porque apesar de ser criança e ser adulto ambas têm direito à vida.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Diria que não sabia de nada, porque se ele me pediu segredo e se eu tinha dito que fazia um segredo não o devia trair... Apesar de tudo se ele era meu amigo se eu estivesse nessa situação gostaria também que me compreendessem.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Porque se ele nos pede um segredo é um voto de confiança que ele põe em nós! Se uma pessoa contasse o que ele nos contou era não ter personalidade. Era fugir um bocado ao que ele nos tinha pedido.

—► Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir...conforme as situações. Há situações em que uma pessoa por estar mesmo afeita deve mesmo mentir...Deve...mas se não tiver outra alternativa deve...No entanto se puder evitar, deve-se evitar mentir.

—▸ Há situações em que se pode...

Acho que sim...quando uma pessoa está mesmo afeita. Tem mesmo que sair e, por qualquer razão, não nos deixar sair

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Acho que foi errado o que fez. Se ele estivesse mal podia pedir ajuda a quem conhece. Se me conhecia a mim...de qualquer maneira tentaria ajudá-lo. É uma forma de resolver os problemas muito precipitada.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Porque, acho que roubar é assim...é contra os princípios da humanidade. Uma pessoa vai roubar o que os outros fizeram, o esforço dos outros...
Muitas pessoas trabalham para ter algo na vida. Têm sempre uma poupança e se nós vamos roubar isso...acho que é na...Se nós estivessemos na situação das outras pessoas...e se nos roubassem a nós; Acho que uma pessoa se deve tentar pôr na situação dos outros.

—▸ Há situações em que se pode roubar?

Acho que não. Se uma pessoa não arranjar maneira de comer... Mas acho que deve haver sempre alguém que ajude.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

A consciência moral... para mim é o que uma pessoa tem, é o que uma pessoa tem, é o que uma pessoa deve seguir os princípios que há...Uma pessoa não deve ir contra essa moral. Roubar é contra a moral! Mentir é contra a moral!

—▸ Para que servem as leis?

As leis? Existem para haver paz porque se não houvesse leis, se não houvesse nada, andavam para aí as pessoas às cabeçadas.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Acho que é mais importante seguir a consciência porque se uma pessoa tem consciência do que faz...acho que vai fazer o certo e não o errado!

—▸ É possível uma sociedade sem leis com consciências formadas?

Acho que sim. Se nós tivermos consciência e virmos que vamos prejudicar os outros, não fazemos...Se não o fizermos acho que vai haver paz e as leis não são precisas!

ND/C, 12 (Pret.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Não, não fazia de certeza! Nunca ia assaltar a farmácia, ía ver se arranjava dinheiro doutra maneira. O mais certo seria pedir emprestado...Realmente se não houvesse outra oportunidade, assaltar a farmácia talvez fosse capaz de... Mas só num caso limite...e não me estou a ver a fazer isso!

—▸ Porque é que a vida é importante?

A vida humana? Não sei!...Julgo que é sobretudo importante porque tem de ser vivida. Quando penso sobre isso julgo que estamos aqui mas não há-de faltar muito! Eu, pelo menos, tenho vivido algumas situações especiais com os meus avós e tenho enfrentado situações de vida-morte pela primeira vez. E realmente tenho reparado que isto não dura tanto como se julga!
A vida é importante, mas sobretudo se bem vivida...Não a desaproveitar, estar satisfeitos...os nossos desejos e ambições. Procurar dar tudo por tudo para nos satisfazermos!...Deve ser triste chegar aos 50/60 anos e não sei! Sentir-se vazio!...

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Serão as duas!...Claro que a morte ou a vida, vida e morte, por exemplo as guerras que vemos por aí, não nos devem afectar tanto como a vida dum amigo. Temos relações com ele. São as dua simportantes, com certeza, mas a nós...
Não seria tentado a dizer que é mais importante a do amigo que a do outro, mas tenho consciência de que me afecta mais a do amigo.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Da criança ou da pessoa famosa? Qual seria mais urgente?
Se me abstraisse de todos os sentimentos, sendo mesmo objectivo...Depende da pessoa famosa!...Não sei...é obvio que se estivessem os dois a morrer era capaz de ir para a criança....Embora...é uma pergunta...a ver se arranjo alguma coisa por onde lhe pegar. Sendo famosa e tudo, já teria tido uma vida mais rica que a criança e até oportunidades de concretizar mais as suas ambições que uma pessoa comum...mesmo até entre essa pessoa famosa e uma pessoa comum, era capaz de dizer sempre a pessoa comum.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Dizia que não sabia de nada...Primeiro porque não ia fazer isso por ser meu amigo. Noutros anos anteriores já tive

oportunidade, eu e a turma, de arranjar testes que o professor dava e arranjávamo-nos! Se calhar não está muito correcto, mas eu, pelo menos, não dizia que não...

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porquê? Por vezes será, como este caso, porque ele não será muito diferente de nós. Muitas coisas que ele faz certamente que eu também faria. Mas outras que ele faz e eu não faria. Manter a palavra, porque se fosse uma coisa de morte ou assim mais grave...mas geralmente não nos acontece nada no quotidiano que justifique!

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque estamos a mentir e ao mentirmos a alguém que quer saber a verdade não estamos a ser correctos com essa pessoa. Ao deturparmos a verdade estamos a prejudicar uma pessoa.

—▸ Há situações...?

Não se deve mentir, mas por acaso há realmente situações em que se deve mentir. Penso que sim. Situações em que a pessoa mente que em princípio trarão consequências benéficas para alguém.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Penso que não! Há pessoas que acredito que mereciam ser roubadas, mas estas não têm dinheiro nem na caixa nem na rua! Mas jugo que não se deva roubar. Mas também sei que há situações em que, se calhar, não há outra alternativa!...E não é só preguiça ou não gostar de trabalhar...mas é a própria formação da pessoa, não dá para escapar.
Não se pode roubar, mas podemos compreender!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

É sobretudo uma coisa que nos foi imposta, não é? Consciência moral será um conjunto de regras que nos dizem o que está certo e está errado, mas que no fundo acaba por ser, muitas vezes, subjectivo, por exemplo, nos países islâmicos.
É importante seguir a consciência moral no país ou segundo o país onde se está inserido.

—► Para que servem as leis?

Serão importantes, mas todas são totalmente justas?... Mas para suportar a sociedade e habitar racionalmente é preciso

leis para sabermos o caminho a seguir! Sem leis cada um vai por si e não acaba bem.

—▸ É mais importante as leis ou a consciência?

Eu penso que muitas vezes não dá para fugir à consciência.

ND/C, 1 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que farias?

Por causa dum cigarro? Dava-lhe o cigarro, fazia-lhe a vontade, embora sendo contra as regras do médico...Se ele tinha posto a contra-partida de se matar era preferível dar--lhe o cigarrinho...

—► Porque é que a vida humana é importante?

Existem valores ligados a ela. Todos os indivíduos são diferentes uns dos outros. Isso traz valores, ideias diferentes que é necessário preservar, a individualidade de cada um.

—► É mais importante salvar um amigo ou um estranho?

Dum amigo talvez, porque está mais próximo. Sente-se mais a morte dum amigo do que provavelmente a morte duma pessoa que morre num acidente de combóio ou que não se conhece de lado nenhum...

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque salvando-se a criança é quase como fazer um investimento...A criança pode realizar tudo o que essa

pessoa famosa realizou ou não realizou. Pode fazer as mesmas coisas. A pessoa famosa, em princípio, já viveu uma vida, tem outras condições para se defender. A criança não tem essas facilidades desenvolvidas.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que dirias?

Em princípio diria que desconhecia esse evento.
Parte-se do princípio de que o meu amigo sabe tomar conta da vida dele...
É o tal caso da traiçãozinha que cai sempre mal. Eu não diria por essas razões.

—▸ Deve-se manter a palavra?

É uma questão difícil de explicar!...Tem a ver com as relações de amizade e de afecto, com a ética pessoal...Moralmente está errado denunciar um amigo!

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque estando a mentir podemos estar a defender-nos a nós e a prejudicar uma 3ª pessoa ou causar outros danos...Não será maneira correcta de se agir...Criam-se situações de obscuridade e de afastamento.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fez uma coisa errada! Depende, em princípio ele deveria ter outras pessoas a quem recorrer para pedir dinheiro emprestado em vez de tomar uma medida mais drástica como assaltar a caixa.

—► Porque não se deve roubar?

Porque se cometem infracções a nível da lei porque se está a tirar o direito dos seus legítimos proprietários dos bens e interfere-se na vida dessas pessoas. Anda-se ali numa zona que tanto se pode ir para um lado como para outro.

—► Há ocasiões em que se pode...?

Deve-se evitar o mais possível! Os roubos são punidos por lei... E as pessoas ficavam com a consciência bastante pesada...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a Consciência Moral?

(Imperceptível...)

ND/C, 2 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Como procederias?

Depende da gravidade da situação. Se o fumar o podia matar, só o fumo...aí não dava. Tentava falar com ele, mas se não fosse assim tão grave dava-lhe cigarros.

—▸ Porque é que a vida é tão importante?

A vida é...porque temos que a aproveitar o melhor possível! Porque não sabemos o que vem a seguir à morte...

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo, ainda que uma vida é igual, qualquer que seja a pessoa. Mas se nos estiver ligada...claro que sempre preferimos que morra uma pessoa estranha a que morra um amigo nosso.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Depende da pessoa famosa, qual for a actividade dela! Pode ser uma actividade que esteja envolvida em salvar muitas crianças. Se não for...acho que não. É preferível salvar a criança. Uma criança ainda tem muito para dar. Não sabe o que pode vir a fazer...Mesmo que um cantor também possa salvar

muitas crianças como foi o caso do "Live aid" que foi um cantor que organizou aquilo tudo e acabou por fazer, por prestar uma ajuda!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias?

Dizia que "mais ou menos", podia ir melhor! Mas, não dizia...Não ia desmentir. Não ia dizer o contrário do que o meu amigo tinha dito! Dizia que podia ir melhor! "Mais ou menos". Não ia a dizer que ia muito bem porque senão depois vinham os resultados.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque é a nossa amizade que está em causa. Se uma pessoa não mantém a palavra está a pôr em causa os nossos valores. Quer sejam valores morais, quer sejam valores...a lealdade...

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque é enganar as pessoas! Não se devem enganar as pessoas...porque somos todos iguais, todos vivemos neste mundo...porque se as pessoas se enganarem umas às outras, torna-se tudo pior. Há desconfianças e isso tudo leva a outras coisas.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Era capaz de lhe dizer para primeiro pedir ajuda. Pedir ajuda aos pais, aos amigos, para ajudar a pagar esse mês...e continuar a pedir ajuda para arranjar emprego...antes de fazer isso.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Isso é a mesma coisa que mentir! Está-se a enganar a outras pessoas! Embora...na generalidade é assim! Mas nalguns casos talvez não seja. Por exemplo, roubar a pessoas que exploram outras pessoas, para mim.. desde que a vida das outras pessoas não esteja em risco, acho que não faz mal nenhum!

—▸ Há situações em que se pode...

E não tem mal roubar! Porque há muitas pessoas que vivem à custa doutras a explorá-las!

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a Consciência Moral?

Consciência Moral? Depende da maneira como fomos educados. E depois quando tomamos alguma atitude, a nossa consciência é

que nos diz mais ou menos como agir, se errado ou correctamente!

—► Para que servem as leis?

Para manter a ordem, a organização.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Acho que depende de caso para caso. Varia muito! Na generalidade é melhor cumprir as leis porque se toda a gente cumprisse as leis o mundo era uma maravilha! Não haveria roubos nem mentira...Eu acho que na generalidade também não era tão mau seguir a consciência, porque a consciência educa-se, a consciência moral...E há muitas pessoas mal educadas e as leis são feitas através da consciência moral correcta. Se não houvesse lei era um caos, uma anarquia!

ND/C, 3 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Ora, se eu lhe dava ou não tabaco? Em princípio não lhe dava tabaco porque eu não fumo. Aconselhá-lo-ia a não fumar durante esses cinco dias. Se tivesse tabaco no bolso, embora lhe dissesse que tinha tabaco, não lhe dava tabaco. Sabendo disso, não lhe dava tabaco.

—▸ O que está aqui em causa?

É a saúde dele.

—▸ Porque é que a vida é importante?

Ora, a vida é importante porque ninguém quer morrer, todos gostam de viver. É uma esperança que a gente tem. Agora, se é mesmo importante, não sei! Isso cabe a cada um. Depende.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Dum amigo, porque sempre convivemos com ele. Ora bem, nós damos mais importância a esse amigo do que a uma pessoa que não conhecemos, que de resto, a nível...Para nós é mais importante, agora para os outros... Cada um responde por si. Porque esse que é nosso estranho também pode ter amigos...

—► É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque é mais nova, tem mais tempo para viver e pode vir a ser uma pessoa famosa também.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Ora, o que diria ao pai dele era que fosse falar com ele. Que lhe perguntasse a ele. Penso que...se lhe prometi segredo não tinha nada que contar. Que fosse perguntar ao filho. Era filho dele.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Porque uma pessoa não mantendo a palavra está a trair o amigo. Nesse momento não está a ser o verdadeiro amigo que ele pensa que nós somos.

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque é que não se deve mentir?
Ora bem, eu penso que em geral todo o mundo diz que não se deve mentir, mas eu acho que, se se mentir para o bem, que se pode mentir. Muitas vezes uma pessoa está a mentir sem saber que o faz.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Faz bem ou mal?

Parece-me que ele não devia assaltar a caixa, devia primeiro procurar algum amigo ou isso e tentar pedir dinheiro emprestado para pagar o apartamento.

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Não se pode roubar porque nós...Poder roubar, pode-se, mas não se deve roubar, porque nós ao roubarmos os outros estamos sujeitos também a que os outros nos roubem a nós. E acho que ninguém gosta disso.

—▸ Há ocasiões em que se pode roubar?

Ora bem, depende, só se forem muito especiais. Só se uma pessoa estiver cheia de fome, a morrer...Tem de roubar para comer se não tiver outros meios.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Ora bem, a consciência moral é aquilo que cada um acha que deve ou não fazer. Que acha que está de acordo com a sociedade em que vive.

—► Para que servem as leis?

Em princípio, para se cumprirem e para quem as transgride ser punido, talvez. Para haver uma ordem...

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Eu acho que é mais importante seguir a consciência porque não podemos dizer que todas as leis estão bem feitas. Se estivessem as leis bem feitas, em princípio deviam estar de acordo com a consciência de cada um. Se a pessoa for bondosa...Claro que se for um assassino ou isso, em princípio, não vai cumprir as leis.

ND/C,4 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—▸ Que te parece?

Se o médico proibiu de fumar, à partida era porque lhe fazia mal, não é? Então, se se matava... Há outras maneiras de ele se esquecer de que precisa de fumar. Ficava lá com ele. Se o médico não aconselhasse a não fumar e eu fosse lá, dava-lhe um cigerro...Agora se o proibiu era porque não podia mesmo. Não lhe dava!

—▸ Porque é que a vida humana é importante?

Não sei...Acho que é...mas porque é diferente. É importante a vida humana...Não podia explicitar melhor?
Eu acho que é importante. Gosto de viver...Porque somos todos diferentes. Por isso é que é importante! Senão, talvez não fosse importante viver.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É igualmente importante! Claro que eu sinto mais se perder um amigo meu do que um estranho. Mas é igualmente importante!

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?
Uma criança, porque a pessoa famosa... São importantes as duas, claro! Mas mais a criança porque a pessoa famosa já viveu e a criança está a nascer...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que responderias ao pai?

Depende, se eu conhecesse o pai! Se me pedisse segredo o filho não ia dizer ao pai...Agora se não me pedisse segredo e eu conhecesse o pai e soubesse que era uma pessoa...um pai compreensivo, explicava-lhe que o filho tinha dificuldades a matemática e prontos! Não estava a conseguir fazer aquilo e não estava a ir às aulas há um mês! Agora se me pedisse segredo não dizia mesmo.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Para poder haver confiança nas outras pessoas, senão ninguém confia em ninguém e aí é um bocado chato!

—► Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir, mas de vez em quando convém. Não se deve mentir porque as pessoas têm de aprender a confiar e a acreditar na palavra das outras, senão...passava a haver muita individualidade. Mas às vezes é melhor mentir do que

dizer a verdade! Desde que não seja uma mentira clara, prejudicial, é melhor mentir!

—▸ **Porquê?**

Porque não vai trazer problemas para essa pessoa e também não há problemas para ninguém. Enquanto que se se dissesse a verdade podia haver problemas!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ **Que te parece?**

Fez mal no sentido de assaltar a casa comercial...mas também o compreendo porque tinha ordem de despejo e então precisava de pagar...
É uma situação assim um bocado!
Claro que eu ajudava-o, pagava-lhe de tal modo que ele pudesse pagar nesse mês...mas dizia-lhe que não ía ter possibilidade para lhe pagar sempre...Mas nessa altura ajudava-o!

—▸ **Porque é que não se deve roubar?**

Não se deve roubar, senão...está-se a tirar...algo que uma pessoa conseguiu... Há coisas que se conseguiram com trabalho e essa pessoa vai roubar...Não sei explicar! Prontos! É algo que é errado porque está a tirar aquilo que é doutra pessoa e essa pessoa...

—► Há situações em que se pode roubar?

Não se pode, mas compreende-se que tenha feito isso porque estava numa situação muito má...Mas claro que nunca se pode.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

É uma pessoa estar a bem consigo mesma...Se uma pessoa não estiver a bem consigo própria, está-se a enganar a si própria. Penso que até nem andará muito bem. Nervosa, talvez!

—► Para que servem as leis?

Servem para ser cumpridas, umas mais outras menos...Para as pessoas terem todas um comportamento semelhante.

—► É mais importante seguir a consciência ou as leis?

Se as leis estiverem de acordo com a consciência...Se houver um conflito depende da gravidade da lei. Se for muito importante a lei, mesmo que a pessoa não concorde se não respeitar a lei, provavelmente vai a tribunal, no mínimo.

—► É possível uma sociedade sem leis?

Se fossem consciências bem formadas nem eram precisas as leis! Mas não...

ND/C, 5 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que farias nesta situação?

Visto que assim era importante para a saúde dele não fumar, não é? Como amigo (sou amigo dele?) tentava convencê-lo de que isso iria prejudicá-lo, fumar após uma operação que ele fez...
Prontos! Tentava acalmá-lo, talvez não infringisse ordens do médico porque isso iria prejudicá-lo.

—► O que está em causa...

É a saúde dele.

—► Porque é que a vida humana vale muito?

Porque...porque precisamos de viver. Acho que se o indivíduo preserva a sua vida, acho que gosta de viver, portanto sente-se "humaine". Automaticamente a vida vale bastante. Agora...não sei, é uma pergunta assim um bocado subjectiva, não é?

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Ambas são importantes, porque ambas são duas vidas. Qualquer "humaine" sabe isso. Além de duas pessoas, uma pode ser nossa

amiga e outra, porque nós não a conhecemos a ela ou a vida dela não deixa de ser importante.

—► É mais importante salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque a criança ainda tem muito para dar. Ainda tem muito que aprender. Não estou a dizer que uma pessoa famosa não tenha que aprender, mas acho que já se realizou na vida. E porque não deixar uma criança auto-realizar-se e trazer novas ideias a este mundo.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Era capaz de não dizer nada. Tentava ajudar esse amigo. Saber o motivo porque é que ele não vai tentar ajudá-lo e cativar esse amigo para ir à aula de matemática.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Eu já disse...Acho que é devido à formaçãp que nós temos. E isso, daí depende tudo, praticamente tudo. E automaticamente as outras pessoas têm confiança em nós.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Porque é que não se deve mentir? Porque estaríamos a infringir mais uma lei da sociedade. E se nós queremos estar na sociedade temos que respeitar as leis.

—▸ Há situações em que se pode mentir?

Situações em que se pode mentir? às vezes a mentira ajuda. Agora daí até poder-se mentir e tal...

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Bem, eu no caso dele talvez não roubasse a caixa. Todos nós temos amigos e família. Tentava, primeiro, conversar com eles antes de tomar essa atitude. Certamente que se eles fossem meus amigos não me iriam negar a ajuda e assim, podia pagar esse mês, o aluguer da casa, e tentar outro meio de arranjar dinheiro, trabalho para poder pagar e pagar aos amigos também.

— Porque é que não se deve roubar?

Eu, eu refugio-me um bocado nas leis da sociedade...Acho que é mais uma lei. Não sei se isto o ajuda muito.
Porque se uma pessoa quiser estar inserido na sociedade, isso acho que é mais uma lei.

—► Há situações em que se pode...?

Acho que não se deveria roubar.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

Consciência moral? Acho que é o estado em que as pessoas...se encontram num determinado momento. É importante porque dentro da Moral é necessário que ela seja consciente. Senão seríamos chamados loucos, talvez.

—► Para que servem as leis?

Para impor limites. Se não houvesse...toda a gente fazia o que queria e automaticamente não se podia dar...não se podia dizer "este roubou, este maltratou..." Acho que ninguém podia condenar isso.

—► É mais importante cumprir uma lei ou seguir a consciência?

Mais importante é seguir a consciência própria porque se nós não fizermos isso estaremos a ser dominados por outras pessoas. Em parte pela sociedade.

ND/C, 6 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que farias e que te parece?

Pura e simplesmente não lhe dava...É uma ordem rígida do médico, e penso, para uma pessoa que fuma, por exemplo, eu fumo, e cinco dias sem fumar depois duma intervenção cirúrgica, não é nada. Acho isso ridículo da parte desse meu colega.

—► O que está em causa?

O que está em causa aqui é a saúde dele e a ordem do médico

—► Porque é que a vida é importante?

A vida é importante...porque...Ora bem, porque no tipo de sociedade em que vivemos há uma entreajuda.
A vida do homem não era importante se vivesse sozinho, se fosse só um...
É importante para ele próprio. Penso que a vida dum homem, tem que ver com um determinado tipo de sistema a que as pessoas estão sujeitas...Por isso, e depois há as ligações que se estabelecem entre os seres humanos. Mas penso que é por essa razão que a vida é importante.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

É mais importante a vida de toda a gente. Pelo menos devia ser...Mas, além das relações que se estabelecem, há as ligações afectivas que nos levam a preferir como devia acontecer.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

À partida devia ser mais importante salvar a vida duma criança, porque uma criança ainda tem muito tempo de vida, ainda pode ser, pode atingir o estatuto, por exemplo, duma pessoa famosa já... Mas ambas são importantes.Não há, não se podem estabelecer critérios...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias ao professor?

Diria...depende das circunstâncias que o levassem a faltar a matemática. Se fossem circunstâncias que, causadas por situações graves e que o estivessem, por exemplo, a levar à destruição...era capaz de contar o que se estava a passar. Se fossem cismas dessas...algo insignificantes, como por exemplo ele estava a faltar à Matemática porque queria reprovar por faltas e não queria dizer ao pai que ia reprovar por falta de aproveitamento...Isso já era um assunto que visa à dignidade dele...Se fosse andar a faltar às aulas porque andava na

droga ou porque andava a ter outro tipo de actividades menos lícitas...era capaz...ou dizia de certeza ao pai.

—▸ Poque é que se deve manter a palavra dada a um amigo?

Isso tem tudo a ver com a conduta em que nós nos situamos, porque as pessoas dão uma palavra, se digo assim "eu não digo isto"...claro que essa palavra pode ser quebrada em benefício da própria pessoa. E isso cabe a mim ou a quem der a palavra a capacidade de julgar isso. Mas à partida, se uma pessoa dá a palavra, dá a palavra. É uma regra.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir...Não se deve mentir porque é uma falta de respeito para com as outras pessoas. Não vou estar aqui a esconder nada. As pessoas dizem aquilo que é verdade. Mentir vai contra as regras da natureza, de tudo...

—▸ Há situações...

Há situações em que uma mentira não tem o significado propriamente dito da palavra.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

É mau. É mau porque, para já há condições que eu não sei do

João: se trabalha ou não trabalha. Se vive num quarto alugado é porque deve ter dinheiro para o fazer. Deve ter de trabalhar. Se não trabalhar e vive na incerteza e faz umas coisas aqui e outras acolá, é mau porque isso nunca será o meio para conseguir sobreviver. Ele vai assaltar uma caixa para pagar...

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque é um atentado contra as outras pessoas! As pessoas não roubam porque as coisas não são nossas. Não vou estar a tirar coisas que não são minhas...
Se eu as quero ter faço por isso, não as vou estar a roubar.

—► Há situações em que...

Sim, há. Mas em regra, até porque isso é punido. É punido por todas as sociedades...Não é por ser punível, mas porque não é meu.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral faz parte dum determinado tipo de educação...e das influências que sofremos da própria sociedade. Há determinado tipo de condutas, ou de regras que as pessoas têm em mente e que são certas. Podem ser infringidas ou não em benefícios de alguém, mas que são invioláveis. As pessoas têm de...

—▸ Para que servem as leis?

Para as pessoas não andarem aí às cabeçadas...

—▸ É possível uma sociedade sem leis com consciências bem formadas?

Não. Não é posível um sociedade sem leis. Pelo menos...mesmo com consciências bem formadas. As consciências são modos de vida e esses modos de vida podem ser violáveis se as pessoas bem o entenderem. Se eu achar, por exemplo, que eu, com consciência bem formada, tenho um amigo que precisa de dinheiro então não vou roubar para lhe dar dinheiro porque a minha consciência não permite e para aí é que servem as leis, para reger e moderar as consciências...Por muito bem formadas que elas sejam são sempre violáveis e as leis não o permitem.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

As pessoas têm que seguir as duas coisas. Se houver um conflito isso depende dos factores que levam a esse conflito.

ND/C, 7 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que farias?

Portanto o médico tinha-lhe proibido de fumar...Ele dizia que se matava se não tivesse tabaco? Isso era a mesma reacção que um drogado teria, não é? Acho que era a mesma atitude que teria com um pessoa drogada. Por isso, acho que iria ter a mesma reacção que teria com essa pessoa, não é? Talvez fazer-lhe ver que o melhor era se recuperar desse vício e tentar ajudá-lo. Claro que não iria dar-lhe tabaco porque era pior. Mas também nestes casos, as pessoas que se drogam não costumam privar-se do direito à droga logo de repente, vai sendo gradualmente perdido esse direito, senão era um choque...

—► Porque é que a vida é importante?

Isso já é um instinto que está na humanidade. A vida acima de tudo. Não é? É uma característica da humanidade pensar assim. Acho que, pelo menos a partir do Renascimento quando começaram a pensar que a vida do homem era mais importante.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Em princípio dum amigo. Quer dizer, deviam ser as duas

iguais, só que nós devendo escolher à última hora, tem de ser pelo amigo...porque é aquele com quem temos mais contacto e estamos mais próximos, conhecemos mais e estamos mais dependentes da existência dele.

—► É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Depende das circunstâncias. Se tivesse que salvar era os dois. Mas se tivesse de salvar só um, não sei. O que se escolheria ali assim sem preferência, era a criança porque é mais jovem, só que claro...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias ao professor?

Era o mesmo caso se o jovem pedisse segredo! Era a mesma atitude. Guardava segredo porque era meu amigo e não o ía trair. E principalmente porque não gosto de matemática.

—► Porque é que se deve manter a palavra dada?

Bem, isso também é um valor da humanidade que é a felicidade e não a traição do próximo.

—► Porque é que não se deve mentir?

Por esse valor...pela verdade. Depende das circunstâncias. Se uma mentira tiver mais vantagens do que prejuízos para alguém, acho que se deve mentir.

—► Há situações em que se pode...?

Quando são mais as vantagens do que os prejuízos...!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que farias?

É a mesma situação da Farmácia. A atitude seria a mesma. Não sei, seria a mesma coisa duma pessoa que não tem dinheiro para pagar as coisas...e não pode sobreviver...não sei!
É um caso, é um dilema, porque se não pagasse ía para a rua, mas agora roubar,...não consigo optar!

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque o que é dos outros...acho que não se deve tirar...o direito de terem.

—► Há situações...?

Só se houver mais vantagens que prejuízos...

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Acho que é o respeito pelos valores que se têm...Sem consciência moral seria tudo uma anarquia.

—▸ Para que servem as leis?

Para estabelecer essa consciência moral...

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

As leis devem-se guiar pela consciência moral! Depende dos casos. Se a lei estiver errada...se trouxer mais prejuízos para as pessoas, deve-se seguir a consciência moral.

ND/C, 8 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que te parece?

Tentava convencê-lo para não fumar...e acho que ele conseguiria! Por cinco dias acho que aguentaria!

—► O que está em causa?

É a saúde do meu amigo.

—► Porque é que a vida vale muito?

Depende. Há pessoas que consideram a vida mais importante do que outras. Acho que uma pessoa já que veio ao mundo deve viver a vida. Já que aqui está deve viver a vida o melhor que pode, respeitando tudo.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que a vida é importante, quer seja dum estranho ou dum amigo, mas a gente sofre mais quando morre um amigo do que quando morre um estranho.
Por isso mesmo, por ser nosso amigo, por ser nosso conhecido, e convivermos com ele.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Uma criança, porque uma pessoa famosa já viveu bastante, já teve a sua fama, já aproveitou a vida. Uma criança ainda está a nascer, ainda está a começar a viver, ainda pode fazer muita coisa.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que te parece?

Primeiro tentava falar com o meu amigo e convencê-lo a voltar às aulas. Segundo, não sei se diria alguma coisa ao pai. Talvez dissesse! Porque tendo uma conversa com o pai, talvez tentava...ou o pai talvez conseguisse o meu amigo a voltar às aulas.

—▸ Porque é que se deve guardar a palavra dada a um amigo?

Porque somos amigos e se não se mantém a palavra dada ao amigo, o amigo já não tem a confiança suficiente em nós para nos considerar amigos dele.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não se deve mentir, mas às vezes também se deve. Há mentiras que se podem fazer...Omitir algumas coisas que não têm aquelas consequências graves que se se dissesse a verdade...Minto, pronto!

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Que te parece?

Não tomou a melhor atitude. Talvez se se recorresse dos amigos e pedisse o dinheiro emprestado, talvez conseguisse pagar o quarto ou então, se tivesse de ser despejado talvez pedisse aos amigos por uns tempos que lhe emprestassem ou alugassem um quarto para viver.

—▸ Pode-se roubar ou não?

Lá está! Pode-se, mas não se deve, pelas razões que eu já dei. Porque as pessoas que têm coisas delas não gostam que lhas tirem assim sem mais nem menos.

—▸ Há situações em que...

Sim, há situações em que... Às vezes um pequeno roubo para as pessoas que tinham essas coisas não significa muito, mas há outras coisas que vão significar bastante.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

Uma pessoa normalmente faz as coisas e tem consciência delas, daquilo que faz. Mas pode não ter, e às vezes faz sem ter consciência daquilo que faz. Mas, como hei-de dizer?

—► Para que servem as leis?

As leis servem para haver uma ordem, para não haver a dita anarquia.

—► É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Ora bem, as leis existem e são para se cumprir. Mas há leis que eu não concordo com elas e acho que...E como eu deve haver muitas pessoas e acho que se calhar é mais natural seguir a consciência do que seguir as leis. Se calhar eu seguiria mais a minha consciência do que seguia as leis!

ND/C, 9 (Post.)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que te parece?

Bem, se ele soubesse que o médico lhe teria dito para não fumar...
Que ele estava proibido de fumar...não lhe dava os cigarros. Porque se ele está no Hospital a tratar-se e se faz parte do tratamento não fumar...eu recusava-me a dar para não interferir no tratamento por mais que ele queira fumar os cigarros.

—► Porque é que a vida humana é importante?

Acho que a vida é importante porque desde a nascença até à morte...a vida é essencial. Por mais má que uma pessoa seja tem sempre direito à vida e a todas as regalias que essa...que lhe possam oferecer.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que a vida de ambas as pessoas é mais importante, mas talvez a vida dum amigo é a que nos importa mais, porque é uma pessoa que além de nos ser conhecida, nos é mais próxima e com que temos uma relação de afecto maior.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Ambas as pessoas são urgentes salvar. Para além da diferença de idades entre elas, costuma-se dizer que as mulheres e as crianças nos salvamentos são primeiro. Também concordo, mas acho que ambas as vidas são importantes para além duma pessoa já ter uma vida e uma série de acções já feitas... Também é necessário dar a oportunidade a essa criança de ela criar, visto que ela pode ser útil para a sociedade, enquanto que a outra já fez algo de útil!

B) RESPEITO PELO OUUTRO

—▸ Que responderias?

Diria ao pai que ele tem faltado a Matemática!

—▸ Porquê?

Porque apesar de me ter dito que... ...está a prejudicar-se a si próprio!

—▸ Nesse caso, faltavas à palavra prometida...

Acho que faltava à palavra...
Acho que se deve manter a palavra dada, mas deve-se, antes de dar a palavra, ver os factos porque dando a palavra é mais ou menos uma traição (não no verdadeiro sentido), mas uma pessoa antes de dar a palavra deve saber com essa palavra em que é que se está a meter.

—► Porque é que não se deve mentir?

Porque, como já disse, para além de se poder prejudicar a si, porque a mantira nunca leva a nenhum lado...pode levar a uma solução temporária mas não definitiva, pode prejudicar-se a si e eventualmente aos outros.

—► Há situações em que se pode...?

Situações banais, do dia a dia...com pouco significado. Mesmo assim, devem-se evitar esas situações.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Nesse caso, acho que o assalto é injustificável porque ele pode assaltar a mercearia, a caixa e pagar este mês...mas no próximo mês vai ter de tornar a assaltar para tornar a pagar...Acho que não leva a lado nenhum.

—► Porque é que não se deve roubar?

Porque está-se a tirar uma coisa que pertence a outra pessoa e a essa pessoa pode-lhe ter custado muito a ganhar essa própria coisa!

—▸ Há ocasiões em que se pode?

Acho que não...nunca...Se estiver aflita, uma pessoa se rouba não pensa nas consequências.
...Talvez abrindo excepções.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a Consciência Moral?

A consciência moral é o conjunto de regras que uma pessoa tem consciencializado interiormente e a partir dessas regras que nos foram ensinadas vai aprendendo, vai regendo a sua própria vida, o que deve e não deve fazer.

—▸ Para que servem as leis?

Servem para que a sociedade viva, se construa harmoniosamente e que não haja conflitos...uns com os outros. Se houver, saber ponderar esses conflitos. Se não houvesse leis era capaz de ser um caos, uma anarquia.

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Acho que é importante seguir as leis dentro da consciência...Se estiverem em conflito, uma pessoa segue-se pela consciência, muitas vezes.

ND/C,10 (Post)

A) RESPEITO PELA VIDA

—► Que te parece?

Essa situação, por acaso, já me aconteceu, em que ele não pode fumar e por acaso foram os próprios pais... Não o deixamos fumar durante um certo tempo...nesses dias!
Mas depois ele chegou a fumar...Nós demos-lhe assim...de vez em quando ele queria dar uma passa e nós demos-lhe.

—► Porque é que a vida é importante?

A vida? Mas a minha filosofia de vida?
Eu tenho uma filosofia de vida, mas eu gosto muito mais de saber a dos outros do que a minha própria para formar a própria. Gosto de tirar o melhor que os outros têm, para formar a minha própria personalidade e modo de vida. Mas claro, acho que a vida em si é importante. Conforme os pontos de vista... Às vezes chega mesmo a não ter significado nenhum. Conforme o nosso estado de espírito.

—► É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Aí, acho que...pronto! Nós conhecemos um amigo se lhe acontecer uma coisa sentimos muito mais do que se acontece a um estranho. Mas é importante para os dois.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Aí varia muito. Não há assim muitas diferenças. Já me tinha feito, por acaso, essa pergunta, eu lembro-me! Não sei! Eu tinha falado em termos da criança...ainda não viveu nada, ainda tem muito para viver. Uma pessoa é capaz de já ter vivido mais. Para ser famosa!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que responderias?

Não diria nada. Dizia para ele falar com o filho, mas não lhe diria nada.

—▸ Porque é que se deve manter a palavra dada?

Aí, conta o respeito e a confiança que temos um pelo outro...a sinceridade!

—▸ Pode-se mentir ou não?

Aí, pode-se, nessa circunstâncias. Em geral não, porque caímos depois sempre num beco sem saída porque depois vêm uma em cima das outras. Depois nem sabemos se estamos a mentir ou a falar a verdade.

C) RESPEITO PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Fez mal, porque se realmente é meu amigo não teria problemas em pedir aos seus pais para ficar lá uns tempos até arranjar qualquer coisa.

—► Porque é que não se deve roubar?

Lá está! Estamos a interferir no outro indivíduo, na outra pessoa que vive também à sua maneira e que tenta criar a sua própria vida.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—► O que é a consciência moral?

A consciência moral...Sem ter nada a ver com a religião? Consciência moral é termos consciência daquilo que fazemos e de definir entre o bem e o mal. Pronto! da nossa personalidade, quase.

—► Para que servem as leis?

As leis da sociedade? Por exemplo, em relação à justiça ou qualquer coisa? Então servem para definir uma sociedade em que nós temos que respeitar certas regras, senão surge o caos. Sem ordem...

—▸ É mais importante seguir a consciência ou cumprir as leis?

Portanto, acho que a nossa consciência visto que nós já nascemos sobre essas leis desde o início, elas já fazem parte da nossa consciência. Pronto! Somos capazes depois de contrariar algumas, mas em geral, prontos! Seguimos, fomos educados dessa maneira!

ND/C, 11 (Post.)

A) A VIDA HUMANA

—▸ Que te parece?

Primeiro conversaria com ele e dizia-lhe que era errado o que queria fazer. Tentava aconselhá-lo e não daria o tabaco. Só em último caso.

—▸ Porque é que a vida é importante?

Se as pessoas nasceram, há um destino para eles. Todo o ser humano tem direito de viver. Ninguém tem o direito de tirar a vida a outro.

—▸ É mais importante a vida dum amigo ou dum estranho?

Acho que são as duas. Tem-se mais amizade pelo amigo. A outra pessoa não a conhecemos, mas acho que são as duas importantes.

—▸ É mais urgente salvar uma criança ou uma pessoa famosa?

Tentar defender a criança. É pequena e não tem meios para se defender. A pessoa famosa conhece melhor a vida. A criança ainda não sabe os meios para se defender sozinha.

B) O RESPEITO PELO OUTRO

—► Que dirias?

Se o filho me tinha pedido para guardar segredo não iria dizer nada. Falava com o rapaz para ele voltar para as aulas. Tentava aconselhá-lo...

—► Porque é que se deve manter a palavra?

Se alguém nos diz um segredo é porque, em princípio, confia em nós. Se não guardasse a palavra estaria a trair um amigo. Não se deve fazer porque se põe um voto de confiança em nós é porque confia.

—► Porque é que não se deve mentir?

Há situações em que é melhor mentir do que dizer a verdade. Se for mentira que não vá prejudicar ninguém não tem a mesma gravidade que quando se mente e prejudica-se outra pessoa.

C) A PROPRIEDADE ALHEIA

—► Que te parece?

Errado. Não devia ter assaltado, mas dirigir-se a alguém com possibilidades para emprestar o dinheiro...

—▸ Porque é que não se deve roubar?

Uma pessoa quando rouba vai tirar o trabalho a alguém. Nós fazemos alguma coisa e tiram-nos esse trabalho. Ficamos tristes. Devemos pôr-nos sempre na outra situação.

D) A CONSCIÊNCIA MORAL E A LEI

—▸ O que é a consciência moral?

É uma pessoa saber o que se faz. Ter consciência e distinguir o bem do mal. Se sabe distinguir o bem e o mal uma pessoa vai tentar fugir ao mal e fazer o bem.

—▸ Para que servem as leis?

Servem para uma pessoa cumprir determinadas coisas sem prejudicar os outros. Para se viver em harmonia. Enquanto que com as leis uma pessoa tem medo e contém-se.

—▸ É mais importante seguir a lei ou a consciência?

São as duas importantes. Se tem consciência há sempre qualquer coisa que o leva a fazer mal e as leis servem para reprimir essas pessoas.

ND/C, 12 (Post.)

Por razões de ordem imprevisível, , não nos é possível transcrever as respostas dadas pelo sujeito (ND/C,12) aos dilemas e às perguntas do Postes-te.

4. RESPOSTAS DOS NÃO DELINQUENTES NA SITUAÇÃO DE CONTROL

B. CONTACTO INDIVIDUAL

(Dilemas e Perguntas Capt.6.2.B)

ND/C, 1 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Afinal pode-se roubar ou não?

Poder não pode, mas o que é certo é que se faz...Claro que não há nenhuma situação em que se possa roubar, pode haver vários factores que levem as pessoas a roubar, como sobrevivência e outros.

—▸ O caso da mulher gravemente doente cujo homem pobre assaltou a casa do boticário para adquirir um produto terapêutico...

Nessa situação está-se entre a espada e a parede. Ou se arranja dinheiro, que pelos vistos é impossível porque é muito pobre e se não tiver outros recursos ou pessoas conhecidas que lhe possam arranjar o dinheiro ou outra situação qualquer, vê-se obrigado a assaltar a casa por uma questão de salvar a vida da sua mulher...Poder não se pode, mas neste caso acho que era a única hipótese que ele teria.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Um amigo teu desesperado telefona-te porque quer falar contigo. São altas horas da noite e não te é permitido sair...

Saio pela janela, ou ía buscar a chave e tentava ajudar o meu colega. Se ele era meu amigo, para mim tinha grande valor. Em termos de amizade é sempre chato ver um amigo auto-destruir-se. Tentava ajudá-lo na medida do possível.

—▸ Havia alguma transgressão?

Transgressão talvez em abalar a confiança do pai sobre o filho. Julgo que era o único problema que existia...Faz aquilo por uma causa nobre.

—▸ Afinal pode-se mentir ou não?

Interessante...Depende um bocado das situações. A mentira pode trazer problemas e pode trazer benefícios. E pode safar! Livrar-nos de certas situações, desenrascando-nos. Não digo que se possa mentir, mas há necessidade de mentir.

—▸ Voltando ao caso do colega que se apoderou dos testes nas vésperas de exame...

Por uma questão de princípio não diria nada, porque é coisa que eu não gosto é de trair ninguém nem gosto que me façam o mesmo. Se estivesse numa situação do género...talvez tivesse tido feito esse grande...também não gostava que me denuncias-

sem. Tivesse contado a alguém e ele fosse por detrás denunciar-me. Assumia a minha culpa, mas ficava chateado mesmo.

—► **Porque é que se deve manter a palavra dada?**

Por uma questão de ética, talvez. É um bocado confuso! Era um bocado chato andar a divulgar aquilo.

ND/C, 2 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Pode-se ou não roubar?

Já fez estas perguntas antes! Só uma resposta?
Depende dos casos e depende do roubar. Pode-se roubar muitas coisas!

—► Por exemplo o homem cuja mulher cancerosa roubou a casa do boticário...

Acho que não chega a fazer bem, mas não tinha outro remédio! Se o Boticário quis explorar com a questão de vida ou morte...Eu acho que se tivesse essa oportunidade fazia o mesmo...

—► O que está em causa é a vida...

Eu punha-os...Era capaz de pôr os valores morais de parte se estivesse em perigo a vida da minha mulher para a salvar!...Quer dizer não é poder, toda a gente pode, mas é uma questão de ser aceitável.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que farias?

Também é um caso de vida ou de morte. Primeiro explicava a situação ao meu pai. Se não adiantasse nada ajudava o meu amigo e depois o meu pai compreendia. Digo, o meu pai compreendia porque imagino o meu pai a tomar essa atitude.

—▸ O que está em causa?

A fidelidade e a amizade...

—▸ Porque é que a vida vale muito?

Porque é a única que temos.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Não se deve porque se está a enganar outras pessoas...e a pôr em causa a nossa integridade e lealdade.

—▸ Aquele amigo que entrou no gabinete e se apoderou dos testes!...

Aí, encobria o amigo! Sei que está errado, mas não deixava na mesma de dar o conselho ao amigo, mas no momento encobria-o.

ND/C, 3 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal pode-se roubar ou não?

Quem quiser pode roubar, só que não o deve fazer. Penso que não se deve roubar porque...

—► A mulher cancerosa cujo homem pobre...

Parece-me que não devia fazer isso, mas em certos casos...depende. Acho que se roubou para fazer bem, não considero isso até roubar...porque dizem que "ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão". Desde que depois seja perdoado. Roubou mas acabou.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que farias?

Eu telefonava logo para ele. Se ele queria que eu fosse lá...não posso dizer que ía roubar a chave. Ía buscá-la para me servir dela e abria a porta. Não quero ficar com ela para mim. Não roubei...tornava a devolvê-la.

—▸ Mas o teu pai não queria que saísses...

Se me proibiu de sair eu só estava a desobedecer-lhe a ele. É normal...Sairia e depois tentava justificar-me porque saí. Falava com ele.

—▸ Porque é que não se deve mentir?

Acho que devemos ser honestos com os outros. Só por esse motivo! Por honestidade! Pode não ter mal nenhum.

—▸ Colega teu que se apoderou dos exames...

Nesse aspecto ia mentir ao professor ou não dizia nada...Acabava sempre por mentir, dizendo que não sabia de nada. Eu acho que não tinha nada com isso!

—▸ Pode-se mentir?

Acho que se pode, depende das mentiras! Toda a gente mente.

ND/C, 4 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Pode-se ou não se pode roubar?

Acho que não porque...como já disse, as leis são para se cumprirem. E mesmo nos casos difíceis é preciso tentar qualquer outro recurso.
É claro que se fosse um caso único e se tivesse de julgar esse caso era preciso ter em conta muitos factores.

—► E quanto ao homem cuja mulher cancerosa...

Se me perguntar o que acho de roubar, é sempre errado. Agora na situação dele fazia o mesmo...Roubar é sempre errado senão deixa de haver leis, ordem e acaba tudo. Mas pronto! É muito relativo.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que farias?

Se fosse meu amigo eu saía, não tinha problemas. Era um bocado chato ir buscar a chave, mas ia para ajudá-lo. Ía

ajudá-lo por que era meu amigo e não para lhe dar qualquer coisa que ele quisesse. Ía porque era meu amigo!

—▸ **Porque não se deve mentir?**

Deixa de se saber o que é certo e errado, deixa de haver confiança. Deixa de haver projectos! Ninguém confia em ninguém sem confiança!

—▸ **Aquele caso do colega que entrou no gabinete?**

Não dizia nada ao professor. Mas não dizia nada porque não iria incriminar o meu colega e fazer-lhe reprovar por causa duma coisa que é errada. Não ía fazer com que reprovasse. Afinal o professor não ía saber!
E era chato tirar o teste, mas não ía dizer nada ao Professor e ele ía-me perdoar por causa disso.

ND/C, 5 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Afinal pode-se roubar ou não?

Roubar? Não é corrcto roubar por causa das instruções que nos são dadas. Há momentos na vida em que somos arrastados para o roubo!...Não é correcto...mas acho que poder pode-se, mas não se deve. Se se quer estar inserido na sociedade deve-se sujeitar às regras da sociedade.

—▸ E quanto ao homem cuja mulher cancerosa...

Devia buscar ajuda entre os familiares, amigos...antes de tomar essa decisão! Ele também não gostaria que o roubassem. Se pedisse ajuda não lhe era negada e em último caso é de admitir, em parte, a atitude dele...Trata-se da esposa cancerosa.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Que farias?

Primeiro expunha o problema ao meu pai...e acho que ele

compreendia e deixava-me sair! Se ele não deixasse? Primeiro eu acho que isso não acontecia. Eu e os meus pais entendemo--nos bem. Mas se os pais se impusessem e se realmente o amigo estivesse nessa situação era capaz de sair nas horas de casa para ajudar o amigo.

—▸ Pode-se mentir?

Mentir? Não se deve porque é uma lei da sociedade. Mas há momentos em que é preciso usar esse argumento pra conseguir alguns objectivos! O que não está certo.

—▸ Aquele colega que se apoderou dos testes!

Penso que não diria, porque primeiro dentro do nosso nível de alunos devemos ajudar-nos mutuamente...e não está certo!
Devemos esforçar-nos antes de ver o exame. Não está certo, mas há sempre aquele acto, "deixa-me ver o teste". É difícil dizer não!
Manter a palavra vai um bocado da educação e se for um amigo é mais importante.

ND/C, 6 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA HUMANA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Pode-se roubar ou não?

Não se pode roubar! Há uma regra e é uma questão de princípios! É uma falta de respeito!...Roubar é uma falta de tudo e de respeito pelas pessoas. Há muitas penalizações que levam as pessoas. Há penalizações graves a respeito disso, embora seja também por uma questão de princípio que uma pessoa não deve roubar.

—▸ O caso da mulher cancerosa cujo marido assaltou...

Lá está! É uma situação controversa! Em primeiro de tudo, está o produto inventado que pode ou não ser credível! Não é medicamento aprovado segundo as normas dos farmacêuticos! No entanto não tinha dinheiro e a mulher estava cancerosa. Neste caso nunca devia assaltar o farmacêutico.
E quanto ao canceroso há instâncias que resolvem a situação e até são gratuitas! É extremamente errado roubar o boticário!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que farias?

Depende da situação e depende do amigo...e do que estava em causa!Ora bem, se fosse uma coisa muito urgente e não houvesse outra alternativa, ía buscar a chave e ía à casa desse meu amigo tentar saber o que se passava. É muito hipotético porque o meu pai nunca me fechava em casa. Estava em causa a vida duma pessoa. Era um capricho da parte do meu pai. Não era um sentimento normal. Ía saber o que se passava e tentar salvá-lo!

—► Afinal pode-se ou não mentir?

Pode-se por um lado!
Primeiro não se pode mentir pois como o roubar é uma falta de respeito, um atentado contra as outras pessoas! Se uma pessoa quer ser respeitada deve respeitar os outros. E a mentira acaba por ser um meio para conseguir que ninguém nos respeite. No fundo o mentiroso não é respeitado. Ora bem, a mentira pode salvar determinado tipo de situações que tornam as coisas menos desagradáveis.
Toda a gente mente...é claro...!

—► O caso do colega, que se apoderou dos testes...

Nesse caso eu mentia porque...
E nesse caso eu tinha dado a palavra ao meu colega...Teria mentido porque estava em causa...Era um colega meu que me tinha pedido segredo!...Só se dissesse que tinha matado ou roubado uma coisa muito grande...é que teria ...

ND/C, 7 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal pode-se roubar ou não?

Já disse que depende das situações, como salvar a vida duma pessoa; E que não se trata de roubar, e outras em que é mesmo de repudiar, pois trata-se de roubar mesmo... O que não se deve fazer!

—► E quanto à mulher cancerosa cujo homem assaltou...

Isso depende também do produto. Se é um produto que foi desenvolvido e a patente não foi, por exemplo, oficializada...pode haver perigo desse medicamento não ser o mais indicado!
Contudo, acho que a culpa foi do farmacêutico porque devia ter visto o lado do homem. Aqui não se trata de roubar mas de salvar a vida duma pessoa!

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Que farias?

Claro que ia lá buscar a chave e tentaria evitar que acontecesse alguma coisa a esse amigo...

—► Porquê?

Porque a vida dele está em jogo...e para já o meu pai não seria prejudicado...Antes pelo contrário.

—► Pode-se mentir ou não?

É o mesmo que o roubar! Depende da situação em que a pessoa se encontre.

—► E quanto ao caso do colega que se apoderou dos testes?

Já tinha respondido. Acho que sim. Se me pediu segredo ía guardá-lo. Se fosse mesmo meu amigo não ía traí-lo.
Aqui... talvez duma certa forma era mentir, já que estava em jogo um segredo.
Estava em causa a confiança!

ND/C, 8 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal pode-se roubar ou não?

Não sei! Talvez não. Não se deva roubar. Poder, pode-se. Toda a gente pode roubar se quiser, mas acho que não se deve roubar.

—► Poque é que não se deve?

Porque ao roubar-se está-se a tirar coisas aos outros que não lhe pertencem e provavelmente os outros que as tinham não queriam ficar sem elas e lutaram muito para as ter.

—► No caso da mulher com doença grave cujo homem pobre assaltou a casa do boticário que não lhe quis fiar o produto terapêutico?

Às vezes o desespero leva a fazer coisas que uma pessoa não deve fazer, mas talvez se o homem tivesse pensado melhor talvez tivesse conseguido arranjar o dinheiro para convencer o farmacêutico a vender-lhe o produto.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Um amigo teu telefona-te urgentemente ao fim do dia...e em casa não te é fácil sair...

Ía buscar as chaves e saía, porque o meu amigo estava a precisar e além disso em casa não me faziam uma coisa dessas. Mas eu arranjava maneira de sair de casa, se não fosse pela porta era pela janela...

—▸ O que está aqui em causa?

É salvar o amigo. Está a precisar de ajuda.

—▸ Pode-se mentir ou não?

Pode. às vezes até faz bem!
Porque se às vezes há aquelas mentiras que não têm aquele mal... A quem uma pessoa mente não vai sentir aquele mal por lhe estarmos a mentir. Mas há mentiras que uma pessoa não deve mentir, não deve omitir algumas coisas. Há outras em que uma pessoa pode perfeitamente mentir sem haver consequências graves.

—▸ No caso do amigo que se apoderou dos testes...e tendo sido abordado pelo professor...!

Eu continuava a omitir o facto, pelo menos! O que está em causa é na mesma a amizade com o amigo!

ND/C, 9 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal pode-se roubar ou não?

Acho que não, porque é um dever que todas as pessoas devem ter consciência de que não se deve roubar! Assim, duma maneira geral, excepto do que me falou na primeira entrevista. Mas não entendo isso como uma...como um roubo.

—► O caso da mulher cancerosa cujo homem pobre assaltou a casa o boticário que não lhe fiou...

Acho que com certeza faria o mesmo, porque está a ser posta em causa a vida duma pessoa que me é próxima. Se calhar não pensaria noutra coisa, nas consequências secundárias desse acto.

—► Se recebesses o tal telefoneema urgente dum amigo e dadas as dificuldades em saires de casa àquelas horas, que farias?

Ia buscar as chaves e telefonava-lhe para perguntar se era mesmo urgente. Se fosse urgente, ia e explicava a situação ao meu pai...

—▸ O que está aqui em causa...

Se o telefonema desse tal amigo me parecesse muito desesperado, eu iria e depois falava com o meu pai e dizia o que tinha feito...e portanto não lhe estaria a mentir nem a contrariar...
É o valor da vida que está em causa. Para além dessa, julgo não há outra, julgo! E todas as pessoas têm de ter uma vida cómoda porque é o bem essencial de cada pessoa.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ Pode-se mentir ou não?

Poder, pode-se, mas não se deve.
Não se deve porque está-se a cometer algo que não aconteceu e pode prejudicar directa ou indirectamente. Pode até não prejudicar, mas moralmente não se deve mentir.

—▸ E quanto ao caso do tal colega que se apoderou dos testes antes do exame...

Eu diria ao professor...Não mentia ao professor...Sei que estaria a ir contra o que o meu amigo me tinha pedido, que não dissesse nada, mas diria ao professor.
Porque acho que apesar de ser muito meu amigo, estaria a cobrir uma situação que é injusta.

O importante não é guardar a palavra, o importante é que ele tinha cometido uma coisa que não devia ter cometido.
Claro que se ele me contasse...eu dir-lhe-ia que não me comprometia a guardar segredo. O que estava em causa era o que está bem e o que está mal... Cobrir ou não cobrir o mal só porque o outro é meu amigo?

ND/C, 10 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal pode-se roubar ou não?

Pode-se. Conforme as circunstâncias! Acho que sim...Agora dar exemplos, assim de repente...

—► O caso da mulher gravemente doente cujo homem assaltou a casa do boticário que não lhe quis fiar o produto terapêutico...

É desespero...É um estado de espírito das pessoas que leva a essa hipótese. Se formos falar do meu caso eu acho que não conseguia fazer isso. Mas se gostasse muito da minha mulher era capaz de roubar.

—► Pode-se, afinal, roubar!

Nestas circunstâncias, podia-se. Mas em geral não, porque estamos a interferir na liberdade dos outros. Ele tem as suas obrigações, a sua maneira de ver as coisas...tem uma regra que é...Se fôr a agir de coração para todas as pessoas, se fôr a agir de igual para igual, não viveria...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Se recebesses um telefonema urgente do teu amigo, a altas horas da noite e se não pudesses sair de casa...

Bem, se tivesse o telefone do meu amigo, telefonava-lhe...Se não, se ele fosse muito meu amigo e visse que ele estava necessitado, acho que saltaria pela janela. Acho que ele devia estar a precisar muito dum amigo nessa altura. Não faria mal nenhum em ir ter com ele. Havia transgressão, estava até a faltar ao respeito ao meu pai, às ordens que ele me tinha dado, mas também a amizade que eu tenho por...O meu pai até é o meu maior amigo, para mim. Eu até acho que ele ia perceber isso. Compreender a situação!

—► Pode-se mentir ou não?

A respeito da outra conversa que tivemos, acho que sim. Conforme também as circunstâncias! Há mentiras que ajudam, às vezes.

—► No caso do amigo que se apoderou dos testes na véspera do exame...

Prontos! Aí conta também muito o relacionamento professor/a-luno. Portanto há aqui professores nesta escola com quem me sinto bem e contar-lhes-ia à vontade o que se passava. Porque sei que eles também não iriam agir de maneira muito severa. Iam compreender, porque também já passaram por isto...Creio que já terão feito o mesmo. Portanto acho que mentiria, aí.

ND/C, 11 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—► Afinal em que ficamos pode-se ou não se pode roubar?

Acho que não. Conforme as situções. Há situações em que o indivíduo, mesmo por necessidade tem que roubar mas há outras em que não. Por exemplo, para subsistir, muitas vezes um indivíduo é obrigado a roubar para comer, não é? Há outras situações em que é desnecessário.

—► No caso do colega desesperado em que se punha a hipótese de roubar a Farmácia numa situação limite...

É um bocado difícil de dizer. Mas acho que sim. Sei lá, um amigo se está mesmo desesperado...e também o farmacêutico não quer ajudar...acho que assaltar e depois...Mas também ficava em falta...

—► O caso da mulher gravemente doente, cujo homem assalta a casa do boticário para se apoderar do produto...

Está errado. Mas perante a situação que surge...a mulher desesperada pela doença e encontra um produto que pode salvar a mulher...acho que é errado, mas a situação leva um indivíduo a fazer isso. As pessoas quando estão numa situação destas nem pensam duas vezes. Olham logo para a coisa...o que interessa mais e cometem esses erros.

B) RESPEITO PELO OUTRO

—▸ No caso de receberes um telefonema urgente duma pessoa próxima durante um exame crucial...

Acho que iria ao exame! Há situações em que é decisivo para mim como é decisivo para ele...Uma pessoa quando está nestas situações olha sempre para nós e nunca olha para as dificuldades que os outros têm...Há sempre um bocado de egoísmo em nós.

—▸ Que farias?

Eu acho que iria ao exame e depois do exame então aí, iria falar com ele. Mas não faltaria ao exame...

—▸ Se em casa, a altas horas da noite, um amigo te telefonasse...

Eu iria buscar a chave. Iria sair sem os meus pais saberem. Porque esse meu amigo estaria em dificuldades, era para tentar ajudá-lo. Depois falando com o meu pai acho que ele compreenderia...

—▸ No primeiro caso não iria e no segundo já irias?

Claro, porque à noite não tinha nenhum compromisso...e no exame já é diferente.

—► Afinal pode-se ou não se pode mentir?

Depende das situações. Eu acho que...Por vezes...Por vezes até é melhor mentir do que dizer a verdade...Há situações em que é melhor mentir do que dizer a verdade. É conforme a situação...

—► No caso do amigo que se apoderou dos testes nas vésperas do exame...Que dirias ao professor que te interpelou?

Lá está...o amigo pediu-me segredo e se fosse dizer ao professor seria desonesto com ele e comigo mesmo. Sei que também estava a ser desonesto com o professor por lhe estar a mentir...mas pronto!
Ia pôr em risco a carreira do amigo. É uma situação em que uma pessoa se sente mal...É melhor, às vezes, ocultar a verdade.

ND/C, 12 (Cont.)

A) RESPEITO PELA VIDA E PELA PROPRIEDADE ALHEIA

—▸ Afinal pode-se roubar, ou não?

Lá está! Não se deve roubar...agora se se pode roubar? Acho que não porque há sempre... acho que não se pode. Actualmente, neste caso...hoje há auxílios, hoje sempre outra... Tínhamos ficado em que se roubava só numa situação extrema, mas as situações extremas...Há situações muito difíceis mas que não justificam roubar.

—▸ O caso da mulher gravemente doente, cujo homem pobre assaltou a farmácia dum boticário que não lhe fiou...

Bom, aí acho que o outro não lhe quer dar... Se calhar faria o mesmo!
Está em causa a vida da esposa dele e também uma atitude pouco simpática do farmacêutico...uma atitude muito esquisita!

—▸ Então em que ficamos?

Aí, acho que sim...

B) RESPEITO PELO OUTRO

—► Um telefonema dum amigo desesperado que quer falar contigo. Altas horas da noite e não te é fácil sair de casa...

Então se ele vai morrer...Se ele se vai matar, claro que vou buscar as chaves e...claro que me deixavam, mas se não deixassem ía buscar as chaves...Sei lá! Se me telefonassem dessa maneira...ía buscar as chaves!
Aqui penso que se justificava isso devido à incompreensão do pai...digamos, saber quem tem razão e neste caso acho que teria eu. Apesar de não me deixar estando eu do lado da razão...Acho que se justificava eu ir buscar as chaves, apesar da autoridade do pai...Mas neste caso é um amigo desesperado que vai morrer ou matar-se...

—► Porque é que não se deve mentir?

Depende! Há mentiras que...Depende do fim da mentira, não é? Geralmente a mentira é prejudicial. Mas há mentiras que não são. Acho eu.

—► No caso do colega que entra no gabinete do professor nas vésperas de exame...

Não dizia...Não fazia queixa dele! Era isso! Claro que não fazia. Primeiro porque é meu colega, depois é certo que não é...Lá está! É a tal situação...Se calhar, toda a gente, todos os estudantes têm sempre uma situação em que fazem

batota, mesmo que seja pequenina para arranjar um teste de quem não queria. Todas as turmas fazem isso, eu já fiz, turmas inteiras...Toda a gente o vai buscar!